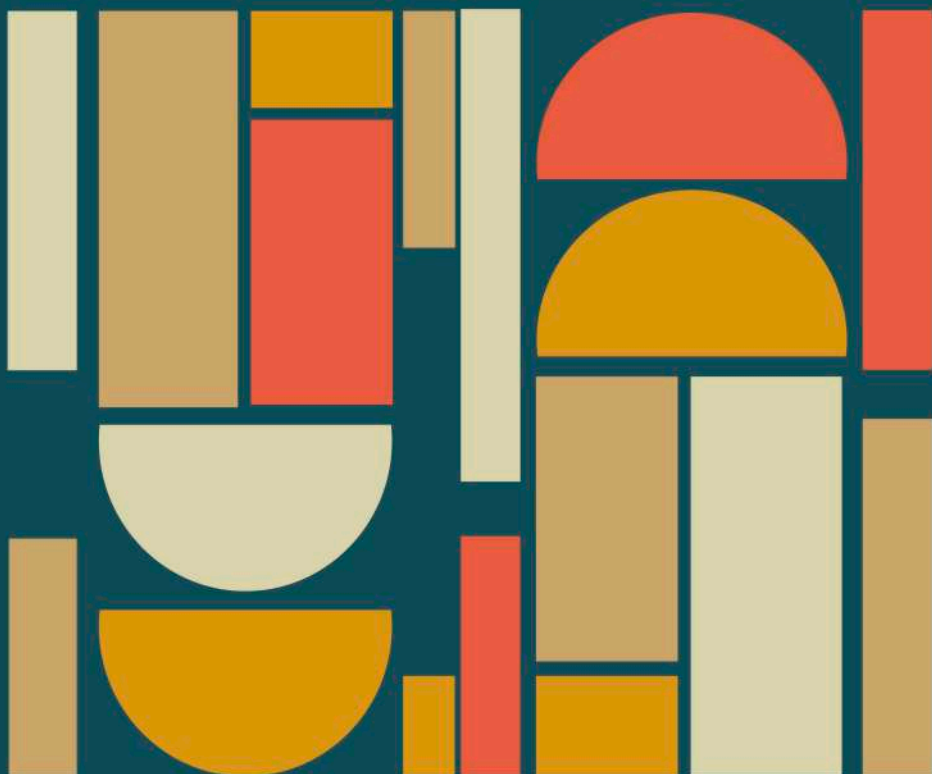


Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política

ORGANIZADORES

Rafael Cardoso Sampaio
Carolina de Paula

ENAP



**Manual de introdução
às técnicas de pesquisa
qualitativa em Ciência Política**

Organizadores

Rafael Cardoso Sampaio
Carolina de Paula



Brasília
2024

Governo Federal

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Ministra Esther Dweck

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

Presidenta

Betânia Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Junior

Diretora de Inovação

Camila Medeiros

Coordenadora-Geral de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Regina Luna Santos de Souza

Comissão Editorial: Alexandre de Ávila Gomide, Regina Luna Santos

de Souza, Larissa Nacif Fonseca, Pedro Masson Sesconetto Souza e

Rafael Rocha Viana

Pareceristas: Alexandre de Ávila Gomide, Regina Luna Santos de

Souza, Ciro Campos Christo Fernandes, Carolina da Cunha Rocha,

Lucas Moura Vieira, Márcia Knop e Vanessa Gubert

Revisão e edição: Carolina da Cunha Rocha.

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa: Lorena Rosa Correia

A Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma escola de governo vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Tem como principal atribuição a formação e o desenvolvimento permanente dos servidores públicos. Atua na oferta de cursos de mestrados e doutorado profissionais, especialização *lato sensu*, cursos de aperfeiçoamento para carreiras do setor público, educação executiva e educação continuada. A instituição também estimula a produção e disseminação de conhecimentos sobre administração pública, gestão governamental a políticas públicas, além de promover o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Para tanto, desenvolve pesquisa aplicada e ações de inovação voltadas à melhoria do serviço público. O público preferencial da Escola são servidores públicos federais, estaduais e municipais. Sediada em Brasília (DF), a Enap é uma escola de governo de abrangência nacional e suas ações incidem sobre o conjunto de todos os servidores públicos, em cada uma das esferas de governo.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

S1921g Sampaio, Rafael Cardoso

Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa
em ciência política / Rafael Cardoso Sampaio e Carolina
de Paula. -- Brasília: Enap, 2024.

472 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-87791-45-6

1. Ciência Política. 2. Pesquisa qualitativa. 3. Análise
Temática. 4. Método qualitativo. I. Título. II. Paula, Carolina de.

CDD 320.072

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880



Fundação Escola Nacional de Administração Pública
SAIS - Área 2-A | CEP: 70610-900 | Brasília, DF
Telefones: +55 (61) 2020 3072/3186
www.enap.gov.br / publicacoes@enap.gov.br



Enap, 2024

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Gabriela Lotta 8

APRESENTAÇÃO

10

INTRODUÇÃO

**Olhando para os “velhos” (e muitas vezes esquecidos)
métodos qualitativos na área de Ciência Política**

sem se esquecer dos “novos” de vista

Rafael Cardoso Sampaio e Carolina de Paula 16

**01 Pesquisa qualitativa em políticas públicas: entendendo os
problemas públicos para desenhar melhores ações públicas**

Regina Luna Santos de Souza e Julia Maurmann Ximenes 42

SEÇÃO I – MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

**02 Entrevistas em profundidade em Ciência
Política**

Natasha Bachini, Rafael Cardoso Sampaio e Ester Athanásio 63

03 Grupos focais em Ciência Política

Carolina de Paula, Bruno Washington Nichols,
Gabriel Bento Leite Ferreira e Pedro Lenhagui Bergamaschi 109

SEÇÃO II – ABORDAGENS METODOLÓGICAS

04 Estudo de caso em Ciência Política: teoria e aplicação

Vitor Eduardo Veras de Sandes-Freitas e John dos Santos Freitas 134

**05 A etnografia como abordagem metodológica
nos estudos em Ciência Política**

Michelle Fernandez, Natália Guimarães
e Marta Pontes de Campos

169

06 Etnografia online em Ciência Política

Victor Piaia, Sabrina Almeida e Eurico Matos

196

SEÇÃO III – MÉTODOS DE ANÁLISE DADOS

07 Análise Temática em Ciência Política

Daniela Drummond, Paulo Roberto Neves Costa
e Júlia Gonçalves

223

08 Análise de Conteúdo qualitativa em Ciência Política

Rafael Cardoso Sampaio, Paula de Oliveira Portela,
Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff de Araújo,
Tiago Borges e Murilo Brum Alison

255

**09 Análise Textual e abordagens qualitativas em
Ciência Política: práticas combinadas e aproximações
possíveis**

Lucy Oliveira e Eduardo Pagnan Vieira

289

**SEÇÃO IV – OUTROS ASPECTOS DE PESQUISA
QUALITATIVA**

**10 Introdução aos softwares de Análise de Dados
Qualitativos em Ciência Política**

Mariana Arcos Lorencetti e Douglas Henrique
Novelli

318

**11 Questões científicas para a análise qualitativa em
Ciência Política: transparência metodológica, replicação,
validação dos dados e validade**

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas e Vitor Vasquez	347
--	-----

12 Ética e pesquisas qualitativas em Ciência Política Rayza Sarmento e Rafael Adílio dos Santos	376
---	-----

SEÇÃO V – OS NOVOS MÉTODOS QUALITATIVOS DA CP

13 <i>Process Tracing</i>: uma introdução ao uso do rastreamento de processos em Ciência Política Patrícia Sene de Almeida, Tainá R. Serafim e Enzo Lenine	397
---	-----

14 Uma introdução a Análise Qualitativa Comparada (QCA) em Ciência Política Acácio Vasconcelos Telechi, Maiane Bittencourt e Thiago Silame	419
---	-----

Conclusão – Pesquisa qualitativa em um mundo de inteligência artificial Rafael Cardoso Sampaio e Carolina de Paula	451
--	-----

Colaboradoras e colaboradores	462
--------------------------------------	-----

PREFÁCIO

“Só a especialização estrita permitirá que o trabalhador científico experimente (...) a satisfação de dizer a si mesmo que, desta vez, consegui algo que permanecerá. A obra verdadeiramente definitiva e importante é sempre obra de um especialista”.

Max Weber, *Ciência como Vocação*.

Esta frase de Max Weber no livro *Ciência como Vocação* ressalta a importância de o cientista se especializar em seu ofício para produzir uma ciência verdadeiramente contributiva. A especialização do cientista implica aprender, assimilar e aplicar adequadamente métodos científicos pertinentes às questões de pesquisa e à teoria com a qual busca contribuir. O presente manual desempenha um papel crucial nesse processo de especialização do fazer científico.

Nos últimos anos, testemunhamos um notável crescimento dos estudos qualitativos na ciência política, tanto no Brasil quanto no mundo. Esse aumento tem sido impulsionado pela necessidade de abordar novas questões de pesquisa e explorar campos previamente pouco investigados, como o estudo de políticas públicas, comportamento nas redes, relação entre atores políticos e sociais, movimentos sociais, entre outros. Além disso, observamos um expressivo avanço nas abordagens interdisciplinares na Ciência Política, com um diálogo frutífero entre disciplinas como Sociologia e Antropologia.

Apesar desse crescimento inegável, os estudos qualitativos ainda representam uma parcela minoritária no campo da Ciência Política, refletindo uma forte tendência quantitativista, em grande medida influenciada pela tradição estadunidense. Como evidenciado pelos autores do livro, essa inclinação se reflete na escassa oferta de cursos de métodos qualitativos nos programas de graduação e pós-graduação em Ciência Política no país.

Assim, há um vasto território a ser explorado, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas qualitativas quanto na formação de cientistas políticos para a aplicação rigorosa de métodos qualitativos. Neste contexto,

celebro a publicação deste manual, uma valiosa contribuição para preencher essa lacuna. Sua linguagem acessível e abordagem didática conduzem o leitor por uma jornada esclarecedora no universo dos métodos qualitativos, proporcionando uma compreensão das peculiaridades de cada abordagem, suas vantagens e desvantagens, bem como suas aplicações.

Este manual destaca-se ao oferecer uma ferramenta indispensável para aqueles que buscam aprofundar-se na pesquisa qualitativa com o devido rigor metodológico. Abrangendo métodos tradicionais (como entrevistas, grupos focais e etnografia) e explorando técnicas contemporâneas (como etnografia on-line, process tracing, análise temática, de conteúdo e textual), o livro não apenas explica esses métodos e técnicas, mas também aborda questões éticas na pesquisa qualitativa em Ciência Política e trazem reflexões profundas ao leitor.

Cada capítulo guia o leitor por uma visão geral do campo, inspirando reflexões sobre como conduzir pesquisas utilizando diferentes métodos e combinando-os para responder, com rigor metodológico, a questões de pesquisa ainda pouco exploradas na Ciência Política brasileira. Saúdo e celebro, portanto, a publicação deste manual, na esperança de que inspire novas gerações de pesquisadores especializados em métodos qualitativos na Ciência Política, perpetuando, assim, a busca por uma ciência significativa, como preconizava Max Weber.

Gabriela Lotta
Professora de Administração Pública e
Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

APRESENTAÇÃO

Este manual começou a ser pensado na oferta de uma disciplina de métodos qualitativos no Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade do Paraná (UFPR) em 2021. Inicialmente, os objetivos eram simples. Em lugar dos habituais artigos finais de disciplina, um dos organizadores deste livro sugeriu a uma dupla de discentes que fizesse um rascunho de um capítulo metodológico. Este capítulo seria então desenvolvido pelo professor da disciplina, objetivando a publicação de um *e-book* bastante inicial para técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política. Já à época, notava-se que havia pouco material disponível sobre métodos qualitativos e mesmo poucos ou nenhum sobre determinadas técnicas, a exemplo de análises temáticas, grupos focais e etnografia política. Tal iniciativa se repetiu em uma segunda disciplina optativa, também sobre pesquisa qualitativa na área. Não obstante, uma série de intempéries atrasou de maneira determinante o projeto, a exemplo da pandemia de covid-19 e as eleições de 2022.

Ao longo desse período, ao revisar artigos a respeito da área de Ciência Política no Brasil, notou-se que o problema era mais substantivo que o avaliado inicialmente. Não havia, de fato, nem um único material a respeito de métodos qualitativos para a área que não estivesse focado apenas nas técnicas mais conectadas à lógica de geração de inferências causais, conforme sugerido por King, Keohane e Verba em *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Assim, nós, os organizadores, decidimos que não bastaria um *e-book* introdutório, mas que precisaríamos de algo mais robusto, mais similar a um *handbook* de técnicas qualitativas pensadas para a Ciência Política. Nesse sentido, nos preocupamos menos com a apresentação do desenho de pesquisa, dos fundamentos e da lógica da pesquisa qualitativa, questões já fartamente disponíveis em manuais gerais de métodos qualitativos presentes no Brasil, e nos focamos nas técnicas e abordagens de coleta e de análise de dados qualitativos.

A partir de então, diferentes professores e professoras de todo o país foram acionados com o seguinte objetivo: escrever um capítulo na forma

de um pequeno manual que de fato tentasse mostrar um passo a passo de como aplicar aquela técnica de coleta ou de análise de dados e apresentasse um foco em objetos e temáticas da Ciência Política. O objetivo era introduzir os novos pesquisadores e pesquisadoras - sejam eles de graduação ou pós-graduação - na abordagem qualitativa, de modo que ao ler tais capítulos, eles já estivessem munidos de um manual de instruções de como aplicar tal método, assim como tivessem referências de pesquisas em que já foram aplicados os métodos em questão.

Não satisfeitos, os organizadores lançaram desafios extras. Todos os capítulos deveriam trazer reflexões sobre: 1) questões éticas pertinentes à técnica em questão; 2) questões que reforcem o rigor no método; 3) debates sobre a possibilidade da pesquisa ser apoiada pelo uso de *softwares* ou linguagens de programação, como R e Python; e, especialmente, 4) sobre a possibilidade de serem realizadas *online* e 5) apresentação de exemplos de aplicação na Ciência Política brasileira ou internacional.

No primeiro desafio, vários capítulos abordam a questão ética das pesquisas e como muitas vezes ela entra em conflito com a transparência metodológica, notadamente no resguardo às falas proferidas pelos sujeitos de pesquisa, evidenciando que não é um debate tão simples como a visão da Ciência Política estadunidense parece crer e defender. Deliberamos por haver um capítulo específico para discutir tanto essas questões de maneira ampla, quanto também para ser uma espécie de guia para enfrentar os desafios na hora da submissão de projetos para comitês de ética no Brasil.

Em termos do segundo desafio, assumimos a perspectiva que uma pesquisa qualitativa dentro da Ciência Política deve possuir o rigor presente na área, tendo preocupação direta não apenas com o instrumental, ao exemplo dos *softwares*, mas também em cuidados a respeito de validação, replicabilidade, confiabilidade e transparência dos métodos, incluindo, assim, um capítulo totalmente dedicado a esse debate. Também confirmamos nosso desejo de não rechaçar os “novos” métodos qualitativos, ao apresentar capítulos sobre as duas principais técnicas de tal perspectiva, nomeadamente *process tracing* e *qualitative comparative analysis*. Neste sentido, já na elaboração do projeto, optamos por não incluir tantas técnicas no viés interpretativista

da Ciência Política, como a análise de discurso. Não se trata de considerá-las menos científicas, mas de reconhecer que a base de validação das técnicas parte de perspectivas diferentes.

Já no tange ao terceiro desafio, cada capítulo preocupou-se em eventualmente citar ou explicitar o uso de *softwares* para o apoio da coleta ou da análise de dados qualitativos, mas também optamos por um capítulo focado especificamente nos *softwares* CAQDAs de análise de dados qualitativos. No mesmo sentido, reconhecemos que a pesquisa qualitativa pode fazer bom uso de análises textuais automatizadas, na lógica de tratar o texto como dado, pela sua própria natureza de gerar e lidar com grandes quantidades de conteúdos verbais, visuais e, especialmente, textuais.

O quarto e maior desafio esteve em pedir a todos os autores e a todas as autoras que incluíssem alguma menção de como aplicar a técnica em questão de forma online. Evidentemente, isso fez mais sentido para determinadas técnicas que para outras, porém houve um esforço geral de se pensar e oferecer reflexões e literatura para tais aplicações. Em um caso específico, nós decidimos que a versão *offline* e *online* da técnica deveriam ser apresentadas em capítulos separados. Afinal, a etnografia, com seu foco na política, é bastante distinta da etnografia digital (ou netnografia!). Então, como ambas ainda receberam pouca atenção na área, optou-se por capítulos distintos. Fica claro então, que desde o início do projeto, nosso objetivo era justamente que o manual não fosse lançado e já houvesse um sentimento de ser anacrônico, ultrapassado.

Por fim, o último desafio era que cada capítulo deveria apresentar uma seção com exemplos de aplicação da técnica na Ciência Política. Além de, claro, servirem como outras literaturas de referências para nossos leitores, também era nosso objetivo desnaturalizar essa visão da área como predominantemente quantitativista, na qual há pouco espaço para abordagens mais qualitativas (ver introdução).

Assim, houve um grande esforço coletivo de todos os autores e autoras em dar respostas efetivas a tais desafios, enquanto também tentavam apresentar as técnicas da maneira mais introdutória e didática possível. É importante lembrar que se trata de um manual introdutório e que os

leitores devem sempre buscar materiais complementares para se aprofundar em cada técnica ou abordagem de pesquisa. Entretanto, reforçamos os agradecimentos a todos os autores e autoras que se dispuseram a enfrentar esse desafio, mesmo se tratando de um momento de dificuldade após a pandemia de covid-19.

Cada capítulo foi pensado para ser lido de forma independente, assim como o leitor e leitora que se aventurarem por todo o manual notarão como seus conhecimentos ficarão mais completos ao notar as conexões e mesmo as divergências existentes entre as técnicas e abordagens de coleta e de análise de dados qualitativos. O livro está dividido em quatro seções, além da Introdução, Conclusão e do **Capítulo 1**, *Pesquisa qualitativa em políticas públicas: entendendo os problemas públicos para desenhar melhores ações públicas*, autoria de Regina Luna Santos de Souza e Júlia Maurmann Ximenes.

Na **SEÇÃO I – MÉTODOS DE COLETA DE DADOS**, o **Capítulo 2**, *Entrevistas em profundidade em Ciência Política*, de Natasha Bachini, Rafael Cardoso Sampaio e Ester Athanásio, mostra que apesar de ser amplamente referenciada e utilizada na área, a técnica de entrevista em profundidade ainda carece de discussões específicas. Na mesma direção, outra técnica “clássica” do campo qualitativo, os grupos focais, são o tema do **Capítulo 3**, *Grupos focais em Ciência Política*, de Carolina de Paula, Bruno Nichols, Gabriel Bento Leite Ferreira e Pedro Lenhagui Bergamaschi. Os autores mostram que o uso da técnica na Ciência Política aumentou na última década, mas ainda é pouco explorado, mesmo nos Estados Unidos, país com forte tradição comportamentalista.

Abrindo a **SEÇÃO II – ABORDAGENS METODOLÓGICAS**, o **Capítulo 4**, *Estudo de caso em Ciência Política: teoria e aplicação*, de Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas e John dos Santos Freitas, afirma que o estudo de caso se trata de um desenho de pesquisa amplamente utilizado na Ciência Política, devido ao tipo de problema que a disciplina tende a enfrentar, os problemas fortemente contextuais e com grande influência da agência humana. Já o **Capítulo 5**, *A etnografia como abordagem metodológica nos estudos em Ciência Política*, de Michelle Fernandez, Natália Guimarães e Marta Pontes de Campos, argumenta que apesar do aumento no uso da etnografia

nas ciências sociais, a política, assim como seus principais atores, como burocratas, políticos e ativistas, continuam sendo pouco explorados pela corrente principal da etnografia. Para fechar a seção, o **Capítulo 6**, *Etnografia online em Ciência Política*, de Victor Piaia, Sabrina Almeida e Eurico Matos não delimita fronteiras ou competições com a Antropologia. O foco é essencialmente pragmático, o que é importante considerar para realizar exercícios etnográficos online voltados para os objetos da área.

Na **SEÇÃO III – MÉTODOS DE ANÁLISE DADOS**, o **Capítulo 7**, *Análise Qualitativa Temática em Ciência Política*, de Daniela Drummond, Paulo Roberto Neves Costa e Júlia Gonçalves, revela que a análise temática é muito usada no campo da Psicologia e, embora não seja um método específico, mas sim uma ferramenta aplicável em diversos métodos para a qual não existe uma única maneira de utilizá-la, é fundamental seguir algumas diretrizes. O **Capítulo 8**, *Análise de Conteúdo qualitativa em Ciência Política*, de Rafael Cardoso Sampaio, Paula de Oliveira Portela, Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff Araújo, Tiago Borges e Murilo Brum Alison, oferece um resumo sobre a aplicação científica da análise de conteúdo no contexto qualitativo. Essa técnica é uma das principais abordagens para a análise de dados qualitativos na pesquisa brasileira, mas há pouca discussão sobre a aplicação específica no campo. Para fechar a seção, o **Capítulo 9**, *Análise Textual e abordagens qualitativas em Ciência Política: práticas combinadas e aproximações possíveis*, de Lucy Oliveira e Eduardo Pagnan Vieira, propõe refletir e identificar possíveis caminhos de convergência entre as técnicas de análise e tratamento textual computacional (CATA) e as metodologias qualitativas.

Na **SEÇÃO IV – OUTROS ASPECTOS DA PESQUISA QUALITATIVA**, o **Capítulo 10**, *Introdução aos softwares de Análise de Dados Qualitativos em Ciência Política*, os autores Mariana Arcos Lorencetti e Douglas Henrique Novelli mostram as aplicações e possibilidades dos *softwares* de Análise de Dados Qualitativos, popularmente chamados de CAQDAS. Dois capítulos do livro discutem aspectos urgentes e contemporâneos da disciplina. O **Capítulo 11**, *Questões científicas para a análise qualitativa em Ciência Política: transparência metodológica, replicação, validação dos dados e validade*, de Vítor

Eduardo Veras de Sandes-Freitas e Vitor Vasquez, retoma pontos elencados na Introdução e acrescenta os procedimentos que dão nome ao capítulo. Por fim, no **Capítulo 12**, *Ética e pesquisas qualitativas em Ciência Política*, Rayza Sarmiento e Rafael Adílio dos Santos apresentam de forma sucinta como se desenvolveu a discussão sobre ética nas Ciências Humanas, a adaptação desse debate no contexto nacional, a formação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e os protocolos atuais de avaliação que regulam as pesquisas envolvendo seres humanos.

A **SEÇÃO V – OS NOVOS MÉTODOS QUALITATIVOS DA CP**, conta com dois textos. O **Capítulo 13**, *Process Tracing: uma introdução ao uso do rastreamento de processos em Ciência Política*, de Patrícia Sene de Almeida, Tainá R. Serafim e Enzo Lenine, discutem como o *process tracing* (ou rastreamento de processos) emerge enquanto uma abordagem para explicar, de maneira causal, como e por que um fenômeno se conecta a outro. Fechando o conjunto de 14 capítulos, em *Uma introdução a Análise Qualitativa Comparada* (QCA) em Ciência Política, os autores Acácio Vasconcelos Telechi, Maiane Bittencourt e Thiago Silame mostram que o método visa propor uma abordagem adequada para a análise de um número intermediário de casos, com o objetivo de fazer inferências descritivas e causais.

Todo esse esforço coletivo resultou neste manual que buscou ser amplo em termos de técnicas, sejam elas as tradicionais da abordagem qualitativa sejam aquelas apresentadas na lógica KKV. Assim, muitas vezes os capítulos têm sobreposição e isso era esperado, afinal aspectos analíticos, éticos e de desenho de pesquisa (seleção de participantes ou formação de amostras, transparência e replicação) são problemas comuns a todas as técnicas qualitativas.

Esperamos que gostem. Boa leitura!

Rafael Cardoso Sampaio
Carolina de Paula

INTRODUÇÃO

Olhando para os “velhos” (e muitas vezes esquecidos) métodos qualitativos na área de Ciência Política sem perder os “novos” de vista

Rafael Cardoso Sampaio

Carolina de Paula

Fundada numa perspectiva da estatística inferencial e dos métodos quantitativos, a proposta de KKV defende uma ciência social que necessita destes aportes metodológicos para lidar com a complexidade do mundo e, principalmente, para evidenciar relações de causalidade

Lenine, Mörschbacher, 2020, p. 128

Este manual parte de um pressuposto de que a Ciência Política brasileira foi fortemente inspirada por sua contraparte estadunidense.¹ Esta, por sua vez, passou por uma revolução comportamentalista na primeira metade do século XX, no qual a academia norte-americana rompeu com um modelo mais descritivo, qualitativo e filosófico de análise de fenômenos políticos (Feres Jr., 2000; Limongi, Almeida, Freitas, 2016; Lenine, Mörschbacher, 2020) e as abordagens quantitativas, baseadas em modelos formais estatísticos, passaram a ser dominantes na área. “O desenvolvimento dos *surveys* e testes estatísticos produziu uma onda de pesquisas na academia da nascente Ciência Política nos Estados Unidos da América, influenciando posteriormente as academias europeias, latino-americanas, asiáticas e africanas”. (Lenine e Mörschbacher, 2020, p. 126). Colocando, segundo os autores, métodos interpretativos e descritivos em segundo plano, assim como esforços de teorização política:

Esta abordagem metodológica e os modelos estatísticos acabaram por predominar nos principais canais de divulgação de pesquisas na Ciência Política norte-americana, determinando uma rota preferencial para a produção de conhecimento na disciplina (Lenine, Mörschbacher, 2020, p. 127).

Assim, inspirada nessa matriz mais institucionalista e metodológica que vigorava na academia dos Estados Unidos, a Ciência Política no Brasil buscou se estabelecer se distanciando de explicações mais sociológicas e econômicas (Avritzer, 2016; Limongi, Almeida, Freitas, 2016; Leite, Feres Jr., 2021). Dentre outras variáveis, alguns estudos destacam a importância que a Fundação Ford teve para a consolidação de duas escolas tradicionais no país, nomeadamente o antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (atualmente IESP-UERJ) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Forjaz, 1997; Keinert, Silva, 2010), ao facilitar que professores realizassem o doutorado nos Estados Unidos e replicassem o estilo e método² em nosso território.³ A autonomia da área, dentre outras

1. Isso não significa desprezar a importância de outras escolas, como a francesa, ou mesmo da influência positiva da Flacso e outras entidades, como relatado por Reis (2016).

2. “Vale observar, de passagem, que a primeira geração de cientistas políticos treinados nos Estados Unidos foi fortemente influenciada pelo estrutural-funcionalismo e sua ênfase na atitude política” (Limongi, Almeida, Freitas, 2016, p. 66).

3. Novamente, segundo Reis (2016), havia um paradoxo em tais financiamentos da Fundação Ford no Brasil, pois havia de fato uma percepção de ser uma imposição “imperialista” de tais metodologias, entretanto, ao mesmo tempo, a instituição teve papel

questões, se formou ao diferenciar a Ciência Política de outras ciências sociais e mesmo humanas (Avritzer, 2016; Leite, Feres Jr. 2021; Marengo, 2016; Reis, 2016). Assim, se construiu um campo com métodos capazes de explicar a conexão entre determinados elementos, especialmente na lógica de inferências causais, em outras palavras, “tratava o esforço científico como um processo próximo ao de uma empiria a das ciências exatas” (Lenine; Mörschbacher, 2020, p. 127).

Sem nenhuma intenção de narrar a história da área no Brasil, já realizada de maneira competente anteriormente (Amorim Neto, Santos, 2015; Avritzer, 2016; Candido, 2024; Lamounier, 1982, Lessa, 2010; Limongi, Almeida, Freitas, 2016; Marengo, 2016; Oliveira *et al.*, 2021; Reis, 2016),⁴ assumiremos essa premissa: a Ciência política brasileira foi fortemente influenciada e inspirada na estadunidense. Assim, apesar dos encontros com resistências e dissidências de várias formas ao longo dessa jornada, afirmamos que esse é um campo enraizado em uma base metodológica sólida, notadamente de natureza quantitativa (Lenine, Mörschbacher, 2020).⁵

Tendo isso em vista, duas publicações são importantes para entender o contexto no qual este manual foi elaborado. Em primeiro lugar, em 1994, Gary King, Robert O. Keohane e Sidney Verba lançam *Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research* (conhecido simplesmente como KKV). O manual teve grande impacto sobre a Ciência Política norte-americana e consequentemente sobre diversos outros países. Os autores fazem um verdadeiro tratado sobre a importância de desenhos de pesquisa consistentes, em especial a necessidade de técnicas de pesquisas capazes de evidenciar a causalidade entre as variáveis. De modo mais detido, para nossos interesses, os autores afirmam que métodos quantitativos e métodos qualitativos, na verdade, se diferem apenas em termos de estilos e, na prática, métodos qualitativos também podem gerar inferências causais sob uma lógica de estatística inferencial. Para tanto, os autores destacaram o uso de

ativo em combater o regime militar no Brasil.

4. Vale a pena destacar o estudo de Cândido (2024) que busca destacar o papel das mulheres na formação e história da Ciência Política no Brasil, fatos frequentemente ignorados pelas revisões da área, incluindo, em certa medida, a realizada neste capítulo. Futuras abordagens poderiam inclusive verificar se tal apagamento dos métodos qualitativos também não ocorreu em tais resgates históricos.

5. Na visão de Avritzer (2016), a ciência política brasileira adotou inicialmente métodos mais quantitativos, mas que teria evoluído na fase intermediária (1985-2004) para um pluralismo metodológico. Não discordamos da afirmação, porém defendemos que isso não se reflete nas principais discussões metodológicas da área, que ainda se enxerga como essencialmente quantitativa.

técnicas mais recentes, *process tracing* e *qualitative comparative analysis* (QCA), como meios para dados qualitativos gerarem inferências causais robustas.

A segunda publicação, que tem um impacto para nossa discussão, já em contexto nacional, é o artigo *O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil* de Gláucio Soares (2005). No texto, Soares argumenta de maneira veemente que as Ciências Sociais, em geral, tiveram uma hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística, porém que este lugar não foi ocupado por métodos qualitativos rigorosos, e sim por uma ausência de métodos e de rigor:

O desconhecimento dos métodos qualitativos mais rigorosos também é característico daqueles que se definem como “qualitativos” simplesmente por oposição a “quantitativos”. No entanto, “qualitativos” eles não são, porque não usam métodos qualitativos. São apenas não-quantitativos ou anti-quantitativos (Soares, 2005, p. 1).

Ao exemplo das discussões amplamente promovidas por Fábio Wanderley Reis (1996), ele atribuiu grande parte do problema à precariedade de ensino de técnicas de pesquisa e de métodos quantitativos nos principais programas da área (ver também Cano, 2012). Soares afirmava que as Ciências Sociais, no geral, e a Ciência Política, em específico, formavam maus profissionais, incapacitados em contribuir para a solução de questões nacionais relevantes. Além disso, a falta de treinamento metodológico adequado era uma das causas de nossos pesquisadores não conseguirem publicar em periódicos internacionais de alto impacto.

O texto causou grande impacto na área, seja pelos seus fortes argumentos, seja pela ausência de dados nos argumentos levantados. Uma primeira resposta ao texto veio através da pesquisa de Oliveira e Nicolau (2012), que analisaram as disciplinas ofertadas no IUPERJ (1969) e na Universidade de São Paulo (USP) (1974), em quatro décadas. Nesses 40 anos, foram ofertadas 1113 disciplinas nos dois programas, uma média de aproximadamente 28 disciplinas por ano. Em disciplinas metodológicas, os autores identificaram 119 cursos que privilegiaram o ensino de estatística (50% da oferta), ensino de disciplinas de metodologia e desenho de pesquisa (14%) e com

10%, apareceu o ensino de métodos não-quantitativos. Já as disciplinas sobre epistemologia das ciências sociais representavam 5% do total. Para eles, é questionável que haja um volume alto de cursos de métodos estatísticos sem o ensino da finalidade de tais métodos. Os autores concluem que:

o processo de formação dos estudantes de Ciência Política mostra que os estudantes não são expostos às diversas orientações metodológicas. Estes resultados aproximam-se daqueles encontrados por pesquisadores que estudaram os programas de pós-graduação em outros países, sobretudo nos Estados Unidos. Como vimos na primeira seção, nesse país também não existe uma formação sistemática em métodos e metodologia de pesquisa. Quando existem disciplinas de métodos, elas ensinam, exclusivamente, métodos estatísticos, ficando preteridos os métodos não quantitativos, sobretudo os qualitativos (Nicolau, Oliveira, 2012, p. 19).

Em um segundo esforço, Nicolau Oliveira (2012) analisaram 858 artigos de cientistas políticos publicados em cinco das principais revistas de ciências sociais do Brasil (BPSR; Dados; Novos Estudos, Opinião Pública e RBCS), entre os anos de 1966 e 2013. Para nossos interesses, destacamos que os autores classificaram os artigos em três tipos: não empírica, empírica e análise histórico-descritiva.⁶ Nas primeiras décadas avaliadas, predominavam os artigos não empíricos ou baseados em análises histórico-descritivas, o que se inverte a partir da década de 1990. Na década de 2010, perto de 70% das publicações são identificadas como empíricas. Analisando os artigos, afirmam que a maior parte dos métodos empregados são estatísticos. Ainda que se trate de estatísticas descritivas, como frequências simples e porcentagens, os autores detectam usos mais sofisticados a partir dos anos 2000. Observam que a análise de conteúdo e as tipologias também estão presentes, em menor número. Modelos formais e técnicas de história oral aparecem como residuais na avaliação dos autores.

Outra resposta ao texto de Soares (2005) pode ser vista na pesquisa de Barberia, Godoy e Barboza (2014), que estudaram os currículos de

6. “Classificamos como análise histórico-descritiva os artigos cujo objetivo é descrever eventos e organizações, mas que não utilizam métodos de coleta e análise de dados” (Oliveira, Nicolau, 2012, p. 11). Em texto posterior, Nicolau e Oliveira (2017) incluem o periódico *Lua Nova* e atualizam os dados até o ano de 2015, mas os resultados gerais são similares.

programas de pós-graduação em Ciência Política entre 1998 e 2012. As autoras evidenciam que há uma carência de cadeiras inovadoras e diferenciadas, como Álgebra, Econometria e métodos para análise de dados categóricos, além de baixa oferta de tópicos avançados e disciplinas focadas em análises de dados e modelos para variáveis dependentes. Há um notável desequilíbrio na oferta de disciplinas, com uma predominância de técnicas quantitativas em detrimento de qualitativas, apesar da ampla aplicação daquelas na produção científica.

Ainda, a pesquisa aponta que os cursos mais antigos, predominantemente localizados no Sudeste do país, são os que disponibilizam disciplinas focadas em modelos formais e técnicas qualitativas. Esse fenômeno é explicado por um processo endógeno de institucionalização, onde programas acadêmicos, inicialmente com poucos docentes, alunos e com um currículo restrito, evoluem ao longo do tempo para se tornarem mais institucionalizados e diversificados. Corroborando a hipótese de endogenia, programas maiores e mais institucionalizados possuem um maior número de docentes com formação diversificada, proporcionando uma gama de disciplinas variadas, enquanto programas menores tendem a oferecer uma formação “básica”, com foco em disciplinas quantitativas.

Já o trabalho de Neiva (2015) levantou o uso de dados e métodos quantitativos em 22 revistas brasileiras de ciências sociais no período de 1997 a 2012. O autor avaliou que o uso de estatística avançada aumentou de 3,3% em 1997 para 7,6% em 2012. Para ele, ainda que haja crescimento, o “quadro geral permanece o mesmo: as ciências sociais no país continuam primordialmente não quantitativas” (Neiva, 2015, p. 71).

Mais recentemente, o estudo de Figueiredo (2021) avaliou 3.409 resumos de artigos publicados em seis importantes periódicos nacionais em Ciência Política entre 1993 e 2019. Os autores demonstram que houve crescimento de palavras que remetem a algum tipo de inferência causal e que o número de palavras relacionadas a metodologia (quantitativa ou qualitativa) cresceu sistematicamente ao longo dos anos e o ritmo de crescimento das duas abordagens é semelhante, entretanto apontou que na abordagem qualitativa ainda está essencialmente restrita à utilização de entrevistas.

Na mesma direção, a pesquisa de Leite e Feres Jr. (2021), baseada em 567 artigos presentes em 23 periódicos nacionais A1, A2 e B1 listados no Qualis da área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, demonstra um cenário dividido. Por um lado, 27,6% são baseados apenas em evidências bibliográficas, mas por outro a estatística é usada em 38,6% da produção. “Considerando-se trabalhos com evidências híbridas, a proporção de utilização de metodologias quantitativas chega a 38,8%” e, além disso, “metade da produção trabalha com argumentos causais e 40,9% têm propósito nomotético” (Leite, Feres Jr., 2021, p. 23). Destacamos ainda que 32,7% dos trabalhos são de natureza qualitativa e, segundo os autores, “não apresentam qualquer preocupação em discutir método” (Leite, Feres Jr., 2021, p. 23). Finalmente, reforçando o argumento do ethos quantitativo da área, os autores concluem que “os periódicos que aderem a um padrão de cientificidade ortodoxa mais claramente são os mais identificados com a Ciência Política” (Leite e Feres Jr., 2021, p. 25).

Sainz, Silva, Codato (2024) analisaram os títulos, resumos e palavras-chave de 1.849 trabalhos de conclusão na Ciência Política, defendidos entre 2013 e 2020. Em termos metodológicos, os autores concluem que se pode categorizar teses e dissertações em dois domínios distintos, porém conectados: o empírico, vinculado à coleta de “dados”; e o teórico, ligado à “interpretação”. A seleção de verbos comumente usados em cada domínio ilustra tal diferenciação. No âmbito empírico, verbos como “identificar”, “analisar” e “explicar” são frequentemente empregados, enquanto no contexto teórico, “examinar”, “compreender” e “interpretar” são os termos mais prevalentes. Relativamente às metodologias de pesquisa, os estudos de caso parecem ser os mais recorrentes, contudo, mais investigações são necessárias para confirmar essa observação. Outros achados também indicam a presença de comunidades qualitativas.

Com base nessa revisão narrativa de artigos sobre a área no país, sem pretensão de ser exaustiva, podemos tirar algumas conclusões. Houve avanços na oferta de disciplinas e treinamento metodológico, notadamente em técnicas quantitativas e também no uso e apresentação de técnicas de pesquisa nos artigos científicos, especialmente no que tange revistas mais

identificadas com o *ethos* da Ciência Política. Outro destaque é que, apesar do *ethos* quantitativo, diversos estudos mostram que há razoável volume de estudos qualitativos na Ciência Política e nas Ciências Sociais como um todo. Há indicativos de melhorias sistemáticas em várias searas, especialmente em termos da discussão e aplicação de métodos quantitativos na área.

Todavia, argumentamos, parece que uma parte importante da crítica realizada por Soares (2005) tem sido ignorada. Soares não apenas denotou que havia pouco treinamento e uso de métodos quantitativos. Boa parte do seu texto se centra na questão da falta de rigor dos métodos qualitativos. Para ele, muitos trabalhos ditos qualitativos são, apenas, trabalhos não-quantitativos, esquecendo-se que há métodos qualitativos rigorosos e confundindo ensaísmo com trabalhos que usam métodos qualitativos. Nesta seara, ele acredita que os métodos qualitativos são usados geralmente pela tradição em certas áreas, como Antropologia e Sociologia, e que o grupo que usa e efetivamente discute os métodos qualitativos são uma minoria nas Ciências Sociais (Soares, 2005, p. 32).

Quase 20 anos após a publicação, não vemos indicações claras de que a situação tenha mudado no eixo qualitativo. Em suma, tanto o treinamento metodológico quanto a discussão epistemológica não têm sido realizados na área de maneira adequada no que tange a pesquisa qualitativa.⁷ Em avaliações similares, Amorim Neto e Santos (2015) afirmam que houve a consolidação do uso sistemático e sofisticado de métodos estatísticos enquanto se confirma a escassa aplicação bem fundamentada de métodos qualitativos. Já Szwako, Dowbor e Pereira (2022) afirmam que o problema apontado por Soares (2005) da falta de treinamento metodológico adequado persiste, incluindo uma grande dificuldade de conectar a teoria aos métodos empregados, o que denota uma necessidade de melhoria geral em questões metodológicas nas Ciências Sociais. Entretanto, os autores ressaltam a seguinte questão:

o conjunto dos métodos e técnicas de cunho qualitativo, parece-nos, merecem maior atenção. Apesar da existência de vasta literatura internacional sobre

⁷. Seria necessária uma pesquisa aplicada para comprovar, porém a impressão é que mesmo as principais escolas de treinamento metodológico no Brasil, a saber o MQ da UFMG e a Escola de verão de métodos da USP, também priorizam nitidamente técnicas quantitativas, sendo que geralmente a parte qualitativa é mais voltada para process tracing, QCA e métodos mistos.

reflexões metodológicas a respeito dos dilemas e desafios de operacionalização dos mais diversos métodos propriamente qualitativos, sua mobilização é, em boa parte de nossas Ciências Sociais, tratada como se eles fossem meramente intuitivos ou, às vezes, uma questão de gosto. Isso se expressa, por exemplo, na corriqueira ausência de seção dedicada a eles em artigos baseados em abordagens qualitativas ou, ainda, no recurso pouco reflexivo à técnica das entrevistas semiestruturadas (Szwako, Dowbor, Pereira, 2022, p. 17).

A pesquisa realizada pelos dois autores e outros colegas de diferentes universidades (Sampaio *et al.*, 2024)⁸ buscou evidenciar isso. Inicialmente, o estudo verificou 43 revistas indexadas na SciELO, incluindo as mais identificadas ao ethos da Ciência Política e outras em áreas de fronteira, como estudos urbanos, Ciências Sociais, Comunicação, Direito, História, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Saúde, além de revistas ligadas a temáticas específicas, como gênero e raça. Posteriormente, além dos trabalhos que avaliam somente as pesquisas presentes na SciELO, a pesquisa também verificou 33 revistas que não estão presentes na Scielo, mas que são identificadas como revistas da área ou de áreas próximas. Para garantir que os artigos de fato tratassem sobre o uso de métodos qualitativos em Ciência Política, os pesquisadores elaboraram dicionários de pesquisa tanto para as principais técnicas qualitativas quanto para um conjunto de identificadores de temáticas e objetos do campo.

Na SciELO, foram coletadas 55.829 entradas nos 42 periódicos, sendo que 24.050 estão relacionadas à pesquisa qualitativa, equivalente a 43,49% do total. Após aplicar o filtro, para excluir editoriais e resenhas, ficaram 23.213 entradas. Por sua vez, ao aplicar o filtro do dicionário de ciência política no texto, restaram 19.803 referências. Na sequência, foi aplicado o dicionário qualitativo nos títulos, restando 736 artigos. Após leitura manual dos títulos e resumos, os pesquisadores concluíram que 190 artigos buscam discutir os métodos qualitativos. Desses, 13 mencionam Ciência Política no título ou resumo.

Nas revistas não indexadas pela SciELO foram capturadas 1.267

8. Aproveitamos para agradecer aos professores Leonardo Nascimento (UFBA) que ajudou na coleta de dados da Scielo e ao professor Denisson Silva (UFPE) que fez a seleção automatizada de textos para este estudo.

referências. Após a verificação do dicionário qualitativo em título e resumos, resultaram 239 entradas. Após a leitura qualitativa de título e resumo, os pesquisadores concluíram que 45 artigos abordam em maior ou menor medida os métodos qualitativos.

Os números, além de assustadores, reafirmam os achados anteriores de Lenine e Mörschbacher (2020) e Leite, Feres Jr. (2021): existe uma clara hierarquia do conhecimento na Ciência Política brasileira que reproduz a mesma lógica existente na norte-americana, que privilegia abordagens quantitativas, incluindo nos periódicos de mais impacto no país e “faz com que os debates atuais centrem-se especificamente nos seus efeitos nos sistemas de incentivos e constrangimentos na academia” (Lenine, Mörschbacher, 2020, p. 136). Assim, “o risco, afinal, é de um cientificismo e de um ‘metodologismo’ exagerado, operando contra a concepções mais inclusivas de cientificidade na Ciência Política” (Leite, Feres Jr., 2021, p. 44).

É ainda mais preocupante quando vemos que o debate é significativamente inferior nas revistas presentes na SciELO⁹, portanto, aquelas que têm mais visibilidade, impacto e, claro, o reconhecimento pelos pares. O conjunto de pesquisas aqui acionadas indica que os pesquisadores e as pesquisadoras “qualitativistas” necessitam mandar suas reflexões para revistas com menor visibilidade, impacto e Qualis Capes, e que consequentemente tem nota inferior (ou nula) para a sua avaliação pessoal e para a avaliação de seu programa de pós-graduação. Forma-se, portanto, um círculo vicioso, que dificulta o debate sobre métodos qualitativos com necessária atenção. As diferentes pesquisas parecem indicar que o mesmo acontece em temas considerados fora do mainstream, como gênero, raça, comunicação política, movimentos sociais, dentre outros.¹⁰, ou ainda:

é natural que uma tradição foque ou reconstrua a fração do real mais adequada a ela, mas tem-se um problema quando, em um contexto de afirmação disciplinar, em particular como ciência, essas tradições acabem sendo confundidas com a cientificidade em si, de forma unívoca. A existência

9. Também o estudo de Távares e Oliveira (2016) ao estudar as principais revistas A1 e A2 da área conclui que a visão de poder fartamente mais apresentada nesses periódicos é aquela de corrente neoinstitucionalista, especialmente em sua versão da escolha racional, mais afeita a métodos quantitativos.

10. A título de exemplo, podemos citar os estudos de Cândido, Feres Jr, Campos (2020) e Cândido (2024) que demonstram severas desigualdades na Ciência Política brasileira, notadamente em termos de gênero e raça.

eficaz de uma ortodoxia faz com que os trabalhos que não empregam seu arranjo teórico, seus métodos – e seus objetos e temas – sejam tomados, na prática, como “menos científicos” ou mesmo “não científicos”. Isto constitui um claro pré-julgando do seu valor heurístico que restringe as possibilidades científicas no campo (Leite, Feres Jr., 2021, p. 43).

Dito de outra forma, o campo da Ciência Política no Brasil não conseguiu iniciar um debate vibrante sobre métodos qualitativos, apresentando sérias dificuldades para incorporá-los ao núcleo da disciplina. Não menos importante, quando realiza tais debates metodológicos e epistemológicos, a área se concentra especialmente sobre os “novos” métodos qualitativos e a busca por inferências causais, mesmo quando se trata de métodos mistos.¹¹

Nesse sentido, vale retomar a questão de KKV. Apesar de sua inegável influência, houve também discussões e mesmo apontamentos em outras direções (Ercan, Vromen, 2023; McNabb, 2015; Schram, Caterino, 2005). Consoante Perissinotto e Nunes (2023, p. 10), a obra *Rethinking social inquiry*, coletânea organizada por Brady e Collier (2010), seria um dos principais esforços nesse sentido, uma vez que os autores não questionavam a produção de inferências causais e descritivas ancoradas em dados e desenhos de pesquisa sólidos, porém pelas “especificidades e vantagens próprias dos métodos qualitativos, [eles] não poderiam ser simplesmente ser julgados a partir do quantitative template que KKV lhes impõem” (Perissinotto, Nunes, 2023, p. 10, grifos dos autores).

Resumidamente, Perissinotto e Nunes (2023) destacam algumas dessas especificidades e vantagens levantadas por Brady e Collier (2010). Segundo os autores, é incomum que as avaliações qualitativas se baseiem em coleções de bancos de dados, pois visam a observar processos causais, geralmente ligados a evidências resultantes de contextos históricos complexos e seus mecanismos:

11. Um exemplo emblemático são as diferentes aproximações a respeito do uso de estudos de caso na Ciência Política (uma abordagem de destaque na área segundo Sainz, Silva, Codato, 2022), que passam a ser notadamente úteis, quando geram inferências causais (Sátyro, D’Albuquerque, 2020; Machado, 2021; Maia, Maia, 2022; Rezende, 2011, 2022). Como esse texto reitera múltiplas vezes, não se trata de criticar a possibilidade de estudos de caso ou de outras técnicas de gerarem inferências causais (ver o exemplo de Gomes Neto, Albuquerque, Silva, 2024 que tratam dos dois tipos), mas concordamos com Leite e Feres Jr. que essa defesa excessiva da necessidade de geri-las “acaba transformando causalidade em uma premissa assimilada e confundida com a técnica que se está empregando – um emprego que eventualmente assume ares de militância” (2021, p. 44).

Nesse sentido, não importaria tanto a quantidade de evidências, mas sim sua qualidade. Esse tipo de evidência pressupõe um profundo conhecimento do contexto histórico e social em que o evento que se pretende explicar ocorre, algo que nem sempre (na verdade, quase nunca) acompanha as pesquisas conduzidas por pesquisadores que aderem exclusivamente aos métodos quantitativos (Perissinotto, Nunes, 2023, p.11).

Em segundo lugar, é importante notar que a pesquisa qualitativa apresenta uma limitada capacidade de aleatorização dos casos investigados, sendo sua preferência direcionada para a seleção criteriosa de casos estrategicamente relevantes que se alinham com a teoria adotada pelo pesquisador. Nesse sentido, a teoria desempenha um papel central na orientação da escolha dos casos, uma vez que a pesquisa qualitativa visa a explanação de resultados específicos em contextos particulares, em contraposição à formulação de generalizações abstratas da pesquisa quantitativa. Além disso, os estudos com amostras reduzidas (N pequenos) possibilitam uma análise minuciosa dos casos em estudo, reconhecendo a intenção de desenvolver generalizações de natureza universal e viabilizando a rigorosa avaliação de teorias preexistentes (Perissinotto, Nunes, 2023; Gomes Neto, Albuquerque, Silva, 2024; ver também Brady, Collier, 2010).

Em terceiro lugar, é fundamental destacar a existência de estratégias analíticas capazes de substancialmente elevar o rigor das investigações com amostras reduzidas, bem como aumentar a confiabilidade das inferências causais por elas realizadas. A adoção de um delineamento de pesquisa comparativa, particularmente quando incorpora grupos de controle (ou seja, casos negativos), pode ampliar consideravelmente a capacidade de formular proposições causais. Isso viabiliza, no mínimo, a identificação e/ou exclusão de causas necessárias e suficientes. Enquanto a pesquisa de natureza quantitativa frequentemente resulta em dados que comumente são categorizados como “evidências de correlações estatísticas”, os estudos de caráter qualitativo enriquecem o campo das evidências ao proporcionarem reflexões e descobertas sobre os mecanismos causais fundamentados em processos (Brady, Collier, 2010; Perissinotto, Nunes, 2023).

Portanto, o objetivo deste capítulo - ou mesmo deste manual - não é negar que os métodos qualitativos sirvam também para fazer inferências causais, o que se reforça pelo manual apresentar capítulos de *process tracing* e QCA. Entretanto, se algo em torno de 40% das pesquisas presentes na área são qualitativas, um grande e importante debate está sendo ignorado. Não é preciso rechaçar os métodos qualitativos pensados para gerar inferências causais, porém há outras discussões acontecendo no mundo da pesquisa qualitativa que não se restringem a isso. Enquanto pesquisas quantitativas vivem uma crise da replicabilidade (Arel-Bundock, 2022),¹² métodos qualitativos vivem especialmente o desafio de aumentar o rigor das aplicações e a transparência dos procedimentos (Moravcsik, 2010; 2014), enquanto precisam manter a flexibilidade natural de sua metodologia (Boas, 2023), ainda atentando-se para as questões éticas envolvidas (Mcnabb, 2015). Incluindo nessa seara as preocupações genuínas ao método, como validação de dados, triangulação, saturação de amostra e de análise, entre tantas outras.

Diferentemente do caso norte-americano, que precisou de um movimento como a Perestroika (Monroe, 2005; Gunnell, 2015) para denotar a importância do uso de outros métodos, a ciência política brasileira já faz um uso abundante de métodos qualitativos. Entretanto, muitas vezes, as avaliações da área são realizadas por pesquisadores quantitativistas ou sob a égide de tal método. Se estamos usando modelos estatísticos mais sofisticados, isso seria um indicador inquestionável da área estar evoluindo e ficando mais “científica”. Ou nas palavras de Leite e Feres Júnior (2021) “há ‘melhoras’ na situação da disciplina, o que, para eles, traduz-se em uma maior adoção da concepção ortodoxa de cientificidade pelos praticantes da Ciência Política brasileira” (Leite, Feres Jr., 2021, p. 20).

Esse aumento de rigor nas aplicações qualitativas deve vir das discussões epistemológicas e metodológicas, porém invariavelmente também carece de materiais acadêmicos nativos dedicados ao ensino de suas técnicas. Desde a publicação do texto, “a utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”, de Luciana Veiga e Sônia Maria

12. Não é o objetivo deste texto, mas várias reflexões acerca dos métodos quantitativos reconhecem que frequentemente os modelos se tornam mais sofisticados estatisticamente, mas que haveria um uso injustificado, tolo, formal e acrílico dessas técnicas (Leite e Feres Júnior, 2021; Reis, 2016), que, consoante Cervi, “não raras vezes transforma a ferramenta estatística, que deveria servir como forma de acesso à realidade social, em finalidade última da pesquisa empírica” (2009, p. 125).

Guedes Gondim, em 2001, são poucos os artigos, capítulos e, especialmente, manuais dedicados à temática na área.

Muita coisa mudou nesses últimos 20 anos, obviamente, os textos precisam de atualizações. Vimos o crescimento exponencial na velocidade de processamento, na capacidade de armazenagem e desenvolvimento de *softwares* que permitem ler, codificar e classificar grandes quantidades de informações. Sempre haverá espaço (e necessidade) para questões e respostas inalcançáveis pelo campo quantitativo. Frequentemente isso não vai demandar a construção de desenhos de pesquisas que gerem inferências causais (Ercan, Vromen, 2023; McNabb, 2015; Schram, Caterino, 2005), mesmo observando-se as vantagens apontadas por Perissinotto, Nunes (2023) e Rezende (2011).

Consoante Ercan e Vromen (2023), os métodos qualitativos desempenham um papel crucial na pesquisa em ciência política, uma vez que se concentram na compreensão das significações subjacentes a intenções, ações, objetos e fenômenos. Os pesquisadores que optam por abordagens qualitativas podem obter informações relevantes sobre o significado que as pessoas atribuem às suas ações em contextos específicos. Além disso, a explicação e a compreensão do comportamento social e político humano não podem ser desvinculadas do contexto. Nesse sentido, o pesquisador qualitativo se esforça para transmitir uma imagem completa, muitas vezes referida como “descrição densa”, por meio de análises aprofundadas de estudos de caso ou comparações de “pequeno-N”, respondendo a perguntas de pesquisa descritivas que começam com “o quê” (Gomes Neto, Albuquerque, Silva, 2024).

Além disso, por meio dos métodos qualitativos, os pesquisadores também podem abordar questões explicativas relacionadas ao “porquê” e ao “como”. O entendimento dos processos, instituições e atores dentro e fora dos governos constitui a base da investigação política. Isso pode incluir questionamentos sobre como as decisões coletivas são tomadas, quais fontes de legitimidade são invocadas e como a democracia e alternativas à democracia,¹³ como o autoritarismo, são conceituadas e praticadas. Portanto,

13. Segundo Leite e Feres Jr., “a atenção à democracia vai dando lugar à atenção às instituições democráticas estabelecidas. Ignorando fatores exógenos e sua historicidade, incorre-se em um “oficialismo ontológico, que insula e justifica as instituições

os métodos qualitativos desempenham um papel essencial na construção de um quadro abrangente e enriquecedor para a pesquisa em ciência política, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos políticos (Ercan, Vromen, 2023; ver também Leite, Feres Júnior, 2021).

As oportunidades de pesquisa e exploração são virtualmente ilimitadas. Batista e Domingos (2017) demonstram isso de maneira muito prática para o campo do monitoramento e análise de políticas públicas. As autoras denotam a importância das técnicas qualitativas de observação, entrevista e grupo focal. Denotam quatro questões que justificam sua importância:

- 1) parte da perspectiva dos atores para reconstruir a política; 2) identifica impactos diferenciados sobre diferentes grupos e indivíduos; 3) analisa dimensões não diretamente quantificáveis do impacto das políticas; 4) explica por que em algumas situações as políticas atingem os seus objetivos e em outras não (Batista, Domingos, 2017, p. 14-15)

Tais princípios são válidos para pensar nas diversas subáreas da Ciência Política. Por exemplo, a pesquisa de comunicação política no Brasil se baseava, inicialmente, no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e comerciais (*spots*) de televisão (Figueiredo *et al.*, 1997) e, posteriormente, nos estudos de websites e redes sociais online para compreender as estratégias das campanhas eleitorais via análises de conteúdo quantitativas, análises de redes e estatística descritiva (Aldé, Chagas e Santos, 2013). Recentemente, outros aspectos da comunicação política ganharam espaço, por exemplo, os estudos sobre os profissionais de campanha (Ituassu *et al.*, 2023; Marques, Carneiro, 2018) ancorados em entrevistas em profundidade. Na mesma direção qualitativa, na área de comportamento eleitoral, Borba, Veiga e Martins (2018) fizeram uso de grupos focais para compreender a recepção da propaganda negativa nas eleições presidenciais de 2014. Já sobre a decisão do voto parlamentar, Paula e Nicolau (2018) usaram a técnica dos grupos focais para estudar as percepções dos eleitores cariocas sobre a campanha de deputados federais e estaduais e conforme a revisão realizada por Sarmiento, Massuchin e Mendonça (2021), esta subárea apresenta bastante riqueza de

democráticas estabelecidas” (2021, p. 40).

abordagens quantitativas e qualitativas.

Da mesma forma, desde as jornadas de 2013, o Brasil passou por uma série de conflitos políticos tanto no âmbito político formal quanto no âmbito social, incluindo (mas não se restringindo a operação Lava Jato, manifestações contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff, a ascensão da extrema direita e de novas formas de populismo, as eleições de Jair Bolsonaro desafiando os principais modelos da área, o conflito institucional enquanto forma de governar (e o desafio ao modelo original de presidencialismo de coalizão), a destruição de formas de participação institucional, o descaso com o meio ambiente e, claro, o definhamento da esfera pública, fortemente influenciada por plataformas de redes sociais e seus algoritmos, que facilitou a proliferação de discurso de ódio, desinformação e negacionismo científico, notadamente no período da maior pandemia vivenciada pela humanidade no último século. Sendo que tudo isso, entre outras coisas, reforçou a polarização política do país, demandando que pesquisadores e pesquisadoras usassem métodos quantitativos, qualitativos e digitais em suas análises (e.g. Gohn, 2019; Limongi, 2023; Lynch, Cassimiro, 2022; Mendonça, Sarmiento, 2023; Nobre, 2023; Nicolau, 2020; Oliveira, 20189; Pinheiro-Machado, Feixo, 2019; Tatagiba, Almeida, Laval, Silva, 2022).

Notadamente, as eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022 deram outras demonstrações das limitações de *surveys* tradicionais para os analistas do comportamento eleitoral. Como explicar o voto na extrema direita somente por variáveis tradicionais do campo, como percentuais e modelos estatísticos de avaliação do governo e economia? É outro caso em que as pesquisas qualitativas, como grupos focais, entrevistas em profundidade, etnografias e netnografias, foram capazes de lançar luz sobre diversos fatores que nos ajudam a compreender atores, comportamentos e instituições (Solano, Rocha, 2019; Cesarino, 2020; Piaia, Alves, 2020; Paula, Feres Jr., 2021).

Em que pese os esforços recentes da área em apresentar e discutir metodologias (Bolognesi *et al.*, 2022; Szwako, Dowbor, Pereira, 2022; Emmendoerfer, Gomes 2023; Maia, 2023; Perissinotto, Nunes, 2023), ainda existe uma lacuna sobre a aplicação de técnicas qualitativas pensadas para

os problemas da Ciência Política,¹⁴ especialmente sobre os “velhos” métodos, como entrevistas em profundidade, grupos focais, etnografia e técnicas de análise qualitativa. Simultaneamente, isso não significa que essas diferentes técnicas e abordagens de pesquisa não possam ser enriquecidas com os métodos digitais (Rogers, 2013), que já se apresentam de forma considerável nas teses e dissertações da área (Sainz, Silva, Codato, 2022).

Em um mundo cada vez mais digital, inundado por dados de todas as naturezas, e vivenciando mudanças substanciais nas relações de trabalho, nos regimes democráticos e políticos, dentre outras várias e rápidas transformações das sociedades contemporâneas, a demanda por avaliações mais robustas e mais holísticas dos fenômenos contemporâneos torna-se gradativamente maior. Haverá demanda crescente por pesquisadores capazes de dominar e explicar os dados, qualitativos e quantitativos. Concordamos com a vasta literatura que aponta que a disputa entre quanti e quali está mais que superada (Cano, 2012; Cervi, 2009; Soares, 2005).

O momento é para evoluirmos juntos enquanto campo de pesquisa e na geração de conhecimento, porém é preciso sair do discurso e partir para a prática. Nossa premissa é justamente reconhecer a existência e importância da pesquisa qualitativa na Ciência Política brasileira, fornecendo subsídios para aplicações mais sofisticadas e rigorosas de tais técnicas, além de uma efetiva aplicação de métodos mistos (Batista, Domingos, 2017; Paranhos *et al.*, 2016; Silva, 2015).

Desta maneira, este manual está longe de ser o fim de qualquer debate.

Referências

ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor; SANTOS, João. Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012): um mapa da pesquisa em comunicação e política. **Revista Compolítica**, v.2, n.3, 2013.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. La ciencia política en Brasil

14. Uma possível exceção seria a coletânea organizada por Rousiley Maia (2023) de métodos de pesquisa sobre comunicação política, incluindo análise de conteúdo, entrevistas em profundidade e grupo focal. Não obstante, uma leitura detida dos capítulos evidencia esse foco em objetos e questões mais comunicacionais, que nem sempre se aplicam na mesma lógica para outros objetos da ciência política.

en la última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 19-31, 2015.

AREL-BUNDOCK, Vincent; BRIGGS, Ryan; DOUCOULIAGOS, Hristos; AVIÑA, Marco; STANLEY, T.D. Quantitative political science research is greatly underpowered. **I4R Discussion Paper Series**, 2022.

AVRITZER, Leonardo. O papel do pluralismo na formação e consolidação da Ciência Política no Brasil. P. 165-183. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 61-92, 2016.

BARBERIA, Lorena; GODOY, Samuel; BARBOZA, Danilo. Novas perspectivas sobre o 'Calcanhar Metodológico': o ensino de métodos de pesquisa em Ciência Política no Brasil. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 22, n. 02, p. 156-184, 2014.

BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. e329414, 2017.

BOAS, Taylor. Who Participates in Focus Groups? Diagnosing Self-Selection. **Working paper**, 2023. Disponível em: https://people.bu.edu/tboas/focus_groups.pdf

BORBA, Felipe; VEIGA, Luciana; MARTINS, Flávia. Os condicionantes da aceitação e da rejeição à propaganda negativa na eleição presidencial de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 205-236, 2018.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David (orgs.). **Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards**. Lanhan, Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

CANDIDO, Marcia Rangel. **Dois gêneros, duas histórias?** A fundação da ciência política no Brasil. Rio de Janeiro, Eduerj, 2024.

CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Desigualdades na elite da ciência política brasileira. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, p. 564-582, 2020.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, v. 14, n. 31, p. 94–119, dez. 2012.

CERVI, Emerson. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. In: AYRES, Jussara (org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009. p. 125-143.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91–120, 2020.

EMMENDOERFER, Magnus; GOMES, Bruno. **Métodos Qualitativos para análise de Políticas Públicas**. Salvador: Editora Motres, 2023.

ERCAN, Selen; VROMEN, Ariadne. Qualitative Research in Political Science. In: LIAMPUTTONG, Pranee (org.). **How to Conduct Qualitative Research in Social Science**. Edward Edgar, 2023, p. 15-31.

FERES JR, João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. **Revista de Sociologia e Política**, p. 97-110, 2000.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra ; BEZERRA, Heloisa; JORGE, Vladimyr. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, v. 4, n.3, p.

109-120, 1997.

FORJAZ, Maria Cecília. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, p. 101-120, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros; SILVA, Renan Francelino. **Estudos de caso: Manual para a pesquisa empírica qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2024.

GUNNELL, John. Pluralism and the fate of perestroika: a historical reflection. **Perspectives on Politics**, v. 13, n. 2, p. 408-415, 2015.

ITUASSU, Arthur; PECORARO, Caroline; CAPONE, Leticia; LEO, Luiz; MANNHEIMER, Vivian. Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Qualitativa para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha. **Dados**, v. 66, p. e20210063, 2022.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo social**, v. 22, p. 79-98, 2010.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton university press, 1994.

LAMOUNIER, Bolívar A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **A Ciência Política nos anos 80**. Brasília: UnB, 1982.

LEITE, F. Tradições Intelectuais na Ciência Política Brasileira Contemporânea. **Dados**, v. 60, n. 3, p. 751–791, set. 2017.

LEITE, Fernando; FERES JR., João. A Ciência na Ciência Política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. e222017, 2021.

LENINE, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Molina. Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 31, p. 123–160, jan. 2020.

LESSA, Renato. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010.

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria; FREITAS, Andrea. Da sociologia política ao (neo) institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R.; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 61-92, 2016.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MACHADO, Daniel Baldin. Sete elementos do processo de seleção de casos: contribuições para um maior rigor e transparência nas Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

MAIA, Flora; MAIA, Maria Clara. Estudos de caso para a Ciência Política. **Conexão Política**, v. 11, n. 1, p. 44-65, 2022.

MAIA, Rousiley (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador, Edufba, 2022.

MARENCO, André. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo, In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 141-64.

MARQUES, Francisco; CARNEIRO, Aline. Corações, mentes e estratégias: a relação entre “marqueteiros” e políticos durante as eleições de 2012 em Fortaleza. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 105-131, 2018.

MCNABB, David. **Research methods for political science: Quantitative and qualitative methods**. Londres: Routledge, 2015.

MENDONCA, Ricardo; SARMENTO, Rayza. (Orgs.). **Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2023.

MONROE, Kristen Renwick. **Perestroika! the raucous rebellion in political science**. New Haven: Yale University Press, 2005.

MORAVCSIK, Andrew. Active Citation: A Precondition for Replicable Qualitative Research. **PS: Political Science & Politics**, v. 43, n. 1, p. 29–35, jan. 2010.

_____. Trust, but Verify: The Transparency Revolution and Qualitative International Relations. **Security Studies**, v. 23, n. 4, p. 663–688, 2 out. 2014.

NEIVA, Pedro. Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, 6 jul. 2015.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de**

Bolsonaro em 2018. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

NICOLAU, Jairo; Oliveira, Lilian. Political Science in Brazil: an analysis of academic articles (1966-2015). **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 7, p. 371-393, 2017.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Amurabi; ENGERROFF, Ana; SILVA, Camila; SANTOS, Beatriz. A trajetória da ciência política no Brasil e a sua autonomização: uma análise a partir dos programas de pós-graduação. **Pro-Posições**, v. 32, p. e20190059, 2021.

OLIVEIRA, Lilian; NICOLAU, Jairo. Métodos e metodologias da Ciência Política no Brasil: uma análise dos currículos de pós-graduação. **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política-ABCP**, v. 8, 2012.

OLIVEIRA, Vanessa Elias (org.). **Judicialização de políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2019.

PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ROCHA, Enivaldo; SILVA JÚNIOR, José Alexandre; FREITAS, Diego. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, p. 384-411, 2016.

PAULA, Carolina; NICOLAU, Jairo. A (des)motivação do voto para deputado federal: um estudo através do fast/slow thinking. In: Lúcia de Oliveira Xavier, Carlos Federico Domínguez Avila, Vicente Fonseca (Orgs.). **A qualidade da democracia no Brasil**: questões teóricas e metodológicas da pesquisa. Curitiba: CRV, 2018, v. 2, p. 143-160.

PAULA, Carolina; FERES Jr., João. **Bolsonarismo no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/08/>

Pesquisa-Bolsonarismo-no-Brasil.pdf. Acesso em 22 nov. 2024.

PERISSINOTTO, Renato; BOTELHO, João Carlos; BOLOGNESI, Bruno; BATISTA, Mariana; SANTOS, Manoel. (orgs.). **Política Comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022.

PERISSINOTTO, Renato; NUNES, Renato. **Introdução aos métodos qualitativos**. São Paulo: Edusp, 2023.

PIAIA, Victor; ALVES, Marcelo. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **Intercom**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 135-154, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FEIXO, Adriano (Org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

REIS, Fábio Wanderley. Huis Clos no Chile e ciência política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo, Milani, Carlos R.; Braga, Maria do Socorro (org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro, FGV Editora, p.13-60, 2016.

REIS, Fábio Wanderley. Avaliação das Ciências Sociais. In: Simon Schwartzman (Org.). **Ciência e Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REZENDE, Flávio. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 297-337, 2011.

_____. Razões e possibilidades inferenciais para estudos de caso. **Conexão Política**, v. 11, n. 1, p. 147-176, 2022.

ROGERS, Richard. **Digital methods**. Boston: MIT press, 2013.

SAINZ, Nilton; CODATO, Adriano; CLEMENTE, Augusto Junior; SILVA, Rodrigo. Separate Tables: Thematic and Methodological Divisions in Brazilian Political Science. **Brazilian Political Science Review**, v. 18, p. e0007, 2024.

SAMPAIO, Rafael; SILVA, Denisson; PAULA, Carolina; BORGES, Tiago; ARAÚJO, Júlia; TIGRINHO, Camila. O elo perdido: a carência de discussão sobre os métodos qualitativos na Ciência Política brasileira. **14º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Salvador, 2024.

SARMENTO, Rayza; MASSUCHIN, Michele; MENDONÇA, Ricardo. Comunicação e política no Brasil: um panorama recente. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 95, 2021.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SZWAKO, José; DOWBOR, Monika; PEREIRA, Mateus. (orgs.) Métodos em movimento. **Rio de Janeiro: Eduerj**, 2022.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020.

SCHRAM, Sanford; CATERINO, Brian (Orgs.). **Making political science matter: debating knowledge, research, and method**. Nova Iorque: New York University Press, 2006. p. 17-32.

SILVA, Glauco Peres. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 115-128, 2015.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política

no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 27-52, 2005.

TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Débora; LAVALLE, Adrian; SILVA, Marcelo. (Orgs.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

TAVARES, Francisco Mata Machado; OLIVEIRA, Ian Caetano de. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 11-45, 2016.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

01

**Pesquisa qualitativa em políticas públicas:
entendendo os problemas públicos para
desenhar melhores ações públicas**

Regina Luna Santos de Souza

Julia Maurmann Ximenes

Introdução

O objetivo desta coletânea é prover a lacuna na Ciência Política de material acadêmico sobre o ensino e técnicas envolvendo Metodologia Qualitativa, diante da influência positivista na área, com vistas a eliminar o predomínio desse viés na coleta e interpretação dos dados para alcançar a cientificidade (Pires, 2008; Fischer, 2016; Mota, 2021).

Nosso argumento neste capítulo é o de que a pesquisa qualitativa em Ciência Política, partindo da experiência com pesquisas em políticas públicas, é tão essencial quanto realizar pesquisas quantitativas devendo, na maior parte das vezes, serem balanceadas para melhor compreensão do objeto analisado.

De fato, a pesquisa qualitativa não se resume ao uso de determinadas técnicas, mas exige do pesquisador o desenvolvimento de capacidades para fazer a imersão no objeto e compreender sua natureza para além do que as *hard sciences* ensinam e treinar o olhar do pesquisador para detectar as nuances não observadas por aquele meio do fenômeno a ser estudado. Dessa forma, construir a pergunta de pesquisa (“o que quero estudar?”) é o primeiro e o mais essencial passo para o processo do desenho da pesquisa – e só se constroem boas e viáveis perguntas de pesquisa após reflexão sobre a realidade observada e muita discussão entre pares, visando a construir uma visão compartilhada do problema. Neste sentido, o presente capítulo buscará demonstrar como a abordagem qualitativa pode ser um importante aliado no desenho da pesquisa desde o processo de ensino-aprendizagem de disciplinas de Metodologia.

A premissa é de que a metodologia qualitativa demanda uma perspectiva de desenho colaborativo da pesquisa, ensejando um espaço de ideação e cocriação que se concentra no “que” se quer estudar, “por que é importante estudar tal fenômeno” para na sequência tratar do “como” se constrói a pesquisa para, só depois, tratar do tipo de dado a ser coletado, sua forma de tratamento e como construir as evidências necessárias a partir desses dados (Pires, 2008). Trata-se de buscar compreender o objeto de estudo – a ação pública – em seus elementos distintivos: a problematização das questões públicas; os processos; as instituições; e os atores dentro

e fora dos governos, contextualizando os fenômenos políticos. A perspectiva do processo de política pública a partir da observação que quem está trabalhando dentro do sistema (Wu *et al.*, 2014).

Para tanto, o presente capítulo abordará a aplicabilidade da metodologia qualitativa a partir da experiência docente das autoras nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em uma Escola de Governo: a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Os programas em que as autoras atuam têm como principal linha de pesquisa a política pública, seja do ponto de vista do “Estado em Ação”, seja do ponto de vista de construção de elementos para o monitoramento e a avaliação das ações públicas. A escolha pela experiência de um programa profissional se justifica pela conexão entre o “pesquisar”, o “fazer docente” e a intervenção no campo profissional do corpo discente (por definição, em atuação efetiva e estável na Administração Pública).

Apesar das controvérsias sobre a criação de Mestrados e Doutorados Profissionais no Brasil ter se concentrado na diferença entre estes e os programas acadêmicos, o momento atual implica discutir, também, possibilidades de incentivo à pesquisa (Barata, 2020; Fischer, 2005).

No âmbito de um programa profissional, no caso em específico da Enap, este incentivo decorre de uma disciplina com desenho atrelado à definição do problema público de pesquisa do corpo discente. De modo geral, o objetivo principal dos candidatos ao programa é capacitar-se teórica e metodologicamente para melhor compreender os problemas públicos sobre os quais atuam e, dessa forma, propor formas mais efetivas de desenho de ações públicas voltadas para suas áreas de atuação.

Para atender a esse objetivo, a questão inicial é: Como conduzir a pesquisa aplicada e qualitativa nos programas profissionais da área de Ciência Política e Relações Internacionais? Para responder esta pergunta, apresentaremos inicialmente o perfil dos programas profissionais, incluindo a atuação docente. Em seguida, tratamos das peculiaridades da área dos programas em Ciência Política e Relações Internacionais, com foco na subárea de Políticas Públicas, salientando o perfil multidisciplinar dos cursos. Por fim, a experiência docente no programa da Enap, com foco no desenho qualitativo

das pesquisas do corpo discente.

O olhar sobre a prática docente é conduzido utilizando os atores envolvidos (corpo docente e discente) nos contextos profissionais, nos interesses envolvidos, e na influência multidisciplinar no campo de pesquisa em análise.

1. O papel docente no desenho da pesquisa qualitativa

O Mestrado/Doutorado Profissional (MP/DP) no Brasil está em expansão, mas ainda imerso em debates sobre as práticas pedagógicas e o formato de pesquisa que os diferenciam dos mestrados e doutorados acadêmicos.

A Portaria Normativa Capes nº 60, de 20 de março de 2019, define como objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais a capacitação de profissionais qualificados para “práticas avançadas, inovadoras transformadoras dos processos de trabalho” além de transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas.

As habilidades e competências dos discentes devem estar conectadas à intervenção em sua prática profissional, contribuindo ainda para a agregação de conhecimentos que impulsionem a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (Brasil, 2019).

Nesta linha, o conhecimento construído no MP/DP é aplicado, fundamentado em pesquisa conectada a situações reais, gerando reflexões sobre a pertinência e possibilidade de contribuição para a área profissional em questão:

Os programas profissionais que tem como alunos, efetivamente, pessoas que já estão na prática profissional e que portanto, sentem a necessidade de melhorar sua formação para fazer face aos problemas que o próprio trabalho apresenta cotidianamente, permitem diferenciar as turmas em relação a sua motivação, engajamento e capacidade de incorporação de conhecimentos e métodos que ganham sentido quando trabalhados tendo como objeto os problemas práticos, daquelas dos cursos acadêmicos constituídas majoritariamente por alunos recém-egressos dos cursos de graduação, sem qualquer experiência profissional (Barata, 2020, p. 32).

No mestrado e doutorado acadêmico não há necessariamente a exigência de conexão entre o conhecimento construído e sua possível aplicação profissional.¹ Esta percepção exige novas posturas por parte dos docentes ao atuar em programas profissionais, que precisam acomodar sua prática no sentido de que estejam vinculadas à realidade laboral dos discentes. Tal situação o se aplica aos resultados das pesquisas efetuadas – os trabalhos de conclusão de curso não precisam se resumir a dissertações e teses estritamente teóricas, podendo incluir trabalhos técnicos de diversas naturezas (relatórios técnicos, projetos de intervenção, notas técnicas, protótipos ou propostas de atos normativos, entre outros).

Contudo, além da diversidade de produtos intelectuais a serem apresentados como resultado da pesquisa realizada pelos discentes, a contribuição dos programas profissionais está no processo formativo, que transforma o discente/trabalhador/burocrata em pesquisador: ao enfrentar uma inquietação da sua prática cotidiana, com um olhar teórico e metodológico de cunho científico, o discente estará se capacitando para enfrentar os desafios profissionais e assim atender aos objetivos dos programas nos termos da Portaria mencionada anteriormente.²

O desafio, então, passa a ser superar a perspectiva acadêmica e a discussão essencialmente teórica sobre a comprovação das hipóteses e se preocupar mais com a formação para o desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, com ênfase no desenho da pesquisa, visando a um “melhor preparo profissional, na experiência adquirida, no treinamento objetivo” (Rôças; Moreira; Pereira, 2018, p. 68)

O objetivo do discente em um MP/DP não é a elaboração teórica

1. Fischer aponta algumas questões sobre a relação entre cursos acadêmicos e profissionais, inclusive na área de Ciências Sociais Aplicadas: “Os cursos acadêmicos não valorizam a prática profissional vivida como experiência real devido a muitos fatores. Uma das causas apontadas é a distância que os acadêmicos colocam entre a pesquisa produzida nas academias e os fenômenos do mundo do trabalho, bem como o descolamento entre as práticas acadêmicas das práticas profissionais desses professores. A prevalência da pesquisa e a valorização da produção bibliográfica em total detrimento da tecnológica ou técnica forja um perfil docente (e discente) que começa na seleção de mestres e estudantes e vai até as exigências de trabalho final. As linhas de pesquisa e a consequente produção de professores e alunos é, essencialmente, bibliográfica. A produção técnica, ou seja, a produção com impacto social tangível (avaliação nos processos de patenteamento e aferição de propriedade intelectual) entre outros indicadores de impacto social possíveis, é ainda incipiente, especialmente, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas” (Fischer, 2005, p. 28, grifo nosso).

2. Apesar de a análise ser sobre mestrado e doutorado profissional na área do ensino, acompanhamos a leitura de Rôças, Moreira e Pereira: “Essa ideia se alinha a uma defesa constante que vimos fazendo em nossos estudos (MOREIRA et al., 2017) de que o principal produto de um curso de MP não é o PE [Produto Educacional] em si, mas sim o processo de transformação do mestrando durante a elaboração do PE. O mestrando, autor do PE, envolve-se no processo de identificação do problema (de ordem prática), com base em referencial teórico-metodológico consistente e coerente, reflete, propõe encaminhamentos / soluções para abordar o problema identificado, aplica e testa o PE, retomando criticamente a primeira versão para compor a versão final que acompanha o texto dissertativo. Ressaltamos que, nesse percurso, o professor-mestrando pode realizar esse trajeto a todo e qualquer momento e não exclusivamente para obter sua titulação, ou seja, o PE tem sido o meio utilizado para atingir esse objetivo” (2018, p. 67).

sobre um problema da sua área, mas enquadrar um problema da sua realidade profissional e prospectar melhores formas de enfrentá-lo, na busca pelo fortalecimento no exercício profissional.³ A proposta demanda uma revisão sobre a própria prática docente:

...o professor-pesquisador passa por um processo formador com reflexões sobre suas práticas, destacando desafios para a pesquisa, estudando outras pesquisas e, finalmente, construindo respostas ao desafio que originou o estudo. Assim, na perspectiva do mestrado profissional, interessa analisar os desafios da prática, compreendê-los e avançar em aspectos teóricos, confluindo na elaboração de propostas- projetos de ação/ produtos educacionais que resultem em mudanças na própria prática e no desenvolvimento do profissional (Zaidan, Ferreira, Kawasaki, 2018, p. 92)

Esta prática é o fio condutor do processo de ensino-aprendizagem e de desenho das pesquisas e do produto/trabalho de conclusão apresentado no mestrado/doutorado profissional.⁴

Em linha com essa característica do processo de pesquisa, lembramos que Fischer (2005) salienta que os princípios de flexibilização, organicidade, inovação e aplicabilidade devem orientar a construção dos programas. Estes princípios estão conectados a ideia de “pesquisa-ação”, que Thiollent define como:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p. 14).

3. “As questões que advêm da prática e da sala de aula, apresentadas como objetos de pesquisa dos professores-pesquisadores, trazem uma realidade que se vive hoje nas escolas, que precisam ser equacionadas, sendo este um papel da Universidade. Ou seja, quando um programa de pós-graduação se abre aos docentes, não há como não considerar os desafios que os profissionais da educação vivem no dia a dia. Muitos já constroem alternativas na prática, mas não tiveram oportunidade de reflexão, sistematização e elaboração sobre elas. Outras vezes, a questão demanda experimentação e elaboração teórica que fazem com que o problema seja equacionado, o que não ocorre espontaneamente. Tais práticas e estudos veem ampliar a compreensão de questões da docência, fortalecendo a formação docente no campo educacional (Zaidan, Ferreira, Kawasaki, 2018, p. 101)

4. “O trabalho de conclusão do mestrado profissional configura-se como dissertação que demonstre domínio do objeto de estudo, além da investigação aplicada à solução de problemas que possa ter impacto no sistema a que se dirige. Deve conter a descrição e discussão dos resultados, conclusões e recomendações de aplicações práticas e serem ancoradas em um referencial teórico. O seu conteúdo pode incluir, por exemplo, resultados de estudos de casos, desenvolvimentos e descrição de metodologias, tecnologias e *softwares*, patentes que decorrem de pesquisas aplicadas” (Fischer, 2005, p. 28).

Portanto, o objeto da pesquisa-ação é a situação social e os problemas de diferentes naturezas encontrados, buscando resolver ou esclarecer os problemas, pressupondo participação ativa dos pesquisadores. A abordagem da pesquisa-ação tem uma perspectiva sociológica⁵ que enfatiza a atuação dos atores, do contexto e das instituições, abordagem próxima à análise das políticas públicas:

Na Pesquisa-Ação, os participantes desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Ao pesquisador compete a organização da investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada (Chisté, 2016, p. 796).

Assim, os discentes não são encorajados a usar ferramentas gerenciais ou a buscar soluções fáceis para os problemas públicos apresentados, mas estão:

Inseridos em processos críticos de aprendizagem, em que arrogariam o papel de facilitadores do diálogo; de produtores de argumentos e de evidências que embasam o debate público; de conselheiros, capazes de distinguir a boa da má construção discursiva: o papel de verdadeiros atores políticos em ação, conformadores de uma multiatorialidade (Boullosa; Peres; Bessa, 2014, p. 325).

Além disso, os discentes são instigados a treinar o olhar para ler a realidade que querem mudar, entender o contexto social mais amplo e compreender a complexidade e a inter-relação do problema público que querem estudar com outros fenômenos sociais. Dessa forma, procuram ler o problema a partir das normas sociais (formais ou informais, instituições ou convenções) que regem as relações entre os atores e a própria compreensão do problema público que querem enfrentar, ressignificando-o a partir da interação social e da narrativa dos atores a respeito dele. Essa nova leitura mais aprofundada do problema público vai enriquecer a percepção positivista, adicionando novas camadas de significados às evidências coletadas e

5. Do ponto de vista sociológico, a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas. Para analisar a estrutura social, outros enfoques, de caráter mais abrangente, são necessários (Thiollent, 1986, p. 9).

jogam luz à imbricada e delicada teia social sobre a qual o problema se situa.

Isso implica compreender a investigação narrativa não como uma técnica, mas como um quadro de referência metodológico que analisa as histórias humanas de experimentação, no dizer de Webster e Merlova (2006). Esse quadro de referência garante aos pesquisadores uma riqueza de possibilidades para investigar as formas pelas quais as pessoas envolvidas experienciam o mundo, a partir de suas narrativas/histórias.

Ainda segundo esses autores,

As narrativas descrevem a experiência, os esforços e as realizações humanas desde os tempos mais antigos. As narrativas registram a experiência humana pela construção e reconstrução das histórias pessoais; essa abordagem é adequada para lidar com as questões da complexidade social e da auto-referenciação cultural e humana por causa de sua capacidade de registrar e recontar os eventos que têm forte influência sobre nós. Tais questões desempenham um papel significativo em muitas áreas da atividade humana. [De fato], as pessoas constroem o sentido de suas vidas de acordo com as narrativas disponíveis para elas. As histórias são constantemente reestruturadas à luz de novos eventos, porque as histórias não existem no vácuo, mas são moldadas pelas experiências pessoais e pelas narrativas comunitárias. A narrativa permite aos pesquisadores apresentar a experiência de forma holística em toda sua complexidade e riqueza. A narrativa ilustra a noção temporal da experiência, reconhecendo que a compreensão individual das pessoas e dos eventos muda (Webster; Mertova, 2007, p. 2-3).

Este é um dos pressupostos para a proposta da pesquisa e da construção de uma disciplina de prática de pesquisa aplicada na pós-graduação stricto sensu da Enap e que está alinhado, ainda, ao próprio caráter multidisciplinar da governança e das políticas públicas.

2. O campo multidisciplinar e complexo das políticas públicas

No campo específico do presente capítulo, o MP/DP permite a articulação entre o campo acadêmico e o profissional, isto porque “a gestão pública está na interseção entre teoria e prática” (Peters; Pierre, 2010, p. 26), expressa nas políticas públicas, além do cruzamento de diversas disciplinas

acadêmicas como ciência política, economia, sociologia, psicologia, direito e outros.

Neste sentido, a pesquisa no MP/DP da ENAP não visa a formar um pesquisador profissional, mas que o profissional da ação pública aprenda a fazer pesquisa que contribua para a compreensão das suas práticas profissionais, especialmente se referindo a objetos complexos e interdisciplinares como são os das políticas públicas, que envolvem inúmeras variáveis, atores, instituições/convenções, interesses e poder.

No Brasil, a autonomia da disciplina e a agenda de pesquisa só se consolidaram com o processo de pós-democratização e os desafios com a reconstrução de um Estado Democrático de Direito. Neste sentido, a área de políticas públicas:

é, mais que uma disciplina, um campo multidisciplinar, com diálogo, por exemplo, com a Ciência Política, a Administração Pública, a Economia, a Sociologia, a Psicologia Social e o Direito. Longe de ser apenas uma “técnica”, é um campo de reflexão a respeito de como a interação social constrói e ressignifica os problemas públicos, estando muito mais próxima do chamado “Campo de Públicas” (Pires; Vainer; Fonseca, Discussão Google Campo de Públicas, 2012)⁶.

Esse caráter multidisciplinar está presente nos dois grandes temas do programa de MP/DP: a governança e as políticas públicas, que descrevemos a seguir.

Em uma compreensão analítica mais ampla sobre a abordagem de governança, é importante mencionar a ideia da governança democrática. De acordo com Filgueiras, “a governança democrática reúne três elementos que importam para a constituição da gestão pública: (1) as capacidades estatais para implementação e coordenação; (2) os mecanismos de transparência e *accountability*; (3) os mecanismos de participação política” (2018. p.80).

6. “‘Campo de Públicas’ é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o aperfeiçoamento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e intensificação e ampliação das formas de participação democrática da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais - sobretudo as organizações da sociedade civil.” (Pires, Valdemir; Vainer, Carlos; Fonseca, Sérgio Azevedo. Grupo de Discussão Google Campo de Públicas, 2012).

Especialmente em relação a este último ponto é que ressaltamos a importância da governança relacional no trato das políticas públicas, com o envolvimento dos principais atores sociais, econômicos e políticos. Diante da complexidade das relações entre Estado e Sociedade, a governança é um instrumento de compreensão da realidade, dos atores e instituições envolvidos, de construção de estratégias e arranjos institucionais.

Tal conceito também foi capturado por alas mais positivistas da Administração Pública e, num exercício de simplificação (“domesticação” da questão, até) para que as organizações que integram os governos pudessem incorporá-lo em seus processos administrativos do dia-a-dia, houve o esforço de descrevê-lo em termos mais próximos do campo da Administração de Empresas, com ênfase na conformidade aos padrões. Assim, conforme dispõe o Decreto no 9.203, de 22 de novembro de 2017, governança pública é definido como o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”⁷.

Além da governança, outro conceito integrante da linha de pesquisa do programa de MP/DP da ENAP é a política pública, com forte presença de abordagem multidisciplinar e qualitativa dos objetos de pesquisa.

Com estes desenvolvimentos enviesados, a pesquisa qualitativa em políticas públicas tem uma estreia tardia, é verdade, mas potente. Ela começa como resposta à necessidade de se obter uma compreensão mais profunda e significativa das políticas públicas como fenômenos sociais, culturais e humanos, que não poderiam ser facilmente capturados por meio de medidas numéricas (Boullosa, 2023, p. 149).

O programa busca a capacidade administrativa e analítica para a compreensão dos problemas públicos e o desenho de experimentos para testar os limites e identificar a teia de inter-relacionamento dos atores para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, de modo a fornecer aprendizados institucionais mais amplos para as políticas públicas

⁷ É preciso ressaltar que o posicionamento das autoras é crítico a essa instrumentalização do conceito de governança, o que se reflete no desenho das disciplinas de Práticas de Pesquisa Aplicada, abordado mais adiante.

implementadas pelo Estado Brasileiro.

A natureza aplicada e menos abstrata dos objetivos do programa e a conexão com “problemas públicos” demonstra o perfil profissional e a necessidade de construção de estratégias docentes para a orientação dos alunos nas pesquisas. O aluno-profissional busca uma mudança de atitudes, de práticas, condicionadas a problemas da realidade (Thiollent, 1986; Chisté, 2016; Hetkowski, 2016).

O problema público de pesquisa é construído a partir de novas gramáticas: problemas concretos, cada vez mais complexos, como as crescentes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira (questões sociais e interseccionalidade), as crescentes demandas de participação, de transversalidade, a dinâmica e a atuação dos atores políticos, os conflitos, alianças e negociações (Boullosa, Peres, Bessa, 2021; Secchi, 2023; Marques; 2013).

Esta é a perspectiva da pesquisa-ação mencionada anteriormente, uma pesquisa aplicada que se conecta perfeitamente ao objeto de programa do MP/DP da Enap, como apresenta Hetkowski (2016) ao analisar mestrados profissionais na educação:

Desta forma, entendemos que a Pesquisa Aplicada, provoca a reflexão sobre as questões abordadas, suscita o surgimento do “novo”, intervém, cientificamente, no contexto estudado e estimula o pesquisador suplantando a dimensão discursiva e epistêmica, ampliando as possibilidades de propor e atuar, junto a um coletivo, na busca de soluções reais para problemas reais (Hetkowski, 2016, p. 22).

A pesquisa-ação e a pesquisa-aplicada demandam o entrelaçamento entre o pesquisador-profissional e a intervenção no objeto de pesquisa que é fruto da problematização da realidade profissional em questão.

3. A prática de pesquisa aplicada na Enap

A disciplina Prática de Pesquisa Aplicada (PPA) do Programa de Mestrado da Enap é também conhecida como “ateliê” de pesquisa, ou seja, uma disciplina em que os alunos irão efetivamente experimentar o processo de desenho de pesquisa, compreendendo profundamente o problema

público sob análise, em uma perspectiva colaborativa, construtivista, dialógica e crítica.

Conforme apontado anteriormente, isso quer dizer que a preocupação se desloca da comprovação teórica da hipótese, comum em projetos acadêmicos⁸, para o **COMO** responder à pergunta de pesquisa que conseguiu elaborar após se aprofundar na realidade, seguindo o caminho metodológico descrito no item 2 deste capítulo, que conduza a respostas a partir de propostas delimitadas de acordo com a temática do aluno prevista para o seu mestrado, e considerando também o escopo temporal mais curto da disciplina.

Assim, a disciplina de PPA demanda do docente uma postura de orientador, mais do que professor – há conteúdo acadêmico, mas a proposta é de que o professor oriente os trabalhos dos alunos no sentido metodológico, guiando a construção de uma pesquisa no decorrer da realização da disciplina. Neste sentido, os planos de ensino foram construídos a partir de escolhas docentes, mas o decorrer do curso foi “re”construído considerando a discussão dos temas e projetos discentes.⁹

Os principais elementos da proposta são: o processo colaborativo e iterativo para se chegar a uma pergunta de pesquisa factível e viável de ser respondida no período da disciplina (e que possa ser escalada para a pesquisa que redundará na redação do trabalho de conclusão de curso); os objetivos da pesquisa, que devem ser analisados sob múltiplos aspectos; a construção de um “produto” a partir do contexto do problema que originou a inquietação de pesquisa; a proposta e a realização de uma “experimentação” (um plano de ação para a coleta de dados e eventual impacto na prática), e por fim, “vivenciar e refletir sobre o processo formativo que

8. Rôças *et al* apresentam uma crítica sobre o caráter acadêmico da produção na área da Educação para diferenciar do programa profissional: “Além disso, há dissertações e teses que têm pouco impacto na literatura das áreas de conhecimento, ou seja, não são convertidas em artigos ou similares, não contribuindo para o conhecimento trilhado em uma determinada área (sobretudo ao se insistir nos textos monográficos longos, recheados de citações “lego” e “muleta”, que poderiam ser sintetizados para demonstrar mais facilmente a coerência entre o problema e os resultados de pesquisa). Há ainda que se levar em conta a aridez de interlocução com a sociedade de forma mais ampla e irrestrita, se tornando quase uma leitura para iniciados em uma linguagem esotérica. Nesse sentido, o impacto de uma dissertação/tese não é sempre o mesmo na comunidade, e se existem as que não “se expõe” à área por meio de outras instâncias de veiculação da pesquisa, isso não é suficiente para deixarmos de oferecer formação em pós-graduação” (2018, p. 68).

9. “Tal situação vem exigindo da orientação o que podemos considerar como uma maior objetividade na revisão bibliográfica, pois tanto o tempo dos mestrados tem sido insuficiente para uma revisão abrangente, quanto a exigência de elaboração de um produto impõe prioridades. Desse modo, a orientação deve buscar e indicar teorias focadas no tema central da pesquisa, tendo como finalidade oferecer pontos de apoio para análises. Tal entendimento pode favorecer uma ampliação de conhecimentos de forma mais pragmática e objetiva. Acreditamos, contudo, que tal orientação favorece a dissertação como resultado em um texto-relatório da pesquisa realizada, destacando-se o seu resultado no formato de projeto de ação” (Zaidan; Ferreira; Kawasaki, 2018, p. 92).

as ações favorecem, como o processo de investigação em si como meio de crescimento e maior conscientização” do profissional (Zaidan, Ferreira, Kawasaki, 2018, p. 100).

Duas práticas serão relatadas aqui e que acompanharam esta perspectiva: PPA em Direito e Políticas Públicas e a PPA em Coordenação de Políticas Públicas.

A variável jurídica é componente essencial nas políticas públicas e este é o pressuposto da primeira prática aqui apresentada, a de Direito e Políticas Públicas. Nas aulas iniciais as possibilidades de mapeamento analítico sobre a variável jurídica nas políticas públicas foram discutidas, ultrapassando a perspectiva meramente formal ou normativa. Isto porque o Direito é interpretado e reapropriado pelos atores envolvidos no ciclo das políticas públicas, podendo ser utilizado como estratégia de legitimação, para dar voz a demandas, como instrumento para alcançar e justificar determinados objetivos (Coutinho, 2013)

O objetivo apresentado para os alunos durante o curso foi de mapear e analisar o papel do Direito no ciclo das políticas públicas, pesquisando sobre o uso do Direito e o impacto (ou a ausência) nos arranjos institucionais, nas capacidades estatais e na atuação dos diferentes atores envolvidos. Os discentes foram instigados a procurar a mobilização de recursos jurídicos e seus efeitos sobre as relações de poder no processo das políticas públicas (Delpeuch, Vigour, 2021; Dubois, 2021; Clune, 1993).

Em duplas ou individualmente, todos deveriam buscar uma política pública e a correspondente variável jurídica que seria objeto de análise, construindo um relatório técnico-científico que apresentasse o processo metodológico de análise utilizado.

Assim, a elaboração do relatório técnico-científico foi uma experiência para cada discente ter a oportunidade de realizar uma micro-pesquisa do objeto mais amplo do seu mestrado. O objetivo na disciplina era que cada discente tivesse a oportunidade de mergulhar no seu tema de pesquisa do mestrado, tendo em vista a proximidade da defesa de qualificação, ao realizar tanto um recorte analítico do tema, como também um exercício de pesquisa aplicada. Esta experiência permite ainda que os discentes percebessem:

...as interligações complexas e inesperadas que existem e surgem entre os problemas públicos. Para lidar com essas questões de forma adequada, eles precisam definir instituições e práticas que conduzam a responder às complexidades dos problemas que enfrentam e ajustá-las (Wu *et al.*, 2014, p. 139).

Os trabalhos apresentados demonstraram o percurso metodológico utilizado considerando as áreas temáticas dos docentes responsáveis como fio condutor. O objetivo era que os discentes aplicassem, de forma orientada durante o curto período da disciplina (30 horas/aula), a pesquisa-ação. A docente apresentou um referencial teórico, mas o principal foi o acompanhamento sobre o percurso metodológico das pesquisas dos discentes, demonstrando uma típica pesquisa-ação qualitativa.

Em outro caminho, a PPA em Coordenação de Políticas Públicas objetiva possibilitar maior autonomia dos discentes que, sob orientação dos professores da disciplina, protagonizam as experiências de ensino-aprendizagem, no formato de Sala de Aula Invertida e de pesquisa de campo.

Para alcançar tal objetivo, está estruturada em dois eixos principais. O primeiro deles é o de formação básica, com aulas de posicionamento ministradas pelos professores, com a apresentação das duas ideias-força que conduzem a discussão:

a) a abordagem dos *wicked problems* (Rittel, Webber, 1972; Peters, Tarpey, 2019; Kolko, 2018, entre outros) para compreensão da natureza imbricada e complexa dos problemas de políticas públicas, em contraposição às correntes mais positivistas e “gerenciais”. Enquanto as últimas enfatizam a técnica sobre a compreensão e propõem “retalhar” o problema seguindo determinados tutoriais em “caixas de ferramentas”, até chegar na unidade que, alegadamente, poderia gerar uma pergunta de pesquisa passível de ser respondida pelo método científico e que, em tese, preservaria em boa parte a identidade do problema maior – a resposta encontrada para explicar o comportamento da parte, assim, explicaria o todo.

Em vez disso, a abordagem dos *wicked problems*, seguindo a tradição do planejamento urbano, reconhece a impossibilidade de compreender o problema público a partir de um único ponto de vista, uma narrativa, uma

experiência ou uma abordagem teórica. Não se propõe a buscar “soluções” definitivas para os problemas públicos, mas a aprofundar a compreensão do problema, para melhor enunciar a pergunta de pesquisa.

Para isso, o pesquisador inicia a aproximação ao problema fazendo imersão na realidade local, para perceber as diversas nuances que adquire, de acordo com as narrativas dos atores envolvidos no problema, das abordagens teóricas do campo do conhecimento que o analisa e de como a organização pública em que os discentes atuam percebe e define o problema, a partir do seu mandato e missões a cumprir; e

b) o conceito de coordenação governamental ou de políticas públicas (com ênfase nos arranjos institucionais, na importância dos instrumentos de políticas e das formas de coordenação).

Seja qual for a definição que se escolha para o que seja uma política pública ou mesmo utilizando a definição de ação pública para ser mais compreensiva, ou qualquer outro que seja o foco sobre o qual o olhar do pesquisador repousará (em uma ou em várias das dimensões que as compõem), seguindo Souza (2018, p. 15), “sua coordenação fará parte do seu desenho, tanto sobre como atores serão coordenados no momento da decisão, quanto sobre como a política será coordenada no momento da implementação”.

Ainda seguindo Souza (2018, p. 15),

(...) Definições e identificação das dimensões, mesmo que preliminares, que impactam as políticas públicas, constituem uma abordagem inicial para o entendimento da sua complexidade. Trata-se, portanto, de um quadro de referência abrangente. A coordenação de políticas se insere em um nível intermediário de análise dentro das diversas fases que compõem uma política pública. Esse nível, no entanto, é condicionado tanto pelas definições como pela identificação das dimensões que influenciam os processos decisórios sobre políticas públicas. As dificuldades de coordenação e até mesmo de coerência nas políticas governamentais é um problema reconhecido pela literatura. Como nos lembra Peters (2004), os cidadãos e a comunidade de negócios precisam ir de agência a agência para ter acesso aos benefícios aos quais têm direito. Além do mais, muitos programas governamentais são contraditórios e outros

podem ter lacunas que deixam de prover serviços aos quais os cidadãos têm direito. Peters (2004) e Bouckaert e outros (2010) creditam às falhas de coordenação parte dessas dificuldades. De forma mais direta, Pressman e Wildavsky (1984, p. 133), em estudo seminal, afirmaram que as críticas mais comuns às políticas federais dos EUA são de falta de coordenação. Indo mais além, eles também afirmaram que todas as sugestões para reformar as políticas públicas têm um mantra: precisamos de mais coordenação.

O segundo eixo é constituído por um conjunto de temáticas disponíveis para aprofundamento teórico durante a realização da disciplina. A escolha da temática por parte dos discentes implica:

i) ministrar, em grupo, uma Exposição Dialogada dos conteúdos (que requer previamente alguma orientação dos professores em termos de escolha de textos básicos e recorte de objeto a ser analisado). No entanto, é durante a apresentação, com a interação com os demais colegas, que o aprendizado se concretiza, em linha com o pressuposto metodológico enunciado no início deste capítulo; e

ii) desenvolver relatório técnico, individualmente ou em grupo, com pesquisa empírica. Nesse relatório, ademais de utilizarem o método e as abordagens teóricas sugeridas pelos professores, os discentes são encorajados a ressignificar sua prática profissional, trazendo para o trabalho suas reflexões sobre os problemas públicos com que lidam no dia-a-dia, as interações entre os atores mais relevantes, os conflitos de poder, a disputa de interesses e o interesse público.

As temáticas/abordagens teóricas sugeridas pelos professores são:

a) Governança, capacidades estatais e coordenação governamental – interseções analíticas;

b) Coordenação de centro de governo e presidência;

c) Federalismo e coordenação intergovernamental vertical e horizontal;

d) Comunicação pública como instrumento de coordenação (de política; ou

e) Coordenação em políticas públicas específicas (meio ambiente,

saneamento básico, segurança, entre outras).

De forma semelhante às experiências das PPA em Direito e Política Pública, os relatórios técnicos construídos pelos discentes nas PPA em Coordenação de Políticas Públicas demonstraram o percurso metodológico utilizado, considerando as áreas temáticas sugeridas e como, a partir desses olhares, foi possível enquadrar os seus problemas de pesquisa. Em comum, relatam-se o crescimento do discente como pesquisador, o desenvolvimento do senso crítico e de um olhar mais curioso a respeito de como o problema sempre foi enquadrado em sua prática profissional, desvendando outras possibilidades de desenho de intervenções na realidade.

Considerações finais

A pesquisa aplicada no programa de Mestrado e Doutorado Profissional exige um processo de reflexão sobre a prática profissional do corpo discente e um novo posicionamento dos professores, que precisam sistematizar as situações de ensino de maneira mais reflexiva, com maior significado para os alunos, especialmente conectados a Metodologias Qualitativas.

Na disciplina de Prática de Pesquisa Aplicada da Enap o discente é orientado a refletir sobre suas práticas, com forte engajamento do sujeito-pesquisador na possível intervenção na sua realidade, imerso nos conflitos e interesses de atores envolvidos no objeto de pesquisa analisado.

A pesquisa no MP/DP exige uma mudança de atitude, de práticas, de situações e de condições em função do objeto pesquisado. O maior desafio tem sido a imersão no campo de pesquisa-trabalho, despertando preocupação com o rigor teórico-metodológico, provocando recorrência aos incômodos que resultam na pergunta de pesquisa (o problema público) relacionada à sua prática cotidiana. (Rôças; Moreira; Pereira, 2018).

O “ateliê” deve se constituir em uma experiência de pesquisa que valoriza a prática profissional do gestor público, para que compreenda melhor

sua própria prática e trajetória profissional, se mostrando mais capaz de reflexões e construção de alternativas para os complexos problemas públicos. E diante da complexidade, a metodologia qualitativa é a que permite a compreensão mais robusta e aprofundada no por que e no como os problemas podem ser objeto de pesquisa.

Esse novo formato de fazer pesquisa qualitativa no programa de Mestrado e Doutorado Profissional demanda um “fazer docente” diferenciado mencionado anteriormente: um enfrentamento da realidade profissional dos discentes, um posicionamento sobre o papel de orientador não apenas no trabalho final, mas na condução de trabalhos em sala de aula como é o caso da disciplina de Prática de Pesquisa Aplicada na Enap.

Referências

BARATA, Rita Barradas. Programas de pós-graduação profissionais: por que precisamos deles? **International Journal of Business & Marketing** (IJBMT), São Paulo, v.5, n.2, 2020, p. 30-34.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaina Lopes Pereira; BESSA, Peres Luiz Fernando Macedo. Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos Estudos Críticos em Políticas Públicas. Salvador, **Organizações & Sociedade**, 2021, 28 (97), p. 306-332.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. O método como um problema constituinte do campo de estudo em Políticas Públicas e os desafios atuais da pesquisa qualitativa. In: EMMENDOERFER; Magnus Luiz; GOMES, Bruno Martins Augusto (org). **Métodos Qualitativos para análise de Políticas Públicas**. Salvador: Motres, 2023, p. 145-153.

BRASIL, **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. **Portaria, nº 60, de 20 de março de 2019.** Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da pós-graduação stricto sensu no Brasil.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Pesquisa-Ação em mestrados profissionais: análises de pesquisas de um programa de pós-graduação em ensino de ciências e de matemática. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 22, n. 3, p. 789-808, 2016.

CLUNE, William H. Law and Public Policy: Map of an Area. **Southern California Interdisciplinary Law Journal**, v. 2, 1993, p. 01-39.

CORTES, Soraya Vargas. Sociologia e Políticas Públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 47-68.

COUTINHO, Diego R. O Direito nas Políticas Públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 181-200.

DELPEUCH, Thierry; VIGOUR, Cécile. Ação Pública e Direito. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; Hassenteufel, Patrick. **Sociologia Política da Ação Pública: teoria, abordagens e conceitos**. Brasília: ENAP, 2021, p. 174-200.

DUBOIS, Vincent. Os espaços sociais para produção de políticas públicas. A noção de campo como ferramenta da Sociologia da Ação Pública. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; Hassenteufel, Patrick. **Sociologia Política da Ação Pública: teoria, abordagens e conceitos**. Brasília: ENAP, 2021, p. 135-152.

FARAH, Marta Ferreira Santos. A contribuição da Administração

Pública para a constituição do campo de estudos de Políticas Públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 91-126.

FISCHER, Tânia. Mestrado profissional como prática acadêmica. **RBPG**, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positista. **NAU Social**, v. 7, n. 12, p. 163-180, maio/nov 2016.

HETKOWSKI, Tânia Maria. Mestrados profissionais educação: políticas de implantação e desafios às perspectivas metodológicas. **Plurais**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 10-29, jan/abr 2016.

KOLKO, Jon. **Wicked Problems: Problems Worth Solving: A Handbook & A Call to Action**. Editora Ac4d. 171 páginas, 2018.

MARQUES, Eduardo. As Políticas Públicas na Ciência Política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs.) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 23-26.

MOTA, Luis F. Ciência das políticas públicas: reflexões sobre sua diversidade analítica. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 1, jan/abr 2021, p. 173-194.

PETERS, B. Guy & TARPEY, Matthew. Are wicked problems really so wicked? Perceptions of policy problems. **Policy and Society**, 38:2, 218-236, 2019.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 43-94.

RITTEL, HORST W. J.; WEBBER, Melvin M. Dilemmas in a General Theory of Planning. **Policy Sciences**, 1973: 155-169, 1972.

RÔÇAS, Giselle; MOREIRA, Maria Cristina do Amaral; PEREIRA, Marcus Vinícius. “Esquece tudo o que eu te disse”: os mestrados profissionais na área de ensino e o que esperar de um doutorado profissional. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista**. Vol. 8, n. 1. jan./jun. 2018, p. 59-74.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018, p. 72.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

XIMENES, Daniel de Aquino. **Implementação relacional de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

WEBSTER, Leonard; MERTOVA, Patricie. **Using narrative inquiry as a research method: an introduction to using critical event narrative analysis in research on learning and teaching**. Routledge: New York, London, 2007.

WU; Xun *et al.* **Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos**. Brasília: ENAP, 2014.

ZAIDAN, Samira; FERREIRA, Maria Cristina Costa; KAWASAKI, Teresinha Fumi. A pesquisa da própria prática no mestrado profissional. **Plurais**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 88-103, jan/abr 2018.

02

Entrevistas em profundidade em Ciência Política

Natasha Bachini

Rafael Cardoso Sampaio

Ester Athanásio

Introdução

O pesquisador pergunta e o sujeito responde a respeito de determinado assunto. É aparentemente simples a dinâmica de uma das técnicas de pesquisa qualitativa mais antiga e conhecida: a entrevista. A partir desta “conversa orientada”, marcada pela oralidade, é possível detalhar e aprofundar o conhecimento sobre fenômenos diversos, como percepções conjunturais, comportamentos e processos políticos, além de reconstituir fatos históricos. Contudo, a seleção de entrevistados, a elaboração do roteiro e a condução das perguntas requerem cuidado e rigor protocolar para evitar problemas éticos e riscos inerentes ao caráter subjetivo da técnica.

Embora seja uma das técnicas de obtenção de dados qualitativos mais referenciada na literatura de métodos qualitativos, e de também ser bastante utilizada na Ciência Política, chama-nos atenção como foram poucas as iniciativas de tratar de suas especificidades nesta área (Rocha, 2021; Veiga, Gondim, 2001).

Este capítulo tem como objetivo contribuir para o preenchimento de tal lacuna e apresentar as funcionalidades da técnica de entrevista em profundidade. Focaremos em sua aplicação semiestruturada¹ e faremos recomendações para sua aplicação, de forma a minimizar os riscos mencionados e aproveitar o potencial de obtenção de dados qualitativos de forma satisfatória e metodologicamente transparente.

1. O que é e para que serve

No quadro das técnicas de pesquisa qualitativa, a entrevista em profundidade é classificada como método de estudo das interações cotidianas (Alonso, 2016) a partir de uma conversa. Consiste em um encontro entre duas pessoas, no qual uma delas busca informações sobre um tema por meio de um diálogo de caráter profissional (Ercan, Vromen, 2023).

O procedimento é amplamente utilizado em áreas como sociologia, história, antropologia e psicologia, tanto para coleta de dados, quanto para apoio no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Flick,

1. Entrevistas qualitativas podem assumir muitas formas e nomenclaturas, como narrativas, biográficas, de histórias de vida e histórias orais, dentre outras (Angelo, 2017; Cunha, 2014; Flick, 2009). O objetivo do capítulo não é tratar sobre essas formas específicas, mas apresentar um conjunto de preocupações e técnicas basilares para entrevistas qualitativas na área.

2009). Contudo, “cientistas políticos (as) possuem poucas referências metodológicas sobre o uso de entrevistas na disciplina” (Rocha, 2021, p.2).

A realização de entrevistas é indicada para obtenção, recuperação e registro de “experiências de vida guardadas na memória das pessoas”, e é aplicada a personalidades fundamentais para o processo de investigação (Lima, 2016, p. 27). São apropriadas quando se tem como objetivo descrever de forma detalhada um meio social, observar valores, opiniões, tendências de comportamento e motivações. É possível usar seus resultados tanto para desenvolver um referencial conceitual para pesquisas subsequentes, quanto para testar conceitos (Flick, 2009; Rocha, 2021). Por isso, pode ser acionada em diferentes etapas da pesquisa, assim como servir de instrumento complementar a outro método, compondo bem triangulações.

Dessa maneira, a entrevista pode ser uma metodologia oportuna para a realização de pesquisas em diferentes linhas da Ciência Política, como democracia, participação política, comportamento político, comportamento eleitoral, opinião pública, ideologias, políticas públicas e movimentos sociais (Veiga, Gondim, 2001). A partir da entrevista, é possível identificar e compreender melhor os valores, percepções, avaliações, motivações e demandas que orientam os atores políticos, seja os institucionalizados ou os próprios cidadãos, e que dinamizam as relações políticas em um determinado contexto social.

Entre as possíveis aplicações da metodologia para o campo, destacamos que as entrevistas podem ser importantes aliadas e estão sendo cada vez mais empregadas na observação: i) da percepção dos cidadãos sobre as instituições (Moisés, Meneguello, 2013); ii) das mudanças no clima de opinião (Veiga, Santos, 2008); iii) das motivações para a participação política e a ação coletiva (Bachini, 2021); iv) das demandas por e avaliação de políticas públicas (Batista, Domingos, 2017); v) das inclinações e posicionamentos do eleitorado (Veiga, Gondim, 2001); vi) da adesão à ideologia (Rocha, 2021b); vii) das dinâmicas políticas intra e extra partidária (Meza, Tatagiba, 2016).

Com relação à amostra, a técnica não persegue o critério de representatividade numérica. A centralidade do método está na relevância da fonte em relação ao objeto pesquisado. Assim, alguns poucos entrevistados

podem ser suficientes para prover as informações sobre um determinado objeto de pesquisa. É o caso das pesquisas biográficas, quando é possível entrevistar o biografado e pessoas diretamente relacionadas a sua trajetória, por exemplo. Daí outra característica usual da técnica é a seleção dos participantes de forma intencional e não aleatória:

A realização de entrevistas em pesquisas qualitativas também está longe de ser tarefa simples. É preciso selecionar entrevistados a partir de critérios devidamente explicitados, como estratos sociais, funções e categorias. O foco de investigação, na pesquisa qualitativa, não será a distribuição de opiniões conforme gêneros ou faixas etárias, mas sim os temas abordados e a estrutura argumentativa das respostas. A partir daí, caracteriza-se a variedade de representações até que a inclusão de novos estratos sociais/funções não acrescente nada significativo – a chamada saturação. Nem pensar em usar percentuais para representar respostas: em pesquisa qualitativa, não estamos preocupados com amostras representativas, como nos critérios estatísticos das abordagens quantitativas. Ainda assim, devemos delimitar o universo pesquisado de forma coerente, a fim de obter resultados válidos (Kischinhevsky, 2016, p.291)

A entrevista em profundidade pode ser estruturada (com sequência de perguntas padronizada), semiestruturada (com roteiro organizado, mas flexível a interferências espontâneas que resultem da interação) ou não estruturada (aberta). Na primeira alternativa, há um roteiro previamente estabelecido e as perguntas são pré-determinadas e respeitadas, similar ao *survey*. Esse tipo de questionário é oportuno para a realização de comparações. No caso da entrevista não estruturada, o pesquisador tem um roteiro geral de conteúdo, mas atua com total liberdade, elaborando perguntas de acordo com a situação e o desenvolvimento da conversa. Há ainda a opção intermediária, a semiestruturada, na qual o entrevistador segue um roteiro como guia, mas o documento está aberto para mudanças de percurso, acréscimos e supressões, assim como questões adicionais e baseadas no contexto da entrevista (Duarte, 2004; Flick, 2009; Taquette, Borges, 2020). O modelo semiestruturado caracteriza-se por uma mescla entre estrutura e flexibilidade, e costuma ser o mais utilizado na Ciência Política (Ercan, Vromen, 2023).

A flexibilidade que caracteriza a entrevista semiestruturada é decorrente da interação entre o pesquisador e o entrevistado, elemento central deste procedimento de coleta. Esta interação deve ser nutrida com naturalidade, aproveitando falas espontâneas e o entrosamento típico da conversa verbal, de modo que o entrevistado se sinta totalmente à vontade e disposto para desenvolver suas percepções sobre o assunto. Pressupõe-se que o diálogo esteja acima do rigor da sequência das perguntas ou da forma como foram elaboradas. É preferível que o pesquisador aproveite oportunidades, elabore e reelabore questões, do que faça o mero cumprimento protocolar de perguntas decoradas, que podem até ficar descontextualizadas e vazias ao longo da entrevista.

Entre as maiores vantagens oferecidas pela entrevista está sua natureza versátil (Alonso, 2016). Por serem conduzidas, prioritariamente, de forma oral, as entrevistas podem ser aplicadas a todas as classes sociais, não demandando qualquer letramento. São também mais maleáveis que os *surveys*, uma vez que o entrevistador pode repetir ou esclarecer perguntas e conceitos, a fim de garantir que o entrevistado tenha compreendido a pergunta.

O formato de interação permite ainda observar aspectos periféricos às perguntas e respostas verbais, como postura, expressões, gestos, pausas, tom de voz etc. As entrevistas consideram não apenas o que o entrevistado diz, mas como diz. Deste modo, as entrevistas muitas vezes permitem a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos:

A sua principal vantagem está na riqueza das informações que podem ser coletadas, pelas palavras e interpretações dos entrevistados aos estímulos que lhes foram dados, assim como a possibilidade de registrar a sua reação não verbal. Além disso, a entrevista proporciona ao investigador a oportunidade de explorar ao máximo as suas questões e dirimir dúvidas, devido ao fato de se tratar de uma interação flexível e personalizada. Muitas vezes permite esclarecer situações ou acessar informações que não seriam perceptíveis apenas pela observação (Lima, 2016, p. 39).

A técnica também possui limitações e, entre as maiores preocupações

e críticas, estão os riscos da subjetividade que ameaça o protocolo científico (Cunha, 2014; Alonso, 2016). A busca pela objetividade científica torna-se mais desafiadora diante da técnica de entrevista, já que a interação humana entre pesquisador e entrevistado pode se traduzir em interpretações subjetivas ou até mesmo induzir as informações obtidas.

Em partes, esse problema pode ser minimizado com a adesão de protocolos de organização, condução e sistematização da aplicação do método que, “muitas vezes, é utilizado de forma menos rigorosa do que seria desejável” (Duarte, 2004, p.213) ou “nem sempre com a qualidade e rigidez de critérios satisfatórios para o enriquecimento de uma pesquisa” (Britto Jr., Feres Jr., 2011, p. 237). Essa constatação induz à conclusão equivocada de que “essa técnica de coleta de dados seria mais simples ou menos relevante que as demais” (Venturini, 2022, p. 71).

Para além das dificuldades em assegurar a confiabilidade do método de obtenção de informações, há, ainda, a possibilidade de dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes, e problemas não esperados, como barulhos e intervenções externas no ambiente. Por um lado, a incompreensão do informante a respeito do significado das perguntas, da pesquisa, pode levar a falsas interpretações e respostas imprecisas (Silva *et al.*, 2006). Por outro, como dissemos, pode acontecer de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador pelas mais diversas razões: pelo seu aspecto físico, suas atitudes, ideias, opiniões etc.

Em muitos casos os entrevistados podem tentar criar empatia ou dar respostas consideradas por eles adequadas ao que o entrevistador supostamente espera. Superar esse obstáculo, que pode gerar respostas evasivas ou inadequadas, é o principal desafio do uso da entrevista em pesquisas das Ciências Sociais (Lima, 2016, p. 27).

Além disso, é possível ocorrer algum tipo de constrangimento oriundo da diferença de classes entre entrevistador e entrevistado. Em contextos de grande distanciamento, a circunstância de uma entrevista pode estabelecer um cenário assimétrico: “em geral, as entrevistas com atores sociais das classes altas são marcadas por uma relação de dominação do entrevistado sobre

o entrevistador” (Barros, 2011, p. 129). Mas também pode ocorrer o inverso, do entrevistado se sentir inferior ou intimidado pelo entrevistador (ver discussão abaixo sobre entrevistas com elites). A linguagem, a postura corporal e até mesmo o código de vestimenta podem evidenciar essa assimetria.

Neste tipo de situação, também é preciso prever barreiras em relação à disposição do entrevistado em dar as informações necessárias. Há casos em que a fonte acaba retendo alguns dados importantes, receando que sua identidade seja revelada, ou que sua segurança seja ameaçada. Ou ainda cenários em que o entrevistado domina a técnica de entrevista e molda sua fala àquilo que supõe ser o mais adequado a ser dito (Pereira, Neves, 2013; Alonso, 2016). Dados externos à pesquisa podem contribuir para mitigação desses danos:

(...) há de se reconhecer os limites do método da entrevista para, por exemplo, não cair num voluntarismo que limita a análise ao indivíduo e às suas motivações. Confrontar a narrativa do entrevistado com dados estatísticos, documentos de arquivo e, num sentido mais largo, com a estrutura na qual ele está inserido é uma operação essencial para dar conta do embate entre o voluntarismo e a estrutura (Barros, 2011, p. 128).

Nas seções seguintes serão detalhados os procedimentos recomendados para preparação, aplicação e análise de entrevistas. Nesses tópicos, dissertaremos com maior profundidade sobre os riscos inerentes à técnica e as melhores práticas para minimizá-los.

1.1 Breve origem da aplicação científica da técnica

A literatura registra menções a respeito da realização de entrevistas desde o século XVII. Já o seu uso como ferramenta para coleta, organização e publicização de informações acompanha a institucionalização da ciência e a modernização da prática jornalística (Roberts, 2020), a partir do século XIX, o que levou à sua adoção por diferentes áreas do conhecimento, cujas metodologias de análise empírica viviam sua fase embrionária (Britto Jr., Feres Jr., 2011).

A Psicologia foi uma das primeiras ciências a utilizar entrevistas

como método de investigação. Autores renomados como Piaget, Janet, Freud e Jung são conhecidos por desenvolverem pesquisas de grande escopo com a aplicação de entrevistas; e foram os pesquisadores do campo da Psicologia Social estadunidense que colaboraram para consolidar o uso da técnica enquanto método de coleta científica em meados do século XX.

No âmbito das Ciências Sociais, a adoção da técnica se deu por diferentes disciplinas ao mesmo tempo, também ao longo do século XX. Na Sociologia, a realização de entrevistas é frequentemente associada aos estudos da Escola de Chicago, embora essa tenha empregado o método em sua variação curta, estruturada e com objetivos quantitativos (os *surveys*). A introdução do método como qualitativo, semiestruturado e em profundidade costuma ser atribuída a Glaser e Strauss (1967), a partir da proposição da *Grounded Theory* (Roberts, 2020). Na Antropologia, as entrevistas em profundidade passaram a ser incorporadas por diversos estudos etnográficos, mas com formato mais aberto. Por essa razão, a Antropologia se tornou conhecida pela tradição de atribuir valor ao processo de aprendizagem por meio da escuta e transcrição de histórias compartilhadas. Já a adoção das entrevistas pela Ciência Política é um pouco posterior, assim como a institucionalização da disciplina em si, apesar de, já em 1937, Lazarsfeld ressaltar as vantagens de entrevistas para identificar tendência e efeitos para pesquisa de comunicação política (Sanglard *et al.*, 2022). Acompanha, por um lado, o desenvolvimento de linhas vinculadas à História, como a do estudo de lideranças e partidos políticos, e, por outro, o campo dos estudos sobre comportamento eleitoral, a partir do aprimoramento das pesquisas de opinião e do avanço do marketing político (Veiga, Gondim, 2001).

Na próxima seção, abordamos as etapas para aplicação desta técnica e alguns cuidados que o pesquisador precisa ter para assegurar maior êxito em sua execução.

2. Aplicação

A entrevista é concebida desde a sua definição enquanto um dos instrumentos de pesquisa. O pesquisador deve ter clareza dos seus objetivos, quais questões pretende esmiuçar a partir do método e a quem pretende

aplicá-lo. Deste modo, a aplicação da metodologia passa por três momentos: a seleção dos respondentes, a elaboração do questionário e a execução da entrevista em si.

2.1. Preparação

2.1.1 Seleção de participantes

A definição da amostra de respondentes deve ser orientada pelos objetivos da pesquisa e respaldada pela revisão da literatura. Cabe ao pesquisador se perguntar: quem e quantas pessoas eu preciso entrevistar para compreender melhor a questão colocada em minha pesquisa?

Tendo em vista as principais questões e objetos estudados pela Ciência Política, são frequentes seis formas de composição de amostras para entrevistas em profundidade: i) aleatória; ii) amostras intencionais; iii) participantes voluntários; iv) por bola de neve; v) por casos raros e negativos; vi) de especialistas.

Como dissemos, pesquisas que adotam entrevistas em profundidade não costumam ter pretensões representativas, até porque, realizar o procedimento em grandes amostras tende a ser financeiramente inviável. Muitas vezes, a literatura sugere que as entrevistas sejam realizadas e, logo em seguida, analisadas, para que se possa avaliar o alcance do ponto de saturação. Nessa perspectiva, deve-se continuar fazendo novas entrevistas enquanto surgirem novas informações e temáticas (Flick, 2009; Guest, Bunce, Johnson, 2006; Hennink, Kaiser, Marconi, 2017).

Entretanto, há controvérsias sobre o uso da saturação para amostragem qualitativa (Minayo, 2017) e sua definição é desafiadora para jovens pesquisadores. Em geral, estudos que se utilizam de entrevistas observam entre um e 50 casos (Sampieri et al., 2013), apesar de na área ser recomendada a realização entre 15 a 25 entrevistas por pesquisador envolvido (Gaskell, 2002; Hennink, Kaiser, Marconi, 2017). Outros estudos sugerem que se houver variação o suficiente nos entrevistados, algo entre 6 a 8 entrevistas podem ser suficientes para uma pesquisa mais exploratória (Guest, Bunce, Johnson, 2006; Hennink, Kaiser, Marconi, 2017).

Em casos mais específicos e raros, quando as pesquisas têm ambições

de generalização, utiliza-se amostras aleatórias, que são representativas da população estudada (Sanglard *et al.*, 2022; Venturini, 2022), como, por exemplo, quando se deseja estudar um grupo mais limitado, como servidores públicos de determinado órgão, diretores sindicais, assessores de legisladores etc.

Em determinadas situações, as entrevistas são realizadas após a aplicação de algum outro método, como a observação participante ou a análise de redes, e têm como direcionamento um grupo específico, na tentativa de compreender suas motivações e peculiaridades. Nestes casos, os respondentes são selecionados por possuírem características específicas de interesse da pesquisa, como determinada posição ou afiliação política, participação em evento de protesto, entre outros. Nestas amostras intencionais, o número de respondentes costuma ser definido pelo ponto de saturação do conhecimento, ou seja, quando, a partir do método, não se obtém mais novas informações (Meza, Tatagiba, 2016; Bachini, 2021; Venturini, 2022).

Outra possibilidade de seleção de respondentes nestes casos é por participantes voluntários. O pesquisador pode enviar um comunicado para os membros da organização, ou anunciar a pesquisa em grupo ou plataforma de rede social de determinado movimento político, por exemplo, e esperar que os seus integrantes se voluntariem a participar do procedimento. É muito utilizada também nesse tipo de pesquisa a técnica bola de neve (*snowball*), na qual um participante com dada característica indica outro. Esse tipo de amostra pode ser útil para pesquisar grupos de difícil acesso (Flick, 2009; Sampieri *et al.*, 2013), contudo, tende a gerar resultados enviesados, uma vez que os participantes tendem a indicar pessoas próximas e com perspectivas similares. Por esta razão, procura-se garantir algum tipo de diversidade na amostra, como gênero, raça, local (de nascimento ou residência), posição ou corrente política, ainda que não seja proporcional se considerada a população estudada, mas que permita inferências um pouco mais amplas. Essa estratégia pode ser usada para incluir ainda casos raros e negativos. Por exemplo: em um estudo sobre confiança no processo eleitoral e motivações do eleitorado, pode ser interessante incluir na amostra aqueles que não votaram nas últimas eleições, para compreender as razões de sua negativa (Mahoney, Goertz 2004; Venturini, 2022).

Em estudos biográficos ou historiográficos acerca de um ator político, seleciona-se o próprio ator e o maior número de pessoas a ele relacionadas naquele contexto de análise. Lógica semelhante é adotada em estudos sobre instituições e organizações, selecionando-se as principais lideranças destas no recorte efetuado, como, por exemplo, em um estudo sobre partidos políticos ou sobre a atuação de uma bancada no Congresso. Documentos institucionais e históricos, como relatórios, projetos de lei, estatutos, pautas de reunião e matérias jornalísticas podem ajudar na seleção dos melhores respondentes (Duarte, 2004; Sampieri *et al.*, 2013).

A despeito do critério de definição da amostra, o contato com os respondentes pode ser feito de diferentes maneiras: pessoalmente; por correspondência escrita; telefone; e-mail; mídias sociais ou mensageiros online (o contato por esses últimos meios têm sido o mais frequente na última década). A escolha pelo meio de comunicação está intrinsecamente relacionada ao perfil do entrevistado. Para chegar a autoridades políticas, por exemplo, costuma-se primeiro enviar uma comunicação formal por escrito (carta ou e-mail), com documentos comprobatórios da pesquisa, e agendar com seus assessores. Já no caso de militantes políticos ou cidadãos comuns, meios mais convencionais, como mídias sociais e mensageiros, tendem a ser suficientes.

Alguns perfis são menos propensos a conceder entrevistas ou difíceis de acessar, como indivíduos das classes mais altas ou de regiões longínquas. Por essa razão, algumas pesquisas, sobretudo as do marketing político ou de mercado, oferecem uma gratificação em dinheiro ou em forma de presente, para incentivar a participação e como forma de agradecimento. Esse valor ou presente varia de acordo com os recursos do projeto e o grau de dificuldade para recrutar o participante para o experimento. Há casos em que é paga também uma ajuda de custo para deslocamento e alimentação. Estas possibilidades e detalhes são informadas no primeiro contato com o possível entrevistado e também devem estar previstas no termo de consentimento.

Neste primeiro contato, é importante o pesquisador abordar o potencial entrevistado sempre de modo educado e respeitoso, e preparar um texto breve de apresentação da pesquisa, para situá-lo sobre o procedimento,

assim como estar completamente disposto a responder suas perguntas. Uma indagação que surge com frequência, por exemplo, é sobre o porquê de terem sido selecionados para a pesquisa, o que será feito com suas respostas e se ele precisa se identificar. O pesquisador deve estar preparado para responder a questões dessa natureza.

2.1.2 Elaboração do roteiro

Após o exercício de revisão bibliográfica do objeto da pesquisa e de estudos anteriores sobre ele que se utilizem de entrevistas, assim como da definição da amostra de entrevistados, o pesquisador deve elaborar as perguntas e um roteiro para a entrevista, considerando tanto as informações que deseja obter, quanto a sequência adequada para questioná-las.

O roteiro usualmente é estruturado a partir da combinação de duas lógicas: a abordagem de funil e a de blocos temáticos. Costuma-se iniciar o questionário com perguntas gerais e sem cunho valorativo, como as de perfil do entrevistado (perguntas “quebra-gelo”) (Duarte, 2004; Flick, 2009; Taquette, Borges, 2020), aproximando-se gradualmente do tema de interesse, até que o entrevistado se sinta mais à vontade para responder espontaneamente e tratar de questões complexas e sensíveis. Essa estratégia é conhecida como abordagem de funil (Sampieri *et al.*, 2013; Lima, 2016; Venturini, 2022). Tal cuidado é fundamental para evitar qualquer desconforto aos respondentes que possa inviabilizar ou prejudicar o procedimento. Já a estruturação do questionário a partir de blocos temáticos, tem como objetivo captar informações mais detalhadas do entrevistado acerca de determinados assuntos. Cumpridas essas etapas, a entrevista, comumente, é encerrada com comentários e agradecimentos finais.

A literatura sobre a metodologia de entrevistas nas Ciências Sociais registra algumas tipologias de perguntas. Podemos sintetizá-las a partir daquela apresentada por Mertens (2005), que elenca seis tipos de perguntas: i) as de opinião: “O que você pensa sobre isso?”; ii) as de expressão de sentimentos: “Como você se sente em relação a tal questão?”; iii) de conhecimentos: “Quais são os candidatos desta eleição?”; iv) sensitivas: “Como foi sua experiência com essa música?”; v) de antecedentes: “De quantos eventos

de protesto você participou?"; vi) de simulação: "Imagine que você é o presidente. Qual o principal problema que você teria a enfrentar?". A esta lista, podemos acrescentar o tipo vii) perguntas de oposição: "quais são as principais diferenças entre os candidatos da esquerda e da direita para você?", muito úteis para observar as nuances de diferenciação dos fenômenos por parte dos entrevistados.

Verifica-se que os diferentes tipos de perguntas se aproximam com relação ao seu caráter. Todas são atravessadas por elementos subjetivos (opiniões, sentimentos, valores), contribuindo para a observação, a partir de diferentes ângulos, da experiência sócio-política dos sujeitos. Sendo assim, convém combiná-las e agrupá-las em blocos temáticos (por exemplo: avaliação da conjuntura, qualidade de vida, posições políticas, avaliação de políticas públicas por área, funcionamento das instituições, pertinência da participação), que favorecem o aprofundamento, por parte do entrevistado, sobre diferentes assuntos e, para o pesquisador, observar como estes se relacionam entre si, assim como compreender melhor seus sentimentos e comportamentos políticos.

Além disso, é fundamental a criação de um ambiente propício de respostas. Esta tarefa passa pelo desenvolvimento de empatia e confiança entre entrevistador e entrevistado, que se inicia na estruturação do questionário (Sampieri *et al.*, 2013). O primeiro passo para a construção deste ambiente é o estudo do perfil do entrevistado ideal concomitante à revisão da bibliografia sobre o fenômeno. O entrevistador que conhece bem o seu objeto e o perfil do seu público-alvo, se adapta à linguagem do entrevistado e elabora perguntas que buscam dialogar com sua subjetividade, deixando-o mais confortável para tratar dos temas de interesse da pesquisa.

Nesse sentido, sugere-se a inserção de perguntas nos questionários que, muitas vezes, não são substantivas e diretas, mas estimulam o entrevistado a desenvolver mais sobre determinada questão (Duarte, 2004; Taquette, Borges, 2020; Sanglard *et al.*, 2022). Ao mesmo tempo, é importante estar em sintonia com o estilo de comunicação adotado pelo entrevistado, devendo-se evitar termos estrangeiros, técnicos ou vícios de linguagem não dominados pelo interlocutor (Venturini, 2022). O uso de termos de natureza

teórica ou jargões profissionais, por exemplo, podem intimidar a fonte.

Como o maior ganho da metodologia da entrevista é o aprofundamento e seus detalhes, outro cuidado a ser tomado é evitar juntar duas ou mais perguntas de uma só vez. Este comportamento pode causar confusão e perda na qualidade da resposta. As perguntas precisam ser abertas, sem induzir a resposta, nem as limitar a respostas que se esgotem em afirmações ou negações. É preferível indagar “Como”, “Por que” e “O que”, a elaborar conclusões precipitadas que induzem o entrevistado a confirmar a informação ou, no máximo, refutá-la, sem explorar detalhes tão ricos a investigações de natureza qualitativa. Em suma, respostas que se fecham em “sim” e “não” empobrecem a qualidade das informações buscadas (Duarte, 2004; Gaskell, 2002; Roberts, 2020).

2.1.3 Termo de consentimento

No anexo 1, disponibilizamos o questionário aplicado nas entrevistas em profundidade decorrentes da pesquisa de pós-doutorado de uma das autoras sobre a difusão e recepção do discurso político pelas mídias sociais. O questionário foi utilizado em entrevistas em profundidade realizadas com os seguidores das páginas públicas no Facebook de atores políticos, individuais e coletivos.

Antes de iniciar a entrevista, deve-se retomar brevemente com o entrevistado os objetivos gerais da pesquisa, explicar como será feito o procedimento, e deixar aberta a oportunidade de esclarecimentos, questionamentos e interrupção a qualquer momento. Nesta introdução também é importante informar ao entrevistado que a conversa será gravada e realçar a autorização do procedimento, prezando pela transparência do processo. Estes protocolos são uma segurança tanto para o entrevistado, que tende a se sentir mais acolhido e protegido, como para o pesquisador, que garante a possibilidade de uso dos dados da pesquisa de forma ética e diminui as chances de eventuais questionamentos jurídicos.

Neste âmbito, é de suma importância a elaboração de um termo de consentimento. Neste devem constar o título e uma breve apresentação da pesquisa, o grupo de pesquisa e/ou instituição que a conduzem, a

identificação do pesquisador que realizará o procedimento, no que esse consiste e quanto tempo durará, os direitos do entrevistado (de acordo com as diretrizes para pesquisa com seres humanos), como serão usados os dados e outras informações relevantes. Neste mesmo documento deve ser ofertada a possibilidade de resguardo do anonimato do entrevistado, se assim desejar. No anexo 2, inspirados no documento usado pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) em suas pesquisas, apresentamos um modelo de termo de consentimento, que deve ser apresentado ao entrevistado e por ele assinado antes do início da entrevista.

2.1.4 Aplicação do teste piloto

Antes de realizar a entrevista com os respondentes selecionados, é recomendado que se faça pelo menos uma aplicação teste do questionário, para que o entrevistador tenha uma ideia do funcionamento e da eficiência da sequência de perguntas e do tempo de resposta, também muitas vezes chamado de teste ou estudo “piloto” (Taquette, Borges, 2020). Na realidade, esse será um exercício constante, que demandará sensibilidade e jogo de cintura do pesquisador. A cada entrevista, irá se aprimorando o questionário e adaptando-se a cadência e a ordem das perguntas a partir da interação com os entrevistados, que podem antecipar algumas questões, assim como pular ou relacionar outras (Sanglard *et al.*, 2022).

Para o teste, se possível, busque um entrevistado com características similares ao público-alvo na pesquisa. Essa escolha contribui para a antecipação de problemas, dilemas e constrangimentos, assim como tende a ajudar a pensar em estratégias de abordagem, sobretudo quando se trata de assuntos delicados ou embaraçosos. O teste também é uma oportunidade para o entrevistador se assegurar sobre o funcionamento dos equipamentos escolhidos, se ambientar à dinâmica dos *softwares*, quando for o caso, e, principalmente, ensaiar sua postura de interação, tentando minimizar a manifestação de suas reações às respostas, de modo a não as influenciar. Tais testes são essenciais para evitar a perda de uma eventual entrevista e para que haja a chance de melhorar o questionário antes de sua efetiva aplicação.

2.1.5 Questões práticas de preparação

Selecionados os participantes, elaborado o questionário e o termo de consentimento livre e esclarecido, fazemos algumas recomendações de ordem prática aos entrevistadores. Com a aproximação da data da entrevista, convém que o entrevistador confirme a presença do candidato, com, ao menos, dois dias de antecedência, de modo a evitar esquecimentos e viagens perdidas, principalmente quando se trata de respondentes especialistas ou de elite, que costumam ter agendas disputadas.

As entrevistas em profundidade podem ser realizadas presencialmente ou por videoconferência, a partir de programas como o Zoom, Teams e o Google Meet, que permitem gravá-las. Esta opção tem sido usada com cada vez mais frequência e debatemos a respeito no tópico abaixo.

Por outro lado, a realização da entrevista de forma presencial permite a maximização da interação com o entrevistado, permitindo-lhe observar seus gestos, expressões faciais, vestimentas, trato com outras pessoas, pertences, etc., dados que podem ser muito relevantes para pesquisa (Lima, 2016).

Aumenta-se esses ganhos se o local escolhido para a entrevista for a residência ou ambiente de trabalho do entrevistado (Bachini, 2021), oportunizando que o pesquisador entre em contato com o seu universo, observe o sujeito em seu meio. A esse respeito, sugere-se que o entrevistado indique o lugar que prefere participar do procedimento, feita a ressalva que seja em um lugar silencioso e no qual ele se sinta confortável para falar, sem interrupções e interferências externas, que podem atrapalhar o desenvolvimento da entrevista e a qualidade da gravação.

Recomenda-se ainda que, no dia da entrevista, o pesquisador leve consigo, além do questionário e do termo de consentimento, um gravador de voz, um caderno e uma caneta, para anotações, e um relógio, para controle do tempo. Carregue sempre mais de uma cópia do termo, baterias para o gravador e um celular com aplicativo de gravação de voz instalado, por precaução a qualquer imprevisto. Deve-se lembrar que os microfones de celulares frequentemente são de baixa qualidade e o seu uso pode evidenciar algum “amadorismo”, então prefira sempre gravadores digitais profissionais.

O caderno deve servir para tomar notas breves do procedimento, de modo a não constranger ou intimidar o entrevistado, que não deve se sentir excessivamente analisado. Reflexões mais aprofundadas devem ser feitas individualmente pelo pesquisador, após a entrevista.

A depender do tipo da pesquisa e dos formatos aventados para a publicização dos seus resultados, pesquisadores também as gravam em forma de vídeo, como fez o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) em sua atualização do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*,² e o Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEAMP – PUC/SP), em sua pesquisa sobre as lideranças políticas brasileiras.³ Para isso, é necessária também uma autorização não só para captar, mas também para utilizar as imagens. Deve-se também avaliar sobre a necessidade de tal gravação, uma vez que ela pode inibir de forma mais significativa os entrevistados.

2.2 Condução

No dia da entrevista, o pesquisador deve chegar com antecedência ao local marcado e tomar algumas notas do seu entorno, se possível. Ao encontrar com o entrevistado, recomenda-se que o entrevistador se apresente, recapitule brevemente os objetivos da pesquisa, peça que ele leia e assine o termo de consentimento e faça um rápido teste com o gravador, a fim de se certificar do seu bom funcionamento.

O uso do gravador garante que haja plena concentração no momento da entrevista e posterior decupagem/transcrição do material. É também uma segurança ética, que registra e comprova o teor da conversa. Para seu uso, contudo, é preciso solicitar a autorização do participante. Usualmente, os participantes se sentem incomodados pelo gravador no início, mas ao longo da entrevista passam a ignorá-lo (Duarte, 2004; Taquette, Borges, 2020).

Em alguns casos, é possível que as fontes optem pelo anonimato - desde que cabível à pesquisa. Além disso, há situações em que o entrevistado opta pela não gravação, parcial ou total, por questões de segurança ou para

2. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios>>, acesso em 21 de novembro de 2024

3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@neamp1219/videos>>, acesso em 21 de novembro de 2024.

fazer revelações mais sensíveis. Essas decisões devem estar documentadas, preferencialmente, por escrito e assinadas em Termos de Consentimento.

Iniciada a entrevista, o entrevistador indica o dia, horário e local da entrevista, assim como cria uma identificação para a entrevista (como o nome do entrevistado ou um pseudônimo, a depender do combinado entre as partes).

No decorrer do procedimento, o pesquisador deve estar atento ao controle do tempo para impedir que as perguntas mais importantes não sejam adiadas para o fim e arisquem ficar de fora da entrevista. Em geral, as entrevistas duram entre uma e duas horas. Mais tempo do que isso, pode se tornar cansativo tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado, trazendo prejuízos às informações fornecidas. Se for necessário mais tempo do que isso, recomenda-se dar continuidade em uma nova data (Rocha, 2021; Venturini, 2022).

De igual modo, é preciso fazer uma escuta ativa, dar atenção a cada resposta, demonstrando interesse nas informações trazidas pelo participante e permitindo que ele desenvolva seus pontos com a maior liberdade possível (Gaskell, 2002; Taquette, Borges, 2020; Venturini, 2022). Caso ele se estenda excessivamente ou desvie o foco da pergunta, deve-se interrompê-lo de forma adequada e respeitosa e tentar voltar ao foco da questão (Duarte, 2004; Szymanski *et al.*, 2010).

É importante relembrar que entrevista semiestruturada é um meio termo entre estrutura e flexibilidade. Logo, aplicar o mesmo roteiro para todas as entrevistas realizadas na pesquisa (especialmente para facilitar a análise e comparabilidade das respostas), não significa que não haja espaço para perguntas que podem surgir de acordo com as falas do entrevistado. Essas perguntas podem basicamente solicitar esclarecimentos ou aprofundamentos na entrevista (em inglês são chamadas de *follow up questions*). Elas buscam justamente elucidar pontos que possam não ter ficado claro ou mesmo permitir que algo seja mais abordado por se tratar de questão importante para a pesquisa. Em certos casos, podem surgir dados relevantes e não presentes em outras entrevistas e isso não é um problema, mas sim uma vantagem para os resultados finais (Sanglard *et al.*, 2022; Szymanski *et al.*, 2010).

Em entrevistas em profundidade, são comuns momentos nos quais o entrevistado se emociona ao recuperar algum episódio ou se aprofundar em algum tema importante para ele. Talvez, nesses momentos, o entrevistado peça para interromper a gravação. O entrevistador deve estar preparado para lidar com eles, demonstrando empatia e compreensão ao entrevistado. Imprevistos também podem ocorrer, exigindo capacidade de adaptação e reorganização do pesquisador (Taquette, Borges, 2020). Deve-se tomar bastante cuidado nesses momentos para não romper a barreira entre empatia e criar uma situação em que o excesso de intimidade comprometa o papel do pesquisador na condução da entrevista.

Ao final, pergunte se o entrevistado tem algo a acrescentar ou alguma dúvida. Informações preciosas, que não estavam previstas no roteiro de perguntas, podem surgir daí.⁴ Caso não, agradeça, encerre, avise-o que o gravador está sendo desligado e explique novamente como serão trabalhados os dados. Quando a pesquisa envolve gratificação pela participação previamente combinada, essa costuma ser feita ao final da entrevista.

2.3 Relatório

Como já dito, muitas vezes não é possível tomar muitas notas durante a realização da entrevista, pois isso pode chamar indevidamente a atenção do participante e aumentar a sensação de estar sendo analisado ou mesmo julgado por seu relato. Então, é bastante recomendável que o pesquisador imediatamente após a entrevista faça um pequeno relatório fazendo uma espécie de pré-análise de entrevista, destacando os pontos principais da mesma, notadamente em termos de confirmação de ideias e hipóteses, similaridades e diferenças para pesquisas anteriores (se não for a inicial), eventuais surpresas ou pontos únicos (Flick, 2009; Gaskell, 2002; Taquette, Borges, 2020). Tais relatórios (também chamados de memorandos em métodos qualitativos) serão extremamente úteis para a análise geral das entrevistas posteriormente e podem inclusive ser passados para eventuais *softwares* de análise qualitativas, que sempre têm campos para esse tipo de anotações.

4. Por experiência dos autores, em casos raros o entrevistado pode desejar inclusive expressar coisas sem ser gravado (*off the record*). Neste caso, o pesquisador deve ouvir o entrevistado com a mesma atenção e responsividade. Ao final do relato não gravado, deve-se questionar se tais informações podem ou não ser usadas na pesquisa. Em caso negativo, isso deve no máximo ajudar o pesquisador a compreender o fenômeno em estudo.

3. Análise

A análise da entrevista em profundidade compreende o debruçamento sobre uma série de materiais resultantes do procedimento: as anotações, a escuta da gravação e a transcrição da entrevista propriamente. Em particular, essa última tarefa costuma ser a mais trabalhosa e custosa, de modo que deve estar prevista no desenho e no orçamento da pesquisa. Trata-se de um trabalho braçal que engloba a decupagem das falas para posterior análise, uma tarefa que costuma ser demorada. Embora esse trabalho possa ser terceirizado, recomenda-se que a transcrição seja feita pelo próprio pesquisador, que tende a reconhecer mais facilmente o sentido das pausas e mudanças de entonação do entrevistado (Belei *et al.*, 2008).

A transcrição da entrevista é fundamental para uma análise mais aprofundada das informações prestadas pelo entrevistado. Ela pode ser feita de forma integral ou parcial, a depender dos objetivos da pesquisa, da metodologia definida para sua análise e do tempo que o pesquisador dispõe para essa tarefa. Contudo, recomenda-se que ela seja feita da forma mais fidedigna e detalhada possível, incluindo pausas, risadas, mudanças de tom etc (Della Porta, 2014).

Acompanhados do diálogo com a literatura ou ainda de dados oriundos de outras técnicas de coleta, os trechos das entrevistas são um importante recurso a ser mobilizado para respaldar teorias, questioná-las, assim como na defesa de seus argumentos pelo pesquisador (Rocha, 2021). Atualmente, existem diversos aplicativos que transcrevem arquivos de áudio de forma automatizada e verossímil, alguns, inclusive, fazendo uso de inteligência artificial. Não há problemas em fazer uso de tais aplicativos, porém tais transcrições automatizadas precisam ser revisadas e corrigidas adequadamente pelo pesquisador, afinal, podem surgir erros e as ferramentas não conseguem traduzir sentimentos humanos. Logo, essas ferramentas servem prioritariamente para facilitar o trabalho braçal da transcrição e devem ser usadas de forma criteriosa.

Há várias metodologias para analisar entrevistas. O enfoque da análise depende muito da pergunta da pesquisa (Duarte, 2004; Rocha, 2021).

Em determinadas pesquisas, a atuação ou opinião dos entrevistados é considerada de forma individual ou agregada, para se entender a constituição de um ator coletivo ou de um processo mais amplo, como um movimento político ou fenômeno, por exemplo. As unidades de análise também são definidas a partir desses propósitos, podendo ser estabelecidas previamente (na elaboração do questionário, quando se trata de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas) ou a partir da análise dos dados em si (mais comum em entrevistas abertas), mas o mais frequente é a combinação desses esforços (Sampieri *et al.* 2013; Taquette, Borges, 2020; Bachini 2021).

Por exemplo, em entrevistas com atores políticos, institucionalizados ou não, pode-se analisar a adesão a determinadas práticas e repertórios, suas motivações, disputas que enfrentam no âmbito da opinião pública, dentro de suas organizações (partidos, movimentos sociais, ONGS etc.) ou mesmo no campo institucional (bancadas parlamentares, proposição de projetos de lei, composição de governos, disputas de agendas com a oposição etc.). Embora tenha-se alguma ideia de seus comportamentos a partir da revisão da literatura e dos critérios de seleção dos respondentes, podem surgir novas informações das entrevistas que sejam significativas para que sejam incorporadas como códigos de análise.

As metodologias mais adotadas no campo da Ciência Política para análise das entrevistas costumam ser: i) a análise historiográfica, na qual a entrevista serve como documento informativo a respeito da história de um ator, instituição ou processo político, e que tende a ter um caráter mais descritivo (Chaia, 1992); ii) análise temática, que tem uma lógica indutiva de codificação e criação de temas com base nos próprios dados (Flick, 2009, ver também capítulo 07); III) a análise de conteúdo, que geralmente aplica uma lógica mais dedutiva, na qual você cria categorias e busca respondê-las olhando para o conteúdo (Sampaio, Lycarião, 2021, ver também capítulo 08); iv) a análise de discurso, que também é um campo bastante diverso e busca observar os argumentos e enquadramentos presentes na narrativa do sujeito, os atores e discursos com os quais compete, e como eles se relacionam entre si e com o contexto no qual se inserem (Bachini, 2021; Flick, 2009); e iv) análise textual automatizada, que busca fazer análises léxicas a

partir dos textos gerados pelas entrevistas (Izumi, Moreira, 2018; ver também capítulo 09), dentre outras. Cabe lembrar que é possível também utilizar as metodologias de forma combinada.

Quadro 1. Resumo das etapas para realização de uma entrevista

	Passo a passo
Preparação	Revisão bibliográfica
	Definição da amostra
	Elaboração do questionário
	Redação do termo de consentimento
	Submissão do termo, pesquisa e demais documentos ao Comitê de Ética
	Teste do questionário (piloto)
	Seleção dos entrevistados
	Confirmação dos participantes
	Organização do material para a entrevista
Condução	Encontrar com o entrevistado (presencial ou virtualmente)
	Prestar esclarecimentos sobre a pesquisa
	Pedir a assinatura do termo de consentimento
	Iniciar a gravação e a entrevista
	Encerrar o procedimento e dar a gratificação (se for o caso)
Análise	Redigir primeiras impressões (relatório) após a entrevista
	Transcrever a entrevista
	Revisar transcrição (principalmente quando feita por outrem ou <i>software</i>)
	Analisar os dados de acordo com a metodologia adotada
	Adequar a análise ao formato de publicação aventado (dissertação, tese, artigo, etc)

Fonte: elaborado pelos próprios autores.

3.1 Uso de softwares

É cada vez mais frequente o uso de *softwares* para análise dos textos oriundos da transcrição das entrevistas e sua codificação, especialmente os chamados *computer assisted qualitative data analysis software* (CAQDAS). Eles

podem ajudar o pesquisador a ganhar tempo, ter uma visão mais abrangente dos dados coletados e fazer inferências relacionais mais complexas (inclusive entre as entrevistas). No geral, também são recomendados por ganhos em termos de transparência, replicabilidade e credibilidade da análise.

Os *softwares* CAQDAS mais utilizados atualmente são NVivo, MAXQDA, ATLAS.Ti e WEBQDA, mas também existem algumas opções gratuitas como o Dedoose, Freeqda e Rqda. Para mais informações sobre esses *softwares* de análise e sua importância para análise de dados qualitativos, ver o capítulo 10. Em termos de análise textual automatizada, no Brasil, certamente o mais usado é o pacote Iramuteq para R. Porém, como detalhado no capítulo 09, há muitas opções de análise textual automática sob a lógica de text as data (Izumi, Moreira, 2018).

4. Questões éticas específicas à técnica

A realização de entrevistas em profundidade exige alguns cuidados éticos fundamentais. Como o seu conteúdo consiste em relatos que envolvem e comprometem as pessoas entrevistadas, visto que estas expõem ali parte de suas vidas e vivências com outras pessoas, é preciso, antes de qualquer coisa, do seu consentimento para uso científico (Sanglard *et al.*, 2022; Venturini, 2022).

Esta discussão vem ganhando cada vez mais espaço dentro das Ciências Sociais, nas quais as universidades e demais organizações de pesquisa a ela vinculadas vêm criando seus Comitês de Ética, aos quais as pesquisas da área são submetidas à aprovação (Szymaski *et al.*, 2010; Taquette, Borges, 2020) para mais sobre isso ver, o capítulo 12). Autorizadas as pesquisas pelos comitês, o próximo passo, como dissemos, é obter o consentimento do próprio entrevistado, que deve ser totalmente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa e como serão usados os seus dados. Este, geralmente, é obtido por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por escrito ou online (caso a entrevista seja executada nesse formato), contudo, em casos de pessoas analfabetas, por exemplo, é possível obtê-lo também de forma oral, mediante anuência prévia dos comitês.

No caso das pesquisas no âmbito da Ciência Política, é muito

valorizado que sejam tomadas diversas medidas para aumentar a transparência, replicabilidade e credibilidade da pesquisa, uma demanda que cresceu fortemente nos últimos anos (Figueiredo Filho *et al.*, 2019; Moravcsik, 2014). Nestas situações, tornar disponível o roteiro da entrevista, o termo de consentimento e, eventualmente, o banco de dados codificado, é desejável (ver capítulo 11). Contudo, o compartilhamento da transcrição das entrevistas em si é tópico ainda mais sensível e em debate, devendo seguir, rigorosamente, as orientações estabelecidas no termo de consentimento assinado pelo entrevistado.

Comumente os potenciais entrevistados, por se tratarem de figuras públicas, autorizam (e até gostam) que suas falas tenham visibilidade. Porém, em casos como os de militantes, perseguidos políticos e pessoas em situação de risco, como combatentes, exilados, refugiados ou pessoas envolvidas em conflito com organizações criminosas ou disputas locais, é imprescindível, por uma questão de segurança, o anonimato, e, sobretudo nessas condições, o uso dos dados deve ser não apenas consentido, mas especificado, pelo entrevistado. Nesses casos, é recomendável também o uso de codinomes em todas as etapas do processo, para minimizar riscos ao entrevistado e ao próprio entrevistador.

Somente quando o contexto for seguro, e tomados os devidos cuidados em termos de anonimizar os dados (nomes, endereços, contatos etc.), para garantir um armazenamento seguro e limitado para usos apenas acadêmicos (preferencialmente com um pedido formal de outro grupo que deseje ver os dados), as transcrições podem ser disponibilizadas. Isso deve estar incluso no termo de consentimento, estar explícito para os entrevistados e constar na submissão conselho de ética (Aguinis, Solarino, 2019). Em qualquer caso que haja evidências significativas de que a identificação possa ser prejudicial aos entrevistados, as transcrições e banco de dados não devem ser publicizadas, garantindo o sigilo em nome do resguardo dessas pessoas.

Como já foi mencionado, e merece ser repetido, é de suma importância que o entrevistado se sinta acolhido pelo entrevistador, que deve zelar por sua privacidade, segurança e dignidade também no decorrer do procedimento, e ter empatia e respeito em eventuais situações de vulnerabilidade,

sensibilidade e desconforto, visto que as entrevistas, muitas vezes, podem passar por questões de foro íntimo.

5. Possibilidades e desafios para realização online

Com a difusão das tecnologias de comunicação e informação, os pesquisadores qualitativos começaram gradualmente a experimentar outras formas de contatar e mesmo entrevistar indivíduos de forma remota, processo bastante acelerado pelo distanciamento social imposto pela pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022 (Lobe *et al.*, 2022).

Entrevistas online são mais ou menos recomendadas, podendo ser adequadas ou não de acordo com a situação e objetivos de pesquisa. Na prática, há vantagens e desvantagens de fazer as entrevistas online, como tentaremos resumir nesta seção, assim como algumas questões específicas.

As entrevistas online apresentam uma óbvia vantagem em termos de comodidade. Elas não dependem do deslocamento do pesquisador e do entrevistado para algum lugar, sendo, portanto, mais fáceis de serem agendadas de acordo com as necessidades dos participantes. Também eliminam possíveis gastos com viagens e deslocamento maiores para a pesquisa, ao mesmo tempo que aumentam exponencialmente a possibilidade de entrevistar qualquer indivíduo em praticamente qualquer localização, erodindo os limites tradicionais das barreiras geográficas. Além disso, facilitam a gravação e transcrição das entrevistas (Hanna, Mwale, 2019; Lacono, Symonds, Brown, 2016; Lobe *et al.*, 2022).

Do ponto de vista do participante, uma vantagem é o maior controle sobre o procedimento. Se numa situação presencial, é mais difícil e constrangedor interromper a entrevista, na versão online o poder do entrevistado é muito maior, que, no limite, pode simplesmente fechar o aplicativo pelo qual está concedendo a entrevista sem nenhum prejuízo. Para alguns pesquisadores, como Lacono, Symonds e Brown (2016), alguns entrevistados podem se sentir mais à vontade para fazer a entrevista de sua casa ou local seguro, o que pode ser importante para tratar determinadas temáticas ou participantes mais tímidos e introvertidos. Inclusive, é possível fazer entrevistas online sem o uso do vídeo, se isso a tornar mais cômoda para

o entrevistado.

As desvantagens também são inúmeras, assim como questões associadas. A primeira delas está na eventual dificuldade de conseguir que as pessoas assinem os termos de consentimento por esquecimento ou falta de literacia digital. Contudo, as desvantagens geralmente mais destacadas estão relacionadas à maior dificuldade de se construir confiança e conexão com o entrevistado, o que tende a reduzir a qualidade e o tempo das entrevistas.

Nas vídeochamadas, o foco se detém apenas nos rostos do entrevistador e entrevistados, reduzindo as pistas corporais e não verbais. A comunicação digital também é mais travada, e dificulta que haja um fluxo mais natural da conversação, uma vez que se espera algum sinal para poder falar. Nessa esteira, problemas corriqueiros da conexão da internet, por exemplo, podem ser bastantes disruptivos para momentos mais emocionais e podem até mesmo destruir uma entrevista inteira.

Da mesma forma, assim como a internet facilita chegar a determinados públicos, as desigualdades digitais podem impedir que determinados indivíduos sejam entrevistados ou sequer considerados. A falta de acesso e mesmo de conhecimento de como usar tais tecnologias podem ser fortes empecilhos e enviesar a seleção de participantes e os resultados (Hanna, Mwale, 2019; Lacono, Symonds, Brown, 2016; Lobe *et al.*, 2022).

Outros tópicos apresentados como vantagens também podem ter o sentido oposto, a depender da situação. Por exemplo: muitos entrevistados podem não se sentir à vontade para abrir suas casas para pesquisadores, ainda que de forma remota (podem inclusive exibir objetos de suas casas que não gostariam e depois pedirem para a entrevista não ser utilizada); assuntos muito sensíveis podem não funcionar para uma conversa à distância; assim como, se o tópico não for considerado interessante pelo entrevistado, ele pode perder o foco com mais facilidade; e o controle do entrevistado em encerrar a ligação pode levar a perda de entrevistas (Lacono, Symonds, Brown, 2016; Lobe *et al.*, 2022).

Finalmente, as entrevistas online (e eventualmente suas transcrições) tendem a ficar hospedadas em servidores online que geralmente estão conectados às ferramentas utilizadas para a chamada e a gravação da

entrevista. Então, os cuidados com os dados e a privacidade dos entrevistados devem ser redobrados (Hanna, Mwale, 2019; Lacono, Symonds, Brown, 2016; Lobe *et al.*, 2022).

6. Aplicações em Ciência Política

As possibilidades de aplicação da técnica de entrevistas no campo da Ciência Política são tão amplas quanto a diversidade de objetos investigados pela área. Neste tópico final, recuperamos essas funcionalidades e aprofundamos as particularidades que podem ser encontradas a depender do objeto, da área de pesquisa e, sobretudo, dos sujeitos entrevistados.

A lista de fenômenos que podem ser investigados a partir da técnica de entrevistas é extensa. O procedimento é indicado para obtenção, recuperação e registro de vivências e percepções de atores importantes para a pesquisa (Lima, 2016, p. 27). Por isso, se confirma como método adequado a diferentes linhas da Ciência Política, desde estudos dedicados à democracia, passando por participação política, comportamento político, comportamento eleitoral, opinião pública, ideologias, políticas públicas e movimentos sociais. Ao entrevistar pessoas, é possível que o pesquisador identifique valores, avaliações, motivações e demandas que orientam os mais diversos atores políticos, institucionalizados ou não: elites, movimentos sociais e, mesmo, os próprios cidadãos.

Pesquisadores podem fazer perguntas a ativistas, lideranças sindicais, atores da política institucional, partidária, jornalistas, atores econômicos, lideranças comunitárias, eleitores, cidadãos, perpassando tanto o ciclo eleitoral, quanto o mandato; do ciclo de políticas públicas à avaliação qualitativa do impacto de sua implementação.

Certamente, uma seara que interessa à Ciência Política é a entrevista com diversos tipos de elites (Aguinis, Solarino, 2019; Harvey, 2011; Mikecz, 2012), compreendendo elites como indivíduos que ocupam cargos conectados a diversas formas de poder (para mais, ver Perissinoto, Codato, 2015). Neste aspecto, a atuação em inúmeros cargos pode interessar aos pesquisadores da área, como:

1. Elites políticas tradicionais, vulgo políticos profissionais com

cargos, elites partidárias, indivíduos dos primeiros escalões de governos (Ângelo, 2017);

2. Assessores e cargos comissionados tradicionais atrelados a esses (Pereira, 2020);

3. Elites burocráticas, indivíduos que ocupam cargos de segundo escalão e fazem a ponte entre a burocracia de rua e a elite política (Lotta *et al.*, 2023);

4. Elites de agências e órgãos com grande impacto político desde agências multilaterais, como ONU, Banco Mundial, Unesco a órgãos de destaque nacional, como Banco Central, BNDES, IBGE etc. (Codato, Albuquerque, 2023);

5. Elites econômicas com relevância política (Costa, Stöberl, 2016; Barros, 2011);

6. Elites do Judiciário, algo vital com a crescente judicialização da política e politização do Judiciário (Almeida, 2010; Mongelós, 2013);

7. Elites da sociedade civil, líderes sindicais, de movimentos sociais, organizações não governamentais e coletivos (Vanunuchi, 2020; Bachini, 2021; Venturini, 2022);

8. Elites midiáticas, como editores e jornalistas políticos de grandes jornais (Athanasio, 2017; Pereira, Neves, 2013);

9. Elites religiosas, dado o crescimento acentuado de bancadas evangélicas e da Bíblia (Trevisan, 2013);

10. Candidatos, assessores e outros atores que compõem a campanha eleitoral (Ituassu *et al.*, 2022; Panke, 2016; Marques; Carneiro, 2018); entre outras.

Cada um desses grupos apresenta uma série de características e particularidades que tendem a influenciar no desenho da pesquisa envolvendo entrevistas qualitativas. Não é nosso objetivo aqui detalhar cada uma delas, mas, de modo geral, a literatura sobre as entrevistas com elites apresenta alguns consensos, como o fato de serem grupos de difícil acesso e de difícil construção de um cenário de confiança, colaboração e empatia. Recomenda-se o uso alternado de roteiros de perguntas estruturadas (fechadas) e abertas,

estratégias ativas de manter os entrevistados interessados na pesquisa e na entrevista em si, fazer entrevistas mais curtas (em torno de 45 minutos), e estar bastante flexível em termos de horário, meio ou local para a realização da entrevista. Contudo, há evidências de melhores entrevistas em locais públicos (adequados em termos de movimento e barulho), pois retiram as elites de seu local de trabalho e do sugestionamento a respostas oficiais. O tempo e a insistência necessários para esse acesso tendem a ser significativamente superiores aos de outros tipos de entrevistados (Harvey, 2011). É preciso considerar ainda que, para acessar essas elites, o pesquisador terá de dispor de bom trânsito de contatos estratégicos, como os assessores, que possibilitem o diálogo com pessoas habituadas a uma agenda disputada, além de ambientes de poder que naturalmente restringem o diálogo.

A condução das entrevistas também tende a ter uma dinâmica diferente, pois elites estão frequentemente acostumadas a falar e não ser contrariadas. Isso pode levar a longas respostas que fogem dos pontos principais ou mais espinhosos das questões, assumindo uma certa lógica de que estaria fazendo um favor ao pesquisador. O próprio pesquisador pode se sentir constrangido e inibido a fazer perguntas delicadas e valiosas à investigação (Barros, 2011). O papel do pesquisador é manter um difícil equilíbrio entre manter os entrevistados em uma situação confortável, mas não se colocar num papel subalterno, reafirmando se necessário o seu papel e reconhecimento como professor, pesquisador. Boa parte de membros das elites não se intimidam com as gravações, mas em comparação a outros entrevistados, podem ser mais reticentes em tratar de certos assuntos durante a gravação e optar por mais falas *off the record* (Mikecz, 2012).

Não obstante, como foi evidenciado ao longo do capítulo, as entrevistas em Ciência Política também podem se aplicar a indivíduos que não sejam de elites. Por exemplo, Camila Rocha (2021) foi capaz de observar um cenário complexo de como diversas agendas ultraliberais e conservadoras foram se unindo para formar o cenário da eleição de Bolsonaro no Brasil, apoiada em pesquisa de campo e entrevistas qualitativas. Por sua vez, nas eleições de 2018 e 2022, os *surveys* tinham dificuldade de analisar o eleitor bolsonarista, incluindo conseguir saber sua intenção de voto. Ao usar

entrevistas qualitativas com bolsonaristas, Ester Solano (2019) foi capaz de aumentar significativamente a nossa compreensão sobre o fenômeno.

No recorte da propaganda e do marketing eleitoral, os investigadores podem recorrer a relatos de candidatos, de profissionais de campanha, de eleitores e de atores da justiça eleitoral para avaliar o impacto persuasivo da propaganda eleitoral na formação da opinião pública. Os entrevistados variam a depender dos objetivos da investigação:

As entrevistas em profundidade podem ser realizadas com formadores de opinião ou com os cidadãos comuns. No primeiro caso, intelectuais, jornalistas, professores, líderes de classe e empresários são entrevistados com o objetivo de mapear o quadro da disputa eleitoral. No segundo caso, os pesquisados são eleitores comuns, e o objetivo é o de identificar as estruturas cognitivas que as pessoas possuem e utilizam na decisão do voto (Veiga, Gondim, 2001, p.5).

Pela mesma razão, as entrevistas podem ser determinantes no caso de objetos cujo fenômeno não produz registros públicos ou documentais - como é próprio de relações entre pessoas e/ou instituições, como, por exemplo, quando se tem o objetivo de compreender as relações traçadas entre o núcleo político e o núcleo de comunicação de uma campanha eleitoral (Marques, Carneiro, 2018). Em situações em que há conflito - de interesses, percepções ou narrativas -, como na dinâmica interna de movimentos e partidos políticos, a entrevista também se torna valiosa na busca por elementos que estão ocultos, mas que incidem - e muitas vezes determinam - o objeto da Ciência Política que está sendo pesquisado.

Com esses objetivos, Ituassu e colegas (2022) entrevistaram 28 profissionais de campanha eleitoral no Brasil, tratando especificamente do braço digital das campanhas políticas. Os autores denotam como foi possível aprofundar várias questões das campanhas online em termos de estratégias. Soma-se aos exemplos, o inventário de Panke (2016) sobre o perfil das mulheres que atuam na política. Depois de entrevistar uma centena de pessoas envolvidas em campanhas eleitorais de 15 países diferentes, a pesquisadora desenvolveu três categorias de análise das candidatas que disputaram a presidência da República brasileira e de outros países da América Latina.

Os movimentos sociais também podem ser pesquisados por meio de entrevistas, que auxiliam no objetivo de captar as estratégias e motivações coletivas e podem ser utilizadas em combinação com outros métodos qualitativos:

No caso das pesquisas com movimentos sociais, as entrevistas têm sido utilizadas para o entendimento de microdinâmicas de comprometimento, de modo a compreender visões e expectativas individuais e coletivas que possam influenciar a possibilidade de ação coletiva, analisar estratégias de recrutamento, bem como a biografia dos participantes dos movimentos. O método também pode ser orientado para compreender como os movimentos se mobilizam, combinando entrevistas com observação participante para entender a formação das bases de grupos de protesto (Venturini, 2022, p.74).

Adota esse tipo de triangulação a pesquisa de Bachini (2021), que se estabelece na fronteira entre a Sociologia e a Ciência Política ao observar as reconfigurações das identidades coletivas no Brasil contemporâneo. Em sua análise, a autora reuniu dados oriundos da análise conjuntural, de publicações da imprensa e no Facebook, e realizou entrevistas semiestruturadas com militantes de movimentos sociais de esquerda e direita que participaram dos mais importantes protestos observados entre 2013 e 2016 no Rio de Janeiro e em São Paulo. O desenho da pesquisa propiciou, entre outras coisas, um olhar mais abrangente sobre o processo político, a comparação e as relações dos/entre os discursos dos diferentes atores políticos que dinamizaram o ativismo e a política brasileira na última década, e observar como estes colaboram e são influenciados pelo processo de descentramento identitário, aprofundado particularmente por dois processos organizadores, a ação ciber-orientada e o enquadramento anti-institucional, elementos estes centrais para a compreensão da disputa política que se estabeleceu e seus desdobramentos institucionais.

Por fim, cabe discorrer brevemente sobre os estudos que se utilizam de entrevistas para a concepção e avaliação de políticas públicas. Lotta *et al.* (2018) entrevistaram burocratas de médio escalão para compreender melhor o processo de implementação de políticas públicas de assistência social no

município de São Paulo e como as relações entre eles o facilitam ou dificultam. Já Batista e Domingos (2017) sugerem a adoção complementar de grupos focais e entrevistas para que se avalie o impacto das políticas na qualidade de vida das pessoas, como fizeram Patton (2002), em sua pesquisa sobre os efeitos da escolarização de jovens e adultos, e Hunter e Sugiyama (2014) em sua pesquisa sobre o Programa Bolsa Família. Dados como a possibilidade de leitura de bulas de remédios por ex-analfabetos reduzir a ingestão errônea de medicamentos, e a recuperação da dignidade por pessoas que antes não tinham renda, não são mensuráveis pelos métodos quantitativos, mas de suma importância para entender o alcance de tais políticas públicas e seus desdobramentos no campo eleitoral, do *recall* ao *accountability*.

Considerações finais

Neste capítulo, nos dedicamos a mostrar as características e funcionalidades das entrevistas em profundidade enquanto técnica de pesquisa, com enfoque em suas possíveis aplicações nos estudos da Ciência Política. Orientamos sobre as diferentes etapas da realização deste procedimento, passando pela preparação, condução, execução e análise dos dados, assim como abordamos suas vantagens e desvantagens, diferentes formas, questões subjetivas e éticas que o perpassam. Buscamos também revisar as principais pesquisas da área, sobretudo no Brasil, que se utilizam de entrevistas, explorando os tipos de dados e resultados que podem render.

A despeito do nosso esforço de detalhamento e síntese, como todo trabalho de explanação metodológica mais geral, sempre ficam questões a serem esmiuçadas, a depender do objeto escolhido e da condução da pesquisa em si. Contudo, esperamos que nosso texto inspire criativamente os colegas a pensarem na incorporação de entrevistas em suas pesquisas, e contribua para o aprimoramento da técnica e o aumento do rigor metodológico em seu emprego no campo.

Referências

AGUINIS, Herman; SOLARINO, Angelo M. Transparency and replicability in qualitative research: The case of interviews with elite informants. **Strategic**

Management Journal, v. 40, n. 8, p. 1291-1315, 2019.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALONSO, Ângela. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução**. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

ANGELO, Vitor. Entrevista com elites políticas em investigação sobre memória: potencialidades e desafios do campo. **Revista Cambios y Permanencias**, v. 8, n. 2, p. 654-678 2017.

ATHANÁSIO, Ester. A corrupção política na opinião da empresa de jornalismo: estudo dos editoriais da Folha de S. Paulo de 1990 a 2016. Dissertação de mestrado, UFPR, 2017.

BACHINI, Natasha Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil contemporâneo: da pluralização às identidades ciber-orientadas. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2021.

BARROS, Natalia. A entrevista semiestruturada na pesquisa sobre a elite banqueira brasileira: notas de um diário de campo. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 2, n. 1, dez. 2011.

BATISTA, M., DOMINGOS, A. Mais do que boas intenções? Técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 32, n. 94, 2017.

BELEI, Renata Aparecida Belei; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos**

de Educação, Pelotas, n. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco; FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos acadêmicos **Evidências**, Araxá, v. 7, n. 7, 2011, p. 237-250.

CHAIA, V. **A liderança política de Jânio Quadros, 1947-1990**. São Paulo, Humanidades, 1992.

CODATO, Adriano; ALBUQUERQUE, Mateus (Orgs.). **Os mandarins da economia: presidentes e diretores do Banco Central do Brasil**. São Paulo: Edições 70, 2023

COSTA, Paulo Roberto Neves; STÖBERL, Paulo Roberto. Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 258, 2016.

CUNHA, Yuri Rodrigues. Entre a subjetividade e a autocrítica: “entrevista não diretiva” e “história oral” como possibilidades de pesquisa qualitativa em ciência política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 5, n. 1, jul. 2014.

DELLA PORTA, D. In-depth interviews. In: **Methodological practices in social movement research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, v. 2, p. 62-83, 2005.

ERCAN, Selen A., VROMEN, Ariadne. Qualitative Research in Political Science. In: Liamputtong, Pranee (org). **How to Conduct Qualitative Research in Social Science**. Edward Edgar, 2023, p.15-31.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; LINS, Rodrigo; DOMINGOS, Amanda; JANZ, Nicole. Seven reasons why: a user’s guide to transparency and reproducibility.

Brazilian Political Science Review, v. 13, 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed Editora, 2009.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, v. 2, p. 64-89, 2002.

GLASER, Barney, STRAUSS, Anselm. **The Discovery of Grounded Theory Strategies for Qualitative Research**. Mill Valley, CA Sociology Press, 1967.

GUEST, Greg; BUNCE, Arwen; JOHNSON, Laura. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. **Field methods**, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.

HANNA, Paul; MWALE, Shadreck. “Não estou com você, mas estou...” - entrevistas face a face virtuais. In: BRAUN, V.; CLARKE, V.; GRAY, D. **Coleta de dados qualitativos: Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

HARVEY, William S. Strategies for conducting elite interviews. **Qualitative research**, v. 11, n. 4, p. 431-441, 2011.

MIKECZ, Robert. Interviewing elites: Addressing methodological issues. **Qualitative inquiry**, v. 18, n. 6, p. 482-493, 2012.

HENNINK, Monique M.; KAISER, Bonnie N.; MARCONI, Vincent C. Code saturation versus meaning saturation: how many interviews are enough? **Qualitative health research**, v. 27, n. 4, p. 591-608, 2017.

HUNTER, W.; SUGIYAMA, N. B. Transforming subjects into citizens: insights from Brazil's Bolsa Família. **Perspectives on Politics**, v. 12, n. 4, p. 829-845, dez. 2014.

IZUMI, Maurício; MOREIRA, Davi. O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 86, p. 138-174, 2018.

ITUASSU, Arthur, PECORARO, C., CAPONE, L., LEO, L., MANNHEIMER, V. Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Qualitativa para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha. **Dados**, v. 66, 2022.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Métodos de pesquisa qualitativa aplicada à comunicação radiofônica. In MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Orgs.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas** /. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 326.

LACONO, Valeria; SYMONDS, Paul; BROWN, David HK. Skype as a tool for qualitative research interviews. **Sociological research online**, v. 21, n. 2, p. 103-117, 2016.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

LOBE, Bojana; MORGAN, David L.; HOFFMAN, Kim. A systematic comparison of in-person and video-based online interviewing. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 21, p. 16094069221127068, 2022.

LOTTA, Gabriela; PEREIRA, Guilherme Nunes; BICHIR, Renata Mirandola. Policy implementation in the intramunicipal level: the case of the Social Assistance Departments of the city of São Paulo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, 2018.

LOTTA, G. S., LIMA I. A. D., FERNANDEZ, M., SILVEIRA, M. C., PEDOTE, J., GUARANHA, O. L. C. (2023). A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático: uma análise da atuação de servidores federais durante o Governo

Bolsonaro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, e266094.

MAHONEY, James; GOERTZ, Gary. The possibility principle: Choosing negative cases in comparative research. **American political science review**, v. 98, n. 4, p. 653-669, 2004.

MARQUES, Francisco; CARNEIRO, Aline Mendonça Conde. Corações, mentes e estratégias: a relação entre “marqueteiros” e políticos durante as eleições de 2012 em Fortaleza. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 105-131, abr. 2018. ISSN 1678-9873

MERTENS, D. M. **Research and Evaluation in Education and Psychology: Integrating diversity with Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods**. Thousand Oaks, London, Sage press, 2005.

MEZA, H. TATAGIBA, L. Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). **Opinião Pública** v.22, n.2, Maio-Agosto 2016.

MIKECZ, Robert. Interviewing elites: Addressing methodological issues. **Qualitative inquiry**, v. 18, n. 6, p. 482-493, 2012.

MINAYO, Maria Cecília. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MOISÉS, Jose Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (eds.). **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MONGELÓS, Silvia Avelina Arias. O recrutamento de advogados pelo quinto constitucional para o Tribunal de Justiça do Paraná: um estudo dos processos seletivos de 2010 e 2012. 2013. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MORAVCSIK, Andrew. Transparency: The revolution in qualitative research. **PS: Political Science & Politics**, v. 47, n. 1, p. 48-53, 2014.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. I. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2016. 233p.

PATTON, Michael. Two decades of developments in qualitative inquiry: A personal, experiential perspective. **Qualitative social work**, v. 1, n. 3, p. 261-283, 2002.

PEREIRA, F. H.; NEVES, L. M. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. In **Texto (UFRGS. Online)**, v. 29, p. 35-50, 2013.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 301-338, 2020.

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano (Eds.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

ROBERTS, R. **Qualitative Interview questions: guidance for novice researchers**. The Qualitative Report, 2020. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.4640>

ROCHA, Virginia. Da teoria à análise: Uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. **Revista Política Hoje**, abr. 2021.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. B. S. **Análise de Conteúdo Categorical: Manual de Aplicação**. Brasília: ENAP, 2021.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, M. **Metodologia de pesquisa**. Tradução: Daisy Moraes. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANGLARD, F; GARCÊZ, R.; MAIA, R. Entrevistas. In: MAIA, R. (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador, Edufba, 2022, p. 173-188.

Silva GRF; Macêdo KNF; Rebouças CBA; Souza AMA. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online braz j nurs [internet]**. 2006 Jan.; v.5, n.2), p. 246-257.

SOLANO, E.. ‘Eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil’: escutando os eleitores de Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; MURGEL, Heloisa; BRAGA, Priscila Pauline Braga (Orgs.). **Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil**. 1ed.Belo Horizonte: UFMG, 2019, p. 119-131.

SZYMANSKI, Heloisa; DE ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Autores Associados, 2021.

TAQUETTE, Stella R.; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Editora Vozes, 2020.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Numen**, v. 16, n. 1, 2013.

VANNUCHI, Camilo. Direito Humano à Comunicação: fundamentos para um novo paradigma na regulação dos meios no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo.

VEIGA, L., GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, v. 7, n.1, p. 1–15, 2001.

VEIGA, L.; SANTOS, S. O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. **Revista brasileira de Ciências Sociais** v. 23, n. 66, Fev/2008.

VENTURINI, A. C. Entrevistas em profundidade e movimentos sociais. In: SZWAKO, José; DOWBOR, Monika; PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Métodos em movimento**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

ANEXO 1 - Modelo de questionário para entrevista em profundidade

Breve recapitulação sobre a pesquisa, sua condução e solicitação de assinatura de termo de consentimento do uso dos dados.

Identificação do entrevistado/a:

Nome: [lembre o participante que não será divulgado posteriormente]

Idade:

Cidade de residência:

Bairro/região: [se for importante para a pesquisa]

Profissão:

Classe/faixa de renda: “Em qual classe econômica você acha que se situa?”

[Caso a resposta não seja clara ou precisa, tente dar exemplos de como o IBGE considera tal classificação em termos de salários mínimos].

Cor/raça: “O IBGE classifica as pessoas como preto, pardo, branco, indígena e amarelo. Com qual você mais se identifica/em qual você se encaixaria?”

Religião: “Caso você tenha alguma, qual a sua religião?”

[Se precisar, indicar as classificações do IBGE, Catolicismo, Protestantismo, Espiritismo, Religiões afro-brasileiras, Outras religiões, Sem religião (ou agnóstico)].

Posição política: “Como você se considera em termos de política, como direita, centro ou esquerda?”

É filiado a alguma ONG, coletivo, movimento social ou partido político?

1. Bloco de perguntas sobre consumo de informações e mídias sociais:

Você poderia nos falar um pouco sobre como você se informa sobre novidades e notícias no dia a dia?

Follow-up: O que te leva a usar esse meio e não outro?

[Caso não tenha sido mencionado na resposta inicial] Muitas pessoas dizem se informar pelas redes sociais, como Facebook, Instagram e Whatsapp. Como você usa as redes sociais no seu cotidiano?

Follow up: Conte um pouco sobre como você usa as mídias sociais para se informar e/ou discutir sobre política?

Você estava falando sobre esse uso das redes sociais para saber mais sobre política se informar. Sobre esse assunto, você julga mais confiáveis as informações recebidas pela internet ou aquelas da imprensa tradicional, como TV e Rádio?

Follow up: conte mais da razão para acreditar nisso.

Você poderia nos dar exemplos da sua família e amigos?

Muito tem se falado sobre fake news tanto nas redes quanto na imprensa. O que você entende que seja fake news?

Follow up: Pode nos dar exemplos dessas fake news?

Pode nos falar um pouco sobre a percepção da quantidade de fake news que você (ou familiares) recebem e como isso afeta sua vida?

2. Bloco de perguntas sobre política e governo:

Como você avalia a situação do país nos últimos quatro anos?

Follow up: Quais são os principais problemas do país hoje?

E quais as soluções, em sua visão, para eles?

Como você avalia a atuação dos prefeitos e governadores ao longo desse período?

Follow up: Dê exemplos de sua cidade ou estado para essa determinada avaliação.

E na mesma lógica que você falava agora, como você avalia o governo federal nos últimos anos?

Follow up: Dê exemplos de como o governo foi bom ou ruim na sua vida.

Então, considerando o que você acabou de falar, quais foram os principais erros e os principais acertos dos governantes?

Você apresentou vários exemplos interessantes de como a política influencia a nossa vida. E temos vivido esse clima de polarização, de flá-flu eleitoral. Mas queríamos te ouvir sobre o que você acha da democracia?

Follow up: No seu entendimento, a democracia é um bom regime de governo?

As instituições democráticas funcionam? Por quê?

Qual é a sua opinião sobre os partidos políticos? E os movimentos sociais?

3. Bloco de perguntas sobre economia:

Em sua opinião, qual deve ser o papel do Estado na economia?

Follow up: Ele deve ser máximo/ provedor ou mínimo/ facilitador?

Então, dentro disso gostaríamos de ouvir o seu pensamento sobre a necessidade ou não do pagamento de impostos?

Follow up: Você acha que os impostos retornam positivamente para a sua vida?

Você mencionou alguns aspectos positivos/negativos sobre os impostos e mencionou antes sobre o papel do Estado na economia, então estamos curiosos em saber a sua opinião sobre as privatizações.

4. Bloco de perguntas sobre segurança:

Agora, queríamos ouvir um pouco mais sobre o lugar onde você vive. Fale um pouco sobre a segurança e proteção no seu bairro/região.

Follow up: Você se sente seguro no lugar onde vive?

E você mencionou determinado problema ou questão [citar] na sua fala anterior, como você avalia a criminalidade e as política de segurança pública na sua região?

Follow up: Percepção sobre sensação de segurança pessoal e de familiares. Presença ou não da polícia, guarda e atuação delas.

E diante do que você acabou de nos contar, o que poderia ser diferente em sua opinião?

Follow up: Você é a favor da posse/ porte de armas?

Além da polícia, temos as chamadas milícias. Fale um pouco sobre o que pensa sobre elas.

5. Bloco de perguntas sobre direitos humanos:

Agora, queríamos tratar um pouco sobre a nossa sociedade. Como você avalia que as pessoas tratam os diferentes grupos, como homens, mulheres e a população LGBTQIA+?

Follow up: Mas você acha que eles são tratados igualmente? Fale nos mais sobre isso.

Dê exemplos.

E quanto a negros, brancos e pardos, você acha que existe diferença de tratamento?

Dê exemplos.

Você mencionou várias coisas interessantes, então você considera que a nossa sociedade é machista? E Racista? [Aqui a pergunta gera resposta sim/não, mas nos parece que direciona naturalmente uma explicação]

Certo e dentro do que você acabou de dizer, queríamos saber o que você entende como direitos humanos.

Follow up: É favorável ou contrário a eles?

E qual a sua opinião sobre os direitos das minorias, como mulheres, negros, LGBTQIA+?

Follow up: Qual seria a diferença entre direitos das minorias dos direitos humanos?

Finalmente, para concluir essa nossa conversa sobre a sociedade religiosa, qual a sua opinião sobre a diversidade religiosa?

Follow up: Religiões de matriz africana devem ser permitidas ou perseguidas?

O Estado deve ser laico?

Considerações finais

Você gostaria de fazer algum comentário sobre as perguntas realizadas ou acrescentar algum ponto que não foi abordado na entrevista? Agradecemos sua participação.

ANEXO 2 - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “_____”, realizada pelos pesquisadores do _____ financiada pelo _____. Nosso objetivo, nesse momento, é observar _____.

Para essa etapa da pesquisa, adotaremos o método das entrevistas individuais semiestruturadas. Essas entrevistas serão registradas por meio de anotações escritas pela pesquisadora e de gravação de voz. As entrevistas poderão durar entre 1h e 1 hora e 30 minutos na média. O local de realização das entrevistas será acordado com os(as) participantes, da maneira que for mais conveniente ao(a) participante da pesquisa.

Para participar desta pesquisa, você deverá autorizar e assinar este termo de consentimento livre e esclarecido. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira [revisar se a pesquisa for financiada]. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto e poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalização. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado(a) em nenhum veículo público (meios impressos e/ou verbais).

Os riscos envolvidos na participação da pesquisa consistem em riscos mínimos, pois se trata de um estudo no campo da Ciência Política. Mesmo assim, ao ser solicitado(a) a relatar suas experiências de vida e trabalho, o(a) participante pode se lembrar de acontecimentos que lhe causem certo desconforto. Nesse sentido, você

pode se recusar a falar sobre os assuntos de que não quiser. O tópico guia para a realização das entrevistas individuais foi elaborado de modo cuidadoso, para reduzir as chances de causar desconforto aos participantes com as perguntas.

A produção do conhecimento por meio desse estudo poderá contribuir para a proposição e aprimoramento de políticas públicas relacionadas à segurança cidadã e ao aprimoramento da democracia. Dessa forma, os(as) participantes e a sociedade, em geral, serão beneficiados.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você pode contatar a pesquisadora _____ no telefone _____ e-mail: _____.

Diante disso, assinie abaixo a declaração abaixo se concordar com todos os esclarecimentos dados.

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Autorizo a divulgação dos resultados do estudo, incluindo as informações prestadas por mim, em eventos e artigos científicos. Recebi o termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e de esclarecer as minhas dúvidas.

São Paulo [insira sua cidade], ____ de _____ de 20____.

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisadora do projeto “_____” e condutora da entrevista, eu, _____, declaro ter cumprido as exigências dos itens IV.3 e IV.4, da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura da pesquisadora

03

Grupos focais em Ciência Política

Carolina de Paula

Bruno Washington Nichols

Gabriel Bento Leite Ferreira

Pedro Lenhagui Bergamaschi

Introdução

Os grupos focais, também conhecidos como grupos de discussão, estão inseridos na abordagem qualitativa e são, numa definição geral, a técnica de pesquisa onde os participantes conversam entre si, e não apenas respondem às inquietações do moderador/condutor do grupo. Em grupos focais são levantados e aprofundados pontos sobre um dado assunto, em que o objetivo final não é atingir o consenso, mas capturar a diversidade de opiniões e ângulos sobre uma questão previamente elaborada. Essa questão original poderá sofrer o impacto e a influência dos participantes, passando muitas vezes por reformulações e originando outro conjunto de questões. Um grupo pode ser o pontapé inicial de uma pesquisa maior, ou então o encerramento dela.

Há quem classifique os grupos focais em modalidades, dada sua finalidade distinta. Não há consenso sobre um esquema classificatório para isso, o mais popular e clássico deriva de Morgan (1997), em que o autor segmenta em três tipos: 1) grupos autorreferentes são aqueles que formam a base central de dados da pesquisa; 2) grupos como um processo complementar de outras técnicas quantitativas, que serviriam de ponto de partida para a elaboração de um *survey*, por exemplo; e 3) grupos como parte de um quadro multimétodos qualitativo, que seriam uma combinação de técnicas, tais como entrevistas em profundidade e observação participante.

A origem do grupo focal remete às pesquisas realizadas na Universidade de Colúmbia (EUA) na década de 1940, nas quais Paul Lazarsfeld e Robert Merton buscavam avaliar o impacto do rádio junto à sua audiência, no contexto da Segunda Guerra Mundial (Merton, Kendall, 1946; Merton, 1987). No cenário acadêmico, essas técnicas foram negligenciadas em sua origem, sendo rapidamente cooptadas por profissionais do marketing e da publicidade, muitas vezes com suspeito rigor procedimental.¹ Foi no âmbito das pesquisas envolvendo a área de saúde, mais particularmente no campo da psicologia social, que a técnica começa a marcar presença nas discussões acadêmicas, isso nos anos 1980. Com um recorte sociológico acentuado em que havia uma mescla da discussão de temas clínicos

1. No seriado televisado *Mad Man*, exibido pela AMC nos EUA, há exemplos interessantes do uso da técnica pelas agências de publicidade nesse contexto histórico pós-guerra.

e sociais, como, por exemplo, a discussão da saúde das mulheres marcada por elementos morais de construção da identidade (Barbour, 2009:28).

No Brasil, seguiu-se mais ou menos o caminho descrito pela literatura internacional. Veremos adiante que o uso da técnica na Ciência Política cresceu na última década, mas ainda é incipiente, mesmo nos Estados Unidos, que possui forte tradição comportamentalista (Boas, 2023). Na área da pesquisa aplicada de opinião e mercado tem-se utilizado há décadas, com bastante intensidade, os grupos focais, seja para pesquisas que intencionam avaliar produtos e capturar a opinião dos consumidores – produtos da indústria alimentícia, de serviços, saúde, automotiva e até mesmo de entretenimento – ou para pesquisas de opiniões sobre o comportamento político dos cidadãos durante campanhas eleitorais, bem como na avaliação de políticas públicas federais, estaduais e municipais.

1. O que é um grupo focal?

Grupo focal é uma técnica cujo objetivo é reunir opiniões, atitudes e crenças acerca de determinado tópico. São formados por um conjunto pequeno de indivíduos que proporcionam um ambiente controlado no qual a discussão é conduzida por um moderador. Com o auxílio de um roteiro mais ou menos pré-estabelecido (chamado também de semiestruturado), o moderador guia a conversa e recolhe dados úteis que podem ser a chave para o desenvolvimento de novos produtos, melhoramento de serviços existentes ou formulação de estratégias de marketing. Para a pesquisa acadêmica são úteis para a geração de hipóteses e aprofundamento de temáticas difíceis de serem exploradas através de seu “primo” quantitativo, os *surveys*. São ideais para o desenvolvimento de pesquisas com temas sensíveis que exigem a confiança do entrevistado no pesquisador.

A expressão que resume a finalidade de um grupo focal é a busca de percepções. Esse objetivo é alcançado por meio de discussões interativas em um ambiente especialmente criado, assemelhando-se a um laboratório de conversação, onde pessoas desconhecidas, mas com características sociais, demográficas e atitudinais específicas, participam de conversas moderadas. O propósito central de um grupo focal é explorar as percepções,

ideias e opiniões das pessoas sobre um tema específico. Para isso, é essencial criar um roteiro de perguntas bem elaborado que mantenha o foco no tópico central da pesquisa (Paula, Loiola, 2023).

A especificidade dos grupos focais na captura das opiniões consiste em conseguir explorar perguntas do tipo “por que não?” e variantes das perguntas a fim de produzir o melhor resultado em termos das respostas buscadas. Em temáticas comportamentais e na área da comunicação política, por exemplo, é uma técnica poderosa para avaliar discursos, argumentos e estratégias narrativas.

Originalmente, a concepção clássica de grupo focal é conduzida com participantes que não têm relações prévias. Isso é feito para minimizar influências externas que possam distorcer as discussões. Devido à falta de familiaridade entre os participantes, há uma tendência a uma maior abertura na expressão de opiniões, o que deve ser promovido pelo moderador desde o início (Almeida, 2016). Contudo, há recentemente algumas derivações da técnica, por exemplo, os chamados “minigrupos focais etnográficos” conduzidos por Solano e Rocha em pesquisas sobre os eleitores conservadores no Brasil. Vale atentar que não se trata da mesma aplicação rigorosa que será descrita na próxima seção, já que a finalidade das autoras é distinta.

2. Aplicação²

As críticas acadêmicas dirigidas aos grupos focais são várias e decorrem geralmente de uma rivalidade pouco frutífera com pesquisadores adeptos de métodos quantitativos. Grupos focais são dotados de um elemento subjetivo, quando plenamente aplicado não é correto afirmar que existe observação livre e ausência de sistematicidade. A transparência de cada etapa, em particular o recrutamento dos participantes, protege a pesquisa e o pesquisador da criação de vieses (Boas, 2023).

Assim como na execução dos *surveys*, o desenho de pesquisa qualitativa com grupos focais exige uma série de procedimentos. Os elementares são nove:

2. Parte dessa seção foi desenvolvida anteriormente em Paula e Loiola (2023).

- 1) Definição do tema central da pesquisa;
- 2) Desenvolvimento do roteiro de moderação, a partir do tema central;
- 3) Definição da amostra estratégica de grupos de participantes, geralmente a partir de variáveis sociodemográficas de filtro;
- 4) Elaboração do questionário de recrutamento dos participantes;
- 5) Recrutamento dos participantes;
- 6) Realização dos grupos;
- 7) Degravação do material coletado;
- 8) Análise de resultados; e
- 9) Apresentação da pesquisa.

O roteiro é peça fundamental do sucesso de um grupo focal. Se mais de uma pessoa conduzir grupos em um projeto o seu papel ganha importância ainda maior. Apresenta um aspecto maleável se comparado aos questionários estruturados de pesquisas quantitativas, porém, alguns passos podem facilitar certa unidade, criando uma linha mestra. A ideia é pensar no roteiro como o fio condutor da pesquisa, partindo de temas leves para os mais densos. O roteiro tem questões mais centrais e outras secundárias, mas todas devem convergir para o problema central da pesquisa. É fundamental a clareza do assunto investigado e das questões a serem pesquisadas. O grupo focal conduz os participantes a emitir suas opiniões por meio de uma interação discursiva. Essa é a principal diferença em relação a uma entrevista em profundidade individual, por exemplo. Conforme já dito, o grupo seria um “laboratório” de uma dinâmica social. Assim, para a conversa fluir de maneira confortável são necessárias questões iniciais de engajamento para criar um ambiente favorável à conversação e gerar disposição nos participantes para aderirem positivamente à discussão. Isso ajudará a gerar confiança entre os participantes.

Ao redigir o roteiro não se deve transformar o mesmo em um questionário, afinal o propósito do grupo focal é aprofundar temas e capturar

detalhes que um survey não suscitaria. Logo, perguntas que tenham como resposta “sim” ou “não” exigem um cuidado redobrado do moderador, para que não se tornem vazias no momento da análise. Isso vale para as perguntas do tipo votação e ranking de favoritos, muito comum em pesquisas eleitorais e testes de narrativas de campanha. Não existe significância estatística alguma, servem apenas para sintetizar visões. O quadro abaixo resume alguns passos para a montagem de um roteiro eficiente:

Quadro 1 - Síntese para a montagem de roteiro

Define seu roteiro em blocos	Agrupe as questões por blocos, isso facilitará na hora de analisar os dados e oferecerá um ritmo ao grupo. Não mude de assunto bruscamente.
Evite perguntas começando em “por que?”	Ainda que seja tentador – já que os porquês compõem elemento central de uma pesquisa – não cabe ao participante interpretar as percepções e experiências que irá compartilhar no grupo, isso é papel do analista.
Não transforme seu roteiro num questionário	O propósito do grupo focal é aprofundar temas e capturar detalhes que um <i>survey</i> não suscitaria, logo, perguntas que tenham como resposta “sim” ou “não” exige um cuidado redobrado do moderador, para que não se tornem vazias no momento da análise.
Cuidado com o tamanho do roteiro	Um grupo focal varia entre 1h30 e 2h, lembre-se disso na hora de planejar as questões. Defina um tempo máximo para cada bloco, às vezes os participantes se engajam muito em um tópico.
Faça perguntas delicadas que possam ser respondidas com exemplos alheios	Às vezes o assunto é muito íntimo, ou mesmo constrangedor, fica mais fácil se as perguntas forem feitas de modo que exemplos de terceiros possam servir como respostas.
Não explore somente as certezas e convicções	Quando um grupo fica receoso ou em dúvida sobre um tema não deixe de explorar um pouco mais o tópico, a dificuldade da interação e verbalização pode ser um problema importante, apenas não antecipado da pesquisa.

Fonte: elaborado pelos próprios autores.

Além de um bom roteiro, a amostra estratégica é fundamental para atingir os objetivos da pesquisa qualitativa. Diferentemente dos *surveys*, cabe ao pesquisador escolher o perfil de participante que deseja explorar, por isso não se trata de uma amostra probabilística, mas sim intencional. Em campanhas eleitorais tende-se a privilegiar os eleitores indecisos, que potencialmente precisam ser conquistados. Vale deixar claro que a escolha do perfil não significa dizer que o pesquisador selecionará a seu bel-prazer os participantes, muito pelo contrário, um recrutamento – termo utilizado para o processo de seleção dos integrantes dos grupos – é uma etapa extremamente criteriosa, com predefinições (ou filtros) rigorosas.

Já mencionamos que a finalidade de um grupo são as percepções e/ou experiências dos participantes, logo, a amostra estratégica precisa ser desenhada de tal modo que permita estabelecer de antemão critérios para análise do perfil que interessa à pesquisa. A unidade de análise será o grupo em seu conjunto e interações, não o indivíduo. Grupos devem ser homogêneos em termos de contexto de vida, não de atitudes (Morgan, 1998).

O número de participantes em cada grupo irá depender da natureza da pesquisa, não existe uma regra. Em pesquisas na área de marketing os grupos tendem a ser maiores (de 8 a 12), já que a ideia geralmente não consiste em aprofundar temas. Pesquisas acadêmicas de Ciências Sociais podem exigir um cuidado e aprofundamento maior, sendo recomendável efetuar grupos menores em alguns casos (4 a 8).

Em institutos de pesquisa de opinião costuma-se terceirizar o recrutamento, ou seja, são contratadas empresas específicas em localizar e convidar os participantes para os grupos. Por isso é fundamental o pesquisador definir um questionário de filtro (de modelo estruturado e padronizado), para que sejam recrutadas pessoas com o perfil pré-definido para o grupo.³ Em pesquisas de opinião pública (em especial sobre política) costuma-se inserir no questionário de filtro uma pergunta que exclua pessoas que trabalhem com pesquisas de mercado, publicidade e órgãos públicos. Também vale a pena inserir uma pergunta que exclua pessoas extremamente tímidas.

3. Anexo 1.

Porém, para pesquisas acadêmicas em que geralmente os recursos financeiros são escassos é possível elaborar o chamado “recrutamento bola de neve”. Ele também é efetuado quando a natureza do problema é muito específica, sendo a indicação de pessoas conhecidas parte fundamental para recrutar participantes. São cinco etapas:

- 1) É inicialmente feito um esforço para identificar algumas pessoas com o perfil desejado, por meio de contatos dos próprios membros do grupo de pesquisadores;
- 2) Depois, essas pessoas passam pelo questionário de recrutamento para confirmação de seu encaixe no perfil buscado;
- 3) As pessoas aprovadas são instadas a indicar potenciais participantes com características similares;
- 4) Esses novos indicados são submetidos do questionário de recrutamento;
- 5) Esse ciclo se repete até o preenchimento de todas as “vagas” do desenho da pesquisa.

Em pesquisas de mercado e opinião pública todos os participantes recebem um incentivo (em dinheiro) para participar da pesquisa, afinal trata-se de um processo que dura entre 1h30 e 2h. Em outras pesquisas pode-se oferecer um presente ou algo do tipo. No momento do grupo é geralmente oferecido um lanche para criar um clima amistoso e gerar empatia nos participantes.

O papel do moderador (ou facilitador) contribui muito para o sucesso de um grupo. É recomendável que este tenha domínio do assunto da pesquisa. O moderador deve estabelecer relação com os participantes, manter ativa a discussão e motivar os respondentes a trazerem à tona suas opiniões mais reservadas. Além disso, o moderador pode desempenhar um papel central na análise e interpretação dos dados. Portanto, ele deve ter habilidade, experiência e conhecimento do tópico em discussão e deve entender a natureza da dinâmica do grupo (Malhotra, 2006, p.158). Vimos que o roteiro é peça central na execução de grupos focais, contudo este não precisa

ser seguido como um manual passo a passo. É preciso alterar a ordem ou fazer concessões quando notar que o roteiro está dificultando a interação entre os participantes, um bom moderador sabe ser flexível. Ele não busca o protagonismo, é necessário mais ouvir do que falar. Muitas vezes emergem nos grupos temas muito delicados e íntimos, cabe ao moderador mostrar-se compreensivo, mas ao mesmo tempo, não deixar o grupo desviar o foco da pesquisa. Vejamos abaixo algumas tarefas do moderador:

Quadro 2 – Tarefas do moderador

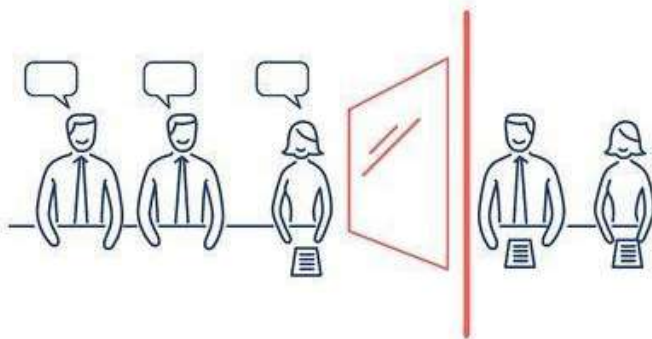
Apresentar o objetivo do grupo e a técnica do GF	Cabe ao moderador explicar aos participantes o que é um grupo focal, explicando brevemente o procedimento. Uma auto apresentação ajuda a gerar confiança.
Pedir aos participantes que se apresentem	Pedir que cada um fale seu nome, onde trabalha, se tem filhos ou não (quebra gelo). O bate papo inicial ajuda a construir intimidade e a relaxar os participantes.
Explique a importância de todos participarem	É preciso deixar claro que o moderador não é um entrevistador que têm respostas corretas, que todos podem colocar novas questões, e que o diálogo entre os participantes é importante. Lembrar sempre o grupo que toda opinião é bem-vinda.
Conduzir o grupo para que o raciocínio seja completo	O moderador precisa ficar atento para frases soltas e genéricas, às vezes é necessário insistir em um ponto para que o participante complete o pensamento.
Despertar confiança e motivação no grupo	O moderador precisa mostrar-se amigável e instigar os participantes mais calados a participarem da conversa, nem todos reagem do mesmo modo em grupo. Ficar sempre atento se alguém está muito calado e dirigir uma pergunta específica para ele.
Realizar sínteses e relatos breves	Mesmo que não faça o relatório da pesquisa, o moderador precisará sintetizar com clareza os principais pontos do grupo, checando as passagens com os participantes no momento. Capacidade de síntese rápida é fundamental.

Fonte: elaborado pelos próprios autores.

2.1. Aplicação: formato presencial

Tradicionalmente as pesquisas de mercado e de opinião pública feitas em capitais, e cidades medianas, utilizam salas específicas dotadas de “espelho falso” (*one-way mirror*), em que há outra saleta de observação, serve para os clientes que queiram acompanhar o grupo ou para anotadores auxiliares. Geralmente contam com sistema de transmissão online e gravação do conteúdo, facilitando o processo de transcrição.

Figura 1 – Exemplo de sala de espelho



Fonte: Shutterstock

Ambos os setores são divididos por um espelho horizontal – daí o nome “sala de espelho”. Nessa sala, os participantes não conseguem enxergar o que há por detrás desse espelho. Por outro lado, os profissionais que estão atrás desse espelho conseguem observar normalmente o que se passa durante a dinâmica. A utilidade desse espelho é fazer com que os respondentes não se sintam desconfortáveis com olhares de pessoas externas à dinâmica ao longo da realização do grupo. Não raro, é permitido o contato entre os profissionais com a moderação da dinâmica. Esse contato pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles estão: solicitar a realização de uma nova pergunta, reforçar determinado ponto ao longo da reunião e, até mesmo, lembrar a moderação de abordar um tema específico.

Os grupos focais presenciais também podem ser realizados em salas comuns, tornando necessária a organização de equipamentos básicos

como microfone, notebook para gravação, projetor/televisão, gravador de voz. Vale destacar a necessidade de uma boa conexão à internet para que seja possível transmitir a dinâmica para que os demais pesquisadores-analistas possam acompanhá-la remotamente.

2.2. Aplicação: formato online

Existem outros formatos de captura de dados além do método presencial. Uma consequência do isolamento social causado pela pandemia de COVID-19, que afetou o mundo de modo mais severo nos anos de 2020 e 2021, foi o uso ampliado das pesquisas remotas. Assim, aplicativos de videoconferência substituíram as salas com “espelho falso”. Tal como mencionado no caso dos *surveys*, há vantagens e desvantagens na escolha de cada forma de aplicação. As vantagens do formato online envolvem a forte redução de custo da pesquisa, a possibilidade de reunir em um mesmo grupo pessoas de localidades distintas e principalmente a redução do estranhamento dos participantes em um ambiente artificial como as salas de espelho, sendo mais confortável participar diretamente do sofá de casa.

Do ponto de vista técnico, também há atualizações benéficas. Primeiramente porque a virtualização dispensa a necessidade de instalação de câmeras e microfones em espaços físicos. De igual modo, os pesquisadores ganham mais tempo ao não precisarem se preocupar com o estado da gravação audiovisual da dinâmica.

Já sob o ângulo dos procedimentos, talvez a principal vantagem seja a de que todos os envolvidos, do respondente ao pesquisador participam a partir do conforto de suas casas. Isso tende a tornar os participantes mais confortáveis à medida que inexiste o contato presencial; otimiza o contato da equipe com a moderação, algo que pode ser feito por chats internos na plataforma onde a transmissão da dinâmica ocorre; facilita a lembrança dos nomes dos respondentes, vez que esses nomes aparecem junto à imagem dos participantes da transmissão.

Em resumo, os benefícios dos grupos virtuais estão calcados na otimização de tempo e recursos, além da possibilidade de expansão do leque regional de participantes. Embora a virtualização seja uma atualização do

método, isto não significa dizer que não há falhas ou aspectos a serem melhorados. Fatores como a queda de conexão, intermitência do sinal de internet, má qualidade do microfone e/ou câmera dos participantes são alguns dos aspectos prejudiciais inerentes ao online. Do ponto de vista social, como cada pessoa está participando do grupo a partir de sua cidade, pode ocorrer de que os ambientes de alguns respondentes não sejam adequados para a prática dos grupos por conter muito barulho ou interferência de familiares ou outras pessoas de seu convívio. É certo que o caráter dos aplicativos de videoconferência exige que os participantes tenham acesso à internet e alguma familiaridade sobre o funcionamento deles, excluindo potencialmente pessoas de renda mais baixa e escolaridade. Porém, a experiência da primeira autora nas campanhas de 2020 e 2022 mostra que a rede de apoio/familiares mais jovens, largamente aptos ao uso dos aplicativos na vida social, auxilia os participantes com pouca intimidade às ferramentas digitais. A compra de dados de internet para os celulares dos participantes também é um elemento inclusivo de pessoas de renda baixa. Centenas de pessoas de classe C e D foram entrevistadas com o máximo de rendimento a partir dessas ações coordenadas

O quadro abaixo traz os principais pontos fortes e fracos no que concerne à realização de grupos focais em ambientes virtuais:

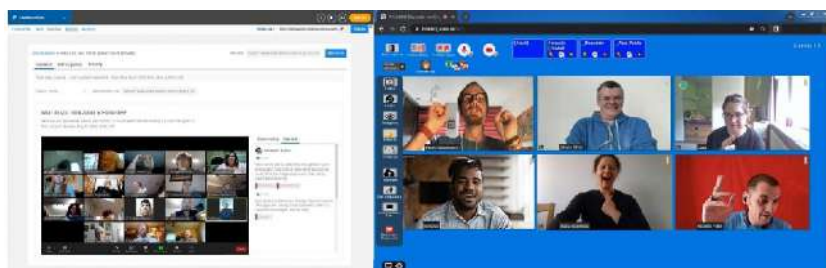
Quadro 3 – Pontos fortes e fracos dos grupos online

Fortes	Fracos
Menor custo financeiro	Requer boa qualidade da internet dos envolvidos
Não há necessidade de aluguel de espaços físicos	Requer conhecimento técnico mínimo dos respondentes
Maior liberdade geográfica	Local dos respondentes pode ser ruidoso
Possibilidade de participação com celular (popular no Brasil)	Requer boa qualidade de equipamentos de áudio dos respondentes
Maior controle da moderação sobre os microfones e câmeras dos respondentes	Requer boa qualidade de equipamentos de vídeo dos respondentes
Respondentes podem se sentir mais confortáveis	Respondentes podem se distrair com maior facilidade

Fonte: elaborado pelos próprios autores.

Assim como as salas de espelho de espaços presenciais, as plataformas dedicadas para a realização de sessões virtuais de grupos focais também possuem a funcionalidade de “esconder” os profissionais que participam da sessão, como os pesquisadores-analistas. No mercado atual há diversas opções para a realização de transmissões em vídeo, mas há consideravelmente menos opções brasileiras de transmissões dedicadas a grupos focais, como é o caso de QuestionPro e TVLink.

Figura 2 – Exemplos de sites de grupos focais



Fonte: QuestionPro⁴ e TVLink⁵

Internacionalmente há mais opções de sites, como Collabito,⁶ Aha,⁷ FocusGroupIt,⁸ Remesh,⁹ dentre outros. A falta de tradução direta ao português pode ser um empecilho para a realização da pesquisa no Brasil a partir dessas ferramentas. A depender do propósito e dos recursos disponíveis, ferramentas globalmente conhecidas de transmissões online podem ser utilizadas, como é o caso do Google Meet,¹⁰ Microsoft Teams¹¹ e Zoom:¹² esses serviços possuem versões gratuitas, mas suas versões *premium* contam com recursos mais interessantes em relação à disponibilização de maior quantidade de tempo para as transmissões.

É certo que “o olho no olho” favorecido em eventos presenciais ainda tem seu valor na aplicação da técnica, especialmente em temáticas sensíveis. Contudo, ao lado das vantagens elencadas em grupos remotos parece

4. <https://www.questionpro.com/pt-br/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

5. <https://www.tvlink.com.br/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

6. <https://www.collabito.com/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

7. <https://ahaonline.com/tag/focus-groups/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

8. <https://www.focusgroupit.com/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

9. <https://www.remesh.ai/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

10. <https://meet.google.com/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

11. <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/group-chat-software> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

12. <https://zoom.us/> <acesso em: 24 de novembro de 2024>.

pouco provável que as pesquisas presenciais retomem o protagonismo.

2.3 Aplicação: formato híbrido síncrono e assíncrono

Uma inovação de pesquisa na campanha eleitoral de 2022 foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LEMPEP, IESP-UERJ).

O Painel On-line de Monitoramento de Tendências (*Pomt*) foi baseado em uma metodologia inovadora para monitorar, de modo dinâmico, o comportamento do eleitorado e suas clivagens no que se refere a temas, preferências, valores, recepção de notícias, etc. O painel foi realizado por meio de grupos focais de operação contínua no WhatsApp, com participantes selecionados e um moderador profissional.

Assim como na metodologia presencial e online de grupos focais, os grupos contínuos no WhatsApp do *Pomt* permitem que o moderador estimule o aprofundamento de temas sensíveis e difíceis de serem explorados por meio de pesquisas quantitativas, ou mesmo pela aplicação de questionários estruturados.

A principal vantagem do *Pomt* é a agilidade. O monitoramento contínuo fornece resultados diária ou semanalmente sobre diferentes aspectos que demandam agilidade em uma campanha eleitoral, como seguimento de debates em tempo real, teste de discursos e de peças publicitárias. Em lugar de fazer pesquisas unitárias, possibilita o monitoramento contínuo da campanha como se fosse um *tracking*, porém qualitativo de opinião pública, o que seria muito dispendioso se fosse feito com grupos focais tradicionais.

O *Pomt* tem um custo bem menor em relação aos grupos focais presenciais ou mesmo on-line, chegando a ser quatro vezes mais ágil e econômico. Em média, o custo de uma rodada de grupos focais equivale a quatro rodadas semanais de monitoramento no *Pomt*. Além de acomodar um número de participantes maior do que grupos focais síncronos, presenciais ou on-line, permitindo, assim, maior diversidade de opiniões e dinamismo nas conversas.

Os grupos do *Pomt* não requerem que os participantes reservem

uma, duas ou mais horas para tomar parte da discussão, pois podem fazer isso durante sua rotina diária, aproveitando curtos intervalos de tempo, por meio de uma ferramenta que já lhes é costumeira, o WhatsApp. Ao acomodar a pesquisa às circunstâncias e às comodidades da vida de cada um, o *Pomt* ajuda a diminuir a artificialidade da situação de pesquisa e, portanto, a produzir resultados mais próximos das interações reais que os participantes têm na vida cotidiana. São híbridos, ou seja, combinam interações síncronas e assíncronas. Alguns assuntos recebem atenção imediata dos participantes conectados, mas podem também ser comentados posteriormente por quem não pode ou não quis participar no momento. Essa liberdade é inexistente nos grupos focais tradicionais, que são presos à sincronia da condução dos temas por parte do mediador.

O caráter assíncrono da ferramenta, possibilitado pela dinâmica da comunicação no WhatsApp, permite respostas mais refletidas por parte dos participantes, o que é adequado para a área eleitoral, dado que o voto é também uma decisão que demanda reflexão. Por sua natureza temporal contínua, grupos focais do *Pomt* são propícios para criar situações deliberativas, nas quais as pessoas se sentem compelidas a elaborar suas razões com base nas razões dadas por outros participantes do grupo.

A aplicação acadêmica no âmbito da Ciência Política está em funcionamento e se chama *Monitor da Extrema Direita*, um painel desenvolvido para pesquisar especificamente os eleitores bolsonaristas (Paula, Feres Jr., Manginelli, 2023).

3. Análise e uso de softwares na técnica

Não há um único modelo de análise para os grupos focais. A decisão está conectada aos objetivos e escolhas teóricas do pesquisador. Em pesquisas de opinião e mercado, por exemplo, é feita uma análise descritiva (Paula, 2023). É possível também usar a análise de discurso ou de conteúdo (Yin, 2016). Costuma-se indicar a pertinência de uma descrição densa, ou seja, que exponha a riqueza do que se passou nos grupos, enfatizando a forma que isso envolve as interações e estratégias entre as pessoas (Yin, 2016). Como quase toda “escola qualitativa” parte-se da ideia de que a interpretação do

analista é isenta de pré-julgamentos, já que o mundo a ser analisado é visto pelos olhos do entrevistado/grupo (Geertz, 2008).

Desse modo, o uso de *softwares* na etapa de análise será um meio para facilitar a organização do material da pesquisa, chamada de “codificação”. Codificar é estruturar o texto e notas da pesquisa, ou seja, codificar em pesquisa qualitativa não é o mesmo que na pesquisa quantitativa, não é um resumo ou padronização, mas a organização dos dados. Existem diversas expressões para isso, algumas sinônimas outras complementares: temas, categorias, índices (Babour, 2009).

A categorização incluirá elementos analíticos e teóricos, oferecendo sentido para as falas. Pode-se gerar uma codificação prévia definida pela literatura do tema da pesquisa, “codificação baseada em conceito” ou iniciar a codificação sem nada pré-elaborado, partindo dos dados, a “codificação aberta” (Babour, 2009).

Assim, tal como na aplicação de outras técnicas qualitativas, atualmente os principais *softwares* disponíveis no mercado são três, o ATLAS.ti, MAX.qda e NVIVO. Essencialmente auxiliam a análise nos seguintes procedimentos:

- Importar textos no formato *txt*, *pdf*, *docx* e *rtf*;
- Criar listas de códigos, inclusive com hierarquias;
- Analisar o texto codificado no contexto dos documentos originais;
- Redigir memorandos que tenham sido codificados por meio de links;
- Realizar buscas léxicas e buscas cruzando atributos e códigos;
- Gerar relatórios relacionando códigos;
- Utilizar ferramentas lexicométricas;
- Gerar gráficos de frequência, nuvens de palavras e redes de termos e códigos.

A ausência de um *software* não prejudicará a qualidade da análise, ela somente tornará o processo mais demorado. Desse modo, o uso de tabelas no Excel poderá ser feito, cruzando os códigos nas colunas e os grupos nas linhas. É recomendável abusar do uso e tipo das tabelas: de atributos,

comparação pelo atributo desejado; e cronológica, painel com a série temporal comparando mesmos pontos (quando há diversas rodadas de grupos focais).

4. Questões éticas

Em capítulo específico será possível consultar dicas para adotar uma pesquisa qualitativa ética. Antes de iniciar o grupo focal, recomenda-se que os participantes leiam e assinem o uso do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Após a realização do grupo focal, os dados da reunião ficam armazenados pelos profissionais que conduziram a dinâmica. No caso dos grupos online, pode existir a possibilidade de a plataforma escolhida realizar a gravação. Ao fim da dinâmica, inicia-se a etapa de análise e processamento dos dados. Como em qualquer pesquisa, essa etapa deve prezar pela correção científica e pelo cuidado com os dados. Isso implica pelo zelo dos analistas-pesquisadores com fatores como a anonimização dos respondentes, isto é, a retirada de nomes para impedir com que uma pessoa possa ter a sua opinião ligada a ela, tal qual observado pela Lei Geral de Proteção de Dados. Em resumo, os pesquisadores devem ter em mente que suas análises podem ter ampla circulação e, diante deste fato, a anonimização é uma forma de não expor informações de pessoas que colaboraram com a pesquisa.

A ética também é um pilar pelo qual os pesquisadores devem se guiar, isto significa que os dados não podem ser alterados de forma a modificar o real teor das mensagens obtidas, tampouco enviesados a fim de ocultar ou amenizar as opiniões. De igual modo, os materiais audiovisuais geralmente são restritos a pessoas autorizadas, e não são publicados. As informações obtidas, processadas e analisadas podem ser apresentadas de várias maneiras, como em forma texto, imagens e dados compilados em gráficos, tabelas e quadros, quando cabível. A comparabilidade também é uma boa opção para mostrar eventuais divergências entre grupos sobre um ponto específico. Em geral, o campo para interpretação, processamento e análise de dados de grupos focais é amplo e cabe aos pesquisadores a escolha sobre qual a melhor estratégia a ser adotada.

5. Os grupos focais e a Ciência Política

Um dos usos mais frequentes da pesquisa com grupos focais acontece em períodos de campanhas eleitorais, na linha da disciplina chamada “comportamento eleitoral” (Paula, 2023). Por se tratar de uma área do conhecimento que envolve, entre outros temas, a percepção dos eleitores sobre diferentes problemas em períodos de eleição, seu uso profissional e acadêmico fornece pistas sobre a eficácia ou não de diferentes estratégias adotadas por candidatos.

Não raro, o uso do grupo focal pode ser combinado com outras pesquisas, como os *surveys* de opinião pública e análises de monitoramento de redes sociais. Deste modo, a combinação de diferentes estratégias tende a fornecer caminhos mais sólidos para os pesquisadores. Evidentemente, a combinação de vários métodos de pesquisa reflete em maior esforço multidisciplinar, mais profissionais contratados e, claro, maior quantidade de recursos – tanto financeiro como temporal. Devido a esse custo mais elevado, este tipo de prática é usualmente realizado por pesquisas com alto financiamento.

Boas (2023) argumenta que a última década trouxe a expansão da técnica na Ciência Política. Ele faz um levantamento sobre o uso de grupos focais em pesquisas publicadas nas revistas *American Journal of Political Science* e *Journal of Politics*, de 2013–2022. Ele identificou 36 artigos, um aumento considerável ao identificado por Cyr (2016) na década anterior, somente 4 artigos. No Brasil ainda há poucos trabalhos publicados usando exclusivamente grupos focais, mas percebe-se uma tendência de crescimento, em especial na linha de “comportamento eleitoral” e “avaliação de políticas públicas” na adoção da técnica em desenhos multimétodos.

No primeiro caso, na linha de comportamento eleitoral, Paula e Nicolau (2017) estudaram a relação entre os eleitores e os deputados federais na cidade do Rio de Janeiro. Para além de explorar quais fatores são importantes no voto para deputado, o objetivo dos grupos focais foi conhecer as atitudes e opiniões dos eleitores a respeito de diversas dimensões da atividade parlamentar. A inspiração da pesquisa veio do artigo *Fast thinking: Implications for democratic politics*, escrito por três cientistas políticos

ingleses (Stoker; Hay; Barr, 2016). Neste último trabalho, eles usam grupos focais para analisar a visão que os cidadãos britânicos têm da política, segundo a premissas cognitivas apresentada pelas pesquisas do psicólogo Daniel Kahneman (2011). A fonte dos dados de Paula e Nicolau (2017) foi o resultado de quatro grupos com eleitores de renda média (de três a cinco salários). Num primeiro momento (o *fast thinking*), que antecedeu a discussão coletiva mediada pelo facilitador no grupo, capturaram as percepções latentes dos eleitores em relação à política e ao universo dos deputados federais. O segundo momento explorou a dimensão do *slow thinking*, em que a reflexão e do diálogo estão presentes. Um roteiro de questões semiestruturadas foi utilizado.

Ainda na linha de comportamento eleitoral, Borba *et al.* (2014) avaliaram como a estratégia da então candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) em desacreditar seus adversários durante a campanha afetou as taxas de aprovação e rejeição destes durante a campanha eleitoral. Através de quatro grupos focais, compostos por pessoas das classes C e B, os autores constataram que a estratégia afetou diretamente eleitores indecisos. Um aspecto interessante deste trabalho está no uso de ferramentas mistas para a construção do desenho de pesquisa. Através de *surveys* e técnicas de análise de conteúdo — que é objeto de outro capítulo deste livro — as pesquisadoras puderam se aproximar do fenômeno social como base do restante do estudo. As percepções coletadas nos grupos focais, aliado a outras fontes relativas à campanha eleitoral de 2014, sugerem que o uso de propaganda negativas contra adversários pode favorecer um candidato que esteja com sua popularidade abalada.

Já no campo de “avaliação e políticas públicas”, Batista e Domingos (2017) mostra que a adoção da pesquisa multimétodos, incluindo grupos focais, tem se tornado frequente. Hunter e Sugiyama (2014) estudaram o Programa Bolsa Família no Nordeste a partir de onze grupos focais, envolvendo beneficiários e gestores. Preocupadas em identificar nos grupos indícios oriundos do conceito de “cidadania” os resultados sugerem que o Bolsa família favoreceu a dignidade, aspecto chave no conceito. O Bolsa Família costuma receber avaliações dessa natureza metodológica oriundas de

instituições de pesquisa aplicadas como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Existe ainda diversas linhas de pesquisa na Ciência Política para que os grupos focais sejam adotados como ferramenta metodológica, principal ou secundária. O principal desafio da técnica consiste em apresentar cada etapa e procedimento adotado de modo transparente. Assim, a apresentação da documentação da pesquisa, tal como o roteiro de moderação e o questionário de filtro dos participantes, são práticas altamente recomendadas.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. Roteiro para emprego de grupos focais. In **Métodos de pesquisa em CS - Bloco Qualitativo**. São Paulo: Cebrap/Sesc, 2016.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda. “Mais que Boas Intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)**, v. 32, p. 1, 2017.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOAS, Taylor. **Who Participates in Focus Groups? Diagnosing Self-Selection**. Working paper, 2023. Disponível em: https://people.bu.edu/tboas/focus_groups.pdf
- BORBA, Felipe; MARTINS, Flávia; VEIGA, Luciana. “Propaganda negativa na campanha presidencial em 2014: ou como tudo que é frágil se desmancha no ar.” **Revista Estudos Políticos**, v6. n.1, p. 182-200, 2014.
- CARLINI-COTRIM, Beatriz. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Rev. Saúde Públ.**, v. 30, n. 3, p. 285-93, 1996.

CYR, Jennifer. The Pitfalls and Promise of Focus Groups as a Data Collection Method. **Sociological Methods & Research** 45(2):231–259, 2016.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONDIM, Sonia. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Revista Paidéia**. Cadernos de Psicologia e Educação. v.12, n.24, p. 149-161, 2003.

HUNTER, Wendy; SUGIYAMA, Natasha. Transforming subjects into citizens: insights from Brazil's Bolsa Família. **Perspectives on Politics**, v.12, n.4, p. 829-845, 2014

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking, Fast and Slow**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**, 4º ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MERTON, Robert K.; KENDALL, Patricia L. The focused interview. **American Journal of Sociology**, v.51, p. 541-57, 1946.

MORGAN, David. L. **The focus group guide-book**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

PAULA, Carolina; FERES JR., João; MANGINELLI, Francieli. O bolsonarismo depois da derrota: uma aplicação do método de grupos focais contínuos. Working

paper. **47o Encontro Anual da ANPOCS**, Campinas, 2023.

PAULA, Carolina; LOIOLA, Paulo. **Marketing Político e Eleitoral**. Curitiba: INTERSABERES, 2023.

PAULA, Carolina; NICOLAU, Jairo. “A (des)motivação do voto para deputado federal: um estudo através do fast/slow thinking.” In: XAVIER, Lídia de Oliveira ; ÁVILA, Carlos Federico Domínguez; FONSECA, Vicente. (Orgs.). **A qualidade da democracia no Brasil: questões teóricas e metodológicas da pesquisa**. 1ed.Curitiba: CRV, v. 2, p. 143-160, 2018.

STOKER, Gerry.; HAY, Colin.; BARR, Mateus. Fast thinking: Implications for democratic politics. **European Journal of Political Research**, v. 55, n. 1, p. 3–21, 2016.

Anexos

ANEXO 1: Exemplo de Questionário de Recrutamento

A pesquisa realizada a partir desse questionário é a de Paula Nicolau (2017). Vale ressaltar que as perguntas-filtro (e eventuais cortes de perfis) são formuladas sempre a partir das decisões oriundas da amostra estratégica e do objetivo final de cada pesquisa.

Nome completo: _____

Sexo: _____

Bairro que mora: _____

Cidade que mora: _____

Todos os grupos serão mistos quanto ao sexo do participante.

“Bom dia/Boa tarde. Somos pesquisadores da UERJ e estamos fazendo uma

pesquisa de opinião e gostaríamos de convidá-lo para participar de um grupo de discussão. Vamos convidar algumas pessoas para um bate papo. Você poderia responder algumas perguntas?”

1. Sim 2. Não (ENCERRE)

Gostaria de agradecer e dizer que esses dados serão tratados mantendo-se o sigilo absoluto em relação às respostas dadas pelos respondentes.

PF.1 Qual a sua idade?

(ANOTE)_____

PF2. Você ou alguma pessoa em sua casa trabalha em algum destes ramos de atividade?

ATIVIDADE	1. SIM (ENCERRE)	2. NÃO (PROSSIGA)
*Pesquisa de mercado		
*Publicidade/jornal/rádio/ televisão		
*Instituições da prefeitura/gov. Est/gov.fed		

PF3. Agora das seguintes, gostaria que você escolhesse a quem mais se aplica a você (SE 2 OU 3 ENCERRE)

1. Gosto de conversar com meus amigos por telefone ou pessoalmente	PROSSIGA
2. Não gosto quando tenho que explicar coisas em detalhes para meus amigos/colegas. Prefiro guardar minha opinião	ENCERRE
3. Meus colegas dizem que eu deveria falar mais e manifestar minhas opiniões e sentimentos	ENCERRE

PF4. Você é eleitor no estado do Rio de Janeiro E votou em 2014?

1. Sim (PROSSIGA)
2. Não (ENCERRE)

PF5. Como você classifica o seu interesse por política?

1. Tenho pouco interesse por política (PROSSIGA- cota grupos 1 e 2)
2. Tenho razoável interesse por política (ENCERRE)
3. Tenho muito interesse por política (PROSSIGA – cota grupos 3 e 4)

PF6. Na eleição para deputado federal em 2014, você lembra o nome do candidato que votou?

1. Não, não lembro (PROSSIGA – cota grupos 1 e 2)
 2. Sim, eu lembro (PROSSIGA – cota grupos 3 e 4)
- (ANOTE) o nome do candidato:_____
3. Eu anulei o voto/votei em branco para deputado federal (ENCERRE)

PF7. Agora vou ler algumas faixas de renda e gostaria que você me dissesse qual delas representa sua renda familiar mensal, isto é, a soma da renda de todas as pessoas que moram no domicílio, inclusive você. Sua renda mensal neste último mês foi?

1. Acima de R\$ 18.740,00 (+ de 20 SM) ENCERRE
2. De R\$ 14.055,00 a R\$ 18.740,00 (+ 15 a 20 SM) ENCERRE
3. De R\$ 6.559,00 a R\$ 14.055,00 (+ de 7 a 15 SM) ENCERRE
4. De R\$ 4.685,00 a R\$ 6.559,00 (+ de 5 a 7 SM) ENCERRE
5. De R\$ 2.811,00 a R\$ 4.686,00 (+ de 3 a 5 SM) PROSSIGA
6. De R\$ 1.874,00 a R\$ 2.811,00 (+ de 2 a 3 SM) PROSSIGA
7. De R\$ 937,00 a R\$ 1.874,00 (+ de 1 a 2 SM) ENCERRE
8. Até R\$ 937,00 (até 1 SM) ENCERRE

PF8. Quantas pessoas compõe esta renda familiar mensal? (ANOTE)_____

PF9. Até que ano da escola você estudou?

1. Analfabeto/fundamental incompleto (ENCERRE)
2. Fundamental completo/ensino médio incompleto (PROSSIGA)
3. Ensino médio completo/ superior incompleto (PROSSIGA)

4. Superior completo (PROSSIGA) ANOTE o curso:

5. Pós-graduação (PROSSIGA)

PF10. Qual o seu estado civil?

1. Solteiro

2. Casado/mora junto

3. Viúvo

4. Divorciado/Separado

04

Estudo de caso em Ciência Política: teoria e aplicação¹

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas

John dos Santos Freitas

1. Este capítulo de livro foi escrito a partir de um artigo publicado por um dos autores, com a seguinte referência: Sandes-Freitas, V. E. V. de. Qual o Lugar do Caso nas Ciências Sociais? *Conexão Política*, v. 4, n. 2, p. 67–82, 2015. A versão apresentada para este livro possui muitas modificações e atualizações em relação àquela publicada anteriormente. O periódico autorizou o uso do artigo pelo autor para tal fim.

Introdução

Ao longo das últimas décadas no Brasil, ampliou-se a preocupação com os debates metodológicos e, conseqüentemente, com o rigor das pesquisas realizadas. Com isso, houve uma grande expansão dos estudos de caráter quantitativo e do uso de modelos formais testados a partir de técnicas de análise estatística. Mais recentemente, os pesquisadores têm se preocupado com o rigor metodológico também em pesquisas qualitativas realizadas na área.

Com isso, começou-se a avançar nos debates em torno do rigor de pesquisas que se aprofundam em um ou poucos casos, os chamados “estudos de caso” ou “de casos”, dada a afinidade que esse tipo de estudo possui com os métodos qualitativos. Além disso, sabe-se que é possível utilizar técnicas de análise estatística em estudos de caso, devido a possibilidade de se trabalhar com um número elevado de observações intracaso. Ou seja, os pesquisadores podem lançar mão de métodos qualitativos, como usualmente realizado, e de métodos quantitativos, visando realizar o estudo de caso.

O estudo de caso é um desenho de pesquisa amplamente utilizado na Ciência Política, devido ao tipo de problema que a disciplina se depara: fortemente contextuais e com grande influência da agência humana. A construção de teorias que explicam os fenômenos depende de estudos em profundidade dos casos, como forma de se tentar compreender a fundo os mecanismos causais.

Desenhos de pesquisa focados nos casos buscam dar conta da complexidade do comportamento social, já que, nesta abordagem, tem-se em vista preservar a textura e os detalhes dos casos individuais. O estudo de caso, assim, é uma proposta metodológica destinada a realização de uma análise em profundidade de uma única unidade – um fenômeno espacialmente e temporalmente limitado – observado em um único ponto ou período no tempo. O objetivo desse tipo de estudo é elucidar as características de uma ampla classe de fenômenos similares (a população dos casos). Assim sendo, devido à complexidade metodológica da realização de tais tipos de pesquisas, a preocupação e questionamento dos pesquisadores preocupados com o rigor metodológico em estudos de caso tem sido: como garantir que os achados desse tipo de estudo sejam válidos?

Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar a discussão sobre diferentes perspectivas sobre o estudo de caso nas Ciências Sociais, em específico na Ciência Política. Primeiramente, apresentamos uma rápida conceituação de casos e estudo de caso. Em seguida, discutimos a preocupação de analisar a concepção positivista sobre o uso de estudos de caso, que tenta replicar o rigor dos modelos das ciências denominadas duras, geralmente identificadas nas Ciências Naturais. Posteriormente, discutiremos os cinco equívocos sobre o estudo de caso apresentados por Bent Flyvbjerg. Em seguida, apresentamos alguns delineamentos a respeito da seleção e análise de estudos de caso. Por último, apresentamos alguns pontos de discussão sobre validação de dados e conduta ética nas pesquisas de estudo de caso, bem como sobre a tendência recente do uso de *process-tracing* na Ciência Política brasileira.

1. Definições e estruturas conceituais

Uma das dificuldades na produção de conhecimento com fenômenos dinâmicos é a definição da estrutura conceitual que acompanha a interpretação destes fenômenos. Os fenômenos sociais e políticos se encaixam nesse perfil tendo em vista que o fluxo de poder entre indivíduos, grupos, comunidades e sociedades possui alta fluidez. Em um estudo de caso, esse aspecto não é diferente, assumir o estudo de caso como arcabouço metodológico para entender fenômenos sociais e políticos, implica necessariamente definir o que é um caso e o que estudo de caso.

Na Ciência Política são considerados clássicos estudos de caso *Who Governs?* de Robert Dahl, *Essence of Decision* de Graham T. Allison e *States and Social Revolutions* de Theda Skocpol.¹ Os dois primeiros referem-se a estudos que têm apenas um caso como objeto de pesquisa. O trabalho de Allison, por exemplo, tem uma duração temporal de 13 dias; já o último trabalho, de Skocpol, é um estudo de com um número pequeno de casos, com três casos no núcleo de suas análises e mais alguns de fundo para efeito comparativo. Todos estes trabalhos foram desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970. De lá até cá muita coisa mudou do ponto de vista teórico,

1. Para aprofundar mais sobre Estudo de Caso e estas obras, consultar Blatter e Haveland (2012).

epistemológico e metodológico.

No campo metodológico, John Gerring (2019) define em duas etapas a estrutura conceitual para estudos de caso. Primeiro, define caso, depois estudo de caso. De forma geral, caso representa um que fenômeno que é delimitado no espaço e no tempo. Essa representação no espaço e no tempo pode assumir várias formas, nas palavras do autor:

Casos podem ser compostos de estado ou entidades com forma de estados (e.g. impérios estado-nação, regiões, municipalidades), organizações (e.g. firmas, organizações não governamentais, partidos políticos, escolas), grupos sociais (definidos por, e.g. etnicidade, raça, idade, classe, gênero ou sexualidade), eventos (e.g. crise política estrangeira, revolução, transição democrática, ponto de decisão [*decision-point*]), ou indivíduos (e.g. uma biografia, história de caso) (Gerring, 2019, p. 68).

Enquanto a definição de estudo de caso para o mesmo autor é:

Um estudo de caso é um estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos que se baseia em dados e promessas de elucidar uma população maior de casos. “Estudo de caso” e “estudo de C-pequeno” são usados sinonimamente, uma vez que o pequeno número de casos define o gênero conhecido como pesquisa de estudo de caso [...] (Gerring, 2019, p. 69).

O que se percebe na definição de estudo de caso é que deve-se levar em conta que esse tipo de abordagem é altamente focada; que se o número de casos de uma análise aumenta a profundidade e o foco deve diminuir; o fator causal é observacional, isto é, o fator causal não pode ser intencionalmente manipulado (não experimental); as evidências empregadas no estudo de caso são, presumidamente, variadas e múltiplas; e o objetivo do estudo de caso é parcialmente explicar os casos em investigação e, se possível, elucidar uma classe maior de casos (Gerring, 2019).

De forma complementar e sumário, Blatter e Haverland apresentam a definição de estudos de caso a partir de quatro características que são geralmente encontradas nos desenhos de estudo de caso:

Para nós, a pesquisa de estudo de caso é definida como uma abordagem

de pesquisa não experimental que difere dos estudos de grande porte nas quatro características a seguir: 1. um pequeno número de casos; 2. grande número de observações empíricas por caso; 3. uma enorme diversidade de observações empíricas para cada caso; e 4. uma reflexão intensiva sobre a relação entre observações empíricas concretas e conceitos teóricos abstratos (Blatter e Haverland, 2012, p. 19, tradução nossa).

Apresentar os pontos positivos de um estudo de caso para a produção de conhecimento em Ciência Política vai além de afirmar que esse tipo de análise é uma observação aprofundada de um de fenômeno social e/ou político. George e Bennett apontam quatro vantagens do uso de estudos de caso na Ciência Política:

Os estudos de caso são geralmente fortes precisamente onde os métodos estatísticos e os modelos formais são fracos. Identificamos quatro fortes vantagens dos métodos de caso que os tornam valiosos no teste de hipóteses e particularmente úteis para o desenvolvimento de teorias (George; Bennett, 2005, p. 19).

Quadro 1 – Vantagens do uso de estudos de caso

Vantagem	Descrição
Validade Conceitual	O seu potencial para alcançar uma elevada validade conceptual.
Derivação de Novas Hipóteses	Os seus procedimentos rigorosos para promover novas hipóteses.
Exploração de Mecanismos Causais	O seu valor como um meio útil para examinar de perto o papel hipotético dos mecanismos causais no contexto de casos individuais.
Modelagem e Avaliação de Relações Causais Complexas	Sua capacidade de lidar com a complexidade causal.

Fonte: George; Bennett, 2005, p. 19.

Em suma, o estudo de caso é análise de um ou poucos fenômenos sociais e políticos, podendo ser expandido para grandes números de caso, o

que será explorado mais adiante. Geralmente, operacionalizado a partir de instrumentos de análise qualitativa, embora tanto o uso de análises quantitativas seja possível e/ou a combinação de análises qualitativas e quantitativas. Este tipo de estudo pode ser utilizado para descrever fenômenos em profundidade, testar hipóteses e, na medida do possível, formular teorias. A depender do problema de pesquisa apresentado, o estudo de caso será mobilizado e combinado ou não com outros desenhos de pesquisa.

Ou como define sábia e resumidamente Earl Babbie:

estudo de caso [é] o exame aprofundado de um único caso de algum fenômeno social, como uma aldeia, uma família ou uma gangue juvenil. O método de caso estendido [é] uma técnica desenvolvida por Michael Burawoy na qual observações de estudos de caso são usadas para descobrir falhas e, então, melhorar as teorias sociais existentes (Babbie, 2021, p. 305, tradução nossa).

Em outras palavras, a definição de estudo de caso que se adequa na sua pesquisa é a que melhor responde ao seu problema de pesquisa, contato que leve em conta o rigor dos procedimentos teóricos e empíricos da construção epistemológica e metodológica da Ciência Política desde a coleta de dados, passando pela análise e finalizando com a divulgação dos resultados.

2. Do caso para os casos: estudos de caso como ponto de partida

A pesquisa científica, numa ótica positivista, impõe à ciência a tarefa de construir conhecimentos válidos a partir de métodos e técnicas, possibilitando, assim, a generalização de seus achados. O objetivo da ciência, nessa concepção, é agregar conhecimento válido, refutando teorias que não dão conta dos objetos em análise. A meta das pesquisas acadêmicas, assim, seria a busca por inferências através de métodos científicos, tendo em vista a objetividade e a relevância dos achados. Nessa concepção, as Ciências Sociais devem ter como objetivo alcançar inferências válidas, buscando a construção de teorias que deem conta de compreender os fenômenos sociais e políticos.

Nesse sentido, a pesquisa científica na área de Ciências Sociais deve possuir quatro características básicas, segundo King, Keohane e Verba (1994,

p. 7-9): (1) a meta é a inferência; (2) os procedimentos são públicos; (3) as conclusões são incertas; (4) e o conteúdo é o método. Uma pesquisa deve ir além das divergências existentes entre as formas metodológicas adotadas, que são centradas muito mais no estilo do que na essência. Deve buscar também o compartilhamento dos métodos de pesquisa, para serem ensinados, compartilhados e aprimorados pela comunidade científica. Deve-se partir do pressuposto que uma pesquisa pode ser falha, pois o conhecimento sobre o mundo pelo pesquisador é limitado e a incerteza é um elemento presente quando se busca fazer inferências. Por fim, a pesquisa científica, por ter adquirido uma série de métodos e regras de se fazer inferências, depende destas para a sua validade.

Observa-se que a busca de conhecimentos válidos deve levar a sistematização do desenho de pesquisa apropriado para a consecução do empreendimento científico. Um dos problemas básicos na constituição do desenho de pesquisa na área de Ciências Sociais decorre da ausência de paradigmas unificados que parece limitar a realização de descrições ordenadas e causais do mundo. Dessa forma, uma ampla classe de tópicos descritivos e intrinsecamente importante, considerando qualquer efeito causal que possa existir (Gerring, 2009, p. 106). Nessa perspectiva, é necessário compreender como funciona um dado fenômeno antes de perguntar o que o causa. Assim, essa perspectiva compreende que um estudo de caso pode ser um ponto de partida para melhorar a teoria que discute um determinado tema, contribuindo para futuras análises com mais casos, desde que seja disciplinado e rigoroso quanto a busca de inferências, de modo a analisar um tópico significativo do mundo real, tendo em vista contribuir com uma literatura específica da área (King; Keohane; Verba, 1994, p. 18-19).

A vertente positivista entende que um estudo de caso tem seu uso justificado, quando a literatura é insuficiente para explicar a totalidade do fenômeno a ser estudado. O foco no caso, dessa forma, pode levar a descoberta de importantes *insights*, corrigindo as conclusões alcançadas em estudos *cross-case*. A percepção de possíveis causas para o surgimento do fenômeno geral, a partir do estudo de caso, pode contribuir decisivamente para o aprimoramento de uma literatura específica. Enquanto pesquisas de

C-grande selecionava algumas variáveis de fenômeno para serem analisadas, as pesquisas de C-único/C-pequeno exploraria profundamente todas as variáveis de um só objeto.

No entanto, apesar da importância de pesquisas que focam em apenas um caso, a vertente positivista entende que existem limites metodológicos desse tipo de estudo, principalmente quanto à perda de amplitude e ao poder de generalização do estudo de caso. King, Keohane e Verba (1994) favorecem a realização de estudos cientificamente rigorosos, ampliando a capacidade de se construir teorias que melhor abarquem o mundo real. Nessa ótica, estudos de caso reduzem a possibilidade de se fazer generalizações, devido à quantidade reduzida de casos e do viés de seleção. Nessa perspectiva, esse tipo de estudo seria apenas um ponto de partida para estudos que envolvem uma amostra mais significativa de casos (*cross-case*).

Essa vertente, então, defende que os estudos de caso são um meio de se realizar pesquisas que envolvem mais casos, ampliando a validade de seus achados. Nesse tipo de estudo, segundo Daniel Little (1991, p. 29-30), o pesquisador examina o contexto e a história de um evento em detalhe, procurando levantar um conjunto de hipóteses causais sobre seu curso. Devem-se descobrir as circunstâncias na história do evento que sejam relevantes para a sua ocorrência, afastando aquelas que se mostrem irrelevantes para a análise em questão. Para se alcançar esse objetivo, faz-se necessário traçar a narrativa histórica, cujo propósito é estabelecer as séries de eventos que conduzam as causas aos efeitos. Dessa forma, o estudo de caso pode elucidar os mecanismos causais de determinados eventos históricos (Little, 1991, p. 29-30).

Segundo Little, para identificar os mecanismos causais em estudos de caso, deve-se empregar uma das duas formas de inferência. A primeira seria pautada na dedução, na qual se estabelece as conexões causais entre os fatores sociais baseados sobre uma teoria já estabelecida sobre os processos subjacentes. A segunda seria uma abordagem indutiva, na qual se buscaria verificar quais seriam os processos causais do fenômeno estudado. Contudo, essa última forma de abordagem dependerá, em última instância, de análises de caráter comparativo para verificar se de fato existe associação

regular entre os tipos de eventos. Isso é explicado pois só se pode avaliar o efeito causal no fenômeno se o pesquisador puder estimar o comportamento de outras unidades.

A construção de causalidade baseada no estudo de caso, de acordo com Little, requer o conhecimento aguçado sobre a sequência de eventos dentro dos amplos processos históricos e de hipóteses teóricas ou indutivas sobre vários tipos de causas dos eventos sociais. Nessa concepção, para que se realize um estudo de caso bem-sucedido deve-se envolver o conhecimento de uma sequência de eventos e processos sociais que dependem da identificação de relações causais particulares entre circunstâncias e eventos históricos. Para o autor, a descoberta de uma conexão causal requer mais que o conhecimento da sucessão temporal entre os eventos, pois se deve partir, antes de tudo, de uma base teórica e indutiva para a afirmação de que uma dada circunstância histórica afeta a ocorrência e o caráter de uma circunstância subsequente. A partir de um estudo de caso, é possível, portanto, estabelecer hipóteses sobre as condições que causam o evento estudado, já que é da natureza desse tipo de estudo a análise intensiva do caso e a elucidação de seus mecanismos causais.

O estudo de caso, para os positivistas, aparece como meio para se compreender a relação entre variáveis, tentando perceber quais são os mecanismos causais de um dado fenômeno, ou seja, as causas de um dado evento em análise. O grande problema encontrado nesse tipo de perspectiva sobre os estudos de caso é que a construção de modelos sobre a realidade, reduzindo-a e buscando a generalização de seus achados leva a simplificação do mundo real. Compreender os estudos de caso apenas como ponto de partida, conforme Little e os demais metodólogos dessa tradição, leva a limitação da própria análise do caso. Nem sempre a realidade é passível de racionalização a ponto de se desenhar uma relação clara entre as variáveis. As narrativas colaboram na melhor compreensão da dinâmica do mundo real, mas a extração dos mecanismos causais torna-se, muitas vezes, uma simplificação que nem sempre é útil para o melhor entendimento dos contextos sociais e políticos.

Nessa perspectiva sobre os estudos de caso, entende-se que a seleção

deve ser feita com base na representatividade da unidade diante da população, permitindo que as observações e descrições do caso em análise tornem possível inferir sobre a dinâmica dos casos não analisados. No momento subsequente a escolha dos casos, pode-se realizar três tipos de estudos. O primeiro tipo é o que examina uma variação em uma única unidade ao longo do tempo (diacrônica), preservando, assim, a unidade primária de análise. O segundo e o terceiro tipos analisam os casos a partir da observação de suas subunidades, sendo o segundo tipo uma análise num mesmo ponto no tempo, ou seja, sem variação no tempo (sincrônica), e o terceiro uma análise diacrônica e sincrônica, isto é, procura combinar a variação temporal com a variação dentro do caso (Gerring, 2004, p. 343).

Algumas ambiguidades surgem a partir da classificação tipológica dos estudos de caso. Primeiramente, muitos desenhos de pesquisa acabam por assumir os três tipos tratados, devido aos casos existentes dentro da unidade de análise, que geralmente são múltiplos e ambíguos. Além disso, pode haver a existência de unidades formais e informais no estudo de caso, ou seja, há as unidades que são estudadas intensamente – formais – e aquelas que são adjacentes e periféricas na análise e podem aparecer independentemente do controle do pesquisador – informais. Outra ambiguidade ocorre quando uma pesquisa combina uma análise de uma simples unidade e através das unidades. Mais uma ambiguidade está no fato de que os estudos de caso possuem uma dupla função: além de serem estudos propriamente ditos, eles são, também, estudos de caso. Como estudo, a população é restrita à unidade sob investigação; como estudo de caso, a população inclui unidades adjacentes. Por fim, as inferências perseguidas pelo estudo de caso podem ser ilustrativas e falseadas, já que a natureza deste tipo de pesquisa é lançar luz ao fenômeno geral a partir da análise do caso (Gerring, 2004, p. 352).

Dessa forma, a perspectiva positivista tem em vista a necessidade de se constituir modelos analíticos a partir de estudos de caso, tentativa esta que, em geral, tende a limitar a potencialidade desse tipo de abordagem. Isso inclui, por consequência, a necessidade de se racionalizar a seleção dos casos, tendo em vista a maior representatividade deste diante da população dos casos, porém a dificuldade se encontra na própria natureza dos contextos,

que são dificilmente delimitados e compreendidos *a priori*. A incorporação de modelos das ciências duras leva as pesquisas nas Ciências Sociais, e particularmente o campo da Ciência Política, a encontrar problemas quanto à substancialidade dos achados encontrados, pois essas priorizam a simplificação numérica da realidade.

Dentro da perspectiva positivista, considera-se que os estudos de caso possuem duas virtudes básicas. Primeiramente, esse tipo de estudo pretende analisar uma única unidade em grande profundidade, podendo constituir uma pesquisa original na área. Além disso, essa abordagem pode contribuir para a análise de outros casos, através da compreensão do mecanismo causal das variáveis da unidade analisada. Para isso, um bom estudo de caso deve contar com algumas características básicas: a busca por inferências descritivas e, por consequência, a geração de hipóteses; o estabelecimento de mecanismos causais; a formulação de proposições que visem a profundidade e não a amplitude da análise; a validade interna; e, por fim, uma estratégia de pesquisa exploratória focada em apenas uma única unidade (Gerring, 2004, p. 2007).

O estudo de caso tem o objetivo de ser informativo quanto a unidade de que está propondo analisar. Para isso, esse tipo de abordagem busca necessariamente fazer inferências descritivas sobre o caso. Ao fazer uma descrição, o pesquisador deve ter em mente a população dos casos possíveis, pois só se pode definir algo conhecendo o que a unidade pode não ser. Um estudo descritivo deve partir, portanto, de proposições comparativas, tendo em vista um ponto de referência através das unidades, mesmo que essas comparações ocorram de modo indireto ou implícito, como, por exemplo, em estudos de caso único. Assim, a perspectiva positivista entende que o pesquisador, ao realizar um estudo de caso, deve buscar a finalidade científica de categorização e classificação do mundo aos moldes do pensamento cartesiano. A descrição, nessa perspectiva, seria uma forma de se compreender o fenômeno e seus mecanismos causais e não um meio de se realizar uma análise contextual em si, levando-se em conta a dinâmica própria do caso.

Um dos problemas da descrição apontados por essa vertente é que, geralmente, há mais de uma resposta plausível para a pergunta: “o que é

isso?” Isso decorre do fato de a descrição ser interpretativa, ao contrário da natureza das pesquisas que utilizam a inferência causal. Ou seja, uma descrição nunca será exaustiva, pois muitos aspectos deixarão de ser considerados ao se inferir sobre a unidade analisada (Gerring, 2009, p. 166). Assim, o escopo da proposição elaborada deve ter a profundidade devida, de forma a compreender melhor um caso. Em contrapartida, a proposição não pode ser ampla, devido aos limites das inferências num estudo de caso. Como destaca Gerring: “a evidência deve ser comensurável com o escopo da proposição” (2004, p. 347, tradução nossa). Assim, segundo essa perspectiva, considera-se que em estudos de caso a amplitude das inferências é limitada.

Percebe-se, então, que a perspectiva positivista impõe ao estudo de caso uma importância fundamental no levantamento de *insights* e hipóteses sobre o funcionamento de processos sociais e políticos, possibilitando, assim, uma contribuição teórica decisiva para futuros estudos na área. Com isso, os autores abordados, consideram que um estudo de caso pode auxiliar fortemente a consecução de estudos *cross-case*. Um estudo de caso, portanto, pode colaborar com hipóteses gerais para outros casos na medida em que fornece explicações para casos particulares. Dessa forma, o estudo de caso tem, simultaneamente, tanto a preocupação com o caso em si quanto com um amplo conjunto de casos.

Partindo dessa ótica, os estudos *cross-case* devem partir dos estudos de caso, assim como os estudos de caso devem ser conduzidos pelas evidências dos estudos *cross-case*. Os pesquisadores que se apoiam em estudos de caso devem mostrar em que medida as evidências encontradas representam a população geral dos casos (Gerring, 2007). Dessa forma, estudos de caso revelam como uma proposição pode ser operacionalizada através de outros casos e como suas conclusões podem ser utilizadas por estudos entre os casos. Isso dependerá, porém, da significância da unidade de análise escolhida diante da totalidade de unidades possíveis. Nessa perspectiva positivista, estudos de caso são orientados para a construção de proposições que podem dar conta de compreender outras realidades.

O estudo de caso, portanto, tem sempre em vista explorar um fenômeno a partir da análise de uma unidade. Esse tipo de análise é fundamental

para as Ciências Sociais, pois pode ser capaz de clarificar categorias empíricas em conjunção com o refinamento de conceitos. Nesse sentido, estudos de caso podem contribuir decisivamente para a estrutura teórica dos estudos ao elucidar as diferentes combinações que podem provocar um mesmo resultado ou ao identificar casos que não se conformam aos padrões causais comuns (Ragin, 2004, p. 126). Estudos de caso, no entanto, são importantes não apenas por ser ponto de partida para estudos *cross-case*, mas por buscar a compreensão da especificidade e particularidades de um contexto. Com isso, torna-se possível a construção de narrativas que melhor dão conta de compreender a dinâmica dos espaços sociais e políticos.

Numa perspectiva alternativa, não positivista, a busca seria pela análise interpretativa que vise a construção de narrativas detalhadas sobre casos, procurando entender os valores que estão imersos nas dinâmicas e nos processos em análise. Dessa forma, os estudos de casos devem se focar nas potencialidades do caso e não, necessariamente, em construir modelos causais que tentem dar conta de outros casos. Assim, na próxima seção deste artigo, discorre-se sobre o caráter contextual da análise dos casos nas Ciências Sociais, contrapondo-se a perspectiva positivista abordada.

3. Em busca da compreensão das particularidades dos contextos a partir de estudos de caso

Em contraposição às concepções que tentam transpor os modelos das ciências duras para compreender fenômenos sociais, Flyvbjerg (2001; 2004) entende que os estudos na área de Ciências Sociais devem acrescentar em suas análises o contexto. Como afirma o autor, as ciências duras, ao buscar generalizações e o estabelecimento de leis, constroem um conhecimento independente do contexto (*context-independent*), ou seja, não necessitam do conhecimento contextual para compreender os fenômenos em análise ou pelo menos pretendem este objetivo. Já nas Ciências Sociais, o conhecimento é produzido a partir do conhecimento contextual (*context-dependent*), devido à natureza do objeto de estudo da área, que implica a impossibilidade de previsão e, conseqüentemente, de estabelecimento de leis.

O estudo da atividade humana, portanto, demanda pela compreensão

das particularidades, podendo fornecer informações confiáveis para a análise de aspectos mais amplos. Assim, em contraposição a perspectiva positivista nas Ciências Sociais, Flyvbjerg assevera que “é um equívoco ver o estudo de caso como um método piloto para ser usado apenas para preparar pesquisas mais amplas, testando hipóteses sistemáticas e construindo teorias” (2001, p. 66). Porém, o autor afirma que o estudo de caso pode ser utilizado nas fases preliminares de uma investigação para gerar hipóteses. O autor, assim, busca desconstruir a visão convencional de que um estudo de caso tem pouca utilidade para a compreensão de fenômenos mais amplos, o que não implica que do mesmo surjam conclusões que levem a construção de modelos analíticos fechados.

Flyvbjerg (2001; 2004) aponta cinco equívocos ou implicações sobre a natureza do método de estudo de caso advindos das concepções metodológicas convencionais: (1) o conhecimento teórico ou geral (independente do contexto) é mais valioso que o conhecimento concreto e prático (dependente do contexto); (2) não se pode generalizar baseando-se em um só caso, e assim o estudo de caso não pode contribuir para o desenvolvimento científico; (3) o estudo de caso é mais útil para gerar hipóteses (na primeira fase do processo completo da investigação), enquanto outros métodos são mais adequados para a comprovação de hipóteses e a construção de teoria; (4) o estudo de caso contém um viés em direção a verificação, ou seja, uma tendência em confirmar as noções preconcebidas do investigador; (5) muitas vezes é difícil desenvolver proposições e teorias gerais com base em estudos de caso específicos.

Quanto ao primeiro equívoco, entende-se que o estudo de caso produz o tipo de conhecimento dependente do contexto que torna possível mover do mais baixo para o mais alto nível do processo de aprendizagem. Além disso, estudos sobre a atividade humana somente são possíveis com a busca do conhecimento dependente do contexto, que exclui a possibilidade da construção de uma teoria sistêmica. Assim, o conhecimento dependente do contexto e da experiência é central na atividade acadêmica (Flyvbjerg, 2001, p. 71). Nesse sentido, sua aproximação com as situações do mundo real e da grande riqueza de detalhes que esses possibilitam

alcançar são importantes em dois aspectos para o desenvolvimento das pesquisas em Ciências Sociais:

Primeiro, é importante para o desenvolvimento de uma visão matizada da realidade, incluída a visão de que a conduta humana não se pode entender simplesmente como atos regidos por umas regras que encontramos nos níveis mais baixos do processo de aprendizagem e em grande parte da teoria. Segundo, os casos são importantes para os próprios processos de aprendizagem do pesquisador no desenvolvimento das técnicas necessárias para se fazer uma boa investigação (Flyvbjerg, 2004, p. 38, tradução nossa).

As Ciências Sociais já têm demonstrado a necessidade de se focar nos casos, devido à dificuldade de se construir teorias gerais e preditivas, independentes do contexto. Assim, é necessária a construção de um conhecimento dependente do contexto, ou seja, prático e concreto. Assim, contrapondo-se à perspectiva positivista, enuncia Flyvbjerg que: “não se podem encontrar teorias preditivas nem universais no estudo dos assuntos humanos. Portanto, o conhecimento concreto dependente do contexto é mais valioso que a busca vai de teorias preditivas e universais” (2004, p. 39, tradução nossa).

O segundo equívoco é quanto ao poder de generalização dos achados dos estudos de caso. Estudos como de Darwin, Marx e Freud tiveram forte ênfase nos casos. O que importa é a escolha e a seleção das unidades a serem analisadas, pois pode-se acrescentar em muito para o poder de generalização do estudo. Contudo, isso não quer dizer que esse tipo de abordagem seja sempre apropriado. Isso dependerá do problema que se está estudando e de suas circunstâncias (Flyvbjerg, 2001, p. 75). Estudos de caso têm servido, sobretudo, para identificar “cisnes negros”, pois uma única observação pode levar a mudança dos paradigmas, melhorando, assim, a construção teórica dos eventos em análise. Assim, o estudo de caso tem grande utilidade na generalização de proposições teóricas, não sendo preciso ampliar o escopo dos casos para melhorar a amplitude das conclusões da pesquisa. Dessa forma, Flyvbjerg afirma que o estudo de caso:

[...] pode ser crucial para o desenvolvimento científico através da generalização

como complemento ou alternativa para outros métodos. Mas a generalização formal está sobrevalorizada como fonte de desenvolvimento científico, enquanto “a força do exemplo” está subestimada (Flyvbjerg, 2004, p. 44, tradução nossa).

O terceiro equívoco apresentado pelo autor enfoca os limites do estudo de caso quanto a comprovação de hipóteses e a geração de teorias. Isso está diretamente ligado à questão da seleção do caso a ser analisado. Utilizando a argumentação já apresentada por Ragin (1992), o autor afirma que a capacidade de generalização dos estudos de caso pode aumentar por meio da seleção estratégica do caso. Uma das formas de se realizar a seleção é pela escolha de um caso crítico, que tem o propósito de obter informação que permita inferência e deduções lógicas, levando a construção de generalizações. Esse pode ser definido como tendo importância estratégica em relação ao problema geral. Segundo Flyvbjerg (2001; 2004), a identificação desses casos não leva em conta um princípio metodológico universal. O que o autor recomenda é que se busquem casos “mais prováveis” (utilizados para falsificar proposições) e “menos prováveis” (utilizados para a realização de testes de verificação). Estudos que se baseiam nesses tipos de caso têm a capacidade de construir teorias que melhor dão conta da realidade social e política.

Um exemplo de estudo clássico das Ciências Sociais em que foi feita a escolha de um caso crítico é a da obra *Sociologia dos Partidos Políticos* de Robert Michels, publicada em 1901. Este autor estudou o funcionamento do Partido Social-Democrata Alemão, cujas inferências foram suficientes para que fosse repensada a teoria sobre organizações partidárias. A partir da análise empreendida, Michels observou que a organização partidária se torna um instrumento de cristalização e alargamento do poder das lideranças partidárias sobre os outros indivíduos que compõem o partido. O Partido Social-Democrata Alemão, cuja dinâmica organizacional deveria funcionar sob a lógica democrática, tende a se hierarquizar e se burocratizar, levando ao surgimento de uma oligarquia. Constata o autor que, assim como todas as organizações, a existência de lideranças e, consequentemente, da hierarquização é inerente a todas as formas de vida social. A esse processo

universal, Michels (1982) denominou “lei de ferro da oligarquia”, que explicaria o fato de que toda organização, através do processo de burocratização, se oligarquizaria.

A massa, ao se organizar em forma de um partido, criaria um corpo burocrático que seria responsável pelo funcionamento da organização partidária. Esta, em consequência disso, deixa de agir espontaneamente para agir como organização partidária, estabelecendo hierarquias e regras, criando segmentações de acordo com a posição política de cada ator dentro do partido. Um pequeno comitê passa a dirigir a base do partido. Portanto, o processo de burocratização levaria, inevitavelmente, ao surgimento de uma elite partidária que ditaria os rumos da organização (Michels, 1982, p. 235-236).

As conclusões da obra de Michels (1982) foram construídas a partir de inferências obtidas da análise de um caso, possibilitando a construção de uma grande generalização. O caso crítico escolhido pelo autor foi a do “menos provável”, e assim foi possível a construção de uma teoria que melhor desse conta das organizações como um todo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a partir de um caso é possível a construção de novas teorias que melhor dissertam sobre um fenômeno mais amplo, mas, para isso, é válido explorar as potencialidades do caso verificando como se orientam os indivíduos em cada contexto em análise.

O quarto equívoco sobre os estudos de caso é quanto ao viés de verificação do método, o que colocaria em risco o valor científico desse tipo de estudo. Essa concepção se baseia na tendência que pesquisadores têm em confirmar suas proposições. Contudo, esse problema pode ocorrer não apenas em estudos de caso, mas em qualquer tipo de método, dependendo da forma como serão selecionados os casos. Assim, dependendo do modo como for procedido o estudo de caso, poder-se-á colaborar com a falsificação de proposições. Desse modo, como afirma Flyvbjerg: “é a falsificação, não a verificação, o que caracteriza o estudo de casos. E mais, a questão da subjetividade e o viés de verificação afetam todos os métodos, não só o estudo de caso e outros métodos qualitativos” (2004, p. 51, tradução nossa).

Por fim, o último equívoco abordado por Flyvbjerg é que se costuma considerar a construção de narrativas nos estudos de caso como uma

desvantagem para a consecução de conhecimento válido cientificamente. Para o autor, na verdade, boas narrativas podem dar conta das complexidades e das contradições do mundo real. A natureza contextual dos estudos de caso é fundamental para a elucidação das intrincadas questões que surgem no contexto, possibilitando a construção de teorias mais robustas, contribuindo para o desenvolvimento cumulativo do conhecimento (Flyvbjerg, 2001, p. 86).

Portanto, o foco em um número reduzido de casos permite que o pesquisador na área de Ciências Sociais realize pesquisas mais densas sobre o fenômeno em análise, possibilitando a construção de teorias que melhor dão conta da realidade. Desenhos de pesquisa voltados para o contexto podem levar a aproximação do diálogo entre teoria e empiria. Enfim, é essencial se ter em mente que a busca não é pela redução do conhecimento em proposições gerais, como defende a perspectiva positivista, mas, antes de tudo, busca-se a compreensão das dinâmicas sociais e políticas presentes no mundo real e, para isso, faz-se necessária a realização de estudos de caso que explorem a forma particular como os atores interagem dentro de cada contexto.

4. A seleção e análises em estudos de caso

A escolha do estudo de caso é geralmente classificada como subjetiva e contextualizada. Contudo, há a possibilidade de apresentar critérios gerais que podem ser atribuídos a todo e qualquer caso quando confrontado com um problema de pesquisa. Gerring (2019) sintetiza esses critérios gerais de estudos de caso em cinco: importância intrínseca, independência do caso, evidência intracaso, logística e representatividade. Há também a definição de características gerais e generalizantes para dar parâmetros aos casos escolhidos (ver Quadro 2):

Quadro 2 – Objetivos Gerais para Seleção de Casos segundo John Gerring

Objetivos/Estratégias	Crítérios
Importância Intrínseca	Importância teórica e prática.
Independência de Caso	X e Y não afetados por valores para outros casos ² .
Evidências Intracaso	Compatibilidade da evidência baseada em caso.
Logística	Acessibilidade da evidência para um caso.
Representatividade	Generalizabilidade

Fonte: Gerring, 2019, p. 83.

Sobre a primeira característica do Quadro 2, importância intrínseca dos casos, pode-se apontar eventos com alta relevância social e política como é caso de guerras, revoluções, golpes de Estado que são obviamente importantes em si; mas pode-se apontar importância em escala menor como uma relevância para grupos ou organizações sociais, por exemplo. A segunda característica é a independência dos casos, ou seja, o caso deve ser delimitado de forma clara que dentro dele mesmo sejam identificadas causas e consequências. Ou seja, um caso não pode ter influência significativa de outros casos, exceto se o estudo de caso for *cross-case* (Gerring, 2019).

A terceira característica, evidência intracaso, trata da capacidade que um caso tem de ter para fornecer dados suficientes para uma pesquisa e que estes dados sejam acessíveis. Considera-se de pouco valor um caso em caso em que as evidências são escassas, pouco confiáveis ou sem possibilidade acesso. A evidência intracaso é um produto em parte do caso e em parte dos atributos pessoais do pesquisador (Por exemplo, competências linguísticas e familiaridade prévia com a região, período ou tópico.) A quarta característica é o fator logístico que aponta para conveniência de acesso às evidências de um caso. Como quinta característica tem-se a representatividade, isto é, os achados do caso devem extrapolar o caso em si e representativos para uma população maior que o caso (Gerring, 2019).

Há várias tipologias que indicam propostas para a seleção de casos

2. Notas: X = fator causal de interesse teórico. Y = resultado de interesse.

em pesquisas com desenhos de estudo de caso. O modo mais basilar e comum de fazer está seleção tem como ponto de partida a classificação se o estudo de caso pretende elaborar inferências descritivas ou inferências causais. Quando o objetivo é descritivo, o estudo pode descrever estudos típicos com um caso e estudos diversos com mais de um caso. Nos estudos que pretendem inferências causais podem ser de três tipos de acordo com a sua função: exploratório, estimativo ou diagnóstico (Gerring, 2019). Vejamos o Quadro 3 com tipologia organizada:

Quadro 3 – Classificação de Tipos de Estudos de Caso

Tipo de Estudo de Caso	Nº de Casos
I - DESCRITIVOS	
1. Típico	Um ou Mais
2. Diverso	Dois ou Mais
II - CAUSAIS	
1. Exploratórios	
i. Extremos	Um ou Mais
ii. Índice	Um ou Mais
iii. Anômalo	Um ou Mais
iv. Mais-Similar ³	Dois ou Mais
v. Mais-Diferente	Dois ou Mais
vi. Diverso	Dois ou Mais
2. Estimativo	
i. Longitudinal	Um ou Mais
ii. Mais-Similar	Dois ou Mais
3. Diagnóstico	
i. Influyente	Um ou Mais
ii. Caminho	Um ou Mais
iii. Mais-Similar	Dois ou Mais

Fonte: Gerring, 2019, p. 83.

Nas pesquisas de estudo de caso, há forte relação entre a seleção do caso e análise do caso. Uma combinação pode ser feita a partir da decisão de analisar os casos de modo transversal, longitudinal ou intracaso com a possibilidade de análises qualitativas e/ou quantitativas.

Brevemente, um estudo de caso utiliza a variação transversal de um modo

³. Aqui se faz referência a um texto basilar de John Stuart Mill que tem impacto ainda nos dias de hoje em análises metodológicas na Ciência Política.

qualitativo, uma vez que o número de casos é muito limitado. (Esses podem ser casos que são formalmente definidos ou podem ser casos an-cilares.) Ele também utiliza evidências longitudinais, que podem ser analisadas qualitativa ou quantitativamente (uma série temporal). E uti-liza evidências intracaso, que podem também ser analisadas qualitati-va ou quantitativamente. Em suma, o estudo de caso utiliza evidências nos três níveis e geralmente combina observações qualitativas e quan-titativas – exceto para a análise de caso transversal, que deve ser quali-tativa em virtude da pequena amostra de casos (Gerring, 2019, p. 180).

Quadro 4 – Relação do Modo de Análise e Tratamento de Dados

	Transversal	Longitudinal	Intracaso
Qualitativa	Sim	Sim	Sim
Quantitativa	Não	Sim	Sim

Fonte: Gerring, 2019, p. 180.

A análise de caso transversal é um modelo de análise que indica a necessidade de mais de um caso, geralmente, busca-se aplicar os modelos mentais de comparação de Mill⁴ conhecidos como método da semelhança e método da diferença. No método da semelhança, os casos seleciona-dos possuem o mesmo fenômeno que pretende ser explicado, mas diferem nos outros aspectos, enquanto o método da diferença, os casos escolhidos são similares em tudo, com exceção do fenômeno que pretende ser descri-to ou explicado. Segundo Gerring: “A análise do caso transversal é exigida por alguns métodos de seleção de caso, i.e., aqueles que assumem um for-mato mais-similar ou mais-diferente. Aqui, a variação entre casos estuda-dos fornece evidências essenciais e explícitas para obtenção de inferências causais” (2019, p. 181).

O estudo de caso também pode ser longitudinal, isto é, um caso ou alguns casos que é estendido e analisado em unidades de tempo diferentes. A linha do tempo em que as análises são feitas e as unidades de tempo tem escalas diferentes. Há estudos que caso que pode levar em consideração

4. Para aprofundar sobre o tema, consultar o texto *A system of logic* de John Stuart Mill.

séculos de história em um estudo, ou pode durar dias, como foi é o estudo sobre os mísseis de Cuba que durou 13 dias. “Qualquer que seja o período escolhido, existe geralmente variação ao longo do tempo junto a dimensões-chave – X (o fator, ou fatores, causal), Y (o efeito) ou D (o fator, ou fatores, descritivos)” (Gerring, 2019, p. 182).

Há ainda a possibilidade de decupar um caso em várias observações. Este é um estudo de caso denominado de intracaso. Nessa situação a unidade de análise do caso pode variar o bastante para produzir um grande número de novos casos. Por exemplo, um caso que a observação seja a escala do Estado-Nação e que pode ser observado também a partir da variação dos municípios que no caso do Brasil são 5.568 unidades de observação. “Qualquer unidade pode ser decomposta, e evidências extraídas de cada uma dessas subunidades tendem a fornecer informações vitais para o argumento principal, dirigido ao nível do caso básico” (Gerring, 2019, p. 182)

A possibilidade de combinação de estudos de caso com estudos de N-Grande tem se tornado mais comum e pode trazer ganhos analíticos para a pesquisa. Estes estudos conhecidos como multimétodos pode ocorrer com a aplicação do estudo de caso antes ou depois do estudo com C-Grande ou pode ocorrer simultaneamente. De acordo a ordem da aplicação, quando o estudo de caso é aplicado antes, tem um uma função seminal e objetiva identificar variáveis e hipóteses relevantes que serão testadas em estudos de N-Grande posteriormente. Quando o estudo de caso vem depois do estudo de N-Grande, o estudo de caso ocorre de modo suplementar para aprofundar a análise em alguns tópicos explorados pela pesquisa de N-Grande. As duas estratégias também podem ser aplicadas ao mesmo tempo.

A análise do estudo de caso pode ser feito de modo quantitativo ou qualitativo. De modo que Gerring define como análise quantitativa “qualquer análise formal baseada em observações matriciais. Uma observação matricial é o tipo convencional, representado como uma linha em um conjunto de dados retangular [...]” (Gerring, 2019, 195). Enquanto, “a análise qualitativa se refere a uma análise informal de observações não comparáveis. Observações não comparáveis não podem ser arranjadas em formato matricial por que são exemplos de coisas diferentes, extraídas de populações

diferentes” (Gerring, 2019, p. 195)

A análise quantitativa pode ser utilizada de três formas diferentes dentro de estudos de caso. O primeiro deles é como ferramenta para selecionar casos dentro de uma população de N-grande. O segundo modo é combinando o estudo de caso com outras técnicas eminentemente quantitativas, desta forma, o pesquisador terá um estudo multimétodo que irá combinar análises qualitativas e quantitativas. O terceiro modo é a utilização de análise quantitativa em estudos intracaso em que o N se torna grande o suficiente que justifique o uso destas técnicas. O uso de análise quantitativa em estudos de caso é incipiente e pouco explorado.

A análise qualitativa é amplamente utilizada nos estudos de caso, inclusive, na maioria das pesquisas em Ciência Política, o estudo de caso é apontado como sinônimo de análise qualitativa. As fontes nas quais os pesquisadores irão coletar seus dados é um ponto que merece observação mais aprofundada. Podem-se cinco tipos de fontes predominantes nos estudos de caso: etnografia; entrevista; sondagem; fontes primárias; e fontes secundárias (Gerring, 2019). Cada uma dessas fontes fornece dados singulares para o pesquisador e o uso de cada uma delas ou de algumas em conjunto vai depender dos objetivos da pesquisa.

Importa também apontar a necessidade de cuidar da qualidade das fontes em que os dados são coletados. A qualidade ocorre quando as seguintes considerações são levadas em conta ao definir uma fonte de dados em estudos de casos: relevância; proximidade; autenticidade; validade; diversidade.

Quadro 5 – Cuidados Acerca da Escolha das Fontes de Dados em Estudo de Caso

Relevância	A fonte expressa a questão de interesse teórico.
Proximidade	A fonte está em uma posição de saber o que você quer saber. Está próxima à ação.
Autenticidade	A fonte não é falsa ou adulterada, ou está sob influência de alguém outro.
Validade	A fonte não é enviesada e afeta a questão teórica.
Diversidade	Tem diferentes pontos de vista, interesses e métodos de coleta.

Fonte: Gerring, 2019, p. 212-213.

Estudos com C-pequeno demandam cuidado com o uso das fontes. Conforme o Quadro 5, as estratégias passam por uma seleção criteriosa das fontes, a partir de critérios claros de relevância e de proximidade com a questão de pesquisa, bem como de autenticidade (confiabilidade da fonte utilizada), validade (que garante que as inferências a serem realizadas estão assentadas em fatos da realidade) e diversidade (o que permite verificar e testar os achados da pesquisa).

Além disso, o uso das fontes e, posteriormente, processo de organização e categorização deve incluir estratégias de transparência, de validação dos dados (qualitativos e/quantitativos) e de replicabilidade, caso seja possível, diante dos limites éticos que podem existir na sua produção e disponibilização. Essas boas práticas, realizadas no processo da seleção das fontes, da coleta das informações, de produção das evidências e dos dados qualitativos e, posteriormente, da publicização dos resultados são fundamentais para a produção de inferências válidas.

Para isso, é preciso reduzir o viés no processo de coleta e produção de dados, bem como reconhecer a influência da teoria escolhida na análise empírica. Isso torna a escolha e a análise das fontes dependentes da teoria, levando a uma reflexão de que é fundamental ao pesquisador explicitar, claramente, as razões da escolha de uma teoria em detrimento de outras. A escolha deve ser pautada na possibilidade de se responder adequadamente à pergunta de pesquisa.

Por fim, no processo de análise, uma estratégia recomendada para a construção de argumentos causais, sobretudo em estudos de caso ou comparados histórico-comparativos é o uso do raciocínio contrafactual (Kogut, 2010), pois permite fortalecer os argumentos que explicam as razões de determinados fenômenos terem acontecido em um determinado sentido, ainda que, logicamente, poderia ter se desenrolado de outras formas. Essas estratégias relacionadas a boas práticas acadêmicas permitem garantir que os achados do estudo de caso sejam válidos internamente e que, de alguma forma, possam levar a compreensões mais aprofundadas sobre o fenômeno em análise, o que garantiria, em tese, maior possibilidade de se produzir validade externa.

5. Validação, questões éticas e novas tendências dos estudos de casos

As pesquisas em Ciência Política têm se preocupado cada vez mais em questões como transparência, replicabilidade e boas práticas científicas. Esta seção vai tratar de alguns apontamentos a respeito de práticas de validação, também sobre princípios e protocolos éticos sobre a atividade científica em ciência política e, por fim, uma indicação de tendências para estudos de caso no Brasil.

5.1. Considerações sobre a validação

Uma das preocupações na realização de estudos de caso tem sido em garantir validade e confiabilidade aos achados de pesquisa. A validade visa garantir o reconhecimento e aceitação do trabalho dentro do ambiente acadêmico em termos de credibilidade das inferências encontradas e a confiabilidade busca assegurar que, uma vez repetidos os mesmos procedimentos, os resultados encontrados serão os mesmos.

Dados os desafios da realização de estudos de caso, a busca por validação e confiabilidade nesse tipo de pesquisa é um desafio ainda maior, devido aos aspectos contextuais e contingentes dos fenômenos em análise. Em relação a esse processo duplo, destacamos, especificamente, a validade do constructo, pois garante que as medidas operacionais sejam adequadas e relacionadas diretamente ao processo de conceitualização (Yin, 2001).⁵

Quando se propõe a realização de um estudo de caso, entende-se que existem aspectos particularidades que necessitam de uma análise mais detida, logo os conceitos devem ser ajustados considerando o caso em análise. Isso permitirá a produção de medidas operacionais ajustadas. Para tanto, conforme Yin (2001), é preciso utilizar fontes múltiplas de evidências, o encadeamento de evidências e estratégias de validação dos dados, como por meio de informantes-chave. Em pesquisas em que há entrevistas em profundidade ou observação direta, a participação dos informantes-chave na organização das evidências e da análise, propriamente dita, permite que os ciclos de revisão sejam “uma oportunidade para iniciar um diálogo proveitoso

⁵ Yin (2001) também destaca a validade interna e externa, já bem exploradas e conhecidas. Portanto, considerando a finalidade deste tópico do capítulo, focaremos na validade de constructo, que permite que os dados sejam válidos para a análise.

sobre as várias facetas do caso” (Yin, 2001, p. 179). Esse tipo de validação de constructo permite que a seleção de evidências e a análise sejam realizadas em conformidade com a realidade, limitando imprecisões do pesquisador. Isso amplia a capacidade do estudo de alcançar a validade interna.

Para isso, é preciso adotar procedimentos para validação dos dados qualitativos, como forma de que a pesquisa seja, de alguma forma, replicável, considerando as características e possibilidades do estudo qualitativo. Assim, a partir do debate de Yin (2001), é fundamental que se utilize múltiplas fontes para coleta de evidências, que se busque criar alguma forma de organização delas (como elaboração de protocolos e de bancos de dados) e que haja algum sequenciamento ou cadeia de evidências.

Quando práticas de validação (procedimentos e protocolos transparentes) são implantadas na pesquisa, maior a confiabilidade dos resultados alcançados, pois a comunidade acadêmica se certifica de que foram adotadas boas práticas de pesquisa. Yin fornece uma estrutura básica de um protocolo de pesquisa a ser seguido de modo a possibilitar transparência e replicabilidade em estudos de caso:

Um protocolo de estudo de caso é um documento formal que captura todo o conjunto de procedimentos envolvidos na coleta de dados para um estudo de caso. Um protocolo completo incluirá o seguinte: (a) os procedimentos para contatar informantes-chave e organizar o trabalho de campo; (b) linguagem explícita e lembretes para implementar e fazer cumprir as regras de proteção de seres humanos; (c) uma linha detalhada de perguntas ou uma agenda mental a ser abordada durante a coleta de dados, incluindo sugestões sobre as fontes de dados relevantes; e (d) um esboço preliminar para o relatório final do estudo de caso (Yin, 2010, p. 84).

O desafio para os estudos de caso no processo de validação dos dados é garantir que as escolhas teóricas e metodológicas sejam detalhadas e publicizadas, garantindo que a comunidade acadêmica possa conhecer os procedimentos e intencionalidades do pesquisador, bem como permita compreender como os casos foram estudados a fundo, se existem outras possibilidades para responder às mesmas perguntas e, quem sabe, realizar

outras, aprofundando o conhecimento científico sobre o problema de pesquisa abordado.

5.2 Considerações sobre as questões éticas

Na busca por se imprimir mais rigor aos estudos de casos, um conjunto de observações que deve ser considerado nesta discussão é quanto às questões éticas na pesquisa e no estudo de caso de forma específica. Ética é um conceito polissêmico. Chamamos atenção, neste texto, para duas possibilidades de estruturas conceituais deste termo. A primeira é a definição de ética como campo de pesquisa da filosofia que também é chamada de filosofia moral. A segunda é a ética como um conjunto de normas de conduta construídas em um determinado espaço social em um determinado período (Abbagnano, 2015). Esta segunda possibilidade, mais comum em organizações de pesquisa, é a que será explorada daqui em diante.

A comunidade científica é uma organização humana, logo, faz parte da constituição dessa organização os padrões de conduta de seus membros. Esses padrões podem ser formais ou informais, contudo, a formalização de regras através de manuais de conduta em pesquisa e a constituição de comitês de ética em pesquisa tornam visíveis e aplicáveis as regras de uma determinada comunidade científica. Em outras palavras, um manual de conduta ética e um comitê de ética em pesquisa irão determinar e/ou regular as atividades humanas relacionadas aos humanos ou informações relacionadas a estes na produção de conhecimento científico. Em suma, a ética para os fundadores gregos é a ciência da conduta.

Para um desenho de pesquisa que aponte como estudo de caso o caminho para a produção de conhecimento científico também deve-se ter normas que conduzam a ação de seus pesquisadores. Estas regras circundam espaços organizacionais mais amplos que abarque as ciências humanas, as ciências sociais, a ciência política, as pesquisas qualitativas e as técnicas de pesquisa qualitativa como o uso de suas fontes dados de dados (entrevistas, observações participativas, documentos sigilosos etc). Algumas regras gerais podem ser apontadas como segue:

As regras básicas de conduta são agrupadas e rotuladas de diversas

maneiras, mas abrangem estas sete questões: (1) Não prejudicar os participantes. (2) Manter sua privacidade. (3) Traga-lhes os benefícios disponíveis. (4) Informe-os sobre a pesquisa. (5) Envolver-os apenas voluntariamente. (6) Garantir investigação de boa qualidade. (7) Seja honesto com os dados e relatórios (deRoche; deRoche, 2010, p. 337, tradução nossa).

Nesse sentido, o guia de conduta ética da APSA apresenta aspectos que são importantes na conduta do pesquisador na área de Ciência Política. *A Guide to Professional Ethics in Political Science* editado pela *American Political Science Association* (APSA) em 2022 é fruto de uma discussão constante de práticas de pesquisa da comunidade científica de Ciência Política. A primeira parte deste texto apresenta princípios gerais relacionados a pesquisas em seres humanos, os pontos abordados são: poder, consentimento, decepção, danos/traumas, confidencialidade, impacto, leis/regulamentos/revisão prospectiva e responsabilidade compartilhada (APSA, 2022).

O guia da APSA é importante por considerar a complexidade do tema, pois questões éticas, perspectivas e prioridades podem variar de acordo com as abordagens metodológicas e desenhos de pesquisa. Pesquisadores que utilizam survey ou pesquisa etnográfica lidam com diferentes questões éticas, ainda que, em comum, sempre é importante considerar como garantir que a pesquisa seja conduzida eticamente, sem prejuízo da ciência e também dos envolvidos na pesquisa.

Nesse sentido, o guia aponta para diversos princípios gerais que devem ser seguidos pelos pesquisadores em Ciência Política. Conforme o guia supracitado, destacamos que o pesquisador deve se orientar pelos seguintes princípios gerais: (1) respeitar a autonomia e o bem-estar dos participantes da pesquisa; (2) responsabilizar-se individualmente na reflexão das questões éticas da pesquisa (não terceirizar a responsabilidade); (3) considerar a diferença de poder entre o pesquisador e o pesquisado na realização da pesquisa; (4) obter o consentimento dos participantes; (5) evitar a prática do engano junto aos participantes; (6) proteger os participantes de traumas e danos decorrentes da pesquisa; (7) manter a confidencialidade dos participantes, garantindo que o anonimato; (8) não comprometer a integridade dos

processos políticos para fins da pesquisa, sem o consentimento dos participantes; (9) estar ciente das leis e dos regulamentos relevantes que regem a realização da pesquisa.

Em relação à diretrizes individuais, o guia tem as seguintes orientações éticas: (1) integridade dos estudos realizados; (2) transparência dos estudos para fins de avaliação por parte da comunidade acadêmica; (3) segurança e proteção dos sujeitos envolvidos na pesquisa; e (4) direitos de uso de dados coletados e gerados pelos pesquisadores. Estudos de caso são propícios a dilemas éticos, devido à proximidade entre o pesquisador e o fenômeno em análise, incluindo aos sujeitos de pesquisa, incluindo informantes-chave, documentos, dados e demais fontes e evidências a serem coletadas e produzidas. Logo, diretrizes éticas gerais e individuais devem servir como uma bússola para a condução de pesquisas íntegras e válidas academicamente.

No Brasil, a resolução nº 510 de 7 de abril de 2016, estabeleceu “as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana”. Nesta resolução, além da definição das pesquisas que devem ser cadastradas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), também estabelece uma série de princípios éticos norteadores das pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais, portanto, incluindo a Ciência Política. Em linhas gerais, deve-se garantir a autonomia e a liberdade de todos os participantes, bem como a defesa dos direitos humanos, o respeito aos valores culturais, morais, sociais e religiosos, a garantia do assentimento e o consentimento dos participantes, da confidencialidade das informações dos participantes, bem como sua proteção e segurança.

Não é possível, assim, realizar estudos de casos em profundidade transbordando os limites éticos. Logo, o limite da elaboração do desenho da pesquisa, da coleta, da produção e da análise das evidências, bem como da divulgação das pesquisas devem ser, fundamentalmente, dois: o metodológico e o ético.

5.3 Novas tendências dos estudos de caso no Brasil

A Ciência Política brasileira tem se preocupado, cada vez mais, em ampliar o rigor de suas pesquisas acadêmicas. Nesse sentido, os estudos de casos, que, muitas vezes, são acusados de permitir “apenas uma descrição” da realidade ou de tratar “somente do particular”, foram ganhando mais espaço na disciplina, sobretudo com incrementos metodológicos. A busca por estudos de casos se deve à capacidade desses estudos de lidarem com a equifinalidade dos fenômenos políticos e com os mecanismos causais dos processos em análise, com afirma Rezende (2011).

Como sabemos, não existem leis na Ciência Política, por isso, as teorias e os métodos de análise devem se adequar aos casos, como forma de se compreender como “diferentes processos causais podem produzir resultados similares”, pois os fenômenos políticos “são sensíveis ao contexto, aos agentes, às instituições, aos processos históricos, e à agência (humana ou não-humana)” (Rezende, 2011, p. 318). Do momento em que o autor reflete sobre a necessidade de imprimirmos mais rigor aos estudos de casos, como forma de garantir mais validade às nossas pesquisas, até hoje (mais de 10 anos depois), muita coisa mudou. Avançou-se muito no debate e na implementação de práticas de validação de dados qualitativos e de transparência na área. São mais recorrentes o uso de estratégias de sistematização das evidências, do teste delas e, também, de sua análise.

Mais recentemente, uma das estratégias mais utilizadas com vistas a garantir mais validade aos estudos de caso é o *process-tracing* (PT). Por meio dele, podemos encontrar inferências sólidas em pesquisas que se focam em mecanismos causais em estudos de caso em profundidade, conforme Beach e Pedersen. Os autores ainda afirmam que há uma particularidade no uso da abordagem: o PT “busca fazer inferências dentro do caso sobre a presença/ausência de mecanismos causais em estudos de caso único, enquanto a maioria dos métodos *small-n* buscam inferências *cross-case* sobre relações causais” (Beach e Pedersen, 2013, p. 4).

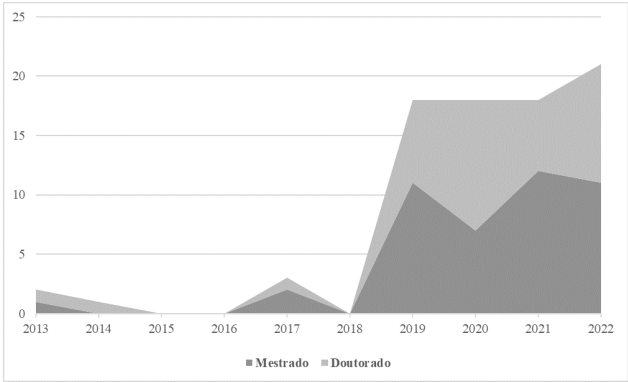
Assim sendo, o objetivo é que o desenho da pesquisa do estudo de caso seja adequado a responder questões relativas ao caso em si (*within-case*). Para tanto, busca-se analisar os processos de forma sistemática, conforme as

evidências encontradas sobre os eventos e as sequências temporais. Dessa forma, conforme os autores, os casos não são apresentados de forma narrativa, como convencionalmente são realizados os estudos de caso.

No Brasil, o *process-tracing* tem ganhado projeção somente em anos recentes, diante da difusão da abordagem por meio de cursos ofertados no país, como através da IPSA-USP Summer School que ocorre todos os anos na Universidade de São Paulo (USP) desde 2010 e outros cursos, minicursos e produções recentes realizados na área.

Em uma busca realizada utilizando o descritor “*process tracing*” no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, encontrou-se um total de 44 teses e 37 dissertações na área de Ciência Política e Relações Internacionais no período de 2013 a 2022. Conforme o gráfico 1, observa-se que o crescimento de pesquisas de mestrado e de doutorado que utilizam essa estratégia de pesquisa se deu, sobretudo, a partir de 2019, o que indica que o seu uso ainda é recente no campo da Ciência Política brasileira.

Gráfico 1 - Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado defendidas por ano na área de Ciência Política e Relações Internacionais com uso de process-tracing (2013-2022)



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 05/nov/2023. Obs: O levantamento foi realizado em 05 de novembro de 2023 e foram encontradas 44 dissertações e 37 teses utilizando o descritor “*process tracing*”.

A expansão recente das pesquisas que utilizam *process-tracing*

coincide também com a publicação de diversos textos didáticos sobre a estratégia, incluindo o livro gratuito disponibilizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), escrito por Cunha e Araújo (2018). Como extrapola os objetivos deste capítulo, não nos deteremos nos subtipos de *process-tracing* e nem na sua operacionalização em estudos de caso. Como afirma Figueiredo *et al.* (2021), a Ciência Política brasileira tem se preocupado, cada vez mais, com métodos e isso repercute na forma como as pesquisas são divulgadas em periódicos acadêmicos, com uso mais recorrente de métodos quantitativos e qualitativos, incluindo aqueles que dizem respeito, especificamente, a realização de estudos de caso, como do *process-tracing*.

Considerações finais

A discussão proposta no capítulo trouxe diversas reflexões sobre os estudos de caso. Antes de tudo, tivemos a preocupação de conceituá-lo e situá-lo dentro do campo das Ciências Sociais e, mais particularmente, da Ciência Política. Posteriormente, discutimos as diferentes concepções a respeito desse tipo de desenho de pesquisa, uma mais positivista e outra mais interpretativista. Antes de realizar uma leitura dual do estudo de caso, é importante saber que é preciso compreendê-lo dentro do seu contexto, abrindo-se às particularidades que o caso pode conter, suas dinâmicas, contingências e agentes. No entanto, isso não é uma licença para realizar estudos sem objetividade científica e rigor metodológico.

Estudos de casos, pela complexidade e necessidade de aprofundamento, necessitam a definição clara da pergunta de pesquisa, da(s) teoria(s), da escolha do(s) caso(s), das fontes, dos métodos e técnicas de análise. Isso permitiria aos estudos de caso melhorar sua capacidade de responder questões acadêmicas relevantes, influenciando na produção de teorias mais adequadas para a explicação dos fenômenos políticos.

Esperamos, com este capítulo, permitir reflexões e o desenvolvimento de pesquisas com foco em casos, considerando seus limites e possibilidades para a produção de novos conhecimentos, teorias e explicações. Para tanto, é preciso um esforço da comunidade acadêmica de reconhecer, primeiro, que um estudo de caso tem tanta relevância quanto um estudo com

C-grande, possibilitando maior aceitação dos grandes periódicos a tais tipos de estudos e, conseqüentemente, difusão do conhecimento das pesquisas que se propõem a utilizar tal tipo de desenho de pesquisa.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION (APSA). **A guide to professional ethics in political science**. 3. ed. New Hampshire: APSA, 2022.
- BABBIE, Earl. **The practice of social research**. 15. ed. Boston: Cengage, 2021.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: foundations and guidelines**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.
- BLATTER, Joachim; HAVERLAND, Markus. **Designing case studies: explanatory approaches in small-n research**. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmen E. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.
- DEROCHE, John; DEROCHE, Constance. Ethics. In: MILLS, Albert; EUREPOS, Gabrielle; WIEBE, Elde. **Encyclopedia of case study research**. Califórnia: Sage Publications, 2010.
- FIGUEIREDO, Dalson; FERNANDES, Antônio; BORBA, Lucas; AGUIAR, Thaís Helena. Metodologias de pesquisa em ciência política: uma breve introdução. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**,

n. 94, p. 1-34, 2021.

FLYVBJERG, Bent. Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de caso. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 106, p. 33-62, 2004.

_____. **Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again**. Cambridge: United Kingdom, 2001.

GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GERRING, John. Is there a(viable) crucial-case method? **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 3, p. 231-253, 2007.

_____. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **Social Science Methodology: a criterial framework**. Mimeo, 2009.

_____. What is a case study and what is it good for? **American Political Science Review**, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.

KING, Gary; KEOHANE, Robert. O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KOGUT, Bruce. Qualitative comparative analysis of Social Science data. In: MORGAN, Glenn; CAMPBELL, John; CROUCH, Colin; PEDERSEN, Ove Kaj; WHITLEY, Richard. **The Oxford handbook of comparative institutional analysis**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

LITTLE, Daniel. **Varieties of social explanation: an introduction to the Philosophy of Social Science**. Boulder: Westview, 1991.

MICHELIS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

RAGIN, Charles. Turning the Tables: How Cases-Oriented Research Challenges Variable Oriented Research. In: BRADY, Henry; COLLIER, David (Org.). **Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards**. Oxford: Rowman & Littlefield, 2004. p. 123-138.

_____. Introduction: cases of “What is a case?”. In: RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Orgs.). **What is a case?: exploring the foundations of social inquiry**. New York: Cambridge University Press, 1992.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política** 6, p. 297-337, 2011.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. Case Study Protocol. In: MILLS, Albert; EUREPOS, Gabrielle; WIEBE, Elde. **Encyclopedia of case study research**. California: Sage Publications, 2010.

05

A etnografia como abordagem metodológica nos estudos em Ciência Política

Michelle Fernandez

Natália Guimarães

Marta Pontes de Campos

Introdução

Analisar percepções e experiências em profundidade é um dos objetivos fundamentais da metodologia qualitativa de pesquisa nas Ciências Sociais (Weber, 1978). Inserida nesse bojo, está a etnografia. Ela tem capacidade de detalhar dinâmicas sociopolíticas ao colocar no microscópio as dinâmicas político-sociais, fazendo com que novas dimensões da realidade possam ser observadas (Longo; Zacka, 2019).

A etnografia é uma abordagem de pesquisa associada a uma prática do trabalho de campo que supõe a imersão do/a pesquisador/a no contexto investigado e, portanto, uma convivência com o grupo social a ele relativo (Rocha; Eckert, 2008). Pode-se dizer ainda que a etnografia tem a função de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças (Agrossino, 2009). É uma abordagem de investigação científica desenvolvida pela antropologia, caracterizada por longos períodos de observação e que implica em:

Preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais e preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado (Mattos, 2011, p. 49).

O fazer etnográfico foi inicialmente disseminado pelos estudos do antropólogo Bronislaw Malinowski, responsável por várias pesquisas desse tipo no início do século XX, entre elas, a etnografia realizada nas Ilhas Trobriand, cujo relato de campo resultou no livro *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922). A importância da obra de Malinowski (1922) não está apenas nas suas descobertas, a descrição de suas técnicas etnográficas serviu de parâmetro para pesquisas na área, contribuindo para seu desenvolvimento.

A partir dessa contextualização, poderia se esperar que a etnografia figurasse entre os caminhos de pesquisa preferidos dos cientistas e sociólogos políticos, na medida em que está equipada de maneira única para olhar minuciosamente para os fundamentos das instituições políticas e seus conjuntos de práticas, assim como é idealmente adequada para explicar porque

os atores políticos se comportam como se comportam e para identificar as causas, processos e resultados relativos à vida política.

No entanto, apesar do uso crescente da etnografia nas ciências sociais, a política e seus principais protagonistas, como burocratas, políticos e ativistas, permanecem sendo pouco estudados pelo *mainstream* da etnografia. Tanto a política rotineira quanto a contenciosa estão longe do topo da agenda da etnografia contemporânea. Do mesmo modo, a etnografia não é comumente usada pelos cientistas políticos e sociólogos políticos que fazem dos *surveys*, dados secundários, modelos formais e abordagens estatísticas suas ferramentas metodológicas padrão (Joseph; Auyero, 2007).

Argumentamos que apesar da dificuldade de articular tradições da Antropologia e da Ciência Política, pode ser bastante útil aos estudos referentes às temáticas políticas um diálogo mais profícuo entre estas tradições de pesquisa social, posto que isso valoriza o rendimento de análises que pressupõem maior complexidade da vida social, não deixando de lado a dimensão da subjetividade, tanto na antropologia quanto na Ciência Política. É o aprofundamento dessa discussão que pretendemos trazer neste capítulo.

Tradicionalmente, a Antropologia dedicava-se ao estudo das populações indígenas, se mantendo à margem das macroquestões sociais e políticas – diferentemente da Sociologia e da Ciência Política. Mas, a partir da década de 1970, a disciplina passou a ser considerada por alguns segmentos das ciências humanas, como uma via de acesso privilegiada para o entendimento das mudanças sociais, políticas e culturais que estavam ocorrendo no período. A partir desta perspectiva, ferramentas de análise antropológica, notadamente a etnografia, passaram a ser utilizadas para a realização de estudos políticos (Magnani, 2009).

Um dos exemplos mais notórios disso é *Home style: house members in their districts*, de Richard Fenno (1978), no qual o autor faz uma densa descrição de seu objeto de estudo e combina elementos do behaviorismo e da escolha racional para apresentar uma análise de como os deputados eleitos percebem seus eleitores. Estudos como este contribuem para fazer avançar na Ciência Política a compreensão de que, além de uma estrutura macro e abstrata, o Estado também representa uma série de instituições micro com

as quais os cidadãos interagem de maneira direta e imediata. Nessa esfera micro, os Estados definiriam certas subjetividades e identidades somente possíveis de serem captadas por análises mais aprofundadas.

Portanto, o que há de comum entre os estudos que se utilizam da etnografia para analisar questões políticas é o foco que procuram dar aos significados produzidos, vivenciados e negociados pelos sujeitos das análises. Isto é, ao fazer uso dos procedimentos metodológicos de imersão no cotidiano do contexto analisado, o/a pesquisador/a tem a possibilidade de compreender fenômenos políticos a partir dos pontos de vista dos que deles participam, construindo assim, múltiplos significados para tais fenômenos. Como, por exemplo, o fenômeno das ocupações de escolas públicas no ano de 2015 que foi abordado com técnicas etnográficas em diversas localizações, produzindo estudos inéditos sobre estudantes do ensino médio, estudos ¹que não seriam possíveis em outra situação.

A etnografia política, portanto, permite que se estudem os símbolos, ações, eventos, identidades, instituições e processos políticos em seus contextos de relações semânticas. Os/As pesquisadores/as têm as condições de compreender seu objeto de estudo como parte de um contexto mais amplo, considerando os aspectos relacionais e simbólicos que lhe são inerentes.

Diante do apresentado, o presente capítulo tem como objetivo discutir o papel da abordagem etnográfica na Ciência Política. Para isso, estruturamos o texto em cinco partes além desta introdução e da conclusão: a primeira faz uma leitura do papel da etnografia nos estudos qualitativos; a segunda trata da prática etnográfica em si, apresentando as ferramentas importantes para a pesquisa etnográfica; a terceira aborda, com exemplos, o uso da etnografia na ciência política; a seção seguinte introduz o tema da netnografia, ou a realização de etnografia on-line; e, por fim, a quinta parte traz um debate sobre questões éticas da abordagem etnográfica.

1. Metodologia qualitativa e abordagem etnográfica

O surgimento da metodologia qualitativa deve-se à necessidade de analisar em profundidade as percepções e experiências humanas nas

1. Corsino e Zan (2017) verificaram que a experiência da ocupação contribuiu para a reflexão dos jovens sobre Democracia dentro das escolas.

sociedades. Através de métodos que proporcionam mais proximidade com o objeto de pesquisa, a metodologia qualitativa permite a realização de um estudo detalhado do ente pesquisado.²

O aparecimento dos qualitativistas, ou seja, dos pesquisadores adeptos da pesquisa baseada na metodologia qualitativa, está atribuído a Max Weber. Esta vertente de pesquisa centra-se no estudo da ação social em detrimento da estatística, instrumento de análise da pesquisa quantitativa, como única ferramenta analítica. De acordo com Weber: “podemos ir além da mera demonstração de relações funcionais e uniformidades. Podemos alcançar (...) o significado subjetivo da ação dos indivíduos” (1978, p. 15). Assim, a metodologia qualitativa questiona a objetividade e propõe o entendimento das subjetividades de acordo com as diferentes perspectivas dos fatos, seus significados e percepções (Mayoux, 2006, p. 118). Esta vertente metodológica é empregada de maneira adequada nas pesquisas cujo objetivo principal é explorar as experiências subjetivas das pessoas e o significado agregado a estas experiências (Devine, 2002, p. 199). Assim,

Compreender subjetivamente uma ação implica entender os motivos que levam à pessoa a atuar de maneira determinada prestando atenção ao contexto no qual a ação acontece. Se a ênfase está posta na ação, as técnicas de pesquisa utilizadas irão variar. Se optará por técnicas mais interpretativas (como a hermenêutica), pelo contato direto com o objeto de estudo (como a observação participante), pela recopilção de grande quantidade de informação sobre o fenômeno estudado para observá-lo desde diferentes ângulos. (Coller, 2005, p. 19-20).

Na pesquisa qualitativa é muito comum a combinação de diferentes métodos de análise. Este trabalho de combinação possibilita um maior e melhor entendimento do fenômeno analisado. A integração de diversos métodos é chamada de pluralismo metodológico (Coller, 2005). Sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, o método de pesquisa através do estudo de caso faz com que seja mais fácil a combinação de diferentes métodos.

2. O termo “metodologia” refere-se à perspectiva sobre a natureza da realidade (ontologia) e do conhecimento (epistemologia) que fundamentam os métodos. Por sua vez, o termo “método” diz respeito à forma como os dados são coletados e analisados (Fernandez *et al.*, 2023, p. 13).

Assim, “um caso é um objeto de estudo com fronteiras mais ou menos claras que se analisa no seu contexto e que se considera relevante seja para comprovar, ilustrar ou construir uma teoria ou parte dela, seja por seu valor intrínseco” (Coller, 2005, p. 29). O principal objetivo do estudo de caso é facilitar o entendimento de fenômenos sociais complexos permitindo ao pesquisador capturar características significativas dos eventos da vida real (Yin, 2003). O acesso ao campo para a construção do estudo de caso é fundamental. Neste tipo de pesquisa qualitativa, a influência dos princípios etnográficos está fortemente presente (Lombard, 2009). Para Hammersley e Atkinson:

A etnografia é um método de pesquisa social (...). O etnógrafo (...) participa, abertamente ou de maneira encoberta da vida cotidiana de pessoas durante um tempo relativamente extenso, vendo o que ocorre, escutando o que é dito, perguntando coisas; ou seja, recolhendo todos os tipos de dados acessíveis para poder esclarecer sobre temas que ele escolheu estudar (Hammersley; Atkinson, 1994, p. 15).

De modo que, pelas características apresentadas, a etnografia tem a capacidade de desvendar o lugar como uma construção espacial, social, cultural e política, temas chaves que demandam pesquisa (Lombard, 2009, p. 151).

Kuschnir (2005) argumenta que o/a investigador/a leva para o campo um conjunto de dados acumulados ao longo de sua trajetória e somente com sensibilidade e experiência é possível aprofundar sua capacidade de compreensão do seu objeto de estudo, percebendo que naturalizou certos significados das práticas sociais e políticas e ignorou outros. Dirá ainda que essas mudanças também ocorrem no sentido contrário: as pessoas que compõem o universo analisado também transformam seu modo de lidar com o/a pesquisador/a e com o seu trabalho. Dessa forma, em lugar de perseguir uma neutralidade impossível, o/a pesquisador/a deve refletir sobre as posições e identidades a ele conferidas ao longo do trabalho de campo. Sendo este um dos elementos centrais para revelar a natureza da relação entre os envolvidos, na medida em que durante o trabalho de campo, pesquisador/a e pesquisados passam por um processo de socialização intenso,

que vai redefinindo as identidades de um em relação ao outro.

Ao longo desse processo interativo, o/a pesquisador/a deve interpretar os significados dos momentos, acontecimentos e arranjos sociais com os quais se deparou e descrevê-los nos seus próprios termos, num exercício de apreender essa lógica e incorporá-la de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores e percepções (Magnani, 2009). Isso envolve registros, classificações, correlações e comparações que serão retomados pelos/as etnógrafos/as em forma de escrita, através do uso de conceitos teóricos e metodológicos do seu campo disciplinar e não dos sujeitos analisados. A sistematização desses processos gera lógicas inteligíveis que, por sua vez, produzem conhecimento sobre a situação pesquisada e sobre as dinâmicas sociais a ela relativas e assim se redefinem os contornos das teorias antropológicas e sociais (Rocha; Eckert, 2008). Dito de outro modo:

A etnografia é uma forma de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. Esse é um *insight*, uma forma de aproximação própria da abordagem etnográfica que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos (Magnani, 2009, p. 135).

Notoriamente a etnografia está preocupada com a peculiaridade, a especificidade do contexto analisado, buscando submeter conceitos pré-estabelecidos a contextos diferentes, examinando, então, a adequação de tais conceitos. Seu objetivo mais geral é procurar visões alternativas da universalidade dos conceitos sociológicos e políticos, buscando encontrar, na pesquisa *in loco*, “resíduos” não explicados pelas teorias postas. Assim, o progresso da técnica pode ser útil para transformação e ressignificação de conceitos (Peirano, 1995).

Com relação a essa discussão, Peirano (1995) dirá que a etnografia

abriga estilos muito diferentes a depender do contexto da pesquisa, momento sócio-histórico em que está inserida, orientação teórica, personalidade do/a pesquisador/a e *ethos* do pesquisado. E se esse pode ser o elemento distintivo que justifique seu uso, oferece também o perigo de, não respeitado o equilíbrio sutil entre teoria e prática, resvalar numa situação na qual existam tantas etnografias, quanto sejam seus/suas pesquisadores/as.

O que Peirano (1995), no entanto, argumenta é que o fazer etnográfico deve ter como horizonte não descrever o curioso, o exótico ou diferente, mas sim, utilizar as observações do particular para gerar conhecimento passíveis de serem universalizados. A busca por análises das especificidades dos casos concretos e a conexão desses achados com o caráter universalista de sua manifestação permite um refinamento dos objetos de estudo e dos conceitos que a etnografia busca discutir. Dessa maneira, não se incorreria nos estereótipos a respeito de seu empirismo esvaziado de rigor científico. Ainda nesse sentido Pires, Lotta e Torres Junior (2018) postulam que a descrição fina das práticas individuais nas situações de interação deve ser colocada em perspectiva mais ampla, pensada de modo conectado com as relações sociais e políticas na qual está inserida.

Assim como qualquer opção metodológica, são necessários rigor e parcimônia ao se adotar um desenho de pesquisa etnográfico. A realização de uma etnografia implica uma série de técnicas e cuidados relativos à forma de aproximação e de entrada no campo; às relações entre pesquisadores e pesquisados; ao formato de construção da narrativa; às possíveis constatações feitas; e ao engajamento no debate teórico.

2. A prática etnográfica

Marcada pelo estudo de campo junto a grupos sociais em seu ambiente de vida real, por um tempo suficiente para que se revelem rotinas guiadas por rituais ou normas (ocultas ou não) de interações sociais, a etnografia é realizada a partir da observação direta de falas, atitudes, conversas formais ou informais, manuseio de objetos, comportamentos e consequente registro dessas observações em cadernos de campo, assim como em imagem e/ou áudio (fotografias, vídeos e registros sonoros).

A pesquisa de campo é sua principal característica, ou seja, o/a observador/a conduz a pesquisa no local onde o fenômeno acontece sem nenhum controle sobre comportamentos ou acontecimentos. A observação (participante ou não) em campo, ferramenta fundamental da técnica etnográfica, amplia a chance de se revelarem variações, paradoxos ou ambiguidades nos comportamentos e permite também compreender conceitos abstratos que dão significado às ações dos atores do grupo.

A fim de complementar os dados coletados durante a observação, o pesquisador pode utilizar técnicas de entrevista para aprofundar questões que se tornam relevantes ao longo da pesquisa de campo e coletar arquivos como atas de reunião, registros de eventos ou diários pessoais. No aspecto temporal, a duração do trabalho de campo dependerá do fenômeno que se observa, podendo levar até um ano ou mais para que a coleta de dados seja suficiente.

2.1 Preparação

O/A pesquisador/a que vai a campo coletar dados utilizando técnicas etnográficas tem como seu principal instrumento de trabalho ele/a próprio/a, portanto, antes de iniciar o campo, a preparação deve ser focada nele/a. Para se inserir no universo que pretende analisar são necessárias “saídas exploratórias” para o campo que devem ser guiadas pelo olhar atento ao contexto no qual se imerge.

O processo de entrada em campo depende do consentimento dos indivíduos, agrupamentos e/ou instituições a serem investigados. Somente a partir dele a pesquisadora pode estar presente com regularidade, participando das rotinas do grupo social estudado (Rocha; Eckert, 2008). Paulatinamente se estabelecerá o vínculo entre observador/a e as pessoas do grupo observado. É necessário identificar pessoas-chave dentro do grupo a ser analisado para que atuem como guia e facilitem a construção do referido vínculo. Conquistada a confiança, é hora de explicar o que se está fazendo ali: expor o objetivo da pesquisa, como ela será realizada (como se dará a observação) e apresentar as pessoas envolvidas no processo.

2.1.1 Seleção do campo de pesquisa e participantes

Na etnografia, antes de se selecionar participantes, seleciona-se os espaços onde esteja ocorrendo, ou que seja mais provável de ocorrer, o fenômeno social que se pretende observar. A escolha do campo deve considerar a melhor visibilidade possível daquilo que se está investigando, a possibilidade de comparação com outros estudos, acessibilidade física com o mínimo de obstáculos (segurança, locomoção e alimentação), o conforto da comunidade com a presença do observador e a facilidade de estabelecer vínculos. É importante explorar várias possibilidades de campo de pesquisa para encontrar aquele em que os fenômenos e as categorias conceituais que se pretendem explorar possam realmente ser observadas.

2.1.2 Roteiro e tópico guia

Antes da confecção do roteiro que norteia a observação, é necessário que o desenho de pesquisa esteja bem delineado. Definir claramente o problema que está sendo pesquisado e os conceitos teóricos para abordagem à questão de pesquisa vão melhor direcionar a observação.

O roteiro é construído com base em categorias conceituais orientadas pelas bases teóricas e com foco nos objetivos da pesquisa. O mesmo roteiro deve ser reavaliado ao longo da pesquisa de campo a fim de obter o melhor aproveitamento das observações. Correção e validação são realizadas constantemente nesse processo. Uma das características da etnografia é manter-se aberta para a coleta de dados não estruturados, isto é, dados que possam parecer relevantes ao pesquisador apesar de não pertencerem ao conjunto de categorias conceituais formulado previamente. O olhar bem treinado e preparado para pesquisa de campo evitará dados supérfluos para o estudo e ampliará o potencial de descobertas, reafirmando a vocação da etnografia de revelar aspectos encobertos por camadas mais visíveis.

Para orientar um roteiro mínimo de observação apresenta-se a seguir nove dimensões pelas quais as situações sociais podem ser descritas (Flick, 2009, p. 209):

- 1) Espaço: o local, ou locais físicos
- 2) Ator: as pessoas envolvidas
- 3) Ato: ações individuais realizadas pelas pessoas (ator)

- 4) Atividade: conjunto de atos
- 5) Evento: conjunto de atividades executadas pelo grupo de pessoas
- 6) Tempo: sequência das ações ao longo do tempo
- 7) Objeto: as coisas físicas utilizadas durante as ações
- 8) Objetivo: direcionamento da ação, o que se pretende alcançar
- 9) Sentimento: emoções sentidas e manifestadas

2.2 Realização do trabalho de campo

A curiosidade inicial da entrada em campo deve ser substituída por indagações relativas à construção da realidade investigada. Esse processo é permeado por aspectos comparativos que nascem da inserção do/a pesquisador/a no compromisso de refletir sobre a vida social e da sua disposição para experimentar a intersubjetividade, sabendo que ele/a próprio/a passa a ser objeto de observação. A interação, portanto, é condição da pesquisa etnográfica.

Investigadoras/es levam para o campo um conjunto de conhecimentos acumulados ao longo de sua trajetória e somente com sensibilidade e experiência é possível aprofundar sua capacidade de compreensão do seu objeto de estudo, percebendo que naturalizam certos significados das práticas sociais e políticas e ignoram outros. Essas mudanças também ocorrem no sentido contrário: as pessoas que compõem o universo analisado também transformam seu modo de lidar com as/os pesquisadoras/es e com o seu trabalho (Kuschnir, 2005).

A inserção no contexto social aproxima cada vez mais o/a pesquisador/a dos grupos sociais que constituem seu universo de pesquisa, o que a permite tecer uma comunicação densa orientada pelos objetivos da investigação. Na medida que essa presença se prolonga, a comunicação vai se aprofundando e se tornando mais complexa levando ao reconhecimento e compreensão dos sotaques, das gírias, dos significados dos gestos, das performances e das etiquetas próprias ao grupo que revelam suas orientações simbólicas e traduzem seus sistemas de valores (Rocha; Eckert, 2008).

Na fase de coleta de dados, o/a etnógrafo/a tenta conhecer o objeto de estudo da melhor forma possível, principalmente passando um período

significativo de tempo exposto a este objeto. Nesta fase o/a pesquisador/a tem a oportunidade de conhecer em profundidade o objeto de pesquisa. A exposição continuada possibilita uma relação “íntima” entre pesquisador/a e objeto, fazendo com que características subterrâneas possam ser observadas e contribuam para a análise.

Para tornar cognoscível a experiência de campo, é necessário registrar os achados através de notas, diários ou relatos das experiências observadas ou escutadas no cotidiano da investigação. O principal domínio desse instrumento é constituir-se como espaço em que se registra a maioria dos materiais etnográficos, sendo a base documental central de muitas etnografias. Isso faz do diário de campo uma base sólida de registro do dia a dia de um universo populacional, independente da sua dimensão. Essa seria a sua força enquanto material empírico; nele é possível encontrar, objetivamente, o modo como são construídas as intersubjetividades nos terrenos etnográficos (Cachado, 2021).

Para além disso, o diário de campo é um importante espaço para o/a pesquisador/a refletir sobre os dilemas éticos com os quais se depara, os cansaços e entusiasmos no campo. Enquanto espaço de reflexão, contém ainda a possibilidade de registrar avanços e recuos, o acesso a cada vez mais camadas de percepção sobre a realidade social em estudo. Do ponto de vista epistemológico, a análise do diário de campo pode ainda levar a melhorar perguntas de pesquisa, a tecer conclusões e a gerar melhores hipóteses.

2.3 A análise dos dados coletados

A análise dos dados coletados (diário de campo, arquivos, conteúdo de entrevistas) por uma etnografia política não foca nos indivíduos, ela busca respostas para os comportamentos do grupo de pessoas que foi observado. Os dados são trabalhados utilizando técnicas de análise qualitativa de forma a obter interpretação objetivas. Dito de outro modo, a etnografia contém dados primários, passíveis de serem sistematizados a partir de uma indexação do diário de campo. A indexação de um diário permite verificar as situações recorrentes, as situações singulares e as situações inesperadas, mas significativas. Isso leva à identificação de mais situações para

determinadas categorias e menos para outras; e é essa descoberta, de forma surpreendente ou não, que contém notas conclusivas e/ou novas hipóteses de trabalho (Cachado, 2021).

Peirano (2008) dirá que há três pontos essenciais para uma boa etnografia: 1) a habilidade de considerar a comunicação no “contexto da situação”; 2) a difícil transformação do que foi vivido no campo para a linguagem referencial escrita; 3) e a possibilidade de identificar e analisar a eficácia social das ações das pessoas. O trabalho de campo se caracteriza pelo diálogo vivo e é seguido pela escrita etnográfica que tem como objetivo comunicar ao leitor (e convencê-lo) de sua experiência e sua interpretação. Esse processo exige ultrapassar a compreensão do senso comum sobre os usos e o papel da linguagem, pois é através dela que etnografia e teoria se combinam. É necessário, portanto, levar em consideração: os papéis de quem fala, de quem ouve, da audiência etc.; os atributos sociais das pessoas envolvidas; o tempo, o lugar e a ocasião da comunicação; o objetivo da fala, entre outros fatores. O comportamento social em geral comunica fatos etnográficos no contexto dos eventos partilhados. A autora reflete:

Qual o desafio do etnógrafo, então? Realizada a pesquisa, ele não pode apenas repetir o que ouviu – até citações precisam de contextualização. Ele precisa interpretar, traduzir, elaborar o diálogo que esteve presente na pesquisa de campo. O antropólogo precisa transformar a indexicalidade que está presente na comunicação em texto referencial. É preciso colocar em palavras sequenciais, em frases consecutivas, parágrafos, capítulos, o que foi ação. Aqui, talvez esteja um dos maiores desafios da etnografia e, certamente, não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo (Peirano, 2008, p. 9).

Neste sentido, um dos principais métodos a serem aplicados é a análise de conteúdo que sistematiza a interpretação de dados de tal forma que seja possível interpretar os dados com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa que norteou a coleta de dados. A análise de conteúdo³ pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações e funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do

3. Para entender melhor sobre Análise de Conteúdo, recomendamos a leitura do capítulo sobre Análise de Conteúdo neste Manual.

conteúdo das mensagens, atuando como uma ferramenta para desvelar a informação contida nas mesmas. Em outras palavras, a técnica busca apurar descrições de conteúdo muito aproximativas e subjetivas, para pôr em evidência, com algum grau de objetividade, a natureza e as forças relativas dos estímulos a que o sujeito é submetido (Bardin, 1977).

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias ou análise categorial é a mais tradicional. Funciona por operações de desmembramento do conteúdo em unidades categóricas segundo reagrupamentos analógicos. As regras para a realização da análise devem seguir os processos de fragmentação e classificação do conteúdo. Assim, as categorias são classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico; esses agrupamentos são feitos de acordo com as características comuns destes elementos.

Essa classificação passa pelas etapas de: 1) leitura do material coletado; 2) codificação para formulação de categorias (indexação) com base no referencial teórico, nas indicações trazidas pela leitura geral e nos elementos relevantes trazidos pelos próprios interlocutores da pesquisa; 3) estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados); 4) agrupamento das unidades de registro em categorias comuns; 5) e inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico (Silva; Fossá, 2015).

Os diários de pesquisa, onde o/a etnógrafo/a anota suas observações podem também resultar em relatórios com histórias contadas de forma isenta e realista, acompanhadas de análises fundamentadas em teorias ou contadas em formato literário.

É importante salientar que a etnografia política não permite generalizações sem maiores controvérsias, já que seus significados são construídos enraizados em contextos particulares (Cuevas; Paredes, 2012). Contudo, ela pode trazer importantes elementos para iluminar problemáticas cujos métodos tradicionais e a própria teoria não deram conta. Além disso, usar a etnografia para pensar políticas públicas pode levar à reflexão continuada sobre técnicas, conceitos e paradigmas de análise e interpretação no âmbito das ciências sociais.

3. O uso da etnografia na Ciência Política

Algumas mudanças vêm sendo experimentadas na busca de aproximar as tradições epistemológicas, teóricas e metodológicas das Ciências Sociais e trabalhos importantes da Ciência Política têm utilizado a etnografia como ferramenta de análise de fenômenos políticos. Até a década de 1970, a Antropologia focava-se em populações indígenas e comunidades específicas, sendo vista como distante das grandes questões sociais e políticas (Magnani, 2008). A partir desse período, passou a etnografia ser considerada uma ferramenta importante para entender mudanças sociais, políticas e culturais.

Nos estudos políticos, o comportamento dos eleitores é uma das áreas em que a etnografia tem sido utilizada. Um exemplo disso é o trabalho de Fenno (1978), que acompanhou a rotina de congressistas americanos e relacionou o cotidiano desses congressistas com a opinião de eleitores sobre eles. Outro exemplo nessa área são os trabalhos de Auyero (2001; 2005), O autor tem utilizado a etnografia para analisar as práticas clientelistas e seus sentidos na Argentina, assim como para entender a disputa pelos recursos simbólicos e materiais em contextos de crise. Mais recentemente Cesarino (2019) aborda o fenômeno do bolsonarismo, com técnicas de etnografia digital (ou netnografia), que será discutida em maior profundidade adiante, e observa a construção identitária de grupos de apoio a Bolsonaro no Whatsapp. Kalil (2018) observa manifestações de grupos bolsonaristas na rua e nas redes sociais e faz entrevistas que indicam diferentes perfis de apoio.

A etnografia política também tem sido aplicada nos estudos de políticas públicas, principalmente na fase de implementação, quando a ponta extrema da burocracia, conhecida como burocracia de nível de rua, entra em contato com os atores diretamente atingidos ou beneficiados pela política pública. Dentre os exemplos está Lotta (2010), que em sua tese de doutorado usa a etnografia para analisar o impacto da atuação dos burocratas de nível de rua no *Programa Saúde da Família*. Auyero (2011) também pode ser mencionado, ao analisar em Pacientes do Estado, a implementação

de políticas através de um estudo etnográfico com usuários de serviços públicos. Gussi, Thé e Pereira (2014), por sua vez, utilizam-se da etnografia para avaliar programas de microcrédito do *Banco do Nordeste no Ceará*, visando apreender as representações, visões de mundo e perspectivas dos atores envolvidos no programa; argumentam que é necessária uma descrição densa para interpretar os diferentes significados do conceito de “desenvolvimento” nos dois programas analisados.

Mais recentemente, Teixeira, Lobo e Abreu (2019) organizaram a coletânea *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*, na qual pesquisadores/as fazem uso da etnografia para analisar as instituições do Estado, do mercado e as burocracias. A coletânea trata da possibilidade de agenciamento da vida, dos corpos e das populações por meio de agentes, agências difusas e documentos estatais; da produção cotidiana e extraordinária das instâncias administrativas e do imaginário social sobre o Estado; e das relações entre as agências estatais, empreendedores de grandes projetos e as comunidades atingidas por grandes obras.

Em *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas* (Pires, 2019), alguns autores utilizam a etnografia em suas análises: Geng (2019) analisa a implementação da política *Gestão Integrada de Recursos Hídricos* (GIRH), no Peru, à luz do histórico das relações entre as comunidades, o Estado e a mina; Milanezi e Silva (2019) investigam como a prática do silêncio perante a focalização da saúde pública na população negra, observada em Unidades Básicas de Saúde (UBS), no Rio de Janeiro, se constrói cotidianamente na burocracia da referida política; e Penna (2019) se debruça sobre a burocracia da instituição responsável pela reforma agrária no Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entendendo-a como elemento chave para a compreensão da implementação de tais políticas.

Guimarães (2023) em sua tese de doutorado investiga a reprodução de desigualdades de raça, classe e gênero no cotidiano da implementação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres a partir do estudo de caso da 1ª Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) de Pernambuco.

Tais análises colocam em evidência a necessidade de pensar cada vez mais sobre as práticas relacionais que vinculam as formas cotidianas de operação do Estado com a vida dos cidadãos. São essas práticas que dão forma concreta ao que de outra maneira seria uma abstração (Auyero, 2012). Encontros diários com as burocracias estatais são um ingrediente central na construção rotineira do Estado e no ordenamento, formação e transformação das relações entre os diferentes atores. O Estado é, por um lado, uma estrutura macro, algo abstrato, e por outro lado, uma série de instituições micro com as quais as pessoas interagem de maneira direta e imediata. Nessa esfera micro, o Estado definiria certas subjetividades e identidades somente possíveis de serem captadas por análises mais aprofundadas.

Portanto, o que há de comum entre esses estudos é o foco que procuram dar aos significados produzidos, vivenciados e negociados pelos sujeitos das análises. Isto é, ao fazer uso dos procedimentos metodológicos de imersão no cotidiano do contexto analisado, o/a pesquisador/a tem a possibilidade de compreender fenômenos políticos a partir dos pontos de vista dos que deles participam, construindo assim múltiplos significados para tais fenômenos. Assim, a etnografia política permite que se estudem os símbolos, ações, eventos, identidades, instituições e processos políticos em seus contextos de relações semânticas. Os/as pesquisadores/as têm as condições de compreender seu objeto de estudo como parte de um contexto mais amplo, considerando os aspectos relacionais e simbólicos que lhe são inerentes (Cuevas; Paredes, 2012).

Com o potencial de revelar dinâmicas de funcionamento do poder e da política inacessíveis por meio de outros métodos, a pesquisa etnográfica tem ajudado a explorar importantes questões, ao exigir o reconhecimento de que as respostas dos atores a situações sociais objetivas não ocorrem em um estágio único, sem a intervenção de componentes subjetivos. Ao contrário do que supõe a teoria da escolha racional, comumente utilizada para analisar o Estado, as respostas se dão através de orientações mediadas por considerações subjetivas que os atores fazem das situações (Kuschnir; Carneiro, 1999).

Nesse sentido, a etnografia pode ser especialmente útil quando se

procura investigar temas sensíveis, como expressões do racismo, do patriarcado e das desigualdades de classe (e a intersecção entre eles) nas práticas e ações estatais, pois mesmo outras técnicas qualitativas, como as entrevistas, são limitadas com relação a apreensão desses fenômenos, uma vez que são temas sobre os quais dificilmente as pessoas falarão abertamente, mas que uma presença constante da/o pesquisador/a no campo pode ajudar a revelar quando em diálogo com o contexto social mais amplo (Guimarães, 2023).

Um aspecto interessante no caso do trabalho etnográfico na área política é que o/a pesquisador/a está permanentemente envolvido/a com relações de poder entre os participantes da rede social. Por isso, é preciso estar atento à possibilidade de manipulação das informações – não para rejeitá-la, mas principalmente para utilizá-las como material etnográfico, que ajuda a entender os significados e motivações do universo estudado. Na análise política, entender estas relações “obscuras” é fundamental para ter uma noção nítida dos processos estudados.

4. Netnografia: possibilidades e desafios para realização da etnografia online

A adaptação de procedimentos etnográficos para a observação de grupos no meio digital já acontece há algum tempo. A necessidade de se abordar o mundo on-line em pesquisas de diversas áreas, levou ao desenvolvimento de técnicas da pesquisa ambientadas na Internet, entre elas a etnografia digital ou netnografia. Segundo Kozinets (2014), a netnografia é uma forma especializada de etnografia adaptada a contingências específicas dos mundos sociais mediados por computadores.

As etapas para a realização da netnografia não diferem daquelas da etnografia clássica: definição de objetivos; preparação (planejamento); entrada no campo (grupo on-line); coleta de dados; análise dos dados; e relatório com os resultados. No ambiente digital também é possível lançar mão de ferramentas (*softwares*) para capturar dados automaticamente do grupo que está sendo observado (imagens, arquivos de som, discussões etc.), ficando com o observador a tarefa de anotar aquilo que não é aparente.

Entretanto, Hine (2015) alerta que a subjetividade das ações e reações

e as interações não aparentes não são possíveis de capturar. Por exemplo, quando nos deparamos com uma briga na rede social X (antigo Twitter) não temos certeza se alguns seguidores estão vendo a briga e compreendendo-a da mesma forma que outras pessoas.

A netnografia vem ganhando relevância em estudos de várias áreas. Nesse sentido, vem ganhando um debate próprio, que transcende os limites da etnografia, ainda que esteja relacionada com essa. Por esse motivo, teremos nesta publicação um capítulo dedicado especificamente a este debate.

5. Questões éticas da abordagem etnográfica

À medida que a pesquisa etnográfica foi se desenvolvendo, importantes debates de ordem ético-moral surgiram. Esses debates são relativos a questões como: a dissimulação de pesquisadores em relação à sua profissão, seus objetivos, suas intenções com a pesquisa etc.; à relação entre pesquisadores e objeto/sujeito de pesquisa; ao etnocentrismo e ao colonialismo adotados pelos investigadores na análise dos achados e na produção de conhecimento; à tensão entre conhecer e intervir na realidade; entre outras (Guimarães, 2023).

Desde suas origens, a prática da etnografia levou ao enfrentamento de situações extremamente complexas. No entanto, quando a etnografia passou a ser utilizada para investigar fenômenos das sociedades nas quais os próprios pesquisadores estão inseridos, houve um aprofundamento das questões ético-morais no delineamento da relação entre pesquisadores e as pessoas e/ou grupos sociais investigados (Rocha; Eckert, 2008).

Um dos debates engendrados pela prática da etnografia no mundo pós-colonial diz respeito ao papel dos pesquisadores e das ciências sociais no âmbito dos direitos humanos e dos direitos sexuais no mundo contemporâneo. Para Rocha e Eckert (2008), se antes o ato de participar que integra a etnografia não trazia consigo o engajamento da pessoa pesquisadora nas mudanças das formas de ser da cultura nativa, hoje, aqueles que adotam o método etnográfico não podem ignorar que o próprio trabalho de campo provoca nele intervenções, a ponto de ser um fator de transformação da cultura do nativo.

Assim, em lugar de perseguir uma neutralidade impossível, a pessoa pesquisadora deve refletir sobre as posições e identidades a ela conferidas ao longo do trabalho de campo. Sendo este um dos elementos centrais para revelar a natureza da relação entre os envolvidos, na medida em que, durante o trabalho de campo, a pessoa pesquisadora e as pessoas pesquisadas passam por um processo de socialização intenso, que vai redefinindo as identidades de uma em relação às outras (Kuschnir, 2005).

Nesse sentido, o diário de campo pode ser um importante aliado na medida em que pode ser usado como espaço para o/a pesquisador/a refletir sobre os dilemas éticos com os quais se depara sendo, portanto, uma ferramenta para avaliação de sua própria conduta em campo, seus deslizes e acertos junto às pessoas e/ou grupos pesquisados, numa constante vigilância epistemológica e, porque não dizer, ética. Essas reflexões devem fazer ser explicitadas no momento da análise dos dados devido ao potencial que têm de engendrar importantes questões teóricas, metodológicas e epistemológicas.

Um último comentário diz respeito ao anonimato das pessoas do grupo que deve ser negociado em particular e respeitado ao longo do processo, inclusive de divulgação. Transportando para o ambiente digital, a questão ética que se coloca refere-se principalmente a revelar o objetivo de participação do grupo e então obter a permissão para realizar a observação e a pesquisa.

Considerações finais

Diante do discutido, pode-se dizer que a pesquisa etnográfica consiste no estudo do Outro, tendo como objetivo conhecer em profundidade esse Outro e suas atividades. Esse processo deve ser sempre orientado por questões conceituais aprendidas no estudo das teorias sociais, de modo que é necessário superar as “armadilhas” das generalizações de primeira vista baseadas no senso comum e recorrer às ideias científicas para ordenar as descobertas em uma lógica capaz de produzir conhecimento intelectual sobre o observado, sobre a situação pesquisada, sobre as dinâmicas sociais investigadas (Rocha; Eckert, 2008).

Esta descoberta sobre o Outro é uma relação dialética que requer uma sistemática reciprocidade cognitiva entre pesquisadores/as e os sujeitos pesquisados. Assim, é preciso sensibilidade para penetrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que moldam as interações humanas, indo além da noção ingênua de que a realidade é compreensível em uma atitude individual. Isto implica estar atenta/o às “regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder” (Rocha; Eckert, 2008, p. 4). A descrição fina das práticas individuais nas situações de interação deve ser colocada em perspectiva mais ampla, pensada de modo conectado com as relações sociais e políticas na qual está inserida (Lotta *et al.*, 2018).

Não é raro que a análise dos dados possa resultar em algumas informações inesperadas ou achados inéditos. Neste caso, é importante que haja avaliação dentro do seu contexto e confronto com outras informações para que haja segurança de sua validade. Isso porque a etnografia se debruça sobre o peculiar e o específico a fim de submeter conceitos preestabelecidos a contextos diferentes, examinando sua adequação. Seu objetivo mais geral, portanto, é buscar visões alternativas da universalidade dos conceitos sociológicos e políticos; é encontrar “resíduos” não explicados pelas teorias postas. Assim, o fazer etnográfico deve ter como horizonte não descrever o curioso, o exótico, mas utilizar as observações do particular para gerar conhecimentos passíveis de serem universalizados. Isso permite um refinamento dos objetos de estudo e dos conceitos que a etnografia busca discutir.

Diante das questões apresentadas, uma das formas mais populares para se buscar confirmações em pesquisas qualitativas é a técnica de triangulação, ou seja, a combinação de diversos métodos na investigação de um determinado fenômeno tendo por finalidade dirimir as fragilidades encontradas em projetos que empregam um único método. Para os autores, a triangulação reduziria o risco de viés nas conclusões obtidas e minimizaria as limitações próprias de um único método, levando assim a conclusões mais críveis. Sugerem, portanto, que a combinação de métodos e materiais empíricos diversos, bem como a participação de vários investigadores num só

estudo acrescentam rigor, amplitude, complexidade, riqueza e profundidade às investigações. Assim, a etnografia configura uma ferramenta útil para ser utilizada neste tipo de estratégia metodológica, a fim de dar robustez às pesquisas realizadas.

Referências

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- AUYERO, Javier. **La política de los pobres: las prácticas clientelares del peronismo**. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- _____. El oficio de la etnografía política. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, 2005, n. 22, p. 109-126.
- _____. Patients of the state: An ethnographic account of poor people's waiting. **Latin American Research Review**, Austin, v. 46, n. 1, 2011.
- _____. Los sinuosos caminos de la etnografía política. **Revista Pléyade**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p.15-36, jul. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.
- CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 551-572, ago. 2021.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, vol. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
- COLLER, Xavier. **Estudio de casos**. Madrid: CIS, 2005.
- CORSINO, Luciano N.; ZAN, Dirce D. P. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. **ETD - Educação Temática Digital**, vol. 19, n. 1, p. 26-48, 2017.

CUEVAS, Hernán; PAREDES, Juan Pablo. La ciencia política y el campo de los estudios cualitativos interpretativos de la política. **Revista Pléyade**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p.1-14, jul. 2012.

DEVINE, Fiona. Qualitative Methods. In DAVID, Marsh y STOKER, Gerry (Eds.). **Theory and Methods in Political Science**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

FENNO, Richard. **Home style: House members in their districts**. Glenview: Scott, Foresman and Company, 1978.

GENG, Diego. Desigualdades en la gobernanza del agua en un contexto de extractivismo minero: el caso de la cuenca alta del río Locumba. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio Janeiro: Ipea, 2019. p. 303-328.

GUIMARÃES, Cordeiro Natália. (Re)produção de desigualdades na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres sob uma perspectiva interseccional. Tese (Doutorado em Ciência Política). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

GUSSI, Alcides Fernando; THÉ, Raul da Fonseca Silva; PEREIRA, Janainna Edwiges de Oliveira. Metodologias e experiências etnográficas em avaliação de políticas públicas: avaliação de programas de microcrédito do Banco do Nordeste no Ceará. **Rp3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S.I.], v. 1, n. 2, p. 85-96, dez. 2014. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas.

FERNANDEZ, Michelle; MOREIRA, Rafael; MAIA, Bárbara; FERREIRA, Ranna. **Metodologia de pesquisa: os mundos qualitativo e quantitativo das coisas na saúde**. Curitiba: CRV, 2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª edição. Porto Alegre:

Artmed, 2009.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografía: métodos de investigación**. Barcelona: Paidós, 1994.

HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday**. London: Bloomsbury, 2015.

JOSEPH, Lauren; AUYERO, Javier. Introduction: Politics under the ethnographic microscope. In JOSEPH, Lauren; MAHLER Matthew; AUYERO, Javier (ed.). **New Perspectives in Political Ethnography**. New York: Springer, 2007, p. 1-13.

KALIL, I. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Último acesso em 13 de novembro de 2024.

KOZINETTS, R. **Netnografia – realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política: uma perspectiva brasileira**. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 64, 2005.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 13, 1999.

LONGO, M.; ZACKA, B. Political Theory in an Ethnographic Key. **American Political Science Review**, vol. 113, n. 4, p. 1066-1070, 2019.

LOMBARD, Melanie. Making a place in the city: place-making in urban informal settlements in Mexico. Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor no Departamento de Planejamento Urbano e Regional, University of Sheffield, 2009.

LOTTA, Gabriela S. Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família São Paulo. Tese de Doutorado. Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2010.

LOTTA, Gabriela S.; NUNES, Ana Carolina; CAVALCANTI, Sergio; FERREIRA, Daniela D.; BONAT, Juliana. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 69, n. 4, p. 779-810, 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 35, n. 15, p.129-156, jul. 2009.

MALINOWSKI, B. **Argonauts of The Western Pacific**. London: Routledge, 1922.

MATTOS, Carmem. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, Carmem; CASTRO, Paula (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MAYOUX, L. Quantitative, Qualitative or Participatory? Which Method, for What and When? In DESAI, V. y POTTER, R. (eds.) **Doing Development Research**. London: Sage, 2006, p. 115-29.

METELLO, Daniela Gomes. **Design etnográfico em políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

MILANEZI, Jaciane; SILVA, Graziella Moraes. Silêncio – reagindo à saúde

da população negra em burocracias do SUS. In PIRES, Roberto Rocha C. (org.) **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 441-462.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. In: PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 31-58.
_____. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-11, dez. 2008.

PENNA, Camila. Parceria e construção do “perfil de cliente da reforma agrária” como estratégias para a implementação de políticas públicas pelo Incra. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 595-616.

PIRES, Roberto Rocha C.; LOTTA, Gabriela S.; TORRES JUNIOR, Roberto Dutra. Burocracias implementadoras e a (re)produção de desigualdades sociais: perspectivas de análise no debate internacional. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: intersecções analíticas**. Brasília: Enap, 2018. p. 247-266.

PIRES, Roberto Rocha C. Introdução. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019, p. 13-52.
ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (orgs). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 1-23

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos.

Qualit@s Revista Eletrônica, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 1-14, jan. 2015.

TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: Aba, 2019.

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**, Third Edition. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

WEBER, M. **Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology**. Berkeley, CA: University of California Press, 1978.

06

Etnografia online em Ciência Política

Victor Piaia

Sabrina Almeida

Eurico Matos

Introdução

Falar sobre etnografias é, de partida, entrar em um terreno espinhoso e de disputas acirradas. Este texto, no entanto, triplica o desafio, mergulhando não somente no aspecto digital dessa metodologia, mas também pensando a partir do campo da Ciência Política. Nesse processo, parece inevitável que algumas fronteiras e delimitações sejam flexibilizadas e adaptadas, seja pelos desafios que a tripla condição nos impõe, seja pelo próprio uso que cientistas políticos ou etnógrafos da política fazem da metodologia.

A necessidade de se avançar na reflexão sobre o uso de etnografias digitais no campo da Ciência Política pode ser sintetizada no desenrolar de dois fenômenos principais. O primeiro é o processo de mediação, que entrelaça a sociabilidade online e offline e torna ambientes digitais em espaços inescapáveis para a pesquisa etnográfica – em função da sua importância para a construção de sentidos e significados para indivíduos e grupos sociais. Conforme aponta a cientista social Claudia Ferraz:

Atualmente, a etnografia das mídias digitais movimenta-se sob novas direções atualizadas, viabilizando o estudo da mídia digital. (...) Portanto, se introduziram novas plataformas e dispositivos que levaram a um alargamento da necessidade de compreensão da cultura dos algoritmos como novas fontes de dados, relações comunicacionais tecnológicas e interação social (Ferraz, 2019, p. 66).

Já o segundo ponto está relacionado às transformações que o processo de mediação engendra na forma como o poder é distribuído, legitimado e disputado nas sociedades contemporâneas (Mazzoleni, 2008, por exemplo). Essas mudanças estão na raiz das principais questões de pesquisa da Ciência Política contemporânea, expressando-se não somente na economia política ou na disputa entre elites, mas também nas formas de experimentação e percepção política de cidadãos comuns.

A proposta deste texto não é delimitar fronteiras, competir com a Antropologia ou entrar nas polêmicas de definição, fronteiras e nomenclaturas.¹ Nosso objetivo é prioritariamente pragmático: o que precisamos

1. Ao longo do texto, o leitor vai notar a utilização de diferentes nomenclaturas para o método. Isso se deve às disputas do próprio campo, que se mobiliza em torno de termos como etnografia online, etnografia virtual, etnografia digital, netnografia, entre outros. Em geral, o uso do virtual é criticado por pressupor algo que não é exatamente real – problema que não se encontra nos termos online e digital. Já a netnografia tende a ser mais utilizada em estudos de marketing e administração. Por economia de espaço e

levar em consideração para realizar exercícios etnográficos online para objetos da Ciência Política? Como tornar esse exercício frutífero e rigoroso?

1. O que é e para que serve

A etnografia digital está sendo cada vez mais incorporada às pesquisas que visam analisar fenômenos e objetos da Ciência Política que se manifestam em ambientes digitais. Há ao menos três perspectivas complementares que podem ser identificadas na aplicação de técnicas de etnografia digital.

Em primeiro lugar, o domínio digital pode ser visto como *um campo* para o desenvolvimento de estudos de caráter etnográfico. Trata-se da compreensão do chamado “ciberespaço” como *lôcus* de pesquisa ou como um contexto em que ações humanas se entrelaçavam às especificidades da natureza do campo de pesquisa (Rifiotis, 2016). São estudos dedicados à compreensão das lógicas de sociabilidade política que se estabelecem em comunidades on-line específicas, sejam elas em plataformas abertas de comunicação digital, tais como Facebook e Twitter, ou mesmo em espaços digitais mais fechados, como grupos fechados em aplicativos de mensagens instantâneas como WhatsApp e Telegram. Essa perspectiva, portanto, compreende a esfera de sociabilidade mediada pelas tecnologias digitais enquanto um território de pesquisa ou como uma ambiência para trocas simbólicas e práticas culturais. O digital configura-se, portanto, como novos espaços de manifestação das relações de poder que se estabelecem mediante a interação entre sujeitos que compartilham um mesmo contexto comunicacional. Cabe ao etnógrafo ou à etnógrafa identificar, a partir das múltiplas linguagens específicas do digital, a circulação de crenças, valores e preferências entre participantes envolvidos nas esferas plataformizadas de comunicação digital.

Uma segunda perspectiva trata-se de uma ênfase no digital não apenas como ambiência, mas também como objeto de interesse que transforma de maneira significativa as relações mediadas por estes espaços. Trata-se de estudos de etnografias no e sobre as transformações dos sujeitos a partir da mediação do digital. O próprio espaço digital enquanto parte de

pele escopo prático, não faremos distinções entre essas diferentes nomenclaturas ao longo do texto. Para um aprofundamento dessa questão, sugerimos a leitura do texto *Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos*, da professora Beatriz Polivanov (2013).

um objeto de estudo etnográfico, ou seja, investigações que buscam discutir os impactos das tecnicidades das plataformas digitais nas interações sociais e políticas em que os sujeitos se engajam. O efeito dos algoritmos no crescimento da polarização política, o fenômeno da deplataformização, a formação de comunidades por afinidades políticas e o desenvolvimento de estratégias de ação coletiva a partir da apropriação de grupos de interesse das tecnicidades específicas das plataformas digitais, são alguns temas de interesse que partem dessa perspectiva. Nick Seaver propõe um exercício de pensar em algoritmos não “na” cultura mas “como” cultura, ou seja, como “sistemas sociotécnicos heterogêneos e difusos” que devem ser entendidos “não como objetos estáveis com os quais interagimos a partir de muitas perspectivas, mas como as múltiplas consequências de uma variedade de práticas humanas:

Podemos chamar isso de posição dos algoritmos como cultura: os algoritmos não são pedras técnicas em um fluxo cultural, mas são mais como água. Assim como outros aspectos da cultura, os algoritmos são executados por práticas que não levam em conta uma forte distinção entre preocupações técnicas e não técnicas, mas as misturam. Nessa visão, os algoritmos não são objetos técnicos singulares que entram em muitas interações culturais diferentes, mas são objetos instáveis, culturalmente promulgados pelas práticas que as pessoas usam para se envolver com eles (Seaver, 2017, p. 5, tradução nossa).

Seaver propõe uma diferenciação com outros conceitos associados à relação entre cultura e algoritmos. Primeiro, não trata da noção de “cultura algorítmica” (Striphas, 2015), que observa algoritmos como força transformadora exógena à cultura que molda fluxos de consumo de conteúdos culturais. Nesse sentido, algoritmos de recomendação seriam eles próprios exemplo de mediação cultural dos algoritmos (Hallinan, Striphas, 2016; Cohn, 2019), mas não se observam suas lógicas algorítmicas elas próprias como cultura. Outra diferenciação conceitual importante diz respeito à percepção de “algoritmos se tornando cultura”, conforme discutida por Gillespie (2016), ou seja, algoritmos como objetos de debate na esfera público e algo que pressupõe ações estratégicas de diferentes atores sociais na

gestão de comunicação nestes ambientes. Para Seaver, “os algoritmos são culturais não porque funcionam em coisas como filmes ou música, ou porque se tornam objetos de preocupação popular, mas porque são compostos de práticas humanas coletivas” (2017, p. 5), sendo eles múltiplos, como a cultura, porque são cultura.

Angèle Christin (2020) propõe três estratégias para o que chama de “etnografia algorítmica”. Primeiro, etnógrafos interessados nos objetos e fenômenos digitais devem reconhecer e considerar que a construção, circulação e recepção de sistemas algorítmicos estão inseridas em uma rede que emerge das associações que envolve estruturas institucionais, interações sociais, representações simbólicas, dinâmicas, normas organizacionais e processos culturais. Uma segunda estratégia para a etnografia algorítmica, apontada por Christin (2020), diz respeito a um olhar analítico para a mediação das plataformas digitais a partir da comparação entre as mesmas. Influenciada pela etnografia comparativa, esta estratégia envolve o esforço de identificação de semelhanças e diferenças entre as múltiplas plataformas e ambiências digitais, de modo a identificar as especificidades de cada instrumento digital utilizado pelos sujeitos para estabelecer relações sociais. A terceira e última estratégia é nomeada pela autora de triangulação algorítmica e refere-se à adoção combinada entre múltiplos métodos de pesquisa, ângulos e materiais no estudo do mesmo fenômeno – o que se associa diretamente à última perspectiva. Em terceiro lugar, a etnografia digital pode ser compreendida como o uso de um conjunto de ferramentas computacionais para apoiar estudos etnográficos, sejam eles tradicionais ou baseados na análise de sociabilidade política mediada por plataformas digitais.

Nesta perspectiva, a etnografia digital se insere no conjunto dos chamados “métodos digitais” e envolve o emprego de recursos e tecnologias digitais em diferentes etapas de uma pesquisa etnográfica, seja na coleta, na sistematização, na análise de dados ou na apresentação dos resultados. A etnografia digital, portanto, refere-se também à adoção de *softwares* ou *hardwares* como instrumentos metodológicos sem os quais o estudo etnográfico de um determinado fenômeno, objeto ou comunidade online seria difícil ou mesmo impossível. Trata-se, assim, da aplicação de técnicas

computacionais na coleta e organização de grandes quantidades de dados, na identificação de padrões e tendências e no desenvolvimento de visualizações que permitem a compreensão de práticas e os comportamentos sociais de sujeitos políticos que interagem em ambientes digitais.

Cabe destacar que, mais do que excludentes entre si, tais perspectivas operam de forma complementar no desenvolvimento de pesquisas etnográficas. Se parte significativa dos fenômenos políticos passa a ser mediada pelas plataformas de mídias sociais, compreender e considerar seu funcionamento configura-se como etapa fundamental para o desenvolvimento de estudos etnográficos. De modo complementar, o uso de técnicas computacionais como suporte para a observação de comunidades políticas em ambientes digitais evidencia as potencialidades do emprego de métodos mistos para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que se formam mediante trocas e interações online.

1.1. Breve origem da aplicação científica da técnica

O debate sobre definições e aplicações de etnografias em ambientes digitais vêm se desenvolvendo enquanto campo ao menos desde a virada dos anos 2000, com destaque para a publicação dos livros *Virtual Ethnography*, da autora Cristine Hine (2000) e *The Internet: An Ethnographic Approach*, de Daniel Miller e Don Slater (2001). Essas obras apresentam a relevância do método etnográfico para o estudo dos ambientes digitais, argumentando que apesar de a observação nesses espaços implicar em reformulações dos pressupostos das etnografias clássicas, a técnica seria fundamental para compreensão das interações, comunidades e construções de sentido no/a partir do digital.

A afirmação da técnica etnográfica em ambientes digitais, no entanto, não se restringiu somente à sua aplicação tradicional, mas também a partir das disputas em relação às suas nomenclaturas entre os praticantes e defensores da abordagem. Denominações como etnografia virtual (Hine, 2000) ou netnografia (Kozinets, 2014) pressupõem a necessidade de uma diferenciação em relação ao método etnográfico tradicional e entram em discordância com abordagens como a de Fragoso, Amaral e Recuero (2011),

que argumentam não haver tamanha distinção entre “as práticas e valores sociais construídos dentro e fora do ambiente da internet” (Poliavnov, 2013, p. 68). Neste texto utilizaremos o termo etnografias online ou digitais, sem entrar nos detalhes das diferentes perspectivas etimológicas.

A literatura em português hoje já conta com diversos artigos que tensionam diferentes aspectos do fazer etnográfico em ambientes digitais. Entre eles destacam-se artigos de: Sá (2002 e 2005); Rocha e Montardo (2005); Braga (2006); Amaral, Natal e Viana (2008); Lewgoy (2009); Poliavnov (2013); Ramos e Freitas (2017); Leitão e Gomes (2018); Gonçalves (2021); Ramos e Alfenas (2023); além do já citado livro de Fragoso, Amaral e Recuero (2011). Em relação à Ciência Política, no entanto, ainda há uma lacuna importante.

2. Aplicação

Um dos pilares de toda pesquisa etnográfica é a definição de um espaço ou um lugar de observação. O digital, no entanto, apresenta uma série de desafios e transformações a essa pré-condição, complexificando – ou até mesmo negando – essa definição. Parece extenuado pensar as formas tradicionais de incursão e uso do método etnográfico apartado dos fenômenos atravessados pelo digital, isto porque hoje raramente se pensam comunidades e grupos, que outrora delimitavam seus espaços de troca a circunscrições específicas, fora de espaços de trocas digitais – vide, de maneira mais explícita, grupos de WhatsApp/Telegram, grupos e páginas no Facebook, comunidades do Reddit, ou, de modo tácito, outras maneiras de aglutinação e compartilhamento de afinidades, crenças, linguagem, muitas vezes forjadas e mantidas a partir das condições de uso de plataformas digitais. Em sua natureza substancial, o método etnográfico pressupõe a existência de dada comunidade em dado espaço, e a pesquisa etnográfica ocorre a partir da imersão naquele sistema de crenças, cultura e signos compartilhados.

Um primeiro ponto de observação se refere à própria delimitação das fronteiras entre online e offline nos objetos observados. Por exemplo, apesar da crescente importância dos espaços digitais para expressão e construção da disputa política, o Estado segue como lócus fundamental da ação e do confronto político contemporâneo. Ou seja, para boa parte dos objetos

de etnografias digitais, as interações online permitem apenas observação parcial de sua atuação cotidiana. Essa característica não é necessariamente um problema, mas deixa evidente a importância de o pesquisador(a): 1) calibrar as questões a serem desenvolvidas na pesquisa, refletindo criticamente sobre conclusões construídas a partir da imersão em um campo online; e 2) cotejar as observações coletadas online com referenciais que vão além dos ambientes digitais, buscando uma visão mais holística dos pontos de orientação e interação entre os indivíduos e grupos no espaço de observação.

Esse cuidado não se restringe às fronteiras entre online e offline, apresentando-se, também, dentro do próprio ambiente digital. As infraestruturas sociotécnicas nas quais ocorrem as interações em ambientes digitais não são isoladas e se influenciam e auto referenciam em fluxo constante. A observação de um grupo de WhatsApp, por exemplo, leva em consideração não somente a dinâmica específica das relações intersubjetivas no espaço observado, mas também suas conexões com outros ambientes digitais, que invadem de modo pervasivo tanto na forma de compartilhamento entre plataformas, quanto como referenciais para as elaborações dos indivíduos inscritos no espaço de observação. Tanto nas tensões entre online e offline, quanto na porosidade e influência entre diferentes espaços de interação digitais, o cerne da preocupação do pesquisador deve se referir à amplitude de suas questões de pesquisa, achados e conclusões.

Um modelo interessante para pensarmos as aplicações de etnografias digitais na Ciência Política pode ser encontrado no artigo *Political Netnography: a method for studying power and ideology in social media*, de Dino Villegas (2020). Em diálogo com o conceito de netnografia, tal qual desenvolvido por Kozinets (2006), o autor chileno se apropria da tipologia proposta por Baiocchi e Connor (2008) para refletir sobre a inserção etnográfica de objetos da Ciência Política em ambientes digitais. A proposta se divide em três grandes categorias de estudos:

1) As etnografias de atores políticos e instituições: em que os etnógrafos se voltam para atores políticos tradicionais (como partidos, movimentos sociais, elites e governos) e instituições (como o Congresso, Assembleias Legislativas, entre outras).

2) As etnografias dos encontros de cidadãos com o Estado ou com instituições políticas: em que o foco recai sobre as reações de cidadãos às interações com a política e instituições formais.

3) As etnografias sobre a experiência política vivida: em que trata das formas e expressões de sociabilidade política entre indivíduos no ambiente online.

Essa pluralidade de objetos, somada às diferentes dinâmicas observadas em cada plataforma ou ambiente digital criam uma grande variedade de possibilidades de exercícios etnográficos. Nesta seção, vamos apresentar os procedimentos para a realização de um tipo de etnografia, qual seja, a que ocorre em espaços delimitados online, como grupos de WhatsApp, Telegram e Facebook.²

2.1. Preparação

2.1.1 Seleção e entrada no ambiente de imersão etnográfica

Uma vez identificado o grupo a ser observado, o investigador precisa identificar em que ambiente digital pode encontrar as interações que servirão de base para a elaboração da pesquisa. As plataformas de mídias sociais, aplicativos de mensageria móveis são ambientes ricos para a observação de interações de determinados grupos, mas também é possível pensar em pesquisas em ambientes mais relacionados à Web 1.0, como comentários em blogs ou fóruns.

O acesso a esses espaços depende do grau de privacidade e políticas de uso proporcionados por cada plataforma e mobilizado pelos administradores. Grupos de Facebook, por exemplo, podem ser abertos a qualquer convidado, privados ou até mesmo abertos mediante a resposta de um questionário. Para encontrá-los, é possível a utilização de palavras-chave na aba de busca da própria plataforma. Essa busca, no entanto, dificilmente levará a camadas mais profundas do grupo que deseja observar. Ela pode ser usada, portanto, como uma etapa da pesquisa, adensando uma primeira

² Essa, no entanto, não é a única forma de realizar etnografias online, como, por exemplo, a pesquisa de Bernardes (2023), que se apoia nas publicações online de uma lista de parlamentares.

inserção exploratória sobre o grupo a ser observado.³

Em aplicativos que não possuem ferramentas de busca interna, como o WhatsApp, dependem de buscas para links de acesso em outras plataformas. Usualmente utiliza-se um prefixo de URL, como “chat.whatsapp.com/”, seguido de uma palavra-chave, com um termo associado ao grupo observado. Esse prefixo, obviamente, se modifica de acordo com a plataforma ou aplicativo de mensagem desejado e deve ser alterado para que se efetivamente encontre os grupos procurados. É comum, também, o compartilhamento de links *cross-plataforma*, ou seja, mesmo que se queira realizar uma pesquisa no WhatsApp, a investigação deve contemplar outros ambientes.

Ainda tendo o WhatsApp como referência, é comum a circulação de links e convites dentro dos próprios grupos. Essa estratégia é interessante para se lograr a imersão em ambientes cada vez mais internos e significativos para o grupo observado.

Após a definição de um grupo de observação, a exploração inicial e a entrada nos espaços digitais de interação, o pesquisador(a) deve selecionar, enfim, que grupo e em que ambiente digital irá realizar a etnografia.

Considerando apenas o digital como espaço de observação etnográfica, o pesquisador(a) deve levar três pontos principais em consideração. Em primeiro lugar, tomar conhecimento das funcionalidades e dinâmicas sociais estabelecidas dentro do espaço selecionado. O ambiente digital de observação não é um coadjuvante em relação à ação dos indivíduos na rede, pelo contrário, ele condiciona e induz os diversos usos e comportamentos. Um grupo no WhatsApp possui funcionalidades muito distintas do que um grupo no Facebook, por exemplo. A uniformização ou a presunção de neutralidade do ambiente, pode comprometer significativamente a observação e os achados.

Em seguida, o pesquisador(a) deve estar atento e acompanhar possíveis transformações nas funcionalidades e recursos disponíveis para os participantes. Conforme apontam Ramos e Freitas (2017) os ambientes digitais são marcados por uma espacialidade feita de informações e em constante reforço e recriação. A relação etnográfica se constrói, portanto, sobre

3. Em ambientes digitais, grupos dificilmente se concentram em apenas uma plataforma. É interessante, portanto, a exploração de links e convites para espaços de interação desses grupos em outras plataformas.

bases móveis e, até certo grau, instáveis. Um exemplo radical dessa relação é a possibilidade da exclusão ou banimento sumário de espaços de observação como grupos de WhatsApp, tópicos de fóruns ou grupos e páginas de Facebook. Essa instabilidade, no entanto, não se restringe a essas expressões mais radicais, também sendo afetada por mudanças repentinas nas funcionalidades de plataformas – que implicam em novas formas de interação, disputa hierárquica e construções simbólicas nos espaços de observação.

Finalmente, é preciso um olhar crítico em relação à própria delimitação do espaço de observação. Nos exemplos deste artigo, falamos sobre grupos cuja delimitação é feita pela própria plataforma. Essa fronteira pode induzir ao automatismo de supor comunidades e sentidos compartilhados pela simples presença em um espaço digital específico, por exemplo, como um grupo de Telegram. Essa reflexão, porém, deve vir da observação imersiva do pesquisador(a) e não de uma delimitação tecnológica a priori. Instiga-se, no entanto, que o exercício etnográfico não reifique os espaços e as relações como previamente estabelecidas, destacando o papel reflexivo e intersubjetivo dos resultados e achados da pesquisa (Markham; Baym, 2009).

2.1.2 Roteiro, tópico guia, diários

Diferente de etnografias tradicionais, em que a coleta de informações se dá por meio da interação entre o pesquisador(a) e o campo, com suporte dos cadernos de campo e registros audiovisuais e materiais produzidos ao longo do processo. As etnografias digitais, por sua vez, ocorrem no contexto das interações mediadas, ou seja, interações que, por definição, geram rastros ou registros digitais (Zuboff, 1981). Ou seja, em etnografias em ambientes digitais, o pesquisador(a) pode reunir um conjunto de dados extraídos diretamente do campo, sem sua mediação.

Essa característica não implica em um grau superior desses dados, mas, sem dúvida, enriquece o conjunto coletado, que se soma tanto ao caderno de campo, quanto às interações diretamente estabelecidas pelo pesquisador(a) dentro desse ambiente – e que também apresentam registro textual.

Apesar dessa característica, é muito importante que o pesquisador(a)

mantenha um caderno de campo de atualização diária, não somente para fins de memória e organização dos achados e reflexões, mas também para registrar suas próprias impressões ao longo do processo. Essas impressões são importantes para dar complexidade ao manuscrito etnográfico, pois reforçam o caráter processual da imersão e das conclusões sobre a observação.

2.1.3 Questões práticas de preparação

Para a pesquisa em ambientes digitais, é imprescindível uma estrutura tecnológica mínima. Mesmo em pesquisas em aplicativos móveis, recomenda-se um computador para a melhor operação dos aplicativos (em sua versão web). Ainda em relação à pesquisa em aplicativos móveis, recomenda-se a compra de um chip exclusivo para a entrada em grupos, evitando a utilização do contato pessoal do pesquisador.

Outra preocupação importante é o armazenamento do material coletado. Ele pode ser realizado em um cartão de memória, no próprio computador ou em um serviço de nuvem. O armazenamento em nuvem garante a segurança em caso de perda ou quebra dos hardwares, mas é importante atentar para o armazenamento de conteúdos sensíveis ou perigosos (ilegais/criminosos) que por ventura possam circular nos espaços observados. Isso porque o armazenamento desse tipo de material em nuvem pode infringir a política de uso desses serviços e ocasionar a exclusão sumária do material coletado.

2.2 Condução

Uma área relevante a aplicação de etnografias digitais se relaciona à postura do pesquisador(a). O método etnográfico presume observação extensiva por parte do pesquisador(a), muitas vezes enquanto agente, ou seja, a/o pesquisador(a) desempenha papel tanto de ator como de observador (Wedeen, 2013). No caso específico da pesquisa em ambientes digitais, há uma série de restrições à proximidade com membros de dada comunidade. A forma como se constrói confiança e, em algum grau, aceitação e pertencimento, é muito distinta da forma como se dá uma observação participante aos moldes e desígnios da etnografia clássica. A existência de *lurkers* ou

observador oculto – pesquisadores que integram as comunidades que observa, mas não são ativos nas suas atividades, se resignando a estar na espreita dos acontecimentos –, por exemplo, se torna muito mais regra que exceção nesses círculos íntimos de trocas e interações digitais.

A pesquisa encoberta amplia de modo muito significativo as possibilidades de observação e permite que investigadores adentrem espaços possivelmente hostis à observação etnográfica. Essa técnica tem sido utilizada em estudos sobre grupos radicalizados, especialmente ligados à extrema-direita – que, entre outras questões, nutre um posicionamento refratário à pesquisa social. A imersão em ambientes digitais como grupos em aplicativos móveis e fóruns possibilita a observação de interações e sociabilidades marcadamente intra-comunitárias, permitindo coleta privilegiada e detalhada de informações sobre o grupo observado (Chagas, Modesto, Magalhães, 2020; Mont’alverne, Mitozo, 2019; Piaia; Alves, 2020).

A pesquisa encoberta, no entanto, não deve ser tomada de modo acrítico. Ainda que alguns ambientes sejam de difícil acesso por parte do pesquisador(a), uma breve mirada para história da etnografia nos mostra trabalhos de campo de altíssimo risco ou complexidade. Ou seja, a construção de relação é parte do exercício etnográfico, de modo que seu abandono ou rejeição também implicaria na perda de qualidade das pesquisas.

Outro ponto relevante está no fato de que a postura *lurker* não somente abre portas para a observação, mas também pode ser um impeditivo para o acesso a determinados espaços. A Ciência Política, por exemplo, tem nos partidos e atores políticos um dos lócus principais de investigação e é pouco crível que um pesquisador consiga acessar um espaço restrito de interação virtual desses grupos sem ser percebido.

Por fim, um desenho de pesquisa não intervencionista opera em um grau de profundidade distinto de inserções que mobilizam a participação ativa do etnógrafo, pois não permite a troca entre observador e observados. Esse tipo de interação permite explorar com mais profundidade os sentidos atribuídos pelos indivíduos, bem como instigar a aparição de nuances mais específicas em relação às ações no ambiente observado.

3. Análise e validação dos dados

A análise do material etnográfico deve ser realizada no curso do processo de imersão. Trata-se de um exercício simultâneo de envolvimento, descoberta e reflexão que, muitas vezes, gera produtos completamente diferentes do esperado (Uriarte, 2012). Diferente de outras metodologias, em que se costuma aguardar o final da coleta de dados para a análise, em etnografias, o exercício reflexivo e a consulta aos materiais coletados ao longo do processo promove ajustes, insights e novos olhares que tendem a enriquecer a observação sobre o objeto/sujeito. Entre esses materiais, deve-se levar em consideração não somente os registros das interações textuais e trocas de conteúdos audiovisuais, mas também os próprios cadernos de campo anotados ao longo do processo.

Conforme apontado no início do texto, apesar de a observação se concentrar fundamentalmente em espaços digitais, é importante que se observe o contexto político mais amplo, incluindo os ambientes offline. Os espaços digitais não se isolam do mundo e boa parte das interações ocorridas nesses locais farão referência a eventos, pessoas e fatos ocorridos fora do espaço de observação. Ou seja, a imersão no ambiente digital descolada de um acompanhamento cerrado do contexto político e social offline leva ao risco de omissões e lacunas interpretativas fundamentais.

A possibilidade de armazenamento das interações em formato textual ainda é convidativa para a aplicação de outros métodos qualitativos e quantitativos, como análises de conteúdo, de discurso, de redes, além de métricas estatísticas de ocorrência de termos, interações etc. Amplia-se, assim, as possibilidades de abordagens multi-métodos – desde que adequadas às questões emergentes no curso da imersão do pesquisador(a).

Por fim, o armazenamento dos registros digitais de observação também é importante para fins de validação dos dados, ampliando as referências e informações para que o próprio ou outros pesquisadores reavaliem as conclusões e achados a partir do conjunto original de observação. Adicionalmente, a disponibilização pública dos registros, assim como dos cadernos de campo e o próprio estudo etnográfico, corroboram para a consistência da pesquisa frente ao campo de estudos da Ciência Política.

4. Questões éticas

Há inúmeros desafios para uma definição estrita das similaridades, limitações e características distintivas que separam o método etnográfico do método etnográfico digital. No que se refere aos desafios éticos, porém, as questões se somam, devendo ser levado em consideração ponderações de ambas as técnicas e dos seus meios específicos de aplicação.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento tecnológico acelerado e suas incorporações diversas e imprevisíveis em diferentes esferas da sociabilidade torna impossível a formulação de um documento canônico e duradouro sobre requisitos éticos de pesquisa. Porém, as tentativas mais interessantes buscam fugir do modelo de *checklist*, indicando diretrizes gerais que devem ser avaliadas de acordo com a lógica de cada rede. Nessa perspectiva, a pesquisa que tem sido frequentemente enquadrada como netnografia ou etnografia digital, deve ser alicerçada a partir de parâmetros éticos, inovadores e atualizados (Barbosa, Milan, 2019; Franzke *et al.*, 2020; Piaia *et al.*, 2022; Chagas, Da-Costa, 2023). Segundo a resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/96, que estabelece as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, as exigências éticas da pesquisa científica devem estar em consonância com: I) o consentimento livre e esclarecido dos indivíduos envolvidos na pesquisa; II) ponderação entre riscos e benefícios, minimizando ou, se possível, eliminando os danos e riscos, maximizando o benefício individuais e/ou coletivos; III) relevância social da pesquisa, centralizando seu cunho sócio-humanitário.

A já citada possibilidade de pesquisas encobertas suscita um conjunto de questionamentos sobre procedimentos éticos como o consentimento livre e informado de participação em pesquisa, que consiste basicamente no detalhamento concedido pelo pesquisador(a) ao participante da pesquisa sobre os direitos, procedimentos, riscos e benefícios associados à escolha de participar. No que diz respeito aos ambientes online e suas configurações inconstantes, se torna labora e complexa a realização de um desenho que garanta o consentimento generalizado e estável dos membros de uma dada comunidade.

A definição dos espaços de observação determina o grau de

expectativa de privacidade por parte dos indivíduos que o compõem. As etnografias digitais podem ser inscritas tanto em grupos online de associações de bairro no Facebook ou debate político no Telegram (com milhares de membros), quanto em grupos menores, como por exemplo, no WhatsApp. A definição desses espaços é fundamental para as possibilidades de pesquisa encoberta. Por exemplo, ao se inserir em ambientes de interação mais fechados, focados em conversas interpessoais, o pesquisador(a) pode optar por uma postura mais encoberta ou uma estratégia mais aberta, revelando seu papel, porém podendo incorrer na mudança de comportamento por parte dos observados ou até mesmo na sua remoção daquele grupo. Este conflito parece plausível sob a condição do online e do offline, no entanto as estratégias de aproximação e as possibilidades de interação com os membros e lideranças dos grupos apresentam desafios específicos para cada caso.

A chamada “pesquisa encoberta” definida como um tipo de observação “conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa” (Brasil, 2016). A Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, determina ainda que a aplicação deste tipo de abordagem está condicionada à aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa das instituições, que o pesquisador(a) precisa se comprometer em garantir a confidencialidade dos dados, buscando, sempre que factível, o consentimento dos participantes posteriormente.

Outro ponto diz respeito à exposição, privacidade e tratamento de dados dos observados. Manuais sobre ética em pesquisa em plataformas de mídias sociais indicam que a identidade dos observados deve ser mantida em sigilo (Townsend; Wallace, 2016). No caso de pesquisas em ambientes digitais – e sua natureza de gerar registros das interações, é importante também estender essa proteção a outros tipos de dados sensíveis ou pessoais mencionados nos grupos observados. Ainda nesse sentido, um aspecto relevante na perspectiva do digital está relacionado ao armazenamento de dados confidenciais dos participantes, principalmente sob as legislações específicas que regulam o tratamento de dados pessoais por meio da LGPD

(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e do Marco Civil da Internet. Os meios técnicos de extração e anonimização dos dados se tornam ainda mais relevantes face aos requisitos de proteção de dados sensíveis expressos na LGPD. A LGPD se dedica à proteção de dados e define, no artigo 12, que os dados anonimizados não recebem a proteção conferida aos dados pessoais e sensíveis. Com isso, é dispensado consentimento do titular para que o dado seja colhido e tratado, o que permite que sejam objeto de pesquisa. O mesmo artigo acrescenta a ressalva de que os meios técnicos de anonimização não podem ser facilmente reversíveis, de modo que as técnicas utilizadas devem contar com alto grau de segurança, sob risco de responsabilização futura dos pesquisadores envolvidos.

Finalmente, mas não menos importante, o pesquisador(a) precisa ponderar o desenho da pesquisa em relação aos riscos que corre ao realizá-la. A ênfase na proteção dos indivíduos e interações observadas não pode diminuir a preocupação com o próprio pesquisador, que principalmente, ao adentrar grupos radicalizados deve sopesar sua exposição, sob risco de reações que não somente impeçam a pesquisa, mas também escalem para inconvenientes que extrapolam a vida acadêmica.

5. Aplicações em Ciência Política

Na Ciência Política a busca por padrões de cientificidade e produção de inferências norteou debates que frequentemente sobrelevavam um tratamento metodológico em detrimento de um outro. Ainda que se trate de um debate superado na disciplina, há efeitos na produção do campo que exhibe uma orientação empírica quantitativa forte (Guerra; Almeida, 2019). A pesquisa social em sua amplitude, porém, tem compromisso com a produção de inferências válidas, embasamento teórico e rigor metodológico, e esta premissa independe de abordagem quantitativa ou qualitativa (Sátyro; Reis, 2014).

Enquanto áreas do conhecimento, a tradição da Ciência Política tem exibido aproximação com padrões e generalizações, a Antropologia, por seu turno, desenvolve explicações com a compreensão mais particular dos fenômenos (Reis, 1996). No entanto, é interessante observar as transformações

dos sujeitos e do próprio fato social a partir da mediação do digital como objetos de análise, que requerem uma investigação mais aprofundada do ponto de vista qualitativo. Cesarino (2022) defende que a mediação e as condições estruturais das novas mídias aceleram os processos de mudanças sociais, a autora também defende a Antropologia como campo profícuo na reconexão de nexos conceituais em contextos colapsados, além da função integrativa entre os campos da cultura, da linguagem, da materialidade técnica e da cognição “encorporada” (*embodied*), para ela, dimensões que delimitam o sentido do digital.

Nesta perspectiva, o campo tem refletido as práticas sociais imersas em redes online como uma manifestação da cultura, e enquanto um dado do dinamismo social (Hine, 2015; Ferraz, 2019). Refletir e reelaborar entendimentos sobre os atores e as práticas sociais mediadas, porém, é uma realidade que atravessa todo o campo da Ciência Social. Ao se olhar para o campo que se dedica aos estudos de internet e política propriamente, Sampaio *et al.* (2016) identificou o método etnográfico entre as principais técnicas empíricas mobilizadas na produção de pesquisadores brasileiros.

Ferraz (2019) discute a extrapolação e adequação metodológica da etnografia digital enquanto possibilidade para outros campos do conhecimento. Para a autora, as tecnologias de comunicação e os direcionamentos da política se encontram imbricados, ambos carregam e resultam em finalidades sócio-políticas. Logo, antes de simbolizar um rompimento com a tradição metodológica etnográfica, a etnografia digital possibilita a compreensão dos fenômenos sociais do modo mais condizente com “as culturas intoxicadas pelas tecnologias nas relações sociais e materiais” (Ferraz, 2019, p. 48).

Seguindo a definição proposta por Villegas (2020), explicada anteriormente, entre os trabalhos que podem ser enquadrados no primeiro tipo, há uma forte presença de abordagens que utilizam a etnografia online dentro de um desenho multi-método ou em combinação com etnografias tradicionais. Grau (2016), por exemplo, ao se dedicar às relações e práticas de comunidades LGBT na Espanha, identificou nos espaços digitais um meio propício para a construção do sentimento de pertencimento a estas comunidades. O autor mesclou trabalho de campo etnográfico tradicional à

etnografia digital, e constata que não apenas os instrumentos de observação se complementam e se sobrepõem, mas que a própria atuação dos membros da comunidade é transversal, isto é, constitutiva das dinâmicas exercidas nos espaços físicos bem como das práticas digitais. Privilegiando a etnografia tradicional vale destacar, também, o trabalho de Aragão (2023), que analisa as interações do “bloco parlamentar bolsonarista” e utiliza elementos da comunicação online, bem como a exploração de sessões por meio da transmissão do YouTube para compor seu estudo.

Ainda sobre instituições políticas na fronteira do online e offline, é interessante notar a tese de Nunez (2020), que realiza uma inserção etnográfica tradicional, registros digitais e entrevistas semiestruturadas para analisar a produção em torno do site Portal Senado Notícias.

Há, no entanto, pesquisas que operam exclusivamente a partir de registros online. É o caso, dos trabalhos de Bernardes (2023), que analisa a construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara dos Deputados no Brasil em 2021, a partir das estratégias discursivas de comunicação adotadas no Twitter, combinando análise etnográfica e discursivas. Bernardes integra o projeto *Ethnographies of parliaments, politicians and people*, e apresenta ampla produção sobre parlamentares a partir de um ponto de vista qualitativo.

Em relação à atuação de movimento sociais, os trabalhos de Claudia Ferraz (2020), que realiza uma etnografia encoberta a partir de páginas feministas no Facebook, e Monalisa da Silva (2019), que se debruça sobre a Rede de Ciberativistas Negras-CE, são exemplos sobre como a abordagem etnográfica em ambientes digitais podem ser férteis para a compreensão dos sentidos e das disputas relacionadas à socialização política e à organização de movimentos sociais no contexto digital.

Já em relação à prática política de ativistas, Antônio Teixeira de Barros (2023), apresenta um interessante estudo etnográfico que acompanha a atuação de militantes no Facebook, identificando como esses atores constroem narrativas sobre si e dão sentido à militância em ambientes online e offline. O complemento com entrevistas em profundidade com os militantes mais ativos enriquece a observação realizada nos ambientes online.

Em relação às plataformas, ainda há um terreno vasto de exploração do método quando se leva em conta os grupos e trocas que se dão nos aplicativos móveis, e mais especificamente nos aplicativos de mensageria, esta condição, inclusive, evidencia o enfraquecimento das fronteiras entre as manifestações online e offline (Ferraz, 2019).

Por fim, a forma de organização e produção de sentido de militantes bolsonaristas no WhatsApp se constituiu como um terreno fecundo e urgente para a compreensão das transformações políticas contemporâneas. O trabalho de Cesarino (2019) é exemplar nesse tipo de abordagem, com a análise de grupos bolsonaristas acessados a partir de setembro de 2018, durante a campanha para as eleições presidenciais no Brasil. Somado a isso, e investigando especificamente as estratégias de campanha empregadas nesses espaços, o trabalho de Piaia e Alves (2020) equilibra análises quantitativas e qualitativas sobre os sentidos produzidos na campanha presidencial de 2018. No mesmo sentido, a tese de Gonçalves (2023) busca compreender, a partir de grupos de WhatsApp bolsonaristas, como produziu-se a política do medo, a urgência da guerra e o imaginário autoritário da extrema-direita brasileira nos últimos anos.

Considerações finais

Este capítulo se dividiu em cinco partes principais. Na primeira, buscamos introduzir a literatura sobre etnografias digitais para cientistas políticos, visando ampliar os possíveis horizontes de observação de pesquisas futuras, bem como adensar as análises a partir de reflexões produzidas no âmbito dos métodos digitais. Em seguida, refletimos sobre os passos necessários e os pontos de atenção que os pesquisadores devem levar em consideração para aplicar a técnica, refletindo sobre a escolha do espaço digital a ser observado; os materiais necessários; e as práticas a serem adotadas ao longo da pesquisa, como a decisão por uma pesquisa encoberta ou não. A terceira seção focou em elementos relacionados à análise a partir da imersão e também de aspectos ligados à validação dos dados coletados. As questões éticas foram abordadas no quarto tópico, reproduzindo os tensionamentos que emergem a partir das questões abordadas na seção anterior. A

última seção buscou elencar algumas chaves analíticas e pesquisa que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da etnografia digital de objetos políticos.

Chama a atenção a flexibilidade com que autores da Ciência Política realizam seus exercícios etnográficos, com adaptações nos pressupostos do método, relações online e offline, bem como a partir da soma com abordagens complementares. Outro ponto que se destaca é a baixa presença de cientistas políticos – na definição disciplinar – nesse tipo de metodologia. Apesar da relação entre Ciência Política e etnografias ser bem estabelecida, os principais estudos sobre etnografia digital ainda são realizados por autores de outras áreas como a antropologia, a sociologia e a comunicação.

Referências

AMARAL, Adriana.; NATAL, Geórgia.; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico na pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, n. 20, dez. 2008, Porto Alegre.

ARAGÃO, T de. **The Bolsonaroist Bloc: ethnographic notes on political performances and a parliamentary network in Brazil's Chamber of Deputies.** Vibrant, Virtual Braz Anthr [Internet]. 2023;20: e20804. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412023v20d804>.

BAIOCCHI, G.; CONNOR, B.T. (2008), The Ethnos in the Polis: Political Ethnography as a Mode of Inquiry. **Sociology Compass**, v.2, p. 139-155. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2007.00053.x>

BARBOSA, Sérgio; MILAN, Stefania. Do Not Harm in Private Chat Apps: Ethical Issues for Research on and with WhatsApp. **Westminster Papers in Communication and Culture**, v. 14, n. 1, 2019.

BARROS, A. T.; Razões militantes em primeira pessoa: análise de práticas de ativismo político no Facebook. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, p. 132-167, 2023.

BERNARDES, C. B.; Parlamentares no Twitter: construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara dos Deputados. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 55, p. 1-30, 2023.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Ed.). **Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards**. Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, vol. 1, n° 3, julho 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 21 nov. 2024.

CASTAÑEDA DE ARAÚJO, Marcelo. Ação coletiva com a internet: reflexões a partir da Avaaz. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade** v. 1, n. 1, p. 91–120, 2020. Disponível em: <<https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>>.

_____. **O mundo do avesso: Verdade e política na era digital**. Ubu Editora, 2022.

CHRISTIN, Angèle. The ethnographer and the algorithm: beyond the black box. **Theory and Society**, v. 49, n. 5-6, p. 897-918, 2020. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-020-09411-3>

CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHÃES, D. O Brasil vai virar Venezuela:

medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, v. 24, p. 1-17, ago. 2020.

CHAGAS, V.; DA-COSTA, G. WhatsApp and transparency: an analysis on the effects of digital platforms? opacity in political communication research agendas in Brazil. **Profesional De La Informacion**, v. 32, p. e320223, 2023.

COHN, Jonathan. **The burden of choice: Recommendations, subversion, and algorithmic culture**. Rutgers University Press, 2019.

FERRAZ, C. P; ALVES, A. Da enografia virtual à etnografia online - deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. **Anais do 41º Congresso da ANPOCS**, Caxambú, 2017.

FERRAZ, C. P. A Etnografia Digital e os Fundamentos da Antropologia para Estudos Qualitativos em Mídias Online. **Aurora** (PUCSP - Online), v. 12, p. 46-69, 2019.

_____. Ontologia Política do Ciberfeminismo no Facebook. Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Segurado Tese de Doutorado: Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2020.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANZKE, A.; BECHMANN, A.; ZIMMER, M.; ESS, C.; The Association of Internet Researchers. **Internet Research: Ethical Guidelines 3.0**, 2020.

GILLESPIE, Tarleton. Algorithm. **Digital keywords: A vocabulary of information society and culture**, v. 8, p. 18-30, 2016.

GONÇALVES, Í. V. Da etnografia multissituada à plataformizada: aproximações entre antropologia e estudos de plataforma. **Cadernos de Campo** (USP), v. 29,

p. 1-20, 2021.

GONÇALVES, Lara Sartorio. “Não sorria. Estamos em guerra”: política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro. Orientador: Breno Marques Brangel. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GUERRA, Rosiene; ALMEIDA, Sabrina. Método e Desenho de Pesquisa na Ciência Política Brasileira: Uma Análise da Literatura (2000 a 2015). **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, n. 20, p. 38-55, 2020.

HALLINAN, Blake; STRIPHAS, Ted. Recommended for you: The Netflix Prize and the production of algorithmic culture. **New media & society**, v. 18, n. 1, p. 117-137, 2016. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444814538646>.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday**. Huntingdon, GBR: Bloomsbury Publishing, 2015.

_____. **Virtual Ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.

KOZINETTS, R. V. Click to connect: netnography and tribal advertising. **Journal of advertising research**, v. 46, n. 3, p. 279-288, 2006.

KOZINETTS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEITÃO, D. K., e GOMES, L. G. (2018). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v.1, n.42. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884>

LEWGOY, Bernardo. (2009). A invenção da (ciber)cultura: virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. **Revista Civitas**, v. 9, n. 2,

Porto Alegre, p. 185-196.

MARKHAM, Annette N.; BAYM, Nancy K. **Internet inquiry: conversations about method**. Los Angeles: Sage 2009.

MAZZOLENI, G. (2008). Mediatization of politics. In Wiley (Eds.). **The international encyclopedia of communication**. Wiley International Communication Association. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781405186407>.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The Internet: An Ethnographic Approach**. Paris: Berg, 2001.

MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. Muito além da mamadeira erótica: as notícias compartilhadas nas redes de apoio a presidenciáveis em grupos de WhatsApp, nas eleições brasileiras de 2018. **Anais do Congresso da Compolítica**, 8, Brasília: UnB, 2019.

NUNEZ, Sarah Albertina Cerqueira. Doze anos de multimídia: convergência e engajamento público no Portal Senado Notícias. Mestrado Profissional em Poder Legislativo Instituição de Ensino: Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento. Biblioteca Depositária: Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

PIAIA, V.; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsoparista no WhatsApp. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 135-154, set./dez. 2020.

PIAIA, V.; MATOS NETO, E. O.; DOURADO, T. M.; BARBOZA, P. S. R.; ALMEIDA, S. K. O. Ethical issues in WhatsApp research: notes on political communication studies in Brazil. **Revue Française Des Sciences De L'information et de la Communication**, p. 1-13, 2022.

POLIVANOV, B. B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia?

Implicações dos conceitos. **Esferas - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste**, v. 2, p. 61-71, 2013.

RAGIN, Charles C.; AMOROSO, Lisa M. **Constructing social research: The unity and diversity of method**. Pine Forge Press, 2011.

RAMOS, J. S.; ALFENAS, R. Antropologia digital a partir do Sul Global. *Cultures-Kairós*. **Cultures-Kairós**, v. 11, p. 1-6, 2023.

RAMOS, J. S.; FREITAS, E. T. Dossiê temático: Etnografia digital. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, n.9, p. 8-15, 2018.

REIS, Fábio W. **Avaliação das ciências sociais**. UFMG. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/csociais.pdf> (última consulta em agosto de 2014), 1993.

RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, pp. 85-98, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/M6GkRjJnssG5zh65pVBVn7vd/?lang=pt>

ROCHA, Paula; MONTARDO, Sandra. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. **E-Compós**, dez. 2005.

SÁ, S. P. Netnografias nas redes digitais. In: PRADO, J.L. **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker editores, 2002.

SÁ, Simone. **O samba em rede – Comunidades virtuais, dinâmicas identitárias e carnaval carioca**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai; NICOLÁS, Maria Alejandra. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 285-320, 2016.

SÁTYRO, Natália; Reis, B.W.P. Reflexões para a produção de inferências indutivas válidas em Ciências Sociais. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 22, p. 13-39, 2014.

SEAVER, Nick. Algorithms as culture: Some tactics for the ethnography of algorithmic systems. **Big data & society**, v. 4, n. 2, p. 2053951717738104, 2017. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2053951717738104>

SILVA, Monalisa. Das ruas ao ciberespaço: ativismo e ciberativismo de mulheres negras na era virtual. Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia, Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

STRIPHAS, Ted. Algorithmic culture. **European journal of cultural studies**, v. 18, n. 4-5, p. 395-412, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1367549415577392>.

TOWNSEND, L.; WALLACE, C. **Social Media Research: a guide to ethics**. Aberdeen: University of Aberdeen, 2016.

URIARTE, U. M.. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto.Urbe** (USP), v. 11, p. 1-15, 2012.

VILLEGAS, Dino. Political Netnography: a method for studying power and ideology in social media. **Netnography Unlimited**. Edited By Robert V. Kozinets, Rossella Gambetti. Routledge. 2020.

WEDEEN, Lisa. Reflections on ethnographic work in political science. **Annual Review of Political Science**, v. 13, n. 1, p. 255-272, 2013.

ZUBOFF, Shoshana. **Psychological and organizational implications of computer-mediated work**. MIT Working Paper (Massachusetts, Center for Information Systems Research), 1981.

07

Análise Temática em Ciência Política¹

Daniela Drummond

Paulo Roberto Neves Costa

Júlia Gonçalves

“A análise temática atualmente não tem nenhum reconhecimento especial como método analítico; argumentamos que isso decorre do próprio fato de que ela é pouco demarcada e reivindicada, mas amplamente utilizada”.

Braun; Clarke, 2006, p. 97.²

1. Este estudo foi financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI-260003/014821/202.

2. A tradução de todas as expressões, citações e extratos retirados de artigos em língua estrangeira utilizados neste capítulo são de nossa responsabilidade.

Introdução

Este capítulo visa apresentar a Análise Temática (AT) para quem pretende utilizar *abordagens qualitativas* na área de Ciência Política. Isso se deve ao fato de que a AT é um interessante, particular e ao mesmo tempo prático jeito de tratar deste tipo de abordagem. Assim, vamos priorizar as formas deste método no enfrentamento dos desafios de proceder com qualidade e eficiência a construção de explicações e, quando possível, estabelecer relações de causalidade, e não simplesmente enunciar seus méritos, vantagens ou particularidades.

Primeiramente, a investigação qualitativa é uma forma de interpretar a realidade através de uma abordagem interpretativa e naturalística do mundo. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam os objetos em seus ambientes naturais, buscando dar sentido ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem (Denzin; Lincoln, 2005, p. 3 *apud* Godoy; Brustein, 2020). Esse tipo de investigação coleta materiais empíricos obtidos a partir de observações, entrevistas, relatos de experiências pessoais, conversas informais, histórias de vida, artefatos, produções culturais, textos históricos e visuais (Godoy; Brustein, 2020).

É fundamental ressaltar que, por ser interpretativa, a pesquisa qualitativa visa produzir explicações mais do que descrições, ou seja, deve-se interpretar os dados dentro do contexto proposto, e não somente descrevê-los.

Dentre as vantagens da análise qualitativa estão: flexibilidade; criatividade; profundidade; e a possibilidade de “deixar os atores falarem”. Já o diferencial da pesquisa qualitativa é que não há uma regra ou um consenso sobre qual o melhor caminho a seguir, esse caminho será escolhido e traçado pelo pesquisador. Mas, é comum a dificuldade em sistematizar com rigor científico o material disponível.

Os objetivos deste capítulo vão ao encontro das proposições e dos cuidados indicados por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) para tratar da AT: combinar a “demarcação”, a caracterização, a precisão e o rigor metodológico no uso deste método sem perder suas vantagens, em especial sua “flexibilidade”. Como veremos adiante, uma de suas vantagens é que ela “pode ser aplicada em uma série de abordagens teóricas e epistemológicas”

(Braun; Clarke, 2006, 78).

A AT é um método de análise qualitativa ainda não muito conhecido em algumas áreas como a Ciência Política, mas muito utilizado na Psicologia. Virginia Braun e Victoria Clarke (2006), perceberam a falta de um “passo a passo” que explicasse como fazer esse tipo de análise. Assim, no artigo *Using Thematic Analysis In Psychology*, descreveram o que é a análise temática, sua teoria, sua aplicação e a sua forma de avaliação e a compararam com outras formas de análises qualitativas, fornecendo diretrizes para conduzir esse tipo de análise de forma mais rigorosa. O objetivo do presente capítulo é apresentar como funciona a AT, principalmente no campo das Ciências Sociais, em especial na Ciência Política:

A análise temática deve ser vista como um método fundamental para a análise qualitativa. Ela é o primeiro método de análise que os pesquisadores devem aprender, pois fornece habilidades que serão úteis para conduzir muitas outras formas de análise qualitativa (Braun; Clarke, 2006, p.4).

Tornar este método acessível passa necessariamente pela adoção de cuidados e pelo desenvolvimento de capacidades específicas relativas às particularidades deste método, de um lado, na forma como se apresentam os fundamentos de uma pesquisa científica, ou seja, a questão ou o problema de pesquisa, os pressupostos teóricos, o objeto e os objetivos, e de outro, na importância que assumem as próprias experiências que ocorrem ao longo da sua utilização. Neste sentido, Braun e Clarke fazem uma ressalva importante:

Como a análise temática é um método flexível, você também precisa ser claro e explícito sobre o que está fazendo, e o que você diz que está fazendo precisa corresponder ao que você realmente faz (Braun; Clarke, 2006, p.96).

Para guiar a nossa análise, selecionamos alguns dos desafios acima mencionados a partir dos ganhos que a AT traz para o seu enfrentamento e superação. Deixamos claro que não se trata de proposições estanques, distintas e separadas, mas sim uma estratégia de exposição dos elementos que entendemos essenciais tanto para o enfrentamento desses desafios, quanto

para uma estruturação geral de uma pesquisa, o que é fundamental para o seu sucesso.

Sem hierarquia de importância, em primeiro lugar, vamos tratar dos desafios e das características da AT a partir dos seguintes aspectos:

- Subjetividade, compreensão e interpretação: sobre a forma de tratar a apresentar os fundamentos da pesquisa (teoria, metodologia e objetivos) e os ganhos em termos de qualidade da interpretação e da compreensão;
- Contexto e contextualização na produção e análise dos dados;
- Flexibilidade: a realização de ajustes na teoria, nas questões, na metodologia e nos objetivos ao longo da pesquisa.

Em seu trabalho, Braun e Clarke apresentam um “guia passo a passo”, além de uma *checklist* com os critérios para a realização de uma boa AT e uma lista das suas principais vantagens. Dada a própria característica deste método e os objetivos deste capítulo, entendemos que é mais interessante aproveitar estas indicações práticas nos itens que serão apresentados a seguir, o que não dispensa a consideração dos detalhes da argumentação exposta no próprio texto das autoras. Entretanto, como forma de auxiliar o processo de pesquisa, vamos reproduzir as passagens em que as autoras condensam os principais procedimentos e cuidados do *passo-a-passo* para a realização da AT.

Concordamos com a proposição de Boyatzis (1998) de que, embora a análise temática não seja um método específico, mas uma ferramenta para ser usada em métodos variados, e que não há uma forma única de aplicá-la, é importante seguirmos algumas diretrizes. A seguir, pretendemos explicar o que é e como fazê-la. Ao realizar a AT, o pesquisador poderá realizar escolhas ativas, mas é importante deixar claro que cientistas sociais e políticos precisam ser claros ao justificar as escolhas que estão fazendo e o porquê, e explicando como fizeram tal análise, mostrando o caminho que percorreram para obter determinados resultados e conclusões.

A seguir, após uma breve apresentação da AT, trataremos das suas contribuições em relação aos desafios acima mencionados, e que remetem aos motivos da adoção deste método, e elencaremos indicações práticas de

como realizar a AT. Por fim, faremos nossas considerações finais.

1.1. Breve origem da aplicação científica da técnica

A análise temática é um método para identificar *padrões* - que são os *temas* - dentro dos dados. É uma forma de organizar e descrever os conjuntos de dados. Entretanto, na maioria das vezes vai muito além disso e interpreta os vários aspectos da pesquisa (Boyatziz, 1998). Ainda que considerem que não há consenso em relação ao que é e como fazer a AT, Braun e Clarke (2006) entendem que:

A análise temática é um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) nos dados. Ela organiza e descreve minimamente seu conjunto de dados em detalhes (ricos). Entretanto, frequentemente vai além disso e interpreta vários aspectos do tópico da pesquisa (Boyatzis, 1998) (Braun; Clarke, 2006, p. 78-79).

As autoras descrevem a AT como um método que “envolve a busca *através* de um conjunto de dados, seja uma série de entrevistas ou grupos focais, ou uma variedade de textos, para encontrar padrões repetidos de significado” (Braun; Clarke, 2006, p. 86).

Assim, considerando que, quando se trata de um método científico, o mais importante não é produzir definições fechadas e consensuais, mas sim apresentar, de um determinado ponto de vista, um conjunto de ideias que indiquem as orientações gerais deste método, seus objetivos, suas características e seus fundamentos e de como ele pode ser usado, uma dimensão fundamental da AT é a do entendimento sobre o que são os *temas* e seu papel na pesquisa. Neste sentido, mais uma vez, as autoras são precisas quando afirmam que:

Um tema capta algo importante sobre os dados em relação à pergunta da pesquisa e representa algum nível de resposta padronizada ou significado dentro do conjunto de dados e (...) não depende necessariamente de medidas quantificáveis, mas sim do fato de ele captar algo importante em relação à questão geral da pesquisa (Braun; Clarke, 2006, p. 82).

Daí a importância do que elas identificam como “prevalência” enquanto *critério*, e não propriamente como método de operacionalização ou de quantificação, pois o importante é que o dado seja encontrado de forma relevante, interessante e coerente com os objetivos da pesquisa (Braun; Clarke, 2006, 82).

Assim, podemos entender que não se trata de produzir *informações* ou um certo volume delas, por mais verdadeiras, comprováveis e frequentes que sejam, no material empírico, mas sim de produzir *argumentos*, cuja articulação, e não meramente a quantificação, a sobreposição ou a agregação, compõem uma *argumentação*, ou seja, produzirão um arranjo harmônico, coerente e substantivo de dados, informações e inferências pertinentes, úteis e relacionados com os objetivos da pesquisa e que sustentarão suas conclusões.¹

Enfim, o fundamental é a clareza da *argumentação* e o ganho que esta estratégia implica na definição dos procedimentos e na construção dos resultados e conclusões.² Neste sentido, Braun e Clarke nos alertam que as perguntas não podem ser usadas como *temas* sem que haja de fato uma análise, ou seja, não se pode deixar que os dados falem por si ou que quem os lê tire suas próprias conclusões. Esta é uma das “armadilhas” sobre as quais as autoras nos alertam, ou seja, deixar de produzir uma “narrativa analítica” que destaque, articule e dê sentido aos achados (Braun; Clarke, 2006, p. 94).

Como ressaltam Braun e Clarke, a definição do que seriam os *temas* e os *subtemas* deve ter a *flexibilidade* peculiar à AT, mas isso é sempre de responsabilidade de quem realiza a pesquisa (2006, p. 82). Apesar dessa flexibilidade, vale ressaltar que, para que haja uma seleção de qualidade dos aspectos temáticos importantes de uma pesquisa é necessário que o pesquisador domine o assunto, ou seja, saiba quais as teorias e os aspectos relevantes da área existem, por isso, em qualquer pesquisa, devemos iniciar pela revisão bibliográfica, lendo e se inteirando o máximo possível sobre o assunto a ser analisado. Assim, deve-se escolher o enquadramento teórico que será utilizado. Voltaremos a esta questão mais adiante.

Por fim, no final de seu artigo, Braun e Clarke trazem uma questão

1. Veremos mais adiante como as autoras utilizam a expressão “*argument*”, grafado em itálico, quando vão se referir à produção do relatório de pesquisa (Braun; Clarke, 2006, 93).

2. Nowell *et al.* (2017, 11) também comentam sobre a forma como a AT orienta o processo de produção dos argumentos e da argumentação.

que deve ser colocada e tratada desde já: *o que* a análise interpretativa de fato implica. A partir desta questão, as autoras apresentam algumas sugestões. Em primeiro lugar, usar exemplos da AT, em especial das experiências que se aproximam da forma como se pretende utilizá-la. Em segundo lugar, considerar o fato de que não é possível separar a condição de membro ou parte da sociedade e analista de fenômenos sociais, em geral revelando alguns de seus aspectos não reconhecidos. Em terceiro lugar, quem faz a análise deve “ir além da ‘superfície’ dos dados, mesmo para uma análise de nível ‘semântico’” (Braun; Clarke, 2006, p. 84. Por fim, a necessidade não apenas de definir *temas*, mas de construir um “mapa temático” (Braun; Clarke, 2006, p. 93-94).

Essas questões serão tratadas ao longo deste capítulo, mas entendemos que algo já pode ser dito em relação a estas proposições. Como a questão da objetividade no conhecimento científico se coloca de forma particular quando se trata de análises qualitativas e como tal assunto extrapola totalmente os objetivos e as pretensões deste capítulo, vamos nos limitar a trazer algumas referências às proposições de Max Weber a respeito da produção de conhecimento científico sobre fenômenos sociais, às quais também não serão exploradas em toda a sua complexidade, nem usadas meramente como argumento de autoridade.

Em primeiro lugar, Weber descarta a possibilidade de uma objetividade pura: “não existe qualquer análise científica puramente ‘objetiva’ da vida cultural, ou (...) dos fenômenos culturais, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais” (Weber, 1999, p. 3). Em segundo lugar, para Weber, o que caracteriza uma abordagem científica não é a verificação das “conexões ‘objetivas’” entre as “‘coisas’”, mas sim “as conexões conceituais entre os problemas” (Weber, 2003, p.83). Em terceiro lugar, o seu conceito de Sociologia: “é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (Weber, 1999, p.3).

Em relação à objetividade pura, por um lado, o fato de entendê-la como inalcançável não significa renunciar à busca da eficácia explicativa sobre os fenômenos sociais através do *método científico*, dado que reconhecer os

limites das Ciências não muda em nada o que a realidade de fato é. Isso remete à questão levantada por Braun e Clarke de como trabalhar a “dimensão subjetiva” sem cair em um “paradigma empirista positivista” (Braun; Clarke, 2006, 97). Assim, a objetividade no âmbito da AT deve se dar sobretudo à clareza na inteligibilidade das formas como se dá esta busca e na sua adequação aos objetivos da pesquisa. Por outro lado, este método deve almejar a construção das melhores “conexões conceituais” entre os melhores “problemas” de pesquisa, para que se possa *compreender*, ainda que de forma *interpretativa*, as “coisas”, ou seja, as ações sociais e os respectivos *sentidos subjetivos*, se possível, em suas *causas*, *curso* e *efeitos*.

Braun e Clarke afirmam que AT pode ser entendida como um método “contextualista” (aspas no original), que contempla:

As maneiras pelas quais os indivíduos dão significado à sua experiência e, por sua vez, as maneiras pelas quais o contexto social mais amplo influencia esses significados, ao mesmo tempo em que mantém o foco no material e em outros limites da ‘realidade’ (Braun; Clarke, 2006, p. 81).

Na análise qualitativa é importante “que a estrutura teórica e os métodos correspondam ao que o pesquisador quer saber, e que eles reconheçam essas decisões, e as reconheçam como decisões” (Braun; Clarke, 2006, p. 80).² A análise temática pode ser um método realista, que relata as experiências e a realidade dos participantes, e também um método construcionista ao examinar a maneira que os eventos e significados operam dentro de um discurso na sociedade. Enfim, a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade e para desfazer mitos ou suposições erradas sobre a própria realidade (Braun; Clarke, 2006, p. 81).

Outro aspecto importante é o da codificação.³ Os códigos “identificam uma característica dos dados (conteúdo semântico ou latente)” (Braun; Clarke, 2006, p.88-89), presentes nas unidades de análise e que são interessantes para a pesquisa. A estrutura da codificação pode ser mais vinculada às questões sugeridas pelos fundamentos teóricos ou aos aspectos e ao conteúdo dos dados, e pode ser feita manualmente ou utilizando *softwares* pagos

3. Este aspecto corresponde à Fase 2 do “passo a passo” sugerido por Braun e Clarke (2006). Ver Tabela 1 abaixo.

e gratuitos disponíveis para este tipo de pesquisa. Seja como for, é fundamental estar atento ao *contexto* da informação que está sendo processada, no próprio texto e em relação a quem fala e às condições nas quais foi produzido o discurso analisado, no sentido de evitar desprezar informações importantes (Braun; Clarke, 2006, p. 88-89).

Enfim, a codificação não é meramente um procedimento técnico, mas um momento fundamental da produção do conhecimento científico resultante da AT. Isso depende das particularidades e dos objetivos da pesquisa, o que exige que ela seja, de um lado, explícita, constante, válida e verificável e, de outro, útil para a defesa da pertinência dos *temas* e para a sustentação das conclusões. Além disso, exige cuidados especiais quando há mais de uma pessoa realizando esta tarefa.⁴

Portanto, mais uma vez, se trata do processo de busca e articulação dos *argumentos* que vão sustentar a *argumentação* e todas as informações fundamentais deste processo devem estar explícitas e claramente apresentadas. Aqui aparece a responsabilidade de evitar a ingenuidade de que esta contextualização é algo que se resume à intenção de quem faz a pesquisa ou que se trata de localizar aspectos óbvios e autoexplicativos. Como já vimos acima, a estratégia de *interpretação* é fundamental para a *compreensão* cientificamente justificada.

Dito isso, seguimos abaixo tratando das formas como a AT enfrenta os desafios da produção de Ciência sobre as relações sociais.

1.1.1 Sobre a *flexibilidade* da Análise Temática

Um primeiro aspecto que podemos destacar neste item a partir das proposições de Braun e Clarke é o do modo como tratam das alternativas na forma de definição dos *temas* e sua respectiva codificação, a “indutiva” e a “teórica”. Na primeira, este processo se dá “debaixo para cima” e se caracteriza pela construção dos *temas* a partir do que o próprio material empírico vai indicando, se aproximando, portanto, da Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*). Nesta estratégia, os dados são produzidos especificamente para a pesquisa ou podem seguir os caminhos e os objetivos através dos quais as

4. Sobre a questão dos princípios fundamentais da produção de dados, ver Sampaio e Lycarião, 2021, Capítulo 1.

informações foram produzidas. Na segunda alternativa, como o nome sugere, a teoria adotada serve de referência para a construção mais bem definida dos problemas de pesquisa, dos procedimentos analíticos e dos *temas* (Braun; Clarke, 2006, p. 83-84).

Evitando o que Braun e Clarke chamam de uma “visão realista ingênua da pesquisa qualitativa” sobre o que seria ouvir ou “dar voz” aos atores, a análise qualitativa em geral e a AT em particular permitem que o processo de construção da compreensão receba *contribuições* vindas não apenas da busca de realização dos objetivos de quem faz a pesquisa, mas sobretudo dos próprios produtores das informações na definição dos *temas* e na produção dos dados. Assim, os próprios dados, assim como os problemas de pesquisa e até mesmo as questões teóricas, podem ser incrementadas ao longo da pesquisa empírica pelo surgimento de novos *temas* sociologicamente pertinentes e ricos.

Portanto, se a AT pode ser articulada com diferentes abordagens teóricas, mais importante ainda se torna a precisão, a coerência e a clareza da forma como a pesquisa promoveu tal articulação. Neste sentido, mesmo que comporte um conjunto de problemas de pesquisa ou perguntas específicas, sempre deve haver uma questão geral que as articule, lhes dê coerência e potencialize seus respectivos rendimentos analíticos advindo de suas particularidades. Enfim, aqui também vale manter presente a pergunta acima mencionada: “E daí?”, no caso, o que essas alterações de fato trazem para a construção da explicação?

Outro aspecto mencionado apenas de passagem por Braun e Clarke é o da *representação*, entendida como a forma que os atores analisados descrevem e avaliam as situações, sentimentos, outros atores, instituições ou fatos presenciados. Não pretendemos tratar da complexa discussão sobre *representação* social, mas apenas indicar que a categoria *representação* pode ser uma forma interessante de abordar a fala direta e pessoal dos atores em uma AT.

Podemos recorrer às proposições de Ralf Bohnsack (2020) em relação à *representação*. Bohnsack afirma que a Sociologia do Conhecimento não se pergunta se:

As “**representações a serem interpretadas**” (...) correspondem aos

critérios de validade da verdade ou da precisão normativa. (...) Não interessa se as representações são (factualmente) verdadeiras ou corretas, interessa apenas **o que se documenta nelas em relação àqueles que representam e em relação às orientações destes** (Bohnsack, 2020, p. 85, grifos em negrito nossos e em itálico no original).

Outra forma interessante de tratar da *flexibilidade* da AT é o “movimento constante de ida e volta” entre o conjunto de dados, a codificação e a análise dos dados e a redação do texto que condensa os resultados (Braun; Clarke, 2006, p. 86). A este relato, sugerimos acrescentar a produção de um relato desta dinâmica e de outros momentos cruciais da pesquisa, com seus desafios, percalços e sucessos, pois isso também pode ser útil para outras pesquisas, o que nem sempre é feito, ao menos nas Ciências Sociais no Brasil.

Um momento muito importante da AT é o do arranjo dos dados obtidos a partir dos códigos e da definição dos temas e da sua agregação, ou seja, do “mapa temático”, que normalmente vem depois da conclusão da codificação, quando se tem uma ideia geral dos dados disponíveis.⁵ Trata-se de momento importante na verificação da importância dos próprios códigos, *temas* e *subtemas* e do seu “refinamento” que pode implicar em criação, abandono, revisão, divisão, fusão e perda parcial ou total de importância, mas também na coerência interna e na diferenciação entre os *temas* e na sua capacidade de revelar *padrões*, e, portanto, exercerem um papel relevante e articulado aos demais *temas* na análise e na sustentação dos resultados (Braun; Clarke, 2006, p. 89-91).⁶ As autoras concluem ressaltando que essa revisão deve ter duas motivações:

A primeira é (...) verificar se os temas ‘funcionam’ em relação ao conjunto de dados. A segunda é codificar quaisquer dados adicionais dentro dos temas que tenham sido perdidos em estágios anteriores de codificação. A necessidade de recodificação do conjunto de dados é esperada, pois a codificação é um processo orgânico contínuo (Braun; Clarke, 2006, p.91).

Se o “mapa temático” funcionar, segue-se para a próxima fase. Caso

5. Esta atividade corresponde à Fase 3 do passo a passo de Braun e Clarke (2006). Ver Tabela 1 abaixo.

6. Este aspecto corresponde às Fases 4 e 5 do esquema de Braun e Clarke (2006). Ver Tabela 1 abaixo.

contrário, a revisão tem que ser feita novamente até que este mapa esteja satisfatório. Neste processo, novos *temas* podem surgir, mas as autoras alertam que se deve tomar cuidado para evitar uma “recodificação sem fim” e o critério para não cair nesse erro é avaliar se há ganhos analíticos, metodologicamente coerentes e sustentados nos dados (Braun; Clarke, 2006, p. 92). Outra sugestão das autoras é que os temas tenham nomes que sejam “concisos, incisivos”, dando ao leitor uma ideia clara e precisa sobre o que tema trata e pretende (Braun; Clarke, 2006, p. 93).

Nesta fase, a *flexibilidade* se dá enquanto ganho em precisão, validade e eficácia da AT relativo ao processo de “ida e volta”, agora no que diz respeito à relação entre resultado da codificação (dados) e *temas*. Isso é necessário para que se articule da melhor forma possível os *temas* e *subtemas* e seus conteúdos, o que impacta na disposição destes *argumentos* ao longo do texto. Esse procedimento pode se dar de forma sequencial ou igualmente com “idas e voltas”, como ocorre no próprio processo de análise do material empírico, desde que feita com muita clareza e coerência. Aqui também vale a pergunta: E daí?. Ou seja, o que de fato se espera que os novos dados e os novos *temas* agreguem à construção da explicação, já que eles nunca devem falar por si, nem por quem fez a pesquisa.

Isto remete a mais uma das “armadilhas” indicadas por Braun e Clarke que se deve evitar, ou seja, fazer uma análise fraca e que não trabalhe os *temas* e não use extratos que os ilustrem de forma coerente e consistente e em torno da questão geral da pesquisa e com a própria estratégia de AT adotada (“construcionista”, “essencialista” ou “contextualista”), o que poderia implicar também em fazer inferências e generalizações precárias (2006, p. 94). Por fim, é necessário dimensionar o alcance dos objetivos e da questão central da pesquisa de acordo com os recursos e as possibilidades que a AT oferece e permite (Braun; Clarke, 2006, p. 97).

Braun e Clarke chamam a atenção também para a questão da forma de apresentação ou de representação visual das estratégias de análise, dos códigos, dos *temas*, dos dados e dos resultados (2006, p. 89-90). Entendemos que, embora as sugestões feitas sejam interessantes, é importante pensar em alternativas para além de tabelas, figuras, mapas mentais e mapas temáticos,

as quais também podem se beneficiar da *flexibilidade* com a responsabilidade que caracteriza a AT.

Em suma, podemos observar que é necessário fazer uma análise o mais convincente e interessante possível, em todos os seus fundamentos, e não pretender algo que a pesquisa ou o método não permitem. Assim, a *flexibilidade* não é no rigor, na clareza e na precisão dos objetivos, critérios e fundamentos teóricos e metodológicos, nem na clareza da sua exposição, mas sim na forma de construí-los. O mesmo ocorre em relação aos ganhos analíticos, à eficácia explicativa e à fundamentação da *compreensão*, ainda que *interpretativa*, produzida pela pesquisa. Ou seja, produzidos os dados, mais uma vez, responder à pergunta: E daí?. O que esses dados explicam ou contribuem para a *compreensão*? Enfim, como em qualquer outro método, não dá para usar a AT sem conhecê-la bem e sem o preparo e o cuidado necessários.

2. Da diferença da Análise Temática para a Análise de Conteúdo

Como será tratado no próximo capítulo, a análise temática guarda muitas diferenças em suas atuais aplicações para a Análise de Conteúdo. Tendo uma origem mais construtivista e mais qualitativa, a AT originalmente tinha uma preocupação menor com as questões de confiabilidade e replicabilidade. Podemos afirmar que a técnica não tinha problemas com a questão de se ter apenas um codificador e da necessidade do estudo ser necessariamente reproduzível. Como toda abordagem qualitativa, a questão da subjetividade da codificação sempre esteve presente, mas de outra forma. A AC se preocupa em fazer isso antes da codificação, usando livro de códigos, dois ou mais codificadores e testes de confiabilidade. A AT já foi pelo caminho mais natural da pesquisa qualitativa, tendo, recentemente, mais preocupações com questões de triangulação, reflexividade, construção do *corpus*, descrição detalhada, surpresa e validação comunicativa. Enquanto alguns livros de código são feitos anteriormente à codificação, podemos dizer que a maior parte é definida após certo andamento da codificação para afiançar que não se trata de algo totalmente subjetivo e acrítico. Portanto, critérios sobre a reflexividade (o impacto do pesquisador na pesquisa) e sobre a validação dos dados passam a ser importantes para a qualidade da pesquisa.

3. O modelo de aplicação da Análise Temática

Mesmo sendo muito usada, não há uma definição muito clara do que é a AT e como fazê-la. Nosso objetivo é auxiliar a resolver essa lacuna e lembrar a importância de se explicar como fazer essa análise e de enfatizar que quem faz a pesquisa é que deve clarificar como foram feitas as escolhas de análise, por que se nós não sabemos como a pessoa analisou seus dados, ou em quais suposições se baseou, há uma maior dificuldade em avaliar a pesquisa, em comparar com outros estudos e mesmo dar sequência a essa análise.

Algumas etapas da AT são as mesmas de outras análises qualitativas. Após coletar os dados e definir o *corpus* da pesquisa, é necessário olhar para os dados, ou seja, ler e perceber as semelhanças e diferenças no material, buscar padrões de significado e o potencial dos dados. Essa etapa pode começar já na coleta dos dados. Por exemplo, se serão analisadas entrevistas realizadas por quem fez a pesquisa, ele pode ter esses insights ao ir realizando as entrevistas e perceber as semelhanças nas respostas dos entrevistados.

Há dois tipos de abordagem que podem ser utilizadas: indutiva e dedutiva. A abordagem indutiva é baseada nos dados não parte de uma grade pronta de categorias ou temas para analisar os dados, já a dedutiva ou teórica parte de um conjunto preestabelecido de categorias ou temas bem definidos.

Seja qual for a abordagem, a AT contribui pela sua praticidade e ampla aplicabilidade, pois pode ser utilizada em quase qualquer tipo de análise qualitativa. Mais que isso, tanto o pesquisador novato em análise de dados qualitativos, como o mais experiente, pode se beneficiar da AT. O novato tem a oportunidade, ao dominar a AT, de desenvolver habilidades fundamentais que servirão de suporte a outros métodos qualitativos, como a *grounded theory* (teoria fundamentada), a análise de discurso e a análise de narrativas. É por esta razão que se considera a AT como independente de teorias ou epistemologias (Souza, 2019, p. 53).

O ponto final é o relatório do conteúdo e o encontro dos temas principais nos dados. Esta estrutura está presente nas técnicas de análise de dados qualitativos bastante comuns na literatura.

Tais temas são abstratos e baseados nos construtos que os investigadores identificam ao longo da análise (Ryan; Bernard, 2000, p. 780). Um tema captura algo importante sobre os dados em relação à pesquisa, buscando responder à pergunta de pesquisa. Esse tema pode representar algum nível de resposta e/ou ter um significado intrínseco ao conjunto de dados.

Uma pergunta importante em termos de codificação é: o que conta como um padrão/tema? Conta algo que prevaleça, que seja recorrente. Por exemplo, ao analisar as entrevistas e os textos sobre o movimento feminista atual em sua tese, Daniela Drummond (2020) tinha como um dos seus objetivos perceber se poderia chamar esse período de quarta onda feminista, já havia autoras que mencionavam e caracterizavam esse período, então busquei nos textos esses temas que marcam essa denominação na literatura, tais como: interseccionalidade; ativismo digital; transnacionalidade; e assédio sexual.

Não existe uma regra para definir um tema, por exemplo, precisa ser predominante em mais de 50% dos textos para ser um tema, isso não é necessário, embora também seja possível quantificar em algum momento, mas quem vai decidir o que é um tema é o pesquisador, baseado na teoria de sua pesquisa e nos seus achados na análise. No entanto, se na maioria das entrevistas ou material analisado aparece esse assunto, ele deve ser um tema, já se aparece uma vez em uma das entrevistas, não será um tema de análise. Os temas “escolhidos”, codificados e analisados precisam refletir uma parte importante do conteúdo do conjunto de dados.

A análise é um vai e volta aos dados e a escrita faz parte dessa análise, tomar nota dos aspectos mais relevantes facilita muito a escrita dos resultados. A escrita não deve ocorrer só no final, como fazemos, por exemplo, nas análises estatísticas. O ideal é que ela comece na fase inicial, anotando as ideias, pensando em esquemas, nos temas predominantes com o material já coletado, e essa escrita continua no processo de codificação/análise. O registro de ideias, rascunhos e esquemas ao longo do processo facilita muito o andamento da análise.

Assim como Tuckett (2005), nós defendemos que conhecer a literatura contribui para aprimorar a análise, apresentando os recursos mais sutis

dos dados, percebendo os detalhes e contextualizando com mais facilidade.

A seguir elencamos as fases da análise temática baseadas em Braun e Clarke (2006).

Tabela 1. Fases da Análise Temática

1. Familiarizar-se com os dados:	Transcrever os dados (se necessário), ler e reler os dados, anotar as ideias iniciais.
2. Geração de códigos iniciais:	Codificar características interessantes dos dados de forma sistemática em todo o conjunto de dados, reunindo dados relevantes para cada código.
3. Busca de temas:	Agrupamento de códigos em temas potenciais, reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial.
4. Revisão dos temas:	Verificar se os temas funcionam em relação aos extratos codificados (Nível 1) e a todo o conjunto de dados (Nível 2), gerando um “mapa” temático da análise.
5. Definição e nomeação de temas:	Análise contínua para refinar as especificidades de cada tema e a história geral que a análise conta, gerando definições e nomes claros para cada tema.
6. Produção do relatório:	A oportunidade final para a análise. Seleção de exemplos de extratos vívidos e convincentes, análise final dos extratos selecionados, relacionando a análise com a questão da pesquisa e a literatura, produzindo um relatório acadêmico da análise.

Fonte: Extraído de Braun e Clarke (2006, p.87).

Também listamos algumas dicas para facilitar a codificação na AT:

- Procurar por palavras ou frases usadas repetidamente pelos atores;
- Procurar pelo inesperado;
- Ouvir as histórias dos atores (O’connor; Gibson, 2003);
- Procurar por subtópicos dentro de cada categoria, incluindo

pontos de vista contraditórios e novas ideias. Selecionar excertos que exemplifiquem a essência de uma categoria;

- Lembrar que um tema geralmente responde algo sobre a pergunta de pesquisa;
- Lembrar que como se está lidando com análise qualitativa, não há uma resposta padronizada para a questão de qual deve ser a proporção de dados necessária.

Se a flexibilidade, as idas e vindas e outros aspectos da AT não permitem o estabelecimento de uma única e definitiva sequência de procedimentos, mais do que possível, é necessário indicar um passo-a-passo, até como referência para os eventuais ajustes e adaptações. Entretanto, entendemos que nenhum *passo-a-passo* prescinde dos aprendizados cumulativos advindos da experiência concreta e pessoal de fazer uma pesquisa, seja qual for o estágio da carreira de quem a faz.

Apesar disso, é possível estabelecer critérios que garantam a qualidade do processo de análise, não criando um padrão a ser seguido, mas sim sugerindo formas de desenvolvimento de pesquisa. Braun e Clarke (2006) propuseram os critérios descritos na tabela abaixo:

Tabela 2 - Lista de verificação de 15 pontos de critérios para uma boa Análise Temática

Processo	nº	Crítérios
Transcrição	1	Os dados foram transcritos em um nível adequado de detalhes, e as transcrições foram verificadas em relação às fitas para garantir a "precisão".
Codificação	2	Cada item de dados recebeu a mesma atenção no processo de codificação.
	3	Os temas não foram gerados a partir de alguns exemplos vívidos (uma abordagem anedótica), mas, em vez disso, o processo de codificação foi minucioso, inclusivo e abrangente.
	4	Todos os extratos relevantes para cada tema foram reunidos.
	5	Os temas foram comparados entre si e com o conjunto de dados original.
	6	Os temas são internamente coerentes, consistentes e distintos.
Análise	7	Os dados foram analisados/interpretados, entendidos/em vez de apenas parafraseados ou descritos.
	8	A análise e os dados correspondem entre si / os extratos ilustram as afirmações analíticas.
	9	A análise conta uma história convincente e bem organizada sobre os dados e o tópico.
	10	Há um bom equilíbrio entre a narrativa analítica e os extratos ilustrativos.
Geral	11	Foi alocado tempo suficiente para concluir todas as fases da análise de forma adequada, sem apressar uma fase ou dar a ela uma ligeira revisão
Relatório escrito	12	As suposições e a abordagem específica da análise temática são claramente explicadas.
	13	Há uma boa adequação entre o que você afirma fazer e o que você demonstra ter feito, ou seja, o método descrito e a análise relatada são consistentes.
	14	A linguagem e os conceitos usados no relatório são consistentes com a posição epistemológica da análise.
	15	O pesquisador é posicionado como ativo no processo de pesquisa; os temas não "emergem" simplesmente.

Fonte: Extraído de Braun e Clarke (2006, p. 96).

A indicação clara e precisa dos critérios de definição da *prevalência* dos *temas* e a caracterização da forma de expressar a sua presença nas informações encontradas no material empírico são procedimentos fundamentais para testar as hipóteses e sustentar as inferências e conclusões, ou mesmo para incorporar novos *temas* e perguntas de pesquisa, dentro da lógica da *flexibilidade* que caracteriza a AT.

Entretanto, é fundamental que todos os critérios, procedimentos e ferramentas sejam estabelecidos de forma clara e precisa. Ou seja, se há inevitavelmente subjetividades em qualquer abordagem científica, pois mesmo nas ferramentas de Inteligência Artificial há processos de treinamento e de estratégias de alimentação de informações de alguma forma definidos por *alguém*, isso não significa a possibilidade de haver obscuridade em relação àquelas dimensões fundamentais. Como dissemos acima, isso é importante tanto interna quanto externamente à pesquisa.

Outra indicação de Braun e Clarke muito importante para a questão da relação entre subjetividade e objetividade na AT é o desafio de definição do “nível” de identificação dos *temas*. As autoras ressaltam que quando a pesquisa se volta para o “nível semântico ou explícito”, não se busca “algo para além do que foi dito ou o que foi escrito”. Assim, a escolha dos *temas* considera o “nível explícito” do discurso, produzindo uma “descrição” que simplesmente organiza e sumariza os dados que indicam “padrões nos conteúdos semânticos”, para daí chegar na “interpretação”, quando a teoria e o diálogo com a literatura atuam na construção dos significados destes padrões.

Já no “nível latente” a análise vai além do que está explícito e busca identificar ou examinar “ideias subjacentes, suposições e conceitualizações e ideologias que são teorizadas como moldando ou informando o conteúdo semântico dos dados” (Braun; Clark, 2006, p. 84). Neste nível, a interpretação dos dados ultrapassa a descrição e contempla as questões teóricas.

Embora esta distinção seja interessante, as autoras a apresentam como uma decisão a ser tomada por quem realiza a pesquisa e como dois níveis estanques. Entendemos que tal distinção implica mais propriamente em questões epistemológicas e esse não seria o melhor caminho, ou ao

menos o único, para o uso da AT como método. Afinal, a *interpretação* se impõe, seja qual for o nível. Portanto, nos parece necessário a consideração de que há *continuidades* no interior e entre estes níveis que podem ser importantes na construção tanto dos temas e dos dados, quanto da sua *interpretação*.

Um exemplo de análise temática na Ciência Política foi a realizada por Daniela Drummond em sua tese *A quarta onda do movimento feminista no jornalismo brasileiro e português: um estudo sobre as coberturas jornalísticas da Folha de S. Paulo e do Público* (2013-2018) defendida no Departamento de Ciência Política, na Universidade Federal do Paraná, no ano de 2020. A análise temática consistiu na segunda parte da tese, primeiramente a autora realizou uma análise de conteúdo dos jornais *Folha de São Paulo* e *Público* e, para complementar a análise dos jornais, realizou entrevistas com: 1) jornalistas que trabalham nos jornais que fazem parte da amostra ou que estão ligados à temática feminista; e 2) ativistas feministas e porta-vozes de organizações que buscam a igualdade de gênero e tem maior visibilidade no país de origem.

Após realizar as entrevistas e transcrevê-las, Drummond (2020) optou por realizar uma análise temática das mesmas com o apoio do *software* NVivo. O processo da análise temática usado nas análises qualitativas tem início quando o pesquisador procura nos seus dados padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa, podendo acontecer já durante a coleta de dados ou na condução das entrevistas.

A partir da análise temática das entrevistas, a autora concluiu que os temas mais frequentes da quarta onda feminista em Portugal são a violência no namoro, as diferenças salariais, o assédio sexual, a violência contra a mulher, as questões da justiça machista que culpabiliza as vítimas e as questões LGBTI. As conquistas mais recentes são os avanços na legislação quanto ao tratamento do feminicídio e à despenalização do aborto.

Foi por meio da análise qualitativa que a autora confirmou sua hipótese de uma nova onda feminista, a quarta onda, já que as ativistas entrevistadas reconhecem uma nova fase do feminismo, algumas usam a expressão quarta onda, a questão da internacionalização fica evidente nas falas, da forma com que as temáticas ultrapassam fronteiras, como exemplo as denúncias de estupro e assédio feitas na campanha *#MeToo*, além do amplo

uso da internet na militância.

4. O relatório e o olhar do pesquisador

A análise final e a escrita do relatório apresentam as escolhas de quem faz a pesquisa. Por sua vez, há cuidados importantes para a produção do relatório que descreve os objetivos, os fundamentos, os procedimentos adotados e as evidências que sustentam os resultados da pesquisa. Braun e Clarke sugerem a seleção de exemplos e trechos do material que apresentem de forma clara e direta o que se pretende demonstrar. Neste momento, as autoras usam a expressão “*argument*” para enfatizar que não se trata de mera descrição dos dados, mas sim de apresentar o que sustenta a pesquisa, em cada uma de suas partes estruturais: objetivos, fundamentos teóricos e metodológicos e resultados (Braun; Clarke, 2006, p. 93).

Esta fase tem uma importância e um ganho interno fundamental: organizar os *argumentos* em uma *argumentação* inteligível, coerente e com eficácia explicativa. E tem a sua dimensão pública, ou seja, passará pelo crivo de algum tipo de avaliação externa, seja em um evento, em um texto para publicação (artigos e capítulos) ou um trabalho de conclusão.

Para destacar que há diversas formas de realizar uma AT, nos baseamos novamente na análise de Braun e Clarke (2006). Relatar uma AT em um artigo científico, pesquisa ou tese envolve narrar a história complexa dos dados para convencer quem lê sobre o mérito e a validade da pesquisa realizada.

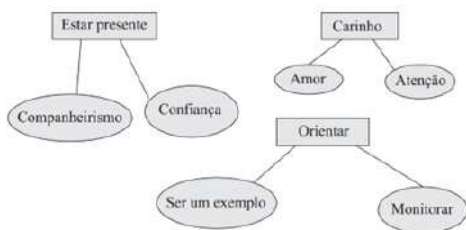
Podemos mencionar outra “armadilha” que as autoras nos alertam, que é a da incoerência entre os dados e as conclusões produzidas, o que pode até gerar suspeições em relação à pesquisa ou entre os dados e os fundamentos teóricos adotados. Elas exemplificam esta situação da seguinte forma:

Se você estiver trabalhando com uma estrutura experiencial, normalmente não fará afirmações sobre a construção social do tópico de pesquisa e, se estiver fazendo uma análise temática construcionista, não tratará o discurso das pessoas sobre a experiência como uma janela transparente para o mundo delas (Braun; Clarke, 2006, p. 95).

Por fim, este item buscou destacar a importância de um cuidado que poderíamos expressar em torno de uma pergunta que quem faz a pesquisa tem que sempre se colocar: “E daí?”. Ou seja, além da qualidade e da autenticidade da informação, qual é a sua pertinência e o que ela agrega ao processo da pesquisa e à produção de seus resultados? Isso é que vai ajudar na distinção acima mencionada entre informações e argumentos, ou seja, quando tais *informações*, enquanto dados, compõem de forma harmônica, coerente, criativa e produtiva uma *argumentação* que sustenta a *interpretação* e a *compreensão*.

A análise pode conter gráficos ou ilustrações para explicar as escolhas. No exemplo que usamos, a autora optou por não utilizar mapas e ilustrações. Souza (2019) elenca os temas nos retângulos e os subtemas no formato oval e explica que os subtemas são, essencialmente, temas dentro de um tema que também podem demonstrar a hierarquia de significados dentro dos dados.

Figura 1: Exemplo de ilustração de temas e subtemas



Fonte: Souza, 2019, p.61

O relatório deve fornecer evidência suficiente dos temas nos dados, escolhendo os melhores exemplos que capturam a essência do argumento que se está tentando ilustrar. A narrativa analítica precisa ir além da descrição dos dados, mas analisá-los, construindo um argumento na relação com a pergunta de pesquisa.

Também é possível a apresentação de ilustrações nos resultados, de um mapa temático. O trabalho original de Braun e Clarke (2006) fornece exemplos de um mapa temático inicial, o mapa em desenvolvimento, e o

mapa temático final. Esse mapa pode ser apresentado no artigo final, mas muitas vezes é suprimido por falta de espaço.

A clareza nos procedimentos é um critério de confiabilidade que diz respeito à boa documentação, à transparência e ao detalhamento de exposição dos procedimentos na busca e na análise dos resultados. É importante gerar condições para que outros pesquisadores possam reconstruir o que foi realizado em cenários de pesquisa diferentes. A tabela abaixo, baseada em Nowell *et al.* (2017), exemplifica alguns dos critérios para que uma AT cumpra os ideais de confiabilidade.

Tabela 3. Os seis critérios de confiabilidade para a Análise Temática (Nowell *et al.*, 2017)

Credibilidade	Coerência entre o ponto de vista dos atores e a “representação” que deles faz o/a pesquisador/a.
Transferibilidade	Clareza na possibilidade de generalização e disponibilização dos resultados.
Fiabilidade	O processo de pesquisa é lógico, rastreável e claramente documentado.
Confirmabilidade	Demonstração de que a interpretação e os achados são efetivamente derivados dos dados e ocorre quando a credibilidade, a transferibilidade e a fiabilidade foram alcançadas.
Auditabilidade	Apresentar de forma clara e bem justificada as decisões e escolhas feitas pela pesquisa em relação à teoria e à metodologia, permitindo que outras pessoas possam seguir o caminho dessas decisões, escolhas e os respectivos resultados.
Reflexibilidade	Registro detalhado dos processos pessoais, das reflexões internas e do diálogo externo relativos aos objetivos, às decisões e suas justificativas e os achados (<i>insights</i>) ao longo da pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Nowell *et al.* (2017, p. 3).

Nowell *et al.* (2007), baseados no passo a passo de Braun e Clarke (2006), também apresentam critérios que garantam confiabilidade em cada

uma das seis fases da AT, demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 4. Estabelecendo a confiabilidade durante cada fase da Análise Temática

Fases da Análise Temática	Meios de estabelecer confiabilidade
Fase 1: Familiarização com seus dados	Envolvimento prolongado com os dados
	Triangulação de diferentes modos de coleta de dados
	Documentar pensamentos teóricos e reflexivos
	Documentar pensamentos sobre possíveis códigos/temas potenciais
	Armazenar dados brutos em arquivos bem organizados
	Mantenha registros de todas as notas de campo dos dados, transcrições e anotações de reflexões
Fase 2: Geração de códigos iniciais	Checagem dos resultados com os colegas e realização de ajustes
	Triangulação entre pesquisadores
	Registro no diário de reflexões
	Uso de um quadro de codificação
	Registro do processo de tomada de decisões na geração de códigos
	Documentação de todas as reuniões de checagem dos resultados com os colegas e de realização de ajustes
Fase 3: Busca por temas	Triangulação entre pesquisadores
	Diagramação para dar sentido às conexões entre os temas
	Manter anotações detalhadas sobre o desenvolvimento e hierarquias de conceitos e temas
Fase 4: Revisão de temas	Triangulação entre pesquisadores
	Exame dos temas e subtemas pelos membros da equipe
	Teste de adequação referencial retornando aos dados brutos

Fase 5: Definição e nomeação de temas	Triangulação entre pesquisadores
	Checagem dos resultados com os colegas e realização de ajustes
	Consenso da equipe sobre os temas
	Documentação das reuniões da equipe sobre os temas
	Documentação da escolha de nomes para os temas
Fase 6: Produção do relatório	Checagem pelos membros
	Checagem dos resultados com os colegas e realização de ajustes
	Descrição do processo de codificação e análise com os detalhes necessários
	Descrições detalhadas do contexto
	Descrição do processo de tomada de decisões
	Relatório sobre os motivos das escolhas teóricas, metodológicas e analíticas durante todo o estudo

Fonte: Extraído de Nowell *et al.* (2017, p. 4).

A transparência desempenha para a pesquisa qualitativa funções semelhantes à validade interna e externa na pesquisa quantitativa. Cabe ao pesquisador proporcionar suficiente descrição do contexto social do cenário da pesquisa e dos sujeitos analisados e das fases de sua elaboração para que os leitores fiquem aptos a determinar a proximidade de suas situações com o cenário relatado na pesquisa e até se descobertas podem ser transferíveis.

5. Aplicações em Ciência Política

Em uma busca na *Web of Science*, nas mais de 50.000 referências à “Análise Temática”, com forte predominância de artigos e revisões, as/ou dez autoras/es que mais publicaram são da área de Saúde. Deste montante, dos 126 que estão na categoria “Ciência Política”, a grande maioria é da área de Psicologia Política.⁷

Quando selecionamos as revistas que se aproximam mais do que em

⁷. Assim como na pesquisa na *Scopus* e na *Scielo Citation Index*, foi usada a expressão “Thematic Analysis” considerando todos os itens de busca. Os levantamentos foram feitos em 26/09/2023.

geral consideramos Ciência Política no Brasil, o número de trabalhos cai para 20. Destes, o trabalho mais citado é o de Toby James, publicado em 2014, e apresenta a AT como uma metodologia inovadora na análise dos efeitos da mudança na forma do registro eleitoral feita pelo governo do Reino Unido. Através de entrevistas com as autoridades eleitorais locais, James busca no “conhecimento local” dos “burocratas de nível de rua”, uma forma de verificação destes efeitos (James, 2014).

Dos dois outros trabalhos mais citados, um usa a AT para interpretar as “representações sociais” expressas em notícias com posições negacionistas em relação a mudanças climáticas, AIDS e covid-19 (Jaspal; Nerlich, p.2022) e o outro analisa situações em que os cidadãos poderiam desempenhar o papel de “empreendedores políticos” e usa a AT em grupos focais e entrevistas com indivíduos que atuam por políticas públicas voltadas para o autismo (Callaghan; Silvester, p. 2021).

É interessante notar que se destes 20 trabalhos o mais citado é de 2014, a grande maioria dos demais foi publicada entre 2021 e 2023, o que indica uma tendência de crescimento no uso da AT, o que merece um acompanhamento e uma análise mais criteriosa no futuro.⁸

Apesar do baixo índice, apresentaremos trabalhos com uso de AT na Ciência Política, para demonstrar suas amplas possibilidades de uso. Autores internacionais como Ofosu-Anim e Seung-Hee Back (2021), da Coreia do Sul, desenvolveram um quadro conceitual para discutir como ele pode ser utilizado para as questões de liderança política. Eles realizaram uma revisão temática da literatura sobre liderança política e identificaram 27 diferentes teorias e práticas que elucidaram os princípios da teoria e prática da liderança política, com os resultados obtidos desenvolveram uma estrutura conceitual, identificaram dois temas: 1. Comportamental e características da perspectiva; e 2. Deliberativa perspectiva consultiva. E quatro processos de liderança política: 1) Promessa; 2) Mandato; 3) Representação; 4) Causalidade. Eles seguiram a metodologia sugerida por Braun e Clarke (2006).

Já Julien Vrydagh (2021) realizou uma análise temática dos relatórios

8. Na base da *Scopus* houve o retorno de 73 mil referências com ano de publicação entre 1963 e 2024, com um crescimento exponencial a partir de 2011. A predominância também é da área de Saúde, mas com uma presença maior das Ciências Sociais, que ocupa o segundo lugar depois de Medicina, mas não há referência à área de Ciência Política.

dos minis públicos da Bélgica entre 2001 e 2021. Os minis públicos deliberativos são grupos que participam das discussões deliberativas como forma de solucionar problemas da sociedade, por meio da transformação dessas demandas em políticas públicas. O objetivo da pesquisa foi verificar se e como as justificativas apresentadas nesses relatórios coincidem com a teoria política que ressalta a importância da organização dos minis públicos no processo de tomada de decisão e de criação de políticas. O autor conduziu uma análise temática indutiva para mapear como os organizadores concebem as funções dos minis públicos, seguindo as seis etapas propostas por Braun e Clarke (2006). Primeiramente, ele olhou os dados para identificar os temas que vinham do relatório, o que resultou em aproximadamente 1100 itens brutos codificados e a primeira leitura revelou uma grande diversidade nas contribuições dos minis públicos. Em seguida, desenvolveu ‘recipientes conceituais’ para distribuir e categorizar o volume de dados e a teoria (Sartori, 1970, p.1039). Em seguida, comparou os resultados encontrados com a literatura teórica, e seu achado foram discrepâncias entre teoria e prática. Sua análise revelou que funções comuns na prática são pouco teorizadas pelos estudiosos.

Na Ciência Política brasileira, entre os exemplos de uso da análise temática está o trabalho de Rafael Silveira e Silva e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo (2020), que analisou a estratégia de atuação de parlamentares que se dedicam e se destacam na articulação política na arena de produção de leis, denominados agenda *holders*. Os autores tinham como objetivo “apresentar os marcos analíticos e o delineamento desse conceito no âmbito dos Estudos Legislativos e propor estratégias metodológicas para a observação e análise desses agentes políticos no Congresso Nacional” (Silva; Araújo, 2020, p.19).

Para observarem a atuação dos agenda holders, Silva e Araújo realizaram a análise temática, se aprofundando no conteúdo dos debates que ocorrem no Legislativo e nos mecanismos de centralização adotados para a tramitação de algumas proposições:

A análise temática exige um conhecimento detalhado dos assuntos tratados no Congresso Nacional, o que requer familiaridade com os atores

envolvidos e com a forma que geralmente o Legislativo funciona. Um dos recortes metodológicos que podemos adotar para verificar a atuação dos *agenda holders* pelo tratamento temático é observar seus papéis nos processos de apropriação da agenda do Legislativo, nos quais também se pode observar a atuação do Presidente da República (Silva; Araújo, 2020, p.24).

Outra pesquisa usando a análise temática na Ciência Política nacional foi a realizada por Sarmento, Elias e Marques (2023), no texto *A comunicação digital e as pautas das deputadas brasileiras “de direita” no Instagram*, as autoras realizam uma análise temática do conteúdo das parlamentares na rede social para compreender quais temas específicos relativos a questões de gênero e direitos das mulheres foram mobilizados pelas legisladoras nas suas postagens. Como metodologia utilizam a análise temática de conteúdo e análise do discurso, codificando, a partir de temas relacionados às políticas para as mulheres, 423 posts do Instagram de nove parlamentares.

Já Ituassu *et al.* (2023) no texto *Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Qualitativa para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha* realizaram entrevistas semiestruturadas com profissionais de campanha eleitoral no Brasil, em seguida a equipe transcreveu as entrevistas e realizou uma análise temática das mesmas. “Entre a primeira e a segunda etapa, foi desenvolvido um livro de códigos com temas (categorias) e definições (indicadores)” (Ituassu, 2023, p.7). Um aspecto importante do trabalho de Ituassu *et al.* (2023) os autores explicam como realizaram a análise temática adaptando as sugestões de Nowell e colegas (2017). Durante o processo, os autores trabalharam com vários temas até chegarem a três altamente mencionados: 1) democratização; 2) *fake news*; e 3) segmentação.

Considerações finais

A pesquisa qualitativa tem desafios, principalmente para pesquisadores iniciantes, além disso, as pesquisas têm um limite de recursos de tempo e de condições financeiras para realizá-las. As exigências são menores para um estudante de graduação e maiores para um mestrando e doutorando sucessivamente, entretanto, toda pesquisa precisa ser finalizada em algum

momento. Explorar os temas e análises pode ser algo infinito, que se não tiver um prazo de dois anos como no mestrado ou quatro anos como no doutorado pode nunca ter fim. Cabe ao pesquisador decidir quando parar.

Se o objetivo deste capítulo foi apenas apresentar e dar indicações de onde e como usar a AT, olhando sobretudo para a Ciência Política, a expectativa é que ele sirva como ponto de partida para o surgimento de novos trabalhos em quaisquer áreas, sejam de natureza metodológica, sejam de pesquisas empíricas, que cresçam e cheguem muito além do que aqui está sendo apresentado. Certamente, lacunas ficaram abertas, o que é interessante no sentido de fomentar novas análises, desenvolvimentos e aplicações da AT, por exemplo, no aprimoramento das revisões de literatura.

Um ganho importante que se busca com a AT, e que reforça a ideia de Braun e Clarke de que deveria fazer parte dos primeiros passos da formação de pesquisadoras/es, é o de fomentar nestes o exercício da crítica no sentido da *criação* de algo inédito e interessante, de cunho pessoal, individual e subjetivo, mesmo quando articulado com um coletivo ou grupo de pesquisa. Enfim, não ser dependente dos resultados produzidos pelos métodos, pelas ferramentas, pelos *softwares* e especialmente pela inteligência artificial, e produzir um conhecimento que possa não apenas ser compreendido, verificado, testado e igualmente objeto da crítica de outras pessoas, mas que produza *compreensão*, ainda que *interpretativa*.

Como ocorre com todos os métodos científicos, a AT e quem a utiliza devem se manter atualizados em relação às exigências dos periódicos, ao desenvolvimento de novas ferramentas, aos avanços da literatura sobre este método e também às novas formas de divulgação e obtenção de contribuições e críticas, como as redes sociais e os *preprints*.

Seja qual for a natureza da estratégia de análise, é fundamental, sempre que possível e particularmente na área de Ciência Política, o esforço em produzir prospecções, indicar tendências, sugerir e contribuir com as formas de enfrentar os desafios e problemas sociais concretos aos quais a pesquisa remete. Se há o convencimento de que a abordagem qualitativa é cientificamente válida, não há por que deixar de lado as contribuições específicas que ela pode trazer para a sociedade, para a qualificação do debate e para a

mídia em geral, e não apenas para o âmbito acadêmico.

Referências

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n.2, p. 77-101, 2006.

BOHNSACK, R. **Pesquisa Social Reconstrutiva – Introdução aos métodos qualitativos**. Petrópolis, Vozes, 2020.

BOYATZIS, R. E. **Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

CALLAGHAN, T. & SILVESTER, S. 2021. Private Citizens as Policy Entrepreneurs: Evidence from Autism Mandates and Parental Political Mobilization. **Policy Studies Journal**, v. 49, n.1.

DOMENICO, S. M. R. Análise Temática. In: BRUNSTEIN, Janette; SCHMIDT, Arilda; ZAMITH, Eliane; ARRUDA-FILHO, Emílio. (Org.). **Análise de dados qualitativos em pesquisa: múltiplos usos em administração**. 1ed.São Paulo: Editora Mackenzie e FGV Editora v. 1, p. 60-82, 2020.

DRUMMOND, D. A quarta onda do movimento feminista no jornalismo brasileiro e português: Um estudo sobre as coberturas jornalísticas da Folha de S. Paulo e do Público (2013-2018). 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2020.

ITUASSU, A.; PECORARO, C.; CAPONE, L.; LEO, L.; MANNHEIMER, V. Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Qualitativa para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 66, n.2, p.1-30, 2023.

JAMES, T. 2014. The Spill-over and Displacement Effects of Implementing

Election Administration Reforms: Introducing Individual Electoral Registration in Britain. **Parliamentary Affairs**, v. 67, n. 2, Abril 2014, p. 281–305.

JASPAL, R. & NERLICH, B. 2023. Social representations of COVID-19 skeptics: denigration, demonization, and disenfranchisement. **Politics, Groups, and Identities**, v.11, n.4, p. 750-770.

NOWEL, L. S.; NORRIS, J. M.; WHITE, D. E.; MOULES, N. J. 2017. Thematic Analysis: Striving to Meet the Trustworthiness Criteria. **International Journal of Qualitative Methods**, v.16, p. 1–13.

O’CONNOR H.; GIBSON, N. A Step-by-Step Guide to Qualitative Data Analysis. **Pimatiziwin: A Journal of Aboriginal and Indigenous Community Health**, v.1, p. 64-90, 2003.

OFOSU-ANIM, D. O.; BACK, S. H. Towards a Conceptual Framework for Political Leadership Theory and Practice: A Thematic Analysis of the Literature. **Open Journal of Leadership**, v.10, p. 193-213, 2021. <https://doi.org/10.4236/ojl.2021.103013>

RYAN, G.W.; BERNAD, H.R. Data management and analysis methods. In Denzin, N.K. and Lincoln, Y.S. (eds). **Handbook of qualitative research, second edition**. Sage, p. 769/802, 2000.

SARMENTO, R.; ELIAS, M. I.; MARQUES, G. ‘A comunicação digital e as pautas das deputadas brasileiras ‘de direita’ no Instagram’. **Terceiro Milênio - Revista Crítica de Sociologia e Política**, v.20, p. 56-83, 2023.

SARTORI, G. ‘Concept misinformation in comparative politics’, **American Political Science Review**, v.64, n.4, p. 1033–1053, 1970.

SILVA R. S.; ARAÚJO, S. M. V. G. de. Ainda vale a pena legislar: a atuação

dos agenda holders no Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 19–50, 2013.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.** [online]. v. 71, n.2, p. 51-67, 2019.

TUCKETT, Anthony G. Applying thematic analysis theory to practice: A researcher's experience. **Contemporary nurse**, v. 19, n. 1-2, p. 75-87, 2005.

VRYDAGH, J.; DEVILLERS, S.; TALIKDER, D.; JACQUET, V. BOTTIN, J. Les mini-publics en Belgique (2001-2018): expériences de panels citoyens délibératifs. **Courrier hebdomadaire du CRISP**, v. 2477, n.32, p. 5-72, 2021.

WEBER, M. 1999. **Economia e Sociedade**. Volume 1. Brasília/São Paulo, UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

_____. 2003. A 'objetividade' do conhecimento nas Ciências Sociais. In **Max Weber**. Ática, São Paulo.

08

Análise de conteúdo qualitativa em Ciência Política ¹

Rafael Cardoso Sampaio

Paula de Oliveira Portela

Pedro Beff

Tiago Borges

Murilo Brum Alison

¹. Parte do conteúdo deste capítulo havia sido publicada em Sampaio, Portela, Araújo (2022), mas foi atualizada, adaptada para uma abordagem qualitativa e focada em Ciência Política.

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta resumida de uma aplicação científica da técnica de pesquisa análise de conteúdo (AC) em seu modo qualitativo. A técnica pode ser considerada uma das principais formas de análise de dados qualitativos na pesquisa brasileira, seja para análise de textos e conteúdos produzidos por diferentes instituições ou atores, seja para avaliar o resultado gerado por outras técnicas de coleta de dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais. Trata-se de técnica vastamente utilizada em várias áreas de pesquisa, como, por exemplo, Administração, Ciência da Informação, Ciências Contábeis, Ciência Política, Comunicação, Educação, Enfermagem, Psicologia, Saúde Coletiva, Sociologia dentre tantas outras (Deslandes e Iriart, 2012; Leite, 2017; Sampaio *et al.*, 2022a, 2022b).

Mozzato e Grybovski (2011, p.733) observam que qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação e, como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo consiste em extrair sentido dos dados de texto ou imagem. Nesta linha, a análise de conteúdo, particularmente, seria um método de análise de texto, que faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais que compõe o seu *corpus* de texto (Bauer, 2007, p. 190).

Assim, pode-se dizer, sucintamente, que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que permite, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014, p.14). Diante disto, uma das características da AC é que ela reduz a complexidade de uma coleção de textos: a classificação sistemática e a contagem de unidades de texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características (Bauer, 2007, p. 191).

Note-se que há considerável debate na literatura a respeito da natureza essencialmente – ou, ao menos, predominantemente – quantitativa da análise de conteúdo. Segundo Sampaio e Lycarion (2021), autores de peso como Neuendorf (2002), Riffe, Lacy e Fico (2014) assumem abertamente que “só se considera análise de conteúdo aquela que gerar resultados

quantitativos” (2021, p. 15). Por outro lado, há uma ampla gama de autores, como Drisko, Maschi (2016), Mayring (2014), Krippendorff (2004) e Bardin (2016), que não aderem a essa perspectiva, demonstrando haver, sim, análises de conteúdo qualitativas. Ante este quadro, Bauer (2007, p. 190) assevera o caráter híbrido da AC, uma vez que mantém características tanto quantitativas quanto qualitativas.

Desse modo, a pertinência do uso da análise de conteúdo estará submetida às potencialidades que esta técnica apresenta para responder aos problemas/questões da pesquisa que está sendo mobilizada. A própria forma como a análise de conteúdo será configurada depende diretamente do tipo de pergunta a que se deseja dar resposta. A construção de uma pergunta de pesquisa qualitativa, por exemplo, requer uma imersão prévia com o intuito de compreender o objeto e sua essência. A análise de conteúdo, neste cenário, emerge como técnica que se propõe à apreensão de uma realidade visível, mas também uma realidade invisível, que pode se manifestar apenas nas “entrelinhas” do texto, com vários significados (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014, p. 15).

Grosso modo, as categorias analíticas e a codificação precisam ser confiáveis, quer dizer, realizadas por dois ou mais codificadores que classificam o conteúdo de uma forma razoavelmente padronizada entre si, o que busca dirimir o viés da codificação humana. Deseja-se que a pesquisa seja replicável após a sua realização, ou seja, que possa ser repetida em um contexto diferente do original. E, finalmente, a análise de conteúdo precisa ser válida tanto no sentido de, efetivamente, mensurar os conceitos nos quais é baseada quanto no sentido de representar, de fato, o fenômeno sendo estudado.

Neste bojo, a análise de conteúdo apresenta uma série de vantagens e fraquezas metodológicas dignas de nota. Dentre os seus pontos fortes da AC, Bauer (2007) salienta que: 1) ela é sistemática e pública; 2) ela faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; 3) presta-se para dados históricos; e 4) ela oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados (Bauer, 2007, p. 212). Por sua vez, as principais fraquezas seriam: (i) introduzir inexactidões de interpretação; (ii) não

reproduzir o contexto original da análise; (iii) tender a se centrar em frequências e descuidar do que está ausente; e (iv) perder a relação entre códigos e texto (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 24). Também como possível limitação, a literatura ressalta que:

o método apresenta ainda um outro ponto controverso, quando nem sempre um tema frequente é necessariamente um tema importante ou, ao contrário, que um tema pouco frequente não seja relevante para a compreensão dos fenômenos estudados. Talvez existam temas que sejam reprimidos, de difícil verbalização ou de difícil manifestação visual (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014, p. 17).

Isto posto, a observância rigorosa dos procedimentos estipulados para a aplicação da análise de conteúdo serve para balizar epistemologicamente a validade científica do método e minorar os riscos das fraquezas e limitações acima mencionados. Este trabalho tem exatamente o intuito de iluminar, de maneira prática, essa intrincada dinâmica procedimental que caracteriza a AC. Assim, depois de expor, muito superficial e introdutoriamente, as características e funções, pertinência e potencialidades, vantagens e desvantagens, é possível expor a definição que iremos adotar da técnica em questão:

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validado e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 17).

Existem inúmeras aplicações da Análise de Conteúdo, que podem restringir-se desde a ser a técnica principal em si e gerar dados, bem como uma técnica complementar para análise de dados gerados por outras técnicas de pesquisa - como entrevistas qualitativas, entrevistas em profundidade, entrevistas narrativas, histórias de vida, grupos focais, resultados de observação participante e etnografia, questionários abertos etc. (Bardin,

2016; Flick, 2009; Schreier, 2012; Sampaio; Lycarião, 2021 p. 21). No caso de ser a técnica principal, há uma miríade enorme de objetos e conteúdos que podem ser classificados pela AC, a exemplo de documentos de instituições (atas, relatórios, documentos de arquivos públicos, contratos, licitações registros, ofícios, correspondência, atas, memoriais, memorandos, comunicados, prontuários, documentos clínicos, ambulatoriais e hospitalares), produtos acadêmicos (*papers*, artigos, capítulos, livros, monografias, dissertações, teses etc.), materiais didáticos, websites e blogs, postagens em redes sociais online (incluindo comentários, memes, imagens, áudios, vídeos etc.), leis regulamentações (leis, projetos de leis, decretos, regulamentos, instruções normativas, resoluções, portarias, medidas provisórias, etc.), audiovisual (HGPE, TV, cinema, vídeos, novelas, séries, vídeos de redes sociais), notícias (TV, impresso, rádio, internet), debates, discursos e pronunciamentos, diários e (auto)biografias, letras de música, material literário, dentre outras possibilidades (Sampaio *et al.*, 2022b).

Finalmente, retomando os pontos iniciais, este capítulo busca suprir duas lacunas apontadas na literatura. Em primeiro lugar, Sampaio e colegas (2022a) fizeram uma compreensiva revisão cientométrica do uso da técnica na base SciELO. Os autores localizaram 3.484 artigos que fazem uso da técnica, estando divididos entre ciência da vida (especialmente, Enfermagem e Saúde Coletiva) e Humanidades (notadamente, Psicologia, Administração e Educação). Ao analisar os artigos mais citados em conjunto em termos de AC, a pesquisa aponta que há um uso muito excessivo do manual de Bardin em todos os colégios da pesquisa brasileira (humanidades, ciências da vida e exatas). Os autores denotam que isso pode ser um indicativo da técnica estar “parada no tempo”, uma vez que o referido manual não é atualizado há mais de duas décadas.

Esta mesma visão levou Sampaio e Lycarião (2021) a lançarem um manual sobre análise de conteúdo quantitativa focado em pesquisas em comunicação política, ciência política e políticas públicas. Entretanto, ao analisarem a qualidade das análises de conteúdo que fizeram uma abordagem qualitativa, Sampaio *et al.* (2022b) concluem que não apenas há muita Bardin, mas também pouca qualidade. Em outras palavras, mesmo ao considerarem

os indicativos de cientificidade de uma pesquisa qualitativa, como confiabilidade, replicabilidade, validade, transparência, credibilidade, descrição detalhada e validação dos dados, a maior parte das análises de conteúdo qualitativas não observava tais critérios em seu desenho e em sua apresentação. Ou seja, também a análise de conteúdo qualitativa carece de novos manuais e textos metodológicos afinados com os avanços da técnica nos últimos anos. Este capítulo busca justamente ofertar uma versão qualitativa da análise de conteúdo categorial com foco em objetos e temáticas da ciência política.

Breve origem da aplicação científica da técnica

É interessante notar que a origem da análise de conteúdo parece ter se perdido no Brasil. Muitos acreditam que ela foi criada por Bardin ou realmente não se importam com sua origem anterior. Todavia, como a própria Bardin reconhece, apesar de análises mais sistemáticas de textos já serem realizadas há muitos séculos, a versão moderna e científica da técnica foi criada pelo cientista político Harold Lasswell com o intuito de estudar propagandas de guerra entre as duas guerras mundiais (Lasswell, 1927). Seu papel vital para a criação da técnica e também para a análise política foi bastante negligenciado no Brasil.

Apesar de não ser o objetivo do capítulo, acreditamos que há algumas razões para isso. Primeiramente, a própria Bardin ao fazer sua reconstrução da história da técnica, diz que a análise de conteúdo criada por Lasswell e “aperfeiçoada” por Berelson (com auxílio de Lazarsfeld) mostram uma preocupação “em trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogar-se sobre a validade do procedimento e dos resultados, a verificar a fidelidade dos codificadores e até a medir a produtividade da análise” (Sampaio; Lycarião, 2021 p. 20), o que, para ela, demonstrava um “caráter obsessivo, susceptível de encobrir outras necessidades ou possibilidades” (*ibidem*). Em seguida, em seu histórico, ela argumenta que só após os anos 1950 a técnica voltou a ser vista como útil, quando saiu da “excessiva objetividade” (e seu foco no conteúdo manifesto) e passou a considerar as inferências que a AC poderia trazer, incluindo o conteúdo latente (não explícito) das análises. Possivelmente, essa é a leitura das ciências

da vida que adotou uma versão eminentemente qualitativa da técnica e baseada em Bardin.

Por sua vez, na Comunicação, onde a análise de conteúdo é uma das principais técnicas, Lasswell foi muito criticado por sua visão reducionista de comunicação, que tentava objetificar em excesso questões simbólicas sob um viés quantitativista. ¹Enquanto na Ciência Política brasileira, fortemente inspirada na norte-americana, a resistência estava diretamente ligada à adoção da abordagem das teorias da escolha racional pelos eleitores, o que deixava pouco espaço para discussões mais simbólicas, focadas na emoção, sedução e estetização da política (Porto, 1997), o que explica em grande medida a excelente coletânea *A linguagem da política* (Lasswell, [1949] 1982) ser praticamente esquecida na área.

Ao contrário da visão da Comunicação e a despeito da recepção na Ciência Política, reconhecemos tal importância denotada pelo professor Morris Janowitz (1968) da Universidade de Chicago, que oferece uma visão analítica abrangente das diversas contribuições de Lasswell para as ciências sociais. Segundo Janowitz, Lasswell deve ser exaltado por sua abordagem naturalista ao estudo do poder político, o exame de elites, a aplicação de princípios psicanalíticos ao comportamento político e a investigação sobre o papel social dos detentores de conhecimento (1968, p. 646). Um ponto de diferenciação entre Lasswell e sua descendência intelectual, como Bernard Berelson, reside na operacionalização da análise de conteúdo. Enquanto Berelson limitou a análise de conteúdo ao conteúdo manifesto (Janowitz, 1968, p. 647), Lasswell propôs um arcabouço mais expansivo. Para ele, a análise de conteúdo não se resumia apenas ao conteúdo manifesto; também abrangia o conteúdo latente, que exigia a incorporação de perspectivas históricas, culturais, psicológicas e jurídicas (Janowitz, 1968, p. 647-648).

A inclinação de Lasswell para a análise de conteúdo precipitou uma conceitualização mais sistemática do ambiente simbólico, segundo Janowitz (1968). Ele enfatizou a necessidade de padrões para avaliar o trabalho dos “manipuladores de símbolos”, particularmente no que diz respeito à mudança social e aos princípios do governo democrático (1968, p. 651). Por

¹ Diferentemente da Ciência Política, a Comunicação brasileira em grande medida rechaçou os métodos e abordagens dos EUA, o que também levou a área a ter uma abordagem essencialmente qualitativa.

meio dessa abordagem, Lasswell aprofundou significativamente o rigor metodológico e o escopo substantivo da investigação política e social. Em outras palavras, Lasswell de fato defendia uma visão quantitativista da análise de conteúdo, mas não o foco no conteúdo explícito dos textos, tendo forte preocupação com as questões simbólicas da política (Janowitz, 1968).

Da diferença da Análise de Conteúdo para a Análise Temática

Desde a concepção original deste manual, a ideia era termos capítulos separados para análise de conteúdo e análise temática, pois os organizadores sabiam que as duas técnicas, por suas similaridades, eram frequentemente confundidas ou mesmo tomadas como idênticas, algo que também é reforçado pela supremacia do manual de Bardin (2016). Na prática, afirmamos que o apresentado por Bardin como análise de conteúdo categorial ou temática é na verdade uma análise temática qualitativa (ver capítulo 07).

Seguindo os princípios defendidos Neuendorf (2018), acreditamos que apesar das duas técnicas dividirem diversas bases comuns, como a base epistemológica de reduzir o conteúdo através de codificação humana e a criação de categorias ou temas para organizar os temas principais dos quais determinado conteúdo aborda, as diferenças param aí.

Apesar de existirem análises de conteúdo do tipo indutiva, acreditamos que a análise de conteúdo “brilha” quando adota uma lógica dedutiva, portanto quando um livro de códigos é criado e o conteúdo é analisado conforme o mesmo. Então, para análises indutivas mais “puras” no sentido qualitativo, certamente a análise temática é um caminho mais produtivo. Consoante Neuendorf (2018), isso se conecta à lógica de que a AC, de inspiração positivista, assume que os textos ou conteúdos são os fenômenos a serem analisados (logo através de códigos já pensados anteriormente) enquanto a AT, baseada em um paradigma construtivista, entende os textos como os próprios dados e os códigos devem surgir pela análise minuciosa dos temas mais salientes.

Por conseguinte, por sua base ter sido definida por Lasswell (1982), a AC tem uma preocupação muito forte em seus princípios de cientificidade, notadamente em termos de confiabilidade, validade e replicabilidade, algo

que não está tão fortemente atrelado à análise temática. Em outras palavras, a análise de conteúdo tem duas preocupações muito fortes em seu cerne, em como lidar com a subjetividade da codificação humana e em como prover condições para os estudos serem replicados.

O principal impacto disso está no cuidado que a AC tem desde seu desenho para lidar com esses dois fatores. Uma série de medidas são então tomadas antes da codificação sequer começar, como a criação e aperfeiçoamento de um livro de códigos, o treinamento de codificadores e o teste de confiabilidade entre eles. Todos esses aspectos buscam tanto lidar com a subjetividade de uma análise humana, portanto, subjetiva quanto com a replicabilidade. Ora, se pensarmos pelo menos em uma ideia de reprodutibilidade da pesquisa ou uma presunção de replicabilidade (Sampaio; Lycarião, 2021), a AC sempre se preocupa com esse pesquisador ou essa pesquisadora que tentará replicar a pesquisa. Portanto, a confiabilidade da codificação precisa ser garantida para afiançar que ela pode ser reproduzida por outrem e o livro de códigos precisa estar disponível, assim como o banco de dados para que seja possível a reprodução da pesquisa. Já a análise temática, em sua forma mais contemporânea, buscará lidar com a subjetividade especialmente *após* a codificação através de diversos métodos de validação dos dados.

1. Um modelo de análise de conteúdo qualitativo

Tradicionalmente, é reproduzido de modo massivo nas pesquisas sobre AC no Brasil os parâmetros estipulados por Laurence Bardin (2016) em seu manual clássico e inaugural, em termos nacionais, sobre esse método (cf. Sampaio *et al.*, 2022a). Resumidamente, a autora expõe a AC em três grandes fases, nomeadamente: (i) pré-análise; (ii) exploração do material ou codificação; e (iii) tratamento dos resultados/inferência e interpretação. Apesar de acharmos uma série de outras etapas e fases mais minuciosas em seu manual, aparentemente o mesmo é inadequadamente lido e a AC brasileira frequentemente é baseada em Bardin e apenas as três etapas acima são anunciadas.

Alternativamente, em outro texto bastante acionado pela literatura brasileira, Bauer (2007, p. 215) apresenta um modelo mais complexo que o

anterior ao denotar, ao menos, oito fases, nominalmente: 1) seleção de textos específicos; 2) amostra; 3) construção do referencial de codificação; 4) teste-piloto e revisão do referencial; 5) teste de fidedignidade dos códigos; 6) codificação dos materiais e estabelecer fidedignidade do processo; 7) construção de arquivo de dados para análise estatística; 8) elaboração de folheto com: (a) racional para referencial de codificação; (b) distribuições de frequência de todos os códigos; e (c) fidedignidade do processo de codificação.

Ainda assim, Sampaio e Lycarião (2021, p.48) destacam que, apesar do modelo de Bauer ser um avanço em relação ao de Bardin por tornar mais explícito os inúmeros processos existentes na análise de conteúdo, ele ainda dá pouca atenção ao que corresponderia à primeira etapa dela (pré-análise), que é justamente onde surgiriam as inquietações acadêmicas que guiarão o desenho de pesquisa e não trata suficientemente sobre o teste de confiabilidade entre codificadores.

Desta forma, acreditamos importante definir um passo-a-passo da condução de uma AC, que explicita outras sub etapas de forma mais detalhada. O modelo se baseia em Sampaio e Lycarião (2021), porém, é adaptado para a lógica qualitativa, conforme ilustra esquema abaixo:

ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Conceituação

1. Identificar o problema (Revisão de literatura)
2. Questões de pesquisa e hipóteses

Desenho

3. Selecionar a(s) unidade(s) e subunidade(s) de análise
4. Criar e definir categorias
 - a. elaboração do livro de códigos
 - b. elaborar a planilha de codificação
5. Amostragem ou construção do corpus qualitativo
6. Pré-teste das categorias e das regras de codificação
 - a. treinamento
 - b. revisão do livro de códigos
 - c. teste de confiabilidade piloto

7. Treinamento final e Teste de confiabilidade das categorias
8. Codificação
- Análise**
9. Análise qualitativa aprofundada
10. Interpretar e reportar os resultados
11. Cuidados em termos de validação e Replicabilidade

1.1 Conceituação

A primeira fase da análise de conteúdo (Sampaio; Lycarião, 2021), como não iremos nos delongar, consiste basicamente da revisão de literatura e da elaboração da pergunta de pesquisa. Como a AC é muito flexível e adaptada às necessidades dos pesquisadores, essas etapas são importantes para guiar o restante do desenho da pesquisa, que segue no tópico abaixo.

1.2 Desenho da Análise de conteúdo

Selecionar a unidade e subunidade de análise

Sendo assim, o uso da análise de conteúdo passa, antes de tudo, pela organização do desenho de pesquisa, o que remete imediatamente para a seleção da unidade amostral e a definição da unidade de análise. A unidade amostral se refere ao material que será de fato analisado, como programas de TV ou rádio, notícias impressas, posts de redes sociais, artigos, teses, documentos gerais, grupos focais, entrevistas etc. Enquanto a unidade de análise (ou unidade de codificação) representa o elemento unitário de conteúdo a ser classificado. Em certos casos, a unidade de análise será idêntica à unidade amostral, quando temos conteúdos mais curtos, como notícias de jornais ou posts de redes sociais, porém, em outros, talvez a unidade amostral seja muito extensa, como um livro, um relatório, uma entrevista, um grupo focal ou simplesmente um vídeo muito extenso. Então, nestes casos, é preciso se definir a unidade de análise, que pode ser, por exemplo, o parágrafo. Isso significa que cada parágrafo do texto será codificado pelas regras da AC. Num grupo focal, a título de exemplo, a unidade de análise pode ser a fala de cada participante, enquanto na entrevista, cada resposta do entrevistado. Mesmo sendo uma análise qualitativa, para a AC a definição da

unidade de análise é central, pois é uma das figuras chave para a possibilidade de replicação do estudo. Do mesmo modo, a identificação correta da unidade de análise é vital para a replicabilidade e confiabilidade da AC, ou seja, os codificadores devem estar cientes da unidade a ser codificada para que não haja resultados distintos. Em algumas pesquisas, será sentida a necessidade de definir mais de uma unidade de análise. Um exemplo comum é o de postagens em redes sociais, com o texto da postagem sendo uma unidade de análise e a imagem podendo ser outra.

Construção do referencial de codificação

A tarefa provavelmente mais importante na análise de conteúdo está justamente na definição de um referencial de codificação. Trata-se de “um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação)” (Bauer, 2007, p. 199). Esse referencial de codificação é materializado, então, numa espécie de manual de codificação (*codebook*) ou simplesmente livro de códigos (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 58). Um livro de códigos deve incluir, segundo os autores, ao menos seis componentes básicos:

- 1) categorias e seus códigos; 2) breve descrição; 3) definição completa; 4) regras para quando aplicar os códigos; 5) regras para quando não aplicar os códigos; 6) exemplos. Em resumo, deve conter definições claras, instruções fáceis de serem seguidas e exemplos que não deixem ambiguidade. (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 63-64).

Assim, o livro de códigos (LdC) é um manual de como codificar, enquanto o formulário de codificação (FdC) é o local que será preenchido pelos diferentes codificadores e apresenta espaços apropriados para aplicar os códigos para todas as variáveis medidas. Enquanto em uma AC quantitativa, o mais normal é fazer uma planilha, em ACs qualitativas, o local de preenchimento é usualmente um *software* de análise qualitativa, um *Computer-assisted qualitative data analysis software* ou CAQDA (ver capítulo 10 para mais detalhes). Portanto, o livro de códigos precisa ser criado no *software* de análise

qualitativa e neste mesmo *software* ocorrerá a codificação por parte dos codificadores, processo que também contribui para a replicabilidade, transparência e uma maior credibilidade da pesquisa qualitativa (Mozzato, Grzybovski, 2011; Schreier, 2012)

O objetivo de criar um livro de códigos e um formulário de codificação é dar informações mais completas e menos ambíguas para mitigar as diferenças individuais entre os codificadores. Juntos, LdC e FdC devem funcionar sozinhos como o protocolo de análise de conteúdo. Esta etapa se torna uma das precauções para lidar com a subjetividade da codificação - distinguindo-se da análise qualitativa temática, que coloca esta preocupação para após a codificação. Tal detalhamento também é importante para facilitar a validação dos dados da pesquisa em um primeiro momento, e mesmo para fins de replicabilidade.²

Bauer argumenta que um referencial de codificação é um modo sistemático de comparação, e “embora o *corpus* de um texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa” (2007, p. 202).

De acordo com a definição:

[O] código é a unidade elementar da AC. Ele irá resumir, filtrar ou condensar dados de acordo com os objetivos e com os interesses da pesquisa. Grupos de códigos, por sua vez, são agrupados em categorias, ou seja, unidade analíticas que materializam as questões a serem verificadas. [...] Uma análise de conteúdo será produtiva na medida em que suas categorias forem claramente formuladas e bem adaptadas ao problema de pesquisa e ao conteúdo sendo estudado (Sampaio; Lyciário, 2021, p. 58).

Num exemplo bem simples, pesquisadores de comunicação e política verificam se há viés na mídia contra determinados políticos ou partidos, o que chamam de valência. Então, a categoria é “valência”, que por sua vez é formada pelos códigos “negativa”, “positiva” ou “neutra”. Portanto, estando definida a unidade amostral e a unidade de análise, apenas os códigos

2. Um exemplo de livro de códigos de pesquisa anterior está disponível em: <https://bit.ly/3KwX3Sn>. Acesso em 8 mar. 2022.

seriam aplicados e a soma deles daria o total da categoria valência.

Dito isto, conforme bastante reproduzido pela literatura brasileira, a partir de Bardin (2016), as categorias de uma análise de conteúdo de boa qualidade devem ser: a) exclusivas; b) exaustivas; c) homogêneas; d) objetivas; e e) adequadas ou pertinentes. Contudo, sustenta-se que as duas últimas características (objetividade e adequação/pertinência) somente são exigidas por questão de confiabilidade e validade, respectivamente. De modo que, no que tange especificamente às categorias apenas os três primeiros itens devem ser observados (exclusividade, exaustividade e homogeneidade, nesta ordem de importância).

As categorias precisam ser mutuamente exclusivas, e não podem ter elementos que se sobreponham ou sejam redundantes. Isso significa dizer que cada código contido em uma categoria também é mutuamente exclusivo (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 59-60). Categorias e códigos exclusivos tendem a melhorar os índices nos testes de confiabilidade e na chance de replicabilidade do estudo. Portanto, nenhuma matéria de jornal, por exemplo, pode ter valência negativa e neutra simultaneamente.

Em segundo lugar, as categorias e seus códigos precisam ser exaustivos, ou seja, não pode haver resíduos: todo o conteúdo analisado precisa ser passível de codificação. No nosso exemplo, toda matéria de jornal deve poder exibir uma valência, que será positiva, negativa ou neutra. Em certos casos, para garantir a exaustividade, podemos ainda acrescentar códigos para formar as categorias, como “outros” e “não se aplica”, havendo o cuidado deles terem resultados residuais.

Por fim, as categorias precisam ser homogêneas, o que quer dizer, na prática, que cada grupo de categorias deve ser tão diferente quanto for possível de todos os outros grupos, mas cada grupo deve ser homogêneo internamente. Apesar de poder aparecer em diferentes proporções, os códigos “positiva”, “negativa” e “neutra” são homogêneos entre si.

Amostragem/construção de corpus

A noção de amostra (ou amostragem) apenas se apresentará ao pesquisador quando os recursos disponíveis para se realizar a pesquisa se

mostrar insuficientes para analisar a totalidade de unidades da população que se pretende estudar. Quando isso é possível, ou seja, quando a população pode ser devidamente pesquisada em sua totalidade, no lugar de uma amostragem, realiza-se, então, o que se denomina de *censo*. Assim, nas palavras de Neuendorf (2002), amostragem é o processo de se selecionar um subconjunto de unidades para o estudo da população como um todo.

Bauer (2007, p. 196) ressalta, deste modo, que há três problemas com referência à amostragem: sua representatividade, o tamanho da amostragem e a unidade de amostragem e codificação. A esse respeito, Krippendorff afirma que se pode dizer que uma amostra é representativa quando “ela leva a conclusões que são aproximadamente as mesmas que aquelas que se alcançaria caso toda a população fosse pesquisada” (2004, p. 112).

Consoante Sampaio e Lycarião (2021), o problema da representatividade de uma AC deve ser colocado em perspectiva do interesse da pesquisa e que, mais relevante do que se tentar criar uma amostra representativa, é construí-la de modo a tornar possível a existência de resultados significativos para se responder ao interesse da pesquisa. Nesta linha, Bauer (2007) sustenta que a representação, o tamanho da amostra e a divisão em unidades dependem, em última instância, do problema de pesquisa, que também determina o referencial de codificação.

Já em relação ao tamanho da amostra, Bauer alega que uma “amostra pequena, sistematicamente selecionada, é muito melhor do que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso” (2007, p. 197), o que parece se encaixar melhor para análises mais qualitativas. Dito isto, o importante é que método de seleção das unidades deve seguir critérios para a composição da amostra de modo que não enviesem ou privilegiem um resultado ou conclusão de antemão.

O que nos leva às inúmeras e diferentes técnicas de amostragem. De maneira breve e sintética, pode-se dizer que as técnicas de amostragem se dividem em dois grandes grupos: probabilísticas (aleatórias) e não probabilísticas (não aleatórias).

o Técnicas probabilísticas (aleatórias):

- Amostragem aleatória simples

- Amostragem sistemática
- Amostragem por agrupamento
- Amostragem estratificada
- Amostragem em múltiplos estágios
- Amostragem em “bola de neve”

o Técnicas não probabilísticas (não aleatórias):

- Amostragem por conveniência
- Amostragem por propósito ou relevância
- Amostragem por cotas (Sampaio; Lycarião, 2021).

Por motivos de espaço para desenvolver a descrição e explicação de cada uma das técnicas de amostragem, nos restringiremos a enumerá-las. Grosso modo, ACs qualitativas vão preferir técnicas não probabilísticas e ACs quantitativas vão preferir técnicas aleatórias. Se o material analisado for gerado por entrevistas, grupos focais e afins, geralmente a amostra já terá sido realizada na seleção dos participantes e a AC vai ser baseada em todo o conteúdo gerado. Para mais detalhamentos acerca do tema, ver: Bauer, Aarts (2012); Neuendorf (2002); Krippendorff (2004); Schreier, 2012.

Treinamento dos codificadores

Sampaio e Lycarião (2021) indicam a necessidade de um treinamento mínimo para a compreensão dos códigos e das regras de codificação, pois mesmo um livro de códigos exemplarmente elaborado pode gerar dúvidas entre os codificadores, além de se basearem no estudo de Milne e Adler (1999), que evidenciam que o treinamento aumenta a qualidade da codificação.

O treinamento, além de nivelar os codificadores, permite o aprimoramento do Livro de Códigos, com a inclusão/exclusão de variáveis, o acréscimo de notas explicativas e um maior consenso entre os participantes da pesquisa. Dependendo da complexidade de uma variável, é normal que sejam necessários vários testes pilotos e maior tempo de treinamento para atingir o nível de confiabilidade necessária. Os treinamentos devem focar

nas divergências de classificação entre os codificadores e na compreensão das razões pelas quais eles discordaram. Neste momento da pesquisa, o referencial de codificação ainda pode ser alterado para aumentar a concordância entre os codificadores. É importante que todas as alterações estejam registradas no livro de códigos, para que, no momento da codificação final, interpretação dos resultados e escrita do trabalho, o pesquisador responsável consiga lembrar o andamento da investigação como um todo.

É interessante pontuar, como faz Sampaio e Lycarão (2021), que no contexto brasileiro é comum que alunos da graduação (geralmente, bolsistas ou voluntários de iniciação científica) e pós-graduandos sejam os codificadores da pesquisa. Dito isso, não é raro que esses pesquisadores dividam seu tempo entre pesquisa e trabalho, além de outras demandas universitários. Desta maneira, é importante que os codificadores não apenas passem pelo treinamento, mas também tenham os objetivos da pesquisa esclarecidos e estejam presentes nas discussões sobre o livro de código. A etapa seguinte ao treinamento dos codificadores, e conforme recomenda a literatura internacional (Krippendorff, 2004; Neuendorf, 2002; Schreier, 2012), é o teste de confiabilidade.

Teste de confiabilidade

O teste de confiabilidade é uma etapa vista como vital para a AC ser considerada como uma técnica científica de pesquisa, porém é algo pouco visto nas aplicações brasileiras, o que pode acontecer, possivelmente, por não estar descrito no manual de Bardin (2016). A confiabilidade de uma análise de conteúdo serve para dois princípios básicos. Inicialmente, ela indica que as categorias são passíveis de serem aplicadas por dois codificadores distintos. Em outras palavras, que os códigos não são tão complexos que nunca poderão ser reaplicados por outra pesquisa. Portanto, em primeiro lugar, ela indica a replicabilidade do esquema de codificação aplicado.

Em segundo lugar, e não menos importante, o teste de confiabilidade indica que os dois ou mais codificadores da equipe estão codificando de maneira suficientemente similar e não de forma aleatória ou diferente entre si. Ou seja, que não há um viés de classificação de apenas um codificador

e que há um padrão suficientemente alto de concordância entre os codificadores na hora de aplicar os códigos e categorias da análise de conteúdo.

Nos testes de confiabilidade, todos os codificadores codificam exatamente o mesmo material, de forma independente, com uma amostra aleatória e representativa do corpus a ser estudado. A comparação entre os resultados dos codificadores é submetida a um índice de confiabilidade para cada categoria. Os mais famosos são o pi de Scott, o Kappa de Cohen, o Kappa de Fleiss e o alpha de Krippendorff, sendo este o mais recomendado, conforme Sampaio e Lycarião (2021). De forma resumida, se o resultado no índice for superior a 0.667 em todas as categorias testadas, o teste passou.

A maioria dos *softwares* utilizados em Análise de Conteúdo, já possui pacotes para a realização dos testes de confiabilidade (NVivo, Atlas.ti, MAXQDA), entretanto, Sampaio e Lycarião (2021) recomendam o uso da página online de Deen Freelon (Freelon, 2013),³ que é bastante simples e acessível para todos os pesquisadores.

Quando o teste de confiabilidade for bem-sucedido, a análise poderá começar em si. Caso o teste falhe, recomenda-se novos treinamentos e mesmo alterações no livro de códigos.

Pelas características de pesquisas qualitativas, Schreier (2012) afirma que ACs qualitativas podem buscar outras formas de atingir o que ela denominou como consistência. Ela sugere dois procedimentos. Em um, seria uma discussão geral das aplicações das codificações com todo o grupo de pesquisa envolvido, porém a depender do tamanho do material, isso seria bastante difícil. Na segunda, mais próxima do que acreditamos ser o mais adequado, dois codificadores codificam o mesmo material e depois discutem em conjunto as discordâncias de codificação e como resolvê-las.

Sampaio e Lycarião (2021) ainda sugerem que eventualmente na impossibilidade de existir um segundo codificador, seja feito um teste de estabilidade. Ou seja, um mesmo codificador realiza a codificação do mesmo material em dois momentos distintos no tempo (idealmente algo entre duas a três semanas de distância), realiza o teste de confiabilidade entre as duas codificações e deve obter um resultado superior a 0.9 em algum índice de

3. <http://dfreelon.org/utis/recalfront/>. Acesso em 8 mar. 2023.

confiabilidade. Em caso negativo, isso significa que a codificação não está sendo estável o suficiente e que o codificador precisa ter mais clareza em como estão aplicando ou não seu referencial de codificação.

Ao se iniciar a codificação final, o livro de códigos não pode ser mais alterado para permitir a replicabilidade da pesquisa.

Condução da codificação em si

Como já ficou claro, a análise de conteúdo científica se preocupa em ter boas categorias e um nível adequado de concordância de como aplicar as categorias *antes* da codificação em si. Essa é, provavelmente, a principal diferença para a análise qualitativa temática, que faz a codificação do material e depois se preocupa em formas de validar essa classificação (Flick, 2009; Schreier, 2012).

A esta altura, como já dito, o livro de códigos não pode mais ser alterado, para fins de replicabilidade. O *corpus* obtido pela amostra pode ser dividido de forma igualitária entre os codificadores, pois o teste de confiabilidade já garante que os mesmos estão codificando de forma suficientemente similar para os padrões exigidos pela literatura internacional. Suponhamos que fossem 400 matérias para ser codificada a valência e temos quatro codificadores (e todos passaram pelo teste de confiabilidade), cada um pode codificar 100 matérias distintas então e o pesquisador principal apenas reúne o resultado geral posteriormente.

A análise de conteúdo dedutiva aqui explicada busca compreender determinado fenômeno através de um referencial de codificação materializado em de um livro de códigos, logo o objetivo está longe de tentar esgotar os significados de um texto ou sequer tentar averiguar qual seria o significado principal desse conteúdo. Na prática, a análise de conteúdo busca achar “respostas” nos conteúdos para “perguntas” presentes no livro de códigos. Em outras palavras, o livro de códigos é a representação dos interesses da pesquisa, sejam eles teóricos, conceituais ou práticos e ele vai guiar a visão do pesquisador e a busca por respostas. Portanto, o analista de conteúdo vai buscar trechos, excertos que respondem aos pontos levantados no livro de códigos, portanto de uma forma dedutiva.

Como o livro de códigos tende a ter diversas categorias, o analista de conteúdo tende a ler e reler diversas vezes as suas unidades de análise para verificar se determinados trechos podem evidenciar a presença ou não dos códigos que formam as categorias ou das próprias categorias (caso elas sejam apenas de presença ou ausência).

Caso esteja utilizando uma planilha, o pesquisador deve preencher os números equivalentes a categorias e códigos, porém também deve guardar um banco de exemplos dessas codificações, que permitirão a análise mais qualitativa em si. Porém, recomendamos que a análise qualitativa seja feita por um *software* baseado em CAQDAs.

Uso de softwares e análises online

Então, se a análise de conteúdo é qualitativa, recomendamos que todo o livro de códigos seja montado no referido *software* e que a aplicação se dê pelos códigos que formam as categorias sendo aplicado diretamente às unidades de análise já definidas anteriormente, portanto os trechos relevantes para responder aos pontos presentes no livro de códigos podem ser “grifados” e atribuídos aos respectivos códigos ou categorias. Desta maneira, ao usar um *software* qualitativo, não há uma perda entre a codificação e o contexto dos textos. O *software* mostrará exatamente os trechos codificados, que podem agora ser explorados de forma mais aprofundada. Também tais *softwares* são bastante úteis para fazer o cruzamento de tais códigos ou categorias e permitir fazer inferências mais sofisticadas. Eles também são bastante importantes para a replicabilidade da pesquisa.

Atualmente, existem mais de 25 programas para análise qualitativa (*Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software* ou CAQDAs), a exemplo de NVivo, Atlas.ti, MaxQDA, WebQDA, Dedoose e tantos outros (ver Drisko; Maschi, 2016; Flick, 2009; Mayring, 2014; Schreier, 2012; Paula; Viali; Guimarães, 2016). Boa parte desses *softwares* permite que sejam montadas equipes de codificação, que poderão trabalhar de forma online. Para mais sobre suas funções e possibilidades de uso, veja o capítulo 10.

Também tem sido prática crescente na ciência política o uso de análises textuais automatizadas (ver capítulo 9). No Brasil, essa análise tem se

dado essencialmente através do uso do *software* Iramuteq, que é gratuito, intuitivo, não demanda conhecimento de linguagem de programação e permite você trabalhar com diferentes parâmetros (Diniz; Oliveira, 2021; Viegas; Boralí, 2022). Mais recentemente, chegaram as abordagens mais sofisticadas de *text as data*, baseados em linguagens de programação, notadamente R e Python (Izumi; Moreira, 2018). Aqui o trabalho online não chega a ser impossível, mas é notadamente mais difícil. Acreditamos que a análise textual automatizada não substitui em absoluto a análise qualitativa humana, mas pode complementá-la, podendo ser útil no momento inicial para a elaboração das categorias ou posteriormente para o aprofundamento de achados da AC.

Durante a escrita deste livro, em 2023, começaram a surgir vários modelos, aplicativos, ferramentas e sites baseados em inteligência artificial, que essencialmente funcionam online. Em especial, os modelos grandes de linguagem (*large language models*) parecem especialmente úteis para análises de conteúdo qualitativas, pois eles lidam bem com padrões nos textos e podem ser facilmente ensinados a procurar por determinados padrões, como as próprias categorias da análise de conteúdo. No momento da escrita deste capítulo é difícil fazer indicações ou previsões mais acuradas, mas certamente também nos parece um caminho similar ao do *text as data*, que permitirá complementar a AC qualitativa (ver capítulo de conclusão deste manual).

1.3 Interpretação

Esta é a hora de adentrar os conteúdos codificados e os explorar de maneira mais detalhada e minuciosa. O uso de *softwares* de análise qualitativos já dará as frequências simples dos códigos e categorias, ou seja, o quanto eles apareceram ou não. O pesquisador deve decidir se os utiliza ou não, porém a simples utilização de frequências e porcentagens não torna a AC quantitativa. A exploração minuciosa, qualitativa de falas e/ou trechos é que guiará a análise de maneira geral.

O analista de conteúdo, a partir do tratamento de “vestígios” dos fenômenos, tem como intenção a inferência, vulgo interpretações, conexões ou deduções de maneira lógica. O fundamento reside na articulação entre

a superfície dos textos descrita e analisada, e os fatores que determinaram estas características. Procura-se estabelecer uma correspondência entre estruturas semânticas e estruturas sociológicas/psicológicas. Portanto, a noção de inferência é vital à análise de conteúdo, afinal o pesquisador usa de construtos analíticos para se mover do texto para as respostas das questões de pesquisa. O objetivo é traduzir em quantificações conceitos abstratos a partir de interpretações de construções linguísticas. É neste momento que o contexto (teórico, conceitual, histórico etc.) da análise e/ou da produção do conteúdo surge como aliado para uma análise mais aprofundada e sofisticada.⁴

Em seguida, a interpretação dos resultados é a parte que talvez seja mais desafiante para o analista de conteúdo. Krippendorff (2004) afirma que é possível fazer inferências em termos de: a) extrapolações - tendências, padrões, diferenças; b) identificação, avaliações e julgamentos de padrões; c) índices; d) representações linguísticas; e) conversações; f) processos institucionais.

Segundo Bardin (2016), é possível analisar os resultados partindo de diferentes dimensões. Pode-se analisar o material segundo as atitudes de avaliação subjacentes (temas favoráveis, neutros ou negativos), orientar-se por estruturas de encadeamento de associação (palavra indutora e induzida) ou analisar os resultados em função de variáveis externas aos locutores (eg. nível sociocultural).

Validação dos dados

Segundo Krippendorff (2004), concluídas as inferências e as interpretações, é o momento de reportá-los adequadamente em produto científico. O resultado da pesquisa precisa atingir critérios de validade, confiabilidade e replicabilidade. Porém, a validade tende a ser inversamente proporcional à confiabilidade (Sampaio; Lycaríão, 2019). Quanto mais simples o parâmetro (i.e., código), mais fácil de ser aplicado e reproduzido, e menos representa o fenômeno (validade). Segundo os autores, “a melhor avaliação da

4. Aqui, temos, provavelmente, a maior diferença entre a AC e análise do discurso. Nesta, o contexto é parte inerente da aplicação da técnica enquanto na AC ele só ganha força na análise dos resultados já obtidos. Em outras palavras, a análise de conteúdo frequentemente não vai além do conteúdo durante a codificação.

validade ocorre de forma transacional. [...] o mais recomendável é que o próprio campo científico no qual a pesquisa se insere seja justamente o melhor árbitro para avaliar a validade do estudo em tela” (Sampaio; Lycarião, 2021, p.111). Ainda, pode-se afirmar que:

A validade da AC deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém. A AC não é exceção; contudo ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o ‘vale tudo’, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social (Bauer, 2007, p. 191).

Finalmente, para garantir a replicabilidade do estudo, é preciso tornar acessível o material analisado, o livro de códigos aplicado e o banco de dados preenchido. Recomenda-se para tanto o uso de repositórios institucionais online.

Questões éticas específicas à técnica

Via de regra, não há questões éticas específicas à análise de conteúdo, uma vez que ela geralmente se aplica a textos e conteúdos já produzidos naturalmente. Talvez uma exceção seja a questão de material gerado por etnografias digitais ou simplesmente de análises diretas de conteúdo da web. Cada meio digital tende a apresentar suas especificidades nesse sentido e deve-se buscar material relacionado (ver capítulo 6). Caso ela seja aplicada a materiais gerados por técnicas qualitativas, a exemplo de grupos focais e entrevistas, deve-se observar as questões éticas dessas respectivas técnicas (ver capítulo 12 para informações mais gerais a respeito de cuidados éticos em pesquisa qualitativa em Ciência Política).

Aplicações em Ciência Política

Como mencionado anteriormente, a Análise de Conteúdo é uma das principais técnicas de análise de dados qualitativos na pesquisa científica

brasileira, sendo acionada tanto para analisar textos e conteúdos produzidos por diferentes atores e instituições, quanto para analisar o conteúdo produzido por outras técnicas de coleta de dados qualitativos, como entrevistas, grupos focais, etnografia, observação participante, entre outros (cf. Sampaio *et al.*, 2022a, 2022b). Na Ciência Política, a AC também é uma técnica de análise popular, porém geralmente se foca em um viés apenas quantitativo. A análise de conteúdo na ciência política brasileira se destaca em dois principais objetos de estudo: manifesto partidário e, especialmente, a comunicação política em diferentes ambientes.

Os estudos de manifesto partidário têm em comum o desenho metodológico, baseado nas experiências de pesquisa com análise de conteúdo de manifestos partidários do grupo *Manifesto Research Group* (MRG) ou com bases similares a esses (Tarouco; Vieira; Madeira, 2015; Tarouco, Madeira, Vieira, 2022). A análise de conteúdo de manifestos aparece com diversas aplicações, como a construção e análise de escalas, estudos relacionais e marcação de preferências (Tarouco; Vieira; Madeira, 2015), por vezes até de forma comparada (Volkens; Bara; Budge, 2009). Babireski (2014), por exemplo, compara os manifestos de partidos latino-americanos de direita em relação a abordagens e posicionamentos marcados nos programas dos partidos. Para além dos temas, percebe-se uma preocupação desse campo de pesquisa com questões como validade, confiabilidade (Budge, 2003; Volkens, 2003) e qualidade dos dados (Volkens; Bara; Budge, 2009).

Por sua vez, a utilização da AC em estudos sobre comunicação política engloba diversos temas. Dentre eles, podemos destacar diversas pesquisas relacionadas às eleições, notadamente ao período de campanha, incluindo a análise de propaganda política no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) (Figueiredo *et al.*, 1997; Cervi, 2011), campanhas políticas nas mídias sociais (Braga, Carlomagno, 2018; Borba, 2019), debates eleitorais (Vasconcellos, 2017) e até memes (Chagas, 2023), além da presença e atuação das elites políticas profissionais em meios digitais (Barros *et al.*, 2021). Após 2018, também foram vários os estudos baseados em AC que desejavam verificar como a extrema direita se comunicava em aplicativos de conversa direta, como WhatsApp e Telegram, especialmente durante as

campanhas (Baptista *et al.*, 2019).

Para além disso, a comunicação política tem interesse em compreender questões importantes para a formação da opinião pública, a exemplo de cobertura política de determinados fenômenos ou atores, como a análise de: notícias de jornais impressos sob a perspectiva do enquadramento (Feres Júnior; Veiga; Ribeiro, 2018); notícias de jornais sob a perspectiva da análise de valência (Azevedo, 2017; Feres Júnior; Sassara, 2016), editoriais políticos de jornais impressos (Mont'alverne; Marques, 2019), análise da cobertura política com base nas fontes acionadas (Miguel; Biroli, 2011); pronunciamentos de políticos (Campos; Coimbra; Oliveira, 2018), efeitos da cobertura política (Mundim, 2014); além das redes de circulação de informações e comentários nas mídias sociais de forma ampla em temáticas políticas (Campos-Domínguez; Penteado; Cervi, 2021).

Outras temáticas ainda importantes estão em análises do potencial de sites e redes sociais digitais para incremento da democracia digital, incluindo avaliações de transparência (Farranha; Bataglia, 2019) e/ou ofertas de participação em websites governamentais (Barros, 2016) e do Legislativo (Mitozo, 2018), além de conversações políticas e/ou deliberações on-line (Oliveira; Sarmento; Mendonça, 2014) avaliações de discordâncias, desrespeito on-line e discursos de ódio (Sponholz, 2020). Outra seara em franco crescimento é a análise de conteúdo de campanhas políticas digitais para o avanço de certas temáticas ou políticas públicas, como direitos de minorias como mulheres, negros e LGBTQIA+ (Nunes, 2020; Sarmento, 2021) e de outras formas mais ou menos organizadas de ativismo digital (von Bülow; Dias, 2019).

Por fim, também é possível encontrar estudos utilizando AC em campos de pesquisa como a de política externa, estudos de legislativo e elites políticas. Silva e Hernández (2020) destacam como a análise de conteúdo enquanto técnica não se desenvolveu muito na disciplina de Relações Internacionais e demonstram o potencial da técnica ao estudar política externa brasileira e a integração regional na América do Sul. Também estudando a política externa brasileira, Silva, Ribeiro e Carvalho (2015) utilizam a AC como ferramenta para a análise de pronunciamentos oficiais de presidentes

brasileiros. Bicquelet e Mirwaldt (2012) e Slapin e Proksch (2014) destacam a análise de conteúdo como uma técnica de análise de “palavras” útil para o estudo de legislativo, com destaque para debates parlamentares (Bicquelet; Mirwaldt, 2012). Já no estudo de elites, em seu trabalho sobre burocratas de médio-escalon, Hoyler e Campos (2019) acionaram a análise de conteúdo como técnica de análise de dados coletados em etnografia através de observação participante e entrevistas.

Dessa forma, percebe-se que o potencial para o uso da análise de conteúdo qualitativa na Ciência Política não é baixo. Embora seja pouco acionada e muitas vezes confundida com a análise temática, a AC qualitativa apresenta-se como uma alternativa na análise de textos e de imagens do campo político para pesquisadores que buscam analisar o conteúdo de forma profunda, podendo inclusive suplementar inferências quantitativas em estudos mistos.

Considerações finais

Há indicativos de que a análise de conteúdo brasileira é excessivamente baseada em Bardin e que apresenta baixa qualidade, sendo pouco assentada em princípios científicos. Este capítulo buscou dar uma contribuição a essas lacunas ao apresentar um modelo de aplicação de AC que não é baseado na autora e que cumpre os principais requisitos de confiabilidade, replicabilidade e validade, esperados de uma técnica de pesquisa científica.

Referências

AZEVEDO, F. A. **A grande imprensa e o PT** (1989-2014). São Carlos: EdUFSCar, 2017.

BABIRESKI, F. As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários. **Paraná Eleitoral**, v. 3, n. 1, p. 171-198, 2014.

BAPTISTA, E.; ROSSINI, P., OLIVEIRA, V., STROMER-GALLEY, J. A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook. **Lumina**, v.13, n.3, p. 29-46, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977], 2016.

BARROS, A.; BERNARDES, C., FARIA, C., BUSANELLO, E. Do ego-casting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 2, n. 25, 2021.

BARROS, S. Os desafios das consultas públicas online: lições do Marco Civil da Internet. **Liinc em revista**, v. 12, n. 1, 2016.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2012, p.39-63.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007, p.189-217.

BICQUELET, A.; MIRWALDT, K. Improving Robustness in Qualitative Content Analysis: A three stage model for the analysis of parliamentary debates about the use of the referendum. In: **New Directions in Analyzing Text as Data conference**. 2012.

BORBA, F. Medindo a propaganda negativa na TV, rádio, debates, imprensa e Facebook: o caso das eleições presidenciais de 2014. **Intercom**, v. 42, p. 37-56, 2019.

BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 26, p. 7-62, 2018.

BUDGE, I. Validating the Manifesto Research Group approach: Theoretical assumptions and empirical confirmations. In: **Estimating the policy position of political actors**. Routledge, 2003. p.50-65.

CAMPOS, M.; COIMBRA, M.; OLIVEIRA, L.. A construção da imagem de Dilma Rousseff e de seu governo no processo de impeachment: uma análise dos pronunciamentos políticos. **e-Com**, v. 11, n. 1, p. 6-31, 2018.

CAMPOS-DOMÍNGUEZ, E.; PENTEADO, C.; CERVI, E. Polarización en Twitter. El caso de Brasil a través de cinco conflictos políticos. **Cultura, lenguaje y representación**, v. 26, p. 127-147, 2021.

CARLOMAGNO, M.; ROCHA, L. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.

CAVALCANTE, R.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, p.13-18, 2014.

CERVI, E. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública**, v. 17, n.1, p.106-136, 2011.

CHAGAS, V. Dolce farmeme: a retórica da brincadeira política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, p. e3811008, 2023.

DESLANDES, S.; IRIART, J. Usos teórico-metodológicos das pesquisas na área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 12, p. 2380–2386, 2012.

DINIZ, S.; OLIVEIRA, L. Programas de governo e promessas de campanha.

Revista de Sociologia e Política, v. 28, 2021.

DRISKO, J.; MASCHI, T. **Content Analysis**. Pocket Guides to Social Work Research Methods. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FARRANHA, A. C.; BATAGLIA, M. B. Governança e Administração Pública: o uso de tecnologias para a prevenção da corrupção e promoção da transparência. **Revista da CGU**, v. 11, n. 18, p. 1075-1097, 2019.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Compolítica**, v. 6, n. 1, p. 30-64, 2016.

FERES JÚNIOR, J.; VEIGA, L. F.; RIBEIRO, E. O ovo e a galinha. Estudo do enquadramento e da recepção da cobertura jornalística no pleito de 2014. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, e339809, 2018.

FIGUEIREDO, M.; ALDÉ, A.; DIAS, H., JORGE, V. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, v. 4, n. 3, p.109-120, 1997.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed editora, 2009.

FRELON, D. ReCal OIR: Ordinal, interval, and ratio intercoder reliability as a web service. **International Journal of Internet Science**, v. 8, n. 1, p. 10-16, 2013.

HOYLER, T.; CAMPOS, P. A vida política dos documentos: notas sobre burocratas, políticas e papéis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, p.e006, 2019.

IZUMI, M.; MOREIRA, D. O texto como dado: desafios e oportunidades para

as ciências sociais. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 86, p.138-174, 2018.

JANOWITZ, M.; Harold D. Lasswell's contribution to content analysis. **The Public Opinion Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 646-653, 1968.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage, [1980] 2004.

LASSWELL, H. Por que ser quantitativista? In: LASSWELL, H; KAPLAN, A. (org.) **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1949] 1982a, p. 39-49.

_____. **Propaganda technique in the World War**. Boston: MIT Press, 1927.

LASSWELL, H. D. (org). **A linguagem da política**. Brasília: Editora da UNB, [1949] 1982.

LEITE, Fernando. Tradições intelectuais na ciência política brasileira contemporânea. **Dados**, v. 60, p.751-791, 2017.

MAYRING, P. **Qualitative content analysis: theoretical foundation, basic procedures and software solution**. Klagenfurt, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3vR6vMi>. Acesso 8 mar. 2022.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. v. 1. 230 p.

MILNE, M.; ADLER, R. Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 12, n. 2, p. 237-256, 1999.

MITOZO, I. Os parlamentos se (re)conectam aos cidadãos: um modelo

metodológico de estudo do desenvolvimento de mecanismos digitais para participação política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 9, n. 2, 2018.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. Conflitos, barganhas e desprezo pelo interesse público: enquadramentos do Congresso Nacional em editoriais da Folha de São Paulo. **Revista Famecos**, v. 26, p. 30158, 2019.

MOZZATO, A.; GRZYBOVSKI, D.. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MUNDIM, P. S. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006 efeitos realmente limitados?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 91-107, 2014.

NEUENDORF, K. A. Content analysis and thematic analysis. In: BROUGH, Paula (org). Advanced research methods for applied psychology: **Design, analysis and reporting**. Londres: Routledge, 2018, p. 211-223, 2018.
_____. **The content analysis guidebook**. Londres: Sage, 2002.

NUNES, R. Outlining the history of cyberactivism in Brazil. **Internet Histories**, v. 4, p. 1-17, 2020.

OLIVEIRA, W. M.; SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Deliberação no YouTube? Debates em torno da questão LGBT. **Compolítica**, v. 4, n. 1, p. 53-80, 2014.

PAULA, M.; VIALI, L.; GUIMARÃES, G. A Pesquisa Qualitativa e o uso de CAQDAS na análise textual: levantamento de uma década. **Internet Latent Corpus Journal**, v.6, n.2, p. 65-78, 2016.

PORTO, Mauro. As mídias e a legitimidade da democracia no Brasil. In: NETO, Fausto; PINTO, Antonio; JOSÉ, Milton (orgs.) **Mídia & Cultura**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1997.

RIFFE, D.; LACY, S.; FICO, F. **Analyzing media messages: using quantitative content analysis in research**. Londres: Routledge, 2014.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D.; CODATO, A.; MARIOTO, D.; BITTENCOURT, M.; SANCHEZ, C. Mapeamento e reflexões sobre o uso da análise de conteúdo na SciELO-Brasil (2002-2019). **New Trends on Qualitative Research**, v. 15, p. 1, 2022a.

SAMPAIO, R.; PORTELA, P.; ARAÚJO, P. Análise de Conteúdo: uma proposta de aplicação para além de Bardin. In: GUIMARÃES, G.; PAULA, M.(Org.). **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: reflexões teórico-metodológicas em diferentes vertentes**. Manaus: Edua, 2022, p. 81-99.

SAMPAIO, R.; SANCHEZ, C.; MARIOTO, D.; ARAÚJO, B.; HEREDIA, L.; PAZ, F.; TIGRINHO, C.; SOUZA, J. Muita Bardin, pouca qualidade: uma avaliação sobre as análises de conteúdo qualitativas no Brasil. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v.10, p. 464-493, 2022b.

SARMENTO, R. Ativismo Feminista Online. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, n. 1, p. 19-37, 2021.

SCHREIER, M. **Qualitative content analysis in practice**. Londres: Sage, 2012.

SILVA, D. C. da; HERNÁNDEZ, L. G. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. **Revista Brasileira**

de **Ciência Política**, p. e218584, 2020.

SILVA, D. C. da; RIBEIRO, R. A.; CARVALHO, T. C. de O. A análise de conteúdo de pronunciamentos oficiais como metodologia interpretativa da política externa brasileira. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 6, n. 2, 2015.

SLAPIN, J. B.; PROKSCH, S. Words as data: Content analysis in legislative studies. **The Oxford handbook of legislative studies**, p. 126-144, 2014.

SPONHOLZ, L.. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências | Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito**, v. 22, n. 3, p. 220-243, 2020.

TAROUCO, G.; VIEIRA, S.; MADEIRA, R. Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários. **Política Hoje** (UFPE. Impresso), 2015.

_____. Manifestos and ideology: methodological issues and applications to Latin America. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 37, p. 1-42, 2022.

VASCONCELLOS, F. Do confronto à conciliação: debates presidenciais na TV como eventos persuasivos de campanha. In: Borba, Felipe; Aldé, Alessandra. (Org.). **Eleições, opinião pública e comunicação política no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017, v. 1, p. 01-525

VIEGAS, R.; BORALI, N. Análise de conteúdo e o uso do Iramuteq. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, v. 12, n. 23, 2022.

VOLKENS, A. Manifesto research since 1979: From reliability to validity. In: **Estimating the policy position of political actors**. Routledge, 2003, p. 33-49.

VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I. Data quality in content analysis. The case of the comparative manifestos project. **Historical Social Research/ Historische Sozialforschung**, p. 234-251, 2009.

VON BÜLOW, M. V.; DIAS, T. O ativismo de hashtags contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 120, p. 5-32, 2019.

09

Análise Textual e abordagens qualitativas em Ciência Política: práticas combinadas e aproximações possíveis

Lucy Oliveira

Eduardo Pagnan Vieira

Introdução

Vivemos no momento em que os dados são o *new oil*. O exponencial crescimento nas capacidades de geração, coleta e armazenamento de dados (*big data*) e o desenvolvimento computacional têm se retroalimentado de forma intensa nas primeiras duas décadas do século criando um ambiente social, político, cultural e, porque não dizer, científico sem precedentes. Pavesi e Valentim (2021) chegam a aventar a hipótese de que essas transformações para as ciências humanas e sociais são semelhantes às viradas epistemológicas.

Assim, este capítulo entra nesse manual com um objetivo claro: refletir e apontar alguns caminhos entre as técnicas de tratamento e análise textual computacional (CATA)¹ e as abordagens qualitativas. Esse exercício de escrutinar vias possíveis de combinação entre a análise textual automatizada e análise qualitativa tem levantado questionamentos importantes, como, por exemplo: qual o lugar do analista qualitativo no campo do *big data* textual e das análises automatizadas? Como se dá a hermenêutica científica qualitativa diante de uma quantidade massiva de dados de comunicação agregados numericamente? Será que o analista humano (de discurso, de conteúdo...) será substituído pelo avanço da inteligência artificial? Mais ainda, dá para combinar uso de *softwares* ou programação e análise qualitativa? Como utilizar técnicas quantitativas em dados textuais que emanam de uma análise de conteúdo qualitativa e vice-versa?

Algumas dessas perguntas continuam sem respostas. Ou, no máximo, têm soluções temporárias, dado que o campo está em movimento, em formação e consolidação, e isso passa, necessariamente, pelas práticas e reflexões científicas postas em marcha neste momento, como este capítulo e este livro, por exemplo.

Nesse caminho, alguns passos são importantes. O primeiro deles é clarificar - o mais objetivamente possível nesse momento - o que é a análise textual e como ela se relaciona com outros métodos qualitativos mais tradicionais que também são aplicados sobre textos e que compõem esse livro, como a análise de conteúdo. O segundo passo é propor uma organização

1. A sigla em inglês significa *Computed Assisted Text Analysis* (CATA).

do que seriam os tipos de análise textual com suporte computacional frente características de maior ou menor participação dos pesquisadores e maior ou menor automatização por máquinas. Isso será fundamental para apontarmos o papel do analista qualitativo na empiria e na construção das inferências a partir da análise textual. Por fim, traremos apontamentos sobre vantagens e desafios da análise combinada.

1. Análise Textual e Análise de Conteúdo: estamos falando da mesma coisa?

Faz poucos anos que o termo *Text as Data* tem começado a circular de forma mais significativa na produção da Ciência Política no mundo. Isso se deve, em certa medida, pela demora da incorporação dos avanços computacionais com relação à análise de dados comunicacionais pelas Ciências Sociais e da Ciência Política, em específico (Wiedmann, 2013).

De forma breve, a Análise de Conteúdo (AC) é um método que, a partir de uma hermenêutica controlada por etapas transparentes e válidas, permite ao analista inferir os conteúdos de uma mensagem. Isso se dá, na prática, a partir de inferências sobre signos comunicacionais e linguísticos diversos, entre estes, as palavras,² bem como em diferentes unidades de análise, como a frase, o parágrafo, o *frame*, um riso, um sintoma etc (Sampaio; Lycarião, 2021, ver também capítulo 7 deste manual). Já a Análise Textual (AT)³ é feita primordialmente sobre o texto e tem como unidade de análise a palavra - sozinha ou em conjunto. Assim, a AC está interessada no campo semântico e a AT se debruça sobre o campo lexical (Lebart; Salem, 1994).

A partir dessa primeira definição, podemos então concluir que a AT seria um subconjunto da AC, dado que a Análise de Conteúdo teria um universo mais amplo de dados comunicacionais do qual infere o sentido. Além disso, na AT, o sentido é carregado na materialidade da língua, enquanto na AC o sentido pode ser inferido de forma interpretativa pelo analista. Esse entendimento se reforça quando consideramos que a Análise Textual é atualmente formada por técnicas computacionais que servem para estruturar

2. Como apontado no capítulo anterior, podem ser elementos textuais, audiovisuais e até mesmo outras expressões da comunicação humana, como reações a estímulos.

3. A partir deste momento utilizaremos a sigla AT como sinônimo de *Computer Assisted Textual Analysis* e *Text Mining*.

automaticamente, ou semi-automaticamente, os dados.

Ou seja, ponto importante nessa diferenciação é o trabalho do pesquisador em si. Enquanto, na Análise de Conteúdo, o pesquisador faz o trabalho inicial de reorganização do texto em classificações que darão origem às frequências numéricas a serem trabalhadas nas etapas seguintes, na Análise Textual atual essa classificação é feita pelas máquinas/computadores. Na AT, o analista pode até ter o trabalho de organizar e preparar o *corpus* para o *input* dos dados - como fazer a limpeza de erros ortográficos, uniformização de siglas e nomes próprios etc. - mas a decomposição dos *corpus*⁴ originais é feita pelas máquinas e a análise - ou seja, interpretação do pesquisador - só começa após a reorganização do material a partir de um universo único de referência: o campo lexical daquela língua.

Este também é o argumento de Benoit (2020) ao colocar que o *Text as Data*⁵ é toda a análise em que não há uma interpretação prévia do material textual para sua classificação, cabendo ao analista o trabalho de interpretação sobre o conjunto numérico posterior oriundo da decomposição do *corpus*. Concordamos nesse sentido com o autor, mas discordamos que apenas aí que o texto se torna dado. Ou seja, sendo lido pelo pesquisador ou pela máquina, tendo inferência à priori ou a posteriori, ou mesmo sendo tratado em sua forma textual/qualitativa, ou decomposta numericamente/quantitativa o texto sempre foi dado. A inovação se dá exatamente no momento de atuação da inferência do pesquisador.

Entretanto, restringir a Análise Textual completamente a um conjunto contido dentro da Análise de Conteúdo não é uma conclusão inteiramente acertada. Isto porque o texto não serve apenas de aporte para Análises de Conteúdo, podendo assim a AT ser combinada com um conjunto maior de métodos qualitativos, como *grounded theory* ou mesmo análise do discurso.

Por fim, o atual estado de desenvolvimento computacional da análise textual a partir do Processamento de Linguagem Natural (PLN), aprendizagem de máquina (*machine learning*) e Inteligência Artificial (IA) tem deixado esses limites e diferenças cada vez mais borrados, permitindo ao pesquisador

4. Corpus é o conjunto de textos e dados comunicacionais geral que serão investigados pelo analista.

5. Outra forma mais recente de se referir à análise textual. Por isso, neste capítulo, utilizamos os termos Leximetria, Análise Textual e *Text as Data* como sinônimos.

desenhos de pesquisa cada vez mais sofisticados que combinam AT e AC.

2. Abordagens combinadas para a empiria e insights

As abordagens combinadas entre Análise Textual e Análise de Conteúdo Qualitativa, além de possíveis, são múltiplas e variam de acordo com alguns parâmetros, como: a) o tipo de ferramenta computacional a ser utilizada - abertas ou fechadas; b) o nível de automação da ferramenta - com aprendizagem de máquina ou sem aprendizagem de máquina; c) qual a unidade de análise suficiente para responder à questão de pesquisa - se as palavras isoladamente ou em contexto; d) quais tipos de teste necessários para organizar e produzir inferências válidas para a unidade de análise escolhida - variando de estatística descritiva a testes multivariados.

Assim, a partir dessa miríade de possibilidades e para nos auxiliar a organizar como compreendemos as formas de combinar a atuação do pesquisador qualitativo no processamento textual, começaremos olhando os aspectos inerentes às ferramentas computacionais e seu grau de automação - **se fechadas ou abertas, com ou sem aprendizagem de máquina.**

No primeiro grupo (**suportes fechados**), encontram-se as ferramentas computacionais em que o pesquisador não consegue alterar o seu funcionamento. Ou seja, *softwares* onde o pesquisador faz o *input* dos dados e gera as análises sem poder modificar o recurso computacional que está utilizando. Neste primeiro grupo, por exemplo, estão os *softwares* de análise qualitativa que gradativamente foram incorporando ferramentas de análise textual, como NVivo, MaxQDA, ATlas.tI etc. Mas, também, suportes voltados exclusivamente para lexicometria⁶ ou análise textual, como Alceste, Iramuteq, WordStat, Lexique 5, Tri Deux Mots, SPAD, Evocation, Similitude, entre outros.

No segundo grupo (**suportes abertos**), estamos considerando as ferramentas computacionais nas quais o pesquisador constrói o caminho da análise baseado comumente em linguagem de programação. As linguagens mais comuns para esse tipo de processamento textual são o R e Python.

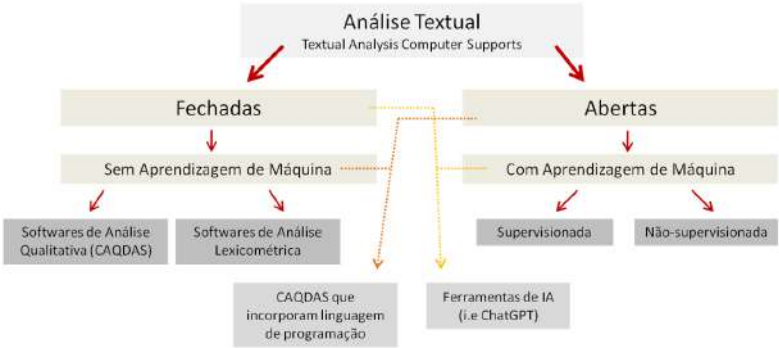
Nesse sentido, também relacionamos os suportes fechados a

6. Na literatura de origem francesa, lexicometria é o campo de estudos estatísticos do Léxico. Ou seja, é sinônimo de Análise Textual. Tanto que em trabalhos traduzidos para língua inglesa, o termo *Lexicométrie* transforma-se em *Text Analysis*. Ver Salem (2004)

não-aprendizagem de máquina - ou seja, não há automação dos processos por parte das máquinas - e os abertos à **aprendizagem de máquina** - à medida que a máquina recebe input de dados ela “aprende” sobre as respostas e o processo tende a uma crescente automação.

Há duas exceções nesta divisão que propusemos: i) os **transformers**, modelos computacionais baseados em aprendizagem profunda de máquina (*deep learning*) e inteligência artificial, com alto grau de automação, mas que não permitem a alteração do código pelo pesquisador - ou seja - são fechados⁷; ii) os **softwares de análise qualitativa** (CAQDAS) que recentemente integraram em suas funções a incorporação de *scripts* em R e Python construídos pelos pesquisadores que rodam na ferramenta, dando a está um caráter mais aberto.

Figura 1. Esquema descritivo dos tipos de ferramentas de Análise Textual



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Assim, em suma, no grupo dos **suportes fechados**, o pesquisador atua “calibrando” aspectos a serem organizados, como tamanho dos segmentos a serem analisados ou mesmo uma amostra específica de palavras. Já nos **suportes abertos**, o pesquisador constrói seu próprio *script* de análise computacional.

O ponto principal sobre as abordagens combinadas considerando as características das ferramentas computacionais é: **quanto mais fechado e**

⁷. Alguns destes modelos permitem que o pesquisador tenha acesso ao código que utiliza para gerar as análises, dando mais transparência ao processo. Entretanto, o pesquisador não tem a possibilidade de alterá-lo, continuando assim “fechado” ao pesquisador.

não supervisionado for o suporte, menor é a interferência e a presença do pesquisador na empiria da análise textual. Se isso, de um lado, permite mitigar questões de subjetividade, viés e replicabilidade das pesquisas qualitativas, por outro, pode tornar a pesquisa uma caixa preta. Como apontam Ho Yu, Jannasch-Pennell e DiGangi ., “deixar completamente a cargo de um computador a análise de texto pode ser perigoso se o *software* não estiver bem escrito” (2011, p. 735, tradução nossa). Nesses casos, a validade também fica comprometida. Grimmer e Stewart (2013) explicam ser essencial a validação humana para códigos, destacando que mesmo que as ferramentas computacionais possibilitem a análise de um universo grande de dados, estas não eximem o pesquisador de validar e verificar a análise.

O segundo conjunto de ações combinadas ocorre a partir **a unidade de análise escolhida e dos tipos de testes possíveis para estas.** Como a Análise Textual trabalha com diferentes tratamentos estatísticos e computacionais do texto - desde análise descritiva do léxico até testes multivariados - o trabalho do pesquisador começa traduzindo sua pergunta de pesquisas em unidades passíveis de serem mapeadas no texto, a partir da compreensão das opções mais adequadas para o desenho da sua pesquisa. Ou seja, o trabalho do analista qualitativo pode e deve começar na **transformação da sua questão de pesquisa em indicadores passíveis de serem encontrados em palavras**, afinal essa será a unidade de análise e agrupamento da AT.

Suponhamos que um analista qualitativo queira identificar como um determinado agrupamento social adere à democracia por meio do estudo de mensagens trocadas via mensageiros online. A primeira atividade, antes mesmo de lidar com o suporte computacional, é definir o universo de palavras a serem procuradas nas mensagens sobre a democracia e a posição dos atores/atrizes com relação a elas. Em seguida, verificar quais suportes permitem encontrar essas palavras de forma adequada aos indicadores previstos na análise.

Neste sentido, suponhamos ainda que o pesquisador tenha a sua disposição um suporte fechado, como o *Iramuteq* - *software* de lexicometria gratuito criado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Ciências

Sociais (LERASS)⁸ da Universidade de Toulouse 3 - Paul Sabatier. Das 5 análises disponíveis pelo *Iramuteq*, a estatística descritiva com análise de frequência das palavras é uma delas e atende aos interesses da pesquisa que estamos utilizando como exemplo aqui.

Como um suporte fechado, é papel do pesquisador escolher os parâmetros da pesquisa entre aqueles disponibilizados pelos criadores do *software* já na fase de preparar o corpus para seu processamento na ferramenta. No caso do *Iramuteq*, por exemplo, é necessário fazer a correção ortográfica de todo o material, retirar caracteres não processáveis, salvar o arquivo no formato “.txt” entre outras ações descritas nos manuais (Ratinaud, 2014; Salviati, 2017; Camargo, Justo, 2021).⁹ Claro que, cada *software* tem seus parâmetros de preparação, cabendo ao pesquisador escolher aquele que melhor se adequa ao universo de dados que possui.

Cabe ainda, nessa escolha, levar em conta os testes estatísticos que cada ferramenta entrega. Não adianta, ao nosso ver, simplificar o processo de preparação se a ferramenta terá um conjunto de testes insuficientes ou que não atendem a análise pretendida. E essa é uma limitação dos recursos fechados: não há como utilizar testes e análises a não ser aquelas previamente disponibilizadas.

Seguindo o exemplo acima - de utilizar uma ferramenta fechada - é comum, após preparar e incorporar os dados nas ferramentas, recebermos *outputs* descritivos sobre aquele conjunto de dados. Eles podem ser diversos e trazem informações como a quantidade de palavras existente no corpus, frequências de palavras etc. Isso servirá para que o pesquisador explore o universo lexical e semântico de seu material, encontrando, por exemplo, palavras de referência e importantes para sua pesquisa.

8. *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* - <https://www.lerass.com/> Acessado em 19 de outubro de 2023.

9. Há manuais em francês, inglês, português e espanhol. Para saber mais ver: <http://www.iramuteq.org>, aba “documentation”. No MAXQDA, por exemplo, não é necessário fazer correção ortográfica para processamento do texto. Entretanto, cabe ressaltar, os erros gramaticais e palavras escritas de forma inexistente poderão alterar a decomposição lexical. Além disso, o *software* processa textos diretamente de arquivos em PDF ou de tabelas do Excel, não necessariamente precisando transformar tudo em .txt, como no caso do *Iramuteq*.

Figura 2. Frequência de palavras ao longo dos anos

formas	*ano_2011	*ano_2012	*ano_2013	*ano_2014	*ano_2015	*ano_2016
relação	210	298	197	261	234	268
âmbito	210	266	233	309	315	344
acesso	209	251	237	303	229	305
operação	207	210	196	242	240	260
pessoa	206	224	203	284	217	262
objectivo	206	229	219	229	225	293
i	204	142	199	181	276	406
até	204	244	265	318	283	309
atividade	204	234	212	245	265	279
pesquisa	204	173	156	223	198	242
parceria	202	221	157	188	186	221
unidade	201	208	220	276	239	233
7	198	223	212	204	211	233
região	197	230	175	216	212	241
lei	194	233	199	221	213	256
direito	193	281	196	309	249	253
realização	193	200	161	206	198	246
implantação	192	232	195	230	212	235

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Interessante perceber que a lista de palavras e suas respectivas frequências podem auxiliar o pesquisador qualitativo no sentido oposto ao que foi sugerido anteriormente. Ou seja, o analista não indica as palavras de interesse à priori, mas, com o uso de análise textual e explorando o universo de palavras contidas em seus dados, seleciona aquilo que mais interessa à pesquisa.

Essa definição sobre quais palavras são de fato relevantes ou não para responder aos interesses da pesquisa é também um trabalho eminentemente qualitativo, de interpretação sobre o universo lexical de determinado agrupamento social e de criatividade científica. Ou seja, aqui o olhar do pesquisador qualitativo será importante para encontrar os melhores descritores visíveis - como aponta Lahlou (1994), os melhores indicadores do fenômeno social expresso no campo simbólico da linguagem. E, para mitigar o viés da subjetividade, o pesquisador pode recorrer a um trabalho coletivo de escolha dessas palavras, onde outros analistas validem a amostra de descritores importantes da pesquisa. Assim, aproveita-se o potencial qualitativo e garante uma menor arbitrariedade dos parâmetros.

Outro parâmetro de escolha pode ser a classe gramatical. Isso porque as formas mais frequentes nas listagens de análise textual em língua portuguesa quase sempre são os artigos, as preposições, os pronomes, as

conjunções - chamadas de **palavras funcionais**. Apesar de trazerem indicações estilísticas, estas são menos significantes que os substantivos, por exemplo, pois os mesmos carregam o peso temático e semântico da linguagem (Lebart, Salem, 1994; Bernard, 1999). Assim, as palavras relevantes para um determinado léxico nem sempre são as mais frequentes, nem as praticamente ausentes, mas aqueles que estão nos pontos intermediários (Cassettari *et al.*, 2015)

Importante levar em conta nessa escolha que pode - e deve existir - mais de uma classe relevante a ser considerada para observação dependendo da língua analisada. No inglês, por exemplo, são os verbos auxiliares que frequentemente indicam o tempo verbal daquela frase. No Português é a conjugação verbal que nos indicará o passado, presente ou futuro. Ou seja, o verbo principal já irá nos indicar a ação ou posição dos sujeitos. Ao conhecer a língua de qual trata, o analista qualitativo terá melhores condições de configurar os parâmetros das ferramentas - e esse é um elemento importante na análise de conteúdo qualitativa com codificação humana, dado que os textos são sempre codificados por falantes nativos ou com grande domínio nas línguas a serem analisadas.

Ora, retomando ainda a questão da tradução da pergunta de pesquisa em indicadores passíveis de serem encontrados em palavras, outro trabalho empírico do analista qualitativo passa pela uniformização do *corpus* a ser processado pelo *software*. Para aumentar a assertividade da classificação e reorganização de um universo lexical é necessário que as palavras que se referem aos mesmos objetos sejam as mais parecidas entre si. Ou seja, não é possível inferir que está se falando sobre democracia se a palavra democracia - e suas derivações semelhantes - não estiverem expressas diretamente no texto. Um exemplo pode nos auxiliar a visualizar essa questão.

Na pesquisa desenvolvida por Oliveira e Diniz (2019) sobre os discursos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos respectivos programas que participavam na Voz do Brasil¹⁰ foi comum encontrar referências distintas às mesmas políticas públicas tratadas nas entrevistas dos presidentes, como “FUNDEB” e “Fundo

¹⁰ No caso de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) o programa chamava-se *Palavra do Presidente*. Já com Lula o nome muda para *Café com o Presidente*.

da Educação Básica”. Ora, são duas formas lexicais distintas de se referirem ao mesmo objeto e que, provavelmente, serão processadas separadamente pelos *softwares*, dado que a primeira é uma sigla (apenas uma palavra) e outra é um substantivo composto (ou seja, mais de uma palavra). Assim, foi necessário uniformizar todo o *corpus* para garantir que todas as vezes que determinado objeto fosse citado, tivesse a mesma palavra.

Figura 3. Exemplo de limpeza e uniformização do corpus

ORIGINAL: Presidente, se aprovado o Fundo da Educação Básica, o Fundeb, vai investir mais dinheiro na educação. E, na prática, o que isso significa em termos de vaga e da melhoria da qualidade de ensino?

UNIFORMIZADO: Presidente, se aprovado, o Fundeb vai investir mais dinheiro na educação. E, na prática, o que isso significa em termos de vaga e da melhoria da qualidade de ensino?

Fonte: Oliveira e Diniz, 2019.

No exemplo acima, além da uniformização do *corpus*, foi necessário ainda retirar a repetição. Ou seja, se apenas fosse trocado o termo “Fundo da Educação Básica” por “FUNDEB”, ter-se-ia a mesma palavra duplicada, o que também não faria sentido em termos de correção gramatical. Assim, além de uniformizar, as autoras verificaram os casos em que haveria redundância e mantiveram a palavra apenas uma vez naqueles trechos.

Outra aplicação da uniformização encontramos em Salviatti (2017). Ela utilizou o mesmo *software* - Iramuteq - para encontrar as distintas formas lexicais que se referiam aos seus objetos de interesse (Figura 4). Para tanto ela processou o corpus no *software* uma primeira vez sem uniformização e, ao explorar a lista de palavras devolvidas pelo programa, pôde identificar termos distintos que se referiam ao mesmo objeto. A partir disso, ela e sua equipe voltaram ao corpus original, uniformizaram as palavras e fizeram novamente a decomposição do *corpus* na frequência das palavras, desta vez com um universo lexical mais reduzido e uniforme.

Figura 4: Exemplo de uniformização do corpus
apontado por Salviati (2017)

Palavra	Substituição
Casa	Senado ou Câmara conforme o caso.
Petista	Presidente_da_República Dilma_Rousseff
Dilma	Presidente_da_República Dilma_Rousseff
Dilma Rousseff	Presidente_da_República Dilma_Rousseff
Presidente Dilma	Presidente_da_República Dilma_Rousseff
Renan Calheiros	presidente_do_Senado Renan_Calheiros
Renan	presidente_do_Senado Renan_Calheiros
Presidente do Senado	presidente_do_Senado Renan_Calheiros
Cunha	presidente_da_Câmara Eduardo_Cunha
Eduardo Cunha	presidente_da_Câmara Eduardo_Cunha
Presidente da Câmara	presidente_da_Câmara Eduardo_Cunha
Levandowski	presidente_do_STF Levandowski
Presidente do STF	presidente_do_STF Levandowski
Presidente do Supremo	presidente_do_STF Levandowski
comissão	comissão_especial
comissão especial	comissão_especial

Fonte: Salviati, 2017, p. 99.

Como dissemos acima, a análise textual permite ainda testes multi-variados - a partir da relação palavra-palavra ou palavras-variáveis. A escolha do uso desses testes emerge do desenho de pesquisa, mas, também, das variáveis a serem trabalhadas, de como cada teste funciona e o que eles entregam de resultados (*output*).

Assim, é necessário ter claro nas etapas iniciais quais variáveis vão ser consideradas para interpretar o campo semântico e lexical. Tomemos um exemplo: vamos supor que um grupo de pesquisadores queira investigar a mudança de prioridades de políticas públicas de um governo ao longo do tempo a partir dos discursos dos chefes do executivo. A variável que indica o momento em que o discurso foi pronunciado é de suma importância (ano, mês, dia) e, em alguns casos, já precisa ser definida no momento da organização do *corpus*.

Sobre a compreensão de como as análises multivariadas funcionam e o que elas entregam, é necessário identificar se os testes utilizarão como unidade de análise apenas a palavra ou o segmento de texto. A segmentação

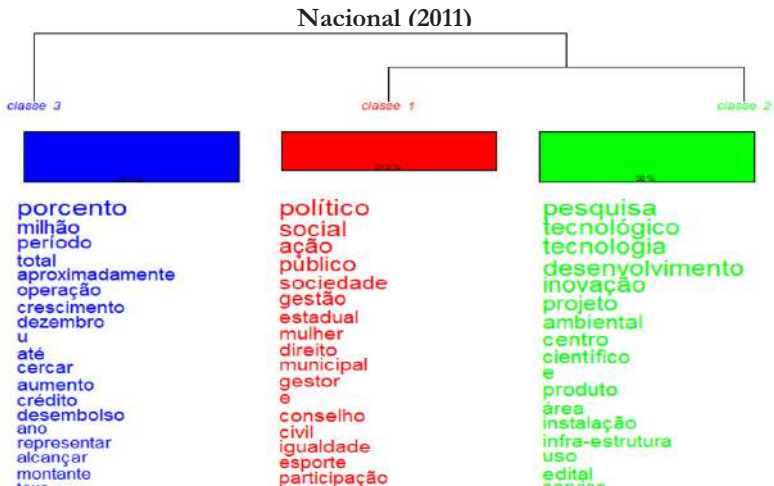
é o recorte ou decomposição daqueles textos em trechos menores que deve ser o espaço mínimo de sentido das palavras, chamado também de unidade de contexto (Lebart, Salem, 1994; Camargo, Justo, 2021). Ou seja, o segmento não pode ser grande demais a ponto de carregar muitos contextos distintos, nem pequeno demais que impeça de se compreender a palavra e suas relações.

Importante dizer que a segmentação e a escolha da unidade de análise são também uma atividade comum para uma análise de conteúdo manual e/ou humana. Entretanto, com os *softwares*, isso é feito pelas máquinas. Em alguns casos, é possível que o pesquisador altere os tamanhos dos segmentos, que em geral giram em torno de 40 toques ou 5/10 palavras. Entretanto, mesmo essa alteração, ao nosso ver, precisa seguir alguma métrica teoricamente justificada para evitar viés na análise. Assim, sempre aconselhamos deixar o tamanho dos segmentos que vêm por padrão nas ferramentas.

Depois da decomposição em segmentos, é possível fazer testes multivariados que usam como base a relação de coocorrência das palavras, como a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Nesta, todos os segmentos de um corpus são reorganizados em forma de uma matriz de frequência (*document-term matrix*) onde cada linha é um segmento de texto e cada coluna é uma palavra que compõem o corpus. Importante dizer que aqui as palavras são contadas em suas formas lematizadas - ou seja, reduzidas ao seu radical ou a forma infinitiva (no caso dos verbos).

O resultado é apresentado em forma de dendrograma (figura 5) sendo uma árvore de grupos estáveis compostos de palavras com alta coocorrência entre si internamente e baixa coocorrência externamente (com os outros grupos em que não está relacionada).

Figura 5: CHD dos discurso da presidente Dilma Rousseff (PT) ao Congresso



Fonte: Iramuteq. Elaboração Própria

Por meio da CHD é possível identificar, por exemplo, o conjunto de palavras que juntas mostram um vocabulário estável em torno de temas em um determinado discurso ou comunicação. E inferir, a partir disso, campos semânticos. Isso porque na comunicação humana, a proximidade das palavras e a forma como aparecem repetidamente juntas importa na construção dos sentidos.

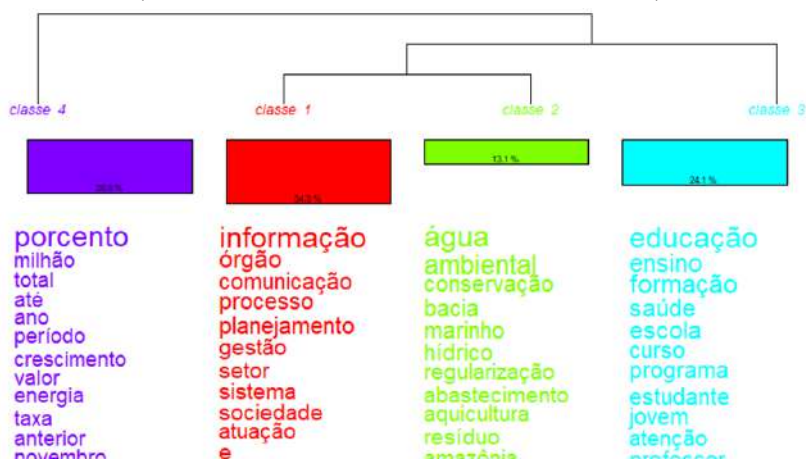
Outra técnica baseada na decomposição de textos no plano vetorial é a *Latent Dirichlet Allocation* - LDA (BLEI, NG E JORDAN, 2003). Ela é um dos mais comuns algoritmos para identificação de tópicos guiada por dois princípios fundamentais: i) todo documento é um conjunto de tópicos/temas; ii) todo conjunto de temas é composto de um conjunto de palavras. Assim, na LDA é possível encontrar conjuntos de palavras relacionadas entre si que formam tópicos estáveis de um conjunto de textos ou comunicações.

As duas análises - CHD e LDA - entregam respostas semelhantes que podem auxiliar os pesquisadores qualitativos a inferir temas e campos semânticos de um conjunto de documentos e/ou comunicações.¹¹ Além dis-

11. Uma diferença prática importante é que a LDA permite identificar esses diferentes conjuntos (tópicos) por documento. No caso da CHD, esses resultados são mostrados para a totalidade de documentos analisados (*corpus* total). É possível, com a ajuda

so, o qualitativista pode atuar na parametrização das classes a serem geradas pelas ferramentas, verificando se os grupos construídos fazem sentido ou se apresentam tópicos não misturados. No caso da LDA, como uma ferramenta aberta (script construído no R), a capacidade de alterar parâmetros da análise é mais ampla. No caso da CHD que roda no Iramuteq a parametrização ocorre em janelas específicas destinadas ao pesquisador.

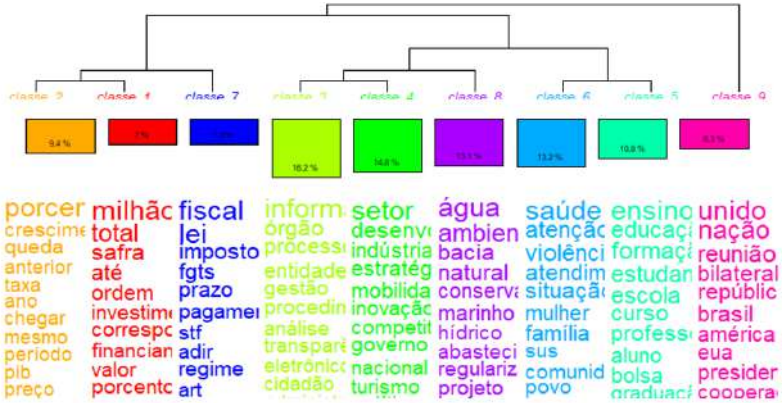
Figura 6. Dendrograma dos discursos da Presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional em 2016 sem alterar os parâmetros da CHD (“Número de classes terminais na fase 1” = 10)



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

de alguns *softwares*, identificar num mesmo documento os clusters montados na CHD, mas isso não é dado automaticamente e requer a ação do pesquisador.

Figura 7. Dendrograma dos discursos da Presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional em 2016 alterando os parâmetros da CHD (“Número de classes terminais na fase 1” = 20)

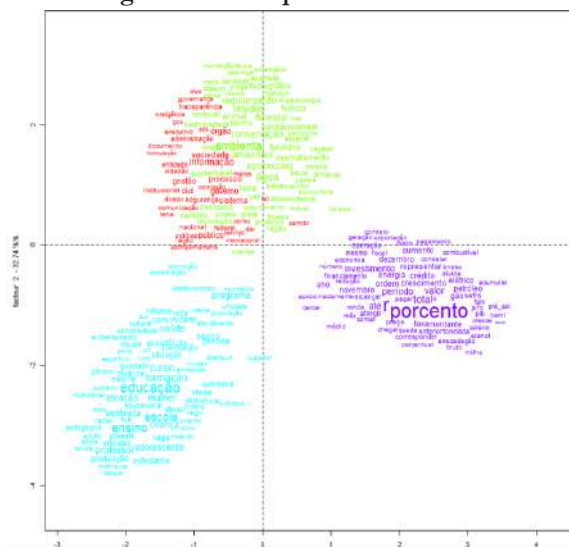


Fonte: Elaborado pelos próprios autores

Nas figuras acima podemos ver que ao alterar a parametrização padrão da CHD dobrando o número de classe terminais da fase 1 foi possível ter maior número de classes e grupos mais homogêneos internamente, melhorando a identificação de temas que acabaram aparecendo juntos no primeiro dendrograma.

Por fim, outra análise multivariada interessante sobre textuais é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Esta foi criada na década de 1970 por Benzécri e tem como principal característica demonstrar visualmente a relação de proximidade ou de diferença entre as comunicações.

Figura 8. AFC a partir da CHD



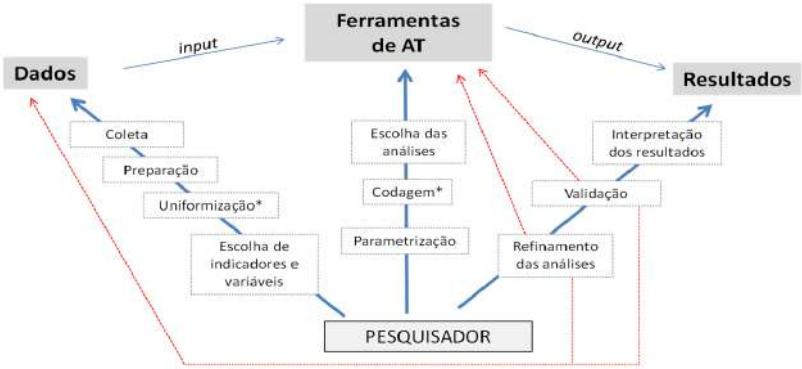
Fonte: Elaborado pelos próprios autores

Por fim, entendemos que mesmo com ferramentas com aprendizagem de máquina, os qualitativistas podem atuar de forma combinada a partir da validação e aperfeiçoamento das ferramentas computacionais, nos casos de suportes abertos.

Nesses casos, há duas possibilidades: a melhoria dos resultados das máquinas por humanos, nomeado de aprendizagem de máquina supervisionada; e a interpretação do que os modelos computacionais estão operando em termos de análises e seus *outputs*, a partir dos quais a inferência será construída. Assim, ao considerar que os resultados apresentados pelas máquinas podem não ser os mais ajustados, é possível então perceber que o pesquisador qualitativo deve estar presente no acompanhamento da construção da análise, na sua interpretação e julgamento, desconfiando, criticando e incrementando o trabalho analítico a partir das máquinas.

Em suma, o pesquisador qualitativo pode e deve atuar de forma combinada desde a coleta e organização dos dados, na parametrização e escolha das análises a serem empregadas e também na interpretação e validação dos resultados apresentados pela Análise Textual.

Figura 9. Esquema de atuação do pesquisador qualitativo na prática combinada de Análise Textual e Análise de Conteúdo



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

*Quando necessário.

O ponto principal é que sua atuação irá variar em termos de intensidade e presença a partir de cada pergunta de pesquisa, da escolha dos indicadores e análises, bem como das ferramentas a serem utilizadas e na construção dos *insights* relevantes que irão atender ao princípio de uma hermenêutica controlada para a Análise de Conteúdo.

3. Questões éticas específicas à técnica

Ao tratarmos de um tipo de técnica altamente computacional, mas que, em alguma medida, pode e deve ter a participação humana, a primeira questão ética que emerge é como definir os limites da ação humana no trabalho automatizado para não enviesar o processamento computacional. Ou seja, mesmo com o processamento e reorganização computacional de grandes volumes de texto percebemos que, tanto nas ferramentas fechadas, quanto nas abertas, é possível “conduzir” o computador para “melhorar” os resultados. Esse é o ponto sensível.

Ao longo do texto trouxemos vários comentários e exemplos disso, como: a limpeza do *corpus*, que pode excluir palavras para “melhorar” a aparição de outras; a escolhas das variáveis de interesse; a parametrização

das análises em suportes fechados, etc.

Assim, uma conduta importante nesse sentido é uma velha conhecida da ciência: a transparência. É muito recomendado que os pesquisadores deixem claro os parâmetros, limpezas e ações que realizaram ao longo do processo na análise textual, com exemplos e anexos contendo excertos. Isso vale para a análise de conteúdo humana, isso vale aqui. Ao ser transparente sobre os procedimentos, o pesquisador, além de permitir ao leitor, seus pares e outras gerações o acompanhamento da construção de suas inferências, ele permite a replicabilidade dos resultados e o teste de suas conclusões (Miguel *et al.*, 2014; De Oliveira *et al.*, 2021). Ainda no esteio de garantir a replicabilidade, outra boa prática de pesquisa é disponibilizar abertamente em repositório online o corpus original e modificado para que possam ser comparados.

Outro aspecto ético sobre esses limites se refere a até onde os pesquisadores devem interferir no processamento textual que o computador vai fazer a partir da definição de parâmetros de análise ou limpeza e preparação do *corpus* e dos dados. Começemos de trás para a frente.

Como dissemos, todo corpus precisa ser preparado e limpo para ser processado pela ferramenta - aberta ou fechada - em padrões prévios (formato do arquivo, tipo de caracteres processáveis etc.). Mas nessa fase, lembremos, também podemos “editar os textos” para uniformizar descritores semelhantes ou mesmo excluir palavras que não interessam (como a criação de listas de exclusão). Nesse caso, sugerimos que sejam utilizados apenas **critérios objetivos** para essas operações, como: regras linguísticas de importância das classes gramaticais para a pesquisa (i.e. substantivos, artigo e verbos) ou mesmo a frequência das palavras; ou mesmo a critérios de pertinência de palavras para um determinado tema (como na análise de dicionário). Essas condições mais objetivas, somadas à transparência e à validação intersubjetiva, dará um modelo ético e científico de mínima interferência no *corpus*.

No caso da parametrização das análises, vários suportes sugerem parâmetros padronizados (ou por *default*). Utilizemos, novamente, um exemplo vindo do Iramuteq. Na Classificação Descendente Hierárquica (CHD),

por exemplo, o *software* realiza a análise em duas etapas e, na primeira delas, podemos interferir no número de grupos a serem formados. Por *default*, ou por padrão, o *software* já traz uma quantidade máxima de 10 grupos na primeira rodada. Isso significa dizer que o resultado - após a segunda rodada de testes - entregará sempre uma quantidade igual ou menor que 10 grupos. Quando temos um corpus não muito extenso e bem uniforme, os resultados são grupos mais estáveis seguindo as métricas padrão. Entretanto, quando temos um *corpus* muito extenso e diverso, vale a pena alterar essa parametrização, dado que menos de 10 grupos pode ser insuficiente para capturar as nuances amplas do que está sendo comunicado. Entretanto, novamente, a transparência de qual foi o parâmetro alterado e para qual valor é essencial para garantir a validade e ética do resultado.

Outras análises onde é necessário cuidado para parametrizar são aquelas que lidam com a coocorrência de palavras numa classe ou num corpus. Novamente, em *corpus* extensos - com muitas palavras - a visualização dessas relações fica confusa, ou, por vezes, ilegível.

Figura 10. Árvore de coocorrência antes de ser limpa e com difícil visualização.



Fonte: Elaborada pelos próprios autores com o *software* Iramuteq

Neste sentido, as ferramentas abertas e fechadas permitem que sejam feitas listas de exclusão ou mesmo que se considere apenas parte do corpus para isso. Assim, se for utilizado algum desses recursos, além de explícitos no texto final para justificar o resultado apresentado, é interessante

utilizar os mesmos parâmetros objetivos que comentamos na limpeza do corpus acima.

Por fim, sugerimos que o pesquisador, no geral, interfira o mínimo possível nos dados. Que isso só ocorra - no *corpus* ou na parametrização dos dados - quando o processamento do material no original devolver uma análise confusa. O que seria isso? Resultados sujos ou inviáveis de leitura visual (Figura 10); lista de palavras que não interessam à pesquisa em posições de frequência significativas, o que vai enviesar os resultados estatísticos; bem como, corpus onde há muitos sinônimos. Fora isso, quanto mais original for o corpus para a análise computacional, melhor.

4. Aplicações em Ciência Política

É por meio da comunicação - e do texto - que os atores e as instituições políticas se expressam, apontam posições, estruturam conflitos ou estimulam a cooperação, se conectam com os eleitores, prescrevem leis e regulamentos que ordenam as práticas sociais e política etc. Assim, diversos objetos da política podem ser estudados a partir do texto e de dados comunicacionais.

O que se torna *sui generis*, neste momento, é, de um lado, a disponibilidade de dados comunicacionais políticos numa quantidade sem precedentes, que podem ser acessados computacionalmente e que permitiram a superação um descompasso histórico entre a emissão de comunicações e a capacidade analítica dos pesquisadores (Grimmer; Stewart, 2013); de outro, a combinação cada vez mais frequente de análises quantitativas e qualitativas, dando abordagens mistas.

Essa discussão só reforça a relevância de pensarmos as abordagens combinadas, em especial, refletindo sobre como integrar um trabalho qualitativo qualificado ao universo dos grandes números quantitativos. Como vimos, os dados textuais nos trazem oportunidades possíveis.

Wiedemann (2013) se debruça nesta discussão ao analisar o conceito de democracia nos discursos políticos da Alemanha. O autor, que foi uma das bases deste capítulo, traz uma importante discussão sobre CAQDAS - *softwares* de análise qualitativa - e mineração de texto, retomando a trajetória

de incorporação dessas ferramentas do trabalho automatizado e quantitativo. Além disso, ao longo dos capítulos, ele demonstra os testes que realizou para a mineração de texto. Ao final de cada capítulo, compilar as “lições aprendidas” com o trabalho de análise textual, passando por aspectos como a melhor forma de identificar palavras-chave; o uso de documentos de referência para a análise de dicionários, métodos com mais precisão, etc.

Outro exemplo interessante é o *Manifest Research Project*, consórcio de pesquisadores que analisa o papel e posições dos partidos políticos em mais de 50 países nos 5 continentes a partir da análise de conteúdo temática qualitativa de seus manifestos. Em 2003 o projeto recebeu o prêmio de melhor base de dados da *American Political Science Association* (APSA) e desde 2009 é financiado a longo prazo pela *German Science Foundation* (DFG). O trabalho de análise foi, durante muitos anos, tradicionalmente baseado na classificação dos manifestos por codificadores treinados e com livro de códigos, a partir de *semi-sentences* (ST), ou seja, trechos de textos de tamanhos variados que permitem a inferência de um tema exclusivo. Entretanto, mais recentemente, o MARPOR integrou às suas análises a análise textual e scripts de R que, a partir do léxico e da análise de tópicos,¹² tem permitido inferir os temas de um determinado conjunto de texto sem a participação inicial dos pesquisadores. Neste sentido, continua fazendo Análise de Conteúdo, entretanto combinada com a Análise Textual.

No Brasil, em várias áreas do conhecimento, o trabalho com *softwares* de lexicometria ou CAQDAS para a análise textual tem se difundido de forma significativa. Entretanto, apesar de serem trabalhos que apontam claramente em seus textos a utilização da Análise de Texto em suas pesquisas, o grau de utilização e se houve formas combinadas, ainda carece de investigação mais aprofundada. Alguns exemplos demonstram ser comum o uso da análise textual na sua forma menos combinada ou mais restrita aos testes e análises estatísticas.

Oliveira e Diniz (2021) se valem de análise textual para identificar temas legislativos nos discursos presidenciais dos presidentes brasileiros Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT)¹³ na

12. Na análise de tópicos o texto é decomposto em um conjunto de palavras que aparecem próximas

13. Nos seus dois primeiros mandatos, considerando, assim, o período de 2003-2010.

Voz do Brasil, mais antigo programa de rádio do hemisfério sul e que diariamente serve de canal de comunicação do Estado brasileiro, com espaços para os três poderes e órgãos federais. Na pesquisa, a análise de conteúdo foi focada quase que inteiramente nos resultados das análises multivariadas - como CHD e árvore de coocorrência. Com o trabalho sobre um *corpus* de mais de 380 mil palavras, as autoras conseguiram identificar como temas da agenda legislativa do Executivo apareceram nos discursos a partir de árvores de coocorrência.

Ribeiro (2017) por sua vez utiliza do *Iramuteq* para analisar a modificação do papel do Banco Central (BACEN) ao longo dos três primeiros governos do PT na Presidência da República (2003-2014) a partir das atas do Comitê de Política Econômica (COPOM). Na pesquisa, a autora utilizou basicamente, as análises de similitude (árvore de coocorrência) e nuvem de palavras para inferir como, por meio dos termos constante nas atas, poderia se identificar uma variação no caráter do Bacen. Nas conclusões, ela aponta que as análises se mostraram promissoras para identificar os termos e caminhos encontrados no processo decisório da política econômica nacional. Entretanto, a análise precisaria avançar no sentido de “propor métodos analíticos que aproximem cientistas sociais e economistas políticos e que permitam gerar conexões semânticas entre o jargão econômico e seu contexto” (Ribeiro, 2017, p. 115). Neste sentido, concordamos com a importância de levar em consideração as etapas de prévias da Análise de Conteúdo - que se dedicam a traduzir as questões da pesquisa nas variáveis e indicadores de interesse - como uma forma de mitigar esses pontos cegos dos resultados.

Oliveira e Valadares (2022) se debruçaram sobre corpus textuais para investigar a importância da questão de gênero sobre os discursos ao Congresso de dois presidentes do Partido dos Trabalhadores - Lula e Dilma Rousseff. Com um corpus de mais de 2.000.000 de palavras, as autoras conseguiram identificar como os termos “mulher” e “gênero” apareceram nas falas de ambos presidentes. As autoras demonstraram, a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos discursos, que o termo “gênero” teve pouco peso estatístico nas classes geradas por mandato. Além disso, o termo

“mulher” só foi relevante em 2 dos 8 discursos proferidos por Lula. Já nas 6 falas da presidente Dilma Rousseff ao Congresso, o termo se mostrou relevante. Interessante apontar, por meio das conclusões do trabalho, como a presença mais forte do termo “mulher” demonstrou uma forma mais geral de se referir às políticas do que o termo “gênero” que além de ser mais comum na discussão de equidade, também é mais presente na oposição conservadora do período.

Assim, os trabalhos citados nos exemplos acima fazem a inferência qualitativa a partir dos resultados apresentados pelas ferramentas computacionais, sem retornar ao trabalho de investigação dos trechos ou do texto em si. Buscando uma análise de fato combinada, Becerra (2023) investiga os ataques do presidente Bolsonaro à imprensa nas *lives* de seu primeiro ano de mandato. Para tanto, a autora divide seu trabalho de análise em duas etapas: na primeira, com o auxílio da Análise Textual, identifica um grupo estável de trechos e falas ligados à imprensa que contém a palavra *fake news*; e depois realiza uma interpretação qualitativa dos trechos ligados aos termos para investigar se, de fato, o termo *fake news* foi utilizado para atacar a credibilidade da imprensa.

Por fim, compreendemos que a análise combinada por ser utilizada em diferentes temas mais tradicionais ou emergentes da ciência política. Fato é que todo fenômeno político em que seus dados sejam expressos de forma textual (ou transformados em texto) permite a utilização da Análise Textual combinada.

5. Vantagens e desafios da prática combinada

A possibilidade de combinar diferentes práticas e técnicas de pesquisa para a construção de um projeto é altamente desejável, mas raramente utilizado (Niglas, 2004; Bryman, Bell, 2006; Wooley, 2008). Small (2011) aponta que as vantagens na utilização de metodologias que combinam dados ou técnicas qualitativas e quantitativas operam tanto no campo da confirmação quanto da complementaridade.

Neste sentido, é possível o pesquisador identificar as limitações de determinada abordagem e complementá-la, dando maior robustez para as

pesquisas. Por outro lado, é interessante perceber como *insights* percebidos numa leitura flutuante de textos podem ser corroborados por dendrogramas temáticos. Ou mesmo, após conduzir a análise de um conjunto grande de dados quantitativamente, o analista realize uma interpretação qualitativa de uma amostra, recuperando detalhes que podem ter sido desconsiderados em uma análise que trabalha com muito dados agregados. Além disso, com os *softwares*, a distância entre a produção de dados textuais e a capacidade de análise fica menor e possivelmente superável, ampliando também a capacidade de análise do pesquisador.

Entretanto, todas essas possibilidades e transformações trazem desafios. Para a prática combinada de ferramentas, por exemplo, é necessário que o pesquisador conheça de forma significativa cada uma delas, suas análises, quais dados rodam e mesmo seus outputs para poder analisar, já de partida, a viabilidade da combinação.

No que tange os *insights*, o principal desafio é a combinar os diferentes caminhos de interpretação, entendendo quais as possibilidades analíticas existem a partir das diferentes ferramentas, e dos resultados obtidos por elas. Ademais, cabe ao pesquisador entender como validar as técnicas escolhidas a partir de cada modelo de análise, e quais as lacunas de cada instrumento de análise.

Além disso, para o analista que quer lidar com ferramentas abertas e construir seus próprios *scripts*, é necessário aprender alguma linguagem de programação. E isso levará tempo e dedicação para lidar com a lógica de programação, fortemente orientada pela linguagem matemática.

Considerações finais

Como dissemos na abertura deste capítulo, podem restar, ao longo da leitura, uma série de questões que precisam ser pensadas e construídas em conjunto com os campos que interseccionam a Ciência Política e a Análise Textual.

Ademais, destaca-se a necessidade de entender que o texto, é, e foi historicamente entendido, como efetivamente um dado (data) dentro da AT, que, ao se consolidar juntamente ao campo lexicométrico, firma um

compromisso em materializar o campo político por meio da palavra, somando-se a métodos quantitativos. Pontua-se também que é imprescindível, a presença do pesquisador em todo o processo de uniformização, verificação, validação e análise dos resultados.

Importante reconhecer que as transformações que tentamos escrutinar aqui ultrapassam os exemplos e técnicas citados, demonstrando um esforço reflexivo ainda parcial e aberto a novas contribuições, até porque elas têm se movido em uma velocidade maior do que o ritmo da reflexão acadêmica. Enquanto falamos aqui de análise textual sem aprendizagem de máquina, já estamos convivendo com a realidade social - e acadêmica - atravessada por modelos computacionais com inteligência artificial que gradativamente incorporam mais a mais funções dos pesquisadores - como a própria inferência de contradições nos textos, temas e conceitos.

Entretanto, cabe-nos perguntar como a Ciência Política irá acompanhar esse desenvolvimento e como integrar as potencialidades desse desenvolvimento sem abdicar da principal ferramenta do cientista social: o pensamento crítico, científico e qualificado sobre as transformações sociais que nos atravessam.

Referências

BECERRA, B. D. A. O JORNALISMO COMO ALVO: Weaponization e a terceira onda de Populismo no Brasil. **Anais COMPOLÍTICA**. Fortaleza: COMPOLÍTICA, 2023. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2023/05/SICs_Becerra.pdf. Acesso em: 27 ago. 20023.

BENZÉCRI, Jean-Paul. L'analyse des Correspondances. L'analyse des Données, Vol. 2. **Dunod**. Paris, 1973.

BENOIT, Ken. Text as data: An overview. **The SAGE handbook of research methods in political science and international relations**, p. 461-497, 2020.

BERNARD, M. **Introduction aux études littéraires assistées par ordinateur**. 1ª edition. Presses Universitaires de France. Paris, 1999.

BLEI, David M.; NG, Andrew Y.; JORDAN, Michael I. Latent dirichlet allocation. **Journal of machine Learning research**, v. 3, n. Jan, p. 993-1022, 2003.

BRYMAN, A.; BELL, E. **Business research methods** (2nd ed). Oxford: Oxford University Press, 2006.

DE OLIVEIRA, Thaiane Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil; LEÃO, Augusto Veloso; ALBUQUERQUE, Afonso de; PRADO, José Luiz Aidar; GROHMANN, Rafael; CLINIO, Anne; COGO, Denise; GUAZINA, Liziane Soares. Towards an inclusive agenda of open science for communication research: A Latin American approach. **Journal of Communication**, v. 71, n. 5, p. 785-802, 2021.

CAMARGO, B. V; JUSTO, A.M. **Tutorial para uso do software de análise textual Iramuteq**. 2021. Disponível em <http://www.iramuteq.org/documentation>.

CASSETTARI, R.-R.-B.; PINTO, A.-L.; RODRIGUES, R.-S.; SANTOS, L.-S.- dos. Comparação da Lei de Zipf em conteúdos textuais e discursos orais. **Profesional de la información**, v. 24, n. 2, p. 157–167, 2015. DOI: 10.3145/epi.2015.mar.09. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.mar.09>. Acesso em: 13 set. 2023.

GRIMMER, J.; STEWART, B. M. Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts. **Political Analysis**, v. 21, n. 3, p. 267–297, 2013.

LAHLOU, S. L'analyse lexicale. **Variances**, v.3, p. 13-24, 1994.

LEBART, L., & SALEM, A. **Statistique textuelle**. Paris: Dunod, 1994.

MIGUEL, Edward; CAMERER, Colin Farrell; CASEY, Katherine; COHEN, Joshua; ESTERLING, Kevin M.; GERBER Alan; GLENNERSTER, Rachel; GREEN, Don P; HUMPHREYS, Macartan; IMBENS, Guido; LAITIN David,

MADON Termina; NELSON Leif; NOSEK, Brian A; PETERSEN, Maya; SEDLMAYR, Richard; SIMMONS, Joseph P; SIMONSOHN, Uri; VAN DER LAAN, Mark. Promoting Transparency in Social Science Research. In: **Science**, v. 343. n. 6166, 2014, p. 30-31.

NIGLAS, K. The combined use of qualitative and quantitative methods in educational research. Dissertação em Ciências Sociais na Tallin Pedagogical University, 2004. Acesso em 20, out 2014, <http://www.tlulib.ee/files/arts/95/nigla32417030233e06e8e5d471ec0aaa32e9.pdf>.

OLIVEIRA, L.; DINIZ, S. **Discurso presidencial e agenda retórica no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Disponível em: <http://compolitica.org/novo/anais/2019_gt1_Oliveira.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

OLIVEIRA, Lucy; VALADARES, Raquel Gomes. Discurso presidencial e gênero: uma análise das mensagens ao Congresso de Dilma Rousseff. In: **Anais do V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**, 2022, Natal,

PAVESI, Patrícia P; VALENTIM, Julio. Ciências Sociais Computacionais: um novo paradigma para as Ciências Sociais?. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 8, n. 4, p. 1–16, 2021. DOI: 10.47456/simbitica.v8i4.37344. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/37344>. Acesso em: 13 set. 2023.

RIBEIRO, Andrea. Práticas de política econômica: um teste das atas do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (2003-2014). **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2017, v. 25, n. 64 p. 99-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256407>. Acessado em 20 de Outubro de 2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. 2021.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do aplicativo Iramuteq**, v. 3, p. 2020, 2017.

SMALL, M. L. How to conduct a mixed methods study: Recent trends in rapidly growing literature. **Annual Review Sociology**, v.37, p. 57–86, 2011.

WIEDEMANN, Gregor. Opening up to Big Data: Computer-Assisted Analysis of Textual Data in Social Sciences. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2013. DOI: 10.17169/fqs-14.2.1949. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1949>. Acesso em: 13 set. 2023.

WOOLLEY, G. The assessment of reading comprehension difficulties for reading intervention. **Australian Journal of Learning Difficulties**, v.13, n.1, p. 51-62, 2008.

YU, Chong Ho; JANNASCH-PENNELL, Angel; DIGANGI, Samuel. Compatibility between text mining and qualitative research in the perspectives of grounded theory, content analysis, and reliability. **Qualitative Report**, v. 16, n. 3, p. 730-744, 2011.

10

Introdução aos *softwares* de Análise de Dados Qualitativos em Ciência Política

Mariana Arcos Lorencetti

Douglas Henrique Novelli

Introdução

A crescente disponibilidade de dados é uma realidade presente no cotidiano de pesquisadores e pesquisadoras, independentemente do campo de estudos ou tradição epistemológica a qual estejam subscritos. Os avanços tecnológicos e novas formas de interação da sociedade com a tecnologia têm sido os grandes motores desse processo: da expansão das redes sociais e popularização de mídias digitais, ampliação do número de bases de dados de órgãos governamentais e agências de pesquisa, até a simples digitalização de arquivos outrora esquecidos em mídias físicas de difícil acesso – são múltiplos os fatores que têm contribuído para esse cenário.

A ampliação exponencial das fontes de informação apresenta vastas, novas e importantes oportunidades de pesquisa, mas também impõe uma série de desafios: como garantir que a coleta, tratamento e análise desse volume de dados siga princípios básicos da pesquisa científica, como o da transparência, confiabilidade e replicabilidade? Embora essas sejam questões compartilhadas por todo o campo científico, responder a esta demanda é particularmente desafiador em pesquisas qualitativas, as quais, tradicionalmente, permitem abordagens mais subjetivas e menos engessadas que suas contrapartes quantitativas, encontrando maiores dificuldades na sistematização de um conjunto tão amplo de informações.

Isto posto, embora seja um problema de considerável gravidade, não se trata de uma questão tão nova, com ferramentas digitais que se prestam a auxiliar pesquisadores na análise de dados qualitativos surgindo desde a década de 1980 (Seidel, 1991; Tesch, 1990). O presente capítulo busca assim revisar o uso e aplicação desses *softwares* de Análise de Dados Qualitativos – os chamados CAQDAS¹ – no campo da Ciência Política. Seu objetivo não é ser um manual exaustivo do uso desses programas, dado que não seria viável fazê-lo em um único capítulo e já existem múltiplas obras com esse objetivo específico em mente, e sim apresentar uma revisão geral de suas principais ferramentas e aplicações na área. Com isso em mente, o capítulo é dividido em duas seções, sendo a primeira voltada a descrição dos conceitos básicos e da lógica de uso que permeia *softwares* dessa natureza, enquanto

1. Sigla derivada do termo em inglês, *Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Softwares*. Nota-se que o termo QDA *software*, ou, simplesmente, QDAS, também é empregado pela literatura.

a segunda se volta a uma breve análise das principais opções disponíveis, acompanhada de exemplos de seus usos na Ciência Política.

1. Conceitos básicos e lógica de uso

Antes de avançar para a discussão dos *softwares* propriamente ditos e como eles podem auxiliar pesquisadores em suas análises, é necessário revisar alguns conceitos básicos, a começar pelo próprio entendimento de dados qualitativos. Conforme apontado por Margit Schreier (2012, p.20), ao contrário de dados quantitativos, que, em sua forma bruta, irão consistir de valores numéricos com pouco espaço para interpretação, dados qualitativos são essencialmente materiais simbólicos – texto, imagens e vídeos, entre outros –, os quais irão demandar uma interpretação altamente contextual e, muitas vezes, subjetiva. Isso não implica a impossibilidade para dados qualitativos servirem de base para pesquisas que empregam metodologias quantitativas – por exemplo, um estudo sobre a evolução do perfil legislativo na câmara dos deputados irá recorrer a dados qualitativos, como gênero e área de formação, para derivar variáveis categóricas, que podem então ser analisadas por meio de métodos quantitativos², mas será necessário que esses dados sejam primeiro coletados e tratados de modo qualitativo.

Nesse sentido, iremos adotar a definição proposta por Christina Silver e Ann Lewins, segundo a qual, para um programa ser considerado um *software* de análise de dados qualitativos, é necessário que ele tenha como princípio básico “adotar uma abordagem qualitativa para tratar dados qualitativos” (2017, p. 21). Em termos práticos, isso significa interpretar os dados através da identificação de temas, conceitos, processos e contextos, buscando construir, testar ou ampliar teorias. Esse processo geralmente é feito através da codificação do material, simplificando e agrupando informações ao atribuir rótulos a parcelas significativas dos dados que irão orientar a análise.

Ainda de acordo com as autoras supracitadas (Silver; Lewins, 2017, p. 19), a codificação, seja ela feita ou não por meio de CAQDAS, deve ser interpretada como um instrumento para auxiliar na organização, análise e interpretação dos dados de um projeto. O processo de codificação, seja ele

2. Para um exemplo nesse sentido, ver Lorencetti (2017).

formal ou informal, também não deve ser encarado como um procedimento mecânico voltado à redução dos dados, mas sim como uma ação voltada para estimular e facilitar as análises, geralmente envolvendo um estágio inicial, de identificação e codificação; e um estágio avançado, de refinamento interpretativo e recodificação (Bazeley, 2013, p. 125).³ Logo, apesar da codificação qualitativa necessariamente envolver redução dos dados, seu objetivo é a retenção das informações (Richards, 2015, p.104).

Embora seja plenamente possível realizar esses procedimentos sem o auxílio de qualquer *software*, seja ele especializado ou não, é importante notar que, ao trabalhar com dados qualitativos, os pesquisadores podem facilmente se sentir sobrecarregados pelo volume de dados a sua disposição. Seguindo o exemplo fornecido por Schreier (2012, p.58), uma pesquisa que empregue entrevistas em profundidade, com duração média de uma hora, irá render, aproximadamente, 15 páginas de texto por entrevista; se forem realizadas 15 entrevistas, isso irá se converter em 15 horas de áudio, ou 225 páginas de texto – um volume monumental de dados para serem analisados à mão. O processo de codificação serve assim para reduzir e organizar os materiais de acordo com seus significados percebidos, com o uso de CAQDAS sendo recomendado para facilitar esse processo ao permitir o rápido acesso a todo o acervo trabalhado, além de fornecer ferramentas para sua visualização e, se necessário, recodificação.

Naturalmente, a codificação auxiliada por *softwares* não está livre de seus próprios riscos. Conforme Bazeley (2013, p.139) destaca, é fácil se perder no processo de codificação, detalhando extensivamente os dados apenas pela facilidade em gerir um grande volume de códigos de modo eficiente, enquanto, simultaneamente, são ignoradas as ferramentas de anotações, análise e identificação de conexões fornecidas por esses mesmos programas. Esse comportamento limita consideravelmente as reflexões que poderiam ser extraídas do conteúdo em análise, devendo ser ativamente evitado.

O foco excessivo no processo de codificação, inclusive, rendeu algumas das primeiras críticas contundentes ao uso de CAQDAS nas Ciências Sociais, com pesquisadores questionando como essa estrutura de navegação

3. A estrutura da codificação irá variar conforme cada caso, dependendo não apenas do método empregado, como, sobretudo, da pergunta de pesquisa que se busca responder. Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, ver Schreier (2012, cap. 5).

priorizaria técnicas baseadas na codificação formal em detrimento de outras formas de navegar e analisar os dados (Coffey; Holbrook; Atkinson, 1996; Lee; Fielding, 1996). Embora essas críticas sejam válidas, é importante notar que o uso desses códigos irá variar muito de acordo com o próprio método empregado, com a codificação podendo ser feita de modo formal, como, por exemplo, em análises de conteúdo; ou informal, como utilizado em análises de discurso (Halperin; Heath, 2020). Ademais, os avanços tecnológicos aos quais esses *softwares* foram submetidos ao longo dos anos garantiu a inclusão de múltiplas ferramentas para organizar, analisar e reportar os dados, de modo que, ao invés de serem uma barreira que afasta os pesquisadores do material sendo estudado, CAQDAS, na realidade, ampliam as possibilidades de contato e exploração dos dados (Lewins; Silver, 2009, p. 7).

Além da codificação básica, os CAQDAS também costumam apresentar um conjunto amplo de ferramentas para auxiliar pesquisadores e pesquisadoras nos mais variados estágios da pesquisa com dados qualitativos. É difícil fornecer uma lista definitiva dessas ferramentas, tendo em vista que *softwares* dessa natureza estão em constante evolução, incorporando novas funcionalidades na medida em que ocorrem avanços metodológicos e tecnológicos. Listas não exaustivas dessas funcionalidades já foram apresentadas por outros autores (Schreier, 2012; Lewins; Silver, 2009; 2017; Franzosi *et al.*, 2013; Kalpokas, 2022; Andrade *et al.*, 2019), destacando as seguintes possibilidades oferecidas por CAQDAS:

- Organizar o projeto de pesquisa, seja através de grupos de documentos, grupos de códigos, ou códigos inteligentes;
- Busca automática, que procuram por palavras, frases, e conceitos na base de dados, oferecendo opções para codificar esse material diretamente da ferramenta de busca;
- Codificar parcelas do material que atendam a determinadas regras, como, por exemplo, já estar codificado com certo conjunto de códigos;
- Escrever comentários ligados a determinado objeto do projeto, como códigos, documentos ou recortes codificados em um documento;
- Escrever anotações na forma de novos objetos, as quais podem ser utilizadas para documentar os avanços da pesquisa;

- Identificar conexões relevantes entre objetos, sejam eles documentos, códigos ou anotações;
- Utilizar as conexões identificadas para criar redes ou mapas conceituais entre os elementos do projeto;
- Sincronizar e controlar a confiabilidade em projetos que envolvam múltiplos codificadores;
- Exportar relatórios textuais, que podem incluir a codificação completa da base de dados, com todos os segmentos considerados relevantes, suas codificações e comentários que descrevem a lógica que os sustenta; e
- Exportar relatórios visuais, incluindo análises de frequência com os códigos identificados por diferentes cores.

Também é comum que CAQDAS incluam ferramentas para a exportação de dados quantitativos extraídos dos documentos trabalhados, com alguns incluindo opções de exportação direta para *softwares* estatísticos como o SPSS. Comumente, esses relatórios poderão incluir: número total de vezes que determinado código foi empregado; número de vezes que cada código foi empregado em cada documento; e número de vezes em que dois códigos foram empregados juntos (coocorrência). Assim, embora às vezes todo o processo de pesquisa possa ser realizado dentro de um CAQDAS – como, por exemplo, em uma análise temática (Braun; Clarke, 2021; Herzog *et al.*, 2019. Ver também: Drummond; Costa; Gonçalves, 2024, capítulo 7 deste mesmo volume) –, esses *softwares* também podem ser utilizados como ponto de partida para a organização e extração de dados quantitativos dos materiais analisados, os quais, então, podem ser exportados e servir de base para pesquisas ainda mais refinadas, indo de uma simples regressão até análises de rede construídas a partir dos dados coletados, respondendo às necessidades da pesquisa e do método escolhido.

Para além dessas opções de organização, tratamento e análise de dados qualitativos, os CAQDAS ainda oferecem uma vasta gama de opções de relatórios possíveis de serem gerados, permitindo ganhos em aspectos sensíveis da pesquisa científica, nomeadamente a adesão a princípios básicos como os da validade, replicabilidade, confiabilidade e transparência.

Resumidamente, o primeiro desses princípios, o da validade, corresponde a pertinência epistemológica das estratégias adotadas, incluindo a escolha dos dados e suas técnicas de coleta e análise. Já o segundo princípio, replicabilidade, refere-se à capacidade de outros pesquisadores repetirem a pesquisa empregando os mesmos dados e métodos. Por sua vez, a confiabilidade se refere à capacidade de outros pesquisadores, ao replicarem a pesquisa fora de seu contexto original, chegarem a resultados iguais ou similares. Notavelmente, a adesão a esses princípios só pode ser garantida por meio da transparência, que se refere à adequada divulgação dos detalhes e procedimentos envolvidos em cada etapa da pesquisa, possibilitando uma avaliação criteriosa e aprimoramento contínuo por parte da comunidade científica.⁴

A possibilidade oferecida pelos CAQDAS para o registro completo dos procedimentos adotados em cada etapa da pesquisa torna relativamente fácil garantir essa transparência, a qual, por sua vez, permite verificar e atingir os demais princípios mencionados. Embora não exista um consenso de quais são as melhores práticas a serem adotadas, as opções incluem a geração de relatórios como livros de códigos; a exportação de dados tabulados, indicando quais códigos foram empregados em cada documento; a criação de um relatório textual completo, com as parcelas do texto que foram codificadas, códigos inseridos em cada segmento e comentários explicativos sobre as escolhas adotadas; e, naturalmente, a exportação de um arquivo contendo todo o projeto, o qual pode então ser importado em um *software* semelhante para sua verificação completa.⁵ No caso de pesquisas envolvendo mais de um codificador, alguns *softwares* mais avançados oferecem ainda a possibilidade de geração de testes de confiabilidade, variando entre disponibilização de métricas como frequência simples até alfa de Krippendorff.

Em resumo, os CAQDAS oferecem recursos que permitem extrair informações valiosas a partir de documentos e materiais qualitativos, facilitando a organização e análise dos dados ao mesmo tempo que viabilizam a

4. Para uma discussão mais aprofundada sobre essas questões, ver Moravcsik (2014), Lupia e Elman (2014) e Elman, Kapiszewski e Lupia (2018). Ver também os capítulos 11 e 12 deste mesmo volume (Sandes-Freitas; Vasquez, 2024; Santos, 2024).

5. Embora cada programa por padrão adote um formato proprietário distinto, os principais *softwares* no mercado de CAQDAS são subscritos à *Rotterdam Exchange Format Initiative* (REFI), criada com a finalidade explícita de desenvolver um formato padrão (.qdxp) que permita a troca de dados qualitativos processados com programas dessa natureza. Embora algumas inconsistências possam ocorrer ao transferir os dados de um programa para outro, espera-se que as informações básicas, como os arquivos sendo analisados, segmentos marcados como relevantes, códigos empregados e comentários redigidos estejam sempre acessíveis.

criação de extensos relatórios que garantem a adesão dos estudos a princípios essenciais da pesquisa científica, como validade, replicabilidade, confiabilidade e transparência. Isto posto, conforme já mencionado, os CAQDAS apresentam diferenças sensíveis entre si, de modo que a próxima seção do capítulo busca apresentar algumas das principais opções disponíveis, destacando exemplos do uso desses programas em pesquisas do campo da Ciência Política.

2. Principais opções e exemplos de uso na Ciência Política

Conforme exposto na seção anterior, *softwares* voltados à análise de dados qualitativos tendem a seguir lógicas de uso semelhantes, essencialmente baseadas na codificação de segmentos dos dados, com funcionalidades muito próximas entre si, podendo ser localizadas em múltiplos pacotes e incluir ferramentas adicionais. Isso não implica que todos os CAQDAS sejam iguais, tendo em vista que a disponibilidade dessas ferramentas irá variar muito de um *software* para outro: programas mais simples costumam cobrir apenas arquivos de texto e disponibilizar relatórios básicos, como contagem de palavras e frequência simples das codificações; já opções mais avançadas irão oferecer vasto suporte a documentos de texto, áudio, vídeo, imagens, tabelas de *survey*, dados bibliográficos e dados de geolocalização, com ferramentas de análise variando entre a construção de redes semânticas até a codificação automática por meio de inteligência artificial – no entanto, tais funcionalidades são costumeiramente atreladas a um custo de acesso mais elevado.

A escolha do *software* também suscita considerações metodológicas mais profundas, tendo em vista que, como lembrado por Paulus *et al.* (2015), a utilização de CAQDAS implica na interação entre as etapas e comportamentos prescritos pelo método empregado e as ferramentas disponíveis através de cada *software*, gerando cenários nos quais o programa pode oferecer novas técnicas de exploração junto de novas formas para a execução técnicas familiares, ou severamente limitar a análise com base nas ferramentas que oferece.

Notavelmente, a extensa lista de opções disponíveis no mercado

não favorece pesquisadores inexperientes com o uso de *softwares* de análise de dados qualitativos. A *CAQDAS Networking Project* (2023), por exemplo, fornece uma lista não exaustiva com 21 programas. Além destes, soluções similares ainda podem ser encontradas na forma de pacotes para linguagens de programação amplamente utilizadas pela academia, como o RQDA e o QDAP, para R, e o Py3QDA, para Python (Huang, 2016).

Conforme já notado por diversas pesquisas (Andrade *et al.*, 2019; Franzosi *et al.*, 2013; Paulus *et al.*, 2015), ao longo das últimas duas décadas, três opções desse universo de programas se consolidaram como lideranças no mercado: ATLAS.ti, MAXQDA e NVivo. Embora se tratem de três *softwares* comerciais e de uso fechado, suas funcionalidades estão muito à frente das opções gratuitas e de código aberto, o que, em grande parte, justifica sua popularidade. Sendo os principais concorrentes uns dos outros, as inovações trazidas por um deles costumam logo ser implementadas nos demais, garantindo aos usuários uma considerável sinergia no compartilhamento e aproveitamento dos conhecimentos técnicos adquiridos entre eles. Isto posto, diferenças e particularidades ainda existem, sendo discutidas a seguir.

2.1 ATLAS.ti⁶

Lançado em 1993 para uso comercial, o ATLAS.ti atualmente se encontra na versão 23, com opções disponíveis para Windows, macOS, Android e iOS, além de uma versão em nuvem. As ferramentas disponíveis irão variar consideravelmente entre as versões, com a opção para *desktop* sendo a mais completa e, portanto, será a versão aqui considerada.

Enquanto um CAQDAS, o ATLAS.ti irá oferecer todas as principais ferramentas comuns a *softwares* dessa natureza, listadas na seção anterior. Considerando os formatos de arquivo suportados, o programa dispõe de ferramentas para analisar texto, imagens, áudios, vídeos e dados de georreferenciamento, aceitando a importação desses documentos em múltiplos formatos. Adicionalmente, o ATLAS.ti ainda é capaz de importar e gerenciar dados de *survey* configurados na forma de tabelas; de gerenciadores de

6. <https://atlasti.com/> (último acesso em 25 de novembro de 2024).

literatura, com bibliotecas exportadas nos formatos *ris* ou *bib*; transcrições de áudio; e comentários em redes sociais, também configurados na forma de tabela. Particularmente no caso de arquivos de texto, o ATLAS.ti oferece suporte à exibição e codificação em alfabetos não-latinos, como hanzi, kanji, cirílico, árabe e hebraico, além de permitir que comentários em arquivos *doc* e *pdf* sejam automaticamente importados como citações (*quotations*)—isto é, parcelas dos arquivos identificadas como relevantes e submetidas ao processo de codificação.

Acerca da análise de informações, para além da codificação manual, o ATLAS.ti fornece aos usuários múltiplas opções de codificação automática, incluindo codificação a partir da ferramenta de busca; codificação a partir de codificações prévias; reconhecimento de entidades nomeadas, sejam elas pessoas, locais ou organizações; análise de sentimentos, utilizada para auxiliar na compreensão do tom emocional dos dados, indicando se determinadas parcelas do texto contém sentimentos positivos, negativos ou neutros; identificação de conceitos, que busca pelos substantivos mais mencionados e as palavras associadas a eles, oferecendo a opção de gerar uma nuvem de palavras que destaca os termos mais frequentes e auxilia na identificação de padrões gerais e estruturais entre os conceitos e subconceitos; e categorização de opiniões, que combina as funcionalidades das duas ferramentas anteriores, indicando não apenas os conceitos, mas também atribuindo sentimentos positivos e negativos associados ao uso desses termos no conjunto de dados analisado.

Em sua versão mais recente, o ATLAS.ti também passou a oferecer a opção de codificação totalmente automatizada, oferecida através da tecnologia de inteligência artificial GPT da OpenAI, acessível diretamente através do programa. A ferramenta atualmente se encontra em fase de testes,⁷ mas já é capaz de sugerir uma estrutura inicial de codificação e produzir relatórios que sumarizam os dados analisados em conjuntos de arquivos de texto, prometendo reduzir em muito o tempo que normalmente seria dedicado a exploração dos dados — o que, é importante destacar, não exige o

⁷ Embora o ATLAS.ti seja o precursor desse tipo de ferramenta no mercado de CAQDAS, sua implementação ainda é recente, estando sujeita a erros ao passo que o próprio modelo de processamento de linguagem na qual é baseada ainda está em seu início. Com o tempo, é provável que outros *softwares* dessa natureza implementem soluções semelhantes, com o potencial para esse tipo de análise, auxiliada por modelos de linguagem amplas, se tornar uma tendência na pesquisa com dados qualitativos.

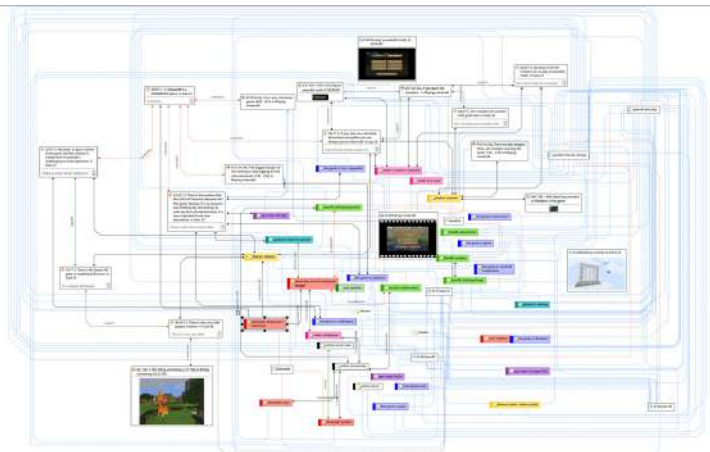
pesquisador das tarefas de análise e recodificação desse material.

Com relação a exportação de relatórios, o programa fornece múltiplas opções para seus usuários, variando entre relatórios textuais, estatísticos e visuais. O primeiro grupo irá incluir a exportação do livro de códigos na forma de tabela, além de relatórios completos, em *doc* ou *pdf*, detalhando todo o processo de codificação, podendo incluir os segmentos codificados, suas codificações, e anotações atreladas a todos os elementos do projeto. Por sua vez, seus relatórios estatísticos irão incluir a relação completa das codificações atreladas a cada documento e a análise de coocorrência entre os códigos. Embora limitados, esses relatórios podem ser exportados para outros *softwares* voltados para análises estatísticas mais robustas, além de servir de base para os relatórios visuais gerados pelo ATLAS.ti, os quais incluem gráficos de frequência, nuvens de palavras, diagramas de sankey e grafos de rede.

Para além dessas ferramentas convencionais, o ATLAS.ti irá se sobressair em comparação às demais alternativas em dois aspectos. O primeiro deles é o extenso suporte a projetos envolvendo múltiplos codificadores, permitindo colaboração em tempo real em sua versão web, além de uma robusta ferramenta para calcular a confiabilidade dos resultados inter-codificadores (disponível apenas na versão desktop).⁸

O segundo aspecto no qual se destaca são suas ferramentas focadas na construção de redes semânticas, as quais permitem a visualização e análise das relações entre diferentes elementos de um projeto, incluindo códigos, documentos, citações e anotações. Embora seja plenamente possível conduzir análises no *software* que não recorram a essa ferramenta específica, trata-se de uma funcionalidade que facilita a identificação de temas recorrentes, padrões emergentes e interconectividade entre conceitos. A Figura 1 fornece um exemplo dessas redes, extraído do manual do programa, com os dados derivados da aplicação de entrevistas em profundidade.

8. A ferramenta em questão calcula o Alfa de Krippendorff (2004) para parcelas selecionadas do corpus. Embora essa métrica tenha sido pensada para aplicação em análises de conteúdo, sendo seu uso recomendado por autores como Sampaio e Lycarião (2018), ela pode ser extrapolada para métodos qualitativos em geral baseados em codificação.

Figura 1 – exemplo de rede semântica criada com o ATLAS.ti

Fonte: ATLAS.ti (2023, p.10).

Para uma revisão detalhada do *software*, recomendamos a versão mais recente do manual escrito por Susanne Frieze (2019).⁹ Já para exemplos adicionais do ATLAS.ti aplicado ao campo da Ciência Política, sugerimos os trabalhos de: Demirsu (2017), que analisa a legitimação de políticas de combate ao terrorismo em democracias liberais, utilizando o ATLAS.ti para empregar uma análise de enquadramento em debates parlamentares no Reino Unido; Malvaceda, Herrero e Correa (2018), que aplicam análise de conteúdo qualitativa a 16 entrevistas em profundidade para estudar o processo de socialização e radicalização em militantes do Partido Comunista do Peru; Novelli (2022), que emprega uma análise de conteúdo quantitativa em 720 artigos publicados nos principais periódicos brasileiros do subcampo das Relações Internacionais na década 2010; Lorencetti (2022), que, em conjunto com outras ferramentas, utiliza o ATLAS.ti para conduzir uma revisão em cascata sobre estudos voltados à profissionalização legislativa; e Dragomir e Hosy (2023), que apresentam uma análise comparativa dos discursos de ódio proferidos por três partidos nacionalistas romenos.

9. No início de 2022, o ATLAS.ti mudou sua forma de versionamento, passando a adotar um modelo anual. Na prática, isso significou um salto da versão 9 diretamente para a versão 22. Embora o manual citado seja baseado na versão 8, ele continua relativamente atual, tendo em vista que as mudanças entre versões se deram mais em termos de correção de erros e adição de novas ferramentas. Isto posto, não se recomenda o uso de manuais relativos a versões anteriores, haja visto que o programa foi totalmente redesenhado entre as versões 7 e 8.

2.2 MAXQDA¹⁰

Lançado em 1995 e atualmente em sua versão 2022, o MAXQDA é também um *software* voltado à análise de dados qualitativos, se destacando por ter maior foco no suporte a utilização de métodos mistos que suas contrapartes. Embora só esteja disponível para Windows e macOS, o programa é dividido em quatro versões: (1) a versão *Standard*, que oferece todas as ferramentas convencionais para análise e organização de dados qualitativos anteriormente mencionadas; (2) a versão *Plus*, que adiciona a ferramenta MAXDictio, voltada para a análise textual quantitativa; (3) a versão *Pro*, que, além do conteúdo da versão *Plus*, adiciona ferramentas avançadas para análise estatística; e (4) a versão *Reader*, que permite, gratuitamente, a visualização de projetos construídos com qualquer outra versão do programa, mas não sua edição.

Tal qual o ATLAS.ti, o MAXQDA suporta a análise de documentos de texto, imagem, áudio e vídeo, com suporte adicional a arquivos de legenda no formato *srt*; referências bibliográficas, importadas no formato *ris* ou *txt*; e respostas a questionários e comentários em redes sociais, configurados no formato de planilhas. Além disso, também apresenta suporte a dados de georreferenciamento, se conectando diretamente com a base de dados do Google Earth; e oferece ainda uma ferramenta nativa para coleta de dados de websites.

No que se refere às ferramentas de análise disponíveis, o MAXQDA irá oferecer todo o conjunto básico esperado, incluindo opções de codificação manual e automatizada a partir da ferramenta de busca. Isto posto, uma vantagem que apresenta frente aos demais CAQDAS é sua flexibilidade na gestão desses códigos, permitindo desde a atribuição de pesos (de 0 a 100) até a utilização de *emojis* para realizar a codificação. Para além desses aspectos, ainda oferece amplo suporte a técnicas quantitativas e métodos mistos, permitindo atribuir e editar variáveis numéricas e categóricas diretamente aos documentos.¹¹

O MAXQDA é capaz de produzir e exportar relatórios textuais tanto do livro de códigos, quanto do detalhamento das codificações realizadas,

10. <https://www.maxqda.com/> (último acesso em 25 de novembro de 2024).

11. Essas ferramentas, contudo, só estão disponíveis na versão *Pro* do programa.

disponibilizando essencialmente o mesmo pacote de opções oferecido pelo ATLAS.ti, além de oferecer opções semelhantes para geração de nuvens de palavras e gráficos de frequência das codificações. Nota-se que sua matriz de códigos e tabela de coocorrência são um pouco mais avançadas, com a primeira opção oferecendo a possibilidade de criação de mapas de calor, enquanto a segunda pode gerar análises em até seis dimensões. Por outro lado, embora também ofereça opções para análise com múltiplos codificadores, fornece apenas um simples relatório de porcentagem, o que, como notado por Sampaio e Lycarião (2018), está longe de ser uma métrica confiável. Igualmente, sua ferramenta para a criação de redes semânticas não é tão avançada, o que é compensado pela possibilidade de mapear visualmente códigos e documentos de acordo com sua similaridade e padrões de sobreposição, conforme demonstrado pelo exemplo da Figura 2.

Figura 2 – exemplo de mapa de códigos gerado pelo MAXQDA



Fonte: MAXQDA (2020, p. 378).

Para uma revisão detalhada do MAXQDA, recomendamos o manual escrito por Kuckartz e Rädiker (2019). Para exemplos recentes do uso do *software* no campo da Ciência Política, sugerimos consultar os trabalhos de Parra e Iacono (2020), que aplica análise de conteúdo em jornais publicados entre 1990 e 2015, buscando estudar a invisibilização midiática de crianças nascidas a partir de atos de violência sexual praticados como armas de guerra; Issaev, Ereemeeva e Shishkina (2021), que conduzem uma análise de

conteúdo qualitativa da cobertura do conflito sírio pela mídia russa; Landini (2022), que analisa os debates parlamentares na Áustria, focando na exclusão do acesso de imigrantes aos benefícios sociais dos países hospedeiros; e Diez-Gutierrez *et al.* (2022), que aplica métodos mistos, combinando o MAXQDA com outros *softwares* para estudar a propagação de discursos de ódio pela extrema direita no X (antigo Twitter).

2.3 NVivo¹²

Lançado em 1999, o NVivo pode ser visto como o sucessor espiritual do NUD*IST (*Non-numerical Unstructured Data Indexing, Searching and Theorizing*), lançado em 1981 e um dos pioneiros no mercado de CAQDAS.¹³ Atualmente em sua versão 14, o NVivo oferece versões para Windows e macOS, com a primeira sendo mais completa.

Semelhante aos outros dois programas mencionados até aqui, o NVivo fornece suporte à análise de documentos de texto, imagens, áudio e vídeo. Se destaca particularmente pela possibilidade de integração com outros *softwares*, podendo importar e-mails diretamente do Outlook, questionários gerados com o SurveyMonkey e referências bibliográficas organizadas com o Citavi. Aceita ainda formatos como *ris*, *txt* e *xml*, para referências bibliográficas; e planilhas de Excel para questionários e comentários de redes sociais, construídos e exportados com ferramentas diversas. Tal qual o MAXQDA, fornece também uma ferramenta de coleta nativa para conteúdos extraídos de páginas da internet, além de fornecer completa integração com o NVivo *Transcription* para transcrição de áudios.

No que se refere às suas ferramentas de análise, o NVivo oferece o conjunto básico esperado de um CAQDAS, incluindo opções para codificação manual e codificações automatizadas a partir de busca textual, análise de sentimentos, análise de relacionamentos e identificação de temas, além de múltiplas opções para codificação avançada a partir de segmentos já codificados. No que tange aos seus relatórios, também fornece o básico das opções oferecidas pelos demais *softwares* aqui listados, incluindo sumários

12. <https://lumivero.com/products/nvivo/> (último acesso em 25 de novembro de 2024).

13. Os dois *softwares* seriam desenvolvidos em paralelo pela QSR International até 2006, quando o NUD*IST, então em sua 6ª versão, foi incorporado no NVivo 7.

de elementos variados, tais como: códigos, documentos e citações; relatórios detalhando as codificações; tabelas relacionando códigos com documentos e coocorrência de códigos; gráficos de frequência; e redes semânticas, estruturadas na forma de mapas mentais. Como opções adicionais, oferece ainda a opção de gerar uma árvore de palavras a partir da pesquisa de texto (Figura 3), além de um diagrama da estrutura dos códigos, herdada do NUD*IST.

Figura 3 – exemplo de árvore de palavras gerada pelo NVivo



Fonte: Silva e Pereira (2019).

Conforme já mencionado, seu diferencial acaba ficando a cargo de sua integração automática com outros *softwares*, como o Outlook, o Citavi e o SurveyMonkey. Várias dessas soluções são desenvolvidas pela Lumivero, hoje responsável pelo NVivo e pelo Citavi, entre outros *softwares* de uso acadêmico e comercial, garantindo uma integração fluida entre as ferramentas. Isto posto, apesar das vantagens mencionadas, essa situação também apresenta desvantagens intrínsecas, uma vez que ferramentas como o já mencionado NVivo *Transcription* e o NVivo *Collaboration Cloud* (voltado para integrar o trabalho de múltiplos codificadores em um mesmo projeto) são vendidas separadamente, encarecendo ainda mais aquela que já é uma das soluções mais caras no mercado de CAQDAS.

Não obstante, para aqueles que desejarem empregar o NVivo em suas pesquisas, o manual recomendado é a versão mais recente do produzido

por Bazeley e Jackson (2019). Nota-se ainda que o NVivo é historicamente a opção mais popular entre os CAQDAS, sendo abundantes os exemplos de seu uso nas mais variadas áreas do conhecimento. Para exemplos de trabalhos recentes no campo da Ciência Política que empregam a ferramenta, recomendamos a leitura dos trabalhos de: Cury (2019), que aplica uma combinação de etnografia, observação participante e entrevistas em profundidade com lideranças muçulmanas para analisar respostas organizadas desses grupos a casos de islamofobia; Maia *et al.* (2021), que empregam análise temática para mapear as características de projetos premiados em concursos de inovação na administração pública; Mohamed (2021), que recorre a técnicas de análise de discurso e grupos focais para examinar como a imprensa do Quênia constrói a ideia de “radicalização” e como os jovens desafiam essas construções na construção de suas identidades; e Lees-Marshment e Bendle (2022), que combinam uma revisão sistemática da literatura com entrevistas semiestruturadas para analisar como políticos enxergam o uso de técnicas da administração na gestão de campanhas, partidos e governo.

2.4 Outras opções

Conforme já mencionado, apesar do ATLAS.ti, o MAXQDA e o NVivo serem os principais *softwares* disponíveis no mercado de CAQDAS, existem dezenas de programas semelhantes disponíveis aos pesquisadores e pesquisadoras, com novas opções aparecendo com frequência. *Softwares* como QDA Miner, Dedoose, Transana e Quirkos também possuem alguma popularidade, mas, tal qual as três opções abordadas até aqui, são todos pagos.

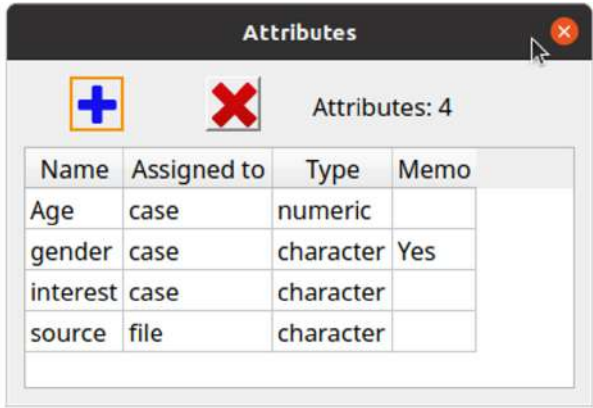
Embora existam opções gratuitas, elas normalmente irão carecer de muitos dos recursos disponíveis nas versões pagas, costumeiramente sendo limitadas a análise de arquivos de texto. Por essa exata razão, o *software* QualCoder¹⁴ se destaca por apresentar o melhor suporte entre as opções de uso livre, permitindo a análise de documentos de texto, imagens, áudio e vídeo. Embora suas opções de formato suportado sejam bem menores, ainda é capaz de processar as principais opções empregadas nesses tipos de arquivo.

14. <https://github.com/cbogel/QualCoder> (último acesso em 25 de novembro de 2024).

A maior fragilidade do QualCoder reside na velocidade de processamento dos documentos, sendo perceptivelmente mais lento que as demais opções trabalhadas até aqui. Ademais, como indicado pelo próprio manual, o processamento de arquivos no formato *pdf* é problemático, tendo em vista que esses arquivos são primeiro convertidos para o formato de texto puro, o que pode ocasionar erros de formatação e, no caso de arquivos grandes, travar o programa ao ponto de encerrá-lo abruptamente. Por essa razão, ao trabalhar com documentos de texto, o próprio programa irá automaticamente dividir os arquivos em parcelas de até 50 mil caracteres, visando otimizar a utilização de recursos e evitar travamentos, mas implicando em uma redução do nível de acessibilidade do material sendo analisado.

Apesar de seus evidentes problemas (em grande parte associados ao fato do projeto ser disponibilizado gratuitamente e mantido pelo trabalho voluntário de poucos pesquisadores), o QualCoder não deixa de ser uma opção interessante, sobretudo para uso em projetos menores, haja visto que ainda dispõe de um conjunto robusto de ferramentas para análise e apresentação de resultados. Em particular ao primeiro aspecto, o *software* oferece a opção de adicionar atributos diretamente aos casos trabalhados, os quais podem envolver variáveis numéricas ou categóricas (Figura 4). Ao analisar entrevistas, por exemplo, é possível utilizar esses campos para definir idade e gênero de cada respondente, podendo então utilizar essas informações para filtrar diferentes casos ou exportar esses dados na forma de tabela, juntamente das codificações inseridas em cada documento, para produzir análises estatísticas mais avançadas em *softwares* especializados.

Figura 4 – exemplo da função de atributos no QualCoder



Fonte: Curtain (2023).

Já no que toca às opções de relatório, o QualCoder é capaz de apresentar a frequência das codificações em formato tabelado e de gráficos de barra ou setorial no estilo *sunburst*; sumarização dos principais atributos associados a cada arquivo e cada código presente no projeto; relatórios de frequência sobre os atributos inseridos nos casos; força das relações entre dois ou mais códigos, incluindo relações de proximidade e sobreposição; e relatórios textuais completos, que sumarizam o projeto como um todo. Finalmente, o programa ainda é capaz de gerar testes de confiabilidade entre dois ou mais codificadores, seja para o projeto completo ou para arquivos selecionados individualmente, retornando a porcentagem de concordância e o Kappa de Cohen para as codificações selecionadas, tornando-se uma opção interessante para grupos de pesquisadores em busca de uma opção de CAQDAS gratuita e funcional.

2.5 Comparando os softwares

Pensando em simplificar para iniciantes no mundo dos CAQDAS a seleção do *software* mais apropriado entre os mencionados no presente capítulo, o Quadro 1 oferece uma análise comparativa detalhada entre as principais ferramentas e funcionalidades trazidas por cada uma das três

principais opções.¹⁵

Quadro 1 – Análise comparativa dos principais CAQDAS

	ATLAS.ti	MAXQDA	NVivo
Formatos de dados suportados	<i>Formatos suportados por todos os softwares:</i> ● Arquivos de texto, imagens, áudio e vídeos; ● Referências bibliográficas; ● Respostas de questionários na forma de tabelas; ● Importação de comentários de redes sociais (através do exportcomments.com);		
	● Suporte nativo a geodata, pelo Open Street Map	● Suporte nativo a geodata, através do Google Earth ● Ferramenta integrada de coleta de páginas da web	● Ferramenta integrada de coleta de páginas da web
Ferramentas para análise	<i>Ferramentas disponíveis em todos os softwares:</i> ● Codificação manual; ● Busca textual; ● Codificação automática, a partir da ferramenta de busca;		
	● Reconhecimento de entidades nomeadas; ● Análise de sentimentos; ● Identificação de conceitos; ● Codificação automática por meio de IA.	● Reconhecimento de entidades nomeadas; ● Codificação com emojis; ● Atribuição de peso às codificações; ● Múltiplas ferramentas de anotação.	● Análise de sentimentos; ● Análise de relacionamentos; ● Identificação de temas.

¹⁵ Apesar das considerações levantadas a respeito do QualCoder, optou-se por não o incluir no quadro comparativo, haja visto que seus recursos e funcionalidades ainda estão muito aquém das demais opções analisadas nesse capítulo.

	ATLAS.ti	MAXQDA	NVivo
	<i>Opções de relatórios comuns a todos os softwares:</i> ● Livro de códigos; ● Relatórios detalhando o processo de codificação; ● Tabela código-documento; ● Tabela de coocorrência; ● Gráficos de frequência; ● Nuvens de palavras;		
Opções de exportação de relatórios	● Diagramas de sankey; ● Grafos de rede; ● Redes semânticas com opções avançadas para identificação de relações entre os elementos; ● Análise de confiabilidade intercodificadores.	● Matriz de códigos, com opção de criação de mapas de calor; ● Redes semânticas, incluindo modelos automáticos; ● Mapas de códigos e documentos.	● Análise clusterizada de códigos temáticos; ● Árvore de palavras; ● Redes semânticas estruturadas na forma de mapas mentais.
Diferenciais	● Ferramentas robustas para criação de redes semânticas; ● Amplo suporte a projetos envolvendo múltiplos codificadores.	● Ferramenta MAXQDA Reader, que permite a leitura e pesquisa de projetos, disponibilizado gratuitamente; ● Amplo suporte a métodos quantitativos e mistos (nas versões Plus e Pro).	● Integração com outros <i>softwares</i> oferecidos pela Lumivero, incluindo NVivo, Transcription, Citavi e XLSTAT.

	ATLAS.ti	MAXQDA	NVivo
Preço	Licenças de estudante disponíveis a partir de US\$51.00 por semestre.	Licença Plus para estudantes disponíveis a partir de US\$47.00 por semestre.	Licenças de estudante disponíveis a partir de US\$118.00 para o período de um ano.
Opções de teste	Recursos ilimitados nos primeiros 5 dias, com limitações ao tamanho do projeto após esse período.	Recursos ilimitados no período de 14 dias.	Recursos ilimitados no período de 14 dias.
Manual recomendado	Friese (2019)	Kuckartz e Rädiker (2019)	Bazeley e Jackson (2019)

Fonte: Elaborado pelos próprios autores (2023).

Embora o Nvivo seja tradicionalmente o *software* mais popular voltado à análise de dados qualitativos, sua carência de opções exclusivas ou avançadas, aliada à sua *interface* menos amigável e preço elevado, o tornam a opção menos atraente das consideradas em profundidade neste capítulo. Por outro lado, o ATLAS.ti e o MAXQDA são muito próximos, tanto esteticamente quanto no que diz respeito ao seu custo, oferecendo também o mesmo conjunto geral de ferramentas. Levando em consideração apenas as suas funcionalidades, a escolha de qual CAQDAS usar deve ser determinada com base nas necessidades metodológicas e epistemológicas da própria pesquisa, com o ATLAS.ti oferecendo ferramentas mais robustas para a criação de redes semânticas e amplo suporte a projetos envolvendo múltiplos codificadores; enquanto o MAXQDA oferece o melhor conjunto de ferramentas para a aplicação de técnicas quantitativas e métodos mistos.

Considerações finais

Conforme notado no início deste capítulo, o crescimento da disponibilidade de dados e a ampliação exponencial das fontes de informação têm gerado novas e significativas oportunidades para pesquisa, porém, também apresentam desafios consideráveis na gestão dessas informações. Para pesquisadores que trabalham com dados qualitativos, a coleta, tratamento e análise de um volume crescente de informações tornam-se especialmente complexos. Embora questões dessa natureza sempre tenham existido, ferramentas digitais têm surgido desde a década de 1980 para auxiliar os pesquisadores que se deparam com este desafio. Assim, o presente capítulo buscou revisar o uso e aplicação desses *softwares*, listando suas funcionalidades mais comuns e destacando como seus recursos podem auxiliar nos processos de organização, análise e apresentação dos resultados. Ainda que seja impossível prover uma revisão exaustiva desse material no curto espaço disponível – sobretudo considerando a rápida evolução dessas tecnologias –, se procurou fornecer uma sólida base de suas lógicas de uso, além de exemplos recentes da aplicação dessas ferramentas no campo da Ciência Política.

Por fim, dois aspectos merecem ser destacados na defesa do uso desses *softwares*. Em primeiro lugar, CAQDAS não apenas auxiliam pesquisadores e pesquisadoras na organização e sistematização de dados qualitativos, mas também abrem novas fronteiras de pesquisa ao possibilitar formas de exploração mais complexas dos dados. Com recursos como visualização de redes, gráficos de frequência e codificação visual, torna-se possível identificar padrões, relações e tendências de forma mais clara e intuitiva. Isto posto, conforme também mencionado anteriormente, é importante notar que as funcionalidades disponíveis irão variar de um programa para outro, de modo que a escolha do *software* não é uma questão trivial e deve ser sempre tomada com as necessidades metodológicas e epistemológicas da pesquisa em mente.

Em segundo lugar, retomando a discussão que abriu o capítulo, é importante ressaltar que os CAQDAS não são suficientes para assegurar, de forma isolada, a observância dos princípios fundamentais da transparência, confiabilidade e replicabilidade. Uma pesquisa com falhas significativas no

seu desenho metodológico, ou mesmo que careça de qualquer metodologia clara, ainda será uma pesquisa problemática – apenas terá seus problemas adornados pelo uso dessas ferramentas. Isto posto, mesmo nesses casos, os CAQDAS ainda podem ser úteis, uma vez que a facilidade oferecida na geração de relatórios completos pode nos ajudar a entender o que certas pesquisas querem dizer ao se definirem como “qualitativas”, sem nada mais explicitar

Referências

ANDRADE, L. R.; COSTA, A. P.; LINHARES, R. N.; ALMEIDA, C. A.; REIS, L. P. **Qualitative Data Analysis Software Packages: An Integrative Review**. Advances in Intelligent Systems and Computing. Anais. Springer Verlag, 2019

ATLAS.TI. **ATLAS.ti User Manual - Version 23.0.230**. Berlim: Scientific Software Development GmbH, 2023.

BAZELEY, P. **Qualitative Data Analysis - Practical Strategies**. London: Sage, 2013.

BAZELEY, P.; JACKSON, K. **Qualitative data analysis with NVIVO**. 3a Edição. Los Angeles: Sage, 2019.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Thematic analysis: A practical guide**. London: SAGE Publications, 2021.

COFFEY, A.; HOLBROOK, B.; ATKINSON, P. Qualitative Data Analysis: Technologies and Representations. **Sociological Research Online**, v. 1, n. 1, 1996.

COMPUTER ASSISTED QUALITATIVE DATA ANALYSIS (CAQDAS) NETWORKING PROJECT. **Software information**. Disponível em: <<https://www.surrey.ac.uk/computer-assisted-qualitative-data-analysis/resources/software-information>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CURTAIN, C. **QualCoder Wiki**. Disponível em: <<https://github.com/ccbogel/QualCoder/wiki/>>. Acesso em: 13 set. 2023.

CURY, E. Contesting Islamophobia and Securing Collective Rights: Muslim American Advocacy in the 2016 Elections. **Politics and Religion**, v. 12, n. 4, p. 710–735, 10 dez. 2019.

DEMIRSU, I. Talking security and rights. **Journal of Language and Politics**, v. 16, n. 5, p. 658–682, 26 out. 2017.

DÍEZ-GUTIÉRREZ, E.; VERDEJA, M.; ANDALUZ, J.; BUENDIA, L.; TOVAR, J. Political hate speech of the far right on Twitter in Latin America. **Comunicar**, v. 30, n. 72, p. 101–113, 1 jul. 2022.

DRAGOMIR, S.; HOSU, I. The Narratives of Hate Used by Romanian Parties Labelled as Far-Right. A Comparative Narrative Analysis. **Journal for the Study of Religions and Ideologies**, v. 22, n. 64, p. 34–54, 2023.

DRUMMOND, D.; COSTA, P. R. N.; GONGALVES, J. Análise Qualitativa Temática. In: SAMPAIO, R. C.; PAULA, C. DE (Eds.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. Brasília: ENAP, 2024.

ELMAN, C.; KAPISZEWSKI, D.; LUPA, A. Transparent Social Inquiry: Implications for Political Science. **Annual Review of Political Science**, v. 21, n. 1, p. 29–47, 11, 2018.

FRANZOSI, R.; DOYLE, S.; MCCLELLAND, L.; RANKIN, C.; VICARI, S. Quantitative narrative analysis software options compared: PC-ACE and CAQDAS (ATLAS.ti, MAXqda, and NVivo). **Quality and Quantity**, v. 47, n. 6, p. 3219–3247, out. 2013.

FRIESE, S. **Qualitative Data Analysis with ATLAS.ti**. Third ed. London: SAGE Publications, 2019.

HALPERIN, S.; HEATH, O. **Political Research - Methods and Practical Skills**. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

HERZOG, C.; HANDKE, C.; HITTERS, E. Analyzing Talk and Text II: Thematic Analysis. In: VAN DEN BULCK, H. et al. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Methods for Media Policy Research**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2019.

HUANG, R. **RQDA: R-based Qualitative Data Analysis**. Disponível em: <<http://rqda.r-forge.r-project.org/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ISSAEV, L. M.; EREMEEVA, K. S.; SHISHKINA, A. R. Framing the Syrian Conflict in the Russian Federal Media. **The Journal of Political Theory, Political Philosophy and Sociology of Politics Politeia**, v. 101, n. 2, p. 97–120, 2021.

KALPOKAS, N.; RADIVOJEVIC, I. Bridging the Gap Between Methodology and Qualitative Data Analysis Software: A Practical Guide for Educators and Qualitative Researchers. **Sociological Research Online**, v. 27, n. 2, p. 313–341, 2022.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology**. 2nd. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2004.

KUCKARTZ, U.; RÄDIKER, S. **Analyzing Qualitative Data with MAXQDA**. Cham: Springer, 2019.

LANDINI, I. The exclusion of migrants and refugees from welfare programs in Austria: the “legitimizing explanations” across different policy areas. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 42, n. 1/2, p. 159–176, 8 mar. 2022.

LEE, R. M.; FIELDING, N. Qualitative data analysis: Representations of a technology: A comment on Coffey, Holbrook and Atkinson. **Sociological Research Online**, v. 1, n. 4, 1996.

LEES-MARSHMENT, J.; BENDLE, N. T. Political practitioners’ perspectives on

political management: the importance of people and power. **International Journal of Public Leadership**, v. 18, n. 4, p. 305–318, 26 set. 2022.

LEWINS, A.; SILVER, C. Choosing a CAQDAS Package. **Qualitative Innovations in CAQDAS**, 2009.

_____. Qualitative Data Analysis and CAQDAS. In: SILVER, C.; LEWINS, A. (Eds.). **Using Software in Qualitative Research: A Step-by-Step Guide**. Londres: Sage, 2017. p. 9–34.

LORENCETTI, M. A. Relato do uso do método de Snowballing para coleta sistemática de literatura para Revisão Sistemática em Ciência Política: uma abordagem vantajosa para questões de alta especificidade. In: ALBUQUERQUE, M.; SANGALLI, A. (Eds.). **O Estado, os políticos e os empresários: vinte anos do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política**. Curitiba: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política, 2022.

LORENCETTI, M. A. Os bacharéis na política nacional durante as duas democracias. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, 5 jan. 2018.

LUPIA, A.; ELMAN, C. Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency. **PS: Political Science & Politics**, v. 47, n. 01, p. 19–42, 2014.

MAIA, H.; CASTRO, A.; NODARI, C.; OLIVEIRA, W. Antecedent dimensions in the brazilian public administration: an analysis of the innovation contest in the public sector. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 12, n. 1, p. 26–52, 10 abr. 2021.

MALVACEDA-ESPINOZA, E.; HERRERO, J.; CORREA, J. Socialización y radicalización política en militantes del Partido Comunista del Perú–Sendero Luminoso (PCP-SL). **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, p. 71, 25 jun. 2018.

MAXQDA. **MAXQDA 2020 Manual**. Berlim: VERBI Software, 2020.

MOHAMED, M. H. Dangerous or political? Kenyan youth negotiating political

agency in the age of ‘new terrorism’. **Media, War & Conflict**, v. 14, n. 3, p. 303–321, 16 set. 2021.

MORAVCSIK, A. Transparency: The Revolution in Qualitative Research. **PS: Political Science & Politics**, v. 47, n. 01, p. 48–53, 2014.

NOVELLI, D. A identidade do campo das Relações Internacionais no Brasil: uma análise a partir da produção científica em seus principais periódicos na década de 2010. **Carta Internacional**, v. 17, n. 1, p. e1168, 2022.

PARRA, T. S.; IACONO, S. LO. (Re)Productive Discourses: Media Coverage of Children Born of War in Colombia. **Bulletin of Latin American Research**, v. 39, n. 1, p. 22–36, 14 jan. 2020.

PAULUS, T.; Woods, M.; Atkins, D.; Macklin, R. The discourse of QDAS: reporting practices of ATLAS.ti and NVivo users with implications for best practices. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 20, n. 1, 2 jan. 2015.

RICHARDS, L. **Handling Qualitative Data: A practical guide**. 3a Edição ed. Londres: Sage, 2015.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 31–47, 2018.

SANDES, -FREITAS, V. E. V. Questões científicas para a análise qualitativa: transparência metodológica, validação e replicação dos dados. In: SAMPAIO, R. C.; PAULA, C. DE (Eds.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. Brasília: ENAP, 2024.

SANTOS, R. DOS. Cuidados éticos na pesquisa qualitativa em ciência política. In: SAMPAIO, R. C.; PAULA, C. DE (Eds.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. Brasília: ENAP, 2024.

SCHREIER, M. **Qualitative Content Analysis in Practice**. London: SAGE Publications, 2012.

SEIDEL, J. Methods and madness in the application of computer technology to qualitative data analysis. In: FIELDING, N.; LEE, R. (Eds.). **Using Computers in Qualitative Research**. London: Sage, 1991, p. 107–116.

SILVA, C. C. V. E; PEREIRA, A. E. International Security and New Threats: Securitisation and Desecuritisation of Drug Trafficking at the Brazilian Borders. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 1, p. 209–234, abr. 2019.

SILVER, C.; LEWINS, A. Qualitative Data Analysis and CAQDAS. In: SILVER, C.; LEWINS, A. (Eds.). **Using Software in Qualitative Research: A Step-by-Step Guide**. Londres: Sage, 2017, p. 9–34.

TESCH, R. **Qualitative Research: Analysis Types & Software Tools**. New York: Falmer Press, 1990.

11

Questões científicas para a análise qualitativa em Ciência Política: transparência metodológica, replicação, validação dos dados e validade

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas

Vitor Vasquez

Introdução

A partir dos anos 1990 um profícuo debate sobre procedimentos de pesquisa tomou conta da Ciência Política. Impulsionada pelo influente livro *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*, publicado pela primeira vez em 1994 por King, Keohane e Verba (KKV), a comunidade da disciplina passou a discutir padrões científicos que deveriam ser observados em pesquisas qualitativas. A polêmica se instalou porque, para tanto, foram tomados como ponto de partida procedimentos típicos das pesquisas quantitativas. Não à toa, uma década depois um livro foi organizado por Brady e Collier (2004) em diálogo à obra de KKV, *Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards*, buscando fazer algumas ponderações sobre o que fora anteriormente proposto. A obra propunha que a Ciência Política deveria debater padrões de pesquisa que fossem compartilhados entre as duas tradições – qualitativa e quantitativa –, mas sem desconsiderar que cada uma delas mobiliza diferentes ferramentas. Isto é, se por um lado deveríamos estabelecer padrões científicos em busca de explicações causais válidas tanto em pesquisas qualitativas quanto quantitativas, por outro isto deveria ser feito considerando as especificações de cada uma dessas tradições.

Assim, é preciso compreender as especificidades de procedimentos e práticas de pesquisa empregadas em cada tradição, com o objetivo de identificar as potências e limitações das análises qualitativas e quantitativas e como isso impacta o estabelecimento de padrões científicos (Brady; Collier; Seawright, 2004). Em outras palavras, todas as ferramentas de pesquisa – sejam elas qualitativas ou quantitativas – podem ser alvos de críticas, por isso é fundamental conhecer seus pontos fortes e fracos ao se pensar em como utilizá-las. Portanto, um padrão de procedimentos em pesquisas qualitativas deve ser estabelecido em seus próprios termos, não necessitando de uma *rationale* quantitativa para tanto.

Neste capítulo, discutimos procedimentos de transparência, replicabilidade, validação e validade em pesquisas qualitativas. Para tanto, apresentamos alguns padrões com vistas a garantir esses elementos, mas sem desconsiderar como características inerentes à tradição qualitativa impactam essa dinâmica. Inicialmente, abordamos como características intrínsecas da

pesquisa qualitativa influenciam esses procedimentos pensando em limites e possibilidades. Em seguida, tratamos especificamente da transparência, da replicabilidade e da validação e, em outra seção, da validade. Por fim, trazemos nossas considerações finais.

1. Análise qualitativa: possibilidades e limites

Goertz e Mahoney (2012) comparam as tradições qualitativa e quantitativa com foco em questões relacionadas à análise causal. Segundo os autores, apesar de cada abordagem ter seus valores, crenças e normas, ambas compartilham a meta de produzir inferências descritiva e causal válidas. A partir disso, eles exploram alguns aspectos presentes nas duas tradições, mas que se mostram em diferentes formatos entre si. Apesar de o foco dos autores ser a questão da causalidade, ao trazer certas características inerentes às pesquisas qualitativas, o trabalho em tela nos é útil por permitir que pensem a transparência, a replicabilidade e a validação em pesquisas qualitativas considerando suas especificidades.

O primeiro aspecto nesse sentido diz respeito à forma como pesquisas qualitativas abordam a explicação. Nesta tradição, analisa-se resultados em casos individuais, portanto, a estratégia de investigação foca na causa dos efeitos. Em outras palavras, o resultado, que é conhecido de antemão, é o fenômeno que se busca explicar e isto é feito a partir de casos particulares. Como consequência, ao final de uma pesquisa qualitativa sempre fica o questionamento se os mesmos fatores são encontrados também em outros casos, isto é, sobre quão generalizável são os resultados oferecidos.

Contudo, responder este questionamento não é tarefa fácil, pois pesquisas qualitativas carregam consigo a especificidade contextual dos casos investigados. Adock e Collier (2001) afirmam que estabelecer equivalência comparativa entre unidades que se diferem contextualmente é um desafio, o que dificulta a replicação de dados e, consequentemente, a generalização dos seus resultados. Por outro lado, os autores consideram fundamental encontrar um meio termo entre a universalização e a particularização. Para tanto, o pesquisador qualitativista deve identificar o máximo possível quais são as especificidades do contexto analisado que podem afetar o quanto suas

evidências empíricas representam de fato o conceito mobilizado. Apenas tomando este cuidado é possível assumir equivalência entre diferentes contextos e, assim, fazer a replicação de dados (Adock; Collier, 2001).

Para se estabelecer quais fatores contextuais têm mais impacto na acuracidade com que a evidência empírica representa um certo conceito, é fundamental que a definição conceitual do fenômeno observado seja estabelecida com precisão. Isso garantirá que as interpretações feitas acerca dos fenômenos observados são válidas, isto é, de que suas evidências extraem significativamente o sentido do conceito correspondente. Tal exercício, entretanto, pode configurar uma empreitada laboriosa, afinal, muitas vezes, na Ciência Política, um mesmo conceito é polissêmico, assumindo significados distintos a depender da abordagem escolhida (Adock; Collier, 2001). O conceito de democracia, por exemplo, pode variar de abordagens minimalistas a mais amplas, de representativa a participativa e assim por diante. Como destaca Held (1987), existem várias concepções de democracia, algumas delas conflitantes entre si. Isto se deve parte à complexidade do próprio conceito e parte à sua característica de fenômeno histórico, porém vigente, que continua se modificando ao longo do tempo. Por isso, em termos de validação dos resultados, é importante que o pesquisador seja explícito sobre sua escolha conceitual, assumindo que há uma decisão e que ela acarreta limitações e potencialidades. A validação de evidências deve se justificar por um conceito específico e não por conceitos abrangentes. Quanto mais amplo e polissêmico for o fenômeno investigado, mais importante é especificar qual dos seus significados o pesquisador está assumindo.

Pesquisas qualitativas, portanto, devem prezar por definições transparentes e precisas para os conceitos que são centrais à análise. É justamente a validação conceitual que evita erros de mensuração. Como destacam Goertz e Mahoney (2012), na pesquisa qualitativa o pesquisador age tal qual um detetive criminal. Nesse sentido, ele investiga enigmas e explica resultados mais particulares do que universalistas. Para agir desse modo, compreender quais aspectos do seu contexto têm mais impacto na relação que existe entre as evidências encontradas e o conceito estabelecido é fundamental, pois nem todos os aspectos – inclusive os causais – terão o mesmo

peso nesse sentido e isso deve ser considerado ao replicar os dados e ao se estabelecer o quanto os resultados encontrados são válidos.

Outro aspecto a ser considerado é que a pesquisa qualitativa estabelece suas hipóteses de causa dos efeitos partindo da ideia de condição necessária e/ou suficiente. Isto ocorre porque têm como premissa que eventos individuais não possuem apenas uma causa. Pelo contrário, deve ser considerada uma variedade de fatores causais relevantes, ou seja, há uma combinação de variáveis que causam o efeito. Justamente por ser marcada por uma combinação de fatores causais relevantes, o princípio da equifinalidade é fortemente associado à tradição qualitativa, que explora múltiplos caminhos causais a um mesmo resultado. Contudo, ainda que sejam múltiplos, os caminhos identificados como causais são poucos. Por isso é necessário identificá-los com precisão e explicitar qual peso cada um deles possui na explicação para que alguém possa replicar as evidências encontradas em outra investigação. Não à toa, os cuidados em termos de replicação e validação devem ser tomados já no desenho da pesquisa qualitativa, cuja execução deve ser a mais transparente possível.

Portanto, as preocupações metodológicas se iniciam ainda na preparação do trabalho empírico. De acordo com Berry (2002), devemos sempre nos perguntar o quanto a técnica de investigação que pretendemos mobilizar é adequada para responder às nossas perguntas. Uma boa estratégia nesse sentido é verificar o quanto essa mesma técnica foi utilizada por outros pesquisadores em investigações semelhantes. Este exercício atravessa tanto a replicabilidade quanto a validação dos resultados, pois, por um lado, permite verificar se resultados semelhantes são encontrados utilizando técnicas parecidas em contextos equivalentes; por outro, possibilita ratificar que o procedimento empírico é amparado por pesquisas que já foram validadas pela comunidade científica. Assim, uma forma eficaz de conferir validade às inferências produzidas em uma pesquisa qualitativa reside na elaboração organizada e bem explicitada de seu desenho (Berry, 2002). Pesquisas qualitativas têm como riqueza certa flexibilidade de investigação e a profundidade ao olhar para o objeto, porém, exatamente por isso trazem consigo dificuldades em termos de validação e replicabilidade. Tal paradoxo é inerente

à tradição qualitativa (*part and parcel*) e, por isso, não pode ser evitado.

Alguns cuidados, entretanto, podem ser tomados para atenuar os riscos elencados. Berry (2002), por exemplo, sugere atenção ao se selecionar as provas do seu caso. Para tanto, o pesquisador deve se questionar em que medida a seleção de evidências está sendo influenciada por suas próprias preferências. Não se trata de se afastar delas, pois isso provavelmente sequer é possível, mas reconhecer que uma evidência não tem a priori a função de provar o argumento de alguém, ou seja, é o pesquisador que confere o status de prova a ela. Desse modo, é fundamental confrontar suas evidências com alternativas, criticando o sentido que está atribuindo a ela e questionando, em última instância, as suas próprias convicções. Como salienta Kurasaki (2000), é essencial nos questionar sobre a validade de nossas evidências pensando se elas ainda fariam sentido em outros casos de contexto equivalente. Tal exercício ajuda a evitar que se confira exagerada relevância a uma causa em detrimento de outra, porém, isso só é possível conhecendo muito bem o(s) caso(s) em investigação.

Como visto, detalhamento e transparência de procedimento e conceitual são requisitos para aumentar o grau de replicabilidade da pesquisa qualitativa e validação de seus resultados. Todavia, estas tarefas podem esbarrar em questões éticas que são caras à tradição. Assim, ao mesmo tempo em que detalhamento e transparência são esforços imprescindíveis, eles devem ser alcançados preservando ao máximo a integridade dos participantes da investigação. Fujii (2012) salienta que ética em pesquisa é uma responsabilidade constante, e não apenas um exercício pontual que se encerra mediante aprovação do projeto em um comitê ou a assinatura de um termo de consentimento. Afinal, pesquisa qualitativa, em especial, investiga sujeitos que podem ter prejuízos concretos ao participarem de uma investigação (Fujii, 2012). Tais prejuízos podem ser de ordem social, psicológica ou física. A forma como a sociedade ou uma comunidade passa a ver um sujeito pode ser alterada após a publicação de um estudo. Por exemplo, participantes vulneráveis como menores infratores ou usuários de droga podem ter prejuízos psicológicos a depender de como são abordados em uma dada pesquisa e até mesmo ações como prisão, repressão e perseguição podem

ser consequência de uma investigação, principalmente em estudos localizados em zonas de conflito, como sublinha Wood (2006). Portanto, tão importante quanto cumprir as exigências éticas institucionais é refletir continuamente sobre os impactos que a pesquisa em execução pode gerar na vida dos participantes. Nesse sentido, questões de transparência podem até ser evitadas se o propósito for proteger o participante. Este é um dilema intrínseco às pesquisas qualitativas.

As pessoas devem ser tratadas como fins e não meios. Nesse sentido, o benefício que a participação de um sujeito potencialmente traria a uma pesquisa pode ser limitado pelo prejuízo que a sua exposição pode gerar. É importante destacar que há um desequilíbrio de poder entre pesquisador e pesquisado, inclusive em estudos sobre elites. Portanto, ainda que seja fundamental a obtenção de um consentimento explícito e voluntário dos participantes, deve-se lembrar que nenhum formulário é capaz de cobrir completamente todas as questões éticas do campo. Isto é, a frieza do consentimento documentado pode nem fazer sentido ao participante e o que pode parecer ético ao pesquisador e à sua comunidade científica, às vezes não parece ao pesquisado. Em suma, agir eticamente não se restringe ao projeto e aos formulários e é responsabilidade do pesquisador em última instância.

Nenhuma proteção ética trará 100% de garantia aos participantes, porém é fundamental ao pesquisador refletir continuamente a respeito disso, considerando os indivíduos da pesquisa e o contexto no qual ela é realizada. E, toda vez que se encontrar em um dilema entre ética e evidência, deve-se prezar pela primeira. Assim, transparência, validação e replicabilidade precisam ser perseguidos em pesquisas qualitativas, mas sempre que houver um limite ético neste esforço é necessário recuar e resguardar a integridade dos pesquisados.

2. Transparência, replicabilidade e validação dos dados

O debate acerca da transparência, replicabilidade e validação dos dados deve ser realizado conjuntamente. Sem isso, não é possível pensar em estudos com inferências válidas. É nesse sentido que discutiremos questões

que envolvem esses três importantes aspectos de uma pesquisa, neste caso, em específico, dos estudos qualitativos.

Pesquisas qualitativas são largamente utilizadas em estudos de casos, pois esses são úteis quando o pesquisador deseja se aprofundar em um problema, identificando, explorando e analisando a fundo seus mecanismos causais. Para tanto, busca-se imprimir rigor científico às análises, de forma a garantir validade (sobretudo interna - a ser discutido na próxima seção) das inferências a serem obtidas. No entanto, esse não é um objetivo fácil de ser alcançado. Para tanto, é preciso garantir transparência ao trabalho acadêmico e à forma como se alcançam as inferências obtidas.

Como forma de se realizar estudos de caso, uma alternativa metodológica é fazer uso de métodos qualitativos, por meio da coleta de informações e dados que se tornarão evidências para a análise. Os dados qualitativos (*qualitative data*) são construídos pelo pesquisador com base em coleta de observações da realidade, seja por meio de documentos, anotações de diários de campo, transcrições de entrevistas, fotografias etc. Não se trata de informações numéricas quantificáveis, ainda que elas possam ser tratadas dessa forma. Isto é, “pode-se converter dados qualitativos em dados quantitativos (por exemplo, por meio de codificação)” (Gerring, 2017, p. 31, tradução nossa), desde que seja possível validá-los, garantindo que sejam evidências coerentes para o estudo e aceitas pela comunidade acadêmica. Contudo, em geral dados qualitativos são analisados de forma qualitativa, mas isso não isenta o investigador de também tomar cuidados em relação à validação das inferências que produz a partir deles.

É por meio da busca do rigor científico em pesquisas qualitativas que os estudiosos conseguem garantir que seus achados adquiram validade interna e externa. Com maior transparência na definição do desenho de pesquisa é possível que outros pesquisadores não apenas conheçam os resultados da pesquisa, mas possam avaliar criticamente as inferências e interpretações realizadas para alcançá-los. Isso inclui informações e justificativas sobre as fontes escolhidas; em caso de entrevista, sobre as perguntas realizadas e transcrição; além de outros cuidados como a triangulação das fontes, visando atenuar vieses de subjetividade. Essa preocupação com a

transparência do desenho e a forma de executar investigações qualitativas, influencia a própria produção de pesquisas, ao estimular pesquisadores a se tornarem mais conscientes sobre a importância desses procedimentos e atraindo um público mais amplo a compreender a pesquisa qualitativa a partir dos seus próprios critérios metodológicos (Elman; Kapiszewski, 2014).

Esse ganho de transparência é obtido a partir da disponibilização dos dados e demais detalhes metodológicos das pesquisas qualitativas. Com isso, outros pesquisadores podem replicar estudos realizados ou aprimorar o conhecimento sobre uma dada realidade. Nos estudos de caráter quantitativo, há uma prática consolidada de compartilhamento de dados, mas, embora haja recomendações nesse sentido também na abordagem qualitativa (Bauer; Gaskell, 2000), esse procedimento não obteve grande repercussão nesta tradição, nem de disponibilização e nem de uso de fontes secundárias de outras pesquisas já realizadas para produzir novas investigações. Entretanto, os ganhos acadêmicos são múltiplos e justificam a adoção de um esforço nesse sentido: (a) possibilidade de validar conhecimento científico; (b) melhoria da qualidade da inferência produzida sobre determinados processos e fenômenos em análise; (c) diminuição de custos na realização de novas pesquisas; e (d) construção de redes acadêmicas baseadas em interesses de pesquisa afins. Atualmente, fomentadores e instituições que promovem pesquisas incentivam tal prática,¹ sendo possível compartilhar informações em repositórios científicos que permitem livre acesso à comunidade acadêmica.

Lupia e Elman (2014) destacam que a ciência aberta é útil à Ciência Política por dois motivos. Primeiro por permitir aos membros da comunidade acadêmica compreenderem e avaliarem o seu próprio conhecimento sobre determinados fenômenos. Segundo por possibilitar o conhecimento das escolhas teórico-metodológicas que levaram à produção de determinadas conclusões em pesquisas da área, viabilizando inclusive o aprimoramento do ensino dos métodos e das técnicas, expondo os dados e o raciocínio das pesquisas, para fins de treinamento dos estudantes.

1. Na Ciência Política, por exemplo, existe o *Data Access & Research Transparency* (DA-RT), que tem como objetivo compartilhar dados e promover maior transparência em pesquisas qualitativas. A iniciativa é vinculada à *American Political Science Association* (APSA). Fonte: <https://www.dartstatement.org/>. Último acesso em 31/08/2023.

A necessidade de maior transparência foi alvo de uma mudança no Guia de Ética Profissional em Ciência Política da *American Political Science Association* (APSA), que recomendou, em 2012, a inclusão de padrões de transparência na pesquisa quantitativa e qualitativa (Lupia; Elman, 2014). Conforme o documento, os pesquisadores possuem a obrigação ética de facilitar a avaliação dos seus achados por meio do acesso aos dados, transparência da produção das evidências (coleção ou geração) e transparência analítica (detalhamento de como se chegou às conclusões analíticas por meio dos dados utilizados). Esse processo de busca por mais transparência foi a pedra angular da revolução metodológica na nossa disciplina (Moravcsik, 2014).

Gerring aborda o tema da transparência e replicabilidade conjuntamente, por entender que ambos estão interrelacionados, “na medida em que maior transparência aumenta a replicabilidade” (2019, p. 246). A replicabilidade, segundo o autor, diz respeito à possibilidade de outros pesquisadores acessarem os dados e reproduzir os procedimentos de pesquisa realizados, permitindo que os achados de um trabalho possam ser confirmados ou falsados. Isso é fundamental para garantir que os pesquisadores e a ciência, como um todo, verifiquem a confiabilidade das inferências alcançadas. Em pesquisas quantitativas, a replicabilidade é mais usual, pois, uma vez que os dados tendem a ser produzidos a partir de variáveis diretamente estabelecidas, basta disponibilizar o banco (*dataset*), o dicionário de variáveis, os procedimentos de pesquisa para a coleta e análise dos dados, bem como o *script* (ou passo-a-passo) para a realização da análise. No caso de pesquisas qualitativas, esse critério não é fácil de perseguir, afinal, as variáveis tendem a ser produzidas a partir de codificações ou categorizações de informações qualitativas, o que dificulta a replicação de todos os percursos adotados pelo pesquisador. Nesse sentido, em pesquisas qualitativas, é impossível reproduzir acontecimentos e interações entre pesquisador e pesquisado(s), inviabilizando a aplicação de uma lógica de replicação experimental. Por outro lado, isso não desautoriza um pesquisador qualitativo a refletir sobre a replicabilidade, reconhecendo as próprias características inerentes a este tipo de tradição científica.

Uma estratégia para proporcionar maior transparência e

replicabilidade em análises qualitativas é utilizar *process-tracing*. Fairfield (2013) mobiliza esta estratégia para realizar um estudo de caso sobre a reforma tributária de 2005 no Chile. O autor apresenta no artigo um apêndice no qual orienta o leitor sobre os múltiplos testes realizados (*Straw-in-the-Wind Test*, *Hoop Test*, *Smoking-Gun Test* e o *Doubly-Decisive Test*) que são a base para a análise executada. É comum que pesquisadores utilizem o *process-tracing* e não identifiquem que tipo de testes foram realizados para verificar a força das evidências, impedindo a replicabilidade. O uso de um apêndice metodológico com detalhamentos garante a transparência e a possibilidade de replicabilidade tão almejada atualmente em função da credibilidade que isso confere às inferências propostas.

Além disso, Fairfield (2013) ainda utiliza o conhecimento do caso (apresentando, inclusive, as fontes jornalísticas utilizadas para a análise) para testar possíveis contrafactuais, ou seja, se a estratégia adotada fosse outra, o que poderia ter acontecido? Este exercício é fundamental, pois existiam várias trajetórias possíveis a serem tomadas pelos formuladores de políticas públicas e uma delas, por razões contextuais, foi estabelecida. Por quê? Um pesquisador que busca garantir a validade dos seus achados deve se preocupar com as configurações possíveis e com a trajetória que, de fato, ocorreu.

A partir dessas reflexões, apresentamos no Quadro 1 um protocolo geral, proposto por Gerring (2019), que permite maior transparência e replicabilidade ao estudo.

Quadro 1 - Protocolo geral para proporcionar transparência e replicabilidade em pesquisas

Elementos da pesquisa	Atividades a serem realizadas
1 - Teoria	Deixe evidente o tipo de teoria ou argumento teórico: se descritivo ou causal. Se causal, os autores precisam detalhar a alteração esperada em X (variável independente), seu efeito previsto em Y (variável dependente), junto com o mecanismo subjacente (M) e as condições relevantes (Z). Independentemente de ser descritivo ou causal, identifique a população-alvo (escopo) do argumento. É preciso explicitar se (e quais) partes do argumento abrangem populações distintas.
2 - Seleção de caso	Explique como o caso (ou casos) foi escolhido, justificando o método de seleção e destacando o conhecimento prévio acumulado sobre os casos antes da escolha e antecipando possíveis alterações na amostra durante a pesquisa.
3 - Reunião de evidências	Em estudos que envolvem documentos, explicita os passos de como as evidências foram coletadas, bem como as informações necessárias e suficientes para que outros pesquisadores possam seguir os mesmos passos, replicando o processo. Isso pode ser detalhado na parte metodológica da pesquisa, em notas de rodapé, apêndices e por disponibilização de links e outras informações de fonte. No caso de pesquisas com observação direta, como etnografia, em que não é possível replicar o campo da forma como originalmente ele se apresentou, informe as condições em que a pesquisa foi realizada, permitindo que outros pesquisadores possam revisitar o local/lugar. De forma análoga, entrevistas em profundidade devem apresentar os critérios e os procedimentos para a elaboração e realização da entrevista, desde o roteiro até a gravação e transcrição, mas sempre respeitando limites éticos de identificação do participante. Já em estudos baseados em questionário fechado, como <i>surveys</i>, todos os detalhes relevantes da coleta de dados devem ser relatados, incluindo a elaboração da amostragem, do questionário e das interações iniciais com os entrevistados.

4 - Armazenamento	As evidências produzidas pelo pesquisador em pesquisas qualitativas devem ser armazenadas de forma segura e tornadas públicas, desde que sejam garantidos o anonimato dos participantes e a confidencialidade de seus dados. Se as evidências qualitativas forem transformadas em dados, podem ser disponibilizadas em um formato matricial em uma base de bancos de dados como o <i>Dataverse</i>. Outras evidências qualitativas (entrevistas transcritas e demais arquivos em texto, produzidos a partir de grupos focais ou documentos diversos, fotografias, vídeos etc.) podem ser arquivadas no <i>Qualitative Data Repository</i> (https://qdr.syr.edu) ou no <i>Qualidata</i> (UK).
5 - Análise	A replicação requer uma explicação objetiva do processo de análise dos dados, detalhando cada etapa envolvida, bem como o tipo de análise e o quão confiável e válida é a inferência a partir do conjunto de evidências selecionado. É fundamental, portanto, explicitar os argumentos teóricos de fundo e as suposições, de forma a verificar se as evidências sustentam ou não o argumento central.
6 - Sequência	A ordem precisa de cada etapa no desenho da pesquisa é fundamental. Por exemplo, no que diz respeito à escolha dos casos, é importante informar o que os pesquisadores já tinham conhecimento prévio sobre o fenômeno em análise, sobretudo, em relação ao comportamento da variável (dependente) de resultado (<i>outcome</i>). Também é importante definir o passo-a-passo em relação aos procedimentos da pesquisa qualitativa ou em caso de utilização de métodos mistos. Como se deu a combinação dos métodos? Qual análise ocorreu primeiro? Tais questionamentos devem ser respondidos na parte metodológica da pesquisa, bem como a justificativa da escolha do sequenciamento definido.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Gerring (2019, p. 247-248).

Em conjunto, os elementos da pesquisa contidos no protocolo geral sugerido por Gerring (2019) orientam no sentido de se buscar transparência e replicabilidade. De forma intuitiva, a transparência é um atributo comum e possível, tanto em estudos de caráter quantitativo quanto

qualitativo. Quanto mais precisas e publicizadas forem as opções teóricas e metodológicas dos pesquisadores, mais a comunidade acadêmica pode validar o conhecimento produzido em um trabalho científico. Métodos, técnicas e procedimentos de pesquisas pouco transparentes levam a incertezas sobre o cumprimento de requisitos básicos da ciência, incluindo aqueles de ordem ética, e sobre a credibilidade das inferências produzidas. A transparência, portanto, é um suposto basilar de todo e qualquer estudo científico.

No entanto, há questionamentos quanto à possibilidade de replicabilidade em estudos qualitativos. À primeira vista, é possível imaginar que um estudo com abordagem quantitativa é completamente replicável, enquanto o qualitativo não seria. Mas há muita confusão entre a replicação do processo de coleta de dados e da análise em si. É comum na área de Ciências Sociais o uso de banco de dados produzidos por outras instituições e/ou pesquisadores. Porém, por mais que a forma de coleta de dados seja transparente, nem sempre é possível replicar a pesquisa para tentar reproduzir ou refutar que foram empregados para analisá-los” (2019, p. 249). Contudo, segue o autor, muitas vezes “problemas pertencentes à coleta de dados são varridos para baixo do tapete” (Gerring, 2019, p. 249). Se um pesquisador não for transparente também em relação aos problemas enfrentados durante a produção de evidências, sobretudo em investigações qualitativas, a possibilidade de replicação do estudo fica ameaçada. Assim, as tradições quantitativas e qualitativas possuem obstáculos metodológicos semelhantes, mas, por questões inerentes ao modo de fazer pesquisa qualitativa, sua execução demanda maior atenção em termos de transparência a fim de indicar os caminhos para uma possível replicação dos passos escolhidos.

Em muitas pesquisas qualitativas, as evidências são produzidas pelo pesquisador, como por meio da realização de entrevistas em profundidade, grupo focal e observação participante, entendidas como fontes primárias. Mas também é possível trabalhar com fontes secundárias, como no caso de documentos, fotografias, vídeos e demais fontes produzidas por outros pesquisadores. Em ambos os tipos de evidência, tanto o processo de coleta quanto de análise deve ser informado de forma transparente, possibilitando a replicação dos mesmos passos por outros pesquisadores, assim como

também é recomendado para pesquisas quantitativas. Entretanto, a possibilidade de se perseguir os mesmos passos por meio da publicização das etapas, dos procedimentos e das escolhas teóricas e metodológicas não pode ser confundida com a chance de se reproduzir a pesquisa tal qual foi realizada originalmente. As contingências próprias dos fenômenos sociais e políticos impedem a reprodução da realidade em laboratório. Deste modo, para se pensar em replicabilidade em nossa área é necessário considerar as particularidades do objeto de estudo e suas características contextuais.

Enfatizando cada elemento da pesquisa anunciado no Quadro 1, observa-se que a precisa demarcação da **teoria** e do argumento teórico é fundamental para o processo transparência e replicabilidade em pesquisas qualitativas. A teoria é a lente selecionada pelo pesquisador para observar seu fenômeno, portanto, toda a análise das evidências selecionadas é feita vestindo essa lente. Teorias permitem construções conceituais que conferem sentido à operacionalização das variáveis elaboradas a partir dos dados coletados. Do ponto de vista da análise científica, não existe realidade sem a mediação da teoria, pois a mera compilação de observações não possibilita a construção do conhecimento. Ora, se a construção das evidências tem como pré-requisito uma definição teórica, precisão e transparência nessa definição são essenciais para a replicabilidade da pesquisa.

De forma análoga podemos pensar sobre em qual tempo e espaço as construções teóricas são operacionalizadas. Especialmente em pesquisas qualitativas, caracterizadas por poucos casos ou caso único. Nestas situações, as inferências produzidas dependem de sobremaneira do contexto em que ocorre a pesquisa, tornando fundamental que o pesquisador explicita e justifique os critérios de **seleção de caso**. Isso permite a outros pesquisadores avaliar a consistência da seleção teórica, a validade das conclusões e quais contextos são equivalentes ao mobilizado para realizar a replicação da pesquisa. Em suma, a transparência em relação à seleção de caso possibilita um conhecimento mais amplo sobre o fenômeno, uma vez que configura um critério essencial de replicação.

Em termos empíricos, no Quadro 1 destacamos a necessidade de se informar as fontes primárias e/ou secundárias utilizadas, além de como

e quando elas foram coletadas e/ou produzidas, elemento da pesquisa nomeado de *reunião de evidências*. Todas as informações sobre como o pesquisador realizou seu estudo devem estar disponíveis. Se não for possível disponibilizar ao longo do texto, é imprescindível adicionar notas de rodapé ou um apêndice. No caso de artigos científicos, em que há limites de tamanho expressos pela editoria do periódico, uma alternativa é apresentar um apêndice metodológico por meio de um link externo, direcionando para um repositório de dados qualitativos ou um sítio eletrônico que garanta a disponibilização de forma permanente daquelas informações.

Para que a disponibilização de dados em análises qualitativas seja proveitosa, o pesquisador deve ser transparente em relação aos critérios e às regras mobilizadas na categorização e codificação dos dados. Além disso, a pesquisa pode contar com codificadores externos, de forma a validar o modelo originalmente proposto pelos pesquisadores ao reduzir vieses. Em caso de discrepâncias, pode ser realizado um ajuste, com a finalidade de garantir maior confiabilidade e validade da codificação proposta pela pesquisa. Albuquerque, Mesquita e Lira Brito (2022), por exemplo, disponibilizaram o banco de dados, os critérios de codificação e utilizaram codificadores externos com o objetivo de mapear a formação em métodos ofertada por programas de pós-graduação na área de Relações Internacionais. Para tanto, os autores coletaram e analisaram as ementas das disciplinas ministradas nos cursos de mestrado e doutorado dos referidos programas. Trata-se de um bom exemplo de transparência e publicização que permite a validação das inferências e replicação da pesquisa.

Mas para que a publicização das informações seja eficaz é importante refletir sobre seu **armazenamento**, afinal, tão importante quanto disponibilizar é cuidar da segurança dos dados qualitativos. Os cientistas sociais costumam, ao realizar pesquisas qualitativas, produzir evidências e analisá-las somente uma única vez, isto é, somente pelo pesquisador que produziu a pesquisa costuma utilizar as informações geradas na investigação. Uma das dificuldades em se modificar esse cenário consiste na falta de repositórios confiáveis para armazenar essas evidências e dados e disponibilizá-los. Para superar esse obstáculo foi criado o Qualitative Data Repository (QDR),

hospedado no *Center for Qualitative and Multi-Method Inquiry da Maxwell School of Citizenship and Public Affairs da Syracuse University*, que consiste em um repositório de evidências qualitativas (incluindo textos, imagens e vídeos) que busca garantir a publicização de dados, mas protegendo a confidencialidade e privacidade dos participantes da pesquisa.²

Um exemplo de disponibilização de dados, evidências e procedimentos metodológicos no QDR se deu a partir da pesquisa realizada por Pérez-Liñán e Mainwaring (2013), em que os autores analisam as transições e rupturas democráticas em países da América Latina, no período de 1945 a 2005. A investigação foi realizada entre 2008 e 2013, com participação de 19 assistentes de pesquisa, que realizaram pesquisa documental, ou seja, por meio do uso de fontes secundárias. Buscando conferir transparência e possibilitar replicação, os pesquisadores disponibilizaram todos os relatórios (por país) com as regras de codificação estabelecidas para os casos analisados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.³ No documento principal, os autores detalham o protocolo com as regras a serem seguidas pelos assistentes de pesquisa no processo de codificação das variáveis independentes, atribuindo valores de 0 a 1, conectando-se com as escolhas teóricas e metodológicas. Em suma, o caso em tela ilustra preocupações de transparência e replicabilidade no processo de construção do modelo de análise, na operacionalização dos conceitos em variáveis e na disponibilização dos dados analisados. Logo, há um esforço de conexão entre teoria e análise histórico-contextual dos casos, a partir de critérios padronizados, com o fim de aplicar um método de comparação de casos que possa ser mobilizado também em outras pesquisas.

Outro repositório voltado para pesquisa qualitativa é o *UK Data Service*, projeto financiado pelo governo do Reino Unido por meio do *Economic and Social Research Council* (ESRC) e sediado na Universidade de Essex desde 1967, em parceria com outras universidades do país. O repositório contém

2. Para mais informações, acesse: <https://qdr.syr.edu/>

3. Mainwaring, Scott; Pérez-Liñán, Anibal (2015). *Democracies and dictatorships in Latin America: Political actors, 1944-2010. Qualitative Data Repository*. <https://doi.org/10.5064/F65Q4T1P>. QDR Main Collection. V1

mais de 5.700 coleções de dados que tratam de pesquisas sobre questões sociais, econômicas e políticas e está disponível por meio do *QualiBank*.⁴ Uma parte dos dados das pesquisas é disponibilizada sem a realização de registro no sítio eletrônico. No entanto, para o uso de dados que podem ter implicações de ordem ética, um registro é obrigatório. Para pesquisadores vinculados a universidades ou faculdades do Reino Unido, o acesso com usuário e senha é realizado de forma quase direta. Outros investigadores, entretanto, devem formalizar um pedido de acesso, sendo que as solicitações, conforme informação disposta na página do repositório, são verificadas manualmente e podem levar até cinco dias úteis para serem avaliadas e processadas.⁵

Um exemplo de estudo encontrado no repositório se intitula *Qualitative Study of Democracy and Participation in Britain (1925-2003)* e foi conduzida pela socióloga Fiona Devine.⁶ A pesquisa tratou das percepções e atitudes de ativistas voluntários e de suas avaliações sobre participação e democracia. Para tanto, foram feitas 98 entrevistas presenciais (face-to-face interview), conduzidas por roteiros semiestruturados e realizadas com ativistas voluntários residentes na Inglaterra, País de Gales e Escócia, sendo transcritas e disponibilizadas no UK Data Service. Além das transcrições, contam-se com outros materiais que detalham escolhas metodológicas e estratégias de condução da pesquisa.⁷

A tendência é que cada vez mais as instituições de fomento, universidades sedes e associações científicas exijam que os dados científicos gerados em pesquisas acadêmicas sejam disponibilizados. Isso inclui os critérios de levantamento das evidências e o processo de operacionalização dos dados em variáveis e indicadores, mesmo quando os dados forem gerados por pesquisa qualitativa. Essa orientação também deverá ser seguida por periódicos, com o fim de ampliar a validade e o reconhecimento pela comunidade acadêmica dos resultados apresentados em artigos científicos. Do ponto de vista ético, o ideal é apresentar o protocolo da coleta e análise dos dados e das evidências qualitativas, como entrevistas transcritas, imagens,

4. Para mais informações, acesse: <https://ukdataservice.ac.uk/> e <https://discover.ukdataservice.ac.uk/QualiBank>

5. Por e-mail, foi informado que a análise se dá em até três dias úteis.

6. Devine, F. (2003). *Qualitative Study of Democracy and Participation in Britain, 1925-2003*. [data collection]. 2nd Release. UK Data Service. SN: 5017, DOI: <http://doi.org/10.5255/UKDA-SN-5017-1>

7. Existem outros repositórios de dados que também contêm estudos produzidos a partir de métodos qualitativos (ou métodos mistos), como o *Inter-university Consortium for Political and Social Research - ICPSR* (<https://www.icpsr.umich.edu/>), o <https://www.dri.ie/> e o *Henry A. Murray Research Archive* (<https://dataverse.harvard.edu/dataverse/mra>).

vídeos etc., bem como garantir o anonimato e a confidencialidade das informações pessoais e o consentimento dos participantes no que está sendo divulgado. Neste sentido, todos os identificadores do respondente, como nome, endereço e demais informações que possibilitem a identificação do participante devem ser removidas, assim como trechos que possam, eventualmente, levar à identificação. Esse processo é chamado de desidentificação (*de-identification*).

Não há um manual protocolar de desidentificação do participante de pesquisas qualitativas. Pelo contrário, cabe ao investigador identificar e remover o máximo possível qualquer identificador direto ou indireto. Kirilova e Karcher (2017) sugerem que informações que facilmente identificam o participante sejam substituídas por outras mais amplas, que aumentem a gama de pessoas que se enquadre naquelas categorias/ características, sem que se perca a essência da informação. Assim, uma sentença como “Eu me formei em Dartmouth em 1985”, poderia ser substituída por “Eu me formei [em uma faculdade de artes liberais] em [meados dos anos 1980]” (Kirilova; Karcher, 2017, p. 4).

De todo modo, o pesquisador qualitativo sempre terá o dilema entre publicizar o máximo de informação possível – transparência – e preservar a privacidade do participante – desidentificação –, e a busca por uma solução ótima é de sua responsabilidade. Assim, de acordo com Kirilova e Karcher (2017), é preciso dialogar tanto com a comunidade científica sobre o que publicizar e como manter segurança sobre o que for compartilhado, quanto com os participantes da pesquisa sobre como preservar suas identidades. Afinal, uma vez divulgadas as informações, a responsabilidade, do ponto de vista ético, se torna do pesquisador e do repositório que se dispõe a divulgar as informações.

Além da reunião de evidências, o seu processo de **análise** também deve ser marcado pela transparência. Assim, pesquisadores qualitativistas devem descrever minuciosamente toda etapa relevante de elaboração de suas inferências. Ter no horizonte alguns questionamentos é fundamental nesse processo: como os argumentos teóricos colaboraram no processo de análise das evidências? Eles sustentam ou não a teoria? É possível conjecturar

outras hipóteses a partir das evidências coletadas e analisadas? O fenômeno analisado no caso selecionado e pela lente conceitual escolhida possibilita incrementar a teoria existente?

Em termos práticos, um cuidado recomendado ao realizar o detalhamento do processo de análise consiste na citação ativa (*active citation*). Moravcsik (2010) observa que pesquisas qualitativas que utilizam fontes primárias frequentemente são desatentas quanto à sua referenciação. Isto traz imprecisão ao argumento, reduz a transparência do estudo e dificulta a sua replicabilidade. A citação ativa consiste em utilizar a tecnologia para trazer mais sistemicidade e transparência ao processo de análise em pesquisas qualitativas. Nesse sentido, o pesquisador deve referenciar todos os dados utilizados na construção de seu argumento, sobretudo os que mais impactam podem causar na literatura existente, incluindo, sempre que disponível, o hiperlink que direciona o leitor à fonte primária mobilizada. Ou seja, a citação ativa não significa mudar a forma como as análises são realizadas, mas conferir especial atenção à referenciação de todo dado relevante utilizado, possibilitando rápido e fácil acesso às fontes primárias a quem interessar. Esta atenção traz mais rigor e transparência às inferências, aumentando sua validade e a possibilidade de replicação.

Por fim, o último elemento de pesquisa elencado no Quadro 1 trata da **sequência** lógica que estrutura o argumento. As inferências da pesquisa qualitativa se tornam mais transparentes se o autor detalhar o passo-a-passo do procedimento de análise, permitindo ao leitor refletir criticamente sobre a coerência da construção do argumento. Além disso, esse cuidado permite que outros pesquisadores repliquem a investigação em casos equivalentes, com vistas a ratificar ou confrontar os resultados encontrados.

3. Validade

King, Keohane e Verba (1994) argumentam que a investigação científica possui quatro características: (a) o objetivo da pesquisa é a inferência; (b) os procedimentos são públicos; (c) as conclusões incluem incerteza; e (d) o conteúdo é o método. Vimos na seção anterior a importância

da transparência (b) – que torna os procedimentos públicos – e os limites das conclusões da pesquisa (c). Ao mesmo tempo, destacamos a importância dos métodos (d), discutindo a transparência e os limites das conclusões de uma investigação especificamente sob o prisma da pesquisa qualitativa. Entretanto, devemos salientar que uma pesquisa científica busca, como fim, inferir algo da realidade. Em outras palavras, pesquisas científicas produzem inferências descritivas ou causais válidas sobre a realidade. Uma maneira de garantir a validade das inferências é permitir que outros pesquisadores conheçam os detalhes teóricos e metodológicos da pesquisa (transparência) e possam, a partir disso, reproduzir (replicabilidade) os caminhos adotados, ratificando ou resultando os resultados e propondo nova perspectiva teórica e/ou metodológica, com o fim de aprimorar as inferências.

A pesquisa qualitativa se coaduna melhor com as inferências descritivas, dado que é possível analisar dados imediatos para se produzir interpretações sobre os fenômenos mais amplos (King; Keohane; Verba, 1994). Assim, estudos de casos, compreendidos como estudos em profundidade, permitem, por meio do uso de abordagens qualitativas, produzir inferências descritivas sobre o fenômeno em análise. Como afirma Sandes-Freitas, “o foco em um número reduzido de casos permite que o pesquisador na área de Ciências Sociais realize pesquisas mais densas sobre o fenômeno em análise, possibilitando a construção de teorias que melhor dão conta da realidade” (2015, p. 79). Estudos desse tipo, portanto, possibilitam, como resultado, teorias melhores que podem aprimorar a capacidade de criar explicações mais robustas sobre a realidade. No entanto, se o objetivo for produzir inferência causal, existem mais obstáculos às pesquisas qualitativas. Afinal, usualmente, esse tipo de inferência é produzido na área de Ciências Sociais a partir de uma lógica probabilística, com uso de amostras não-intencionais, o que caracteriza justamente as pesquisas quantitativas. A ideia é buscar padrões gerais para o relacionamento entre conceitos, verificando em que medida uma variável dependente é influenciada (positivamente ou negativamente), na média, por variável(is) independente(s).

Entretanto, Goertz e Mahoney (2012) afirmam que pesquisas qualitativas também podem produzir inferências causais válidas, da mesma maneira

que inferências descritivas podem ser geradas em pesquisas quantitativas. Assim, o fato de as concepções de causalidade serem diferentes se compararmos a tradição qualitativa da quantitativa não impedem que causalidade seja perseguida nos dois tipos de pesquisa. A pesquisa qualitativa busca causa a partir da ideia de necessário e/ou suficiente e é este tipo de condição que define o modelo de hipótese. A pesquisa quantitativa, por sua vez, busca as causas que, na média, afetam os valores de uma variável numa grande população. Portanto, a hipótese é se uma variável explicativa se associa, mais ou menos, a um resultado. Ou seja, ao passo que as pesquisas quantitativas se estruturam a partir de um prisma estatístico, pesquisas qualitativas se baseiam muito mais em lógica formal (Goertz; Mahoney, 2012). Isto não significa, contudo, que pesquisas qualitativas não podem produzir inferências causais, mas sim que, ao fazê-lo, sua validação deve levar em conta as especificidades deste tipo de abordagem

Uma forma, para tanto, tem sido os aprimoramentos metodológicos em pesquisas qualitativas como os desenvolvimentos recentes com uso de *process-tracing*, por exemplo (Collier, 2011; Beach, Pedersen, 2013; Cunha, Araújo, 2018.). Com vistas a contribuir nesse debate, Gerring (2017, p. 25) apresenta uma série de regras “de ouro” (*Rules of Thumb*) para a construção de inferências causais a partir da investigação qualitativa:

- Analisar as fontes de acordo com a sua relevância (a fonte é pertinente para a questão de interesse teórico), proximidade (a fonte está em posição de saber o que está afirmando), autenticidade (a fonte não é falsa ou reflete a influência de outra pessoa), validade (a fonte não é tendenciosa) e diversidade (coletivamente, as fontes representam uma diversidade de pontos de vista sobre a questão em questão);

- Ao identificar um novo fator causal ou teoria, procure aquele que (a) seja potencialmente generalizáveis para uma população maior, (b) seja negligenciado na literatura existente sobre o assunto, (c) aumenta muito a probabilidade de um resultado (se binário) ou explica muita variação nesse resultado (se for nível de intervalo) e (d) não sofra influência de outros fatores explicativos.

- Explorar amplamente explicações rivais que também servem como

potenciais confundidores. Tratá-los seriamente, descartando-os apenas se justificado. Utilize esta lógica de eliminação, sempre que possível, para aumentar a força da hipótese que se deseja comprovar.

- Para cada explicação, construa tantas hipóteses testáveis quanto possível, prestando atenção às oportunidades dentro do caso – por exemplo, mecanismos e resultados alternativos.

- Detalhe os experimentos mentais contrafactuais no texto, explicitando quais características contextuais estão sendo alteradas e quais se presume permanecerem inalteradas, a fim de testar a viabilidade de uma teoria. Além disso, concentre-se nos períodos em que as características de fundo estão estáveis, evitando confundidores e aumentando a garantia de que as mudanças observadas são causadas pelos fatores explicativos enunciados, e não por um cenário alternativo.

- Utilizar cronologias e diagramas para esclarecer as interrelações temporais e causais entre fatores causais complexos. Inclua tantos recursos quanto possível para que a linha do tempo seja ininterrupta.

A primeira regra diz respeito à qualidade das evidências coletadas ou produzidas a partir de determinadas fontes (primárias ou secundárias). Busca-se garantir que a evidência produzida seja, de uma forma ampla, válida. A segunda trata da teoria a ser utilizada, que garante a validade do argumento para a análise das evidências. Como se almeja construir inferências causais, neste caso, é recomendável que as explicações possam também construir teorias de maior amplitude, isto é, com maior potencial explicativo. A terceira é um aspecto fundamental da pesquisa científica: leve a sério as diversas explicações existentes sobre o que está sendo estudado. Se há explicações rivais,⁸ considere-as. Isso garantirá que a teoria e os argumentos escolhidos tenham maior potencial explicativo. A quarta regra, ainda sobre as explicações, trata sobre a necessidade de construir hipóteses a partir de cada uma delas, para garantir que sejam testáveis e se produzam, a partir disso, inferências causais.

Por fim, as duas últimas regras tratam da necessidade de se testar

8. Refletir sobre uma explicação rival à sua significa se questionar se um outro fator diferente do qual você está apontando como evidência não poderia estar causando (ou associado à) o fenômeno que se busca explicar.

contrafactuais e sobre a importância do sequenciamento cronológico dos eventos. Quanto aos contrafactuais, este é um aspecto fundamental em estudos com N pequeno, uma vez que aumenta a garantia de que as causas selecionadas se conectam, efetivamente, aos seus efeitos. Assim, testar contrafactuais permite eliminar, do ponto de vista argumentativo, que haja outras combinações entre causas e efeitos, ainda que sem evidências empíricas. Este exercício é essencial em estudos histórico-comparativos (Kogut, 2010). Como afirma Fearon, “particularmente na pesquisa com N pequeno, a condição comum de muitas variáveis e poucos casos tornam os experimentos mentais contrafactuais meios necessários para uma justificação séria das afirmações causais” (1991, p.194). Finalmente, pesquisas que levam em consideração o tempo como fator central na construção dos argumentos (estudos históricos comparativos, por exemplo) devem, por meio de um cuidadoso exame qualitativo, garantir o sequenciamento de eventos e a conexão entre eles por meio de elos causais justificados por evidências sólidas sobre as implicações propostas e testadas.

A possibilidade de realizar inferências causais está vinculada ao estabelecimento de validade ao argumento, seja ela interna ou externa. Métodos qualitativos são mais propensos a gerar maior grau de validade interna às evidências, pois permitem ampliar a “observabilidade” dos casos investigados, garantindo aos pesquisadores se aprofundarem em aspectos que estudos com N elevado não permitem. Porém, o desafio é maior em termos de validação externa. Estudos qualitativos, por permitirem maior aprofundamento de aspectos específicos dos casos, dificultam a padronização procedimental, criando obstáculos à comparabilidade nos mesmos termos com outros casos. Por isso destacamos na seção anterior a importância do detalhamento metodológico da pesquisa com vistas à sua reprodutibilidade em contextos equivalentes. Outra possibilidade para contornar estes entraves é a triangulação, que consiste em uma abordagem *multimétodo* que, a fim de ampliar a validade externa das inferências causais realizadas em pesquisas qualitativas, complementa-as com pesquisas quantitativas (Gerring, 2019). De todo modo, insta retomar o argumento de Goertz e Mahoney e ratificar que inferências causais são viáveis em quaisquer abordagens investigativas,

desde que se considere os limites e potenciais que suas especificidades impõem nesse sentido.

Considerações finais

As reflexões propostas neste capítulo partem de um debate que tem perpassado as últimas décadas na Ciência Política e que gira em torno da seguinte questão: é possível garantir mais rigor metodológico à pesquisa qualitativa? O consenso acadêmico é que sim, mas os debates e questionamentos ainda são amplos. Para realizar nossa contribuição nesta discussão, partimos do debate em torno das especificidades da abordagem qualitativa e de suas diferenciações em relação aos métodos quantitativos. Por outro lado, concordamos que, apesar das diferenças, há em comum a preocupação em construir inferências de forma válida.

Por isso, tratamos sobre a busca por transparência, replicabilidade e validação dos dados qualitativos nos próprios termos da pesquisa qualitativa, e não a partir da lógica quantitativa como propunha o debate emergido nos anos 1990 com KKV, com o objetivo de uma padronização completa da ciência. Nesse sentido, deve-se pensar as definições metodológicas a partir das contingências próprias dos objetos analisados sob o prisma qualitativo, considerando que existem limites inclusive éticos para a transparência, que devem ser seriamente discutidos e pensados pelos pesquisadores e participantes da pesquisa, de forma a dar maior publicidade às escolhas teóricas e metodológicas realizadas.

Este é um desafio que diz respeito também à replicabilidade, pois ela deve ser pensada nos próprios termos da pesquisa qualitativa. O que é possível publicizar? Os pesquisadores devem levar em consideração as questões ligadas à responsabilidade com a comunidade acadêmica, mas, ao mesmo tempo, considerar os limites éticos impostos à divulgação de informações que podem ser confidenciais. Além disso, é possível replicar os mesmos passos de pesquisas realizadas por outros estudiosos? Entendemos que é possível, desde que se assuma a ideia de contextos equivalentes. Afinal, a realidade é dinâmica e os casos variam entre si em tempo e espaço, o que precisa ser considerado na replicação. Mas, para que isso seja possível é preciso se

disponibilize os protocolos de pesquisa, bem como os dados qualitativos produzidos na investigação, o que auxilia na validação das evidências, sobretudo a validação externa. Em suma, a transparência permite que outros pesquisadores possam continuar o processo de validação, mesmo após a publicização dos resultados de pesquisa, confirmando ou questionando as inferências causais e aprimorando as formas de categorização e codificação dos dados.

Isso perpassa a preocupação em refletir sobre formas de se buscar validade interna e externa em pesquisas qualitativas, por meio de cuidados procedimentais que contribuam para a construção de inferências descritivas e causais. Esperamos que este capítulo colabore com a agenda de pesquisas no campo da metodologia que busca estabelecer maior rigor e padrão aos estudos em Ciência Política, sem perder de vista os aspectos inerentes a cada tradição investigativa.

Referências

ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement Validity: A Shared Standard for Qualitative and Quantitative Research. **American Political Science Review**, v. 95, n. 3, p. 529-546, 2001.

ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; MESQUITA, Rafael; LIRA BRITO, Renato Victor. Obscuridade metodológica: um mapeamento da formação em métodos na pós-graduação em Relações Internacionais e áreas afins no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 39, p. e258379, 2022.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: foundations and guidelines**. Michigan: University of Michigan Press, 2013.

BERRY, Jeffrey M. Validity and Reliability Issues in Elite Interviewing. **PS: Political Science & Politics**, v. 35, n. 4, p. 679-682, 2002.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David. **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards**. Nova Iorque: Rowman & Littlefield, 2004.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David; SEAWRIGHT, Jason. Refocusing the Discussion of Methodology. In: BRADY, H. E.; COLLIER, D. **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards**. Nova Iorque: Rowman & Littlefield, 2004.

COLLIER, David. Understanding process-tracing. **PS: Political Science and Politics**, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem, E. Leitão. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.

DEVINE, Fiona. **Qualitative Study of Democracy and Participation in Britain, 1925-2003**. 2nd Release. UK Data Service. SN: 5017, 2005. DOI: <http://doi.org/10.5255/UKDA-SN-5017-1>

ELMAN, Colin; KAPISZEWSKI, Diana. Data access and research transparency in the qualitative tradition. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 01, p. 43-47, 2014.

FAIRFIELD, Tasha. Going Where the Money Is: Strategies for Taxing Economic Elites in Unequal Democracies. **World Development**, v. 47, p. 42-57, 2013.

FEARON, James D. Counterfactuals and Hypothesis Testing in Political Science. **World Politics**, v. 43, n. 2, p. 169-95, 1991.

FUJII, Lee Ann. Research Ethics 101: Dilemmas and Responsibilities. **PS: Political Science and Politics**, v. 45, n. 4, p. 717-723, 2012.

GERRING, John. Qualitative Methods. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 20, p. 15-36, 2017.

_____. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas.** Petrópolis: Vozes, 2019.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences.** Princeton: Princeton University Press, 2012.

HELD, David. **Modelos de Democracia.** Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research.** New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KIRILOVA, Dessi; KARCHER, Sebastian. Rethinking Data Sharing and Human Participant Protection in Social Science Research: Applications from the Qualitative Realm. **Data Science Journal**, v. 16, n. 43, p. 1-7, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5334/dsj-2017-043>

KOGUT, Bruce. Qualitative comparative analysis of Social Science data. In: MORGAN, Glenn Morgan; CAMPBELL, John L.; CROUCH, Colin; PEDERSEN; Ove Kaj; WHITLEY, Richard (orgs.). **The Oxford handbook of comparative institutional analysis.** Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

KURASAKI, Karen S. Intercoder Reliability for Validating Conclusions Drawn from Open-Ended Interview Data. **Field Methods**, v. 12, p. 179-194, ago. 2000.

LUPIA, Arthur; ELMAN, Colin. Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n.

1, p. 19-42, 2014.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Democracies and dictatorships in Latin America: Political actors, 1944-2010. **Qualitative Data Repository**. 2015. <https://doi.org/10.5064/F65Q4T1P>. QDR Main Collection. V1

MORAVCSIK, Andrew. Active Citation: A Precondition for Replicable Qualitative Research. **PS: Political Science and Politics**, v. 43, n.1, p. 29-35, 2010.

_____. Transparency: The Revolution in Qualitative Research. **PS: Political Science & Politics**, v. 47, n. 1, p. 48-53, 2014.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; MAINWARING, Scott. Regime Legacies and Levels of Democracy: Evidence from Latin America. **Comparative Politics**, v. 45, n. 4, p. 379-397(19), 2013.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. Qual o Lugar do Caso nas Ciências Sociais? **Conexão Política**, v. 4, n.2, p. 67-82, 2015.

WOOD, Elisabeth. The Ethical Challenges of Field Research in Conflict Zones. **Qualitative Sociology**, v. 29, n. 3, p. 307-41, 2006.

12

Ética e pesquisas qualitativas em Ciência Política

Rayza Sarmento

Rafael Adilio dos Santos

Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar a discussão sobre ética na pesquisa qualitativa em Ciência Política. Trata-se de uma tarefa não muito simples, dado que há no cenário brasileiro um conjunto robusto de críticas sobre como foram construídos os procedimentos exigidos para a apreciação ética dos trabalhos acadêmicos nas Humanidades, na qual a nossa subárea está inserida. Esta tensão precisa estar demarcada desde o início deste texto, a fim de que a expertise dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e suas exigências formais, da qual trataremos mais adiante, não sejam tomadas como sinônimos exclusivos da construção sobre boas práticas de pesquisa.

Schmidt (2008) e Minayo e Guerreiro (2013) propõem que uma postura ética exige a autorreflexão constante de quem pesquisa sobre a relação com os indivíduos ou grupos pesquisados, com a clareza de que se trata de uma interação assimétrica marcada por diferenças de poder, hierarquias e lugares ocupados. Para Schmidt (2008), a ética na pesquisa seria um modo de lidar, tematizar e agir que não se prende exclusivamente à normatividade jurídica. Nogueira e Silva (2012) entendem que uma pesquisa ética tem quatro preceitos: respeito aos direitos humanos, proteção às pessoas vulneráveis, promoção da ciência e proteção ambiental. Para além desses pilares, Concone (2008) indica que as pesquisas eticamente orientadas devem, obrigatoriamente, deixar claro que a participação se trata de um convite e não de obrigação e devem garantir a privacidade, o anonimato e a possibilidade de desistência a qualquer momento, elementos que posteriormente serão incorporados aos termos formais de consentimento no caso brasileiro.

De acordo com a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), responsável por indicar os parâmetros de avaliação das Ciências Humanas e Sociais (CHS), entre os princípios éticos das pesquisas destacam-se a liberdade e autonomia de todos os envolvidos, defesa dos direitos humanos e antiautoritarismo, respeito aos valores dos participantes da pesquisa, à diversidade social e ao enfrentamento a qualquer tipo de preconceito.

Neste capítulo, partimos da premissa de que o compromisso ético deve atravessar toda a construção da pesquisa, não podendo ser reduzido,

como assinala Duarte, a um mero “acordo formal inicial” (2015, p. 35). Na esteira deste autor, o entendimento sobre ética deste capítulo compreende que a pesquisa qualitativa em Ciência Política será sempre afetada pelas relações entre quem pesquisa e os participantes, de forma que “define-se um rumo e os contornos teóricos e metodológicos da pesquisa, mas não se espera que esse desenho inicial se mantenha intacto até o fim do processo” (Duarte, 2015, p. 36).

Ao longo deste capítulo, buscaremos apresentar brevemente como se estruturou a discussão sobre ética nas Ciências Humanas, a apropriação do debate a nível nacional, a conformação dos CEPs e seus protocolos atuais de avaliação, que regulam as investigações com seres humanos.

1. Ética em pesquisa no contexto brasileiro: das formulações biomédicas à Resolução 510/2016

O debate sobre ética nas pesquisas se aprofunda a partir da Segunda Guerra Mundial, após as experiências científicas que violaram direitos humanos fundamentais, sobretudo com o Código de Nuremberg. O documento foi publicado em 1947 para embasar os tribunais que julgavam os cientistas nazistas por seus experimentos praticados durante o regime autoritário na Europa. De acordo com Taquette (2021), na década seguinte, a Declaração de Helsinque (1964) foi um marco por explicitar textualmente que os participantes das pesquisas precisam ter integridade e dignidade consideradas e não subjugadas aos avanços científicos. A declaração abordava o consentimento, a garantia de sigilo dos dados, respeito aos participantes (crenças, ideologias, condições) e necessidade de submissão da pesquisa a um comitê de ética (Ramos; Junqueira; Puplaksis, 2008; Barbosa; Souza, 2008).

No Brasil, a reflexão se institucionaliza nos anos de 1990, com a criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), por meio da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ligado ao Ministério da Saúde (MS). Os CEPs, de acordo com a norma, são “colegiados interdisciplinares e independentes” e foram constituídos para “defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade” (Brasil, 1996). Sua composição precisa

ser de, no mínimo, sete membros e apresentar diversidade científica, bem como contar representante da sociedade/usuários; já as formas de eleição a esses assentos, calendário de reuniões, modelos de decisão cabem às instituições que abrigam o comitê. É vedado que um membro do CEP decida sobre pesquisas nas quais coordena ou está envolvido. A esses comitês cabe a revisão das pesquisas com seres humanos e a “responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes” (Brasil, 1996).

A Resolução 196/96, contudo, não tratava das especificidades das pesquisas em Humanidades. As críticas à importação do “modelo biomédico de regulação ética”, nos termos de Diniz (2008, p.418), foram fundamentais para que fossem evidenciadas, ainda que não totalmente reconhecidas, as diferenças de condução das investigações em Ciências Humanas e Sociais. De acordo com Duarte:

Todo o sistema da avaliação bioética repousa sobre a pressuposição de um risco a ameaçar todos os “seres humanos” que participam de uma pesquisa; o que é perfeitamente razoável no caso das pesquisas biomédicas, envolvendo, como envolvem, a intervenção comissiva ou omissiva nas condições corporais dos sujeitos; podendo resultar em agravos da mais diversa ordem, e inclusive em sua inabilitação ou morte (Duarte, 2015, p. 32).

Dentro das Humanidades, os autores preocupados com este debate, sinalizam que o paradigma científico seria outro, a pesquisa é vista como um processo reflexivo, com contextos e situações que interferem em seu percurso (crenças, ideologias, marcadores sociais). As diferenças se expressam de forma clara na metodologia, dado que na área biomédica é comum um tipo de pesquisa experimental e em ambiente controlado (Nogueira; Silva, 2012; Christians, 2006). Taquette esclarece bem a diferença ao sustentar que “nas ciências naturais a investigação se dá **em** seres humanos e nas ciências humanas, **com** seres humanos” (2021, p. 597, grifos da autora).

Essas premissas distintas foram fundamentais para que, posteriormente, normas específicas às Humanidades fossem construídas nos âmbitos

dos CEPs/CONEP, mas esse processo não se deu sem profundos dissensos, como mostram as controvérsias muito bem documentadas nos trabalhos de Barbosa *et al.* (2014), Sarti (2015) e Alves e Teixeira (2020). Sem o intuito de recuperar detalhadamente esse enfrentamento com o paradigma bioético, é relevante citar a publicação da Resolução 466/CONEP/MS, de 2012, que tornou ainda mais evidente as diferenças entre as áreas de conhecimento e a sobre-representação de uma visão biomédica no tangente à apreciação ética. A partir desta norma, em 2013, foi criado o Fórum das Associações de Ciências Humanas e Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA), descrito por Sarti como “uma frente ampla formada por associações científicas das diversas subáreas dessas ciências” (2015, p.81), a fim de construir uma alternativa à então regulamentação vigente e, especialmente, solicitar que a avaliação ética dessas áreas fosse de competência do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e não do CONEP junto do Ministério da Saúde (MS).

Após intensas críticas e árduo trabalho das associações das áreas de conhecimento de humanas e sociais, em 2016, entrou em vigor a atual norma específica, a Resolução 510. O resgate sobre a construção do documento, os atores envolvidos e suas principais inovações frente à norma anterior foi abordado em Minayo (2021), de forma que retomaremos apenas alguns pontos fundamentais.

A Resolução 510 passa a admitir a “importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais” (Brasil, 2016) e as define como:

aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (Brasil, 2016, artigo 2, XIV).

É com base neste documento que os Comitês de Ética em Pesquisa

das universidades devem avaliar os projetos da grande área, levando em consideração suas características específicas; o que para Minayo (2021, p. 528), ainda que com avanços, continua sendo realizado de forma “muito estreita”. A referida pesquisadora, assim como Taquette (2021), tem mostrado os desafios para uma implementação desses princípios no julgamento dos comitês. Não são incomuns os relatos de “pendências” ou negativas de projetos de pesquisas em nossa área ligados não à ausência de compromisso ético, mas a pouca familiaridade com metodologias ou premissas epistemológicas das Humanidades. Preocupada com esses julgamentos, Taquette (2021, p.604) sustenta que, sobretudo quando se trata de temas sensíveis, a pesquisa deve detalhar com rigor como tratará questões relativas à confidencialidade e autonomia dos participantes, “para se evitar interpretações inadequadas por parte dos membros dos comitês, seja por desconhecimento, conservadorismo ou preconceito”.

Barbosa *et al.* (2014, p.488) discutem a importância da atualização e formação contínua dos integrantes dos CEPs, a fim de que a pluralidade epistêmica e metodológica esteja presente nesses espaços. Os autores citam a experiência do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, ativo desde 2007 e o primeiro do país com tal especificidade. De acordo com a página oficial do órgão, sua missão é “pensar esse sistema à luz das particularidades da pesquisa social” e seu trabalho é restrito “aos estudos que utilizem técnicas qualitativas de levantamento e/ou análise de dados, tais como entrevistas, observações, *survey* ou questionários” (CEP/CHS).¹ A maioria das universidades brasileiras conta com apenas um Comitê, com frequência ligado aos institutos ou faculdades da área da Saúde. No entanto, é necessário possuir assento de pesquisadores das Humanidades, a fim de fortalecer a diversidade na pesquisa acadêmica.

Uma discussão importante sobre ética nas pesquisas qualitativas diz respeito à transparência e possibilidades de replicação, a partir dos debates sobre confiabilidade das pesquisas.

1. <https://www.cepch.unb.br/historico>. Acesso em 14.06.2023.

2. A ética em pesquisa qualitativa e a transparência

Um dos pilares éticos da pesquisa é a confidencialidade de informações dos participantes, lugares e situações que possam gerar algum risco ou constrangimento. Por outro lado, cada vez mais, a disponibilização de bancos de dados para fins de confiabilidade e replicação tem sido requerida. Observamos que o padrão de transparência cobrado, por vezes, se baseia nos métodos de pesquisa quantitativa, tais como os que utilizam questionários fechados e amostras populacionais

Sendo a pesquisa qualitativa diferente da quantitativa, seu processo de transparência também deve ser pensado de forma diferente e apropriado para o tipo de trabalho realizado, sendo impossível uma padronização de procedimentos (Moravcsik, 2014b; Hiles; Cermak, 2007). A transparência deve levar em conta as possibilidades de deixar o trabalho acessível, informando as formas de coleta das informações e interpretação dos dados. A entrega de um apêndice metodológico detalhando todas as etapas como anexo pode ser uma saída, além da criação de links que levam a conteúdos complementares, criação de repositórios de textos e dados (Moravcsik, 2014a; 2014b), com o devido anonimato. O uso de *softwares* também é recomendado para ajudar a criar um padrão de análise de dados por codificações de temas, organizando os dados, possibilitando pesquisas de texto, a realização de auditorias e comparações, bem como o compartilhamento do banco de dados com as informações possíveis de publicação (Kapiszewski; Karcher, 2021; O’Kane; Smith; Lerman, 2021).

As recomendações de transparência costumam sempre ressaltar a importância de explicar os métodos, mas, também, relatar como era o ambiente pesquisado e como a pesquisa se inseria nele, detalhando aspectos culturais, condições econômicas e as estruturas de poder. É importante descrever elementos como: a relação do pesquisador com os participantes da pesquisa, as relações de contato ou proximidade; os critérios para montar a amostra (se houve ponto de saturação e como foi obtido); bem como informar problemas e reconduções que se fizeram necessárias no decorrer da pesquisa, como, por exemplo, negativas ou desistências de participantes (Aguinis; Solarino, 2019).

Ainda que a discussão sobre transparência não seja pacífica entre pesquisadores/as da abordagem qualitativa, a literatura da área aponta para um ganho de credibilidade e confiabilidade, advindas da possibilidade de replicação e análise dos dados por outros/as autores/as (O’Kane; Smith; Lerman, 2021; Hiles; Cermak, 2007). Para Moravcsik (2014a), a transparência dá validação às pesquisas e abre diálogo entre pesquisadores, o que leva a avanços teóricos, metodológicos e na coleta de dados, construindo pesquisas mais rigorosas e o desenvolvimento do campo de estudos.

Mapeadas as críticas e divergências sobre ética em pesquisa, é preciso ressaltar, como lembra Sarti (2015), que a resistência a esse modelo precisa ser construída de forma coletiva. Contudo, diante do cenário atual em que periódicos, agências de fomento e demais instituições têm exigido a revisão dos comitês, cabe-nos apresentar os componentes mais importantes do protocolo atual.

A seguir, iremos discutir os principais elementos da resolução de CHS e do processo de avaliação. No momento da publicação deste livro estão em vigor as resoluções 466,² 510,³, bem como cartas circulares que disciplinam pontos específicos. Para fins da nossa discussão, vale consultar também a Carta Circular nº 1/2021-CONEP/MS⁴ com orientações sobre pesquisa em meio virtual, emitida no contexto da pandemia de covid-19.

3. Processo de submissão e avaliação do Comitê de Ética

Uma primeira dúvida comum é sobre quais pesquisas das Humanidades devem ser submetidas aos CEPs. A Resolução 510 esclarece que a tramitação é obrigatória para as investigações em que “procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis” (Brasil, 2016). Entre tais procedimentos estão os abordados neste livro, que coletam e produzem dados por meio de etnografias, entrevistas, grupos focais, observação-participante, pesquisa-ação, dentre outros, de forma presencial ou online. Esta última é uma informação importante ratificada na Carta Circular nº 1/2021,

2. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-466-12.pdf>. Acesso em 14.06.2023.

3. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 14.06.2023.

4. https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf. Acesso em 14.06.2023.

de que o contato com os participantes mesmo virtual precisa ser avaliado eticamente. Não há também diferenças no tangente ao tamanho da amostra ou número de participantes envolvidos no estudo, assim trabalhos que necessitem, por exemplo, de apenas uma única entrevista precisam igualmente passar por revisão nos CEPs.

O Artigo 1º da 510 explicita também as pesquisas que não precisam ser avaliadas, das quais ressaltamos: “pesquisa de opinião pública com participantes não identificados”; “pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual”; “atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica”, excetuando neste caso os “Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP” (Brasil, 2016). Este é um ponto importante, dado que pesquisas de opinião pública (*surveys*) sem identificação são comuns à área de Ciência Política e são isentas da aprovação ética segundo tal norma. Também não precisam se submeter as atividades realizadas correntemente em disciplinas o treinamento metodológico, caso fiquem circunscritas ao âmbito do ensino e não resultem em publicação posterior.

Já o Artigo 2º da mesma norma, traz um elemento muito importante para os estudos em âmbito digital, informando que as pesquisas encobertas precisam também ser submetidas ao CEP. Trata-se de “pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa” (Brasil, 2016). Tal modalidade pode ser justificada quando a “informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo” (Brasil, 2016). No âmbito da Ciência Política, pesquisas com grupos altamente radicalizados ou sobre questões sensíveis, *online* ou *offline*, têm a possibilidade de requererem o uso desta norma como justificativa ética, o que será avaliado pelo comitê colegiado.

É necessário passar por avaliação ética qualquer pesquisa de Ciência

Política que utilize dados oriundos de entrevistas qualitativas, grupos focais, etnografias em espaços institucionais ou não-institucionais, observação participante, dentre outras técnicas de coleta, sejam elas realizadas com elites, servidores públicos, eleitorado, usuários de diferentes políticas públicas, integrantes da sociedade civil organizada e demais públicos, de forma presencial ou online. Assim, caso a pesquisa necessite passar pelo CEP, há um elemento obrigatório a ser considerado: o comitê não revisa coletas de dados que já iniciaram. Desta forma, a pessoa responsável pela investigação precisa realizar a submissão antes do início efetivo, observando especialmente o calendário de reuniões do CEP de sua instituição, que costumam ser realizadas mensalmente, mas também recebem volume considerável de trabalho. Recomenda-se bom senso no prazo, evitando submissões com tempo muito próximo à realização do campo qualitativo e planejamento para lidar com possíveis pendências.

A submissão para o CEP **não** é feita por e-mail ou com documentos físicos e todos os processos nacionais tramitam na Plataforma Brasil: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/>. Pessoas em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) podem realizar o cadastro, mas é altamente recomendável que docentes sejam responsáveis institucionais da pesquisa e cadastrem discentes como “assistentes”, uma possibilidade técnica para compartilhar o preenchimento dos dados no sistema. Cabe também ressaltar a importância de se referir a pessoa voluntária da pesquisa como “participante” e não “objeto” ou “pesquisado”.

A submissão à Plataforma Brasil envolve o preenchimento de um formulário online e a necessidade de anexar documentos obrigatórios. Constam como documentos fundamentais: o projeto de pesquisa; roteiros, questionários ou demais instrumentos que guiem a coleta de dados; autorização prévia de instituições que sediarão a coleta; cronograma; termo de sigilo e confidencialidade (ver modelo em cada universidade); folha de rosto (documento específico gerado pelo sistema); e o termos de consentimento e assentimento. Os CEPs de cada universidade costumam disponibilizar em seus sites um *check-list* documental, bem como o calendário das reuniões do comitê, junto de seus prazos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (para maiores de idade) e o Termo de Assentimento (para menores de idade ou pessoas impossibilitadas de consentir)⁵ são os instrumentos avaliados com muito cuidado pelos comitês e também um dos focos de maior discussão entre a comunidade acadêmica. Eles funcionam como um instrumento que informa ao participante da pesquisa os objetivos, justificativas do estudo, bem como seus direitos. O consentimento ou assentimento precisa ser realizado antes da coleta de dados e este é um ponto de crítica importante.

Segundo Alves e Teixeira (2020) e Diniz e Guerriero (2008), as pesquisas antropológicas, com a etnografia, são as mais afetadas por este instrumento. Sarti afirma que a anuência prévia diz respeito não apenas “à inoperância para solucionar as questões éticas que enfrentamos, mas a problemas que o TCLE cria para o trabalho de campo etnográfico” (2015, p. 88-89), em que a imprevisibilidade e as consequências não informadas por um termo são parte fundamentais. Um exemplo dessas particularidades é trazido por Diniz (2008) acerca do filme etnográfico, especialmente sobre uma questão sensível (aborto). Nesse caso, a autora detalha que participantes “seriam os primeiros a assistir o filme editado e que somente com o consentimento pós-edição o filme seria finalizado” e ainda que foi acordado o “direito de veto a cenas que não considerassem do seu interesse pessoal (Diniz, 2008, p. 423), demonstrando que a relação sobre consentimento extrapola o termo. Taquette lembra ainda de casos em que as pessoas pesquisadoras também dever ser protegidas tanto quanto os participantes e que a assinatura de um termo tornaria inviável a coleta de dados, tais como os mencionados estudos sobre aborto e tráfico de drogas (2021, p. 597).

Considerando parcialmente tais debates, o Artigo 5º da Resolução 510 reconhece que os termos de consentimento e assentimento não precisam necessariamente ser “assinados”, mas podem comportar a “expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas”, o que é fundamental para uma série de públicos que participam das pesquisas em Ciência Política, bem como por conta das coletas em ambiente virtual.

5. Nos termos da Resolução 510, o assentimento livre e esclarecido é a “anuência do participante da pesquisa – criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos”. Além do assentimento, é necessária também a obtenção do termo de consentimento do/a responsável (Brasil, 2016).

Em pesquisas que ocorrem com aplicativos digitais, por meio de áudio ou vídeo, bem como de formulários online, os participantes podem demonstrar seu consentimento por tais meios, não necessitando de uma assinatura física. Nos artigos 14º e 15º, o documento também sinaliza que quando o consentimento for inviável, é possível pedir a dispensa desse processo, com a devida justificativa e com entrega de documento de garantias aos participantes. A dispensa será devidamente avaliada pelo CEP/CONEP.

Os elementos que o TCLE deve apresentar, em suas diferentes formas (escrita, vídeo, áudio), estão descritos no artigo 17º. Dentre os vários itens destacam-se a garantia de sigilo, de liberdade, desistência, ressarcimento (quando for o caso), e indenização por possíveis danos, além do objetivo da pesquisa e dos contatos dos/as pesquisadores/as para posteriores esclarecimentos.

Conforme citado na primeira parte deste capítulo, as críticas ao atual desenho das submissões ainda persistem e podem ser observadas no formulário da Plataforma Brasil, que solicita dados comuns aos estudos biomédicos, conforme critica Taquette (2021, p. 602). Ao iniciar o preenchimento da plataforma, os pesquisadores realizam o cadastro de informações pessoais e posteriormente do projeto para avaliação, indicando o CEP da universidade em que a pesquisa será desenvolvida. Posteriormente, em nova página, deverão ser preenchidas no formulário as seguintes informações: área; título; desenho; financiamento (informar quando não houver); palavras-chave; resumo; introdução; hipóteses; objetivos; metodologia; metodologia de análise; riscos; benefícios; desfechos primário e secundário; tamanho da amostra; e dispensa ou não de TCLE.

A Carta Circular nº110-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS⁶ torna mais próximo o preenchimento de tais campos pelas pesquisas em CHS. Na aba de “desenho”, o documento afirma que o pesquisador pode preencher como “vide metodologia”. Caso se trate de um trabalho exploratório ou interpretativista sem possibilidade de indicar “hipóteses”, é possível sinalizar no formulário “não se aplica”. O mesmo ocorre para “metodologia de análise de dados” se já estiver descrita no campo anterior de “metodologia”.

6. <https://cep.ib.usp.br/images/arquivos/2020/Legislacao/CartaCircular110.pdf>. Acesso em 14.06.2023.

Ainda de acordo com a Carta, “nos itens ‘desfecho primário’ e ‘desfecho secundário’, os pesquisadores devem preencher os campos referentes com a expressão ‘não se aplica’, uma vez que as pesquisas na área não preveem esses desfechos” (Brasil, 2017). Sobre o tamanho de amostra, também solicitado na plataforma, a carta circular recomenda a inserção do número “0” quando não houver como estimar o número de participantes da pesquisa.

Dentre os pontos do formulário que seguem gerando questões está a descrição dos riscos e benefícios, bastante ligada ao paradigma bioético. No caso dos benefícios, é possível admiti-los de forma mais ampliada para a pesquisa acadêmica ou para o grupo em estudo, não necessariamente individualizando-os. Já os riscos, tendem a gerar mais discussões. Duarte defende que os “possíveis riscos das pesquisas de CHS são de outra qualidade, raramente se distinguindo do chamado ‘risco mínimo’, ou seja, aquele que é passível de ocorrência na vida cotidiana entre quaisquer pessoas comuns” (2015, p. 32). Há alguns anos Diniz informava que os CEPs com frequência emitiam pareceres com “a imputação de possíveis riscos emocionais pelas entrevistas abertas”, mas a pesquisadora defende que se “há chances de que a entrevista desencadeie fortes sentimentos, é também possível reconhecer o caráter quase-terapêutico da cena etnográfica para muitas pessoas” (2008, p. 420).

Dessa forma, no preenchimento sobre os riscos cabe ao responsável pela pesquisa sinalizar se há possibilidade de constrangimentos na realização da coleta de dados, seja por exposição de emoções ou valores ou por possibilidade de identificação (perda de sigilo). No campo destinado a esse item na plataforma, é obrigatório evidenciar como tais riscos serão contornados. É preciso enfatizar que o participante pode a qualquer momento desistir de compartilhar informação e encerrar o contato (Brasil, 2016).

Após a finalização da submissão, os CEPs retornam aos pesquisadores a avaliação, em torno de 30 dias. O projeto pode receber os seguintes resultados:

-**aprovado**;

- **com pendência**: quando o Comitê considera o protocolo como aceitável, porém identifica determinados problemas no protocolo, no

formulário do consentimento ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelos pesquisadores;

- **retirado:** quando, transcorrido o prazo, o protocolo permanece pendente;

- **não aprovado;** e

- **aprovado e encaminhado,** com o devido parecer, para apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa -CONEP/MS, nos casos previstos no capítulo VIII, item 4.c. (Brasil, 1996).

Os projetos que receberam pendência só devem começar a coleta de dados após a aprovação final do Comitê. Com o retorno positivo, recomenda-se que em trabalhos acadêmicos e demais publicações, seja explicitado que a pesquisa foi revisada pelo CEP da instituição com o respectivo número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética, o CAAE. A plataforma Brasil também prevê possibilidade de emenda de projetos (ampliações sem mudanças substantivas no original) e notificações para envio de documentos posteriores. Ao final da pesquisa, é necessário submeter o relatório que também passará por avaliação do comitê.

Embora haja muita discussão em torno da legitimidade dos comitês, como mapeamos na primeira parte do capítulo, é preciso estar ciente de que o/a pesquisador/a pode enfrentar alguns problemas sem ter a aprovação formal do CEP, desde não conseguir realizar um campo (especialmente com sujeitos e instituições que já possuem informações sobre a necessidade da assinatura de um termo de consentimento) até a não publicação em periódicos e demais espaços, que têm cobrado a aprovação dos comitês como regra de submissão para dados obtidos com seres humanos. Ressalta-se também que o principal objetivo do comitê é preservar a integridade de quem concede seu tempo e informações voluntariamente, tendo um documento (TCLE) que comprove sua participação legal e a partir do qual possa requer informações caso se sinta prejudicado pela pesquisa.

Seguindo autoras de outras áreas, como Taquette e Souza (2022) e Diniz e Guerriero (2008), entendemos que boa parte das implicações éticas na Ciência Política está mais presente no momento posterior da pesquisa.

Na seção seguinte, à guisa de conclusão, voltaremos a estes pontos.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, buscamos mostrar que a discussão sobre ética nas pesquisas sociais é múltipla e que as perspectivas reguladoras dos comitês de ética sofrem resistências pela comunidade acadêmica. No entanto, sobretudo a partir da resolução 510, as particularidades das Ciências Humanas passaram a ser consideradas e é possível notar avanços no sistema CEP/CONEP. Após descrever os passos de submissão, gostaríamos de nos dedicar a alguns pontos mais específicos para pensarmos as implicações éticas.

Taquette e Souza (2022), ao revisarem artigos que discutem dilemas éticos, atestam que as situações mais frequentes dizem respeito a questões de sigilo e anonimato, desconsideração da autonomia, confusão nas relações entre participantes/pesquisadores e diretamente à avaliação, por vezes quantitativa, dos comitês. Diniz e Guarniero também apontam casos exemplares sobre implicações éticas, a partir de estudos consolidados, e defendem que é “na fase de divulgação dos resultados que estão os maiores desafios éticos, tais como garantia de anonimato e sigilo, ideias sobre representação justa, compartilhamento dos benefícios, devolução dos resultados etc.” (2008, p.292), dado que na maior parte das vezes as pesquisas qualitativas não se constituem como ameaçadoras à integridade física ou psíquica dos participantes.

No momento da coleta de dados, é importante garantir que a pessoa ou grupo participante da pesquisa esteja confortável e tenha compreendido seu papel, não se sentido constrangida ou coagida. O lugar para a realização de entrevistas ou demais técnicas deve ser definido de comum acordo com participantes e caso haja algum custo de deslocamento, este precisa ser previsto pelo pesquisador. Relações de pesquisa de longa duração podem, de acordo Taquette e Souza (2022), gerar para além da confiança necessária conflitos sobre o papel da escuta e das trocas estabelecidas. Nesse sentido, Diniz e Guarniero lembram que essa relação se liga ao “estatuto epistemológico da produção do conhecimento” nas técnicas qualitativas, na

qual estão implicadas “subjetividade e reciprocidade”, em “um jogo simbólico muito diferente do que se estabelece em rotinas de estudos biomédicos” (2008, p. 291). Não se trata de desconsiderar ou neutralizar tais relações, mas informar quando possível para fins de transparência do estudo.

Outro ponto atual para pensar os limites éticos diz respeito à disponibilidade e uso de dados online, em especial de redes sociais. Se as fronteiras sobre dados públicos e privados estão borradas na arena online, cabe a ponderação sobre a possibilidade de a pesquisa gerar riscos diversos para a vida dos seus participantes. O Guia de Conduta da Association of Internet Researchers (AIOR, 2019, p.10) discute de forma interessante a questão do consentimento, que fica por vezes inviável com coletas automatizadas de grande número de dados. Para lidar com isso, a associação afirma que diferentes estratégias têm sido adotadas, desde obter o consentimento de sujeitos a excluir nomes e demais informações que permitem identificação desde o momento de processamento dos dados. De acordo com o documento, também é possível buscar o consentimento direto já visando a publicação dos resultados, especialmente quando se trata de pequenos números de citações em um texto.

Após a coleta, cabe uma reflexão importante sobre armazenamento de dados, especialmente, áudios, fotos e vídeos. O sigilo e a confidencialidade dos dados passam também por resguardar seu acesso em locais seguros. O mesmo vale para entrevistas ou demais coletas no meio digital, com preservação dos *links* a fim de evitar invasões aos espaços.

A devolução das pesquisas qualitativas, especialmente quando realizadas com sujeitos ou grupos vulneráveis, é um processo interessante e poucas vezes realizado na Ciência Política, sendo muito comum ao campo antropológico. As devolutivas podem se constituir como momento de profunda reflexão do conhecimento produzido *com e a partir* daqueles participantes, podendo auxiliá-los na compreensão dos fenômenos que vivem e elucidar o entendimento do próprio sujeito que pesquisa. Não há uma única forma de devolutiva, podendo se dar com o simples envio das publicações resultantes, com oficinas, relatórios ou conversas informais (Almeida *et al.* 2018).

Ao final deste capítulo, esperamos que a comunidade leitora considere a ética como ponto de partida e grande guia em todo o processo da pesquisa e não apenas como mera formalização. Embora seja necessária, ela não resume a necessidade de respeito aos direitos integrais de pessoas que se propõem a voluntariamente contribuir com a construção do conhecimento científico.

Referências

AGUINIS, Herman; SOLARINO, Angelo M. Transparency and replicability in qualitative research: The case of interviews with elite informants. **Wiley Strategic Management Journal**. V. 40, p. 1291-1315, 2019. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/journal/10970266> >. Acesso em: 05 mai. 2022.

ALMEIDA, Ueberson; CESAR, Janaína; LUCIANO, Luzimar; CARVALHO, Pedro. devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, 2018, p. 204-213.

ALVES, Daniela Alves de; TEIXEIRA, Wanessa Milagres. Ética em pesquisa em ciências sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020, p. 1-21.

BARBOSA, Adriana Silva; CORRALES, Carlos Montero; SILBERMANN, Marcos. Controvérsias sobre a revisão ética de pesquisas em ciências humanas e sociais pelo Sistema CEP/Conep. **Revista Bioética**, v. 22, 2014, p. 482-492.

BARBOSA, Deborah R.; SOUZA, Marilene, P. B. Ética na pesquisa qualitativa: reflexões sobre privacidade, anonimato e confidencialidade. In: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fabio (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 237-252.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional De Saúde. **Resolução 196/96**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 510/2016**. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 14 jun. 2023.

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 141-162.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas. A pesquisa e a ética. In: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fabio (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 109-127.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 13, 2008, p. 417-426.

DINIZ, Debora; GUERRIERO, Iara. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. In: DINIZ, Debora; SUGAI, Andrea (Orgs.). **Ética em pesquisa: temas globais**. Brasília: Letras Livres e EdUnB, 2008, p. 289-322.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 3, n. 5, 2015, p. 31-52.

ELMAN, Colin; KAPISZEWSKI, Diana. Data Access and Research Transparency in the Qualitative Tradition. **American Political Science Association**. Washington DC, jan.2014, p. 43-47. Disponível em: < <https://apsanet.org/ps>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

HILES, David; CERMAK, Ivo. Qualitative Research: Transparency and Narrative Oriented Inquiry. **ECP**. Praga, 2007, p. 1-8. Disponível em: < <https://www.efpa.eu/activities/european-congress-psychology>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

KAPISZEWSKI, Diana; KARCHER, Sebastian. Transparency in Practice in Qualitative Research. **Political Science and Politics**. Washington DC, pp. 285-291 abril, 2021. Disponível em: < <https://apsanet.org/ps>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

MINAYO, Maria Cecília. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 9, n. 22, 2021, p. 521-539.

MINAYO, Maria Cecília; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n. 4, 2013, p. 1103-1112. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MORAVCSIK, Andrew. Trust, but Verify: The Transparency Revolution and Qualitative International Relations. **Security Studies**. Londres, 23:4, p. 663-668, dez. 2014a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09636412.2014.970846>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

_____. Transparency: The Revolution in Qualitative Research. **Political Science and Politics**. Washington DC, p. 48-53, jan. 2014b. Disponível em: < <https://apsanet.org/ps>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; SILVA, Vini Rabassa da. Ética em

pesquisa, Plataforma Brasil e a produção de conhecimento em ciências humanas e sociais. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, 20121, p. 190-209. Disponível em: < https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12828/11201>. Acesso em: 13 jul. 2022.

O'KANE, Paula; SMITH, Anne; LERMAN, Michael P. Building Transparency and Trustworthiness in Inductive Research Through Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software. **Organizational Research Methods**, v. 24, n. 1, 2021, p. 104-139. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/home/orm>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

PRATT, Michael G.; KAPLAN, Sarah; WHITTINGTON, Richard. The Tumult over Transparency: Decoupling Transparency from Replication in Establishing Trustworthy Qualitative Research. **Administrative Science Quarterly**. Ithaca, v. 65, p. 1-19, 2019. Disponível em: < <https://www.johnson.cornell.edu/administrative-science-quarterly/>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

RAMOS, Dalton Luiz de Paula; JUNQUEIRA, Cilene Rennó; PUPLAKSIS, Nelita de Vecchio. Benefícios da avaliação ética de protocolos de pesquisas qualitativas. In: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fabio (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 193-205.

SARTI, Cynthia. A ética em pesquisa transfigurada em campo de poder: notas sobre o sistema CEP/Conep. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 3, n. 5, 2015, p. 79-96.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; TONIETTE, Marcelo Augusto. A relação pesquisador-pesquisado: algumas reflexões sobre a ética na pesquisa e a pesquisa ética. In: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fabio (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências**

humanas e sociais na saúde. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 102-108.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fabio (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 47-52.

TAQUETTE, Stella Regina. Inadequações do sistema CONEP às pesquisas qualitativas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 9, n. 22, 2021, p. 593-608.

TAQUETTE, Stella R.; BORGES DA MATTA SOUZA, Luciana Maria. Ethical dilemmas in qualitative research: A critical literature review. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 21, 2022, p.1-15.

13

Process Tracing: uma introdução ao uso do rastreamento de processos em Ciência Política

Patrícia Sene de Almeida

Tainá R. Serafim

Enzo Lenine

Introdução

A busca pela inferência causal com o objetivo de estabelecer generalizações sobre fenômenos complexos tem acompanhado a trajetória da Ciência Política. No decorrer do tempo, tem-se observado o predomínio de trabalhos empíricos, fazendo uso de métodos e técnicas quantitativas, na tentativa de identificar relações de causa e efeito – ainda que a produção de trabalhos teóricos e “ensáísticos” constituam parte significativa dos estudos científicos em Ciência Política (Leite, Feres Jr., 2021; Lenine, Mörschbacher, 2020).

Não obstante, a discussão sobre métodos e técnicas de pesquisa na Ciência Política passa por transformações que levam a um novo padrão de cientificidade da área, baseado em modelos inferenciais orientados pelo problema de pesquisa, cujos desenhos apresentem maior rigor metodológico e possam integrar estratégias qualitativas às quantitativas de forma complementar – a depender do escopo da questão a ser respondida (Gunther, 2006; Rezende, 2015). Esse processo vem no bojo de uma série de debates metodológicos ativados sobretudo a partir da obra de King *et al.* (1994), publicada pela primeira vez nos anos 1990 e cujo objetivo central consistia em defender uma lógica inferencial para a Ciência Política, comum tanto aos métodos quantitativos quanto aos qualitativos. Em larga medida, um dos eixos desses debates foi justamente a preocupação com a causalidade. Como aponta Dowding:

Até certo ponto, (...) o debate moderno foi desencadeado por King *et al.* (1994) e sua afirmação de que existe uma lógica de inferência. A implicação subjacente da lógica da inferência é que apenas a evidência quantitativa pode (a) determinar a causalidade e (b) testar hipóteses extraídas da teoria. Uma resposta foi que a evidência qualitativa pode definir a causalidade (c) preenchendo as lacunas e ajudando a demonstrar os mecanismos reais e (d) usando um modelo diferente de causalidade (Dowding, 2016, p.162).

Nessas circunstâncias, passou a haver uma retomada da valorização de métodos e técnicas qualitativas na disciplina. A preocupação com a identificação de relações causais assumiu lugar de destaque, o que levou os pesquisadores qualitativistas a elaborar novas modalidades epistemológicas

e metodológicas que justificassem não só o seu entendimento de causalidade, como também permitissem de fato evidenciar processos causais (Bennett, Checkel, 2015). Nesse contexto, o *process tracing* (ou rastreamento de processos) emerge como uma abordagem para explicar, de maneira causal, *como e por quê* um fenômeno se conecta a outro (Goertz, Mahoney, 2012; Mahoney, 2010).

O *process tracing* como método de pesquisa data da década de 1960, mais precisamente nos estudos da Psicologia Cognitiva que pretendiam compreender como as pessoas tomam decisões e, para tanto, focavam nas etapas mentais intermediárias desse processo. Em Ciência Política, o *process tracing* foi definido inicialmente por George e McKeown como um método de estudo de caso com ênfase na “investigação e definição de processo de decisão pelo qual várias condições iniciais se traduzem em resultados” (Cunha, Araújo, 2018, p. 35). Em outras palavras, através de uma profunda análise do caso (*within-case analysis*), o uso de *process tracing* permite evidenciar os elos intermediários entre dois pontos de uma sequência causal, i.e., as ligações entre uma causa *C* e um resultado *R*, no que é denominado por Waldner (2012) de uma lógica de concatenação de eventos.

Em seu desenvolvimento histórico, a abordagem de *process tracing* passou por diversas transformações. Durante a década de 1990, a maioria dos estudos que utilizavam *process tracing* estavam preocupados com “microfundamentos do comportamento individual” e analisavam processos cognitivos latentes à tomada de decisões. Nesse período, a abordagem em tela passou a ser utilizada em análises em que as variáveis de causa e efeito não eram regulares – portanto, inadequadas para serem aplicadas em métodos estatísticos “convencionais”, e nas quais as teorias de embasamento das análises eram insuficientes para fundamentar os argumentos explicativos (Cunha, Araújo, 2018). Posteriormente, King *et al.* (1994) estabeleceram alguns parâmetros fundamentais para aplicação do método, o que provocou uma literatura subsequente a reagir a seus protocolos e propor novos entendimentos epistemológicos e metodológicos sobre *process tracing* (Beach, Pedersen, 2019; Bennett, 2008, 2010; Bennett, Checkel, 2015). Mais contemporaneamente, versões hermenêuticas de *process tracing* enfatizam a interpretação

como forma de compreender os arcabouços conceituais dos indivíduos estudados, as mudanças intersubjetivas desses arcabouços e suas consequências para os resultados sociais e políticos (Norman, 2021).

Essa pluralidade de entendimentos e aplicações demonstra que o *process tracing* se consolidou como um método de pesquisa que tem como objetivo produzir inferências a partir do rastreamento de *como* processos ou mecanismos causais operam em casos específicos. Trata-se de uma investigação cujo foco está na identificação de sequências causais, no teste de teorias e, sobretudo, em revelar mecanismos que explicam fenômenos políticos através da identificação de processos que intermedeiam a relação/conexão entre fenômenos (Beach, 2017; Cunha, Araújo, 2017). Na verdade, a questão central para qualquer análise de *process tracing* consiste na identificação de mecanismos causais, os quais, na contemporaneidade, são definidos¹ seguindo a proposta de Woodward:

Uma condição necessária para a representação de um modelo aceitável de mecanismo é que a representação (i) descreve um conjunto organizado ou estruturado de partes ou componentes; onde (ii) o comportamento de cada componente é descrito por uma generalização que é invariante sob intervenções; onde (iii) as generalizações que governam cada componente são também independentemente variáveis; e onde (iv) a representação nos permite ver como, em virtude de (i), (ii) e (iii), a saída [*output*] geral do mecanismo variará sob a manipulação da entrada [*input*] para cada componente e mudanças nos próprios componentes (Woodward, 2002, p. S375).

A centralidade do mecanismo causal no *process tracing* requer que não só as hipóteses da pesquisa sejam formuladas em termos do mecanismo, como também a narrativa causal se estrutura em torno de uma explicação do funcionamento desse mecanismo, levando em conta suas condições de necessidade e suficiência (Beach, Pedersen, 2019).² Há, então, uma

1. O conceito de mecanismos é polissêmico nas Ciências Sociais e o modelo de Woodward, apesar de sintetizar de maneira robusta e precisa diversos entendimentos, não é o único existente. Para uma revisão detalhada dos múltiplos sentidos de mecanismos causais, ver Hedström e Ylikoski (2010).

2. Desenvolvimentos recentes em *process tracing* enfatizam o uso da lógica bayesiana para o aprimoramento da qualidade das evidências. Ao utilizar o teorema de Bayes, analistas de *process tracing* avaliam o quanto uma determinada peça de evidência afeta a confiabilidade na hipótese de relação causal proposta pela pesquisa. Ver Bennett (2014) para aplicações formais; e Beach e Pedersen (2019), para a aplicação da lógica bayesiana sem formalidades estatísticas.

preocupação em identificar partes de um mecanismo e hierarquizar tais eventos a partir da sua natureza, diferenciando eventos necessários daqueles suficientes. As evidências, além de descritas, devem ser encadeadas em sequências lógicas de forma a se conectarem de modo causal, id est a concatenação de Waldner (2012). Portanto, o *process tracing* utiliza a narrativa e a descrição como ferramentas analíticas de evidências que, relacionadas, conectam causas a efeitos (Silva, Calmon, 2018).

Dada a complexidade do empreendimento analítico, o rastreamento de processos só permite que sejam feitas inferências causais a partir da análise aprofundada de um ou um pequeno número de casos. Estabelecer causalidade implica em reconhecer em profundidade as dimensões contextuais e históricas dos casos escolhidos, mobilizando diferentes tipos de evidências (documentos, entrevistas, discursos etc.), uma vez que diferentes mecanismos podem operar diferentemente em cada caso e resultar em efeitos específicos (Beach, 2017). A triangulação de evidências é, portanto, uma estratégia fundamental para a identificação das condições necessárias e suficientes dos mecanismos causais em operação e aprimoramento da qualidade da inferência (Beach, Pedersen, 2019). Condições necessárias são aquelas cuja presença é um requisito para que um evento ocorra (por exemplo, eleições são uma condição necessária da democratização, ou seja, para que um país autoritário se democratize). Condições suficientes, por sua vez, são aquelas que, uma vez presentes, já asseguram a existência de um fenômeno (por exemplo, o veto de um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas é suficiente para a não aprovação de uma resolução desse órgão). Na linguagem causal:

Considera-se que as condições necessárias são causas que devem sempre ocorrer e precedem o resultado, e as condições suficientes são causas que, quando presentes, produzem o resultado, mas este não é sempre precedente da causa. Para isso, utiliza-se de observações de conjunto de dados (DSO) de tamanho reduzido para comparar de forma controlada e em profundidade dois ou mais casos. Portanto, estuda-se de forma mais densa alguns casos para fazer inferências cruzadas (Beach; Pedersen, 2013 *apud* Cunha, Araújo, 2018, p. 28).

Existem alguns testes para identificar, dentre as partes que compõem o mecanismo, qual é suficiente e qual foi necessária. A partir da comparação com outros casos, o método da concordância visa eliminar causas necessárias. Para tanto, é verificado se todas as condições potenciais estão em todos os casos. Se estiverem, são suficientes. Se não, são consideradas necessárias. Em oposição, o método da diferenciação elimina as condições suficientes para encontrar as necessárias. Estas devem sempre ocorrer e precedem o resultado.

Sabe-se que a produção de conhecimento perpassa, além de critérios relativos à objetividade, racionalidade, replicabilidade e sistematicidade, pelas dimensões analíticas e explicativas. A primeira refere-se ao detalhamento das partes de um todo de modo que seja possível produzir sínteses. A segunda destaca a produção de explicações para a ocorrência de fenômenos enfatizando suas possíveis causas (Cunha, Araújo, 2018). O *process tracing* enquadra-se na dimensão analítica sob o argumento da provisoriidade das explicações. Ao ter como premissa a generalização para determinados casos, pesquisas explicativas tendem a oferecer razões provisórias para as causas de fenômenos, ao passo que a dimensão analítica, por ser menos abrangente, permite identificar causas singulares de fenômenos complexos a partir de uma ótica direcionada a casos específicos.

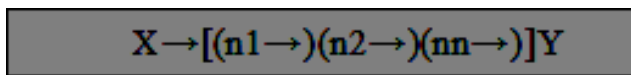
1. Aplicação

O *process tracing* se ocupa da análise de mecanismos causais entre duas ou mais variáveis (Figura 1). Sua aplicação ocorre no sentido de buscar as evidências observáveis para uma explicação hipotética por meio da análise de como o mecanismo causal opera em um caso. Central para o *process tracing* é a *formulação da hipótese de pesquisa em termos do mecanismo causal*, algo que a distingue de outras abordagens narrativas causais. A análise do processo causal considera, então, as diversas partes de um mecanismo que estão em interação:

- entidades (n): atores, organizações, instituições, estruturas que se engajam em atividades;
- atividades (→): processos pelos quais são transmitidas forças

- causais, isto é, as ações que produzem mudanças em mecanismos;
- causa (x): motivação do efeito;
 - efeito (y): resultado da cadeia/mecanismo/processo causal.

Figura 1 – Lógica do mecanismo causal para análises de *process tracing*



Fonte: Cunha, Araújo (2018, p.44).

Dentre suas funções, estão a de analisar de maneira aprofundada um ou poucos casos de fenômenos complexos que são compreendidos através do detalhamento de seus mecanismos. Em outras palavras, o *process tracing* busca conectar uma causa a um efeito a partir da análise aprofundada das entidades e atividades que intermedeiam a relação entre ambos (Cunha, Araújo, 2017; 2018). Nesse processo, mecanismos são compreendidos como entidades organizadas de tal maneira que se tornam responsáveis por determinado fenômeno (Beach, Pedersen, 2019). Nota-se que o foco não está no evento em si, mas no processo que conecta causas e efeitos (Figura 2). Por isso, na Ciência Política o *process tracing* tem sido utilizado como uma forma de gerar inferência causal através de análises qualitativas que conectam atores e agentes a contextos e instituições de maneira detalhada (Rezende, 2015).

Figura 2. Figura 2. SEQ Figura * ARABIC 2 – Exemplo de estrutura de mecanismo causal com destaque ao foco de análise

Foco de análise - mecanismo

CAUSA → parte 1 → parte 2 → parte 3 → EFEITO

Fonte: elaborado pelos autores com base nos trabalhos de Beach (2017) e Cunha e Araújo (2018).

1.1 Tipos e usos do *Process Tracing*

A aplicação de *process tracing* está condicionada ao tipo de análise que se deseja realizar e a literatura contemporânea se divide em torno de como

qualificar as diferentes formas de análise com base nessa abordagem. Beach e Pedersen (2019, p. 9-12) propõem uma tipologia útil: *process tracing* para teste de teoria, que visa a testar se o mecanismo causal proposto na pesquisa de fato existe e opera como sugerido pela teoria; *process tracing* para a construção de teoria, cujo objetivo consiste em utilizar as evidências para construir o mecanismo causal que explica os fenômenos de interesse; *process tracing para revisão de teoria*, que busca entender por que um mecanismo proposto pela teoria falha no mundo real; e *process tracing para explicar um resultado*, que se orienta a analisar diretamente um caso provendo uma explicação mecânica sobre o resultado observado.

Outrossim, há duas formas de rastrear processos, quais sejam: a forma minimalista e a forma sistêmica/sistemática (Beach, Pedersen, 2019). O primeiro tipo de *process tracing* traz uma análise menos profunda do mecanismo causal em estudo. Trata-se de um nível mais abstrato de análise no qual o mecanismo causal é menos detalhado tanto empírica quanto teoricamente (Figura 3). Tipos minimalistas desenvolvem análises mais exploratórias e superficiais, podendo ser utilizados em estágios iniciais da pesquisa – para mapear e construir hipóteses, por exemplo – ou para identificar mecanismos menos complexos que operam em mais casos entre uma causa e um efeito.

Figura 3. Exemplo de aplicação da análise minimalista do *process tracing*

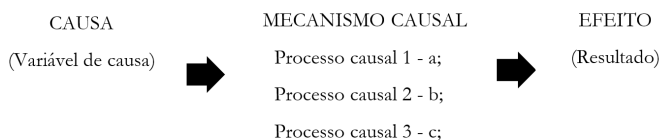


Fonte: elaboração própria com base em Beach (2017).

No *process tracing* sistêmico, por outro lado, todas as partes do mecanismo causal são desagregadas e analisadas na relação entre causa e efeito. Aqui, as análises apontam para uma continuidade produtiva, segundo a qual as partes internas do mecanismo são desdobradas e detalhadas empiricamente na busca dos rastros deixados pelas atividades das entidades (Figura 4). Tipos sistêmicos, por se ocuparem da profundidade da análise, contribuem para o avanço teórico ao se dedicarem ao funcionamento das partes

de um mecanismo causal. Para tanto, observam cada processo do mecanismo em termos de necessidade e suficiência na conexão lógica entre as partes dos fenômenos em análise. Cada processo do mecanismo causal – ilustrado na figura 4 pelos números 1, 2 e 3 – é desdobrado nos elementos que o compõem – ilustrados na figura 4 pelas letras *a*, *b* e *c*.

Figura 4 - Exemplo de aplicação da análise sistêmica do *process tracing*



Fonte: elaboração própria com base em Beach (2017).

Esse método pode ser utilizado em três sentidos: o primeiro tem enfoque nas causas temporais dos eventos, ou seja, na sequência. Nessa abordagem “o tempo é levado bastante a sério e se torna parte da explicação causal” (Cunha, Araújo, 2018, p. 76). Diante do desafio de abrir a “caixa-preta” da inferência causal, a segunda aplicação do método parte de uma lógica mais dedutiva e consiste em identificar e testar hipóteses sobre tais mecanismos. Já a “terceira maneira de aplicar o método emerge da preocupação de alguns autores em tratar os fatores de fundo dos processos causais, como variáveis omitidas, problema de exogeneidade ou condições de alcance do método” (Kreuzer, 2016, *apud* Cunha, Araújo, 2018, p. 76).

A principal limitação³ do *process tracing* é que ele não pode ser aplicado em pesquisas com muitos eventos, ficando restrito a estudos de caso em profundidade ou comparativo com poucos casos. Além disso, uma vez que mecanismos diferentes podem operar simultaneamente, é possível que a força relativa das variáveis explicativas não seja evidente. Portanto, apesar de oferecer observações que podem corroborar ou refutar uma hipótese e permitir que o pesquisador desenvolva algumas generalizações descritivas, o *process tracing* não permite grandes generalizações de relações causais (Cunha, Araújo, 2018, p. 37).

3. Para outras críticas, como, por exemplo, o problema do detetive honesto, a causalidade em colisão e os limites da estatística bayesiana aplicada a *process tracing*, ver Dowding (2023).

Por outro lado, nos estudos que envolvem processos de decisão, preferências, expectativas, intenções, motivações, crenças ou aprendizado nos níveis individual e organizacional, o *process tracing* é capaz de gerar resultados robustos a partir de relatos internos de mudanças na política, e permite ainda comparação entre estudos de caso únicos, minimizando o erro inferencial. Dentre as vantagens do método, Cunha e Araújo destacam que:

[...] o seu uso volta-se para a produção de inferências causais baseadas em informações empíricas, evidências selecionadas que contribuem para identificar e analisar os mecanismos causais presentes no caso estudado, como interação as partes desse mecanismo, bem como a cadeia causal e a conexão entre os mecanismos causais para a produção dos resultados encontrados no caso estudado (Cunha e Araújo, 2018, p. 41).

O método destaca-se justamente por sua capacidade de identificar rastros deixados pelas entidades que acabam por constranger decisões. Nesses estudos, a inferência é dada quando um ou mais mecanismos causais se mostram robustos para explicar o evento em análise. É por este, dentre outros motivos, que atualmente o uso de *process tracing* tem sido observado em áreas como a de avaliação de políticas públicas, em pesquisas que buscam analisar o desencadeamento de eventos para explicar por que determinada política pública produz resultados diferentes a depender da região, por exemplo, ou como o comportamento de agentes políticos se altera em mesmos contextos institucionais (Rezende, 2015).

1.2 Preparação

O *process tracing* é um método que exige profundidade e aprofundamento. Profundidade no sentido do conhecimento de teorias e estudos prévios sobre o fenômeno que se busca analisar. Aprofundamento na medida em que um objeto, isto é, um mecanismo causal em um caso, possa ser detalhado tendo como base hipóteses teóricas consolidadas. Nesse sentido, a preparação para um estudo de *process tracing* envolve duas fases principais: i) a conceituação do mecanismo e da hipótese causal; e ii) o diálogo com as hipóteses rivais.

É por meio da conceituação do mecanismo causal que hipóteses podem ser elaboradas e dar base para estudos de rastreamento de processos. Aqui é fundamental, além da definição conceitual, o diálogo com as hipóteses teóricas e explicações alternativas (Cunha, Araújo, 2018). Deve-se mobilizar a literatura sobre o tema elencando seus aportes teóricos e discutindo, a partir do que já fora pesquisado, quais as lacunas de estudos anteriores que levaram à construção da hipótese e do mecanismo causal a ser rastreado. É importante, também, que nessa fase os conceitos sejam densamente definidos, sendo que seus atributos se demonstrem relevantes para os mecanismos causais.

O diálogo com as hipóteses alternativas/rivais é o que torna possível especificar as partes do mecanismo elaborado, explicitando a robustez do mecanismo causal ao denotar regularidades, padrões e desvios nas relações entre uma causa e um efeito em determinado caso. Importa, aqui, descartar as hipóteses já testadas pela literatura com base em relações de necessidade e suficiência – sem, no entanto, excluí-las, mostrando por que elas não explicam o fenômeno que se pretende rastrear.

O principal objetivo da conceituação do mecanismo é validar a explicação causal e direcionar os passos seguintes da pesquisa a partir da identificação de elementos teóricos e empíricos causalmente relevantes. Em outras palavras, uma vez que o *process tracing* é utilizado para a análise de poucos casos, torna-se inviável o uso de procedimentos estatísticos de validação da pesquisa.⁴ Desta forma, conceituar e dialogar com as hipóteses alternativas tem sido a prática usual para assegurar a validade interna do estudo e da proposição causal, de forma que a confiança na hipótese sobre o mecanismo observado também é elevada. Não por acaso, Bennett e Checkel (2015, p. 21, tradução livre e adaptada) sugerem 10 boas práticas de *process tracing* para garantir a qualidade e a validade do estudo: 1. Propor uma ampla rede de explicações alternativas; 2. Ser igualmente rígido com as explicações alternativas; 3. Considerar potenciais vieses das fontes de evidências; 4. Considerar se o caso é mais ou menos provável de ter explicações alternativas; 5. Tomar uma decisão justificável sobre quando começar a análise;

4. Embora seja possível utilizar estatística bayesiana para melhorar a qualidade da inferência causal (Bennett, 2008), uma parte da literatura desconfia que essa prática não atinge seu objetivo dada a limitação do baixo número de casos analisados (Dowding, 2023).

6. Buscar incansavelmente evidências diversas e relevantes, mas tomando o cuidado de justificar quando parar essa busca; 7. Combinar *process tracing* com comparações de casos quando isso for útil e viável para o objetivo de pesquisa; 8. Estar aberto a *insights* indutivos; 9. Usar da dedução para se interrogar: “se minha explicação é verdadeira, qual será o processo específico que leva ao resultado?”; e 10. Reconhecer que um *process tracing* conclusivo é bom, mas que nem todo *process tracing* bom é conclusivo

1.3 A escolha dos casos

Os casos são fundamentais no rastreamento de processo e, por isso, devem ser escolhidos a partir de critérios que estejam em conformidade com a pergunta de pesquisa e a teorização do mecanismo. Diferentemente de outros métodos, no *process tracing* a escolha dos casos não parte de pressupostos teóricos, mas são pertinentes aos potenciais eventos observáveis que aborda.

Nesse sentido, as recomendações para a escolha dos casos seguem na direção de casos típicos (positivos) ou desviantes (negativos). Casos típicos são aqueles em que o mecanismo opera a partir da mesma causa e gera o mesmo resultado em condições contextuais conhecidas (Beach, 2017). Ou seja, em uma relação em que x causa y , o mecanismo b se mantém operante. Casos desviantes, por sua vez, consistem naqueles em que o mesmo mecanismo não opera conforme o esperado pela relação de causa e efeito. Assim, o mecanismo b opera para o resultado y , mas x não é sua causa (Beach, 2017). Nesses casos, o *process tracing* contribui de forma significativa ao proporcionar o refinamento e avanços de teorias.

Recomenda-se dar maior atenção para os casos desviantes, tendo em vista que o mecanismo causal, ainda que opere sobre o mesmo resultado, apresenta variação em sua causa. Vale ressaltar que a escolha dos casos deve ser criteriosa, pois no *process tracing* é a escolha dos casos que atua no controle de variáveis.

1.4 Análises

As análises de *process tracing* são realizadas a partir dos mecanismos causais tendo em vista identificar como determinadas evidências se conectam

ligando causas a efeitos. Essas análises são realizadas em termos da presença ou ausência de evidências, assim como de necessidade ou suficiência de condições (Beach, 2017; Cunha, Araújo, 2017, 2018). Nesse sentido, podem ser realizados quatro tipos de testes: *straw in the wind*, *smoking gun*, *hoop* e *doubly decisive*. Originalmente sugeridos por Van Evera (1997) e explorados por Collier (2011) por meio de uma análise do crime investigado por Sherlock Holmes em *Silver Blaze*, esses testes servem ao propósito de avaliar a força explicativa de uma determina proposição causal.

No teste *straw in the wind*, a ausência de uma evidência/parte do mecanismo diminui a confiança no mecanismo, mas a presença não é suficiente para confirmar um argumento. Consiste em uma análise em que as evidências não têm potencial de confirmar ou rejeitar uma hipótese, assim como de enfraquecer uma hipótese rival. Esse tipo de teste é recomendado para análises prévias dos mecanismos e devem ser complementados por outros testes mais robustos.

Testes de *smoking gun* consistem em análises em que a presença da evidência aumenta a confiança do mecanismo, mas a ausência não desconfirma. Se um critério de suficiência estiver presente no mecanismo a hipótese se confirma, mas sua ausência não a elimina diante das hipóteses rivais.

Em testes *hoop*, a presença da evidência não confirma a hipótese, mas a ausência desconfirma. Essa análise estabelece critérios de necessidade para a confirmação de uma hipótese causal. Caso a hipótese não cumpra o critério de necessidade é eliminada, mas as hipóteses que contam com esse critério não podem ser confirmadas. A lógica da análise é de que uma condição necessária não é suficiente para que um mecanismo opere.

Testes *doubly decisive* produzem uma análise em que a presença da evidência confirma a hipótese e a ausência desconfirma. Isto é, os critérios, ao mesmo tempo, confirmam a hipótese e eliminam as hipóteses alternativas, pois contêm a presença de uma condição necessária e suficiente para a ocorrência de um fenômeno.

Em qualquer uma das análises importa menos a quantidade de evidências e mais a qualidade que elas apresentam nos processos dos mecanismos causais. Portanto, não é o número de evidências que define a

causalidade, mas as formas como elas se conectam em mecanismos que ligam uma causa a um efeito.

2. Aplicações de *process tracing* na Ciência Política

Atualmente, destaca-se o uso de *process tracing* na área de Políticas Públicas, em pesquisas que buscam analisar o desencadeamento de eventos para explicar por que uma política pública produz resultados diferentes a depender da região, ou para analisar o processo de formulação de determinada política pública.

Seguindo a tradição do *process-tracing* como um método propício para estudos de caso, Pinto e Côrtes (2022), analisam o processo de formulação do Programa Mais Médicos (PMM), bem como os atores, ideias e instituições que influenciaram seu formato específico. Derivadas da teoria sobre processo político (Birkland, 2016 *apud* Pinto e Côrtes, 2022, p.5) e da Teoria da Mudança Institucional Gradual (TMIG) (Mahoney; Thelen, 2010 *apud* Pinto e Côrtes, 2022, p. 5), as hipóteses a serem comprovadas indicavam que: 1) atores, motivados por seus interesses e ideias, disputaram a política vigente, ao se posicionar e problematizar questões; 2) a mudança no arcabouço institucional dos subsistemas de saúde e de educação superior, bem como os legados históricos, influenciaram a formulação do PMM; 3) o contexto político e padrões institucionalizados de relação entre governo e sociedade tiveram impacto sobre as estratégias de ação.

O *process tracing* foi utilizado para explorar bibliografias, documentos, texto de legislações, matérias de entrevistas na mídia e entrevistas realizadas com atores-chave. Nessas fontes de dados, buscou-se evidências para construir uma narrativa capaz de explicar o mecanismo de formulação do PMM. As evidências analisadas incluíam: as posições, objetivos, ideias, propostas e atuações dos atores envolvidos; as mudanças e criação de programas e regras, ideias associadas e mobilização de recursos; as mudanças na correlação de forças, relações entre decisores e atores sociais e estratégias de ação; e as mudanças na legislação, normas e programas.

A análise revelou significativas alterações feitas no desenho do programa, desde a preposição pelo Poder Executivo, até a efetiva aprovação.

Evidências indicam que o PMM foi elaborado com base em legados históricos de formulações e programas que objetivam solucionar o problema da insuficiência na oferta e formação médica. Também ficou comprovada a ocorrência de contexto favorável na opinião pública. Esse contexto fez parte das estratégias adotadas pelos formuladores, que conseguiram superar resistências das entidades médicas e chegar a um formato próximo do defendido pelos grupos interesses, em especial, o Movimento Sanitário.

Na Ciência Política, de maneira mais ampla, seu uso tem sido embrionário, porém promissor. Por exemplo, Lima e Menezes (2021) analisaram a inserção de políticas de *integridade* nos órgãos e entidades da administração pública federal. Por meio do *process tracing*, produziram um mapa causal e uma lista de eventos que permitiram identificar as principais motivações para a inserção da política de *compliance* no setor público.

Partindo da hipótese de que a “política de integridade foi inserida no ordenamento institucional brasileiro como uma resposta do governo federal às Convenções Anticorrupção de organizações internacionais (OEA, ONU e OCDE) e às jornadas de junho de 2013” (Lima e Menezes, 2021, p. 2). Lima e Menezes realizaram uma análise documental na busca por evidências capazes de estabelecer elos em uma cadeia causal que explicasse a natureza da relação entre as Convenções de Combate à Corrupção, as Jornadas de 2013 e a implementação da política de integridade no governo federal.

Dentre as evidências encontradas, é possível citar, como exemplo, a inexistência de instrumento legal para a penalização de pessoas jurídicas beneficiadas por corrupção, até fevereiro de 2010. Quando o Projeto de Lei nº 6826/2010, foi apresentado pelo Poder Executivo, com elaboração da CGU, junto com o Ministério da Justiça e a Advocacia Geral da União (AGU). Essa iniciativa ocorreu após a participação brasileira em eventos internacionais, como Convenções Internacionais Anticorrupção (OEA, ONU, OCDE), na qual o Brasil se comprometeu em punir, efetivamente, pessoas jurídicas que aliciam funcionários públicos em atos corruptos.

O PL nº 6826/2010 ficou em tramitação na Câmara dos Deputados até o ano de 2013. Sendo enviado para o Senado no mês em que aconteceram as manifestações conhecidas como Jornadas de Junho. Apesar das

demandas pulverizadas daquelas reivindicações (Tatagiba, 2014 *apud* Lima e Menezes, 2021, p. 8), o combate à corrupção estava no centro do debate. Esse elemento é apontado, pelas autoras, como um ponto de inflexão na inserção de políticas de compliance no setor público.

Partindo da abordagem teórica do institucionalismo histórico da Ciência Política, Gomide (2011) utilizou *process tracing* associado ao método de comparação controlada entre dois casos contrastantes: transportes e telecomunicações. O seu objetivo era explicar o processo político que resultou na reconfiguração institucional do setor federal de transporte, materializada pela Lei 10.233, de 2001. As telecomunicações também passaram por processos de reformas sob o mesmo contexto histórico, político e macroinstitucional, porém com resultados diferentes em termos de configuração institucional final (Gomide, 2011, p.42). Nesse caso, a comparação controlada permitiu melhorar a inferência analítica.

As hipóteses que, possivelmente, explicam o fenômeno foram retiradas da literatura histórico-institucionalista, que utiliza ideias, interesses e instituições como variáveis explicativas. Também se apoia no modelo de Mahoney e Thelen (2010 *apud* Gomide, 2011, p.46) que reconhece a importância do contexto político, das características das instituições preexistentes, e das motivações dos atores envolvidos.

Gomide (2011) levanta a hipótese de que a cronologia dos eventos e o mecanismo de *policy feedback* explicam a configuração institucional do setor federal de transportes. Nesse caso, a desestatização do setor ocorreu num contexto de ausência de marco-regulatório e estruturas organizacionais ajustadas ao novo cenário. Como resultado, os atores e interesses já cristalizados anteriormente convergiram-se. Esse movimento, de um lado, provocou um efeito de “reforço”, pressionando pela manutenção dos arranjos existentes. Por outro, uma “contrarreação” que induziu os atores a criarem uma alternativa viável para as atuais regras do jogo. Já no setor de telecomunicações, o mecanismo de *path dependence* não atuou. Dessa vez, interesses privados não estavam materializados no *status quo* institucional. A estrutura do mercado de telecomunicações foi alterada pela forte onda de inovação que o setor experimentou, despertando o interesse de agentes

privados em atividades que estavam sob o monopólio estatal.

Para testar a hipótese, a estratégia metodológica adotada foi a utilização de estudos anteriormente realizados sobre o setor de telecomunicações como caso-controle, com o objetivo de reduzir a margem de erro inferencial. No caso principal (transportes), utilizaram-se dados primários obtidos de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com especialistas na área e atores-chaves. Os eventos considerados como evidências foram arranjados em ordem cronológica inversa, do mais recente ao mais antigo, a fim de criar uma regressão causal.

Os resultados corroboram a hipótese inicial do trabalho. A sequência no tempo de eventos, tais como mudanças na legislação, reformas institucionais realizadas nos anos de 1990 no sentido de privatização de algumas atividades anteriormente realizadas pela administração pública, e a proposta do Poder Executivo de criação de agências reguladoras, impactaram a configuração institucional do setor federal de transportes, materializada na Lei 10.233, de 05 de junho de 2001.

Dos exemplos citados até aqui é possível verificar que, para além da análise documental e de textos de legislações, o uso de entrevistas tem sido um recurso utilizado para capturar singularidades presentes nos processos a serem rastreados. O método tem-se mostrado uma alternativa viável quando o objetivo é identificar mudanças institucionais e a influência de atores e ideais nos processos de deliberação política.

2.1 Como aplicar *process tracing online*?

Por mais que a aplicação do *process tracing* não se limite à análise documental, boa parte dos dados que baseiam esse tipo de pesquisa está disponível *on-line*. Os estudos citados anteriormente oferecem alguns exemplos: Lima e Menezes (2021) coletaram dados em documentos públicos e oficiais disponibilizados pelas instituições de combate à corrupção para elaboração do mapa causal. Uma das fontes de Gomide (2011) para sua tese de doutorado foi o site da Câmara dos Deputados.

Tanto a Câmara dos Deputados, quanto o Senado Federal, alojam

em seu sítio eletrônico uma seção referente à Atividade Legislativa.⁵ Lá é possível acessar informações sobre a tramitação de determinado projeto de lei; transcrição de discursos e debates em plenário; relatórios de atividades; e outras informações relevantes.

Rosin (2018), por exemplo, analisa as interações entre atores e instituições que marcam a trajetória das agendas de políticas ciclovárias em três cidades: Bogotá, Buenos Aires e São Paulo. Para tanto, utilizou a produção de documentos oficiais sobre bicicletas, como leis, atos normativos, planos e relatórios disponíveis no site da prefeitura de São Paulo. A partir de um arcabouço teórico que valoriza a análise dos arranjos interacionais nos processos de políticas públicas, a pesquisa concluiu que as três cidades apresentaram arranjos distintos, com a participação popular ocorrendo de maneira localizada e concentrada em figuras representativas.

Além disso, muitos trabalhos que usam *process tracing* estudam um determinado programa – como o Programa Mais Médicos – ou lei específica (a exemplo da Lei 10.233/2001). Esse tipo de documento também está disponível *on-line*, em plataformas como o “gov.br” e o site do planalto (planalto.gov.br).

Considerações Finais

As potencialidades de *process tracing* para a análise de inferência causal a partir de uma abordagem metodológica qualitativa vêm sendo enfatizadas pela literatura contemporânea. O recurso a uma narrativa causal estruturada que evidencia os mecanismos operantes para a geração de resultados políticos é seu elemento distintivo em relação a outros métodos, sobretudo os de cunho mais narrativo. Ao estabelecer parâmetros para a proposição de relações causais fundadas em mecanismos, e ao traçar os caminhos para analisá-las por meio do cruzamento de distintas evidências, o *process tracing* oferece uma forma inovadora e, ao mesmo tempo, rigorosa de conduzir pesquisa qualitativa causal.

Porém, é fundamental ressaltar que *process tracing* não é um método passível de ser aplicado em qualquer desenho de pesquisa. A postulação de

5. Atividade Legislativa, Senado Federal: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade>. Acessado em 08/10/2023. Atividade Legislativa, Câmara dos Deputados: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa>. Acessado em 08/10/2023.

hipóteses em termos de mecanismos causais é o que justifica a utilização do *process tracing* e o que o distingue de outras narrativas explicativas. Mais do que apontar sequências de eventos, o uso de *process tracing* testa propostas de condições necessárias e suficientes para a ocorrência de tais sequências. É precisamente nesse aspecto que reside a riqueza de sua análise, uma vez que a um só tempo se fornece um relato causal passível de ser confrontado com explicações alternativas.

Referências

BEACH, Derek. Process-tracing methods in social science. **Oxford research encyclopedia of politics**. Published Online, Jan, 2017. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.176>

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2ª edição, 2019.

BENNETT, Andrew. Process Tracing: A Bayesian Approach. In BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (orgs.), **Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 702-721. Process Tracing and Causal Inference. In BRADY, Henry; COLLIER, David (orgs.), **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2ª edição, 2010, p. 207-219. Process tracing with Bayes: Moving beyond the criteria of necessity and sufficiency. **Qualitative & Multi-Method Research**, vol. 12, no. 1, 2014, p. 46-51.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. 2015. “Process tracing: from philosophical roots to best practices”. In BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (orgs.), **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 3-37.

CLARKE, Christopher. Process Tracing: Defining the Undefinable?

In KINCAID, Harold; VAN BOUWEL, Jeroen (orgs.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, p. 305-327.

COLLIER, David. Understanding Process Tracing. **PS: Political Science & Politics**, vol. 44, n. 4, 2011, p. 823-830.

CUNHA, Eleonora S. M.; ARAÚJO, Carmem E. L. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018. 103 p. ISBN: 978-85-256-0090-5. Potencial uso de Process Tracing na análise dos fenômenos políticos. In **9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)**, 2017.

DOWDING, Keith. **The Philosophy and Methods of Political Science**. Londres: Palgrave, 2016. Process Tracing: Causation and Levels of Analysis. In KINCAID, Harold; VAN BOUWEL, Jeroen (orgs.), **The Oxford Handbook of Philosophy of Political Science**, 328-342. Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 328-342.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. A política das reformas institucionais no Brasil: a reestruturação do setor de transportes. 2011. Tese de Doutorado.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

GÜNTHER, Hartmunt. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. vol. 22, n. 2. 2006, p. 201- 210.

HEDSTRÖM, Peter; YLIKOSKI, Petri. Causal Mechanisms in the Social Sciences. **Annual Review of Sociology**, vol. 36, 2010, p. 49-67.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

LENINE, Enzo; MÖRSCHBÄCHER. Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol. 31, 2020, p. 123-160.

LIMA, Izabelle Carvalho; MENEZES, Monique. Compliance público análise da inserção da política de integridade como um mecanismo anticorrupção no Brasil. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2021, Brasília.

LEITE, F.; FERES JR, J. A Ciência na Ciência Política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 34, e222017, 2021, p. 1-53.DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.222017

MAHONEY, James. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. **World Politics**, vol. 62, n. 1, 2010, p. 120-147.

_____. The Logic of Process Tracing Tests in the Social Science. **Sociological Methods and Research**, vol. 41, n. 4, 2012, p. 1-28.

NORMAN, Ludvig. Rethinking causal explanation in interpretive international studies. **European Journal of International Relations**, vol. 27, n. 3, 2021, p. 936-959.

PERISSINOTTO, Renato. Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2013, vol.28, n.83, p. 151-165. ISSN 0102-6909.

PINTO, H., & CÔRTEZ, S. V. (2022). Análise do processo de formulação do Programa Mais Médicos. **Saúde e Sociedade**, v.31, n.4, e210881pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210881p>

REZENDE, Flávio. Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 13-46, 2015.

ROSIN, L. B. A formação das agendas de políticas ciclovárias em Bogotá, Buenos Aires e São Paulo: Uma análise exploratória sobre arranjos interacionais e atores estratégicos. **Agenda Política**, v.6, n.2, p. 240–273, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/211>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, T. D.; CALMON, P. D. P. Buscando o caminho das pedras: notas sobre process tracing e seu uso na abordagem ideacional. In **XXI SemeAd – Seminários em Administração**, novembro de 2018, São Paulo. ISSN 2177-3866.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

WALDNER, David. 2012. Process Tracing and Causal Mechanisms. In KINCAID, Harold (org.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science**. Oxford: Oxford University Press, p. 64-85.

WOODWARD, Jim. 2002. What Is a Mechanism? A Counterfactual Account. **Philosophy of Science**, vol. 69, 2002, p. S366-S377.

14

Uma introdução à Análise Qualitativa Comparada (QCA) em Ciência Política

Acácio Vasconcelos Telechi

Maiane Bittencourt

Thiago Silame

Introdução

A Análise Qualitativa Comparada (QCA)¹ foi introduzida por Charles Ragin, em seu livro *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*, cuja primeira edição é de 1987. O método tem como objetivo propor uma abordagem apropriada para a análise de um número de casos intermediário para fins de inferência descritiva e causal. Trata-se de uma estratégia de análise qualitativa, com base em conhecimento profundo dos casos, combinada à comparação, buscando a identificação de configurações causais ou a combinação de condições relacionada a determinado resultado.

O QCA é baseado na Teoria dos Conjuntos e na álgebra booleana e por isso o tipo de inferência causal tem como base conexões explícitas ou determinísticas e não probabilísticas como é observado comumente em análises estatísticas. Metodologias bastante frequentes em campos como a Matemática e a Filosofia, a Teoria dos Conjuntos e a álgebra booleana são menos explicitamente aplicadas nas Ciências Sociais, campo no qual a Teoria da Probabilidade e a álgebra matricial são mais disseminadas em estudos quantitativos com uso de técnicas estatísticas.

Um conjunto representa uma coleção de elementos que possuem uma característica comum. A Teoria dos Conjuntos e a álgebra booleana buscam identificar padrões nas relações entre os conjuntos. Quando falamos que países democráticos não fazem guerra entre si, estamos dizendo que o conjunto de Estados democráticos é um subconjunto dos países que não estão em guerra entre si. A lógica de conjuntos, portanto, é implicitamente utilizada nas Ciências Sociais (Schneider; Wagemann, 2012). Os trabalhos que utilizam essa lógica são denominados por Schneider e Wagemann (2012) de *set-theoretic methods*.

Métodos orientados pela Teoria dos Conjuntos possuem três características em comum: (i) eles trabalham com o pertencimento dos casos em determinado conjunto; (ii) consideram as relações entre os fenômenos sociais como relações de conjuntos; e, (iii) interpretam essas relações de conjuntos em termos de necessidade e suficiência. Considere Y um resultado de interesse e X uma condição que buscamos identificar seu efeito. Para uma

1. A sigla se refere ao nome da técnica em inglês *Qualitative Comparative Analysis (QCA)*.

condição ser considerada necessária, todas as instâncias de Y devem mostrar a presença de X. Nesse caso, Y é um subconjunto de X ou Y está contido em X. Já para uma condição suficiente, todas as instâncias de X devem apresentar a presença de Y. Nesse caso, Y contém X.

Utilizando o exemplo dos autores citados acima, França e Alemanha fazem parte do conjunto de países europeus, diferentemente dos Estados Unidos (característica i); todos os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) são democráticos, o que não implica que todo país democrático seja membro da OTAN (característica ii); e ser democrático é condição necessária para ser membro da OTAN (característica iii).

No entanto, fenômenos sociais são complexos e a causalidade, portanto, também o é. Assim, o QCA possui algumas premissas sobre a causalidade dos fenômenos, as quais precisam ser levadas a sério pelos(as) cientistas sociais: (i) equifinalidade; (ii) causalção conjuntural; e (iii) assimetria (Schneider, Wagemann, 2012; Ragin, 2008). A primeira considera que podem existir diferentes combinações causais capazes de produzir o mesmo resultado. Primeiro, é possível observar diferentes explicações para o mesmo fenômeno sem isso necessariamente enfraquecer a inferência (equifinalidade). Segundo, é bastante improvável que apenas uma condição seja responsável por produzir um determinado fenômeno social. Por essa razão o QCA foca na combinação de diferentes condições produzindo o resultado. Além disso, algumas condições causam efeitos somente quando combinadas com outras. Esse fenômeno é compreendido na causalção conjuntural.

A assimetria surge quando a necessidade de delineação e operacionalização de distintos conceitos se torna essencial para abranger dois estados diferentes. Por exemplo, ao adotar uma abordagem fundamentada em conjuntos, o contraste entre democracia e autocracia pode não ser de natureza oposta. Similarmente, a relação entre riqueza e pobreza pode não ser puramente antagonica. Esta perspectiva se afasta consideravelmente das abordagens não ancoradas em conjuntos, nas quais é comum possuir um indicador para cada variável. No contexto da prosperidade e carência de um país, a renda per capita pode servir como tal indicador. A assimetria inerente aos métodos baseados em conjuntos compreende, portanto, que não pertencer

ao conjunto de nações autocráticas não implica necessariamente fazer parte do conjunto das nações democráticas. Portanto, se uma dada condição X resulta em Y, não significa que Y não ocorrerá na ausência de X. O resultado de interesse pode ocorrer por uma outra combinação de fatores causais que não contém X (Schneider; Wagemann, 2012). Essa dinâmica complexa exige uma análise mais sofisticada das nuances entre os estados e ressalta a importância de capturar as múltiplas facetas das relações conceituais.

Falando especificamente do QCA, ele difere de demais abordagens baseadas em conjuntos (como os métodos de Mill, comparação histórica, tipologias etc.) por três razões principais. Primeiro, refere-se à busca por causalidade. Uma das preocupações centrais do QCA é a busca de combinações causais, ou seja, busca-se explicações causais. A segunda diferença está relacionada com a sua ferramenta analítica principal: as tabelas-verdade. Esse instrumento apresenta todas as combinações causais com o respectivo resultado. Falaremos mais adiante, na seção 2, das tabelas-verdade e sua utilização. Por fim, o QCA distingue-se das demais abordagens por recorrer, frequentemente, às reduções lógicas, um método para reduzir o número de combinações causais para encontrar aquelas mais parcimoniosas, procurando diferenças e semelhanças entre os casos com mesmo resultado. A seção 2 também apresentará a minimização lógica mais detalhadamente.

1. Aplicação

Pela base matemática ser diferente da de outros métodos, o QCA possui uma terminologia própria. Criada a partir da teoria dos conjuntos, da lógica formal e difusa e da álgebra booleana, o método define pontuações de associações em vez de valores em variáveis como nos métodos estatísticos, que estabelece correlações em vez de relações definitivas (Schneider; Wagemann, 2010). Assim, os termos condições, resultado e fórmula de solução são usados no lugar de variável independente, variável dependente e equação, respectivamente. Em termos matemáticos a análise de QCA apresenta a seguinte fórmula:

$$y = f(x_1 + x_2 + x_3 + x_4 + \dots x_n)$$

Onde y representa o resultado de interesse e x_n são as n condições causais consideradas na investigação do fenômeno. O somatório considera justamente a dimensão de que há uma combinação entre as diversas condições causais, possibilitando a ocorrência de diversas configurações que podem apresentar o resultado de interesse.

O uso de uma terminologia própria auxilia o(a) pesquisador(a) a estabelecer uma separação mental das diferentes lógicas metodológicas. Como argumentam Schneider e Wagemann, essa “linguagem própria” possibilita “*diminuir o risco de confundir a lógica subjacente do QCA com a de outras técnicas de análise de dados como a regressão*” (2010, p.8, tradução livre).

Neste sentido, o QCA possui diferentes versões. As mais comuns são o *crisp-set* QCA (csQCA) e o *fuzzy-set* QCA (fsQCA). No primeiro caso, é possível trabalhar com conjuntos convencionais, nos quais os casos podem ser membros de determinado conjunto, ou não. São conjuntos de avaliação dicotômica: ou 1, ou 0. A outra versão do QCA, por outro lado, permite avaliações em termos de grau de pertencimento de determinado caso em um conjunto. Em termos de operacionalização, um caso pode estar em qualquer valor entre 0 e 1, onde 1 é pertencimento total ao grupo. Um país, por exemplo, pode pertencer parcialmente no conjunto de países democráticos, com um grau de pertencimento de, por exemplo, 0,8. Um valor como esse indica que há mais características de países democráticos do que o contrário, mas ainda não todas as características de um país que pertença completamente no conjunto dos democráticos.

Para processar dados no QCA *crisp* e *fuzzy-set* é preciso ter uma pontuação consistente que leve em conta a Teoria dos Conjuntos. Ragin (2008) alerta que é preciso elaborar essas pontuações por meio da calibragem de conjuntos. Em csQCA as pontuações de associação variam de 0 e 1, e em fsQCA de 0, 0.5 e 1. Os argumentos teóricos em torno do problema de pesquisa são necessários para determinar quais evidências empíricas se qualificam para pontuações das associações (Schneider; Wagemann, 2010).

Há, ainda, o *multi-value* QCA (mvQCA) (Cronqvist; Berg-Schlosser, 2008) que permite a codificação de valores multinominais. Em um csQCA, por exemplo, o sistema partidário de um país pode ser classificado em

bipartidário ou não. Já em um *m*QCA, a classificação poderia ser mais granular: bipartidário, multipartidário, ou com partido dominante. A base da teoria dos conjuntos no *m*QCA, contudo, fica menos evidente, uma vez que, por exemplo, a classificação não requer que seja com base em grau de pertencimento em determinado conjunto.

Quando, então, usar ou não o QCA em qualquer uma de suas vertentes? Os trabalhos que utilizam o QCA, por definição, devem possuir desenhos comparativos. Assim, se não se tratar de um estudo comparativo, o método não poderá ser aplicado. Além disso, essa técnica não demanda uma grande quantidade de observações, ao contrário de métodos estatísticos. A recomendação é de um *N* intermediário, entre cinco e cinquenta casos. Dessa forma, um estudo com poucos casos, digamos cinco ou seis, pode perfeitamente utilizar o QCA, já que demanda menos quantidade e mais qualidade no sentido de informações aprofundadas sobre os casos. Por isso, é importante cuidar na seleção dos casos a serem utilizados, incluindo casos típicos, ou seja, casos que permitam o teste das relações e dos resultados indicados pela teoria. É nesse sentido que Rihoux (2006) defende que a aplicação de QCA seja mais vantajosa em estudos pequenos e intermediários.

1.1 Amostragem/construção de *corpus*

Uma vantagem do QCA é a possibilidade de inclusão de várias condições causais para um número de casos relativamente pequeno. Isso porque em análises estatísticas é muito comum a exclusão de variáveis relevantes por problemas de sobredeterminação nos modelos. Contudo, a construção do corpus para aplicação QCA é baseada na lógica booleana. Assim, a combinação de um alto número de condições é disfuncional por permitir muitos restos lógicos e tornar cada vez mais complexo as interpretações teóricas significativas do estudo (Schneider; Wagemann, 2010). Em análises de dados micros pode haver uma proporção entre o número de casos e condições que se diferenciam das análises macros por operarem de maneira mais heterogênea e numerosas (Schneider; Wagemann, 2010).

Tanto a seleção de casos, quanto a seleção e definição de condições em QCA podem estar sujeitos a mudanças com base em descobertas

ao longo da pesquisa (Schneider; Wagemann, 2010). Esse processo ocorre muitas vezes por conhecimento específico dos casos ou descobertas teóricas. Isso, no entanto, não significa que os dados depois de coletados sejam passíveis de alterações. O que queremos dizer aqui, é o argumento de Schneider e Wagemann de que “*uma adaptação contínua do conjunto de dados [do QCA] é regra, não exceção*” (2010, p. 7, tradução livre).

Quando há menor necessidade de preservar informação e amostras pequenas, o *cs*QCA é o mais indicado (Sandes-Freitas; Bizarro-Neto, 2016). Além disso, a aplicação demanda um profundo conhecimento dos casos, o que dificulta estudos com grande *N* (ainda que possam existir, com apoio de métodos de calibração indiretos, por exemplo). Isso pode ser uma vantagem, já que às vezes simplesmente não há número de observações suficientes para um estudo estatístico robusto para fenômenos sociais. A desvantagem é que se perde na generalização. Dito de outra forma, é possível fazer generalizações, porém ela é mais modesta e conjuntural quando comparada a estudos estatísticos. Em vista disto, indicamos algumas estratégias para delimitação do corpus: construções de ordem e prioridade (Ragin, 2000); dos *master or macro-variables*² (Berg-Schlosser; De Meur 1997); e, da abordagem *two-step*³ QCA (Schneider, Wagemann 2006; Schneider, 2008).

Em estudos quantitativos, a amostragem deve seguir princípios aleatórios, seja por uma amostra aleatória simples (onde cada caso tem a mesma chance de fazer parte da amostra), seja por amostras complexas (na qual a amostragem é feita com base em uma estratificação pré-definida da população). No QCA, como mencionamos anteriormente, a escolha dos casos é normalmente intencional. Isto é, é mais importante uma boa escolha dos casos do que uma amostragem aleatória. Existe uma influência importante do(a) pesquisador(a) em avaliar a qualidade dos casos que farão parte da análise e a escolha deve ser feita com base na teoria e no conhecimento do(a) pesquisador(a).

2. Em análises de dados ou pesquisa, “variáveis mestras” ou “variáveis macro” são termos que se referem às principais variáveis em um sistema complexo. Elas englobam informações importantes que afetam várias partes. São utilizadas para categorizar, resumir ou explicar as relações entre variáveis mais específicas. Ao utilizar essas variáveis mestras, é possível simplificar a análise ao capturar tendências gerais e influências principais, evitando a necessidade de examinar detalhes específicos.

3. A abordagem *Two-Step* QCA é um método de análise utilizado nas ciências sociais para investigar relações complexas entre variáveis qualitativas. Ela busca identificar padrões e relações causais em situações com relações não lineares ou combinações variáveis similares. A abordagem envolve duas etapas: na primeira, identificam-se padrões de combinações variáveis por meio de uma tabela de verdade; na segunda, os resultados da primeira etapa são analisados estatisticamente para identificar conjuntos de variáveis relacionados aos resultados.

1.2 Construção do referencial de codificação

A construção de hipóteses em pesquisa de QCA é um debate sensível, pois Ragin (1987) elabora o método mais voltado ao elemento exploratório do dado – é o que o autor cunhou de “diálogo entre ideias e evidências”, a comunicação entre a teoria e a empiria. Baseado nisso, raramente o QCA é utilizado para testar hipóteses prontas da literatura (Schneider; Wagemann, 2010). De fato, as hipóteses no QCA, quando explicitamente apresentadas, tendem a ter formato diferente, apostando em conjunturas ou combinações de causas e dificilmente em causas únicas. Isso é reflexo da causalidade conjuntural discutida na primeira seção.

Dado a isso, avaliar o grau de pertencimento a um conjunto de um caso é fundamental para qualquer método baseado em conjuntos. O processo de utilizar informação empírica dos casos para avaliar esse pertencimento é chamado de calibração. Segundo Schneider e Wagemann (2012), calibração demanda: (i) de uma definição cuidadosa da população relevante dos casos; (ii) uma definição precisa do significado dos conceitos utilizados na análise; (iii) uma decisão sobre onde está o ponto de máxima indiferença em relação ao pertencimento ou não; (iv) uma decisão sobre a definição de pertencimento completo - que receberia grau 1 - e não-pertencimento completo - ou 0; e, (v) uma decisão sobre os graus de pertencimento entre as âncoras qualitativas.⁴

A calibração de *fuzzy-sets* deve ser tratada com um pouco mais de atenção. Ragin (2008) e Schneider e Wagemann (2012) enfatizam que a calibração deve usar critérios que são *externos* aos dados. Isto é, ao calibrar a condição de pertencimento ao grupo de países ricos, os dados de PIB *per capita* poderia ser utilizado; seria tentador, então, normalizar os dados como por exemplo o *minimax*, ou definir o ponto de máxima indiferença na mediana dos dados e, assim, quem estivesse acima estaria no conjunto de países ricos, abaixo, não. No entanto, essa estratégia, em QCA, é falha, porque caminhos desse tipo levariam com que os graus de pertencimento se alterassem com a adição de novos casos. A presença ou não de determinados casos alterariam os graus de todos os outros. Além disso, é importante

4. Âncoras qualitativas podem ser entendidas como os pontos de decisão onde há o pertencimento ou não, em β QCA, por exemplo, pode ser 0 para não pertencimento completo; 0,5, o ponto de indiferença; e 1 o de pertencimento completo.

lembrar que o QCA é uma técnica qualitativa, então a simples utilização de dados quantitativos de forma binária ignora informações mais pormenorizadas que podem ser fundamentais para a correta classificação dos casos. Por conta disso, o critério deve ser externo (orientado pela teoria, pela definição precisa do conceito realizada previamente). Não se deve, contudo, desconsiderar a distribuição dos dados obtidos. Essa distribuição é um critério auxiliar, mas não deve ser o único para estabelecer as âncoras qualitativas.

Deste modo, Ragin (2008) propõe dois tipos de métodos para calibração de fsQCA. Ambos os métodos são mais formais e utilizam modelos estatísticos. Primeiro, o método direto utiliza uma curva logística para ajustar os dados entre as três âncoras qualitativas - pertencimento completo, ponto de indiferença e não-pertencimento completo. A localização das âncoras, entretanto, é definida previamente utilizando critérios externos aos dados.

Segundo, o método indireto requer um agrupamento inicial dos casos por graus de pertencimento. O(a) pesquisador(a) classifica grosseiramente quais casos poderiam estar com grau, digamos, de 0,8 em determinado conjunto, quais com 0,6, e assim por diante. Utilizando um modelo logístico fracionado, o valor dos scores dos demais casos podem ser inferidos.

A utilização de técnicas de clusterização também podem ser muito úteis para encontrar como os casos podem ser agrupados. Essas técnicas permitem explorar e encontrar similaridades dentro de uma determinada base de dados. Assim, argumenta Haynes (2014), a clusterização permite um agrupamento exploratório dos casos e o QCA pode dar a orientação teórica sobre o relacionamento entre os conjuntos encontrados. A partir disso, é possível pensar em técnicas de *machine learning*, como *k-means*, que auxiliam no agrupamento de casos como métodos auxiliares para o QCA. Essa abordagem, contudo, não está disseminada na literatura. A próxima seção visa elucidar o processo de análise e interpretação que o QCA possibilita. Para tanto, é interessante considerar um protocolo analítico sugerido pelos formuladores da técnica (Pérez-Liñan, 2010).

2. Interpretação

O protocolo interpretativo pode ser resumido em quatro fases. A

primeira consiste na construção da Tabela Comparativa que tem o intuito de organizar a informação qualitativa e possibilita a observação da existência de condições necessárias. A segunda fase consiste na construção da Tabela de Verdade e possibilita a identificação das configurações causais suficientes. A terceira fase consiste em examinar as configurações que não apresentam exemplos históricos. Por fim, o processo de minimização lógica que visa reduzir o número de configurações causais suficientes e estabelecer os implicantes primários.

Realizadas as calibrações, inicia-se a parte de análise. O QCA consiste em criar tabelas verdades, aplicar as reduções lógicas e avaliar a consistência e cobertura das receitas causais. Explicaremos, agora, com maior detalhe cada um desses passos.

A tabela verdade lista as combinações lógicas possíveis das condições causais e o resultado empírico de cada uma delas. É importante notar que, para o QCA, a quantidade de linhas, ou possíveis receitas causais, é 2^k , onde k é o número de condições causais. Um estudo que argumente, por exemplo, que são chaves para a consolidação democrática de um país uma forma de governo presidencialista, um executivo forte, um nível baixo de fragmentação partidária e um passado não comunista, possui quatro condições causais e, portanto, 16 receitas causais possíveis (já que cada condição pode assumir o valor 1 ou 0, pertencimento ou não ao conjunto). A tabela verdade abaixo ilustra esse exemplo retirado de Ragin (2008):

Tabela 1. Tabela Verdade

Linha	Forma presidencialista (A)	Executivo forte (B)	Baixa fragmentação partidária (C)	Passado não	Consolidado* (Y)
1	não	não	não	não	-
2	não	não	não	sim	não
3	não	não	sim	não	não
4	não	não	sim	sim	-
5	não	não	não	não	não
6	não	sim	não	sim	não
7	não	sim	sim	não	-
8	não	sim	sim	sim	sim
9	sim	não	não	não	não
10	sim	não	não	sim	-
11	sim	não	sim	não	-
12	sim	não	sim	sim	-
13	sim	sim	não	não	sim
14	sim	sim	não	sim	sim
15	sim	sim	sim	não	-
16	sim	sim	sim	sim	sim

* o símbolo “-” indica que não houve casos em que a receita lógica foi encontrada empiricamente. **Fonte:** adaptado de Ragin (2008).

A tabela verdade formaliza e simplifica a análise das receitas causais. Um ponto importante é que quanto maior o número de receitas causais possíveis, maior é a possibilidade de se obter restos lógicos, isto é, receitas causais sem casos empíricos encontrados (onde há “-” na última coluna da tabela). Esse problema fica particularmente agravado em *m*QCA, onde o número de receitas causais pode crescer mais acentuadamente, já que é a combinação de todos as receitas possíveis (o que se torna maior do que 2^k

se há condições com mais de duas possibilidades de codificação).

Uma tabela verdade é mais específica quando há menos resto lógicos e contradições, e maior consistência (Schneider; Wagemann, 2010). É possível que haja linhas da tabela verdade que contenham valores com resultados diferentes. Essas são chamadas⁵ “linhas contraditórias” e são passíveis de resolução antes de minimizar o algoritmo da tabela verdade com a alteração da seleção dos casos, com a adição de outras condições ou com uma nova conceituação do resultado (Schneider; Wagemann 2010).

As análises a partir de uma tabela verdade são voltadas para encontrar condições suficientes, as considerações sobre condições necessárias só devem ser feitas se encontradas em um exame separado (Schneider; Wagemann, 2010). No entanto, para Schneider e Wagemann (2006, 2010), a análise dos dados deve sempre começar com as condições necessárias.

Ao achar a tabela verdade, podemos iniciar o processo de encontrar as receitas causais suficientes. Continuando com a tabela verdade dada como exemplo anteriormente, quatro condições apresentaram resultado positivo para consolidação democrática: as linhas 8, 13, 14 e 16. Em notação matemática, teríamos o seguinte:

$$\text{linha 8} + \text{linha 13} + \text{linha 14} + \text{linha 16} \\ \sim ABCD + AB\sim C\sim D + AB\sim CD + ABCD \rightarrow Y^6$$

A equação acima é relativamente complexa e não nos traz muitas informações novas. O processo de reduzir essa equação para uma menos complexa que tenha o resultado lógico equivalente é denominado de *minimização lógica*.

Esse processo segue alguns princípios. O primeiro é procurar condições redundantes, isto é, quando há ou não um resultado que não se alterem receitas cujas demais condições são idênticas. No nosso exemplo,

5. Em caso de ainda não ter tido solução das linhas contraditórias, é indicado que se assuma isto no estudo e a justifique por argumentos teóricos. Para saber mais sobre isso, indicamos a leitura da seção “j) Contradictory Truth Table Rows Should Be Resolved prior to Minimizing the Truth Table Algorithm” de Schneider e Wagemann (2010).

6. O símbolo “ $\sim$ ” indica a negação da condição, por exemplo $\sim A$ indica o valor 0 para a condição A, que no exemplo representa não pertencer ao conjunto de países com forma presidencialista. O símbolo “+” representa o operador lógico “ou”. A dotação “*” também pode ser utilizada para indicar o operador lógico “ou”. Já a seta, “ $\rightarrow$ ”, o operador “se ... então”. No exemplo, onde houve a presença de qualquer uma daquelas condições, então houve consolidação democrática.

verificamos que a linha 14 e linha 16 são idênticas, exceto pela condição C, ela pode, assim, ser removida e as duas linhas unidas. Ficando então a seguinte expressão:

$$\text{linha 8} + \text{linha 13} + \text{linha 14 e 16} \\ \sim \text{ABCD} + \text{AB}\sim\text{C}\sim\text{D} + \text{ABD} \rightarrow \text{Y}$$

Esse processo pode ser feito de forma iterativa buscando reduzir a quantidade de receitas lógicas possíveis para encontrar explicações mais parcimoniosas e precisas. Há outros algoritmos que podem ser aplicados como o *Quine-McCluskey*. Além disso, há outros processos específicos para encontrar condições em termos de necessidade.⁷

As tabelas-verdade, contudo, são limitadas. O que fazer com contradições? O que fazer quando os resultados de receitas causais não forem os mesmos? Para isso existem as medidas de consistência e cobertura das receitas causais, que guiam a tomada de decisão do(a) pesquisador(a). A medida de consistência para condições suficientes representa a proporção de casos em que a condição estava presente e o resultado foi positivo, podendo ser calculada da seguinte maneira:

$$\text{Consistência}_X \text{ como condição suficiente de Y} \\ = \frac{\text{Número de casos onde } X = 1 \text{ e } Y = 1}{\text{Número de casos onde } X = 1}$$

Ao se tratar de condições suficientes, Schneider e Wagemann (2010) argumentam não existir um limite válido e exato para os parâmetros de ajustes do QCA, embora seja possível apontar a consistência de alguns limites inferiores. Para Ragin (2008b) o limite de consistência inferior é de 0,75 – abaixo disto não deve ser aceito. Em caso de condições necessárias, os limites devem ser maiores (Schneider; Wagemann, 2007).

Se a condição X é suficiente para Y, então X é um subconjunto de Y. Se, contudo, X for uma condição necessária, então Y é um subconjunto

7. Para uma discussão mais detalhada, ver Schneider e Wagemann (2012).

de X. Por conta dessa relação espelhada, a consistência de condições necessárias deve ser lida de maneira distinta. Se a condição X é necessária, então ela será completamente consistente se nenhum caso $Y = 1$ possuir $X = 0$. Logo, a fórmula para consistência de condições necessárias é a seguinte:

$$\text{Consistência}_X \text{ como condição necessária de } Y = \frac{\text{Número de casos onde } X = 1 \text{ e } Y = 1}{\text{Número de casos onde } Y = 1}$$

A cobertura é o segundo coeficiente importante para uma análise QCA. Essa medida capta o quanto determinadas receitas causais são encontradas empiricamente. Para condições suficientes, esse coeficiente representa o quanto do resultado Y é coberto pela condição X, isto é, a importância empírica de X para a explicação de Y. A cobertura para condições suficientes pode ser encontrada da seguinte forma:

$$\text{Cobertura}_X \text{ como condição suficiente de } Y = \frac{\text{Número de casos onde } X = 1 \text{ e } Y = 1}{\text{Número de casos onde } Y = 1}$$

Para X como condição necessária, temos a seguinte fórmula:

$$\text{Cobertura}_X \text{ como condição necessária de } Y = \frac{\text{Número de casos onde } X = 1 \text{ e } Y = 1}{\text{Número de casos onde } X = 1}$$

Ainda que as fórmulas sejam parecidas para o cálculo de consistência (apenas o numerador se altera para condições necessárias e suficientes), a interpretação é substancialmente diferente.

Ao contrário da consistência, a cobertura não possui um ponto de corte, já que indica o quanto determinada condição é relevante empiricamente. Há, contudo, recomendações para que se foque a análise em condições cujo coeficiente seja maior do que 0,5 (Schneider; Wagemann, 2012).

2.1 Teste de confiabilidade

É indicado a combinação de QCA com outros métodos, pois há a limitação da metodologia nas inferências causais (Schneider; Wagemann, 2010). Enquanto métodos estatísticos possibilitam generalização, o QCA

permite um conhecimento aprofundado sobre semelhanças e diferenças entre os casos – o que não possibilita estender a argumentação para outros objetos de pesquisa sem aplicação. De acordo com Schneider e Wagemann (2010), o QCA deve testar hipóteses que consistam em declarações sobre condições suficientes e/ou necessárias.

Quando se fala em teste de hipótese em QCA, todavia, deve-se tomar um cuidado. Como não se trata de uma técnica estatística, não se avalia a probabilidade dos resultados terem sido obtidos ao acaso. Alguns trabalhos, como Braumoeller (2015) e Rohlfing (2018), procuram preencher essa lacuna, criando métodos específicos para isso. Ambos os trabalhos mencionados utilizam testes de permutação.

Braumoeller (2015) elaborou técnicas para avaliar o risco de erros Tipo I (rejeitar a hipótese nula quando não se deveria rejeitá-la, ou falsos positivos, ou o nível de significância alfa). Rohlfing (2018), por outro lado, busca mensurar o risco de erro Tipo II (não rejeitar a hipótese nula quando se deveria rejeitá-la, ou falsos negativos, ou o poder de explicação beta). Ambas as proposições não são amplamente aplicadas pela literatura e não estão plenamente implementadas - até a data em que escrevemos - nos programas e pacotes mais utilizados.

A escolha da vertente do QCA depende essencialmente de duas avaliações: a necessidade de preservar informação e o tamanho da amostra. Frequentemente, o pesquisador ou a pesquisadora depara-se com um *trade-off* entre preservar informações dos casos e o tamanho da amostra. Quanto maior é a necessidade de se preservar os dados diversos, maior a dificuldade de se obter amostras grandes. Métodos quantitativos preservam menos informação (uma vez que as variáveis selecionadas são operacionalizadas e mensuradas), porém podem ser aplicados a amostras muito grandes. Os qualitativos, por outro lado, preservam maior quantidade de informação, porém há dificuldade para aplicação em muitos casos (etnografia é um excelente exemplo, já que o pesquisador tem acesso a uma quantidade gigantesca de informações dos mais diferentes tipos, porém dificilmente consegue aplicar para mais de um caso específico). O QCA está situado em um nível intermediário. Essas duas dimensões também influenciam a

escolha da vertente do QCA.

É imprescindível que o(a) pesquisador(a) tenha em mente que um *software*⁸ pode facilitar muito a aplicação do QCA, mas que este não deve ser feito de maneira mecânica. É preciso sempre relacionar o método aos casos (Schneider; Wagemann, 2010). É sempre importante ter em mente a base qualitativa do método e que sua contribuição está justamente na análise comparada com base em informações aprofundadas dos casos.

Outra relação importante que o(a) analista precisa ter com o QCA, é saber justificar quando um (ou mais) caminho é considerado mais importante que outro. Em Schneider e Wagemann (2010) vemos duas maneiras de solucionar isto: (i) pelo coeficiente de cobertura, quando um resultado é coberto ou explicado por um termo de solução; e (ii) pela abordagem da relevância teórica, quanto a ideia permite apontar o caminho como mais apropriado para a pesquisa.

Por outro ângulo, por mais que haja medidas empíricas ajustáveis e relatadas no QCA, o(a) pesquisador(a) não deve atribuir relevância teórica a um papel secundário na interpretação dos resultados ou esconder os casos desviantes através desses ajustes necessários (Schneider; Wagemann, 2010). É essencial a parcimônia em cada etapa da aplicação do método.

3. Aplicações na Ciência Política

Uma das ferramentas que ganhou destaque na avaliação das aplicações de métodos, técnicas e conceitos em pesquisas no âmbito da Ciência Política é a bibliometria. Essa abordagem confere ao(a) pesquisador(a) a responsabilidade de manter-se atualizado quanto à comunicação científica e de identificar os estudos que exercem o maior impacto no campo. Para alcançar esse objetivo, optamos por empregar essa metodologia a fim de quantificar a utilização do método QCA dentro dessa disciplina. A seguinte sequência de termos foi empregada em títulos, resumos e palavras-chave na base de dados *Scopus*, no dia 24 de agosto de 2023, às 22 horas e 10 minutos:

8. Existem alguns programas que foram desenvolvidos especificamente para aplicar o QCA e são disponibilizados gratuitamente, como o *Tosmana* e o *fsQCA*. Também há pacotes que foram desenvolvidos para *R* e *Stata*. Vale mencionar que o *Tosmana*, contudo, não é compatível, até o presente momento, com conjuntos difusos, portanto, não permite avaliar a necessidade das condições e não calcula coeficientes de cobertura e consistência.

TITLE-ABS-KEY (**QCA**) -> 5,753 document results ->
AND (LIMIT-TO (SUBJAREA, “**SOCI**”)) -> 1,104 document results

Ao término da análise, foi constatada a presença de um total de 1,104 resultados. Com o propósito de fornecer uma amostra representativa dos estudos, procedemos à seleção dos dez trabalhos que apresentam o maior número de citações na base de dados.

Tabela 2. Trabalhos mais citados na base *Scopus* com a string “QCA” em 24 de agosto de 2023

Rank	Autores(as)	Ano	Title	Publicação	Editora, revista	Idioma	Citações
1	Schneider, C.Q.; Wagemann, C.	2009	Set-theoretic methods for the social sciences: A guide to qualitative comparative analysis	Livro	Cambridge University Press	Inglês	1419
2	Schneider, C.Q.; Wagemann, C.	2010	Standards of good practice in qualitative comparative analysis (QCA) and fuzzy sets	Artigo	Comparative Sociology	Inglês	811
3	Ordanini, A.; Parasuraman, A.; Rubera, G.	2014	When the Recipe Is More Important Than the Ingredients: A Qualitative Comparative Analysis (QCA) of Service Innovation Configurations	Artigo	Journal of Service Research	Inglês	456
4	Rihoux, B.	2006	Qualitative comparative analysis (QCA) and related systematic comparative methods: Recent advances and remaining challenges for social science research	Artigo	International Sociology	Inglês	273
5	Rourke, L.; Anderson, T.	2004	Validity in quantitative content analysis	Artigo	Educational Technology Research and Development	Inglês	248
6	Greckhamer, T.; Misangyi, V.F.; Fiss, P.C.	2013	The two QCAs: From a small-N to a large-N set theoretic approach	Capítulo de livro	Research in the Sociology of Organizations	Inglês	239
7	Skaaning, S.-E.	2011	Assessing the robustness of crisp-set and fuzzy-set QCA results	Artigo	Sociological Methods and Research	Inglês	227
8	Schneider, C.Q.; Rohlfing, I.	2013	Combining QCA and Process Tracing in Set-Theoretic Multi-Method Research	Artigo	Sociological Methods and Research	Inglês	209
9	Gjelberg, M.	2009	The origin of corporate social responsibility: Global forces or national legacies?	Artigo	Socio-Economic Review	Inglês	193
10	Schneider, C.Q.; Wagemann, C.	2006	Reducing complexity in Qualitative Comparative Analysis (QCA): Remote and proximate factors and the consolidation of democracy	Artigo	European Journal of Political Research,	Inglês	186

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da base *Scopus*.

Para desvendar o elevado índice de citações desses estudos, é crucial inicialmente compreender que a abordagem QCA é uma metodologia que harmoniza teoria, empirismo e conhecimento específico de cada caso durante sua aplicação. Cada investigação com o QCA percorrerá um processo individualizado, uma característica que a distingue dos métodos estatísticos uniformemente empregados em todos os estudos, como mencionado previamente. Esse aspecto personalizado da abordagem QCA permite uma análise mais contextualizada e sensível às nuances inerentes a cada

situação, contribuindo para sua notável influência e ampla referência na literatura acadêmica.

A maioria das obras mais frequentemente referenciadas consiste em espécies de manuais ou orientações relacionadas à aplicação e ao uso eficaz do método QCA. Essas obras refletem o comprometimento dos(as) pesquisadores(as) com o contínuo avanço metodológico desse enfoque. Além disso, é uma característica comum a todas essas obras o fato de terem sido redigidas em inglês e terem sido publicadas após o ano 2000. Destaca-se que a obra mais citada é um livro, enquanto as restantes assumem a forma de artigos científicos, exceto um capítulo de livro. Notavelmente, dentre os dez trabalhos mais citados, dois deles são de autoria dos pesquisadores Schneider e Wagemann.

3.1 Objetos ou fenômenos que o uso da técnica é mais indicado

Uma primeira observação aponta para a aplicabilidade do método QCA em diversas direções, incluindo a criação de tipologias empíricas (Schneider, Wagemann, 2010; Kvist, 2006) e estudos comparativos, conforme anteriormente mencionado. Uma compreensão profunda dos casos em análise antes, durante e após a implementação do QCA é essencial (Schneider; Wagemann, 2010). Destacando a contribuição de Berg-Schlosser *et al.* (2008), Schneider e Wagemann (2010) e Ragin e Rihoux (2004), é possível identificar três propósitos principais para a utilização do QCA: (i) avaliar a consistência de dados que se baseiam em subconjuntos e resumir-los; (ii) testar teorias e hipóteses existentes, além de desenvolver novos argumentos teóricos; e (iii) verificar, de maneira abrangente e rápida, pressupostos fundamentais de análise.

O método (QCA) é particularmente adequado para contextos caracterizados por um número limitado de casos, especialmente quando a amostra (*N*) é pequena ou intermediária. Esta abordagem é particularmente relevante em níveis mesossociológicos, que envolvem atores individuais e empresas, bem como em níveis macrosociológicos, que abrangem estados-nações ou regiões, conforme discutido por Rihoux (2006). Portanto, a recomendação de aplicação do método QCA concentra-se primariamente

na meticulosa elaboração do desenho de pesquisa em vez de na seleção de um objeto de estudo específico. A flexibilidade e adaptabilidade inerentes a este método, quando aplicado em contextos com limitações de casos, realçam sua utilidade em áreas em que outras abordagens estatísticas convencionais podem demonstrar uma eficácia inferior.

3.2 Aplicações na Ciência Política brasileira

Na medida que o método se difunde por meio de cursos de curta duração ofertados anualmente por importantes instituições de ensino e pesquisa⁹ brasileiras (Santos; Amoroso Botelho, 2018), é possível mapear uma produção nacional que mobiliza a técnica. Pode-se agrupar esta produção em dois grupos. O primeiro grupo contempla trabalhos de natureza metodológica que visam apresentar a técnica (Sandes-Freitas; Bizarro Neto, 2015; Santos; Amoroso Botelho, 2018; Albala; Leal, 2022). O outro conjunto remete a trabalhos que aplicam à técnica para compreender fenômenos políticos (Pires, Gomide, 2013; Sandes-Freitas *et. al.*, 2021; Silame, 2021; Perissinotto, Nunes, 2023).

No entanto, em estudos empíricos, é aconselhável que a aplicação da técnica seja conduzida de acordo com um protocolo estruturado, descrevendo os passos seguidos pelo pesquisador. Isso confere à técnica um valor pedagógico significativo e contribui para sua disseminação, conforme destacado por Pérez-Liñan (2010).

Nesse contexto, o principal objetivo do estudo conduzido por Sandes-Freitas e Bizarro Neto (2015) é introduzir o QCA como uma técnica alternativa às abordagens metodológicas convencionais, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, no contexto da investigação de fenômenos políticos e sociais complexos. Em complemento, Santos e Amoroso Botelho (2018) abordam os desafios da aplicação do QCA em estudos da Ciência Política, no qual apresentam quatro sugestões para ampliar sua disseminação no país: (i) oferecer cursos curtos para compreensão e aplicação prática do QCA; (ii) promover a troca de experiências entre estudantes de diferentes universidades para enriquecer a compreensão da técnica; (iii)

⁹. Podemos citar os cursos da Escola de Versão da IPSA-USP, o MQ e o Modus, ambos ofertados pela UFMG. Ver outras estratégias de difusão da técnica em Santos e Amoroso Botelho (2018).

umentar a carga horária das disciplinas de metodologia, preparando melhor os alunos para utilizar o QCA em pesquisas; e, (iv) desenvolver materiais específicos sobre a aplicação do QCA na política comparada, estimulando pesquisadores(as) a adotar essa abordagem. Isso é, objetivo é impulsionar o uso do QCA no meio acadêmico, capacitando pesquisadores(as) e alunos(as) a aplicar essa abordagem e contribuir para o progresso do conhecimento na Ciência Política.

Albala e Leal (2022) também publicaram um interessante capítulo metodológico sobre QCA, apresentando histórico, utilidade, formulação de hipóteses com técnicas *crisp-set*, *multi-value* e *fuzzy-set*, denotando etapas da construção da pesquisa, diversidade limitada e tratamento de contrafactuais e consistência e cobertura. Apesar dos objetivos similares, notadamente vemos uma complementaridade entre os materiais. Pires e Gomide (2013) contribuem para esse panorama ao aplicar a abordagem QCA em oito planos, programas ou projetos governamentais brasileiros desenvolvidos entre 2003 e 2013. Seu estudo identifica que a presença de capacidades técnico-administrativas substanciais resulta da combinação entre organizações profissionalizadas e mecanismos de coordenação eficazes. Portanto, essas análises complementares evidenciam como metodologias como o *fuzzy-set* e o QCA têm a capacidade de revelar padrões e nuances em diferentes contextos de pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada de fenômenos complexos e multifacetados.

Sandes-Freitas e colaboradores (2021) analisam o sucesso eleitoral de prefeitos às capitais brasileiras nas eleições de 2020 no contexto de enfrentamento à pandemia de covid-19. Os autores buscam explicar a reeleição (ou não) valendo-se do tipo de análise *multi-value* (*mvQCA*) a partir da observação conjunta de quatro condições causais: (i) aprovação do prefeito; (ii) grau de restrição das medidas de isolamento social; (iii) alinhamento do prefeito ao presidente da República; e, (iv) taxa de óbitos por covid-19 por 100 mil habitantes. O contexto em que prefeitos são bem avaliados em cidades que apresentarem pequena taxa de óbitos mostrou-se uma configuração importante. Contudo, o estudo evidencia a diversidade de configurações causais que podem resultar no resultado de interesse.

No contexto subnacional, Silame (2021) realiza uma análise da dinâmica entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo nos estados do Brasil. O autor investiga as condições políticas contextuais que influenciam o êxito das iniciativas legislativas do governador. A variável de interesse central do estudo é o grau de sucesso do governador. As condições causais examinadas compreendem o tamanho da oposição, a fragmentação da assembleia legislativa e a polarização ideológica na casa legislativa. O método de análise empregado é o *crisp-set* (csQCA). Os resultados apontam que o tamanho da oposição se configura como uma condição necessária, e a combinação de assembleias com baixa presença de oposição e com fragmentação limitada abrange 60% dos casos de governadores que obtiveram êxito em suas iniciativas.

Perissinotto e Nunes (2023) adotam a metodologia *fuzzy-set* em um estudo que abrange treze casos e quatro condições causais. O propósito central da pesquisa é validar a proposição de que processos de industrialização tardia demandam a presença indispensável de uma elite modernizadora e instituições robustas. Este enfoque contrasta com a abordagem de Nunes (2003), que empregou a técnica QCA para desvendar as razões subjacentes ao insucesso das políticas de industrialização no Brasil após o ano 2000, explorando três programas distintos de política industrial.

Parte ressaltar que esta seção não tem o intuito fazer um levantamento exaustivo da literatura que adota a técnica QCA, mas sim evidenciar as potencialidades dos seus usos em Ciência Política, sobretudo, em desenhos de pesquisa com N pequeno ou médio e em que ocorre a necessidade do(a) pesquisador(a) se aprofundar qualitativamente sobre o fenômeno a ser observado. Desta forma, a QCA é uma técnica de pesquisa que permite lidar com complexidade dos fenômenos sociais e políticos em decorrência dos pressupostos de causalção conjuntural múltipla, equifinalidade e assimetria.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi proporcionar uma introdução abrangente ao método QCA, abordando as principais considerações e perspectivas. O debate contínuo em torno deste método destaca sua natureza em

evolução, sugerindo que a cada nova produção acadêmica, novas contribuições e *insights* podem surgir. Mesmo que o QCA seja uma metodologia em desenvolvimento, a comunidade científica das ciências sociais já elaborou manuais de boas práticas - que estão destacados na seção de referências citadas - e que merecem ser tratados com seriedade.

Especificamente, é crucial manter a moderação ao realizar ajustes durante a aplicação do método e manter uma conexão constante com a teoria subjacente e o conhecimento prático dos casos em estudo. Desse modo, embora o QCA seja especialmente recomendado para análises comparativas com um número reduzido ou intermediário de casos (*N*), não existe uma prescrição rígida quanto à sua aplicação em domínios específicos. Em vez disso, a ênfase recai sobre a seleção de desenhos de pesquisa apropriados e a delimitação de problemas teóricos significativos.

Nesse contexto, vale destacar a influência substancial do(a) pesquisador(a) na avaliação da qualidade dos casos incluídos na análise. A escolha de casos deve favorecer aqueles que são representativos e em relação aos quais o(a) analista(a) possui um entendimento profundo. Portanto, a seleção criteriosa dos casos deve ser informada pela teoria e pelo conhecimento acumulado, buscando maximizar sua profundidade e amplitude.

Em resumo, o método QCA representa uma ferramenta de significativa relevância para desenhos de pesquisa comparativos, os quais viabilizam a realização de análises qualitativas aprofundadas em relação aos casos sob exame. É fundamental destacar a importância do rigor conceitual, que demanda um profundo comprometimento com a compreensão do objeto de estudo. Este método é caracterizado por sua constante evolução, e seu êxito na aplicação requer uma interseção eficaz entre teoria, prática e a seleção criteriosa dos casos sujeitos à análise.

Referências

ALBALA, A.; LEAL, L. Introdução à Qualitative Comparative Analysis (QCA). In PERISSINOTTO, R.; BOTELHO, J.; BOLOGNESI, B.; BATISTA, M.; SANTOS, M. (org.). **Política comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2022; p. 113-140.

BERG-SCHLOSSER, D.; DE MEUR, G. Reduction of Complexity for a SmallN Analysis: A Stepwise Multi-Methodological Approach, Comparative Social Research. **Comparative Social Research**, v.16, 1997, p. 133-162.

BERG-SCHLOSSER, Dirk; DE MEUR, Gisèle; RIHOUX, Benoît e RAGIN, Charles C. Qualitative Comparative Analysis (QCA) As an Approach. In RIHOUX, Benoit e RAGIN, Charles C. (Eds.). **Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques**. Thousand Oaks/London: Sage, 2008.

BRAUMOELLER, B. F. Guarding Against False Positives in Qualitative Comparative Analysis. **Political Analysis**, v.23, n.4, 2015, p. 471-487.

CRONQVIST, L.; BERG-SCHLOSSER, D. 'Multi-Value QCA (MVQCA)'. In RIHOUX, Benoit e RAGIN, Charles C. (Eds.). **Configurational Comparative Methods**. Thousand Oaks, CA and London: Sag, 2008.

HAYNES, P. Combining the Strengths of Qualitative Comparative Analysis with Cluster Analysis for Comparative Public Policy Research: With Reference to the Policy of Economic Convergence in the Euro Currency Area. **International Journal of Public Administration**, v. 379, 2014, p. 581-590.

KVIST, J. Diversity, Ideal Types and Fuzzy Sets in Comparative State Research'. RIHOUX, Benoit e GRIMM, H. Grimm (eds.) **Innovative Comparative Methods for Policy Analysis**, New York: Springer, 2006.

NUNES, W. Políticas públicas e construção de capacidades estatais: comparando políticas industriais e sociais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v.28, n.73, 2020. p. e004.

ORDANINI, A.; PARASURAMAN, A.; RUBERA, G. When the Recipe Is More Important Than the Ingredients: A Qualitative Comparative Analysis (QCA) of Service. Innovation Configurations. **Journal of Service Research**, v.17, n.2, 2014.

p. 134-149.

PÉREZ-LIÑAN, A. El método comparativo y el análisis de configuraciones causales. **Revista Latinoamericana de Política Comparada**, v.13, n.3, p. 125-148, 2010.

PERISSINOTTO, R; NUNES, W.2023. Elites, Estado e Industrialização: uma Análise Fuzzzyset. **Dados**, v.66, n.4, 2023, p. e20210134.

PIRES, R.; GOMIDE, A. 2016. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas. **Revista de Sociologia e Política**, v.24, n.58, 2016, p. 121-143.

RAGIN, C. C. **The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Berkeley, CA: University of California Press, 1987.

_____. **Fuzzy-Set Social Science**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

_____. **Redisigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008

_____. **Redisigning Social Inquiry: fuzzy sets and beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008b.

RAGIN, C.; RIHOUX, B. Qualitative Comparative Analysis (QCA): State of the Art and Prospects. **Qualitative Methods: Newsletter of the APSA organized section on qualitative methods**, v.2, n.2, 2004.

RIHOUX, B. Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related systematic comparative methods: recent advances and remaining challenges for Social Science research- ch. **Internacional Sociology**, v.21, n.5, 2006.

ROHLFING, I. 2018. Power and False Negatives in Qualitative Comparative Analysis: Foundations, Simulation and Estimation for Empirical Studies. **Political Analysis**, v.26, n.1, 2018.

ROURKE, L.; ANDERSON, T. Validity in Quantitative Content Analysis. **ETR&D**, v.52, n.1, 2004.

SCHNEIDER, C. Q.; WAGEMANN, C. Standards of Good Practice in Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Fuzzy Sets. **Comparative Sociology**, v.9, n.3, 2010.

_____. **Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis**. Cambridge University Press, 2012.

SANDES-FREITAS, V; BIZZARRO-NETO, F. Qualitative Comparative Analysis (QCA): Usos e Aplicações do Método. **Revista Política Hoje**, v.24, 2015, p. 103-117.

SANDES-FREITAS, V; ALMEIDA, H.; SILAME, T.; SANTANA, L. Combate à pandemia de covid-19 e sucesso eleitoral nas capitais brasileiras em 2020. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, 2021, p. e246974.

SANTOS, M.L.; AMOROSO BOTELHO, J.C. 2018. O desafio do método e da política comparada no Brasil: uma experiência com ensino de QCA. **Agenda Política**, v. 6, 2018, p. 132-162.

SCHNEIDER, C Q. **The Consolidation of Democracy: Comparing Europe and Latin America**. London: Routledge, 2008.

SCHNEIDER, C. Q.; WAGEMANN, C. Reducing complexity in Qualitative Comparative Analysis (QCA): remote and proximate factors and consolidation of democracy. **European Journal of Political Research**, v. 45, 2006, p. 751-786

_____. **Set-theoretic methods for the social sciences: A guide to qualitative comparative analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. Standards of Good Practice in Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Fuzzy-Sets. **Comparative Sociology**, v. 9, 2010, p. 1–22.

_____. **Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis**. Cambridge Cambridge University Press, 2012.

SILAME, T. Condicionantes políticos no sucesso legislativo dos governadores brasileiros: uma análise comparativa qualitativa (QCA). *E-legis*, n. 35, 2021, p. 131-156.

Apêndice A

Este apêndice pretende demonstrar uma operacionalização prática do QCA em R. Apresentamos um exemplo bastante simples, apenas a título de demonstração. Para isso, utilizaremos os dados disponíveis pelo pacote.

Os dados foram retirados do artigo clássico de Lipset (1959), intitulado *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*, e representam 18 países com as seguintes variáveis: nível de desenvolvimento, baseado no PIB per capita (*DEV*); nível de urbanização, percentual da população que mora em cidades com mais de 20.000 habitantes (*URB*); nível de alfabetização, como percentual da população (*LIT*); nível de industrialização, como percentual da força de trabalho empregado na indústria (*IND*); estabilidade do governo, como número de gabinetes (*STB*); e o resultado, se a democracia sobreviveu no período do entreguerras (*SURV*).

Para iniciar a análise, é necessário instalar o pacote “QCA” caso ainda não tenha sido instalado, e, em seguida, importá-lo:

```
install.packages("QCA") #para instalar o pacote
library(QCA) #para importar o pacote
```

Como vimos, os dados que não são binários devem ser calibrados, ou seja, transformar os dados quantitativos em variáveis do tipo 1 ou 0, sim ou não, para utilizarmos o *QCA*. Esse processo pode ser bastante complexo e demorado. A construção de âncoras qualitativas para essa transformação pode ser tanto determinada pela pessoa que analisa, quanto matematicamente. O pacote permite as duas abordagens. Se quisermos, por exemplo, calibrar a variável *DEV* para encontrar aqueles que fazem parte dos países desenvolvidos (portanto recebendo valor 1 nessa variável) podemos utilizar a função *calibrate*. Antes disso, porém, encontrar os cortes, ou **thresholds**, da seguinte forma:

```
devTh <- findTh(LR$DEV) #retorna o valor 626
```

A função *findTh* permite encontrar os cortes automaticamente. É importante salientar que não se trata da melhor prática para o QCA. É mais indicado que esses cortes sejam determinados pelo analista de acordo com o conhecimento do caso. Como veremos, o *trheshold* sugerido não é o mais adequado.

Antes de seguirmos, vale explicar um pouco da sintaxe do R. No Exemplo acima, criamos uma variável chamada *devTh*. A ela atribuímos o valor 626, retornado pela função *findTh*. Outro ponto que pode parecer confuso para não iniciados em R, é o termo *LR\$DEV*. Ele significa que estamos selecionados a coluna “DEV”, a variável que queremos encontrar o corte, da tabela (no R chamado de data frame) *LR*, que é o nome da tabela que foi importada pelo pacote do QCA. Por fim, o símbolo “#” indica comentários no código, trechos que não são executados pelo R, servem apenas para informação.

É possível criar outros cortes para aplicar em um *m*QCA por exemplo. Se quiséssemos dois cortes, para indicar o grau de pertencimento ao conjunto de países desenvolvidos, poderíamos realizar o seguinte:

```
DevThMv <- findTh(LR$DEV, n=2) #retorna os valores 626 e 940
```

Nesse caso, teríamos dois cortes: países com nível de desenvolvimento abaixo de 626 seriam considerados como não pertencentes ao grupo de desenvolvidos; acima de 940 seriam os desenvolvidos. Entre 626 e 940 são os países que estariam em uma situação intermediária. Neste exemplo, seguiremos apenas com o *m*QCA, portanto ficando esse código apenas a título de exemplo.

Para realizar a calibragem de fato, utilizamos a função *calibrate*, da seguinte forma:

```
devC <- calibrate(LR$DEV, type = “crisp”, thresholds = devTh)
```

Criamos, então, uma variável chamada *devC*, que é a variável *DEV* do nosso banco calibrado de maneira dicotômica. Em seguida poderíamos realizar o mesmo procedimento para todas as variáveis de interesse do banco.

Para demonstrar a importância da escolha certa dos cortes, utilizaremos a base de dados já calibrado presente no pacote (chamada de *LC*). O R permite-nos facilmente criar tabela de cruzamento de dados com o comando *table*. Vamos comparar os resultados do cruzamento da variável *DEV* e *SURV* para verificar a diferença entre o que foi calibrado automaticamente com o que foi utilizado para o artigo do Lipset:

```
devTh <- findTh(LR$DEV)
survTh <- findTh(LR$SURV)
devC <- calibrate(LR$DEV, type = "crisp", thresholds = devTh)
survC <- calibrate(LR$SURV, type = "crisp", thresholds = survTh)
```

```
table(devC, survC) # retorna
#      survC
# devC 0      1
# 0      7      3
# 1      2      6
table(LC$DEV, LC$SURV) #retorna
#      LC$SURV
# LC$DEV 0      1
# 0      8      0
# 1      2      8
```

As quatro primeiras linhas criam as variáveis calibradas conforme explicamos acima. As últimas duas linhas criam as tabelas cruzadas. Na primeira,

utilizamos a variável calibrada automaticamente. Nesse caso, vemos que sete países não desenvolvidos não foram democracias que sobreviveram; enquanto outros três sobreviveram. No caso de países desenvolvidos, dois não sobreviveram e seis sobreviveram. Na segunda tabela, nenhuma democracia de país não desenvolvido sobreviveu, todos os oito falharam. Além disso, apenas dois países desenvolvidos não se mantiveram democráticos. Note-se que, se quiséssemos argumentar que economias desenvolvidas possuem democracias mais fortes (no sentido de que têm menos chances de acabarem), a segunda tabela reforça essa tese, pois suporta esse argumento (dezesseis dos dezoito casos). Na primeira, contudo, cinco casos estariam em desacordo com essa hipótese. Mais uma vez reforçamos a importância de uma correta calibragem das variáveis para uma aplicação correta do QCA, daí a importância de se conhecer bem os casos estudados. O próximo passo da análise é investigar condições de necessidade. O pacote possui uma função que facilmente nos ajuda nisso:

```
---
pof("DEV <- SURV", data=LF) # retorna
#      inclN   RoN    covN
# 1 DEV      1.000  0.800  0.800
---
```

A coluna *inclN* representa a proporção do conjunto de resultado (neste exemplo se a democracia sobreviveu ou não) que está incluído em determinada conjunto (neste caso, *DEV*). Isto é, a proporção de casos em que ocorre Y (a democracia sobreviveu) e X está presente (é um país desenvolvido). No exemplo, 100% dos casos em que as democracias sobreviveram foram em países desenvolvidos.

A segunda coluna, *RoN*, também chamada de *Relevance of Necessity* (ou Relevância da Necessidade), indica o quão relevante é a condição testada. Quanto menor o *RoN*, menor é a relevância da condição causal. Ela compara o quão grande é o conjunto em que a variável X (no caso *DEV*) está presente em relação a Y, o resultado (no caso, *SURV*). No exemplo, há 10 países desenvolvidos (*DEV* = 1), e, em 8 deles, a democracia sobreviveu. O *RoN*, portanto, é 0.8, ou 80%.

Por fim, temos o *convN*, que é o índice de consistência que apresentamos

anteriormente neste capítulo. Assim, temos 10 casos em que X está presente e 8 em que Y está presente, portanto, uma consistência de 80%. Em seguida, podemos realizar testes de suficiência para a variável *DEV*:

```
---
pof("DEV > SURV", data=LF) # retorna
#      inclS    PRI    covS    covU
# 1 DEV      0.800  0.800  1.000  -
---
```

A interpretação de *inclS* e *covS* são similares às condições de necessidade, porém agora pensamos em termos de suficiência. Vemos que, no nosso exemplo, o fato de o país ser desenvolvido é um forte candidato para condição de suficiência.

A coluna *PRI* representa a Redução Proporcional da Inconsistência, um indicador que indica o quanto X é consistente como condição suficiente para Y. Ou seja, o indicador tenta levar em conta as contradições, ou seja, a presença de X em Y e $\sim Y$. No exemplo, há dois casos em que os países são desenvolvidos (portanto $X=1$) e que houve ruptura democrática ($SURV = 0$). Assim, nosso *PRI* é de 80%. Valores mais altos indicam boas candidatas para explicações causais de suficiência.

Por fim, há mais um indicador que devemos explicar: *covU*. Ele mede a consistência de uma relação única entre X e Y. No nosso caso ele não é calculado pois estamos apenas olhando para uma variável (*DEV*). Mas se, por exemplo, estivéssemos olhando também para o nível de urbanização (*URB*), o indicador buscaria medir o quão consistente é a relação de suficiência apenas entre *DEV*, sem considerar *URB*. Ou seja, a intersecção de *SURV* e *DEV* e não *URB*.

Em seguida, poderíamos testar diferentes receitas causais, porém o pacote já possui uma função que as realiza de maneira iterativa, retornando apenas aquelas com uma inclusão acima do que determinarmos. No exemplo, queremos apenas as receitas causais com uma inclusão acima de 90%:

```
---
superSubset(LC, outcome = "SURV", incl.cut = 0.9) # retorna
```


#		inclN	RoN	covN
# 1 DEV		1.000	0.800	0.800
# 2 LIT	1.000	0.500	0.615	
# 3 STB		1.000	0.700	0.727
# 4 DEV*LIT		1.000	0.800	0.800
# 5 DEV*STB	1.000	1.000	1.000	
# 6 LIT*STB		1.000	0.900	0.889
# 7 DEV*LIT*STB		1.000	1.000	1.000
# 8 ~URB + IND		1.000	0.000	0.444

Passamos para a função *superSubset* nossa tabela de dados, *LC*, informando que o nosso resultado é a coluna “*SURV*” e que ela retorne apenas as receitas causais que o resultado estivesse presente em pelo menos 90% dos casos. Há outras formas de filtrar as linhas que retornam. Podemos filtrar pela cobertura, pelo *RON*, *PRI* etc. Conforme a necessidade e interesse do analista.

Em uma análise rápida, podemos verificar que países desenvolvidos, com alto grau de alfabetização e governo estável (*DEV*LIT*STB*), em 100% dos casos, houve sobrevivência da democracia. Em cima disso, é possível considerar que se trata de uma condição necessária para a continuidade democrática. Vemos que países com alta alfabetização e governo estável (*LIT*STB*) também é uma receita causal bastante importante.

Por fim, há outras duas funções importantes que são a *truthTable* e *minimize*. A primeira retorna a tabela verdade, enquanto a segunda se refere à uma tabela com as combinações lógicas restantes após o processo de minimização lógica, como mencionamos anteriormente neste capítulo:

```
ttb <- truthTable(LC, outcome = "SURV", complete = TRUE, show.cases = TRUE)
minimize(ttb, details = TRUE) #retorna
```

M1 representa a receita lógica necessária e suficiente para a sobrevivência

democrática. Interpretando, encontramos que países desenvolvidos (*DEV*), com baixo nível de urbanização (*~URB*), alta alfabetização (*LIT*) e com estabilidade (*STB*) - ou resumindo *DEV*~URB*LIT*STB* – ou países desenvolvidos (*DEV*), alta alfabetização (*LIT*), industrializados (*IND*) e com estabilidade farão parte do conjunto de países com estabilidade democrática.

Muitas outras opções estão disponíveis no pacote QCA, como a possibilidade de realizar *mv* e *fs*QCA, outras possibilidades para calibragem, plotar os gráficos dos conjuntos. Este apêndice pretendeu apenas iniciar uma apresentação ao pacote e exemplificar como realizar um QCA de maneira mais simples. A documentação do pacote (<https://cran.r-project.org/web/packages/QCA/QCA.pdf>) é bastante completa e apresenta todas as outras possibilidades de análise.

CONCLUSÃO

Boa parte deste livro foi escrito e revisado entre 2023 e 2024. Trata-se exatamente dos mesmos anos em que as inteligências artificiais (IA) generativas geraram grande alarde no mundo. Notadamente, as IAs com a capacidade de produzir textos muito semelhantes aos humanos, como o ChatGPT,¹⁰ e de imagens de alta qualidade, a exemplo do MidJourney,¹¹ geraram receios sobre diversas profissões, como jornalismo, direito, marketing, tradução, ilustração e outras tantas (Dwivedi *et al.*, 2023). Também a educação esteve no centro das discussões, afinal as possibilidades de gerar respostas para provas e trabalhos online foram incrementadas de forma não esperada. Finalmente, a pesquisa acadêmica vivenciou semelhante furor, afinal a escrita científica também será diretamente afetada por tais ferramentas.

A ciência passou a estudar a nova ferramenta de IA. Desde seu lançamento, vimos milhares de artigos de pesquisadores do mundo todo realizando testes e refletindo sobre grandes modelos de linguagem em geral e, especificamente, sobre o ChatGPT. Várias questões foram exploradas, como o potencial dessas ferramentas para a redação acadêmica, para a automação ou facilitação de tarefas técnicas, como escrever e-mails, preencher formulários, criar textos padrão, parafrasear, traduzir, resumir, sintetizar, organizar e estruturar textos, transcrever áudios, “criar” e corrigir scripts de programação, entre outras, usando comandos básicos em linguagem natural conhecidos como *prompts* (Sok, Heng, 2023; Susarla *et al.*, 2023).

Além das questões técnicas, também houve discussão e experimentação em torno do uso desses grandes modelos de linguagem e de outros sistemas de IA para questões substantivas de pesquisa, como pesquisa de literatura acadêmica, leitura de material acadêmico, análise de dados e, é claro, a própria redação científica (Salvagno, Taccone, Gerli, 2023; Sampaio *et al.*, 2024b).

Como esses modelos de linguagem dependem da identificação e da simulação de padrões em conversas, não é de surpreender que os

10. <https://chatgpt.com/>. Acesso em 16 ago. 2024.

11. <https://www.midjourney.com/home>. Acesso em 16 ago. 2024.

pesquisadores tenham começado a refletir e a testar seu desempenho para fins de pesquisa qualitativa. Afinal de contas, uma parte significativa desses estudos baseia-se em grandes quantidades de conteúdo textual, especialmente aqueles coletados por meio de técnicas como entrevistas, etnografias e grupos de foco. Já em 2023, dois dos principais *softwares* de análise qualitativa do mundo, Atlas.ti¹² e MaxQDA,¹³ introduziram o uso de ferramentas baseadas em inteligência artificial (ver capítulo 10 para mais detalhes), o que é um forte indicativo de que tais soluções estarão presentes em outros *softwares* no futuro próximo.¹⁴

Como organizadores, cogitamos a possibilidade de introduzir um capítulo específico a respeito do uso de IAs para a pesquisa qualitativa, porém era notável que se tratava de uma tecnologia ainda muito recente, portanto, não suficientemente testada para estar presente em um capítulo. Tais LLMs também apresentam, no atual momento, alguns limites importantes. Por exemplo, quando um LLM não apresenta um treinamento adequado sobre determinada questão, especialmente aquelas factuais, ele ainda assim apresenta uma resposta, que pode ser verossímil do ponto de vista linguístico, porém que ainda pode estar incorreto em relação a um fenômeno, acontecimento ou conceito, no processo que tem sido chamado de “alucinação” (Alkaissi, Mcfarlane, 2023; Rahman *et al.*, 2023). Também houve muitas discussões sobre os limites éticos do uso da IA para essas tarefas, incluindo a privacidade dos dados de participantes de pesquisas (Cotton, Cotton, Shipway, 2023; Ray, 2023).

A pesquisa de Sampaio e colegas (2024b) fez uma revisão de escopo de 31 materiais acadêmicos que trataram a respeito do uso de LLMs para a pesquisa qualitativa em 2023. Seus resultados iniciais apontam que os principais usos já recomendados pela literatura incluem a geração de resumos e a geração de códigos (*codes*) iniciais para métodos qualitativos. Eles também evidenciam algum uso para geração de temas (para análises temáticas), análise de sentimentos, análise conversacional, extração e tratamento de dados qualitativos e validação de análises. No geral, a literatura acadêmica sugere

12. <https://atlasti.com/ai-coding-powered-by-openai>. Acesso 13 out. 2024.

13. <https://www.maxqda.com/products/ai-assist>. Acesso 13 out. 2024.

14. Para um exemplo bem inicial desta aproximação entre IAs e CAQDAS, ver Lopezoza, Codina (2023).

um uso cauteloso de tais ferramentas e sempre em conjugação com o olhar e a avaliação humana, que deve ser sempre aquela a ter a última palavra (ver também Anjos *et al.*, 2024; Silva, Paula, 2024).

Em uma revisão similar, Bryda e Costa (2024) apresentam uma visão mais otimista, denotando trabalhos que evidenciam o potencial da inteligência artificial para acelerar e aperfeiçoar a pesquisa qualitativa. Para os autores, algoritmos de IA são capazes de analisar textos e propor estruturas de codificação baseadas em livros de códigos e dicionários, visando maior precisão. Há um foco na confiabilidade da análise, abordagem de desafios metodológicos e necessidade de colaboração interdisciplinar. A automação da codificação e análise com IA reduz significativamente o tempo de processamento de grandes volumes de dados, permitindo que os pesquisadores foquem mais na interpretação e desenvolvimento de teorias. Isso também reduz custos, tornando a pesquisa qualitativa mais acessível. A integração de *software* análise qualitativa com IA avançada, como o ChatGPT, promete resultados de pesquisa mais sofisticados, eficientes e abrangentes (ver também Lopezosa, Codina, 2023).

Além disso, Bryda e Costa (2024) fazem uma argumentação convincente sobre como os CAQDAs (*Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software*) transformaram positivamente a pesquisa qualitativa e como isso pode se repetir com o uso das inteligências artificiais:

As ferramentas CAQDAS transformaram fundamentalmente o cenário da pesquisa qualitativa, simplificando significativamente os procedimentos de codificação e pesquisa. Estes avanços facilitam a gestão de dados, tornando-a mais eficiente e melhoram o tratamento e a análise de conjuntos de dados complexos, sendo um marco na forma como os investigadores se envolvem com dados qualitativos (Bryda, Costa, 2024, p. 5).

Segundo os autores, isso também se deu na forma como os CAQDAS facilitaram outras formas de visualizar os dados qualitativos. Essa mudança permitiu aos pesquisadores compreender, interpretar e comunicar melhor suas descobertas, resultando em pesquisas mais robustas e impactantes.

De fato, os pesquisadores qualitativos não devem temer o uso de

novas tecnologias em si. Entretanto, gostaríamos de destacar alguns pontos que merecem atenção no atual momento do desenvolvimento tecnológico das IAs e de seus usos.

Grosso modo, identificamos três desafios mais imediatos a tal uso. Inicialmente, é preciso reconhecer que há diversas questões nebulosas e moralmente discutíveis envolvendo os algoritmos utilizados e as bases de dados integradas no treinamento desses sistemas, que manifestam e propagam vários vieses (*bias*) (Dwivedi *et al.*, 2023; Hacker, Engel, Mauer, 2023). Assim, até mesmo ao solicitar uma tarefa básica, como uma síntese, o programa pode produzir termos ou segmentos que não correspondem ao texto fonte, potencialmente resultando em equívocos significativos.

Para Sampaio *et al.* (2024a), do ponto de vista acadêmico, isso geralmente indica que o paradigma científico predominante no aprendizado e *outputs* desses sistemas é o anglo-saxão. Tal fato sugere que essas ferramentas e modelos provavelmente têm um desenvolvimento menos robusto em metodologias qualitativas e, sem os devidos ajustes, podem apresentar falhas ao serem aplicados em nossas investigações, especialmente aquelas originárias do sul global. Também já sabemos que tais bancos de dados são pouco representativos de grupos minoritários, como negros e povos originários, e minorizados, como mulheres (Lippens, 2024). Então, o pesquisador qualitativo deve sempre ter em vista que as análises e resultados de tais modelos têm vieses importantes a serem considerados no momento final.

Em segundo lugar, tratam-se geralmente de modelos proprietários pertencentes a grandes corporações, que possuem valores de mercado superiores aos PIBs de diversos países. Tais empresas afirmam não poder tornar transparentes as bases dos modelos, pois seriam propriedades intelectuais necessárias para manter a inovação, mas, na prática, são verdadeiras caixas-pretas e tais empresas não têm interesse em regulações de seus negócios (Han, 2022; O'Neil, 2020; Morozov, 2018).

Consoante a Sampaio *et al.* (2024b), diferentemente dos *softwares* acadêmicos, que geralmente oferecem versões estáveis e rastreáveis, os grandes modelos de linguagem funcionam de outro modo. Esses sistemas são atualizados de tempos em tempos, sem manter o acesso às versões antigas.

Essa prática dificulta a reprodução de estudos que foram feitos com versões obsoletas. Embora sejam visíveis nos resultados práticos, essas mudanças não são registradas minuciosamente, o que dificulta a compreensão exata de seus impactos. Em contrapartida, programas acadêmicos permitem o uso de diversas versões, incluindo as desatualizadas, o que ajuda a entender as alterações feitas e a reproduzir estudos com parâmetros estáveis.

Em suma, diversos fatores estão além do controle do pesquisador, o que faz com que essas tecnologias sejam mais complicadas para uso científico. Isso limita a habilidade do pesquisador de avaliar a validade e a confiabilidade desses resultados, impedindo que certos aspectos da pesquisa não possam ser replicados.

Finalmente,¹⁵ em terceiro lugar, a pesquisa qualitativa exige que o pesquisador tenha um envolvimento mais direto com os sujeitos que estão sendo estudados, que geralmente ajudam a construir os resultados da pesquisa. Deve-se tomar cuidado para garantir que o uso da IA não se torne uma forma de terceirização da análise apenas para aumentar a produção de estudos e artigos. Afinal, uma parte significativa da análise qualitativa é a leitura, a releitura, a anotação, o destaque, a codificação, a agregação, a separação de códigos, buscando a identificação de categorias ou temas (conforme capítulos 07 e 08).

É exatamente durante esse processo que o pesquisador se aprofunda nos significados dos atores, buscando entender seus sentimentos, percepções, opiniões, posições e comportamentos, enquanto se envolve em seu próprio processo de reflexividade. Esse processo lento e “tedioso” de análise qualitativa geralmente produz a melhor compreensão do fenômeno analisado e frequentemente produz as melhores reflexões e conclusões, isso para não mencionar um tratamento mais respeitoso e ético com os participantes (Minayo, 2021). Embora o uso de IA possa ajudar a agilizar a pesquisa, ele não resulta necessariamente em uma pesquisa melhor.

Se as IAs forem usadas somente para acelerar a pesquisa, não haverá

15. Na verdade, há muitas questões envolvidas no uso de IA na pesquisa acadêmica, seja ela qualitativa ou não. Em primeiro lugar, há questões autorais sérias, pois no atual momento tais modelos são treinados em dados disponíveis na internet, havendo pouco ou nenhum respeito com os direitos de seus autores (Lucchi, 2023). Além disso, temos uma questão ambiental séria, uma vez que os centros de dados e servidores necessários para manter tais estruturas apresentam grandes custos de água para seu funcionamento (Bhaskar, Seth, 2024). Finalmente, temos o emprego de mão-de-obra de baixo custo em nações subdesenvolvidas para a verificação humana desses modelos (Le Ludec, Cornet, Casili, 2023). Há certamente ainda outras questões que não buscamos esgotar aqui.

muita diferença entre o uso dessa tecnologia e as análises textuais automatizadas que já existem há algum tempo, incluindo através dos CAQDAs. Para nós, um uso mais interessante desses LLMs seria aprimorar a capacidade analítica dos pesquisadores humanos. Isso poderia ser feito ao comparar a codificação humana com a realizada por IAs, ao questionar outras possibilidades de análise, ao agrupar códigos e temas e até mesmo ao interpretar resultados. Em suma, como colocado por Paoli, o cenário “não é um onde analistas humanos são substituídos por analistas IA, mas um de colaboração Humano-IA” (2023, p. 19, tradução nossa).

Portanto, a ideia é não abraçar sem questionar e nem rechaçar a possibilidade da facilitação de algumas tarefas da pesquisa qualitativa. Sem dúvida, essas técnicas consomem muito tempo e recursos e exigem um esforço humano significativo. O ponto é abrir um debate sobre as transformações trazidas por tais tecnologias e se há, ao final, um saldo positivo em termos de velocidade e profundidade. No momento, é prematuro fazer tal declaração. Até o momento, a análise humana é insubstituível em todas as fases da pesquisa qualitativa.

Na atual situação, todas as experimentações são válidas desde que realizadas de forma ética e reflexiva pelos pesquisadores. Dentre os poucos consensos já presentes, podemos apontar que: a) modelos de linguagem não podem ser autores e co-autores, pois não podem ser responsabilizados ética e legalmente; b) deve haver transparência sobre o uso de qualquer inteligência artificial na pesquisa, incluindo o máximo de transparência em termos de modelos, versões e *prompts* utilizados; c) os autores e as autoras devem assumir total responsabilidade pela integridade do conteúdo gerado pela IA, incluindo a revisão e edição cuidadosas para evitar informações e citações incorretas, incompletas ou tendenciosas.

À guisa de conclusão, podemos dizer que as sociedades contemporâneas produzem uma quantidade imensurável de dados a todos os momentos, o que tem gerado igualmente gigantescos sistemas informáticos (eg. algoritmos, aprendizado de máquina, inteligência artificial) capazes de coletar, guardar e analisar tais dados, buscando prever (e mesmo influenciar) com muita acurácia os comportamentos e planos de ação das pessoas,

notadamente em termos do uso desses dados para publicidade (Han, 2022; O’Neil, 2020; Morozov, 2018). Entretanto, governos e instituições de diferentes naturezas também passam a fazer usos cada vez mais constantes de dados para incrementar seus serviços, moldando diversos aspectos de nossa sociedade (Buhmann, Fieseler, 2023; Mendonça, Filgueiras, Virgílio, 2023).

Tudo isso parece apontar, para alguns, para um suposto enfraquecimento da pesquisa qualitativa, que estaria espremida entre análises automatizadas de *big data* de um lado e de cruzamentos estatísticos sofisticados de dados das pessoas de outro lado. Todavia, é exatamente o contrário. É justamente nessa situação que a pesquisa qualitativa pode se mostrar ainda mais relevante.

Nunca foi tão importante ouvir os atores sobre suas perspectivas, opiniões, sentimentos e interpretações do mundo. Ora, tais modelos podem ser muito bons e úteis para avaliações gerais, porém são incapazes de aprofundar e compreender a experiência das pessoas. Por exemplo, em avaliações de governos ou de propagandas políticas, tendem a ignorar posições minoritárias que poderão ser chaves analíticas importantes para eleições. Terão dificuldade de compreender como a população carente pode se identificar com partidos ou candidatos que defendem políticas neoliberais que vão de encontro ao seu interesse imediato. Certamente, mesmo os melhores *chatbots* terão dificuldade de funcionar em avaliações de impacto e sucesso de políticas públicas, pois novamente lidam apenas com tendências, com predomínios e com o que se destaca.

Assim, podem invisibilizar ainda mais as demandas políticas e representacionais de comunidades carentes, longínquas e minoritárias, notadamente em tempos de grandes desastres e conflitos que temos experienciado nos últimos anos. Ou ainda: “os problemas que nossas sociedades enfrentam hoje, que vão desde a desigualdade estrutural até as pandemias globais, exigem mais, e não menos, pesquisas qualitativas” (Ercan, Vromen, 2023, p. 31, tradução nossa).

Em um mundo cada vez mais baseado em dados e dominado por máquinas, sempre haverá espaço e necessidade de conversar, dialogar e compreender as ações humanas. A pesquisa qualitativa vai ficar bem desde que

saiba se adaptar à nova realidade e continue focada em gerar dados e análises relevantes para os problemas políticos, sociais e culturais.

A formação dos futuros pesquisadores também precisa se adaptar a essa realidade. As habilidades valorizadas no contexto futuro, como o manejo de ferramentas de IA e a interpretação crítica de seus resultados, devem ser incorporadas aos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação. Não é fácil e não temos aqui a receita disso, mas tal investimento garantirá que as futuras pesquisadoras e pesquisadores estejam preparados para utilizar as novas tecnologias de modo consistente e consciente.

Rafael Cardoso Sampaio
Carolina de Paula

Referências

ALKAISSI, H.; MCFARLANE, S. I. Artificial Hallucinations in ChatGPT: Implications in Scientific Writing. **Cureus**, 19 fev. 2023.

ANJOS, Juliana; SOUZA, Maira; ANDRADE NETO, Agostinho; SOUZA, Bruno. An analysis of the generative AI use as analyst in qualitative research in science education. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 12, n. 30, p. 01-29, 2024.

BHASKAR, Priyanka; SETH, Neha. Environment and sustainability development: A ChatGPT perspective. In: **Applied Data Science and Smart Systems**. CRC Press, 2024. p. 54-62.

BRYDA, Grzegorz; COSTA, António. Tecnologias transformativas: inteligência artificial e grandes modelos de linguagem na pesquisa qualitativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 38, 2024.

BUHMANN, Alexander; FIESELER, Christian. Deep learning meets deep democracy: Deliberative governance and responsible innovation in artificial intelligence. **Business Ethics Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 146-179, 2023.

COTTON, D. R. E.; COTTON, P. A.; SHIPWAY, J. R. Chatting and cheating: Ensuring academic integrity in the era of ChatGPT. **Innovations in Education and Teaching International**, p. 1–12, 13 mar. 2023.

DWIVEDI, Y. K. et al. Opinion Paper: “So what if ChatGPT wrote it?” Multidisciplinary perspectives on opportunities, challenges and implications of generative conversational AI for research, practice and policy. **International Journal of Information Management**, v. 71, p. 102642, ago. 2023.

ERCAN, Selen A.; VROMEN, Ariadne. Qualitative Research in Political Science. In: Liamputtong, Pranee (org.). **How to Conduct Qualitative Research in Social Science**. Edward Edgar, 2023, p.1 15-31.

HACKER, Philipp; ENGEL, Andreas; MAUER, Marco. Regulating ChatGPT and other large generative AI models. In: **Proceedings of the 2023 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency**. 2023. p. 1112-1123.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

LE LUDEC, Clément; CORNET, Maxime; CASILLI, Antonio A. The problem with annotation. Human labour and outsourcing between France and Madagascar. **Big Data & Society**, v. 10, n. 2, 2023.

LIPPENS, Louis. Computer says ‘no’: Exploring systemic bias in ChatGPT using an audit approach. **Computers in Human Behavior: Artificial Humans**, v. 2, n. 1, p. 100054, 2024.

LOPEZOSA, Carlos; CODINA, Lluís. **ChatGPT y software CAQDAS para el análisis cualitativo de entrevistas: pasos para combinar la inteligencia artificial de OpenAI con ATLAS.ti, Nvivo y MAXQDA**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. Departament de Comunicació, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10230/55477>. Acesso 25 nov. 2024.

LUCCHI, Nicola. ChatGPT: a case study on copyright challenges for generative artificial intelligence systems. **European Journal of Risk Regulation**, p. 1-23, 2023.

MENDONÇA, Ricardo; ALMEIDA, Virgílio; FILGUEIRAS, Fernando. **Algorithmic institutionalism: the changing rules of social and political life**. Oxford University Press, 2023.

MINAYO, M. C. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

PAOLI, S. Can Large Language Models Emulate an Inductive Thematic Analysis of Semi-Structured Interviews? An Exploration and Provocation on the Limits of the Approach and the Model. **arXiv**, 2023, <https://doi.org/10.48550/arXiv.2305.13014>.

RAHMAN, M.; TERANO, H.J.R.; RAHMAN, N.; SALAMZADEH, A.; RAHAMAN, S. ChatGPT and Academic Research: A Review and Recommendations Based on Practical Examples. **Journal of Education, Management and Development Studies**, v.3, n.1, p. 1–12, 2023.

RAY, Partha Pratim. ChatGPT: A comprehensive review on background, applications, key challenges, bias, ethics, limitations and future scope. **Internet of Things and Cyber-Physical Systems**, 2023.

SALVAGNO, M.; TACCONE, F. S.; GERLI, A. G. Can artificial intelligence help for scientific writing? **Critical Care**, v. 27, n. 1, p. 75, 25 fev. 2023.

SAMPAIO, Rafael; CHAGAS, Viktor; SINIMBU, Cristiane; GONÇALVES, Júlia; BORGES, Tiago; ALISON, Murilo; TIGRINHO, Camila; SOUZA, Josiane; PAZ, Felipe. Uma revisão de escopo assistida por inteligência artificial (IA) sobre usos

emergentes de IA na pesquisa qualitativa e suas considerações éticas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 12, p. 01-28, 2024a.

SAMPAIO, Rafael; NICOLÁS, Maria; JUNQUILHO, Tainá; LOPES, Luiz; FREITAS, Christiana; TELLES, Márcio; TEIXEIRA, João; ESCÓSSIA, Fernanda; SANTOS, Luiza. ChatGPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 32, p. 1-24, 2024b.

SILVA, Maria Juliana Farias; PAULA, Marlúbia Corrêa. Perspectivas da inteligência artificial como ferramenta de apoio para análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 12, n. 30, p. 01-26, 2024.

SOK, S.; HENG, K. ChatGPT for Education and Research: A Review of Benefits and Risks. **SSRN Electronic Journal**, 2023.

SUSARLA, A.; GOPAL R.; THATCHER, J.; SARKER, S. The Janus Effect of Generative AI: Charting the Path for Responsible Conduct of Scholarly Activities in Information Systems. **Information Systems Research**, v.34, n.2, 26 maio de 2023.

ORGANIZADORES

Rafael Cardoso Sampaio

Doutor em Comunicação Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tem interesse nas temáticas de Democracia Digital, Comunicação Política, Inteligência Artificial e revisões sobre o campo da Ciência Política. É autor, com Diógenes Lycarião, de *Análise de conteúdo categorial: um manual de aplicação* publicado pela ENAP.

cardososampaio@gmail.com

Carolina de Paula

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Profissional consultora da área de opinião pública e comportamento dos cidadãos, eleitores e consumidores (iniciativa privada e pública). Especialista em pesquisa qualitativa e novas metodologias de pesquisa comportamental. Co-criadora do *Painel Online de Monitoramento de Tendências* (POMT). Escreve no blog Legis-Ativo (Congresso em Foco) e no Broadcast Político, da Agência Estado.

carolina.almeidapaula@gmail.com

AUTORES E AUTORAS

Acácio Vasconcelos Telechi

Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI-UFPR) e Editor Executivo da revista *Conjuntura Global*. Seus temas de interesse são: métodos quantitativos e qualitativos em Ciência Política e Relações Internacionais, integração regional, *lobbying* e *advocacy*.

acaciotelechi@gmail.com

Bruno Nichols

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Comunicação e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI). Pós-Doutorando pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador de dados no Instituto de Pesquisa IDEIA.

brunonichols@outlook.com

Daniela Drummond

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com período sanduíche na Universidade Lusófona do Porto. Pós-doutora no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). É professora na Universidade Federal do Pampa. Tem pesquisas sobre mídia, política, gênero e feminismos.

danieladrummond@unipampa.edu.br

Douglas H. Novelli

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Ciência Política pela mesma instituição e bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI-UFPR), atuou como Editor Executivo da *Revista Conjuntural Global* entre 2019 e 2021. Seus tópicos de interesse incluem *soft power*, novos regionalismos e métodos de pesquisa qualitativa aplicados à Ciência Política.

douglashnovelli@outlook.com

Eduardo Pagnan Vieira

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Núcleo de Estudos Integrados em Democracia, Comunicação e Sociedade (DECOS) com ênfase em pesquisas sobre Jornalismo Político; Imprensa e Democracia e em metodologias, especialmente aquelas com auxílio computacional.

eduardo.pagnan@estudante.ufscar.br

Enzo Lenine

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pela mesma instituição e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seus temas de interesse são: metodologia de pesquisa, feminismos nas Relações Internacionais, e filosofia das ciências sociais. Publicou sobre modelos formais na *Perspectives on Politics* (co-autoria com Keith Dowding), sobre metodologias feministas na *Dados*, e hierarquias do conhecimento na *Revista Brasileira de Ciência Política* (co-autoria com Melina Mörschbacher).

lenine@ufba.br

Ester Athanásio

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná com período sanduíche na Universidade do Minho, Braga, Portugal. É mestre em Comunicação e jornalista pela UFPR. Profissional consultora em comunicação de causas, *advocacy* e políticas públicas para iniciativas socioambientais.

ester.athanasio1@gmail.com

Eurico Matos Neto

Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getulio Vargas (FGV - Comunicação Rio) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Digital e Cultura de Dados. É pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

eurico.neto@fgv.br

Gabriel Bento Leite Ferreira

Mestre em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro da linha de Pesquisa “Instituições Políticas e Processos Decisórios”. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atua como

Professor de História na rede pública de ensino do Estado do Paraná.

g.ferreira98r@gmail.com

John dos Santos Freitas

Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciatura em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI). Professor do Instituto Federal do Maranhão (EBTT/IFMA). Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/USP) e do Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento e Pobreza (NUDEP/UFPI).

john.freitas@usp.br

Julia Maurmann Ximenes

Doutora em Sociologia Política na Universidade de Brasília (UnB). Visiting Scholar na Universidade da Califórnia/Davis. Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Líder do grupo de pesquisa certificado no CNPq pela Enap, Campo Jurídico, regulação e políticas públicas. Coordenadora Acadêmica da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) no Brasil. Tem pesquisado a relação entre o campo do Direito e as Políticas Públicas a partir da lente analítica do institucionalismo discursivo. Tem interesse em capacidades estatais, análise de discurso e decolonialismo.

juliamximenes@gmail.com

Júlia Gonçalves

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Pesquisa sobre regulação de redes sociais. Tem interesse em democracia digital e impactos de redes sociais na política.

juliagoncalves.ar@gmail.com

Maiane Bittencourt

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Pesquisadora do Laboratório de Análise do Campo Científico (UFPR), do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR) e do Observatório do Legislativo Brasileiro do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Atua nos temas de processo decisório, representação parlamentar feminina e cientometria.

maiane.ctba@gmail.com

Mariana Lorencetti

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Ciência Política e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política (UFPR) e do Laboratório de Análise do Campo Científico (UFPR). Suas áreas de interesse são estudos de perfil social de agentes do legislativo, estudos de profissionalização política e metodologia de pesquisa da Ciência Política.

malorencetti@gmail.com

Marta Pontes de Campos

Mestre e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Ciências Sociais e Comunicação Social, pela mesma instituição. Pesquisa sobre o comportamento político da elite econômica e sua relação com instituições políticas.

martapontesdecampos@hotmail.com

Michelle Fernandez

Doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade de Salamanca e graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Foi pesquisadora visitante na Universidade Autônoma de Barcelona, na Universidade de Oxford e na Universidade de Manchester. É professora e pesquisadora no Instituto de Ciência Política da UnB. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Estado, Burocracia e Políticas de Saúde (NEPOS) dentro do Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas (LAPCIPP/UnB).

michelle.fernandez@unb.br

Murilo Brum Alison

Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Ciências Sociais (UPPR). Tem interesse na formação da imagem pública de atores políticos, uso das redes sociais e personalismo.

murilobalison@gmail.com

Natália Guimarães

Doutora em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Educadora e pesquisadora do SOS Corpo – Instituto feminista para a democracia. Autora do livro *Violência contra as mulheres: (re)produção de desigualdades nas políticas públicas*, publicado em 2023 pela Edições SOS Corpo.

natalia.c.guimaraes@gmail.com

Natasha Bachini

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisadora de Pós-doutorado do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Pesquisa democracia, autoritarismo, ciberativismo, identidade coletiva e campanhas eleitorais a partir de métodos que combinam análise de dados digitais e entrevistas semiestruturadas.

natashabachini@usp.br

Lucy Oliveira

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, é doutora em Ciência Política (PPGPol/UFSCar) com pós-doutorado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (FAPESP/CEBRAP). Coordena o Núcleo de Estudos Integrados em Democracia, Comunicação e Sociedade (DECOS) e o Laboratório de Dados e Técnicas em Ciência Política (Lab.Pol). Organizadora do livro *O Sistema Presidencialista: perspectivas analíticas nos EUA e no Brasil* e é consultora em metodologia de análise de texto e conteúdo com suportes computacionais. Pesquisa presidencialismo e discurso; propaganda negativa; jornalismo político; mídia, gênero e raça.

gosilva@ufscar.br

Patrícia Sene de Almeida

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Ciências Sociais e Mestra em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Estuda a relação entre a proposição legislativa de políticas distributivas e território, além de temas como *pork barrel*, conexão eleitoral, comportamento legislativo, políticas urbanas e processos decisórios no âmbito municipal. Coordenadora discente no Laboratório de Pesquisa em Ciência da Política (CIdaPOL).

patriciasenealmeida@gmail.com

Paula de Oliveira Portela

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciência Política pela mesma instituição. Graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pesquisadora do Laboratório de Análise do Campo Científico (LACC), do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, e do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política (NUSP). Pesquisa sobre elite econômica, política monetária, jornalismo econômico e circulação de ideias. Tem interesse em Teorias das Elites, *Advocacy Coalition Framework* (ACF) e Macroeconomia. É editora-executiva da Revista Eletrônica de Ciência Política (RECP).

paulaportela@gmail.com

Paulo Roberto Neves Costa

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estuda a relação entre empresários e política e tem interesse em Teoria da Democracia. É editor associado da *Revista de Sociologia e Política* e um dos coordenadores do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política* da UFPR.

paulocostaufpr@gmail.com

Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff de Araújo

Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Editor-executivo da *Revista Eletrônica de Ciência Política* (RECP). Pesquisador do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil e do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política (NUSP). Estuda e pesquisa elites judiciárias, comportamento judicial e ideologias econômicas dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

pedroh.beff@gmail.com

Pedro Lenhagui Bergamaschi

Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Editor Executivo da *Revista de Sociologia & Política*, pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política (UFPR). Estuda elites parlamentares abastadas em perspectiva comparada.

plberga@gmail.com

Rayza Sarmento

Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É coordenadora do Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES) e pesquisadora associada ao Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça.

rayzasarmento@gmail.com

Rafael dos Santos

Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de sociologia na SEED-PR.

rafaeladilio91@gmail.com

Regina Luna Santos de Souza

Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em

Ciência Política pela mesma instituição. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e atualmente atua como Coordenadora-geral de Pós-graduação Stricto Sensu e como professora dos cursos de mestrado e doutorado da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Seus temas de interesse se centram nos novos paradigmas de desenvolvimento estatal e sua relação com governos democráticos, bem como no uso das mídias digitais pelas organizações, públicas e privadas, para avaliação do seu impacto na governança das políticas públicas.
regina.luna@enap.gov.br

Sabrina Almeida

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora na Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas (ECMI - FGV). Estuda comportamento político com ênfase em participação e atitudes políticas, além de método e pesquisa em mídias sociais.
sabrina.almeida@fgv.br

Tainá R. Serafim

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Gestora Pública e Mestra em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR).
taina.serafim.professora@gmail.com

Thiago Silame

Bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Pesquisador do Centro de Estudos Legislativos (CEL-DCP) da UFMG e Coordenador do Centro de Estudos da Política (CEPÓLIS) da Unifal-MG. Autor do livro *Assembleias Legislativas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul: política de recrutamento para as comissões permanentes*.
thiago.silame@gmail.com

Tiago Borges

Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Ciências Sociais (UFPR). Pesquisador associado ao Instituto

Democracia em Xequê. Tem interesse nas temáticas de Inovações Democráticas, Democracia Digital e Instituições Participativas.

tpfbsilva@gmail.com

Victor Piaia

Doutor em Sociologia pelo do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Professor da FGV Comunicação Rio e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Digital e Cultura de Dados. Líder do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política e Transformações Digitais.

victor.piaia@fgv.br

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas

Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Partidos Políticos (Geppol). Tem se dedicado na área de desenho de pesquisa e métodos e tem pesquisado sobre eleições, partidos e representação política.

vitorsandes@ufpi.edu.br

Vitor Vasquez

Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com período sanduíche na Universidade da Califórnia de San Diego (UCSD). Professor Assistente no Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (PPGCP-UFPI). Líder do Grupo de Estudos em Instituições Políticas, InsPol (CNPq-UESC).

vlvasquez@uesc.br

enap